

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política

**IDEIAS DO PRESENTE, PRÁTICAS DO PASSADO?
Elites empresariais e a questão social no
Brasil e na Argentina: estudo comparativo
sobre discursos e práticas de
Responsabilidade Social Empresarial**

Autora: Luciana de Oliveira

Belo Horizonte
2010

Luciana de Oliveira

**IDÉIAS DO PRESENTE, PRÁTICAS DO PASSADO?
Elites empresariais e a questão social no
Brasil e na Argentina: estudo comparativo
sobre discursos e práticas de
Responsabilidade Social Empresarial**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Soares Dulci

Belo Horizonte
2010

Luciana de Oliveira

**IDÉIAS DO PRESENTE, PRÁTICAS DO PASSADO?
Elites empresariais e a questão social no
Brasil e na Argentina: estudo comparativo
sobre discursos e práticas de
Responsabilidade Social Empresarial**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em _____ / _____ / 2010.

Dr. Antônio Nunes Tomasi – CEFET-UFMG

Dr. Eduardo Rodrigues Gomes – UFF

Dr. Luciano Antônio Prates Junqueira – PUC-SP

Dr. Antônio Augusto Prates – UFMG

Dr. Otávio Soares Dulci – UFMG (orientador)

A

Sebastião Gonçalves de Oliveira, meu pai,
inspiração e força para a continuidade e a mudança.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é feita com diferentes formas de contribuição e apoio. Deixo aqui alguns agradecimentos indispensáveis a pessoas e instituições que me deram o melhor suporte nessa trajetória.

Otávio Dulci. Nunca me esquecerei que Otávio me acolheu quando precisei e me deixou encontrar o ritmo ideal para a produção desta tese. Suas dicas de caminhos a seguir, *insights* sobre temas históricos e as “impagáveis” conversas sobre política e vida, sociologia e história, famílias e “heranças”, foram verdadeiras pérolas para iluminar os momentos de incerteza. Em nossas conversas é que eu pude sentir a tese se consolidando e compreender o quanto minha formação ia se ampliando. Mais do que tudo tenho que agradecer-lo por me deixar conviver e aprender com seu carisma pessoal e sua marca registrada: o saber generoso.

Minha Família. Não há léxico suficiente para determinar o valor de minha família nesse e em todos os empreendimentos de minha vida, provando que o afeto é um dos melhores *backgrounds* que uma pessoa pode ter. O Miguel, meu companheiro, e o Gabriel, meu filho, foram o estímulo cotidiano para que eu continuasse, perdendo-me incessantemente as ausências e criando as condições emocionais para que eu pudesse seguir em frente. Meus pais, Sebastião (*in memoriam*) e Maria Natividade, são a inspiração permanente, a raiz, a essência de tudo, sempre. Meus irmãos, Geraldo, Marcos e Josimar e minhas irmãs, Perpétua, Fátima e Cássia são a convivência mais agradável que conheço na face da terra: eles sempre me fascinaram e desafiaram. Minhas cunhadas Marília, Márcia e Eliane e meus cunhados Jorge e Lugo abrilhantam nossa aldeia. Meus sobrinhos, Lucas, Lorena, Matheus, João, Marcos, Vítor, Arthur, Luísa, Isabella, Beatriz, Laís, Letícia e Luís Felipe – não importa o tamanho ou a idade – são os seres mais fofos do planeta e a convivência com eles me rejuvenesce e ensina.

Amigos. Devo um agradecimento sincero a Luís Márcio Vianna, além de querido amigo, foi quem me ajudou a dar os primeiros passos no tema da RSE e me chamou atenção para o discreto charme das elites (não a la Buñuel mas sim a Rohmer). A Cris Cândido, D. Maria Cândido e Jorge Cabrera, uma família emprestada que me brindou cuidados em momentos cruciais; Ana Paula e Guilherme Barreto Lopasso, apoio para eu me sentir em casa nas idas e vindas a São Paulo; Maria José (Dedé) Campos, Vanessa Caçado, Moisés Machado, Eduardo Granha, Nícia Raies, José Moreira, Lamounier Lucas Agesilau Almada, Flávia Pires, amigos que sempre me apoiaram com seu carinho, com boas perguntas e respostas interessantes para a vida. Mathew O’Connor, meu querido

“Inglês”, presença cativante, foi o revisor do meu *abstract*. Ricardo Figueiredo, Sônia Pessoa e Cecília Magalhães fizeram-me a gentileza de engordar suas malas com material bibliográfico quando de viagem à Argentina. Na Argentina, agradeço o afeto da Família Rodríguez (a matriarca Mirtha, seus filhos Fernando, Francisco e José, suas noras María Rosa e Sílvia, e seus netos Paula, Lucía e Manoel); os “divinos” e acolhedores Aldo Saralegui e Lucrecia Rodríguez; e, finalmente, à historiadora Maria Inés Barbero que me recebeu e iluminou os primeiros passos da pesquisa sobre empresários em seu país.

Flávia Souza, Danielle Peixoto e Wesley Machado, meus ex-alunos, que foram preciosos assistentes de pesquisa apoiando-me na pesquisa documental e sistematização do material a ser analisado.

UFMG. No ambiente da Universidade Federal de Minas Gerais, sempre encontrei os elementos necessários à produção intelectual: colegas de turma interessantes como Jakson Aquino, Murilo Fabel e Rubens Goyatá; professores e pesquisadores de altíssimo nível como Neuma Aguiar, Renan Springer, Cláudio Beato, Renarde Nobre, Léa Freitas Perez, Antônio Augusto Prates e Eduardo Viana Vargas; e uma equipe de funcionários dispostos a ajudar nos problemas operacionais da vida acadêmica, como o Alessandro e a Aninha. Dois lugares aqui sempre me proporcionaram o melhor em termos bibliográficos e adequado espírito para os estudos: a Biblioteca da FAFICH e a Biblioteca da FACE.

Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte. Agradeço pelo apoio logístico e financeiro, tão necessários à finalização de um doutoramento. Devo agradecimentos sinceros aos ex-diretores Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Estevão Fiúza e Rúbio de Andrade, e às atuais colegas Letícia Lins e Vanice Guedes, apoiadoras incondicionais, com amizade e profissionalismo, de minha evolução na carreira acadêmica.

Banca de qualificação e pré-defesa de tese. As contribuições dos professores que me avaliaram nas etapas prévias à banca final de defesa, Antônio Augusto Prates (UFMG) e Luciano Junqueira (PUC-SP) foram fundamentais para dar continuidade ao trabalho num veio interpretativo que se revelou bastante profícuo.

*Hoje em dia, falar em riqueza é um absurdo. Não existem mais ricos.
Mas, se alguém quiser pensar na riqueza, só tenho um conselho:
não se preocupar com dinheiro.
Eu sempre pensei nas minhas empresas como obras de arte.
E aquilo que lucrava quase não me interessava porque o importante
para mim é criar algo sólido, que sobreviva.
O personagem do milionário industrial milanês
no filme A Noite (Michelangelo Antonioni, 1961)*

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACREA: Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola
ABAP: Associação Brasileira das Agências de Publicidade
ABDIB: Associação Brasileira da Indústria de Base
ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRINQ: Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACSP: Associação Comercial de São Paulo
ACDE: Asociación Cristiana de Dirigentes Empresariales (Argentina)
ADCE: Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa
ADEC: Asociación de Dirigentes Empresariales Cristianos (Paraguay)
AFIP: Asociación Nacional de Ingresos Públicos
AMCHAM-Argentina: Camara de Comercio Americana de Argentina
AMCHAM-São Paulo: Câmara de Comércio Americana de São Paulo
ANJ: Associação Nacional de Jornalismo
AIP: Fundación Acción para la Iniciativa Privada
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
AUSJAL: Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús en América Latina
BA: Estado Burocrático Autoritário
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSR: Business for Social Responsibility
CAC: Camara Argentina de Comercio
CACIP: Confederación Argentina del Comercio, la Industria y la Producción
CADE: Companhia Argentina de Eletricidad
CAGED: Cadastro de Empregados e Desempregados
CAP: Caixa de Aposentadoria e Pensão
CCRE: Centro Colombiano de Responsabilidad Empresarial
CDEN: Comissão de Defesa da Economia Nacional
CERES: Consórcio Equatoriano para a Responsabilidade Social (Equador)
CEADS: Consejo Empresario Argentino para el Desarrollo Sostenible
CEBEDS: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEDES: Centro de Estudios de Estado y Sociedad
CEE: Conselho de Expansão Econômica
CELAM Conselho Episcopal Latino-Americano
CENARSECS: Centro Nacional de Responsabilidad Social Empresarial y Capital Social (FCE-UBA)
CEO: Chief Executive Officer
CEPAA: Órgão de Credenciamento do Conselho de Prioridades Econômicas
CEPAL: Comissão Econômica para América Latina
CFCE: Conselho Federal do Comércio Exterior
CGT: Confederación General de los Trabajadores
CIB: Centro Industrial do Brasil
CIEE: Centro de Integração Empresa Escola
CIESP: Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CME: Coordenação de Mobilização Econômica
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI: Confederação Nacional das Indústrias
COBORSE: Corporación Boliviana de Responsabilidad Social Empresaria
CONADEP: Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos

CORES: Comitê de Responsabilidade Social da FIESP
CNP: Consejo Nacional de Posguerra
CONCLAP: Conferência Nacional das Classes Produtoras
CNP: Conselho Nacional do Petróleo
CNPIC: Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CNS: Conselho Nacional de Seringueiros
CNSS: Conselho Nacional de Serviço Social
COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONICET: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
COP: Conferência das Partes
CORES: Comitê de Responsabilidade Social
CPE: Comissão do Planejamento Econômico
CSN: Companhia Siderúrgica Nacional
CSR: Corporate Social Responsibility
CSRE: Corporate Social Responsibility Europe
CTEF: Conselho Técnico de Economia e Finanças
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DASP: Departamento de Administrativo do Serviço Público
EC: El Clarín
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENANPAD: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração
FCE: Facultad de Ciencias Economicas
FEBRABAN: Federação Brasileira dos Bancos
FIEB: Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIMG: Federação Industrial de Minas Gerais
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJAN: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI: Fundo Monetário Internacional
FOIM: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FREPASO: Frente País Solidário
FRHCB: Fondo de Reparación Histórica del Conurbano Bonairense
FUMCAD: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo
FUNDAPYME: Fundación de Apoyo a la Pequeña y Mediana Empresa
FSP: Folha de São Paulo
GADIS: Grupo de Analisis y Desarrollo Institucional y Social
GAO: Grupo de Articulação das ONG's Brasileiras na ISO 26000
GDA: Grupo de Diarios America
GDFE: Grupo de Fundaciones y Empresas
GEN: Grupos Económicos Nacionales
GIFE: Grupo de Institutos e Fundações de Empresa
GRES: Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade
GRI: Global Reporting Initiative
GPTW: Great Place to Work Institute
GTA: Grupo de Trabalho Amazônico
IAP: Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPI: Instituto Argentino para la Promocion del Intercambio
IARSE: Instituto Argentino de Responsabilidad Social Empresaria
ICV: Instituto Centro de Vida
IEDI: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IEL: Instituto Euvaldo Lodi
IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBLF: International Business Leaders Forum
IDEA: Instituto para el Desarrollo Empresario Argentino
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
ILO: International Program for the Elimination of Child Labor
ILPES: Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social
IMAZON: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INDEC: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos
INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPCC: Intergovernmental Panel on Climate Change
IRAM: Instituto Argentino de Normalización y Certificación
IRBEM: Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município
IRSA: Inversiones y Representaciones Sociedad Anônima
ISA: Instituto Socioambiental
ISEA: Institute of Social and Ethical Accountability
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISER: Instituto de Estudos da Religião
ISO: International Organization for Standardization
ISPCV: Instituto São Paulo contra a Violência
IUPERJ: Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro
IVA: Impuesto al Valor Agregado
JK: Juscelino Kubstchek
JNC: Junta Nacional de Carnes
LBA: Legião Brasileira de Assistência
LN: La Nación
LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social
MAUSS: Moviment Anti-Utilitariste dans le Sciences Sociales
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MID: Movimiento de Integración y Desarrollo
Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade – NIED
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OG: O Globo
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONG: Organização Não Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo
PAIS: Política Abierta para la Integridad Social
PAN: Partido Autonomista Nacional
PDN: Partido Demócrata Nacional
PEA: População Economicamente Ativa
PIB: Produto Interno Bruto
PBI: Producto Bruto Interno
PLARSE: Programa Latinoamericano de Responsabilidade Social Empresarial
PME: Pequenas e Médias Empresas
PNBE: Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM: Partido Republicano Mineiro
PRONATASS: Programa Nacional de Asistencia Técnica para la Administración de los Servicios Sociales
PRP: Partido Republicano Paulista

PRR: Partido Republicano Riograndense
PSA: Projeto Saúde e Alegria
PT: Partido dos Trabalhadores
PYMES: Pequeñas y Medianas Empresas
RAIS: Relação Anual de Informações Sociais
RSE: Responsabilidade Social de Empresas/Responsabilidad Social Empresaria
RTRS: Round Table on Responsible Soy Association
SB: Sociedad de Beneficencia
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Empreendedorismo
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI: Serviço Social da Indústria
SNA: Sociedade Nacional de Agricultura
SRA: Sociedad Rural Argentina
SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito
UBA: Universidad de Buenos Aires
UBE: União Brasileira de Empresários
UCA: Universidad Catolica Argentina
UCR: Unión Cívica Radical
UDESAR: Universidad de San Andrés
UFF: Universidade Federal Fluminense
UIA: Unión Industrial Argentina
UNCTAD: Conferência das Nações Unidas para o Comercio e Desenvolvimento
UNODC: Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para Infância
UNIDO: United Nations Industrial Development Organization
UNIRSE: Unión Nicaragüense para La Responsabilidad Social Empresarial
WBCSD: World Business Council for Sustainable Development
YPF: Yacimientos Petrolíferos Fiscales

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1: Topografia do modelo teórico.....	93
Figura 2: Banner institucional – <i>website</i> do Ethos.....	310
Figura 3: Topografia do campo da RSE no Brasil.....	412
Figura 4: Topografia do campo da RSE na Argentina.....	413
Quadro 1: Agentes, fins e setor.....	32
Quadro 2 – Instituições mais importantes no Brasil e na Argentina.....	298
Quadro 3 – Total de Registros Recuperados das Entidades nos Jornais - Brasil (indicador de visibilidade midiática).....	300
Quadro 4: Síntese dos discursos analisados – Momento I (foco no social).....	343
Quadro 5: Síntese dos discursos analisados – Momento II (foco no ambiental).....	344
Quadro 6: Síntese dos discursos analisados – objetivos políticos da entidade.....	345
Quadro 7: Síntese dos discursos analisados – qualidade dos vínculos.....	346
Quadro 8: Tipologia do comportamento empresarial voltado para a comunidade.....	368
Quadro 9 - Total de Registros Recuperados sobre Entidades nos Jornais La Nación e El Clarín (indicador de visibilidade midiática).....	373
Tabela 1 – Associações de auxílio mútuo existentes em 1912, por data de fundação, natureza e número de associados.....	115
Tabela 2 – Sumário dos Censos Industriais, 1907 e 1919.....	118
Tabela 3 - Políticas Prioritárias no Combate à Desigualdade segundo as Elites.....	288
Tabela 4 - Explicações para o Fracasso de Políticas Sociais segundo as Elites.....	290
Tabela 5 - Confiança nas instituições brasileiras.....	291
Tabela 6 – Síntese Comparativa dos dados Pesquisa Ação Social das Empresas 1ª Edição (1999-2002)/2ª Edição (2004-2005).....	293
Tabela 7 – Investimento em ação social.....	294
Tabela 8 – Associadas do Ethos por porte.....	318
Tabela 9 - Grau de confianza em instituciones para realizar programas destinados a resolver problemas sociales.....	351
Tabela 10 – Motivaciones de la Empresa para Efectuar Contribuciones.....	353
Tabela 11 - Alguns resultados comparativos obtidos nos estudos de 1997 e 2005.....	357
Tabela 12: Distribuição de menções de tipos de organizações da comunidade com as quais se relacionam as empresas.....	363
Tabela 13 – Distribuição dos aspectos relacionais com referência a comportamentos a seguir em relações com a comunidade.....	364

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar, em perspectiva comparada, o movimento pela Responsabilidade Social de Empresas – RSE no Brasil e na Argentina, caracterizando-se como um estudo gerador de hipótese de natureza individualizadora. Nesse sentido, buscou-se criar um enfoque histórico e conceitual para o entendimento do fenômeno no âmbito das ciências sociais. Por um lado, inserindo-o num horizonte diacrônico de longa duração cujo fulcro é comportamento das elites empresariais *vis-a-vis* o Estado e outros grupos da sociedade civil no chamado campo da questão social. Por outro, recortando-o de modo sincrônico a fim de verificar a presença de uma variável político-simbólica que se caracteriza como uma disputa hegemônica por um projeto de país. Calcada em relações sociais de combate, tal disputa a um só tempo é produto e agente de produção do próprio campo, valendo notar que a qualidade dos vínculos gerados nesse fluxo de relações sociais é diferenciada. Tomando como unidades de análise o trabalho das organizações que promovem o tema, buscou-se encontrar na sua maneira de atuar e de “teorizar” sobre suas ações a existência dessa disputa e o projeto de país que elas desenham – a nação como comunidade imaginada – com base em variáveis como histórico, conceito de RSE, percepção da pobreza e das desigualdades, entendimento sobre o papel do Estado, da sociedade civil organizada, das empresas e dos empresários. Como fontes de dados foram utilizados materiais de natureza variada disseminados na mídia – mais detidamente de dois jornais de expressão nacional em cada um dos países –, dados publicizados em *websites* (próprios ou não), participação em eventos especializados, entrevistas pessoais e publicações impressas.

ABSTRACT

This study has as its objective a comparative analysis of Corporate Social Responsibility (CSR) in Brazil and Argentina, representing hypothesis-generating research of a particularising nature. The research seeks to create a historical and conceptual focus for the understanding of the phenomenon within the social sciences area. On the one hand, inserting it on a long term diachronic range of perception whose fulcrum is the behaviour of the corporate elites *vis-a-vis* the State and other civil society groups within what is known as the social question. On the other, reducing it in a synchronic form in order to verify the presence of a political-symbolic variable that is characterised as a hegemonic dispute for a national project. Based upon social relations of conflict, such a dispute is simultaneously both a product and production agent of the subject field itself and it is notable that the quality of the links generated in this flow of social relations is differentiated. Taking the work of the organisations that promote CSR as units of analysis, this study examines how such organisations functionalise and “theorise” their actions, the existence of the dispute in question and the national project that they design – the nation as an imagined community – based upon variables such as history, the concept of CSR, the perception of poverty and inequalities, understanding of the role of the State, of organised civil society, of businesses and executives. The sources of data come from a wide variety of media sources – two influential national newspapers in particular from each of the studied countries – data published on websites (proprietary and second-hand), participation in specialised events, personal interviews and printed publications.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo analizar, en perspectiva comparada, el movimiento por la Responsabilidad Social Empresaria – RSE en Brasil y Argentina, caracterizándose como un estudio generador de hipótesis de naturaleza individualizadora. En ese sentido, se buscó crear un cuadro histórico y conceptual para el entendimiento del fenómeno en el ámbito de las ciencias sociales. Por un lado, insertándole en un horizonte diacrónico de larga duración cuya enjundia es el comportamiento de las elites empresarias *bis a bis* el Estado y otros grupos de la sociedad civil en el campo de la cuestión social. Por otro lado, recortándole de modo sincrónico a fin de verificar la presencia de una variable político-simbólica que se caracterice como una disputa hegemónica por un proyecto de país. Basada en relaciones sociales de combate, tal disputa es a la vez producto y agente de producción del propio campo, haciendo notar que la calidad de los vínculos generados en el flujo de relaciones sociales es diferenciada. Tomando como unidades de análisis el trabajo de las organizaciones que promueven el tema, se buscó encontrar en su manera de actuar y de “teorizar” sobre sus acciones la existencia de esa disputa y el proyecto de país que ellas dibujan – la nación como comunidad imaginada – con base en variables como histórico, concepto de RSE, percepción de la pobreza y de las desigualdades sociales, entendimiento sobre el rol del Estado, de la sociedad civil, de las empresas y de los empresarios. Como fuentes de datos, fueron utilizados materiales de naturaleza variada obtenidos en los medios, más detenidamente de dos diarios de expresión nacional en cada uno de los países, datos publicados en páginas *web* (propias o no), participación en eventos especializados, entrevistas personales y publicaciones impresas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
i.1 – Breve localização do tema.....	18
i.2 - Fatores importantes para a emergência da RSE.....	24
i.3 – O desenho da pesquisa.....	34
i.3.1 – A pergunta de partida.....	39
i.3.2 Objetivos.....	39
i.3.3 – Hipótese Central	40
i.3.4 – Notas Metodológicas.....	41
1ª PARTE – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	49
Capítulo 1: Esboço de uma sociologia do combate: capitalismo, poder e reciprocidade	51
1.1 O “amolecimento” do capitalismo e o encolhimento do Estado.....	51
1.2 Tempos de mudança, redesenho dos mapas de poder: campo e combate.....	55
1.3 O combate semântico como instrumento de construção da hegemonia.....	65
1.4 Circuitos de dádiva: o “doar” como sinônimo de pertencimento – ação pelo social e (re)criação dos vínculos sociais na comunidade imaginada.....	77
1.5 Conclusão do capítulo.....	93
2ª PARTE – FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA	95
Capítulo 2 - Elites Empresariais e o campo da questão social na Argentina em perspectiva histórica	
2.1 Brevíssima nota sobre a questão social no Brasil Colônia.....	97
2.2 Atuação política do empresariado brasileiro, Estado e associativismo no campo da questão social	100
2.2.1 Modelo agro-exportador (1880-1930).....	100
2.2.2 Modelo de substituição de importações (1930-1980).....	126
2.2.3 Modelo de economia aberta (1980-atual).....	154
Capítulo 3 - Elites Empresariais e o campo da questão social no Brasil em perspectiva histórica	163
3.1. Brevíssima nota sobre a questão social na Argentina colonial.....	163
3.2 Atuação política do empresariado argentino, Estado e associativismo no campo da questão social	165
3.2.1 Modelo agro-exportador (1880-1930).....	165
3.2.2 Modelo de substituição de importações (1930-1980).....	186
3.2.3 Modelo de economia aberta (1980-atual).....	220
Capítulo 4 – Estado, Sociedade e Empresários no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada	233
4.1 Público e Privado na América Latina: uma questão.....	233
4.2 Questão social, raça e elites empresariais.....	234
4.3 O Estado e a nação imaginada pelas elites empresariais.....	246
4.4 Os mundos empresariais argentino e brasileiro – repassando alguns aspectos.....	264
4.4.1 O processo de industrialização.....	264
4.4.2 Participação política e polivalência do empresariado.....	266
4.4.3 Associativismo e ação coletiva das elites empresariais.....	269
4.5 Um balanço das análises comparativas: apontamentos teóricos e <i>insights</i> para teste empírico.....	271

3ª PARTE – ESTUDO DE CASO

Capítulo 5: Discursos e Práticas da Responsabilidade Social Empresarial: o caso do Brasil.....	273
5.1 – Características contemporâneas da RSE no Brasil: literatura acadêmica e outras pesquisas – explorando alguns expoentes.....	273
5.2 – Análise das entidades promotoras da RSE no Brasil.....	
5.2.1 Instituto Ethos.....	298
5.2.2 FIESP.....	325
Capítulo 6 – Discursos e Práticas da <i>Responsabilidad Social Empresaria</i>: o caso da Argentina....	347
6.1 Características contemporâneas da RSE na Argentina: literatura acadêmica e outras pesquisas – explorando alguns expoentes.....	347
6.2 Análise das entidades promotoras da RSE na Argentina.....	372
6.2.2 IARSE.....	375
6.2.3 Outras entidades da sociedade civil.....	390
6.2.4 Outras entidades empresariais.....	393
6.3 Empresas, a questão social e a nação – síntese do campo na Argentina.....	401
CONCLUSÕES	
um social polissêmico: o combate semântico e a hegemonia no campo da questão social.....	403
c.1 Retomada: continuidade e mudança.....	403
c.2 Avaliando a RSE no Brasil e na Argentina: os principais resultados.....	404
c.3 Contribuições, limites metodológicos e potencialidades da pesquisa.....	414
REFERÊNCIAS.....	417

INTRODUÇÃO

i.1 – Breve Localização do tema

Dizer que estamos vivendo um momento histórico recortado por crises e conflitos parece não ser novidade suficientemente aterradora para justificar a reflexão acadêmica no âmbito das ciências sociais, seja qual for o objeto sobre o qual se pretende lançar luz. Tendo já sido declarado o fim de tantas coisas, tal posicionamento apocalíptico não serve como justificativa à relevância científica de um estudo sociológico. Entretanto, rara parece ser a postura intelectual que reconhece na própria crise um momento de (re)fundação da ordem social e uma amostra privilegiada de como os grupos se organizam, se orientam e disputam por espaços de poder. Pois é exatamente essa a visão que se pretende construir no presente trabalho sobre o movimento pela Responsabilidade Social Empresarial – RSE. Dito de outro modo, as reconfigurações do capitalismo global e as ações estatais e da sociedade civil na contemporaneidade apontam para um redesenho das fronteiras notavelmente móveis entre público e privado, abrindo oportunidades para que agentes (coletivos e individuais) encontrem justificativas (discursos) e dispositivos (práticas) para operarem seus interesses na disputa hegemônica.

A novidade aqui proposta entretanto não é a de tematizar o conflito em si. Essa parece ser a essência de disciplinas como a sociologia. Afinal, ela nasce para explicar cientificamente a modernidade e os processos de modernização no Ocidente que, por sua vez, colocam-se em contraste (leia-se: conflito) com a tradição, que fazem emergir conflitos antes inéditos como os ocorridos entre capital e trabalho, que apontam para antagonismos entre os desejos individuais e as forças sociais e que se constroem sobre processos de racionalização sobre forças irracionais. Três agentes importantes disputam espaços e se complementam nos processos modernizadores: o Estado, o Mercado e a Sociedade. Amplamente tematizados são os conflitos entre esses três agentes, especialmente no campo do chamado desenvolvimento econômico. Entretanto, em torno das irracionalidades produzidas pela modernidade – dentre as quais se destacam o atraso de todas as ordens, a pobreza, a desigualdade em muitos casos abismal – que geraram o que genericamente poderíamos denominar questão social também se consolidaram muitos conflitos. Não é novidade teórica dizer que o “social” é objeto de disputas uma vez que envolve a controvertida tríade acumulação-equidade (SANTOS, 1987). A novidade que se procura oferecer neste trabalho é a de, delineado um modelo teórico

consistente do conflito de interesses inspirado nos conceitos teóricos de campo e combate, disputa hegemônica e reciprocidade, fornecer material empírico sobre a atuação dos agentes no campo da questão social e como mobilizam e usam seus recursos na defesa dos seus interesses. O capítulo 1 é uma construção da pergunta teórica que desenha o modelo de análise sociológica da tese.

Do ponto de vista empírico, já há algum tempo nos familiarizamos com a expressão Responsabilidade Social Empresarial. Ela vem sendo massivamente usada nos meios de massa – com o perdão da redundância – soando hoje como algo trivial para os nossos ouvidos. Empresas de todos os segmentos de mercado (indústria, comércio e serviços) a utilizam como forma de publicizar sua “boa” conduta e expressar uma imagem, coroada das melhores intenções e práticas, associada não ao lucro privado mas à preocupação com as coisas públicas. Cabe ressaltar que a RSE não faz parte apenas do mundo midiático e da vida dos cidadãos. Ela tem se tornado objeto de debates nas esferas estatal, privada e da sociedade civil organizada, das agências internacionais (Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) além dos debates de natureza acadêmica. Visto como um movimento recente tem chamado a atenção de vários especialistas do campo das ciências sociais aplicadas, especialmente da área de Administração. No campo das ciências sociais, o interesse e a produção de conhecimento sobre o tema é recente e incipiente, constituindo-se também, como não poderia deixar de ser, como tarefa deste trabalho a apresentação e sistematização das principais discussões e vertentes.

Para compreender a constituição de um campo de discursos e ações empresariais relativos à Responsabilidade Social vale assinalar alguns dos principais marcos recentes como a criação em 1990 da *International Business Leaders Forum* na Grã-Bretanha e da associação empresarial *Business for Social Responsibility* nos Estados Unidos no ano de 1992 e a realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro no mesmo ano. Há ainda a criação do *World Business Council for Sustainable Development* no ano de 1995 e, posteriormente, em 1997 a criação do grupo de trabalho denominado *Corporate Social Responsibility Europe* no ano de 1996. Estes são alguns exemplos da crescente atenção que o mundo empresarial tem dado ao tema da responsabilidade social e à sua institucionalização. O desenvolvimento de normas de certificação é também um dos exemplos de esforços por aplicar padrões e indicadores como estratégias para orientar o comportamento empresarial. Dentre as mais importantes,

destacamos a série 14000, da *International Organization for Standardization* - ISO, que trata da qualidade dos processos da empresa em relação à gestão ambiental; a *Social Accountability*, SA 8000, centrada nas condições de trabalho, criada pelo Órgão de Credenciamento do Conselho de Prioridades Econômicas – CEPAA ligado à ONU; e a norma *Accountability 1000*, AA1000, criada pelo *Institute of Social and Ethical AccountAbility* – ISEA de Londres, que é uma ferramenta de gestão que engloba o processo de levantamento de informações, a auditoria e o relato social e ético, com enfoque no diálogo com as partes interessadas – *stakeholders* internos e externos. Na mesma linha, o lançamento do *Global Reporting Initiative* – GRI em 1997 e a publicação da primeira guia de GRI no ano 2000 é também um bom exemplo de esforço orientado para a promoção de relatórios comparáveis do comportamento e do desempenho das empresas nos seus aspectos econômicos, ambientais e sociais. O lançamento em 1999 do Pacto Global, um programa das Nações Unidas que apela em particular ao setor empresarial por sua adesão a valores e princípios em matéria de direitos humanos, normas laborais, de meio ambiente e de luta contra a corrupção. Ainda sob iniciativa da ONU, temos as Metas do Milênio de 2000 (composta por um conjunto de oito macro-objetivos voltados à erradicação da pobreza, diminuição das desigualdades e compromisso com a sustentabilidade do planeta, a serem atingidos até 2015) definidas na Cúpula do Milênio com a participação de 147 chefes de Estado. Outro marco importante foi a publicação por parte do *World Economic Forum*, o conhecido Fórum de Davos que reúne líderes empresariais, de seu documento “Cidadania Corporativa Global: o Desafio de Liderança para CEO’s e Dirigentes” no ano de 2002. O Brasil tem duas contribuições importantes, reconhecidas internacionalmente, em termos de institucionalização e normatização do comportamento socialmente responsável: o modelo de balanço social desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais – IBASE (1997) e os indicadores de responsabilidade social desenvolvidos pelo Instituto Ethos (2000). Esses são alguns exemplos da importância crescente do tema da responsabilidade social bem como da atenção a ele dada por algumas organizações nacionais e supranacionais.

De maneira geral, o movimento em torno da RSE pode ser traduzido como uma mobilização, apoiada por organizações (empresariais ou não, esse também é um ponto de discussão) a respeito da necessidade de atuação do agente econômico – empresa – no âmbito de investimentos de interesse público – como educação, saúde, alimentação, cultura, meio ambiente – dentro de um entendimento mais amplo de que a geração de lucro em si mesma não é o seu objetivo único, mas também a geração de valor social e ambiental. É daí a origem da expressão RSE que denomina um fenômeno talvez não recente, mas que vem tomando

feições de novidade e dimensões antes nunca vistas. Vale dizer que, como discurso que tem caráter global e que se desdobra em práticas de caráter local, a RSE vem sendo tematizada como tendência mundial nas práticas de um agente cada vez mais importante – as empresas privadas – nos cenários nacional e internacional bem como comunitário.

Em contraponto à vulgarização do termo, a pesquisa científica sobre a RSE ainda padece da escassez de propostas teóricas mais consistentes pois o discurso acadêmico parece ainda muito “colado” ao discurso dos atores envolvidos, compreendendo uma série de estudos um tanto descritivos. A literatura sobre o tema abarca desde um vasto acervo de caráter normativo oriundos da Administração, especialmente da chamada literatura de negócios, até alguns estudos com ênfase política, sociológica e/ou econômica. Cabe então um breve comentário sobre a literatura produzida sobre o tema que é vasta e antiga (existem alguns livros da década de 20 e 30, embora um debate propriamente dito em torno do tema só seja reconhecível a partir de meados do século XX) pois, mesmo que ela não trate o tema no campo das ciências sociais puras, constitui-se em importante referência na formação e formulação da visão de mundo dos agentes que tomaremos como referência – as organizações promotoras da RSE. Na produção científica no campo da administração, temos três linhas de abordagem e fundamentação das razões de ser da RSE: a) como dever da empresa do ponto de vista moral; b) como afirmação de legitimidade da empresa do ponto de vista político-social; c) como diferencial competitivo do ponto de vista mercadológico¹.

Do ponto de vista histórico, já em 1953 Bowen (citado em BORGER, 2001; VENTURA, 2005) falava das responsabilidades sociais do homem de negócios em livro assim intitulado para pontuar que o papel dos empresários está além da lógica de geração de lucros privados, embora assumindo-a como sendo a sua tarefa primordial e principal. Nos anos 1970, pode-se dizer que o tema ganha um espaço de debate com o polêmico artigo de Milton Friedman intitulado *The social responsibility of business is to increase its profits*”, em *The New York Times Magazine* (FRIEDMAN, 1970) que sintetiza o pensamento do autor em seu livro *Capitalismo e Liberdade*. A polêmica gira em torno da crítica à idéia de que as empresas deveriam responder a obrigações mais amplas do que a de simplesmente gerar lucro para seus acionistas e riquezas para a sociedade. Friedman e uma gama de outros autores (por

¹ Este último aspecto é amplamente discutido e têm múltiplos usos pois está presente no próprio discurso empresarial como também no discurso dos grupos organizados da sociedade civil – especialmente ONG’s e agências de financiamento de programas – como um incentivo à adoção de práticas de RSE. CHEIBUB e LOCKE (2002) combatem essa idéia caracterizando-a como artifício ideológico uma vez que não há pesquisas que apontem claramente a correlação entre atuação responsável e desempenho econômico das empresas. BORGER (2001) apresenta uma série de estudos e pesquisas que buscam estabelecer tal correlação, mostrando entretanto que ela é de difícil aferição e que ainda não existem dados convincentes.

exemplo, LEVITT, 1958; e anteriormente SHELDON, 1923) consideravam que a empresa é uma instituição econômica que tem somente responsabilidades desde esse ponto de vista. Defendiam que os mercados livres fariam cargo de suas responsabilidades sociais, cabendo no mundo dos negócios o interesse puramente econômico. Daí em diante uma vasta produção de literatura acadêmica sobre responsabilidade social começa a ser mais amplamente divulgada. Poderíamos citar, a título de ilustração, alguns expoentes mais importantes tais como: CARROL (1979) que avança a conceituação de Responsabilidade Social Empresarial, definindo-a como a realização em conjunto das responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Afastando-se da idéia de obrigação, ACKERMAN (1975) e SETHI (1975) desenvolveram o conceito de resposta social corporativa (*corporate social responsiveness*), orientado à ação no que se refere à capacidade de uma empresa para responder às demandas da sociedade. Na década seguinte, FREEMAN (1984) desenvolve a famosa Teoria dos Stakeholders que preconiza a idéia de uma empresa que não é um autômato, mas um conjunto de relacionamentos que devem ser sustentáveis em si mesmos como garantia de prosperidade econômica, social e ambiental. Mais recentemente, os desenvolvimentos teóricos mais importantes foram os desenvolvidos por ELKINGTON (1994; 2001) com o conceito de *Triple Bottom Line*, ou seja, de que a geração de valor pela empresa engloba a geração de capital humano (*people*), capital natural (*planet*) e capital econômico (*profit*); e a teoria da competitividade desenvolvida por PORTER e KRAMER (2006) que busca na conciliação da visão estratégica do administrador com uma visão social ampla a construção de diferenciais para as empresas.

No âmbito dessa produção científica no campo da Administração, a literatura gerencialista, calcada nas decisões dos indivíduos-gestores, abre espaço para uma percepção da empresa como entidade moral. Assim, as decisões deixam de ser atribuídas apenas aos indivíduos, e considera-se a hipótese de que possam ser tomadas pela própria organização – na qualidade de uma estrutura decisória composta por objetivos, regras e procedimentos. A idéia de responsabilidade individual dá lugar a uma responsabilidade corporativa, passando de uma perspectiva individualista para uma perspectiva organizacional, que transcende à mera agregação das ações dos sujeitos (VENTURA, 2005). A partir dessa visão, a idéia de responsabilidade veio dissociando-se progressivamente da noção de filantropia no campo das teorias de gestão e no próprio pensamento de empresários, executivos e gerentes, passando a referir-se às conseqüências do negócio. Consubstancia-se, então, a noção mais corrente hoje de RSE, passando a empresa a ser tratada como um ator estratégico para a sociedade.

Mas, vale dizer que não somente a literatura produzida no campo científico da administração tem um papel central na difusão do conceito de RSE e na formação de mentalidades gerenciais. Os chamados “livros de negócios” (BARBOSA, 2002), que incluem os *best-sellers* e *livros de gurus* também são importantes difusores de termos e receituários sobre os conceitos e os usos da RSE. Relacionados à constituição de uma cultura de negócios atópica, ou seja, que não se ancora em lugares geográficos específicos, essa literatura apresenta a empresa como uma instituição autônoma em relação a sistemas econômicos e sociedades específicas, “tornando os repertórios de imagens a seu respeito um espaço ‘global’ (BARBOSA, 2002, p. 218). A bibliografia sobre gestão é um dos difusores mais importantes da cultura de negócios.

Para além desta literatura da administração científica ou do mundo dos negócios, o estudo que é aqui desenvolvido pretende aprofundar essa discussão teórica no campo das Ciências Sociais, ao propor um problema de pesquisa que se insere na vasta e instigante relação entre público e privado. De um modo geral, essa relação é marcada por tensões e conflitos de interesse, mas na constituição do discurso sobre a RSE é equacionada, de diferentes formas em congruência com diferentes intenções, como uma nova e imprescindível modalidade de cooperação entre público e privado no contexto contemporâneo. O que mudou? Numa primeira aproximação, a tentação é a de dizer que o que acontece no nível discursivo dos atores envolvidos reflete uma tentativa de “mascarar” as “verdadeiras” intenções por trás dessa inevitável necessidade de parceria. Essa afirmação se insere numa longa discussão sobre o papel das ciências sociais e as representações². Não queremos aqui afirmar que o cientista social tem o papel de descortinar o que está oculto por trás das representações e é inalcançável e inconsciente para os próprios atores sociais (DURKHEIM, 2007). Queremos afirmar, isto sim, que o campo simbólico não se desvincula do das ações, o discurso orienta práticas, no sentido de que imaginar o mundo é também cria-lo, bem como ao agir, reflexivamente, inventam-se e reafirmam-se as significações desta ação. É o que tentaremos esboçar através da alquimia teórica composta por conceitos de Weber, Bourdieu, Gramsci, Laclau e Mouffe, Mauss e Anderson, proposta no capítulo 1. No tipo de abordagem teórica que nos propomos desenvolver, a RSE adquire significado do ponto de vista político-simbólico na medida em que é tomada como objeto de relações sociais de combate que o presente trabalho se propõe a investigar, sistematizar e compreender.

² De alguma forma, Otávio Velho discute essa questão em artigo intitulado “Antropologia e a Questão da Representação”, do qual retiramos um pensamento bastante sintético e inspirador de Paul Ricouer: “um trabalho não apenas espelha o seu tempo, mas abre um mundo que carrega dentro de si” (VELHO, 1992, p. 51).

Os capítulos 2 e 3 representam uma retomada histórica das relações entre Estado, Sociedade e Empresários no Brasil e na Argentina em torno da questão social e o capítulo 4 é uma síntese comparativa dos dados levantados complementados por outros estudos de caráter comparativo das duas realidades nacionais. Tal síntese comparativa foi norteada por três eixos temáticos selecionados, quais sejam: 1) Questão social, raça e elites empresariais; 2) O Estado e a nação imaginada pelas elites empresariais; e 3) Os mundos empresariais argentino e brasileiro. Nesse último eixo, discutimos os seguintes aspectos: processo de industrialização, participação política e polivalência do empresariado, associativismo e a ação coletiva das elites empresariais. Essa retomada histórica tem a pretensão de nos instrumentalizar tanto para a análise comparativa quanto para reconhecer rupturas e continuidades na ação empresarial dita e assumida como socialmente responsável em relação ao passado.

i.2 - Fatores importantes para a emergência da RSE

Como pano de fundo do debate sobre razões e fundamentos da RSE no plano administrativo-gerencialista, existe toda uma discussão sobre as transformações sócio-econômicas e culturais recentes – agrupadas sob controversos conceitos como os de globalização, sociedade pós-industrial, sociedade em rede, modernidade tardia, modernidade líquida, pós-modernidade, era da informação. Tais transformações estão moldando novos cenários e tendências e, como não poderia deixar de ser, têm transformado as formas de atuação das empresas nas sociedades contemporâneas, assim como têm remodelado seus interesses e suas formas de organização.

Os anos 80 fizeram a passagem para um novo cenário empresarial, sobretudo a partir da chamada revolução da informação que envolve não somente o incremento de novas tecnologias na produção de bens e serviços, mas também uma maior agilidade e flexibilidade nos processos organizacionais. Estabeleceu-se um ambiente de competição acirrada que promoveu, dentre outras coisas, esforços permanentes em direção à chamada satisfação de clientes e consumidores que, por sua vez, vêm se tornando cada vez mais cílios e exigentes de seus direitos. Nesse novo cenário, ocorrem mudanças no padrão de acumulação do capital, em função da crise do modelo fordista, abalado interna e externamente (HARVEY, 2001). Harvey denomina essa readequação do capitalismo de “acumulação flexível”, em que a produção em larga escala, altamente padronizada e a ser consumida em massa, é paulatinamente substituída pela produção menor e mais ágil, que visa atender demandas

especializadas³. Essa nova forma de regulação do capital admite ou necessita de formas de trabalho igualmente flexíveis, como as contratações temporárias e a terceirização de certas etapas da produção. Dessa transição interessa-nos especialmente avaliar se trata-se de uma reformulação de caráter exclusivamente econômico no sentido de um aumento da racionalidade instrumental com relação a fins dos agentes e/ou se ela inclui uma reconfiguração no campo dos valores. Por outro lado, o Estado “encolheu” no que se refere à intervenção na economia, passando a atuar e arbitrar cada vez menos sobre o funcionamento do mercado de acordo com os cânones ditados pelo chamado Consenso de Washington. A sociedade civil, em contraponto, se (re)organizou com a multiplicação das organizações não-governamentais e, mais amplamente, do chamado Terceiro Setor, em torno de alternativas para os graves problemas sociais dos nossos dias, cuja influência é, em muitos casos, global.

É nesse novo cenário, de sentimentos híbridos e tendências muitas vezes contraditórias, que as empresas têm buscado afirmar outro modo de atuação. Como resposta aos desafios de competitividade e produtividade, surge um forte discurso baseado na idéia da qualidade de produtos e serviços que se volta tanto para os processos de produção (distribuição, comercialização, logística etc.) quanto para a necessidade de um tratamento acurado dos relacionamentos compreendidos na atividade empresarial (empregados, fornecedores, clientes, comunidade, investidores e acionistas, poderes públicos, meios de comunicação, dentre outros). Dentre as ações empresariais voltadas para a comunidade, se enquadram aquelas de caráter social e/ou cultural, sob a forma de financiamentos, apoio profissional ou atuação direta em projetos sociais e culturais em áreas cuja responsabilidade antes era considerada exclusiva do Estado. No discurso dos empresários expressa-se a idéia de que o papel da empresa é não somente o de geração de valor econômico, mas também de valor social e ambiental. Segundo Fernando Almeida (2004, p. 11), presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBEDS, “a idéia de empresa sustentável é uma abstração. O que existe é uma sociedade sustentável”.

³ “(...) o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho –, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível. (...) Entretanto, como Simmel sugeriu no alvorecer do século XX, é também nesses períodos de fragmentação e de insegurança econômica que o desejo de valores estáveis faz surgir uma ênfase intensificada na autoridade das instituições básicas – a família, a religião, o Estado” (HARVEY, 2001, p. 159). Sobre este último ponto, a recomposição do campo religioso e a vertiginosa explosão de novas formas de religiosidade foram por mim analisadas em trabalho anterior no sentido apontado por Simmel em OLIVEIRA, 2000.

Por tudo isso, o movimento pela adoção de práticas de RSE é tomado no presente trabalho como um caso exemplar das redefinições de fronteira entre público e privado na contemporaneidade, bem como de combate (no sentido constitutivo e não disjuntivo) de atores clássicos como o Estado, o empresariado e a sociedade civil organizada, além de grupos de interesses que os fazem existir enquanto atores. É nesse sentido que retomaremos a caracterização do movimento pela RSE, não buscando sua origem em termos cronológicos mas sim analisando os pontos que o fundamentam e que realçam de maneira mais substantiva as relações entre público e privado. Vários são estes pontos e sua análise em si mesma talvez já representasse o escopo para uma tese. Mas, para o que se pretende, será bastante identificá-los e caracterizá-los brevemente, deixando os aprofundamentos para a análise empírica dos casos.

A idéia de que as empresas só recentemente têm assumido responsabilidades fora de sua esfera tradicional de atuação, ou seja, a esfera econômica, passando a atuar na esfera social e na geração de valor ambiental, é, no mínimo, apressada. Para não dizer equivocada. Se considerarmos, por exemplo, práticas como as de caridade, filantropia, trabalho voluntário e educação para o trabalho, vemos claramente que são práticas que sempre existiram, perpassando a relação entre Estado, Sociedade Civil e Empresas, bem como constituindo o que chamamos de espaço público. Por outro lado, vale dizer que existiram, na maioria dos casos, sem os massivos investimentos e esforços tanto de auto-reconhecimento quanto de publicização junto à sociedade em geral com que ocorrem atualmente. Para além de serem mais comunicados ou visíveis, os investimentos da iniciativa privada bem como a maior organização da sociedade civil em relação às questões sociais e ambientais parecem de fato ter ganhado uma proporção inédita. O incremento em quantidade, a substantiva diversificação desses investimentos, sua apresentação como traço constitutivo da imagem de uma empresa de sucesso e, acima de tudo, o seu delineamento como uma espécie de “movimento” chamam especial atenção.

Assinale-se que sob a bandeira da RSE delinea-se um espaço contraditório de relações sociais, no qual os interesses e necessidades vão se constituindo em demandas, na medida em que são apropriados pelas organizações e se institucionalizam como resposta. Trata-se, portanto, de um movimento que vem se constituindo como um campo de discurso variado, mas em cruzamento, por onde passam as correntes reformadoras do movimento empresarial dos anos 90; os herdeiros das tradições liberais e sua defesa das diversas formas de associativismo; os grupos ligados a qualquer forma institucionalizada de religião bem como líderes praticantes de uma espiritualidade não institucionalizada e/ou “filosófica”; o

discurso ecológico e seus diversos representantes, dentre outros. Assim, o movimento da chamada RSE se realiza como parte de um processo mundial que envolve um conjunto de práticas institucionalizadas, valorizadas de modo explícito como imprescindíveis para a construção de uma imagem de sucesso das empresas, e de modo implícito, como forma de atuação política e social.

A associação entre RSE e Sustentabilidade é de natureza profunda. A imagem do progresso representada pela velha fábrica com uma torre que lança fumaça para o alto opõe-se hoje, após um grande susto, à idéia de que o desenvolvimento é necessário, mas não pode comprometer a existência da própria espécie humana nas suas gerações futuras. Temas contemporâneos como as mudanças climáticas e o aquecimento global, o fim de certos recursos naturais, a intervenção genética como forma de ampliar a produtividade e o desaparecimento de certas espécies animais e vegetais pela ação humana e a conseqüente necessidade de preservação ambiental; bem como, voltando um pouco atrás no tempo, os acidentes industriais de grandes proporções, a poluição, as chuvas ácidas, fizeram nascer de maneira mais ampla uma nova questão pública de caráter global: a preservação do meio ambiente. Trata-se da “ambientalização” dos conflitos sociais na qual estamos diante de “um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da ‘ambientalização’, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’” (LOPES, 2004, p.17)⁴.

Se, por um lado, temos a “globalização dos problemas” – a questão ambiental é exemplar disso, afinal ela localiza-se além das fronteiras nacionais – por outro lado, descortina-se um novo cenário de atuação empresarial no qual as formas tradicionais de competitividade e produtividade são revistas. Ao entender a produção de bens e serviços como um processo integrado e dinâmico que envolve várias partes interessadas, surge uma tendência de que as empresas passem a reconhecer que a geração de valor e de confiança, tendo como base os princípios do capital social e da governança, é hoje um de seus principais desafios. Pode parecer paradoxal, mas é exatamente no mundo no qual o capitalismo sagrou-

⁴ Tal processo de interiorização da questão do meio ambiente conta com alguns fatos marcantes, os quais foram delineando os seus principais pontos. Nesse sentido, destacam-se o Relatório Meadles e a Conferência de Estocolmo em 1972; bem como o Relatório Brundtland e a Conferência do Rio de 1992 (ECO-92) e, mais recentemente, os relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC. Tais esforços resultaram em propostas e caminhos. Temas como a Agenda 21, o Protocolo de Kyoto, as reuniões da Conferência das Partes – COP, os selos ambientais ISO 14000, os programas de educação ambiental, as inovações com vistas à redução de emissão de gases poluentes, a necessidade de preservação ambiental (especialmente de certos biomas, dentre os quais se destaca o caso da Amazônia no Brasil) e as práticas de reciclagem de resíduos são os que mais se destacam na mídia e nas práticas e discursos das empresas.

se como modo de produção hegemônico – em que há a preponderância do capital financeiro sobre o produtivo, em que as fronteiras nacionais se abrem à competição internacional e o Estado recua frente à auto-regulação do mercado – é que vemos a emergência de discursos e práticas que defendem a ética, a transparência e governança como verdadeiros mediadores das relações e como fatores de inovação empresarial. Conforme atesta COHEN (2003, p. 446)⁵, “o termo ‘governança’ diz respeito a sistemas de poder que contam com mecanismos de controle regularmente exercidos e que geram aquiescência sistemática sem exigir a presença de uma autoridade política ou jurídica formal – um “governo” – e sem incluir necessariamente uma hierarquia”.

O âmbito de utilização do conceito e das práticas de governança, por exemplo, vai do político e público ao privado e à empresa, compreendendo a idéia de que a mediação das relações entre os grupos de interesses constrói sistemas de participação democráticos e, conseqüentemente, relações mais éticas nos diversos ambientes sociais, incluindo o ambiente corporativo. A discussão inclui ainda a idéia de que as práticas de governança têm ampliado a cultura de transparência, participação e flexibilidade nas organizações. No âmbito estatal, governança consiste na capacidade dos governos de solucionar problemas da agenda do país por meio de políticas formuladas e implementadas de modo pertinente, ou em outras palavras, “tomar e executar decisões, garantindo sua continuidade no tempo e seu efetivo acatamento pelos segmentos afetados” (DINIZ, 2002, p. 71). No âmbito das empresas, surge a governança corporativa que implica transparência e participação de dos diversos níveis hierárquicos nas tomadas de decisão, das quais tradicionalmente só a soberania do grupo gestor de alta posição hierárquica e a vontade dos acionistas se impunha⁶. A expressão governança corporativa conquistou o *status* de sinalizador de uma política de transparência e respeito em face de todos os setores relacionados à empresa. Sendo assim, compreende uma prática gerencial,

⁵ Jean Cohen situa a substituição do termo governo por governança como parte das mudanças no âmbito da legalidade trazidas pela globalização, associando-as às noções de *soft law* e constitucionalismo societário. Embora sua análise seja afeta à sociedade civil e o direito não seja propriamente um parâmetro desta, conforme salienta a autora, “é o veículo por meio do qual ela se institucionaliza” (COHEN, 2003, p. 445). Assim, “governança” remete a várias dimensões do sistema global emergente e a importantes fatos de ordem local. As novas formas de governança causam uma proliferação de organizações voltadas para as necessidades, problemas e oportunidades com que as pessoas se defrontam no dia-a-dia e que resultam das novas interdependências criadas e possibilitadas pelo capitalismo global.

⁶ De acordo com dados de pesquisa da Fundação Dom Cabral apresentados por Herbert Steinberg na Conferência de Responsabilidade Social realizada pela FIEMG em 2004, as principais razões para que as empresas criem modelos de governança são: profissionalização, 67,7%; separação entre gestão de patrimônio e gestão de negócio, 39,1%; fusões e aquisições, 37,5%; reorganização societária, 35,9%; participação de investidores institucionais no capital, 28,1%; solução para o processo sucessório, 23,4%; resposta à cobrança por maior responsabilidade social, 21,9%; alianças e parcerias, 12,5%; abertura no processo de gestão, 10,9%; terceirização, 3,1%. Como se pode notar a preocupação com o tema da governança está muito mais ligada à solução de problemas internos da empresa do que à melhoria de seu relacionamento com a sociedade frente às cobranças por responsabilidade social.

administrativa, que releva, numa estrutura orgânica de participação, os diversos interesses e enfoques, vindos dos acionistas, dos assalariados, dos clientes, dos fornecedores e da comunidade, que pode ser afetada por questões de segurança, de emprego e de meio ambiente. Vale dizer que a valorização das práticas de governança insere-se num contexto de crise de confiança no mundo empresarial que se tornou grave e pública após o emblemático caso Enron nos Estados Unidos. A necessidade de atuar no mercado global, de melhorar sua imagem pública e de prestar contas aos acionistas e à sociedade como demonstração de transparência, ética e confiança fez com que as empresas aderissem aos instrumentos de governança. Mas, as novas formas de governança não são sempre democraticamente estruturadas, transparentes ou responsabilizáveis e muitas vezes padecem de um formalismo que não implica mudança substantiva das práticas. Em muitos casos concretos, não há prestação de contas a um corpo de cidadãos nem a sua representação real nos processos decisórios (COHEN, 2003).

Os movimentos da sociedade civil organizada passam a expressar-se em uma dimensão mais participativa, buscando canalizar as novas demandas sociais e obter uma legitimidade popular maior. A cooperação e a confiança passam a fazer parte do processo de interação comunitária, contribuindo para o seu desenvolvimento do chamado "capital social"⁷. No vocabulário dos empresários, executivos e gerentes bem como de consultores e especialistas oriundos de ONG's e de quadros do Estado reconhecem-se três formas de capital, ou seja, três formas de ativos que produzem riqueza e desenvolvimento: a) o capital físico natural, constituído pelos recursos naturais de um país; b) o capital construído pelo homem, que inclui a infra-estrutura, o capital financeiro e comercial; c) nos anos 1970-1980 incluiu-se o capital humano, referindo-se às habilidades, conhecimentos e criatividade com que os indivíduos contribuem para a vida econômica (KLIKSBERG, 1999).

No campo das ciências sociais o debate em torno do potencial de produção de riqueza e desenvolvimento que flui das várias formas de associação coletiva é bastante vasto. O capital social refere-se aos laços de confiança, compromisso, reciprocidade, cooperação e solidariedade, capazes de estimular normas, contatos sociais e iniciativas de pessoas para aumentar o desenvolvimento humano e econômico. O conceito foi trabalhado sob diferentes enfoques por BOURDIEU (1986), COLEMAN (1988), PUTNAM (1996) e EVANS (1996),

⁷ É muito comum o uso da expressão *empowerment* ou empoderamento, tanto no vocabulário de organizações da sociedade civil, de técnicos e burocratas do Estado e de empresários, como transferência de poder para o indivíduo e/ou comunidade no sentido de repassar informação, formas de conhecimento e *know-how* técnico com vistas à construção local de formas participativas de autogestão e mais amplamente de ação cidadã e multiplicação do capital social.

só para citar alguns expoentes. A análise de Pierre Bourdieu focaliza os benefícios que resultam em virtude da participação dos indivíduos em grupos e o papel que a sociabilidade pode trazer aos indivíduos. Para Coleman o capital social é criado por indivíduos racionais que atuam livremente para construir a rede de relacionamentos que maximizará suas oportunidades sociais e econômicas. O componente-chave da definição de James Coleman é a confiança entre os indivíduos que fazem parte do mesmo círculo estreito de relações que reduz os custos das transações entre eles. A principal referência sobre o nexo entre capital social e política é a de Robert Putnam. O capital social refere-se ao conjunto de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento que podem melhorar a eficácia da sociedade na solução de problemas que exigem a ação coletiva, na visão do autor variáveis explicativas do desenvolvimento econômico. Peter Evans, procurando representar uma alternativa neo-institucionalista à visão "culturalista" de Putnam, enfatizou o papel decisivo da burocracia estatal na formação de capital social. A função do Estado passaria da ação reguladora da interação social para a de indutor e mobilizador do capital social, ligando cidadãos e mobilizando as agências públicas a aumentarem a eficiência governamental, a partir de uma sinergia entre o Estado e a sociedade civil como um conjunto de relações que ultrapassa a divisão público-privado.

Em suma, o problema central aqui não é de ordem teórica mas sim de entender como os agentes sociais se apropriam do tema do capital social no debate que tem como pano de fundo a emergência da RSE. Nesse debate circula, de maneira mais geral, a noção de que o capital social não é um atributo cultural, ele pode ser criado – desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos alternativas aos comportamentos sociais individuais. Vale dizer que o termo capital social é incorporado ao vocabulário de empresários, governantes e funcionários do corpo estatal bem como por organizações da sociedade civil com graus variados de aprofundamento conceitual, mas sempre guardando certa relação com as novas necessidades e pautas de ação dos agentes ligados ao desenvolvimento econômico e social. De certa forma, a tônica nos discursos de tais agentes, o capital social é assumido como algo que pode e deve ser criado e de que é uma responsabilidade social construí-lo. A importância dada ao tema do desenvolvimento econômico e social, no qual o conceito de capital social é central, para os países latinoamericanos tonou-se crucial em face dos problemas sociais por aqui enfrentados. A crise do Estado, os altos índices de inflação, a adoção de políticas de ajuste, a globalização, o desemprego, o acentuado empobrecimento da população e o aumento das desigualdades sociais influenciaram a vida dos indivíduos e da sociedade de maneira geral. Se a democracia

estava restabelecida, como no caso de Brasil e Argentina, o desafio de enfrentar a pobreza e a injustiça social ganhou mais força na agenda política. Novas formulações enfatizaram a necessidade de uma integração entre a diversidade cultural, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano, diante do aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Nesse contexto, uma das respostas foi a grande expansão de organizações da sociedade civil e um restabelecimento dos movimentos sociais em novos moldes. Também tratado por alguns autores como um campo de atuação que não é o Estado e nem o Mercado, uma expressão que vem se aplicando para denominar esse espaço de atuação é o termo Terceiro Setor. Falar em sociedade civil ativa não é um fenômeno novo ou característico especificamente do cenário que estamos buscando construir⁸. Rubem César Fernandes (1994) cita o “sacerdócio universal” defendido pela reforma protestante no século 16 que abria a igreja para a participação dos fiéis, e, mais tarde, no século 19, o ingresso das classes trabalhadoras na vida pública como exemplos da antiguidade do fenômeno. As associações voluntárias sempre estiveram presentes nas comunidades, não sendo especificamente relacionadas ao surgimento do chamado Estado de bem-estar (COELHO, 2002). Normalmente elas aparecem ligadas a alguma instituição religiosa, cujos valores sempre foram “um bom terreno” para práticas voluntárias. Ou seja, a participação popular e a atividade associativa não são novidades dos tempos que correm. Entretanto, é notável que elas se expandam hoje em números e formas sem precedentes históricos que lhes garantem peculiaridades que merecem nossa atenção⁹. Sobretudo porque se fala hoje da construção de

⁸ A referência clássica é, sem dúvida, a de Alexis de Tocqueville (1969) em seu clássico *Democracia na América*, cuja primeira edição é de 1835 no qual analisa o papel ativo do associativismo na sociedade estadunidense.

⁹ Sobre a expansão das associações civis nos anos 70, Salomon (*apud* FERNANDES, 1994, p. 17) comenta: “um survey que realizei em 1982 sobre organizações não lucrativas de serviço social em 16 comunidades norte-americanas mostrou que 65% das organizações então existentes haviam sido criadas depois de 1960. Praticamente, cada um dos grandes movimentos sociais das últimas três décadas nos Estados Unidos (...) teve suas raízes no setor não lucrativo. Na França, o número de associações deu um salto igualmente expressivo. Mais de 54.000 associações foram criadas somente no ano de 1987, em contraste com 10.000 a 12.000 por ano na década de 60. Entre 1980 e 1986, a arrecadação das organizações filantrópicas (*charities*) britânicas cresceu cerca de 221%. Estimativas recentes registram em torno de 275.000 *charities* na Grã-Bretanha, com um ingresso equivalente a mais de 4% do produto nacional bruto. Na Itália, pesquisas indicam um forte impulso na formação de organizações voluntárias nos anos 70 e 80. Das organizações encontradas em 1985, 40% haviam sido criadas depois de 1977”. Rubem César Fernandes, em estudo realizado pelo ISER e que trata do chamado terceiro setor na América Latina, mostra que “a atividade associativa ganha impulso nos anos 70 e acelera dos 80 para cá. Isto é notório para alguns movimentos, como os de mulheres, de indígenas, de minorias étnicas, de ecologia, de consumidores”. O marco dos anos 70 inclui o reforço de pesquisas realizadas no Brasil e em outros países (Chile, Argentina, Quênia, África do Sul, Bangladesh e Filipinas), mostrando que em torno de 65% das associações civis existentes neles foram criadas a partir de 1970. Mesmo no Leste Europeu socialista, “as oposições formavam redes autônomas de sociabilidade, criação cultural e defesa dos direitos humanos, abrindo espaços de afirmação da cidadania em contraponto ao Estado onipresente” (FERNANDES, 1994, p. 16). .

uma “sociedade civil planetária” que busque internacionalizar os instrumentos da participação cidadã.

Além da expansão, as características atuais dos movimentos associativos apontam para um modelo que congrega uma dimensão internacionalizante a partir de “causas” e ações que transcendem as fronteiras nacionais com um enraizamento nos vínculos e redes locais. Se, se condiciona pelo Estado, absolutamente não se localiza nele, nem se ordena pela clássica divisão capital/trabalho, hoje complexificada por processos como os de acumulação flexível e a multissegmentação dos mercados e classes. Não há, portanto, uma hierarquia rígida ou mesmo centro que possa congrega tudo o que englobam as atividades associativas contemporâneas. A caracterização do chamado Terceiro Setor, engloba na visão de Salomon, (citado por FERNANDES, 1994, p. 19) “a) organizações estruturadas; b) localizadas fora do aparato formal do Estado; c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; d) autogovernadas; e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário.”

Além dessas características, são marcantes nos movimentos associativos contemporâneos duas categorias centrais que, mais do que definir suas feições, comunicam sua forma de lidar com o Estado e o Mercado. Tais categorias são as de “não-governamental” e “não-lucrativo”. Sendo assim, o autor organiza, a partir das categorias público e privado, a denominação de cada um dos setores:

Quadro 1 – Agentes, fins e setor

AGENTES		FINS		SETOR
Privados	para	privados	=	mercado
Públicos	para	públicos	=	Estado
Privados	para	públicos	=	Terceiro Setor
Públicos	para	privados	=	(corrupção)

Fonte: FERNANDES, 1994, p. 21

Há duas grandes linhas de leitura dessa nova conformação entre Estado-Mercado-Sociedade Civil Organizada: a primeira vê nesse fenômeno a conformação de uma nova esfera pública dissociada da visão de que o Estado é o único agente social capaz de cuidar dos interesses públicos. A expressão “público não-estatal” representa essa primeira linha analítica (PEREIRA e GRAU, 1999). A segunda vê o fenômeno como expressão da privatização do espaço público, ou seja, é o mercado com seu “toque de Midas” transformando as relações sociais de maneira a incutir nelas a lógica egótica do privatismo (SANTOS, 2002).

Vemos desenharem-se então cenários de atuação específicos para as empresas na contemporaneidade. Nesses cenários, mudanças significativas na condução dos negócios e no próprio entendimento do que é a empresa desencadeiam tanto novas formas de organização da produção de bens e serviços quanto novas formas de inserção mercadológica. A questão ambiental é um dos fatores mais palpáveis como causa concreta de mudanças, sobretudo por conformar um novo ideário sobre o progresso bem como uma série de exigências que culminam na ambientalização de relações sociais (com todo o peso que a equação “*natural = imutável*” tem). Há também uma valorização de certo tipo de qualidade nas relações sociais em que a democracia (leia-se: participação) e o associativismo são vistos não somente como fomento do vínculo entre as pessoas, mas principalmente como agentes de desenvolvimento e geração de riquezas. No âmbito empresarial, as práticas de governança corporativa e a incorporação do conceito de capital social – de forma bem mais pragmática do que o debate acadêmico sugere – podem exemplificar esse movimento. Na conformação da esfera pública, há um considerável incremento do chamado Terceiro Setor ou das organizações da sociedade civil em torno de direitos e de causas sociais, abrindo um vigoroso debate sobre os papéis e a qualidade da participação da iniciativa privada e do Estado nas questões de interesse público.

Na América Latina, os processos de diminuição do Estado e aprofundamento do modelo econômico liberal tiveram ampla influência por meio de reformas e ajustes que, além de conseqüências desiguais, geraram profundos impactos sociais resultantes de um crescimento lento e irregular. Por outro lado, trouxeram também a necessidade de atuação internacional para as empresas locais. Tais conseqüências são elencadas por AGÜERO (2005) como fatores fundamentais à mobilização em torno da RSE. Analisando o contexto latinoamericano de um modo geral, o autor destaca três fatores que, hipoteticamente, podem ser reconhecidos como determinantes do surgimento de ações para a promoção de conceitos e práticas relativos à responsabilidade social das empresas. O primeiro é que, ao lado do processo de redemocratização e rearticulação da sociedade civil emerge um cenário de desemprego, pobreza, aprofundamento das desigualdades e violência. Frente a esse quadro, as empresas, agora mais expostas ao escrutínio público, precisam atender a consumidores com melhor nível de educação (ou de acesso à informação) bem como resolver problemas sociais adjacentes a elas, com vistas a antecipar-se aos conflitos com a comunidade e a disputar com a sociedade civil, cujo poder vê crescer. O segundo elemento elencado pelo autor é uma mudança na mentalidade e no comportamento segmentado e particularista dos líderes empresariais para assumir uma orientação mais universal em âmbito nacional (seguindo Olson, o autor fala de uma passagem da estratégia limitada de redistribuição para uma

estratégia ampla do ganho coletivo), marcada tanto pela influência de intelectuais orgânicos que estabeleceram a conexão entre políticas públicas para promover um contexto social estável e equilibrado e o desempenho dos negócios, como também marcada pela inspiração religiosa e pela participação em associações de imigrantes. Por último, o autor destaca alguns desenvolvimentos recentes nas teorias de gestão que enfocam a importância da relação empresa e comunidade tanto para a produtividade quanto para a competitividade. Tais fatores e a combinação entre eles na realidade local de cada país precisam, na visão do autor, serem mais bem examinados. O trabalho de investigação que nos propomos é uma tentativa de contribuição ao aprofundamento das hipóteses explicativas para a emergência e o delineamento de um movimento em torno da RSE.

i.3 – O desenho da pesquisa

A partir do que foi brevemente esboçado acima, podemos dizer que a emergência de um campo de discursos sobre responsabilidade social das empresas e, juntamente com esse discurso, de um campo de ações e práticas de *filantropia empresarial, investimento social privado, responsabilidade social* ou, de maneira mais ampla, de intervenções sociais no espaço público oriundas da iniciativa privada, escolhemos como objeto empírico a observação das entidades promotoras do tema e orientadoras de sua institucionalização. O estudo se propõe ser uma análise comparativa do comportamento desta tendência global em dois contextos nacionais distintos: Brasil e Argentina¹⁰. A temática que pretendemos desenvolver nesse estudo insere-se num campo de estudos denso e fundante tanto da condição humana¹¹ quanto do pensamento humano sobre a condição do ser no mundo, qual seja, o binômio público e privado.

São variados os termos, expressões e palavras que comumente caracterizam o universo da Responsabilidade Social Empresarial – tanto nos discursos quanto nas práticas empresariais dos dois países. A título de exemplos poderíamos citar: Responsabilidade Social, Responsabilidade Social de Empresas, Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Sócio-Ambiental, Responsabilidade Pública, Responsividade Social, Comportamento Social Corporativo (*Corporate Social Performance*), Investimento Social

¹⁰ Em um número especial do *Journal of Corporate Citizenship*, dedicado à chamada cidadania corporativa na América Latina, José Antônio Pupim de Oliveira (2006) levanta uma lacuna: existe uma vasta produção acadêmica sobre a cidadania corporativa, a julgar por exemplo pelo número de publicações sobre o tema apresentadas na ENANPAD, porém todas elas ainda se voltam para uma discussão da dinâmica interna de cada um dos países latino-americanos e não para estudos comparativos.

¹¹ Referimo-nos aqui à tradição de pensamento filosófico representada especialmente por ARENDT (2001).

Privado, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Comunitário, Cidadania Corporativa, Filantropia Empresarial, Filantropia Cidadã, Ética nos Negócios, Cidadania Empresarial, Filantropia Transformadora, Cidadania Participativa, Ação Social Empresarial, Participação Social ou Comunitária da Empresa, Partes Interessadas (*Stakeholders*), Balanço Social, Governança Corporativa, Capital Humano e Capital Social, Confiança, dentre outros. A mesma multiplicidade semântica é verificada em língua espanhola e aproxima-se dos termos listados em língua portuguesa, destacando-se os seguintes: Reponsabilidad Social Empresaria, Relaciones Comunitarias, Inversión Social Corporativa, Asociatividad, Balance Social, Capital Social, Ciudadanía Empresaria, Comportamiento Social Empresario (*Corporate Social Performance*), Reporte y Auditoría Social (*Social Accounting Auditing and Reporting*), Desarrollo de la Comunidad, Desarrollo Sustentable, Desarrollo Sostenible, Ética Empresarial, Filantropía Empresaria, Gobierno Corporativo, Grupos de Interés (*Stakeholders*), Desempeño Social Corporativo, Inversiones Éticas, Marketing Social, Responsividad Social. É importante notar que por trás de tais variações escondem-se jogos de sentidos que são também jogos de poder, questão cujo exame teórico-analítico nos interessa diretamente.

A aparente similaridade dos termos – na sua estruturação e aplicação – é percebida tanto nos diversos discursos de atores diferentes no interior dos casos nacionais analisados como na comparação entre eles. Nas variações dos termos que nomeiam as práticas prevalece uma aparente similaridade na institucionalização da RSE em vários contextos nacionais e culturais diferentes obedecendo à lógica da chamada cultura de negócios (BARBOSA, 2002). Destaca-se, nesse sentido, como motivações explícitas para a realização de práticas de RSE presentes no discurso empresarial dos dois países, cada um a seu modo: 1) o ressurgimento e fortalecimento da democracia; 2) resposta de competitividade e produtividade bem como de legitimidade (junto a clientes e comunidade) no cenário da globalização; 3) o protagonismo do setor privado mediante as privatizações, a desregulação da economia e diminuição do Estado; 4) a reputação da empresa: melhoria dos níveis de vendas (motivação não somente altruísta) e melhoria da imagem interna, promovendo produtividade e coesão. Entretanto, ao realizar ações sociais, uma empresa não está somente à frente de uma iniciativa frente às carências sociais.

Há, pelo menos, duas dimensões que permanecem não discutidas ou explícitas nas intervenções da iniciativa privada no campo social: a primeira é o fato de que realizar uma ação ética ou social não torna a empresa no seu conjunto uma empresa ética ou socialmente responsável. A segunda diz respeito à dimensão política dessas ações, também não discutida,

uma vez que a empresa acaba por desenvolver uma política de assistência ou desenvolvimento social, decidindo onde, quando e em que investir e qual o público-alvo privilegiado. Não raro, para não dizer na maioria dos casos, essas ações são levadas a cabo através de incentivos fiscais ou de fundações com privilégios fiscais. Dito de outro modo: são recursos de natureza pública que no final das contas financiam a assistência social, porém a iniciativa privada tem o poder de decidir como, onde e em quem investir, além de obter ganhos de imagem frente a seus públicos e outros benefícios bem como a possibilidade de defesa de interesses de forma mais “simpática” (leia-se: legítima) ou até mesmo “menos explícita” no espaço público. Tudo isso no horizonte da ação das empresas. Do ponto de vista da ação coletiva do empresariado ou dos grupos organizados da sociedade civil, foco de nosso interesse, é preciso entender que promover a RSE é também promover certa visão do social – e do nacional em nossa perspectiva analítica –, portanto, há também um conteúdo político não muito discutido até agora. Este ponto é de fundamental importância para o trabalho que ora se apresenta, pois se pretende verificar como os sentidos dos termos da agenda de negócios global se re-significam nos dois contextos nacionais do Brasil e da Argentina, face às suas particularidades. Pretende-se ainda verificar se os atores, a partir de tais significados pressupostamente plurais em cada contexto nacional, estabelecem uma relação social de combate numa disputa hegemônica pelo “sentido correto” do conceito de RSE e práticas a ele adjacentes de modo a revelar uma percepção sobre a questão social e a proposta de um projeto para o país (a nação imaginada).

É essa variável política que não está presente explicitamente no discurso sobre a RSE que nos interessa discutir, mostrando como todo o trabalho de construção institucional em relação às práticas está permeado por “combates” (entre os diferentes grupos sociais e entre os diferentes atores que, por contraste, inércia ou interesses, conformam esse campo de práticas – Estado, Sociedade, Empresários), visando explicitar a dimensão que interessa e ocultar (“esquecer”) a que não interessa como objeto de debate público¹². A dimensão política, pensada como defesa de interesses, é relevante pois explicitar com liberdade os interesses (seguindo o princípio da *isegoria* da *polis* grega), além de ser o primeiro passo para a construção de consensos, oportuniza a reafirmação das regras, normas e principalmente dos

¹² ANDERSON (2005) mostra como o “esquecimento” é um importante mecanismo na construção do nacionalismo, ou melhor dito, de construção da condição nacional (*nation-ness*). Para sentir-se parte de um todo, o indivíduo precisa esquecer certas diferenças que o separam dos outros, fixando-se e potencializando, pela via da imaginação, aqueles elementos que geram um sentimento comum. Segundo o autor, “todas as mudanças profundas na consciência, pela sua própria natureza, trazem consigo amnésias típicas. Desses esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas. (...) O que ocorre com as pessoas modernas também ocorre com as nações. A consciência de estarem inseridas no tempo secular e serial, com todas as suas implicações de continuidade – fruto das rupturas do final do século XVIII –, gera a necessidade de uma narrativa de ‘identidade’ (Anderson, 2005: 278-279).

valores comuns de um grupo ou sociedade, consubstanciando a confiança como elemento de coesão entre os agentes nele envolvidos que pode propiciar o pacto social para a transformação, a mudança substantiva. Sendo assim, é mister discutir e construir uma interpretação forte sobre o papel do “combate” na constituição da vida social, tarefa mais ampla a qual nos propomos como horizonte teórico.

Assim, buscaremos caracterizar empiricamente o campo da Responsabilidade Social Empresarial como um campo de combates, de acordo com a definição de Weber, numa disputa hegemônica, de acordo com Gramsci e Laclau e Mouffe, por seu sentido correto, o que ultrapassa o nível interno da empresa e ganha o espaço público. O que está posto então é uma discussão de natureza política – para além das esferas formais do poder – no sentido para o qual aponta Bourdieu ao lembrar que “entre pessoas que ocupam posições opostas em um campo, e que parecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo [...] eles se enfrentam, mas estão de acordo pelo menos a respeito do objeto do desacordo” (BOURDIEU, 1996, p. 141). Por outro lado, conforme Norbert Elias, as próprias tensões e conflitos (leia-se: competição) entre os grupos presentes numa determinada formação social são o que a impelem para a mudança ou conservação. As formas de atuar e as formas de pensar a própria atuação moldam reflexivamente as ações dos agentes e o mundo sobre o qual agem, num processo dinâmico de determinação recíproca.

A reciprocidade, vista como um princípio não somente mediador da relação entre agentes e estruturas, pode ser percebida como um elemento fundante dos vínculos sociais. Assim, o campo da Responsabilidade Social das Empresas pode ser visto também como um circuito de dádivas – à maneira das sociedades primitivas – no qual circulam dinheiro, bens, informações, formas de conhecimento e técnica e através do qual os atores sociais envolvidos reafirmam seus laços de pertencimento a certa comunidade (principalmente de afinidade, mas também de classe, de origem, de *status*). No plano nacional, aparece a necessidade de reafirmar (pela via da disputa hegemônica calcada em relações de combate semântico) um projeto de país como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2005).

Vale ressaltar ainda que a partir das experiências de dois países de considerável importância na América Latina e, de alguma forma, no cenário internacional contemporâneo, buscar-se-á contribuir com um esforço teórico-analítico sobre as relações e geometrias possivelmente variáveis que compõem um campo de forças (políticas e simbólicas) a partir da clássica tríade Estado, Sociedade Civil e Mercado que tem por finalidade avaliar as reais possibilidades de cooperação entre esses três agentes na solução de problemas sociais. O

capítulos 5 e 6 são a apresentação dos dados empíricos e a sistematização dos mesmos na forma do teste empírico da hipótese delineada para em seguida apresentar e discutir a análise comparada que este estudo persegue como conclusão.

Como forma de caracterizar os antecedentes do que hoje denominamos RSE no Brasil e na Argentina – tomando como referência o horizonte mais amplo a atuação das elites empresariais *vis-a-vis* suas relações com o Estado, a Sociedade e o próprio Mercado – foram revisitados e interrelacionados um conjunto de dados históricos que abrangem as formas de resolução ou minimização da chamada “questão social”. Há três âmbitos que prioritariamente foram revisitados: o do associativismo privado em torno de questões de interesse público, o das políticas sociais e o das ações e intervenções empresariais propriamente ditas, sejam elas diretas ou mediadas pelos grupos organizados da sociedade civil e pelo Estado.

O tema da pobreza e das desigualdades, escolhido como fulcro da questão social no horizonte mais amplo dos discursos e práticas de RSE, é recorrente nas ciências sociais principalmente nos estudos de estratificação e mobilidade social. Entretanto, a visão das elites, especialmente as empresariais, sobre a pobreza bem como os fundamentos da coesão em sociedades tão marcadas pela desigualdade são campos de pesquisa ainda pouco explorados. No presente trabalho, o tema da pobreza e das desigualdades configura-se como uma chave de leitura que congrega os mais variados tipos de defesas em relação ao seu entendimento e às formas de combatê-lo e será abordado pela ótica das organizações promotoras da RSE do ponto de vista empírico. Não há a pretensão de fazer uma incursão teórica no assunto nem tão pouco de estudá-lo sob a ótica dos diversos agentes presentes no campo da questão social¹³.

Segundo Reis (2000) faltam sistematização, análise da formulação e implementação de políticas sociais e estudos que tomem em consideração o entendimento que os não-pobres têm sobre a pobreza. Sobre este último ponto, a autora ressalta que: “a questão da visão das elites não pode ser subestimada, pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável. (REIS, 2000, p. 144). A percepção oriunda das elites empresariais parece ser especialmente recusada, pois sua visão e ação é vista mais como parte do problema, afinal seus interesses muitas vezes chocam-se frontalmente com as soluções de

¹³ Como sublinham CARDOSO JR. e JACCOUD (2005, p. 184) (...) é possível e mesmo necessário diferenciar a questão da pobreza da questão social. Sob este ponto de vista, há, na verdade, dois aspectos relevantes a serem considerados. O primeiro refere-se à complexidade e à diversidade das questões que cercam o processo de reconhecimento da pobreza como um problema dotado de relevância social e legitimado no debate político. O segundo aspecto, que deve ser posto a partir de uma perspectiva histórica, é saber até que ponto, uma vez reconhecidos como legítimos, os objetivos de inclusão de grupos pobres da população e a busca da equidade têm sido canalizados para a via da construção da ação social do Estado.

problemas como os da pobreza e da desigualdade social. Mas, como nos adverte Weber (1986, p. 77): “ao contrário do que acreditam aqueles que olham hipnotizados para as profundezas da sociedade, não é nas massas que reside o perigo. Não é uma questão sobre a situação econômica dos dominados, mas sim, aquela sobre a qualificação política das classes dominantes e emergentes que constitui o conteúdo último do problema político-social”. Este trabalho pretende demonstrar como os combates em torno do tema, se é verdade que existem, descortinam sob uma nova linguagem a necessidade de fazer frente à questão social, representando mais uma etapa de reafirmação de certos padrões históricos das relações entre Estado, sociedade e elites empresariais que trazem em seu bojo rupturas e continuidades que buscaremos mapear.

i.3.1 A pergunta de partida

Em torno dos significados da RSE (tema/práticas/institucionalização) se instaura um processo de disputa hegemônica e o que ele revela em termos políticos e simbólicos sobre a posição dos grupos envolvidos quanto à questão social? Se de fato ocorre tal disputa, qual é o seu objeto, por que ocorre (segundo que motivações) e de que modo (articulando que elementos contextuais)?

i.3.2 Objetivos

De um modo geral, o trabalho tem como finalidade compreender teórica e historicamente e em perspectiva comparada a relação entre Empresa, Estado e Sociedade no Brasil e na Argentina modernos, tomando por assim dizer o século XX como horizonte, a fim verificar como se dá na contemporaneidade a apropriação de discursos e de práticas de RSE, mapeando, ao mesmo tempo, possibilidades e limites de efetividade destes discursos no avanço das agendas sociais no que aqui denominamos de campo da questão social. Algumas perguntas se colocam, especificando melhor o tipo de debate que se pretende desenvolver:

- ✓ Como as entidades que fazem o trabalho de institucionalização e divulgação da RSE representam os papéis da empresa, do Estado e da sociedade civil organizada nos dois contextos nacionais?

- ✓ Qual é o projeto de nação que tais entidades defendem no seu trabalho de promoção do tema? Há relações sociais de combate nesse trabalho? Ele é objeto de uma disputa hegemônica?
- ✓ Qual é a percepção da elite empresarial sobre a questão social (tendo como foco o problema da pobreza e das desigualdades)? Como se relacionam com problema da pobreza e das desigualdades, do ponto de vista histórico e contemporâneo? Qual o seu potencial transformador desta realidade – tanto isoladamente quanto em parceria com o Estado e as organizações da sociedade civil? O que está em jogo é de fato a transformação social ou estamos diante de soluções tópicas para o problema da coesão?
- ✓ Por que o empresariado brasileiro se lançou com tanta força e engajamento na promoção da RSE?
- ✓ Por que o mesmo não ocorre com o empresariado argentino?
- ✓ Por que são as organizações da sociedade civil que se lançam com maior ímpeto na promoção da RSE na Argentina?
- ✓ A dimensão ética da RSE é sobrevalorizada em detrimento da dimensão política? A dimensão política é ocultada?
- ✓ Há uma relação de desconfiança recíproca entre Estado, Sociedade e Empresas nas duas realidades nacionais? Ela é maior, comparativamente, no Brasil ou na Argentina? Ela acena com que grau de profundidade a possibilidade de um pacto coletivo para a transformação da realidade, a construção do bem-estar social e o aprofundamento da democracia?

i.3.3 Hipótese central

A idéia central desta tese parte da premissa de que estamos diante de uma reconfiguração das fronteiras entre público e privado na qual os atores clássicos nela envolvidos – o Estado, o mercado e a sociedade civil – criam novas inter-relações. Tomando as entidades promotoras do tema da RSE como unidade de análise, verificaremos se, ao realizar suas ações de difusão de idéias e de práticas, constituem um combate semântico na disputa hegemônica de projetos mais amplos, de natureza política. Paralelamente, no processo de intervenção social que estimulam, buscaremos entender se enfatizam mais a recriação e reafirmação de vínculos sociais ameaçados pelo aprofundamento das questões sociais e qual é a qualidade destes vínculos (reciprocidade, dádiva ou interesse egoísta, cálculo pragmático).

Dito de outro modo, a hipótese teórica que se busca construir e testar é a de que o conjunto dos discursos e das práticas de RSE é um código utilizado dentro do campo de poder (Bourdieu) da chamada “questão social”. Nesse campo, há uma disputa em torno do que é a forma correta de intervenção social das empresas que revela, hipoteticamente, uma disputa em torno de um projeto de país – como comunidade imaginada (Anderson) –, à margem das disputas político-partidárias (ao menos, por enquanto), a fim de tornar hegemônica (Gramsci; Laclau e Mouffe) certa interpretação do passado (ideologia) e certa visão do futuro (utopia)¹⁴. No interior dessa trama, relações sociais de combate (Weber), de natureza semântica (Laclau e Mouffe), constroem as próprias configurações do campo. As disputas entre agentes individuais e coletivos constroem laços simbólicos na forma de redes sociais recortadas por assimetrias de recursos que podem tanto estar ancoradas na troca-dádiva (Mauss) quanto no utilitarismo.

i.3.4 Notas metodológicas

Para realizar a avaliação da plausibilidade dessa hipótese, optou-se pela observação comparada do movimento pela Responsabilidade Social no Brasil e na Argentina, tomando como referência as organizações/entidades que trabalham com a divulgação do conceito e de suas práticas. Basicamente, a escolha dos casos se deu orientada pelas seguintes questões: o que faz o Brasil e a Argentina tão diferentes um do outro? Por que, mesmo quando o marco institucional é parecido, os modos de funcionamento das instituições tendem a ser tão distintos? Mesmo com tantos fatores históricos comuns, por que os dois países fronteiriços chegaram a configurações políticas, sociais, econômicas e culturais tão díspares? Frutos de um período de cinco anos de contato pessoal com a realidade argentina (incluindo um período anual de estadia no país de aproximadamente três meses), tais questionamentos necessitam de um forte grau de sistematização e pesquisa para serem respondidos. Vale dizer que eles remetem de pronto à existência de “estilos nacionais” de “fazer sociedade”, ancorados cada um deles numa matriz nacional distintiva de cultura política. Destaca-se uma idéia central que está posta como pano de fundo neste trabalho:

Ambos os países enfrentaram desafios semelhantes e não raro os resolveram de modo diferente. Embora lá e cá o Estado tenha desempenhado um papel central, é

¹⁴ Essa construção teórica foi fruto de um longo caminho intelectual, mas para sua síntese devo muito à leitura do artigo de Gustavo Lins Ribeiro intitulado “Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, março/2008, pp. 108-124.

evidente que sua influência foi maior no Brasil do que na Argentina. Observando-se a questão novamente no longo prazo, o Estado brasileiro e as elites que o controlaram em suas sucessivas fases parecem ter-se adaptado melhor aos desafios da modernidade, tal como foram concebidos por Max Weber (burocratização, racionalidade). *Enquanto o que salta aos olhos no Brasil é o Estado, na Argentina, é a sociedade*. Neste país, a despeito de todos os seus recentes fracassos, construiu-se ao longo do processo histórico uma sociedade mais integrada (mais estruturada, se se preferir) do que a brasileira, com uma forte presença de mecanismos sociais autônomos em relação ao Estado (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 27) [grifo nosso]

O discurso e as práticas de RSE representam na pesquisa um *pretexto* (leia-se: pré-texto) para chegarmos à questão mais ampla sobre a qual pretende-se lançar luz: como as elites empresariais estão criando mecanismos de organização na contemporaneidade para enfrentar a disputa pela hegemonia de seus interesses no espaço público. De uma maneira geral, na perspectiva internacional, aponta-se para uma prática de Responsabilidade Social na América Latina caracterizada como espontânea e não incorporada na cultura ou prioridades da empresa, levada a cabo de forma esporádica, fragmentada e reativa, sem uma coordenação e uma avaliação contínuas. Com frequência, as contribuições sociais de uma empresa surgem de iniciativas pessoais da direção e se realizam de maneira assistemática. Além do mais existe pouca especialização dos empregados a cargo das atividades sociais e falta de cooperação entre as empresas. Normalmente, tais conclusões são feitas a partir da comparação com o contexto estadunidense que funciona como uma espécie de caso paradigmático. De acordo com FERNANDES (1995, p. 96):

A filantropia não é parte da cultura empresarial na América Latina. A caridade é um assunto pessoal que se traduz em doações às instituições ou pessoas consideradas carentes segundo critérios de foro íntimo dos dirigentes. Oposição entre a tradição católica do sul da América (caridade é obrigação do clero) e a tradição protestante do norte (sacerdócio universal impõe a renúncia a toda a congregação). O Estado populista e depois a guerra fria afastaram o empresariado de atuações no âmbito social, no primeiro caso porque a obrigação era considerada exclusiva do Estado e no segundo porque a briga do empresário era garantir o direito de propriedade (em oposição aos clamores de viés socialista dos ativistas políticos). A consolidação do capitalismo e a abrangência do conceito de cidadania também às personalidades jurídicas parecem acenar com uma nova realidade que convida os empresários a atuarem 'filantropicamente'. Também há pressões externas sobre as elites econômicas como o meio-ambiente, a violência urbana e a pobreza.

Tal caracterização parece plausível e não é difícil encontrar dados para respaldá-la. Entretanto, existem diferenças no grau de enraizamento da cultura da RSE bastante consideráveis entre os países latino-americanos. Essas diferenças aqui não interessam tanto para uma avaliação sistemática das práticas de RSE das empresas em seus impactos na realidade sobre a qual intervêm. Mas, no sentido de compreender de forma mais profunda as intenções dos atores em combate (no sentido discutido no capítulo 1) e a constituição de um campo social de discursos e práticas nos quais eles se movem a fim de conquistar a posição hegemônica na definição de rumos e nas tarefas de coordenação concernentes aos interesses públicos, dimensão da qual pouco se fala.

Para a presente pesquisa, ainda como parte da reflexão metodológica, cabem dois esclarecimentos e duas advertências. Com o objetivo de contribuir para evidenciar a existência e as principais características dos estilos nacionais de Brasil e Argentina, optou-se pelo estudo da temática da RSE e, para tanto, explorar-se-á comparativamente um conjunto de discursos oriundos de grupos/entidades que trabalham com a divulgação do tema não só no meio empresarial, mas também no espaço público, especialmente através da mídia. Para completar a análise, buscar-se-á caracterizar um combate semântico em torno da questão social, com enfoque no tema da pobreza e das desigualdades, a fim de caracterizar os projetos políticos propostos pelos vários agentes que buscam tornar a sua visão do problema “a” visão correta, como forma de ocupar posição hegemônica no espaço público.

O segundo esclarecimento diz respeito à opção pelo método histórico e pelo privilégio da relação social (leia-se: combate) buscando sempre colocar em perspectiva relacional a visão dos agentes envolvidos, o que nos remete à necessidade heurística de entender a vida social com um processo dinâmico. O tratamento da atuação empresarial, dos grupos organizados da sociedade civil e do Estado em relação à questão social foi predominantemente diacrônico, tomando como horizonte um panorama do século XX. O objetivo foi o de caracterizar o campo da questão social e às tentativas de resolvê-la (as políticas sociais e as próprias ações sociais de caráter privado). Além disso, trabalhar com a unidade de análise de caráter nacional sem incorrer em reificações ou simplificações requer um tratamento histórico pois não se trata de estabelecer uniformidades nacionais, mas sim certas regularidades referentes ao caráter relacional das diversas condutas dos diferentes agentes sociais¹⁵. Tais condutas situam-se num quadro mais amplo ao qual comumente

¹⁵ O grande risco de se trabalhar com unidades nacionais de análise foi sintetizado por GRIMSON (2007, p. 18) da seguinte forma: “el riesgo de que el cientista social se convierta en un productor de identificaciones nacionales comienza por asumir la ‘nación’ como unidad natural de estudio y presuponer que las relaciones entre

chamamos de cultura, outro conceito sujeito a reificações e simplificações. Mas como anota Ortner (citado por GRIMSON, 2007, p. 26), que, em nossa visão sintetiza um campo conceitual sobre o qual trabalharemos:

Cultura significa la comprensión del 'mundo imaginativo' dentro del cual los actores operan, las formas de poder y agencia que son capaces de construir, los tipos de deseos que son capaces de crear. (...) Es tanto la base de la acción como aquello que la acción arriesga. La gente siempre busca hacer sentido de sus vidas, siempre fabrica tramas de significados y lo hace de maneras diversas. La cuestión de la fabricación de significados es central para el análisis del poder y sus efectos, justamente porque la identidad 'íntegra' allí donde la cultura, más que un sistema integrado, es una combinación peculiar¹⁶.

Quando a análise cultural, no sentido das redes de significado, se vincula às dimensões histórica e sócio-política, como sugerido pelo autor, é sempre uma análise que admite o combate como relação social, perspectiva na qual os agentes se situam de maneiras diferentes em relação ao poder e têm intenções distintas que colocam em disputa. Ao introduzir os aspectos simbólicos e a história na análise das relações de poder e dos agenciamentos se reduzem notavelmente os riscos de reificação e substancialização.

Em relação às advertências, a primeira diz respeito ao significado que a comparação tem neste estudo, bem como os perigos que ela encerra e as precauções que seu uso impõe. Em primeiro lugar, é fundamental não perder de vista o fato de que muitas das caracterizações esboçadas para cada país não têm sentido fora da comparação. Alguns qualificativos como “mais” ou “menos” só podem ser aplicados quando se toma os dois casos como horizonte. Em segundo lugar, é importante destacar que a comparação que aqui realizamos envolve a duas sociedades próximas no espaço, situadas num mesmo marco temporal e expostas a influências recíprocas. Por isso é preciso considerar que: por um lado, tratam-se de apenas dois (e não mais) casos nacionais; por outro, o fato de que tais casos se encontram situados no mesmo contexto temporal e espacial. Com base na tipologia das comparações históricas de Charles Tilly, é uma comparação individualizadora, pois não propõe uma conclusão geral, dedutível do estudo dos dois países, servindo para identificar a especificidade de cada caso.

sociedades nacionales son siempre relaciones entre culturas nacionales”. Além disso, “un programa de investigación que busque demostrar que las naciones son construcciones sociales nace agotado desde el inicio, ya que no hay procesos sociales que no sean construídos. El desafío consiste en formular otros interrogantes acerca de motivos del éxito o del fracaso de esas construcciones, de sus consecuencias culturales, imaginarias, prácticas, de su capacidad o incapacidad para modular la vida social y política” (GRIMSON, 2007, p. 21)

¹⁶ Traduzido dessa forma, o conceito de cultura sugere afinidades entre os pensamentos de Weber e Gramsci, duas âncoras na construção do modelo teórico que buscamos delinear.

A empreitada de comparar dois e somente dois casos – em particular quando se procura sublinhar as diferenças – traz o perigo do binarismo, ou seja, “a tentação de [construir] um modelo estrutural” mediante “esquemas simples do tipo, no plano das características nacionais, cordialidade brasileira vs violência argentina; no plano da produção cultural, alegria brasileira vs lamento tanguero; no plano das políticas de governo, continuidades brasileiras vs descontinuidades argentinas; enfim, no plano das políticas econômicas, gradualismo brasileiro vs políticas de choque na Argentina (NEIBURG, 2004, p. 12). Quando a comparação se reduz a um simples quadro de dupla entrada, com efeito, se perde um sem número de matizes que são, em última análise, os que conferem a cada universo a textura e o jogo de tonalidades que lhes são próprios e exclusivos.

Sendo assim, as pretensões deste estudo limitam-se ao que LIPJHART (1971) classificou como “estudo de caso gerador de hipótese”¹⁷, uma vez que a pesquisa foi realizada para identificar as razões de “sucesso” da RSE em dois contextos nacionais, procurando entender de forma mais ampla em que medida mantêm-se (ou não) um certo padrão de relações histórico-estrutural entre a elite empresarial, o Estado e a sociedade, bem como qual o seu potencial no enfrentamento das questões sociais que assolam a realidade dos dois países.

Feitos estes esclarecimentos, passemos às estratégias de coleta dos dados.

O caso brasileiro foi montado a partir de várias fontes de pesquisa diferentes. Fundamentalmente, trabalhamos com dados secundários oriundos de pesquisas empíricas de diferentes fontes: de pesquisadores acadêmicos no campo das ciências sociais, de entidades empresariais e organizações da sociedade civil e do governo brasileiro. Complementarmente, foram utilizados alguns dados primários oriundos de observação participante em congressos empresariais de diferentes anos e entidades – especialmente da Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas de Minas Gerais – ADCE-MG e do Instituto Ethos. Além disso, constitui a matriz de dados primários entrevistas com dirigentes empresariais obtidas na Conferência Internacional do Instituto Ethos do ano de 2009. O segundo passo foi a busca de dados via internet, o que compreendeu a pesquisa sistemática através do mecanismo de “busca avançada” e a conformação de um banco de dados com matérias, reportagens, editoriais e artigos assinados de dois jornais brasileiros: Folha de São Paulo e O Globo¹⁸, ambos têm uma certa

¹⁷ Na tipologia oferecida por LIPJHART (1971) existem ainda os estudos de caso atóricos, interpretativos, confirmadores de teoria, informadores de teoria e aqueles que contemplam os casos desviantes.

¹⁸ Os jornais Folha de São Paulo são os que têm maior disponibilidade do acervo de notícias. Mas, comparados aos jornais argentinos, são bastante fechados quanto ao acesso de seu conteúdo digital, disponibilizando

representatividade nacional, além disso, o segundo edita um caderno especial dedicado à Responsabilidade Social denominado Razão Social¹⁹ e faz parte da associação Grupo de Diários América, juntamente com o *La Nación*, objeto de estudo na Argentina²⁰. O período pesquisado em cada jornal foi respectivamente 1994-2008 e 2003-2008, sendo a palavra-chave utilizada “responsabilidade social”. Cabe notar que as buscas eram muito limitadas ou não retornavam resultados quando se introduziam expressões mais específicas como “responsabilidade social empresarial” ou “responsabilidade social de empresas”, denotando que a expressão responsabilidade social já está definitivamente associada ao mundo dos negócios e às ações sociais das empresas. Em seguida, a pesquisa foi ainda complementada com filtros ou com outras expressões como nomes de instituições ou de pessoas bem como outras expressões que também representam a ação social das empresas para completar o banco de dados. Os dados coletados na imprensa foram objeto de análise de discurso para a qualificação da mensagem neles contida e caracterização do que denominamos teoricamente de “batalha semântica” em torno da responsabilidade social. A análise de textos jornalísticos inspira-se também no conceito de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Conforme o autor, comentando a gênese dos jornais no norte e no sul da América:

Eles começaram basicamente como apêndices do mercado. As primeiras gazetas traziam – além das notícias sobre a metrópole – informações comerciais (datas de chegada e partida dos navios, preços vigentes de tais e tais mercadorias em tais e tais portos), decretos políticos coloniais, casamentos de pessoas ricas e assim por diante. Em outras palavras, o que unia, na mesma página, *este* casamento e *aquele* navio, *este* preço e *aquele* bispo era a própria estrutura da administração colonial e do sistema mercantil. Assim, o jornal de Caracas criava muito naturalmente, e até

prioritariamente apenas o material do jornalismo on-line e não o jornal impresso em versão digital. A Folha tem seu acervo digitalizado a partir de 1994 e o deixa disponível para os assinantes do jornal ou do UOL.

¹⁹ O Jornal O Globo foi pioneiro na edição desse tipo de caderno, mas atualmente outros jornais brasileiros também têm editado material dessa natureza: é o caso do caderno Prazer em Ajudar do Jornal Estado de Minas e da publicação de cadernos especiais dedicados ao tema esporadicamente como Jornal A Tarde, Salvador-BA, as seções especiais Empresa&Comunidade do Jornal Valor Econômico.

²⁰ O Grupo de Diários América – GDA é um consórcio integrado por onze jornais da América Latina: La Nación (Argentina), O Globo (Brasil), El Mercurio (Chile), El Tiempo (Colômbia), La Nación (Costa Rica), El Comercio (Ecuador), El Universal (México), El Comercio (Perú), El Nuevo Día (Puerto Rico), El País (Uruguay) y El Nacional (Venezuela). Os objetivos são eminentemente comerciais: a venda casada de espaços publicitários em múltiplos países da região sul do continente americano, pelo menos é o que fica explícito nos textos institucionais do site do grupo que destacam a quantidade e a qualidade dos leitores dos jornais que o compõem. Entretanto, notam-se também afinidades editoriais e de público-alvo entre os jornais consorciados, que declaram estar reunidos para buscar os “recursos das principais publicações do continente para oferecer aos leitores a melhor informação” (Editorial intitulado “GDA, a Integração Regional pela Imprensa”, constante da publicação Pulso Latinoamericano de dezembro de 2000, citada por Santuário, 2006: 2).

apoliticamente, uma comunidade imaginada entre um conjunto específico de leitores, a quem pertenciam *estes* navios, bispos, noivas e preços. Claro que seria apenas uma questão de tempo até aparecerem os elementos políticos” (ANDERSON, 2008, pp. 102-103)

Ainda lançando mão da pesquisa virtual, foram feitas observações sistemáticas em *sites* de empresas, de associações empresariais e de organizações da sociedade civil bem como a coleta de outros materiais tais como entrevistas concedidas a veículos eletrônicos (internet, televisão e rádio), vídeos institucionais e outros.

Já a caracterização do caso argentino, envolveu um esforço de pesquisa em vários espaços e lançando mão de várias técnicas de coleta de dados. O primeiro passo, a pesquisa bibliográfica, compreendeu a pesquisa *in loco*, especialmente na *Biblioteca Nacional de Buenos Aires*, nas bibliotecas da *Universidad de Buenos Aires*, da *Pontificia Universidad Católica Argentina*, da *Universidad Austral* e da *Universidad de San Andrés*, e no *Centro de Estudios Estado y Sociedad* – CEDES passando pela busca de dados históricos, livros, periódicos, relatórios de pesquisa e teses e dissertações no campo das ciências sociais que tratassem ou tangenciassem de alguma forma o tema. Esse esforço culminou na obtenção de um conjunto de dados secundários oriundos de pesquisas acadêmicas universitárias ou de centros de pesquisa. O segundo passo foi a busca de dados via internet, o que compreendeu novos esforços para a coleta de fontes bibliográficas e dados secundários como também a pesquisa sistemática através do mecanismo de busca avançada e a conformação de um banco de dados de editoriais, matérias, reportagens e artigos assinados dos dois principais jornais argentinos: *La Nación* e *El Clarín*, no período compreendido entre os anos de 1999-2008 e 1997-2008, respectivamente²¹. A expressão chave inicialmente utilizada foi o termo “*responsabilidad social empresarial*”, já que a expressão simples “*responsabilidad social*”, como utilizada na pesquisa dos jornais brasileiros, trazia assuntos os mais variados relacionados, em grande parte, a ações governamentais. A pesquisa nos jornais foi também complementada por algumas buscas específicas por nomes de atores (individuais ou coletivos) importantes no campo bem como de variações daquela expressão que circulam também nele demarcando posições diferenciadas para a composição final do banco de dados. Os dados coletados na imprensa foram objeto de análise de discurso para a qualificação da mensagem neles contida. Ainda lançando mão da pesquisa virtual, foram feitas observações sistemáticas

²¹ Os jornais *El Clarín* e *La Nación* têm todas as suas edições digitalizadas disponíveis para a consulta de qualquer pessoa nas datas mencionadas.

em *sites* de empresas, de associações empresariais e de ONG's, bem como a análise de material em meio eletrônico (vídeos, material televisivo e radiofônico).

A opção por utilizar como principal suporte dos discursos (e indissociavelmente das suas práticas) dos atores envolvidos no problema de pesquisa exigiu ter uma visão clara de que, conforme destaca José de Souza Martins em ensaio sobre a sociologia da imagem:

o depoimento sobre os fatos ocorridos com uma pessoa ou um grupo já vem emoldurado no que se chama de racionalização, no tornar coerente o que poderia ser tomado pelo ouvinte como incoerência. Nesse tornar coerente o que coerente não parece, no tornar inteligível para o ouvinte o que ele não poderia compreender nos termos próprios de quem narra, o narrador não só informa, mas informa interpretando. É essa interpretação indissociável dos fatos narrados que oferece ao exame do sociólogo, como matéria-prima de sua Sociologia, uma modalidade de conhecimento que lhe pede, pois, que seja ela, antes de tudo, e também, sociologia do conhecimento de senso comum (...) O que os cientistas analisam e interpretam é a interpretação que esse homem comum faz dos processos interativos que vive, no confronto com as referências estruturais e mesmo históricas que revelam e iluminam o que é propriamente e objetivamente social e, no mais das vezes não está ao alcance de sua compreensão (MARTINS, 2008, p. 13).

Afinal de contas, para combater, é necessário ter ou adquirir os meios (ou impedir o adversário de consegui-los) e esses meios são os mais diversos. De acordo com DREIFUSS (1986, p. 23), os grupos sociais fazem uso de todos os recursos que têm à sua disposição na ação política: “tanto podem ser discursos e panfletos, dinheiro, artigos de imprensa ou imagens de televisão, passeatas e corrupção, quanto pressões individuais, interferência nas instituições, cassetetes policiais ou mobilizações militares”. Dentro desse amplo espectro, selecionamos o material de imprensa como uma de nossas fontes de informações pois tal material se nos apresenta como “sociograma vernacular” (MARTINS, 2008) que documenta as relações e as posições sociais numa descrição verbal de proximidades e distâncias presentes nas interações.

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tematizar o conflito é algo que faz parte da gênese da modernidade ocidental e, como tal, tomá-lo como horizonte nos diversos campos das ciências modernas. Só para nos situarmos, nas ciências sociais, os conflitos entre os vários interesses que compõem uma determinada configuração social – os de coordenação na ciência política, os de classe ou grupo na sociologia ou os de diferenças culturais na antropologia; nas ciências econômicas, os conflitos oriundos da escassez; na psicanálise, os conflitos entre o arranjo psíquico construído pelo indivíduo e a realidade do mundo circundante. No entanto, apesar de tematizar o conflito, tradicionalmente a ciência se ocupa de criar modelos de ordem e equilíbrio. Sendo assim, o conflito foi muitas vezes relegado ao papel de “enfermidade”, “deformação”, “desequilíbrio” e “anomia” por um lado, e por outro, como um momento de passagem para a deflagração de uma nova ordem. É interessante notar que raras vezes o conflito tenha sido tomado como “o” objeto sobre o qual se deve efetivamente debruçar enquanto algo que constitui a vida e, como tal, revestido de “normalidade”. Ao contrário, o objeto é, na maioria das vezes, o entendimento da desordem com vistas à criação de modelos de ordem para aplacar ou corrigir o que está “fora de lugar”.

O presente capítulo tem por objetivo criar uma série de “entradas” teóricas – inter e trans relacionais sobre o conflito de interesses que desenham as hipóteses centrais a serem testadas na análise dos casos, enfocando-o como uma relação social. O argumento teórico é o de que estamos diante de uma reconfiguração das fronteiras entre público e privado na qual os atores clássicos nela envolvidos – o Estado, o mercado e a sociedade civil – são repensados em termos de papéis e espectro de atuação. A hipótese que se busca construir e testar é a de que as associações que promovem a Responsabilidade Social Empresarial utilizam discursos e práticas como um código dentro do campo (Bourdieu) de interações que se constitui em torno da chamada questão social. Através dele agentes coletivos buscam construir a sua liderança através de disputas/tentativas de construção de consensos (Gramsci) e laços simbólicos (Mauss) na forma de redes sociais recortadas por assimetrias de recursos, mas através das quais toma forma a imaginação de uma comunidade nacional (Anderson). No interior dessa trama, combates (Weber) semânticos ou discursivos (Laclau e Mouffe) constróem as configurações do campo a fim de tornar hegemônica (Gramsci) certa interpretação do passado (ideologia) e certa visão do futuro (utopia) rumo a um projeto de nação. Sinteticamente, o que parece estar em jogo no movimento da responsabilidade social é: de uma forma geral, a luta

pela coesão social e de modo particular, a luta pela hegemonia entre projetos de nação que contemplam interesses diferenciados.

CAPÍTULO I

Esboço de uma sociologia do combate: capitalismo, poder e reciprocidade

1.1 – O “amolecimento” do capitalismo e o encolhimento do Estado

Uma das tônicas do discurso que legitima a atuação de empresas e empresários na esfera social, ou seja, fora esfera econômica e influenciando tanto a sociedade, quanto o meio ambiente e a própria esfera econômica, é o papel transformador que tais ações representam no próprio modo de produção capitalista, como se tivéssemos agora um capitalismo mais “consciente” e “generoso” ou, no mínimo, o reconhecimento de sua necessidade. Simplificadamente há três formas básicas de observar essa possível mudança no capitalismo: a primeira diz respeito à observação das mudanças sociais e culturais, englobando a análise estética, a transformação dos modos de vida e da paisagem urbanos, os fenômenos da mobilidade, as diversas novas formas de sociabilidade e as “teorias” cotidianas que explicam a mudança; a segunda relaciona-se à análise econômica e política no que se refere aos efeitos sociológicos das transformações estruturais e organizacionais da produção de riquezas, bem como das instituições políticas, de certo descolamento entre poder e política formal, da conformação de uma nova esfera pública e da consolidação ou aprofundamento da democracia; a terceira ótica possível refere-se à transformação tanto da experiência quanto da reflexão sobre duas das categorias fundamentais de nosso pensamento: o espaço e o tempo. É claro que as três dimensões da mudança operam de forma articulada, separando-se apenas do ponto de vista analítico. O objetivo do presente capítulo é, num primeiro momento, descrever essa mudança privilegiando a segunda dimensão para em seguida pensar os combates entre grupos sociais, de acordo com Weber como relações sociais, como elementos constitutivos da vida social, especialmente no que concerne aos arranjos entre público e privado.

Manoel Castells (1999) vê a atual transformação do capitalismo como a passagem da base de produção ou modo de desenvolvimento industrial para o informacional, constituindo o que ele chama de sociedade em rede. Com base num eixo de análise que relaciona produção, experiência e poder, os fundamentos desse novo modo de desenvolvimento, cuja gênese localiza-se historicamente no final do século XX, têm como ponto de partida a reestruturação do modo capitalista de produção e a substituição do industrialismo. A revolução tecnológica foi crucial para que esses novos acontecimentos se tornassem possíveis. Sendo assim, desde a

sua gênese, o modo de desenvolvimento informacional está calcado na busca pelo conhecimento e por mais amplos níveis de processamento da informação como função da produção tecnológica. As tecnologias e as relações técnicas espraiam-se pelas relações e estruturas sociais, num processo dinâmico que cria “uma ligação íntima entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria” (CASTELLS, 1999, p. 35). A partir do informacionalismo ocorreu o que autor chama de *perestroyka* capitalista ou a consolidação do capitalismo informacional que envolveu uma série de reformas institucionais e organizacionais – tendo como catalisador a inovação tecnológica e a transformação organizacional no sentido da flexibilidade e adaptabilidade – com vistas a perseguir quatro objetivos principais:

aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público (CASTELLS, 1999, p. 37).

A tese de David Harvey (2001) é a de que se trata de uma “mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972”. Nessa mudança, o fator fundamental é a experiência do espaço e do tempo que se coloca não necessariamente como causa, mas como um *a priori* que estabelece as condições de renovação nas relações entre “a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo” (HARVEY, 2001, p. 70). Entretanto, não representam uma mudança substantiva nas regras básicas de acumulação capitalista ao ponto de apontarem o surgimento de uma sociedade completamente nova. São mudanças de superfície pois a regra básica da geração de lucro pela acumulação de capital permanece inalterada. O capitalismo contemporâneo apresenta-se para Harvey como mais um momento da história do capitalismo – descrito como força permanentemente revolucionária e disruptiva que impele à fragmentação e insegurança perpétuas – princípio que, em essência, está contido na expressão de Marx “valor em movimento”. Na década de 70, um conjunto de fatos econômicos e políticos explicitou e aprofundou algumas das contradições do fordismo – caracterizadas

especialmente pela rigidez –, denunciando a necessidade de um novo regime de acumulação do capital¹. Harvey chama a esse novo regime de acumulação flexível e, segundo ele:

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2001, p. 140)

Ao contrário do que defendem autores como OFFE (1994) de que estaríamos assistindo à ascensão de um capitalismo desorganizado, Harvey defende que o capitalismo está cada vez mais organizado, embora atue “*através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (2001, pp. 150-151). Zygmunt Bauman (2001) descreve as transformações atuais no campo econômico como uma passagem do capitalismo pesado ao capitalismo leve. “O fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase ‘pesada’, ‘volumosa’, ou ‘imóvel’ e ‘enraizada’, ‘sólida’” (BAUMAN, 2001, p. 69). No capitalismo leve, ao contrário, o capital não é fixo, embora o trabalho o seja, e tem flexibilidade de destino e tempo de estada nos lugares por onde passeia livremente.

Vale dizer que a tensão entre a fixidez (e, portanto, estabilidade) que a regulação do Estado impõe e o movimento fluido do capital permanece um problema crucial para a organização social e política do capitalismo. (HARVEY, 2001, p. 105). Há dois principais

¹ Brasília Sallum, ao refletir sobre as relações entre classe, cultura e ação coletiva – com enfoque nos novos movimentos sociais – nos diz que “(...) os movimentos antigos – particularmente o movimento operário – se mobilizavam como grupos sócio-econômicos, por meio de organizações formais e grupos de pressão política, para atingir interesses específicos (o crescimento econômico como uma participação maior na distribuição do produto social ou segurança para o status já adquirido), ao passo que os novos, com organizações mais informais e igualitárias, tentariam atingir objetivos que atravessam as linhas de classe como gênero, raça, paz, ecologia e autonomia local. Em lugar do individualismo e do progresso material, os novos movimentos valorizariam a autonomia pessoal, o reconhecimento e a autodeterminação” (SALLUM, 2005, pp.18 e 19).

movimentos, conexos ao amolecimento do capitalismo, que operaram a diminuição da importância do Estado (COHEN, 2003). O primeiro é que a natureza transnacional dos riscos diluem as fronteiras entre nacional e transnacional, além de um baixo controle do Estado sobre territórios e fronteiras ou, em outras palavras, fica menos claro o seu papel de protetor da população. No rol dos riscos transnacionais estão os problemas ecológicos, as questões de saúde pública, as ações de organizações criminosas internacionais e de grupos terroristas, os incidentes com imigrantes e refugiados bem como os planos militares e imperiais unilaterais através de políticas governamentais. O segundo diz respeito à atuação de instituições supranacionais criadoras de regras às trocas econômicas entre Estados tais como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio – OMC que figuram como fontes do direito que estão acima das fronteiras estatais. O mais importante acontecimento no sentido de uma ação concreta dessas instituições para firmar as restrições à regulação do Estado na economia dentro do regime de acumulação capitalista global foi o chamado “Consenso de Washington” de 1989. De acordo com a leitura crítica de Boaventura Santos (2005, p. 41) são três traços fundamentais que constituem o neoliberalismo dominante: “o consenso do Estado fraco; o consenso da democracia liberal; o consenso do primado do direito e do sistema judicial”.

O pano de fundo de toda a discussão é, sem dúvida, o novo cenário internacional de globalização. Sem poder construir um consenso sobre o quê exatamente é esse novo, poder-se-ia dizer, no mínimo, que ele representa uma reordenação estrutural que coloca em evidência novas geometrias de poder e novas formas de articulação entre público e privado. Esse é o aspecto que se buscará sistematizar no presente capítulo. Lembrando que, como nos chama atenção IANNI (1994) globalização não significa padronização, mas *diferenciação integrada*, e que ela deve ser tomada como perspectiva e não como objeto, de acordo com VELHO (1995)². A globalização da economia, inclusive a vertiginosa expansão do comércio internacional, a rapidez dos fluxos de capitais, a crescente autonomização das redes financeiras e de circulação, o imenso poder das sociedades anônimas transnacionais, com base nas novas tecnologias eletrônicas de comunicação, “tudo parece substituir ‘os governantes do território’ pelos ‘mentores da velocidade’” (COHEN, 2003, p. 420)³. Do ponto de vista nacional, para Eli Diniz: “a globalização implicaria, no plano externo, na internacionalização das economias e no enfraquecimento dos Estados nacionais e, no âmbito interno, a atualidade

² As duas advertências são especialmente importantes no caso do presente estudo, uma vez que serão tomados como objeto os discursos e as práticas da Responsabilidade Social Empresarial em dois contextos nacionais distintos – Brasil e Argentina –, a serem examinados em perspectiva comparada.

³ A expressão “mentores da velocidade” é de Habermas (*apud* COHEN, 2003, p. 420).

do Estado mínimo, sob o impacto da ideologia do mundo sem fronteiras” (DINIZ, 2002, p. 56). Importa-nos reter de toda a ampla discussão que foi aqui brevemente explicitada, aquilo que diz respeito às mudanças no capitalismo e na política, especialmente no que se refere ao peso que as “lutas simbólicas” adquirem na compreensão das ações coletivas no mundo contemporâneo.

1.2 – Tempos de mudança, redesenho dos mapas de poder: campo e combate

Tradicionalmente, os conflitos de interesses são enfocados a partir da análise formal do poder, qual seja, o das estruturas e dos jogos políticos. Entretanto, em uma perspectiva sociológica contemporânea e cuja raiz remonta a Weber⁴, está presente a preocupação com o “poder”, num sentido amplo e não apenas formal da atividade de coordenação institucionalizada dos grupos, no qual se pergunta: como certos grupos passam a deter uma importância – econômica, política, cultural – maior do que outros?; como, microscopicamente, os indivíduos agem de modo a consagrar-se como parte dos grupos hegemônicos, ou ao contrário, para passar de grupo minoritário/outsider/dominado a grupo hegemônico?; ou ainda, como os indivíduos negociam com as estruturas sociais – esse substrato de modos de agir e de ver o mundo cristalizados – de forma a confirmá-las ou negá-las nas suas práticas sociais?

Para responder a questões dessa natureza, além do esforço de observação da realidade e coleta de material empírico que possa esclarecê-las, é necessário antes um bom preparo teórico que capacite o olhar a encontrar os fragmentos de dados e a construir com eles a tessitura de uma resposta plausível e verdadeiramente reveladora. Nesse sentido, pretende-se construir um modelo sociológico que toma o conflito de interesses como algo constitutivo das relações sociais e, por sua vez, das geometrias que organizam as relações entre público e privado. Mais recentemente, a partir sobremaneira dos anos 1990 tais discussões ganham espaço privilegiado não somente no debate acadêmico, mas também na mídia e na vida cotidiana do cidadão comum. A pretensão de vitória do capitalismo sobre o socialismo com o fim do conflito ideológico bipolar que marcou a segunda metade do século XX e a queda do império soviético veio reacender velhas questões e (re)colocá-las no centro de um importante debate. Giovanni Arrighi (1996), por exemplo, lança pergunta instigante ao final de seu *O*

⁴ Em um de seus textos mais conhecidos, Weber atribuiu à política o significado de “participação no poder ou luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (WEBER, 1982, p. 98).

Longo Século XX: “pode o capitalismo sobreviver ao sucesso?” E, como adverte Simone de Castro Tavares Coelho (2002, p. 38), “repensar as funções do Estado implica também rever as funções dos atores que com ele interagem. Assim, passa a ser cobrado do mercado mais participação e contribuição para a solução das questões sociais. Esforços provenientes das organizações da sociedade civil também são incrementados”.

Estamos diante de um objeto de análise que consiste na emergência de um campo de discursos e práticas sobre a responsabilidade social das empresas. De maneira mais ampla, trata-se de um campo de intervenções sociais oriundas da iniciativa privada, especificamente empresarial, em assuntos de interesse coletivo que se inserem, a nosso ver, no campo da questão social. A idéia de ‘campo’, assim empregada, evoca de imediato a contribuição teórica de Bourdieu (2001) acerca do poder simbólico como meio de reprodução da ordem social. Em sua teoria dos campos de produção simbólica, as relações de força entre os agentes sociais apresentam-se sempre na forma transfigurada de relações de sentido. O poder simbólico surge como todo o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. A violência simbólica, outro tema central da sua obra, não era considerada por ele como um puro e simples instrumento a serviço da classe dominante, mas como algo que se exerce também através do jogo entre os agentes sociais.

O campo surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas. Através da distribuição das diversas formas de capital – no caso da cultura, o capital simbólico – os agentes participantes em cada campo são munidos com as capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam. As relações existentes no interior de cada campo definem-se objetivamente, independente da consciência humana. Na estrutura objetiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história), os indivíduos adquirem um corpo de disposições, que lhes permite agir de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva: o *habitus*.

Ligado à questão da reprodução social e portanto também à noção de cultura, o conceito de *habitus*, reavivado do conceito de *hexis* aristotélico e de sua tradução medieval como *habitus*, tenta dela dar conta porém de forma dinâmica. Dito de outro modo, a noção de *habitus*, longe da de hábito, põe em evidência as capacidades criativas do agente e do próprio *habitus*, não como algo posto/dado por um espírito universal ou uma natureza/razão humana, mas de um agente em ação. A palavra indica “um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica

a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2001, p. 61),. O *habitus* se interpõe entre as estruturas objetivas e as práticas dos agentes, alavancando o moto perpétuo de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas.

De maneira sintética, os indivíduos agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a eles diferentes inclinações e oportunidades. Estes conjuntos de circunstâncias são chamados de campos de interação. Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro desses campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles – as diversas formas de capital (BOURDIEU, 1986). O capital social que é o agregado de recursos efetivos ou potenciais ligados à rede de relações de um indivíduo, cujo grau de duração e de institucionalização é variável e que permite ou restringe o acesso, o incremento e o uso destes recursos. Como recursos podemos citar o capital cultural que se apresenta sob três formas: o capital *incorporado* ou as disposições corporais e mentais marcadas no indivíduo, o capital *objetivado* que relaciona-se ao acesso e ao consumo de bens culturais, e o capital *institucionalizado* na forma de títulos escolares ou saber formalizado; temos ainda o capital simbólico que diz respeito a recursos como carisma, insígnias militares, religiosas ou míticas; e o capital econômico que diz respeito à posse diversos fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) de bens econômicos (dinheiro, patrimônio e bens materiais) .

As instituições são estruturas objetivas que podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, definindo a configuração dos campos de interação pré-existentes e, ao mesmo tempo, criando novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam e os fazem existir. O *habitus* seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes (lembrando que a estrutura de estratificação em Bourdieu se aproxima da de Weber), sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força⁵. Para além da “comunicação das consciências”, os grupos e/ou as classes compartilham das inúmeras

⁵ Vale dizer que Norbert Elias usou esse termo, antes de ele ser discutido por Pierre Bourdieu para denotar um saber social incorporado. Como comentam os prefaciadores da edição inglesa de *Os Alemães*: “o conceito não é, de forma alguma, essencialista, de fato, é usado em grande parte para superar os problemas da antiga noção de ‘caráter nacional’ como algo fixo e estático (...) o *habitus* muda com o tempo precisamente porque as fortunas e experiências de uma nação (ou de seus agrupamentos constituintes) continuam mudando e acumulando-se. O conceito de *habitus* implica um equilíbrio entre continuidade e mudança”(DUNNING e MENNEL, 1997, p. 9).

competências que perfazem seu capital cultural, como uma espécie de princípio que rege as trajetórias possíveis e potenciais das práticas.

Para Bourdieu, portanto, a organização do mundo e a fixação de seu sentido constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideológica de legitimar um determinado regime de dominação. O trajeto intelectual de Bourdieu visa aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico – cuja eficácia reside na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais – a uma percepção de sua função política de legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente.

Tal solução liga-se a uma determinada imagem da sociedade e, em particular, da sociedade capitalista cujo desenvolvimento baseia-se numa divisão do trabalho altamente complexa e diferenciada a que corresponde uma sociedade de classes, cujas posições respectivas e cujo peso relativo encontram seu fundamento nas formas pelas quais se reparte, de maneira desigual, o produto do trabalho, sob as modalidades de capital econômico e cultural. É claro, do ângulo da reprodução, que a concepção de um campo simbólico dotado de autonomia relativa envolve uma regionalização da realidade social cujos fundamentos derivam tanto de um processo histórico singular quanto de categorias aí produzidas que passam a informar e justificar o princípio de diferenciação em que se apóia uma dada concepção teórica. Implica, além disso, uma imagem do campo das relações de classe que, neste caso, é entendida segundo a formulação weberiana como um sistema de condições e posições de classe.

(...) as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2001, p. 11)⁶

⁶ A relação com a dádiva maussiana esboçada neste ponto será retomada mais à frente.

Complementando a discussão em torno da questão do poder, entendida como competição entre os distintos grupos numa mesma formação sócio-histórica para estabelecer seus modos de ver e de viver como sendo "os bons" e relegar os demais ao lugar de não pertencentes ao grupo modelar. Nesse sentido, todos os domínios da vida em sociedade - o econômico, o político, o jurídico, o cultural - apresentam-se em um jogo, cuja primazia não pertence *a priori* a nenhum dos domínios. Num jogo, a deliberação sobre a jogada é do jogador, entretanto, os lances são determinados pelas normas e, sobretudo, pelos lances anteriores. Em outras palavras, o poder de agência dos indivíduos é inquestionável, mas está conformado pela rede das agências dos outros nas várias esferas da vida social. Assim, na própria conformação das sociedades não há uma determinação econômica ou política ou jurídica ou cultural que possa explicar suficientemente (na forma de uma explicação que seja total) a vida social.

Vale dizer que uma análise sociológica com tais características requer uma imagem distinta daquelas que a teoria clássica consagrou da estratificação social e das disputas de poder entre grupos. Em lugar de congelar certos relacionamentos sociais atribuindo-lhes uma causalidade determinística sobre os rumos das transformações de uma dada formação social, o esforço de Bourdieu, ao compor um cenário complexo, no qual redes de interdependência e diferenciação, entrecortadas por estrangimentos cruzados, é o de construir uma imagem dinâmica da vida em sociedade.

Do ponto de vista empírico, a observação dos mecanismos de diferenciação ou de afirmação das distâncias pelos grupos sociais dominantes são as opiniões livremente emitidas, as apreciações estéticas, o consumo de certos objetos culturais, a prática de certos gestos ou através de um certo tipo de educação corporal/postural. A dinâmica da distinção social não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma dada representação da sociedade, mas prolonga-se na produção incessante de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais, entretanto apropriadas por outros grupos constitutivos de um certo campo.

A preocupação com os processos de transformação social (leia-se: desenvolvimento⁷) indicam que planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa

⁷ Embora como advertiu Norbert Elias (1994), as decepções com o ideal de progresso linear galgando estágios sociais cada vez melhores para a humanidade contribuíram para o abandono da noção de desenvolvimento social e de teorias dos processos de mudança, levando à consagração teorias estáticas e com pretensões de universalidade a partir da observação sincrônica das nossas sociedades.

isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica. Em si mesma, contudo, essa afirmação genérica sobre a autonomia relativa das configurações sociais pouco contribui para compreendê-las; permanece vazia e ambígua, a menos que a dinâmica concreta do entrelaçamento social seja diretamente ilustrada com referência a mudanças específicas e empiricamente demonstráveis. É o que nos propomos fazer a partir da análise do campo da questão social – tomando como eixo norteador os discursos e práticas de RSE – nas realidades nacionais de Brasil e Argentina, .

O campo surge como configuração de relações socialmente estabelecidas. Através da distribuição das diversas formas de capital – o capital econômico, o capital social ou, no caso da cultura, o capital simbólico – os agentes participantes em cada campo são munidos com as capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam. Os agentes observados tanto em perspectiva histórica, quanto no momento atual foram: os grupos organizados da sociedade civil em sua dinâmica associativa, o Estado e as políticas sociais e os empresários ou elite empresarial por meio de suas ações sociais seja por meio de projetos ou programas de ação social privada ou por suas tomadas de posição em relação às políticas sociais e suas relações com o Estado para tal.

O campo que esta tese pretende descrever e analisar é o da chamada questão social visto sob o enfoque do atual movimento pela RSE. Por questão social, tomamos de empréstimo o sentido que lhe dá Castel: como uma contradição em torno da qual “uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta afastar o risco de sua fratura” (Castel citado por CARDOSO JR. e JACCOUD, 2005, p. 184). Assim, a questão social varia historicamente, mas coloca frente à sociedade o mesmo tipo de risco: o da ruptura. Em nossa visão, tal campo envolve principalmente a atuação de três agentes: o Estado, os grupos organizados da sociedade civil e os empresários (por opção metodológica, não serão tomados os agentes individuais, mas sim coletivos por meio de associações que trabalham com a promoção da RSE). Além disso, a conformação do campo envolve ainda a análise – não exaustiva, mas relacional - dos principais instrumentos e formas de atuação dos agentes mencionados: as políticas sociais, o associativismo e os projetos/programas sociais propostos por empresas ou fundações de empresas, bem como as interrelações entre eles. O foco principal para avaliação do campo e das possibilidades de cooperação entre os três agentes são as explicações e formas de ver e narrar o seu próprio comportamento e o dos outros

agentes envolvidos na resolução dos problemas sociais. Vale ainda dizer que a longa duração é de extrema importância para o entendimento de um campo já que ele se compõe de estruturas sociais dentro das quais se estabelece a dinâmica de forças dos indivíduos e grupos.

Para ler o objeto empírico em questão – o movimento pela Responsabilidade Social Empresarial no Brasil e na Argentina – como parte de um processo de rearranjo da esfera pública e de realocação dos interesses privados nela inseridos frente à questão social, retomaremos ainda o conceito de combate de Weber. Afinal, como lembra COHN (1986, p. 18), “é Weber o analista por excelência do conflito, do confronto de interesses e valores inconciliáveis, da dominação e do poder”. Vale lembrar também que, no bojo daquele processo, os combates entre os diversos grupos e atores são constitutivos das relações sociais aí ancoradas. Com o que chamamos anteriormente de “amolecimento” do capitalismo, abriu-se um espaço de transformações políticas e certa diminuição do poder do Estado que reaqueceu a luta pela redefinição de fronteiras entre público e privado. Discursos e práticas de RSE, nesse sentido, podem compor um cenário de disputa por poder e hegemonia, o que nos conduz à sociologia weberiana do combate.

A noção de combate político, na acepção weberiana, ajuda a clarear o cenário de disputa em que se situa o movimento pela RSE. Se as transformações contemporâneas do capitalismo tendem a criar um vácuo institucional e simbólico em relação às formas anteriores de desenhar as fronteiras entre público e privado, os indivíduos – sob a influência de seus grupos de interesse dispersos no interior de vários campos de interação – alocam seus recursos a fim de reordenar também a balança de poder e consagrar seus propósitos como sendo hegemônicos. Em larga medida esse é um combate semântico que, do interior de discursos, revela posições, intenções, representações e modos de intervenção (leia-se: ação).

A questão do poder é central nesse ponto. Para melhor delimitá-la e compreendê-la no que aqui se denomina de sociologia do combate, é preciso voltar a Weber e seus conceitos sociológicos fundamentais, especialmente a noção de ação social⁸.

⁸ Destacam-se na sociologia weberiana dois pontos no que se refere à visão da sociologia como ciência: a ênfase na ação social como unidade de análise e a ênfase na ação social racional com relação a fins como aquela mais passível de receber um tratamento científico. O primeiro ponto levado às últimas, e às vezes exageradas, consequências, à expressão individualismo metodológico, embora este, como adverte Boudoun "implica apenas que, para explicar um fenômeno social, é necessário descobrir suas causas individuais, ou seja compreender as razões que levam os atores sociais a fazerem o que fazem ou a acreditarem naquilo em que acreditam" (BOUDON, 1995, p. 33). Nada impede que os atores sejam agrupados em categorias ou julgados a partir de seu caráter idealtípico, conforme sugere o próprio Weber. O que não se pode perder de vista é que o individualismo metodológico não concebe o ator social desvinculado de padrões de socialização e sociabilidade, reconhecendo que ele se move dentro de uma realidade institucionalizada. Quanto ao segundo ponto, o privilégio dado à ação racional com relação a fins decorre do fato de que a compreensão como método de investigação científica terá maior efeito heurístico se aplicado a um campo no qual as causas dos motivos dos agentes sejam reconhecíveis

O que é uma ação social? Na visão de Weber é aquela que pressupõe o outro. Uma ação só não é social quando o indivíduo não tem expectativas sobre uma possível recepção por parte de outrem do que ele realizou. Portanto, a grande maioria de nossas ações são sociais. Quando há ação e reação, ou seja, quando os indivíduos envolvidos compartilham expectativas, estamos diante de uma relação social. Vale sublinhar neste ponto que sociedades não são conjuntos de indivíduos em convivência harmônica, compartilhando expectativas de modo inteligível e satisfatório para ambas as partes. O compartilhar implica ordem e também desordem, uma vez que não existem por parte dos indivíduos apenas expectativas consensuais, calcadas em interesses comuns. De acordo com Raymond Aron (1999, pp. 492-493):

Para Max Weber as sociedades são feitas tanto de lutas como de acordos. O combate é uma relação social fundamental. Num duelo, a ação de cada duelista está orientada para a ação do outro. A orientação recíproca das condutas é, neste caso, ainda mais necessária do que num acordo, pois o que está em jogo é a própria existência dos combatentes. A relação social do combate se define pela vontade de cada um dos atores de impor-se ao outro, malgrado sua resistência.

No exemplo do duelo, enuncia-se um dos sentidos possíveis atribuídos por Weber ao combate: a competição. Nesse sentido, vemos uma aproximação do conceito de luta ou combate com modelos oriundos das ciências naturais, especialmente da biologia. Nas palavras de Weber (citado por COHN, 1986, p. 17):

é impossível eliminar a luta de qualquer vida cultural. Podem-se modificar os seus meios, o seu objetivo e mesmo a sua orientação básica e os seus portadores, mas ela própria não pode ser suprimida. (...) A luta encontra-se em toda parte e por vezes afirma-se tanto mais quanto menos é percebida ou quando adota no seu transcurso a forma de uma omissão cômoda ou de uma complacência ilusória ou enfim quando se exerce sob a capa da 'seleção'. A 'paz' significa apenas um deslocamento das formas, dos adversários ou do objeto da luta, ou finalmente das chances de seleção. (...) Uma coisa, no entanto, é segura: quando se decide avaliar uma ordenação das relações sociais de qualquer natureza é preciso examinar sempre e sem exceções a

posto que "a compreensão implica a percepção do sentido que o ator atribui à sua conduta [...]. A compreensão dos sentidos subjetivos implica uma classificação dos tipos de conduta e leva à percepção de sua estrutura inteligível" (ARON, 1988, p. 465). Seria ingênuo, no entanto, pensar que tais pontos implicam em negar as estruturas ou condicionantes sociais da ação individual ou tentar separar a ação instrumental das outras formas de ação (substantiva, afetiva e tradicional). O que importa na verdade é a compreensão das razões válidas do ator social ou dos atores sociais, explicando de que modo esses comportamentos individuais criam o fenômeno macroscópico que procuramos explicar.

que tipo de pessoas ela oferece as maiores chances de tornarem-se dominantes pela via da seleção externa ou interna (entendendo-se 'interna' como referente aos motivos da ação).

De acordo com tal visão, a luta parece inerente à vida social pensada sob uma dimensão natural, mas ampliando um pouco a extensão do conceito é seu modo de resolução que lhe empresta significado. COSER (1961), sob influência do pensamento de Simmel e de Weber, afirma que se em uma luta há a consideração de qualquer limite à violência, então já há um fator igualador, mesmo que seja só com respeito a uma ética da violência. “É quase inevitável que se introduza um elemento de comunidade na inimizade, assim como a etapa da violência franca cede seu lugar a outra relação, ainda que esta relação não mitigue a animosidade entre os contendores. O indivíduo se une para lutar e luta sob o controle mutuamente reconhecido de normas e regras” (COSER, 1961, p. 138). É por isso que o conflito tem um papel fundamental na vida social pois desperta nos contendores e na comunidade em geral a consciência de normas e regras que poderiam estar latentes antes do conflito e que surgem como consequência dos valores que se compartilham ainda que a conduta seja antagônica.

Norbert Elias relaciona a centralidade do combate como relação social no pensamento de Weber ao clima intelectual da época guilhermina na Alemanha, caracterizado por um *ethos* militarista e por uma ampla valorização social da rigidez e do autoritarismo. Tais traços, desenhados dentro do atropelado processo de construção do Estado nacional alemão, tinham como instituições emblemáticas a organização militar e as sucessivas guerras contra outros países europeus bem como a instituição do duelo à qual recorriam os aristocratas alemães para resolução privada (ainda que ilegal) das questões de honra. Elias analisa essa mentalidade, que ele qualifica como “ethos guerreiro aburguesado da sociedade guilhermina”, em termos de um *habitus*, ou seja, de um conjunto de características e predisposições sociais específicas, “um saber incorporado” construído em relação intrínseca com o processo de formação do Estado. Diferentemente de outros países europeus nos quais hábitos culturais de elites com ampla influência sobre as classes periféricas serviram para modelar a noção de “boa sociedade”, no caso alemão, desenvolveram-se inúmeras sociedades de corte, inúmeras “boas sociedades” locais, e as funções sociais integradoras ficaram a cargo de instituições como o exército e as confrarias estudantis duelistas, nas quais prevalecia o código de honra dos guerreiros, traduzido “na obrigação de arriscar a vida em duelo para provar que se é digno de pertencer à elite social, àquela que possui ‘honra’ ”(ELIAS, 1997, p. 57). Mas, para além de

associar o contexto histórico à construção do conceito de luta, Elias também admite que “até hoje, no desenvolvimento da Europa e, a bem dizer, da humanidade, um papel central tem sido desempenhado pelas lutas de eliminação entre grupos, estejam eles integrados ao nível de tribos ou ao de Estados” (ELIAS, 1997, p. 17)

Para além do sentido de seleção, o instinto de sobrevivência sob a carapaça simbólica do *ethos* guerreiro alemão de sua época, Weber admite também o combate ou luta sem o uso da violência física. A este tipo de relação social chamou de concorrência. Sendo assim, a luta está na base de diversas manifestações sociais das quais as mais importantes são o poder (*Match*) e o domínio (*Herrschaft*). Se o poder significa a existência de uma oportunidade de fazer triunfar, no interior de uma relação social, sua própria vontade contra resistências, qualquer que seja o fundamento dessa vontade, ela não é, pois, somente de natureza política; pode ser econômica, doméstica, religiosa, pedagógica etc. O domínio exprime a existência de uma oportunidade de encontrar pessoas dispostas a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado; fundamenta-se na relação de vontade de um indivíduo fora de qualquer agrupamento e de qualquer aparato administrativo.

Para finalizar, a interpretação de FREUND (2000, p. 97), resume a proposta teórica de Weber de considerar o combate como uma relação social fundamental:

Seja qual for a relação social, pode ser objeto de uma luta (*Kampf*), provocá-la ou sustentá-la. A luta exprime a orientação de uma atividade com vistas a fazer triunfar sua vontade sobre a dos outros. (...) Em outras palavras, à exceção do caso limite da comunalização por unanimidade, toda relação social pode comportar a luta. Pode tomar todas as formas: política, econômica, erótica, ideológica ou outra. Segundo o objeto da competição (tornar-se um marido, um amante, um funcionário, um deputado, um empresário, uma vedete), os meios podem variar e consistir na força física, na esperteza, maior capacidade intelectual, na força dos pulmões, na melhor técnica demagógica, na maior destreza, na lisonja, na habilidade, na intriga, etc. A luta é eterna e não se poderia imaginar meio capaz de suprimi-la definitivamente.

As considerações teóricas até aqui apresentadas fundamentam-se numa análise sociológica que vê os fenômenos sociais como ações intencionais, dentre as quais destacamos a relação social do combate (Weber), desenvolvidas em campos de interação estruturados e estruturantes (Bourdieu). A vida social é feita de indivíduos que perseguem os mais variados fins e objetivos e conjuntos de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a estes indivíduos percepções sobre como agir – inclinações e oportunidades. Do mesmo modo, reflexiva e continuamente, tais circunstâncias se modificam, tornando a vida social um fluxo

dinâmico, o resultado dos diálogos entre estrutura e ação mediados pelo indivíduo. Os indivíduos ocupam posições diferentes nos campos de interação, dependendo do tipo e da quantidade de recursos que têm disponíveis. THOMPSON (1995, p. 21) chama a atenção para a importância teórica dos processos de institucionalização de tais posições:

Em alguns casos estas posições quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade – isto é, tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais. As instituições podem ser vistas com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais. As instituições definem a configuração dos campos de interação e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentre deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que o ocupam.

No caso desta tese, o objeto de combate ao qual nos referimos é, por um lado, a hegemonia na condução dos interesses coletivos (os projetos de nação defendidos dentre das várias vertentes da RSE) e, por outro, a necessidade de geração de coesão interna nas duas realidades nacionais escolhidas. Essa luta ocorre no campo de interação em torno da questão social e será observada pela ótica das associações que divulgam os discursos e práticas da RSE no Brasil e na Argentina. O objetivo é verificar a forma como os três agentes sociais – Estado, Sociedade e Empresários – são tratados em tais discursos e práticas a fim de qualificar o grau de confiança esboçado nas funções e papéis de cada um bem como as possibilidades transformadoras (ou conservadoras) contidas no movimento pela RSE no sentido de contribuir para a construção de um Estado Social.

1.3 – O Combate Semântico como instrumento de construção da hegemonia

Se o processo que aqui denominamos de amolecimento do capitalismo criou um vácuo institucional e simbólico em relação às formas anteriores de desenhar as fronteiras entre público e privado, os indivíduos – sob a influência de seus grupos de interesse dispersos no interior de vários campos de interação – realocam seus recursos a fim de reordenar também a balança de poder e consagrar seus propósitos como sendo hegemônicos. Em larga medida esse é um combate semântico que, do interior de discursos que orientam um conjunto de práticas, revelam posições, intenções e formas específicas de representação da realidade e de intervenção na mesma. A fim de compreender tal arranjo, serão evocados os conceitos de hegemonia e ideologia defendidos por Antonio Gramsci (e outros correlatos à construção do

arcabouço teórico por ele proposto) e suas “reativações” na visão de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004)⁹.

Gramsci constrói o conceito de hegemonia a partir de uma visão que começa a se esboçar já no tempo em que criou o periódico *Ordine Nuovo* e da ferrenha defesa do seguinte posicionamento relativo à transformação das Comissões Internas em Conselhos de Fábrica: o operariado deveria encontrar nas estruturas de participação do processo produtivo uma forma de democracia e uma via de revolução até o seu objetivo maior que era o de governar a sociedade¹⁰. Segundo GRUPPI (1978, p. 53):

Esse é o esforço de Gramsci e de todo o *Ordine Nuovo*: extrair, de um movimento que já se realiza e de uma realidade efetiva, um novo instrumento de unidade da classe operária, capaz de guiar o movimento de massa, de levar o movimento operário a um novo nível de consciência. Partindo da fábrica, da experiência concreta, configura-se o modelo de Estado pelo qual se deve lutar.

Para Gramsci, hegemonia é a direção cultural e moral da sociedade, com forte acento na visão de mundo e valores sociais em consequência de uma determinada organização política. É importante lembrar que no contexto da Terceira Internacional, para vastas correntes de intelectuais e militantes, só existe poder no Estado e ação política pela via partidária ou sindical. Gramsci, entretanto, em seus ensinamentos escritos no cárcere, desenvolve uma visão que estende o conceito mesmo de Estado, entendido não mais só como "sociedade política", órgão de coerção jurídica, mas como entrelaçamento de sociedade política e

⁹ Um dos aspectos que mais chamam atenção na produção intelectual de Gramsci, não obstante sua dispersão e fragmentação, é que ele tenta avançar em relação a dois fundamentos do pensamento de extração marxista, o historicismo e o economicismo, ou seja, o aspecto determinista tanto do processo histórico quanto da base econômica sobre a vida social. Isso confere à sua obra afinidades com questões contemporâneas lançadas à teoria social clássica. Herdeiro intelectual de Lênin, mas capaz de superá-lo especialmente no que se refere ao conceito de hegemonia como direção política e aliança de classes, Gramsci se dedica a estudar a complexidade da sociedade, a articulação das funções, os elementos que interagem e as diversas combinações em que se apresentam, a sobrevivência de uma fase histórica em outra ou o “jogo” dos deslocamentos ideológicos de uma classe para outra, de uma área para outra, de uma nação para outra.

¹⁰ De acordo com as notas bibliográficas do volume 1 dos Cadernos de Cárcere (2006, p. 54) introduzidas pelo organizador Nelson Coutinho: “Em abril [1919], Gramsci, [Angelo] Tasca, [Palmiro] Togliatti e Umberto Terracini decidem criar a revista *L’Ordine Nuovo* [A Nova Ordem], com o subtítulo ‘Resenha semanal de cultura socialista’. Gramsci é o secretário de redação. Em 1º de maio, sai o primeiro número da revista, que, ao lado do título, traz a seguinte palavra de ordem: ‘instruí-vos, porque precisamos de vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força’. Embora seja difundido quase somente em Turim e no Piemonte, a revista passa, em um ano, de 3.000 leitores a 300 assinantes para, respectivamente, 5.000 e 1.100”. A título também de esclarecimento, as Comissões Internas seriam representações de um sindicato dentro da empresa, contudo elas jamais foram aceitas pelos empresários. Somente depois da 1ª Guerra Mundial é que a associação dos industriais estabeleceu junto com a federação dos metalúrgicos a aceitação das comissões, reconhecendo o direito dos trabalhadores de terem uma representação dentro da fábrica. As comissões seriam eleitas somente por operários sindicalizados. Gramsci propõe a ampliação do trabalho dessas comissões para tornarem-se Conselhos de Fábrica.

"sociedade civil", em que a hegemonia de um grupo social se exerce através de organizações privadas enquanto instrumentos de direção cultural¹¹. A sociedade civil encontra sua função específica na produção do consenso e da ideologia, enquanto a sociedade política ou Estado o faz na organização do monopólio da força. Na polêmica com Benedetto Croce, por exemplo, Gramsci afirma:

Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas (GRAMSCI, 2006, p. 295 – Caderno 10).

Portanto, um grupo social não constrói a sua hegemonia apenas pela via da ocupação do aparato estatal e com base na coerção física por deter o monopólio do uso da violência, mas também através das instituições que compõem a sociedade civil. Em condições de hegemonia, o grupo que ocupa o poder político solidariza a direção da sociedade com as instituições de produção e reprodução dos valores sociais, composta pelo sistema escolar, Igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais, organizações culturais e meios de comunicação em geral.

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária” (GRAMSCI, 2002: 139 – Caderno 25)

Na visão de Cohen (2003), que associa a noção de sociedade civil em Gramsci ao contexto do Estado nacional do século XX, nenhuma concepção da sociedade civil é neutra,

¹¹ De certo modo, há uma aproximação neste ponto entre o pensamento de Gramsci com o de Weber no sentido de que a relação social de dominação pode estar baseada num princípio de racionalidade instrumental, mas também e de forma conexa, num princípio valorativo ou racionalidade substantiva. Entretanto preferimos adotar a noção de “luta” como relação social tal como propõe Weber em detrimento da noção gramsciana de “guerra de posição”. Esta última é a progressiva desagregação de uma civilização e a construção de outra em torno de um novo núcleo de classe. O que nos conduziria a uma visão estrutural e em base ao conceito de classe. Nossa perspectiva entretanto é a do campo e a da luta no intuito de capturar o “social” do ponto de vista das agências.

nem a de Gramsci, e sempre faz parte de um projeto de construção de relações sociais, formas culturais e modos de pensar da sociedade. Assim:

(...) conceber a sociedade civil ao mesmo tempo como campo simbólico e como conjunto de instituições e práticas que são o lócus da formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. Dessa forma, a dimensão cultural da sociedade civil não é dada ou natural; ela é antes um lugar de contestação social: suas associações e redes constituem um campo de luta e uma arena onde se forjam alianças, identidades e valores éticos. Visões antagônicas da sociedade civil são mobilizadas em uma luta contínua, seja para manter a hegemonia cultural de grupos dominantes, seja para afirmar a contra-hegemonia de atores coletivos subalternos. (COHEN, 2003, p. 425)

O conceito gramsciano de hegemonia, ao unir sociedade política e sociedade civil, se contrapõe à idéia de “dominação” – tal como formulada por Althusser por exemplo – posto que assume definitivamente a concepção de hegemonia como criação de um novo consenso. O consenso por ele pensado dá espaço para imaginar uma articulação pluralista de idéias e valores, uma unidade na diversidade. Em contraponto, o conceito de dominação, na visão de Althusser enfatiza a imposição de uma classe sobre a outra pela via da força, eliminando a possibilidade da divergência e do dissenso. Somente numa elaboração conceitual mais simplificada é que se pode pensar, dicotomicamente, numa nova formação econômica e social como dominação de uma parte da sociedade sobre outra. Na realidade, o que uma hegemonia estabelece é um complexo sistema de relações e de mediações dentro do qual se reafirma o grupo que consiga reunir recursos para afirmar aos demais sua capacidade de direção. Como notam LACLAU e MOUFFE (2004, p. 11), “o absolutismo das identidades de classe do marxismo clássico é substituído por identidades hegemônicas constituídas através de mediações não dialéticas”¹².

A hegemonia então pode ser vista como a capacidade de geração do consentimento social, com ênfase na dimensão cultural e simbólica e, por decorrência, de integração da sociedade. É no terreno desta dimensão que Gramsci trabalha então o conceito de ideologia. A ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de

¹² De acordo com Roberto Finelli (2003, p. 107), ao discutir o conceito de ideologia em Gramsci e sua atualidade para entender a contemporaneidade, comenta que ele propõe uma releitura de Hegel, para quem a dialética fundava-se apenas na oposição. Para Gramsci, entretanto, inspirado no idealismo italiano, em especial em Benedetto Croce, a dialética funda-se também na distinção, “na co-presença de âmbitos da experiência humana (...) que articulam a complexidade da vida e da história sem entrarem necessariamente em contradição entre si. Através dessa reforma da dialética hegeliana, (...) Gramsci abre o conceito marxista de superestrutura, articulando-o na co-presença de sociedade civil e Estado político”.

conduta, sem orientações; ela “é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 1978: 377). De acordo com ORTIZ (2006, p. 99), “se a ideologia é pensada como um elemento cognitivo, uma concepção de mundo inerente à vida social, e se Gramsci descarta a idéia de natureza humana, a conclusão que se impõe é lógica: não há sociedade sem ideologia”.

Mas a ideologia é mais que um sistema de idéias; ela também está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação¹³. É aqui que entra a prática hegemônica: uma ideologia hegemônica, dominante, pode propiciar uma visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não só influencia a massa da população, mas também serve como princípio de organização das instituições sociais. É, portanto, *na* ideologia e *por meio da* ideologia que um grupo pode exercer sua hegemonia sobre outros, isto é, pode assegurar a *adesão* e o *consentimento* em grandes proporções. A ideologia “organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 377). Se a hegemonia é, para além da liderança política, uma liderança intelectual e moral, ela é uma “vontade coletiva” que, através da ideologia, passa a ser o cimento orgânico de um bloco histórico.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o bloco histórico (GRAMSCI, 2006, p. 222)

Inspirando-se no conceito soreliano de bloco histórico, concebido como conexão de sociedade econômica, sociedade civil e Estado político, Gramsci vê na sociedade civil o lugar da produção, não material mas cultural, de um grupo hegemônico. O bloco histórico é um espaço social e político relativamente unificado por meio da instituição de significados

¹³ FERREIRA (2006) apresenta afinidades entre o pensamento de Gramsci e a Escola Sociológica Francesa no que se refere à forma e ao conteúdo dos conceitos e idéias expressos nos controversos Cadernos de Cárcere. Tudo para mostrar um Gramsci sociólogo em lugar do mais amplamente aceito cientista político. Afinal, se a classe dominante constrói sua hegemonia via ideologia, ela o faz com um grau de envolvimento tal com os valores que apregoa que poderíamos ver neles a força de uma crença (daí a associação entre ideologia e o princípio de reciprocidade da troca-dádiva, conforme se verá mais adiante).

culturais hegemônicos em torno dos quais se constituem identidades relacionais. Mas, se a hegemonia é um complexo de mediações, o "tecido hegemônico" é criado e recriado em um processo constante de renovação em cada momento histórico com base nos antagonismos sociais, ainda resta certa cristalização e engessamento da noção de sociedade presente naquela concepção. Portanto, embora por um lado o sentido de sociedade implícito na noção de bloco histórico possa ser revisto pois empresta ao conceito de hegemonia ainda um alto grau de essencialismo (herdado do pensamento de Marx), por outro, ao acentuar a importância dos aspectos culturais que sustentam as relações hegemônicas, Gramsci não concebe a ideologia em um sentido negativo como sinônimo de visão deformada da realidade, mas em sentido positivo como visão de mundo necessária para organizar a realidade.

O autor chama a atenção, portanto, para as práticas por meio das quais os sujeitos (grupos sociais organizados) buscam adeptos para conseguir a hegemonia em torno de suas interpretações sobre o mundo e sobre a organização social, inserindo-as nas práticas e rituais do mundo vivido. Podemos nos adiantar e dizer que ao longo desse processo de articulações em busca da hegemonia, de tentativas de dar uma coerência específica ao real, determinados elementos podem passar e outros se fixar, superando os já existentes ou mesclando-se a eles. No mundo contemporâneo, o tipo de pensamento estruturado por Gramsci reveste-se de atualidade na medida em que: a) permite desvincular os sujeitos políticos de uma visão estritamente econômica dos grupos (classes) abrindo o espaço para pensá-los como vontades coletivas complexas; b) não estabelece uma relação de equivalência exata entre os elementos ideológicos articulados pelo grupo hegemônico a uma classe, senão por sua origem comum.

Pode-se dizer, de forma sucinta, que são dois os pressupostos básicos que balizam o conceito de hegemonia tal como pensado por Gramsci. O primeiro é o de que todo ser humano, pelo simples fato de que fala, tem uma sua concepção do mundo, ainda que não consciente, ainda que acrítica, já que a linguagem é sempre, embrionariamente, uma forma de concepção do mundo. O segundo pressuposto é o de que o processo de formação crítica e, portanto, de intervenção ativa no processo da história do mundo não é o resultado de uma reflexão pura e exclusivamente pessoal. É um processo social de uma formação político-ideológica. A escola, a religião, o serviço militar, os jornais, episódios da cultura local e o folclore, o cinema, o rádio, a literatura são canais da visão de mundo do grupo hegemônico sobre os demais bem como de geração de consensos internos ao próprio grupo hegemônico e são canais/recursos utilizados pelo que René Dreifuss chamou de elites orgânicas.

De acordo com DREIFUSS (1986)¹⁴, que se dedicou ao estudo teórico e empírico das elites orgânicas, elas são uma espécie de *córtex político* das classes, tendo a função de gerar articulação e coesão do ponto de vista interno com o objetivo de construir a hegemonia e regular conflitos. Dito de forma sintética, a função essencial das elites orgânicas é ideológica:

A elite orgânica se responsabiliza pela formulação e desenvolvimento de um discurso político-ideológico para o conjunto das classes dominantes, apresentado não só como de interesse coletivo do capital mas até da própria Nação. (...) A elite orgânica é a pensadora de uma classe – ‘a parcela esclarecida da burguesia’ –, funcionando como ‘auto-consciência cultural e política’ e núcleo de auto-crítica da classe dominante. Através desta função ideológica, ‘a elite orgânica contribui para a homogeneidade requerida, procurando transformar as contradições e antagonismos em simples diferenças’, passíveis de (re)conciliação, assim como estabelecer a unicidade organizacional e política na diversidade ideológica classista interna, incorporada e interiorizada em seu programa de ação e em seu projeto de Estado. (DREIFUSS, 1986, p. 26).

Os argumentos apresentados nas ideologias das elites orgânicas não são apenas construtos lógicos do ponto de vista de sua coerência, nem aparecem como “demanda e reflexão de sua própria classe”. Suas ambições são bem maiores e colocam-se como representação da consciência nacional e exigência da sociedade. Por isso mesmo, outra metáfora utilizada por Dreifuss para caracterizá-las é a de que atuam como um estado-maior:

A elite orgânica, enquanto estado-maior, estabelece a mediação entre a estrutura da classe dominante e o conflito de classe – desenvolvendo a diplomacia privada e a política efetiva em contraposição à oficial e pública –, o que implica na consolidação de uma liderança de classe dominante numa frente móvel de ação, mais ampla que a primeira, que viabilize a inserção político-ideológica, a comunicação social dos projetos particulares classistas e sua conversão em demandas gerais, ‘sociais’, ‘nacionais’ ou de simples ‘senso comum’. (DREIFUSS, 1986, p. 27)

¹⁴ O conceito de elite orgânica mostra-se especialmente adequado para o recorte de pesquisa aqui proposto, considerando-se que a unidade de análise escolhida não são os empresários em sua atuação individual, mas as suas associações. Tais associações, seguindo a argumentação proposta por Dreifuss (1986), representam *unidades de ação* ou grupos táticos que visam alvos específicos e fins limitados; ou ainda, *centrais de idéias e pesquisas* quando cumprem a função de segmentos auxiliares e de assessoria. No entanto, cabe a ressalva de que a utilização do conceito de elite orgânica é mais restrita do que a proposta pelo autor. Para ele, o que importa ao fim e ao cabo é a questão do exercício do poder de classe (leia-se: de grupo de interesse) com base na observação e sistematização da “variedade de meios empregados na ação política das elites orgânicas do grande empresariado, examinando sua interconexão transnacional e organização interna, seus recursos táticos e visão estratégica, assim como a sua gestão de elite e diplomacia privada (...)”. No caso da presente tese, o corte sociológico não é o da *classe*, mas o do *campo*; o enfoque dado à dinâmica das relações sociais não é o da *dialética* mas o da *luta*, conforme discutido anteriormente.

Quanto a seu modo de organização, o autor destaca a variada composição das elites orgânicas que contam, além dos próprios empresários, com profissionais liberais, acadêmicos, militares, dirigentes do alto escalão do governo e de empresas estatais, técnicos e administradores do aparelho estatal e alguns políticos. Além disso, encontram estruturadas fora do âmbito exclusivo do aparelho de estado e das organizações partidárias convencionais. Por tudo isso, o autor afirma que “as elites orgânicas ‘superam’ os partidos, tanto em capacidade estratégico-política quanto na profundidade das suas ações. Poderíamos dizer: *os partidos burgueses visam o governo; as elites orgânicas visam o Estado*” (DREIFUSS, 1986: 266)

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004)¹⁵, ao revisitarem a teoria de Gramsci, sobretudo no que se refere ao conceito de hegemonia, propõem um avanço em relação a dois pontos do pensamento do autor: 1) o plano de constituição dos sujeitos hegemônicos é para Gramsci o da classe e para eles a luta hegemônica é um campo discursivo que extrapola os limites da classe; 2) a unicidade do centro hegemônico em torno do qual toda formação social se estrutura (exceto em períodos de crise orgânica) na forma de bloco histórico¹⁶. De acordo com os autores então:

El pensamiento de Gramsci es sólo un momento transicional en la deconstrucción del paradigma político esencialista del marxismo clásico. Porque para Gramsci, el núcleo de toda articulación hegemónica continúa siendo *una* clase social fundamental. Es aquí justamente donde la realidad de las sociedades industriales avanzadas – o postindustriales – nos obliga a ir más allá de Gramsci y a deconstruir la noción misma de ‘clase social’. Y esto porque la noción tradicional de ‘clase’

¹⁵ Os autores se propõem a uma revisão do conceito de hegemonia que encontra em Gramsci grandes potencialidades. A crítica que eles fazem a seu pensamento refere-se ao fato de que o conceito de classe social como unidade de análise ainda é muito forte no autor e diminui o poder heurístico e político do conceito de hegemonia. A revisão a que se propõem busca um profundo exame dos debates da Segunda Internacional e destacam certos pontos do pensamento de Gramsci que devem ser “reativados” (já no contexto da Terceira Internacional). Com base nesses pontos, sua revisão teórica busca combater o determinismo econômico, a visão etapista da história e o conceito de classe social ou luta de classes como variável fundamental da explicação sociológica diacrônica. Afinal, mantidos estes “essencialismos”, incluindo aí a superação da luta de classes, não haveria mais possibilidades de existência de uma luta hegemônica calcada no que os autores chamam de antagonismos sociais. Assim, não haveria como pensar um lugar para a luta democrática uma vez que esta pressupõe as diferenças, o debate de idéias e o que o próprio Gramsci denominou de guerra de posições.

¹⁶ A análise que Gramsci faz da Revolução Francesa demonstra em alguns pontos a rigidez da noção de classe e a permanência da visão etapista da história contra as quais Laclau e Mouffe propuseram sua crítica. “(...) a França rural aceitou a hegemonia de Paris, ou seja, compreendeu que, para destruir definitivamente o velho regime, devia se aliar aos elementos mais avançados do terceiro estado e não aos moderados girondinos. Se é verdade que os jacobinos ‘forçaram’ a mão, é também verdade que isto aconteceu sempre no sentido do **desenvolvimento histórico real**, porque eles não só organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: **criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica**, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna” (GRAMSCI, 2002, p. 81 – Caderno 19 – grifos meus)

suponía la unidad de las posiciones de sujeto de los diversos agentes; en tanto que en las condiciones del capitalismo maduro, dicha unidad es siempre precaria y sometida a un constante proceso de rearticulación hegemónica (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 23)

Com o objetivo então de ligar a problemática da crítica ao essencialismo e à concepção unitária e fundante do sujeito baseada na noção de classe com o conjunto de problemas vinculados ao surgimento de novos antagonismos e à transformação da política no mundo contemporâneo, os autores propõem uma releitura das transformações do conceito de hegemonia, tanto como superfície discursiva quanto como ponto nodal da teorização política marxista. Vale dizer que, para tanto, retomam o conceito de hegemonia e os impasses do marxismo no contexto da Segunda Internacional, demonstrando que todas as dificuldades de explicação entre as diferenças (gretas) entre as tarefas de classe e seu poder de agência efetivo – no caso europeu, o desajuste entre as tarefas burguesas e a capacidade da burguesia em realizá-las é a ponte para a tomada de poder político por parte do proletariado; no caso russo, o avanço da classe operária é visto como infiltração da mesma na história, executando tarefas que não são da sua natureza de classe. Por isso mesmo, no caso europeu a conceituação do desajuste podia limitar-se a categorias negativas de transitoriedade e contingência que era preciso vencer; no caso russo, pelo contrário, os desajustes são conjunturas positivas que permitiram pular uma etapa do processo histórico natural. De acordo com LACLAU e MOUFFE (2004, p. 81), “ ‘hegemonía’ fue el nombre dado a esta relación anómala”. A hegemonia só viria a encontrar seus limites quando os desajustes da situação russa fossem compensados pela revolução socialista na Europa, quando as classes operárias do capitalismo avançado viessem ao encontro dos revolucionários russos¹⁷.

No sentido de ponto nodal da teorização marxista, a idéia geral dos autores é que por trás do conceito de hegemonia se esconde algo mais que um tipo de relação política complementar às categorias básicas da teoria marxista. Com ele, introduz-se uma “lógica do social” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 27) que é incompatível com estas últimas. Frente ao racionalismo marxista clássico que entendia a história e a sociedade como totalidades inteligíveis, regidas por leis conceitualmente explicáveis, a lógica da hegemonia se apresentou desde o começo como uma operação suplementar e contingente, requerida por desajustes conjunturais frente a um paradigma evolutivo cuja validade essencial ou morfológica não era

¹⁷ Cabe ressaltar que para Laclau e Mouffe a exterioridade do vínculo hegemônico à identidade de classe se estende a toda a tradição leninista de pensamento. Para o leninismo, a hegemonia é considerada como direção política no seio de uma aliança de classe.

em nenhum momento questionada. De forma muito simples, a hegemonia foi vista no conjunto do marxismo como uma necessidade histórica:

Hegemonía hará alusión a una totalidad ausente y a los diversos intentos de recomposición y rearticulación que, superando esta ausencia originaria permitieran dar un sentido a las luchas y dotar las fuerzas históricas de una positividad plena. Los contextos de aparición del concepto serán los contextos de una *falla* (en el sentido geológico), de una grieta que era necesario colmar, de una contingencia que era necesario superar. La hegemonía no será el despliegue majestuoso de una identidad, sino la respuesta a una crisis (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 31)

Já do ponto de vista do que denominam superfície discursiva, é que vem a contribuição dos autores para compreensão proposta em relação ao conceito de hegemonia na medida em que o coloca como uma construção de linguagem na qual suas ambiguidades são admitidas como fator explicativo. Sob a visão desconstrutivista de Derrida, os autores vêem o signo tanto como traço daquilo que ele substitui (rastro) quanto como traço daquilo que ele não é (diferença). Decorre disto a ambiguidade discursiva, consistindo a luta hegemônica em tentar consagrar certas interpretações como válidas bem como em fornecer uma aparente unidade àquilo que em si mesmo é diverso. Assim sendo, o ponto de observação da realidade social escolhido por eles localiza-se no campo da articulação, devendo renunciar à sociedade como totalidade fundante de seus processos parciais. As duas condições para uma articulação hegemônica são: a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam:

Debemos pues considerar a la apertura de lo social como constitutiva de una ‘esencia negativa’ de lo existente, y a los diversos ‘órdenes sociales’ como intentos precarios y en última instancia fallidos de domesticar el campo de las diferencias. En este caso la multiformidad de lo social no puede ser aprehendida a través de un sistema de mediaciones, ni puede el ‘orden social’ ser concebido como un principio subyacente. No existe un espacio suturado que podamos concebir como una ‘sociedad’, ya que lo social carecería de esencia (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 132).

O discurso (singular no sentido conceitual, mas sempre plural na realidade empírica) seria a tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro, como pontos nodais, fornecendo ao real uma aparente unidade. Os

“pontos nodais” seriam, precisamente, os significados que vêm a se tornar privilegiados numa articulação discursiva, que conseguem se estabelecer como hegemônicos, fixando-se em uma cadeia: na medida em que nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura¹⁸.

Na medida em que se refere a objetos somente acessíveis por meio de recursos comunicativos, não poderia deixar de aludir aos princípios constitutivos do “discurso”, desde que na compreensão desse elemento haja um esforço em ultrapassar o nível das características, formas e estruturas lingüísticas, para entrar no campo da ideologia. É exatamente a tentativa de consenso, que se dá no contexto da pluralidade e dos conflitos entre os grupos sociais, que constitui a prática articulatória de que falam Laclau e Mouffe, a disputa hegemônica¹⁹. Prática a partir da qual os significados podem assumir novo sentido. Mas reconhecer que o sentido e as práticas articulatórias são posicionais e contingentes não elimina o pressuposto como fazem entender os autores – de que essas novas posições não se dão num vácuo, e sim sobre uma teia de outras representações e significados já existentes. Ao conflito e à busca do consenso, portanto, seguem-se a objetivação e a ancoragem (num processo dinâmico e conflitivo) do novo sobre o “estabelecido”.

Na prática discursiva da esfera pública, em que grupos em combate ou grupos de interesse buscam a hegemonia, alguns dos significados podem aos poucos vencer e alcançar relativa estabilidade ou, nos termos de Laclau e Mouffe, podem tornar-se “hegemônicos”²⁰. Não é a pobreza de significados, mas, ao contrário, a polissemia que desarticula uma estrutura discursiva:

¹⁸ As influências teóricas que mobilizam o revisionismo de Laclau e Mouffe são três (elencadas pelos próprios autores no prólogo à primeira edição em espanhol): 1) a crítica ao essencialismo filosófico, consubstanciada na recusa à chamada metafísica da presença (o que inclui a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein, a afirmação da faticidade e historicidade do ser no pensamento de Heidegger e a crítica pós-estruturalista à fixidez da relação significante/significado na constituição do signo); 2) o novo papel dado à linguagem na estruturação das relações sociais; 3) a desconstrução da categoria de “sujeito” no que diz respeito à construção das identidades coletivas.

¹⁹ É nesse sentido que os autores reconhecem a maior contribuição de Gramsci ao avanço teórico e político da esquerda. Ele foi o único pensador da Terceira Internacional capaz de substituir o conceito de representação pelo de articulação, ou seja, a aceitar tanto a diversidade estrutural das relações nas quais os agentes sociais estão imersos, quanto o fato de que o grau de unidade que possa existir entre as mesmas não é expressão de uma essência comum subjacente, mas sim a resultante de uma luta e construção políticas. “(...) el sujeto hegemónico es un sujeto de clase sólo en el sentido de que es a partir de posiciones de clase que se ha articulado *prácticamente* una cierta formación hegemónica. Pero, en ese caso, se trata evidentemente de los obreros concretos y no de esa entelequia constituida por sus ‘intereses históricos’ “ (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 99)

²⁰ A abrangência do conceito de campo discursivo inclui não apenas o que se diz, mas também o que se faz. Ação e discurso são indissociáveis. Os fatos existem (num determinado tempo e espaço, independentes da vontade do sujeito), mas sua estruturação como objetos depende de um campo discursivo.

Esto es lo que establece la dimensión sobre-determinada, simbólica, de toda formación social. La sociedad no consigue nunca ser idéntica a sí misma, porque todo punto nodal se constituye en el interior de una intertextualidad que lo desborda. *La práctica de la articulación consiste, por lo tanto, en la construcción de puntos nodales que fijan parcialmente el sentido; y el carácter parcial de esa fijación procede de la apertura de lo social, resultante a su vez del constante desbordamiento de todo discurso por la infinitud del campo de la discursividad* (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 154) (grifos meus)

A luta pela hegemonia em sociedades complexas no cenário contemporâneo envolve um duplo desafio. As solidariedades antes firmadas e/ou perseguidas em torno posições de classe se esgarçam gerando múltiplos interesses e grupos para defendê-los. Mas, considerando-se o quadro mais geral do sistema capitalista, as rivalidades de interesse entre os “grandes” agentes sociais (Estado, Sociedade e Mercado) permanecem e se complexificam. Portanto, um dos desafios desta tese é conseguir descrever empiricamente como se dá esse combate semântico pela hegemonia no campo discursivo da Responsabilidade Social Empresarial. Tanto no interior das antigas solidariedades de cunho corporativo há elementos que delineiam diversos interesses (um novo corporativismo ou concertação?) e, conseqüentemente, uma luta pela hegemonia quanto ao próprio desenho do que seja o bem público esboçado em diferentes projetos de nação vislumbrados na imaginação empresarial. Para finalizar, cabe perguntar, já que estamos dentro do modelo e do léxico de Gramsci, se nesse movimento em prol da Responsabilidade Social Empresarial não estaríamos frente a um tipo de intervenção social em que os divulgadores do tema simplesmente repetem, sob nova fórmula, os arranjos entre moderno e tradicional dentro dos moldes da *revolução sem revolução* ou *revolução passiva* ou ainda da *revolução pelo alto* na esteira de uma *modernização conservadora* de acordo com Barrington Moore (1975). Sendo assim, que elementos há no pólo da inovação e que elementos há no pólo da tradição?

As relações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado não deixam de constituir aspectos simbólicos pertinentes à conformação do campo que merecem ser (re)conhecidos. Parece interessante propor uma alquimia teórica em princípio um pouco heterodoxa mas com o único objetivo de buscar uma melhor explicação para o vigoroso fenômeno social que se descortina à nossa frente sugerida por essa última idéia de processo dinâmico do novo sobre o estabelecido. Conforme sugerem Laclau e Mouffe (2004), compreender o mundo do capitalismo globalizado através da categoria “hegemonia” nos ajuda a compreender que a presente conjuntura, longe de refletir a única ordem social possível, é a expressão de certa

configuração de relações de poder. Nesse ponto, em meio a uma discussão que destaca aspectos relativos aos jogos de poder, discutiremos a noção de dádiva como fundamento da vida social defendida pelo antropólogo Marcel Mauss, o que nos ajudará a qualificar os vínculos sociais da contemporaneidade, com especial ênfase àqueles compreendidos no objeto empírico em questão.

1.4 – Circuitos de dádiva: o “doar” como sinônimo de ação pelo social e (re)criação dos vínculos sociais na comunidade imaginada

WEBER (1999), ao buscar no *ethos* protestante as origens e os traços fundamentais da lógica capitalista, destaca que capitalismo no sentido da especulação e busca de lucro sempre existiu, embora ele tenha tomado contornos exclusivos nas sociedades ocidentais modernas. Mais tarde, ainda causava espanto, como bem pontuou POLANYI (1980), o fato de que o mercado capitalista moderno cria um tipo inédito de relação social com a emergência da chamada “economia de mercado”. Mas, como ressalta MAUSS (1974, p. 42), é preciso pensar que “o mercado é um fenômeno humano que, a nosso ver, não é estranho a nenhuma sociedade conhecida – mas cujo regime de troca é diferente do nosso”. POLANYI (1980, p. 54), talvez movido pelo mesmo tipo de inquietação de Mauss, também observa essa especificidade antropológica da economia de mercado, ao destacar que ela “é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente, a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente”.

Analisando a passagem à economia de mercado, após a Revolução Industrial, Polanyi destaca duas mudanças observáveis que se revestem, a nosso ver, de fundamental importância: 1) “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência”; 2) “todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ele deve ser vista como resultante de uma venda.” (POLANYI, 1980, p. 60). Tais mudanças em conjunto constituem um processo criticamente denominado por ele de “moinho satânico”, destruidor das relações sociais. Polanyi demonstra através de dados históricos que os interesses econômicos antes da Revolução Industrial eram subordinados às relações sociais e familiares. Contudo, em nome da expansão do sistema de produção fabril com seus altos custos foi preciso transformar a vida social tornando-a um imenso mercado regido pelo interesse e pelo lucro, passando o trabalho a ser considerado um negócio como outro qualquer. Tal processo não é “natural”, pois a “economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais.” (POLANYI, 1980, p. 65). Assim, Polanyi retoma os modelos de troca em sociedades de tipo tribal nos quais os bens produzidos

são trocados com base na reciprocidade e redistribuição, mecanismos não necessariamente ligados ao mercado e, capazes de garantir o funcionamento de um sistema econômico.

VEBLEN (1966), como Polanyi, também desnaturaliza as relações de mercado a partir da crítica ao paradigma da economia clássica. Ele o faz tanto através da crítica ao *homo oeconomicus* quanto da necessidade de uma explicação mais profunda da utilidade apontando razões que escapam ao modelo da racionalidade instrumental. Pois “ainda que nos últimos estágios de desenvolvimento a utilidade das coisas para o consumo se tenha convertido no elemento predominante de seu valor, a riqueza não perdeu, de modo algum, sua utilidade como demonstração honorífica da prepotência do proprietário” (VEBLEN, 1965, p. 32)²¹. Assim, na visão de Veblen, as instituições econômicas não constituem uma esfera distinta de outras atividades humanas, sendo apenas uma das partes do tecido institucional. Ele também não distingue o interesse econômico de outras formas de interesses, nem o toma como fato isolado. Ou seja, a compreensão dos fatos econômicos ou da ação econômica só pode ocorrer dentro de um quadro de atenção ao contexto cultural, visto que lhe é indissociável. De acordo com a sistematização proposta por MONASTÉRIO (2005) de A Teoria da Classe Ociosa são quatro as principais críticas de Veblen ao indivíduo proposto pela economia clássica: a) opunha-se à caracterização do indivíduo como um maximizador que faz cálculos hedonistas ininterruptos. Ele também critica a visão de que os indivíduos são naturalmente perspicazes (*clearsighted*) e dotados de grande capacidade preditiva (*farsighted*) na apreciação antecipada dos prazeres; b) critica a postura passiva que o homem tem na concepção neoclássica. Na visão hedonista, a atividade humana é resultado da busca pela satisfação de desejos dados; o homem não faz o gesto inicial, apenas se ajusta de acordo com as forças que agem sobre ele. Já para Veblen, a ação é característica do homem e deve ser tratada como o fato substancial do processo; c) combate também a idéia de imutabilidade do homem diante das pressões do ambiente. Na teoria neoclássica, o indivíduo não tem passado nem futuro; portanto, se uma força cessa de pressioná-lo, ele volta exatamente ao ponto de equilíbrio inicial. Tem-se, assim, um indivíduo sem história pessoal, sem aprendizado. d) Coerente com a abordagem

²¹ Há outras contribuições do modelo teórico de Veblen que poderiam ser aqui exploradas como por exemplo a relação entre, por um lado, o ócio e o consumo conspícuos dos ricos no quadro da emulação pecuniária e, por outro, a doação ao social como busca de uma posição honorífica e, conseqüente, reafirmação da confiança na autoridade das elites empresariais. A honra, na sua versão contemporânea baseada na valorização da ação ética e da preocupação com o social e o meio-ambiente, poderia ser então tomada como um fundamento de legitimidade. Mas o foco então seria muito mais o das redes sociais das elites empresariais, seu modo de operar a construção desse tipo de posição social, o que não nos parece ao alcance de demonstração empírica através do desenho de pesquisa empreendido. Além disso, há um problema de unidade de análise porque nesse caso teríamos que tomar os agentes individuais, preferencialmente aqueles que deixam de exercer a atividade industrial para dedicar-se exclusivamente ao ócio e ao rentismo, e nossa opção metodológica foi a de trabalhar com agentes coletivos – as associações promotoras da RSE.

institucional, Veblen entende ser inadequado, para uma teoria da conduta humana, considerar apenas as características individuais da ação.

Se as relações calcadas no ideal do *homo oeconomicus* não são naturais como advertem Polanyi e Veblen, o modelo mercantil capitalista da utilidade defendido pelos teóricos clássicos e neoclássicos do capitalismo liberal não deveria ser tomado como modelo único das relações sociais, supondo uma essência humana totalmente ou principalmente egoísta/interesseira, já que tal modelo de trocas é um fenômeno histórico-antropológico. O interesse existe de fato nas relações sociais e nelas desempenha importante papel. Mas, conforme destacou Arendt (2001), como a própria palavra indica, interesse (inter – esse) é algo que está entre as pessoas e que portanto as relaciona e interliga²². Para a autora, ação e discurso se referem exatamente a essa mediação geradora de vínculos, não obstante muitas vezes apresentem-se como algo intangível. “Mas a despeito de toda a sua intangibilidade, esta mediação é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a esta realidade o nome de ‘teia’ de relações humanas, indicando pela metáfora sua qualidade, de certo modo intangível”. (ARENDR, 2001: 195).

Em relação à explicação das relações sociais de troca não motivadas pelo vetor da utilidade, há uma *interessante* contribuição teórica oferecida pelo chamado paradigma da dádiva²³ – fruto das pistas teóricas deixadas por Marcel Mauss (1974) no seu Ensaio sobre a

²² Marcel Mauss (1974, p. 176) destaca que a palavra interesse é recente, “originária da técnica contábil: ‘*interest*’, latim que se escrevia nos livros contábeis, frente às rendas a receber. Nas morais antigas mas epicuristas, são o bem e o prazer que se procura, e não a utilidade material. Foi preciso a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que fossem postas em vigor e elevadas à altura de princípios as noções de lucro e de indivíduo”.

²³ Vale dizer que a inspiração para tal modelo de análise é o “Ensaio sobre a Dádiva” de Marcel Mauss mas ele abrange na verdade um grupo de cientistas sociais franceses reunidos em torno do *M.A.U.S.S – Moviment Anti-Utilitariste dans le Sciences Sociales*, responsável pela publicação da *Revue Du M.A.U.S.S*. Para o grupo o Ensaio é a grande refutação produzida no âmbito das ciências sociais para negar o *homo oeconomicus* das ciências econômicas. Quanto ao texto original do Ensaio, é importante salientar o quanto ele é bem documentado do ponto de vista etnográfico para demonstrar a existência de um tipo de razão de troca muito diferente daquela que se tornou hegemônica no ocidente (por exemplo, os conceitos de venda e de empréstimo não existem, mas há operações jurídicas e econômicas que têm idênticas funções só que realizadas com base em relações de confiança, honra e generosidade). Mas, sua essência enquanto inspiração para o movimento anti-utilitarista concentra-se, sem dúvida, nas conclusões de moral (expressa como civilidade ou civismo ao final do Ensaio), de sociologia econômica e sociologia política nas quais Mauss transporta as reflexões feitas sobre os costumes tribais e clânicos para as sociedades modernas. Em vários momentos Mauss propõe uma volta ao arcaico ou à troca-dádiva como alternativa para sair da racionalização egoísta e individualista levada ao seu extremo. Romântica ou criticamente, as duas perspectivas se misturam, propõe recuperar o espírito das coisas trocadas e, em conseqüência, o “verdadeiro” espírito dos seres humanos expresso na generosidade e na gratuidade. Nos diz ele que “podemos e devemos voltar ao arcaico, aos elementos; reencontraremos motivos de vida e de ação que são conhecidos ainda por numerosas sociedades e classes: a alegria de dar em público (...). A previdência social, a solicitude do mutualismo, da cooperação, do grupo profissional, de todas essas pessoas que o direito inglês adorna com o nome de “Friendly Societies” valem mais do que a simples segurança pessoal garantida pelo nobre a seu vassalo, mais do que a vida mesquinha dada pelo salário diário pago pelo patronato e mais até do que a poupança capitalista – fundada apenas em um crédito instável” (MAUSS, 1974, p. 168)

Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas²⁴. É claro que a pretensão aqui não é a de fazer uma transposição literal dos temas levantados por Mauss nem tampouco de aplicar integralmente a sua metodologia. Mas sim destacar que a discussão sobre a troca dádiva insere-se num horizonte de preocupações teórico-conceituais que visam gerar um contraponto ao utilitarismo nas ciências sociais. Os cientistas sociais que vêm trabalhando o modelo explicativo da dádiva sobre o vínculo social defendem que o mesmo é fruto de condições específicas de doação, confiança e dívida que não são explicáveis nem pela ótica do interesse individual egoísta, nem de um coletivo moral que impõe valores e regras. Dito de outro modo: o social tem uma dinâmica própria, independente de determinações mercantis e/ou obrigatórias, embora se coloque num jogo relacional com tais instâncias e, muitas vezes, determinantes de seu sucesso/efetividade.

O que está em jogo é a crítica ao modelo de explicação das relações sociais proposta pela economia clássica na qual as expectativas dos agentes estruturam-se de acordo com o modelo mercantil da utilidade, calcado nas noções de preferência e otimização: o *homo oeconomicus* é um ser hedonista e calculista que está a todo tempo tentando fazer valer os seus interesses egoístas frente aos interesses dos demais e tentando também otimizar as condições do contexto em favor próprio. Além disso, as relações sociais de tipo mercantil são aquelas que perseguem a liquidação da dívida e a busca incessante da equivalência, pois o

²⁴ Apesar de ter trabalhado amplamente com o chamado paradigma da dádiva para a explicação de fenômenos religiosos contemporâneos (em OLIVEIRA, op. cit., 2000 e APGAUA, OLIVEIRA e PEREZ, 2001), num primeiro momento não percebi uma relação explícita ou um caminho teórico a perseguir nesse sentido relativamente à RSE. No entanto, a partir da desafiadora leitura o artigo intitulado “Bases Conceptuales para el estudio de la Responsabilidad Social de la Empresa” de Pedro Morandé (2005), que me foi gentilmente cedido por seu orientando Felipe Machado Pinheiro na Pontificia Universidad de Chile, tal associação tornou-se imprescindível para a composição do argumento que busquei construir que, em última análise, propõe uma relação intrínseca entre poder político e poder simbólico. Poderia até parecer mais natural que essa associação fosse feita via Jurgen Habermas e a teoria da ação comunicativa. Entretanto, com base na crítica de Michel Löwy “Habermas, como adepto firme do racionalismo da Aufklärung, está convencido, ao contrário de Weber, da possibilidade de uma racionalidade prática: se as questões práticas não são redutíveis a problemas científicos ou técnicos, elas são não obstante suscetíveis de escolhas racionais que podem se referir aos fins da ação e não simplesmente aos meios. Portanto, existiria a possibilidade de uma resolução racional dos conflitos de valores, graças a um modelo pragmático, que coloca em primeiro plano a discussão pública e racional dos interesses presentes na sociedade, discussão cujo horizonte permanece a produção consciente de normas ético-jurídicas universais. Para Habermas, graças a uma “racionalização no plano do quadro institucional”, mediatizado pela linguagem, isto é, “uma discussão pública, sem entraves e isenta de dominação” podemos chegar a um tipo de consenso racional “sobre o caráter apropriado e desejável dos princípios e normas orientando a ação”. Por um lado, com base no conceito de hegemonia (GRAMSCI, 1978, LACLAU e MOUFFE, 2004) não há política democrática sem conflito. Como enfatizado em outros pontos de nossa análise, o conflito não é algo disruptivo em si mesmo, ao contrário, a vida social é feita de “lutas”, sendo a própria coesão social um dos seus principais objetos. Uma resolução final de todos os conflitos, principalmente em nome da atuação de um *self* rumo a um consenso racional é uma idéia insustentável empiricamente (ver a esse respeito a comparação entre a democracia radical e a democracia participativa em MARQUES, 2008). Por outro lado, cabe destacar que nas relações sociais parece haver sempre um “resto” que fica sem explicação, que está fora da lógica da racionalidade instrumental bem como do que se chama racionalidade substantiva. É apostando que esse resto importa para a explicação sociológica que nos propomos incluí-lo via a análise da troca-dádiva.

vínculo social gerado no mercado visa escapar às obrigações normais inerentes aos vínculos sociais. Essa é a essência da liberdade moderna. Neste jogo infinito da circulação de equivalências, ser um indivíduo equivale a nada dever a ninguém. Assim, o par constituído pelo individualismo e pela economia neoclássica tenta fundamentar a ética do comportamento do homem no evitamento de qualquer dívida, seja com quem for. Eis o que serve de fundamento à reivindicação desta teoria em ser reconhecida como discurso da liberdade.

Se Gramsci cria as bases para romper com o engessamento do determinismo econômico do marxismo dentro do próprio referencial de Marx, Mauss o faz buscando delinear um caminho alternativo, fora do marxismo, embora notem-se afinidades entre seu pensamento e o de intelectuais marxistas como Georg Luckács (conforme o anota GRAEBER, 2002) bem como com o do próprio Gramsci. Mauss também rejeitava uma crença comum entre socialistas e social-democratas de que a sociedade deverá ser transformada em primeiro lugar pela ação estatal. Em sua visão o papel do Estado é o de fornecer um enquadramento legal a um socialismo que deverá emergir das bases por meio da criação de instituições alternativas. Tanto num quanto noutro autor, é importante substituir as oposições binárias entre o que é da ordem exclusivamente do político e o que é da ordem do sentido, conforme discutido anteriormente, radicalizando os aspectos da natureza simbólica de toda relação social, inclusive as relações de poder. Nessa perspectiva, o que são símbolos “senão traduções individuais da presença do grupo por um lado, e das necessidades diretas de cada um e de todos, de suas personalidades, de suas inter-relações, por outro?” (MAUSS, 1974, p. 19). Na concepção de Mauss, verifica-se a possibilidade de tradução entre os diversos campos em que se equilibra a ação do ser em sociedade, ou seja, a interpenetração contínua entre o utilitário e o simbólico, o interesse e o desinteresse ou entre sagrado e profano. Neste ponto, podemos deduzir para o contexto das sociedades modernas que o que se estabelece entre o indivíduo e a sociedade não é uma relação de distinção, um hiato que afasta os dois pólos gestores da ação humana, mas uma relação de co-tradução, termo usado por GIDDENS (2003). A obrigação imposta pela sociedade permanece, mas deixa de ser vista sob uma perspectiva hierarquizante, para ser percebida do ponto de vista de uma obrigação de liberdade²⁵.

²⁵ É importante destacar neste ponto que os atores valorizam o prazer na dádiva. Dito de outro modo, se se tratasse apenas de uma obrigação pela regra, a dádiva não teria “graça”. “Um dom feito por obrigação, por obediência a uma norma é considerado um dom de qualidade inferior” (GODBOUT, 2002, p. 74). No movimento pela Responsabilidade Social de Empresas, tanto no Brasil quanto na Argentina, nota-se essa lógica pois há uma defesa contumaz daqueles que divulgam suas práticas de que seria “algo mais do que a simples obrigação”, de que “é ir além da lei”, de que “não basta fazer o que a legislação determina” ou de que o cumprimento da lei é apenas um estágio inicial da gestão com responsabilidade social. O que está em jogo é

De acordo com CAILLÉ (2002a, p. 192), a definição sociológica do conceito de dádiva é “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem”. Ou melhor dito, o bem ou objeto da troca só tem importância na medida em que representa as qualidades dos sujeitos envolvidos. O dom é aquilo que permite superar a antítese entre o eu e o outro, entre obrigação e liberdade pela mediação de algo que se troca (o símbolo-dom). Por meio dos contrastes entre quem dá e quem recebe, a troca dádiva cumpre a função geradora de modos de pertencimento a um grupo bem como de a circulação de “coisas” tem haver com a circulação de pessoas, afinal as “coisas” valem o que vale a relação e a alimentam.

As relações entre um conjunto de transformações econômicas e políticas com o movimento em torno da RSE é notável, pois há que se relevar que em larga medida os combates semânticos presentes no campo se estabeleçam em torno do ato de “doar” e muitas das discussões contidas na institucionalização do campo da RSE se dão em torno das seguintes questões: a quem doar?, como doar?, quem é e quem não é parceiro de troca? como avaliar o resultado da doação?. Mauss pontua nas suas conclusões de moral que o espírito da dádiva está presente nas sociedades modernas em instituições privadas como as caixas de assistência familiar, nos seguros contra o desemprego organizados pelas corporações²⁶, nas sociedades mútuas que os grupos industriais formam em favor de uma corporação bem como em ações do Estado que cercam o indivíduo mesclando o sentimento que ele tem dos direitos com sentimentos de serviço social e solidariedade. “Além do mais são grupos que agem: o Estado, as comunas, os estabelecimentos públicos de assistência, as caixas de retiradas, de poupança, sociedades mútuas, o patronato, os assalariados...” (MAUSS, 1974, p. 167). É nesse sentido que alinhar a noção de dádiva ao quadro teórico aqui desenhado torna-se indispensável para não cair num utilitarismo individualista puro, explicação tão fortalecida nas ciências sociais contemporâneas, dado o predomínio da lógica de mercado associado a um quase absoluto pragmatismo nas relações sociais. Aliás tal explicação se fortalece ao longo da modernidade ocidental uma vez que representa a alternativa fácil de responder ao enigma da coesão em face da improbabilidade do vínculo social em sociedades cada vez mais marcadas pela individualização. Porém, não se trata apenas de negar o utilitarismo como via de

expressar um “verdadeiro” vínculo com as pessoas, a sociedade e os problemas sócio-ambientais. A verdade do vínculo tem haver com sua gratuidade, ou seja, não ter expectativas do retorno ou da retribuição equivalente. Se há uma retribuição possível, esta também deve ocorrer de forma gratuita.

²⁶ Segundo ele, “as cidades e o Estado estão cansados de suportar essas imensas despesas de pagamentos aos desempregados, cuja causa provém unicamente das indústrias e das condições gerais do mercado” (MAUSS, 1974, p. 166).

explicação por uma questão de preferência subjetiva, mas o de notar que sozinho ele não dá conta heurísticamente da explicação do que está de fato em questão: a fragilidade e, portanto, a necessidade de reforço dos laços sociais²⁷.

Interpretar apressadamente o movimento da Responsabilidade Social apenas como mais uma forma de obter ganhos calculáveis (de imagem, de geração de capital social que beneficia “colateralmente” as próprias empresas ou de ameaça à própria sobrevivência na eminência da catástrofe ambiental) parece não dar conta de duas dimensões: a primeira, a da alegria e do fascínio contidos nele, a motivação afetiva e valorativa que a todo instante aparecem nos discursos e práticas; o enfrentamento da questão básica que estrutura a vida em sociedade: a coesão e os elementos que a tornam possível.

O primeiro ponto a ser discutido, via paradigma da dádiva, é a necessidade de quebrar o a relação unívoca que normalmente se estabelece entre interesse e egoísmo, colocando-os como equivalentes universais. GRAEBER (2002) ao comentar sobre as implicações práticas da não naturalidade do egoísmo diz que:

(...) as relações de compra e venda não podem ser eliminadas de uma sociedade moderna, pelo menos, ‘em futuro previsível’; no entanto, seria possível nos desembaraçar do *ethos* do mercado. É possível organizar o trabalho a partir de um modelo cooperativo, garantir uma proteção social efetiva e criar um novo *ethos*, segundo o qual a única justificativa para a acumulação da riqueza seria a capacidade de dar tudo; tudo isso no âmbito de uma sociedade em que, afinal de contas, os valores mais elevados consistiriam na “alegria de dar em público, da despesa artística generosa, assim como no prazer da hospitalidade nas festas públicas ou privadas” (GRAEBER, 2002, p. 25)²⁸.

²⁷ O contexto de Mauss conforme descrição de Maurice Godelier pode ser percebido no Ensaio. Segundo ele, ali “se vê um homem, um socialista que acabara de perder a metade de seus amigos na primeira guerra do século, levantar-se ao mesmo tempo contra o bolchevismo, afirmando que é preciso conservar o mercado, e contra o capitalismo liberal, reivindicando que o Estado intervenha, desejando que os ricos reencontrem a antiga generosidade dos chefes célticos ou germanos para que a sociedade não se aprisione na ‘fria razão do comerciante, do banqueiro e do capitalista’”(GODELIER, 2001, p. 11).

²⁸ A visão de Mauss pode ser verificada no comportamento de um dos homens mais ricos do mundo. O fundador da Microsoft, Bill Gates, disse em 03/06/2009 que os bilionários deveriam doar a maior parte de suas riquezas a causas beneficentes e que eles apreciariam a prática. Gates doou boa parte de sua fortuna proveniente da Microsoft à entidade filantrópica *Bill & Melinda Gates Foundation*. Gates declarou que: "Eu acho que todos os bilionários deveriam doar a maior parte de suas fortunas - embora não digo que não devam deixar nada a seus filhos (...). Acho que eles gostariam disso, os filhos deles ficariam melhores e o mundo ficaria melhor. (...) Sou um grande adepto (da ideia) de que as grandes fortunas devem ir dos mais ricos aos mais pobres". A *Bill & Melinda Gates Foundation*, após ter incorporado doações de outro bilionário, Warren Buffett em 2006, passou a ter um patrimônio de mais de US\$ 60 bilhões, consolidando-se ainda mais como a maior entidade filantrópica do mundo (a *Ford Foundation* tem US\$ 11 bilhões, a *Lilly Endowment* US\$ 8,3 bilhões e a *Andrew W. Mellon Foundation* tem US\$ 5,5 bilhões). Em comparação, a ONU e todas as suas agências têm um orçamento anual de US\$ 12 bilhões, de acordo com informações da *Dow Jones*. Informações disponíveis em <http://www.estadao.com.br/ultimas/economia/noticias/2006/jun/26/283.htm?RSS> acesso em 10/06/2009.

Ao “sugerir que nenhuma sociedade humana poderia edificar-se exclusivamente sobre o registro do contrato e do utilitário”, insistindo, ao contrário, em que “a solidariedade indispensável a qualquer ordem social só pode surgir da subordinação dos interesses materiais a uma regra simbólica que os transcende”, Mauss busca demonstrar que o vínculo social é efetivado sobre bases ambivalentes, uma mistura de interesse e desinteresse, pois:

Em primeiro lugar, não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais – clãs, tribos, famílias – que se enfrentam e se opõem, seja em grupos, face a face, seja por intermédio dos seus chefes, ou seja ainda das duas formas ao mesmo tempo. Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente” (MAUSS, 1974, p. 44-45)

Se por um lado, a troca dádiva é indissociavelmente interessada e desinteressada, de outro, ela é livre e obrigada. Obrigada, pois não se dá qualquer coisa a qualquer pessoa, num momento qualquer ou de qualquer modo, sendo o momento e as formas da dádiva de fato socialmente instituídos. Contudo, se se tratasse unicamente de mero ritual e pura mecânica, expressão obrigatória de generosidade, então nada ocorreria na verdade já que, mesmo socialmente imposta, a dádiva só adquire sentido numa certa atmosfera de espontaneidade. “É preciso dar e retribuir. Sim, mas quando, quanto, com que gestos, quais entonações? Quanto a isso, mesmo a sociedade selvagem mais controlada pela obrigação ritual deixa ainda um grande espaço para a iniciativa individual” (CAILLÉ, 1998, p. 16), permitindo ver, como diria o próprio Mauss, as coisas sociais em movimento. Trata-se de superar a temática da obrigatoriedade, de romper sua função explicativa exclusiva, para chegar a uma problemática da determinação que atue justamente como liberdade. Se existe algum universal possível para entender a diversidade cultural criada pelo ser humano – aquilo que MAUSS (1974, pp. 42-43) chamou de “rochas humanas” –, este só pode ser visto como a obrigação de liberdade em dar, receber e retribuir a dádiva nobre.

O campo da RSE se reveste de razões e motivos de ordem econômica e política que, embora não tão ressaltados, revelam a racionalidade instrumental das ações e dos agentes nele

inseridos. Mas também é experimentado com certo fascínio e devoção por quem realiza as ações sociais e por quem promove o conceito, exaltando seu sentido ético e, ao mesmo tempo, apontando para dimensões simbólicas e substantivas tão operantes na ação dos agentes quanto a racionalidade dos fins²⁹. Ainda assim fica a questão: por que evocar um modelo antropológico calcado em estudos empíricos de sociedades ditas “primitivas” para explicar fenômenos tão contemporâneos quanto o movimento pela Responsabilidade Social Empresarial? Hipoteticamente, o que está em jogo é a luta pela coesão social, desenhada de forma conservadora ou transformadora – é preciso examinar os grupos em luta para chegar a uma conclusão de fato – na busca por criar solidariedades frente às ameaças de fragmentação colocadas pela desigualdade. Mas há ainda outra resposta plausível que pretendemos investigar paralelamente: existe também uma disputa em torno do que é a forma correta de fazer gestão com RSE. Nessa disputa, encontramos a reafirmação de conceitos como o de honra e a motivação pelos valores e mesmo pela emoção na construção de posições honoríficas e de reconhecimento social. Há certos aspectos do vínculo social que parecem escapar às explicações mais convencionais no campo das ciências sociais calcadas na idéia de que vivemos num mundo norteado hegemonicamente pelo cálculo, pela obrigação e pelo contrato. Não obstante, há formas de troca que não se enquadram facilmente na dinâmica do interesse egoísta, da coerção e do acordo.

Vale dizer então que dentro do quadro explicativo que compõe o chamado paradigma da dádiva, há dois pontos que, particularmente, nos interessam: o primeiro diz respeito ao fato de que a reciprocidade é o fato constitutivo das relações humanas e da vida em sociedade ao propor a tese de que as ações humanas comportam tanto a doação ao outro quanto a competição com o outro; o segundo ponto diz respeito à conjunção entre interesse e desinteresse presente na permanente livre obrigação de dar, receber e retribuir que constitui o vínculo social em qualquer sociedade humana, o que revela uma dimensão importante da

²⁹ Se a “luta”, vista como relação social (Weber), guarda afinidades com a instituição germânica do duelo, talvez possamos aproximar a “doação” presente em certos âmbitos do movimento da RSE com o *dandismo* anglo-saxão pois sua inutilidade e gratuidade gera, ao mesmo tempo, distinção e resignação. Na formulação literária de Honoré de Balzac em seu Tratado da Vida Elegante, ele nos diz do dandismo: “...surge sobretudo nas épocas transitórias em que a democracia não é ainda toda-poderosa, em que a aristocracia está enfraquecida e desvalorizada apenas parcialmente. Na confusão dessas épocas, alguns homens, deslocados de sua classe, descontentes, destituídos de uma ocupação, mas todos ricos de uma força inata, são capazes de conceber o projeto de fundar uma nova espécie de aristocracia, tanto mais difícil de abater quanto estará baseada nas mais preciosas, nas mais indestrutíveis faculdades, e nos dons celestes que nem o trabalho nem dinheiro podem conferir.” (...) “E no ano da graça de 1804, como no ano MCXX, reconheceu-se que é infinitamente agradável para um homem ou uma mulher, pensar, olhando seus concidadãos: ‘estou acima deles; deslumbro-os, projeto-os, governo-os, e cada um vê claramente que eu os deslumbro, os protejo e os submeto, pois um homem que deslumbra, protege ou governa os outros, fala, come, anda, bebe, dorme, tosse, se veste, se diverte diferentemente das pessoas deslumbradas, protegidas e governadas” (BALZAC, 2009: 17 e 37)

dádiva e até mesmo um critério para identificá-la e distingui-la de outras modalidades de troca: a gratuidade.

MORANDÉ (2005, p. 19) toma a obrigação à reciprocidade como um indício de princípio ético, na medida em que “la reciprocidad fundada en la común pertenencia genealógica a la especie humana, cualquiera que sea la motivación o la justificación con que se la destaque (dignidad, honor, amistad, amor o deber), es el sustrato común de la ética social”. Para ele a responsabilidade confunde-se com a reciprocidade em dois sentidos. O primeiro diz respeito ao fato de que a reciprocidade é algo socialmente exigível entre aqueles que estabelecem entre si qualquer tipo de vínculo ou de intercâmbio. É claro que, comparando as sociedades primitivas com as atuais sociedades funcionalmente diferenciadas, as garantias entregues para fazer exigível a responsabilidade bem como a análise de risco envolvida nas relações de troca se modificaram. Entretanto a natureza da obrigação permanece, atingindo não somente os atores envolvidos diretamente nas relações, mas ao conjunto da sociedade. O segundo sentido da responsabilidade similar a do princípio de reciprocidade descrito por Mauss, relaciona-se à manutenção da confiabilidade do grupo ou da sociedade nos atores sociais como sendo críveis e estimáveis.

No Ensaio sobre a Dádiva, Mauss, não raro, destaca os interesses contidos nas trocas primitivas. Entretanto, há duas diferenças fundamentais em relação às trocas no contexto da economia de mercado: 1) a finalidade, que tem haver com a honra e o status dos chefes e suas comunidades, envolvendo o puro dispêndio dos bens e das riquezas; 2) os meios, que não são construídos pela via do cálculo racional egoísta, mas dos mitos e ritos, ou seja, por via de seu caráter simbólico e coletivo. Examinemos a seguinte citação:

O que é notável nessas tribos, porém, é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Vai-se até à batalha, até a morte de chefes e nobres que assim se enfrentam. Por outro lado, vai-se até à destruição puramente suntuária de riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival, ao mesmo tempo associado (de ordinário avô, sogro ou genro). Há prestação total no sentido de que é todo o clã que contrata por todos, por tudo que possui e por tudo que faz, através da figura do chefe como intermediário. Mas esta prestação reveste, da parte do chefe, um cunho agonístico muito acentuado. É essencialmente usuária e suntuária, e assiste-se, antes de mais nada, a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que resultará em proveito de seus clãs. (MAUSS, 1974, p. 47)

São dois os elementos em jogo, portanto: a honra propriamente dita (medida pelo o objeto que se dá ou retribui) e a obrigação de dar e retribuir de modo a não perder a honra e a autoridade, sendo esta última a grande fonte de riqueza. Na troca dádiva há competição, há contrato, há moeda (como nos tempos que correm), mas há sentidos outros que extrapolam a “fria razão do comerciante”, tais como a ritualização do quê se troca (objetos), o interesse em ressaltar sentimentos de generosidade e gratuidade por um lado, e o desinteresse na acumulação como fim. “Se se dão e se retribuem as coisas, é porque se dão e se retribuem ‘respeitos’ – dizemos ainda ‘gentilezas’. Mas é também porque o doador se dá ao dar, e, ele se dá, é porque ele se ‘deve’ – ele e seu bem aos outros” (MAUSS, 1974: 129).

Ainda sobre a gratuidade como fundamento da troca dádiva, o autor salta da realidade dos povos ditos primitivos para a análise da esmola no contexto das religiões monoteístas (com destaque para o cristianismo e o islamismo), destacando seu poder de estabelecer “a paz” entre os homens sob as graças de Deus.

A esmola é fruto de uma noção moral da dádiva e da fortuna por um lado, e de uma noção de sacrifício por outro. A liberalidade é obrigatória porque a Nêmesis vinga os pobres e os deuses do excesso de felicidade e de riqueza de certos homens, que devem desfazer-se delas: é a antiga moral da dádiva transformada em princípio de justiça; os deuses e os espíritos consentem que as partes que lhes seriam destinadas e que seriam destruídas em sacrifícios inúteis sirvam para os pobres e para as crianças³⁰.

A história da intervenção social em prol dos pobres e desfavorecidos, tanto no Brasil quanto na Argentina, teve início em ações e instituições de caráter assistencial não-estatais, movidas pelos ideais da caridade e da solidariedade. Antes mesmo da constituição dos Estados-Nacionais e de mercados no sentido moderno, tais ações e instituições foram abordadas na historiografia (como veremos de modo breve nos capítulos de apresentação e

³⁰ Nesse ponto Mauss (1974, p. 66) coloca interessantes exemplos etnográficos sobre o papel da esmola e da caridade como forma de diminuir as distâncias entre ricos e pobres: “entre os haussa do Sudão, quando o ‘trigo de Guiné’ está maduro, ocorre que as febres se espalham; a única maneira de evitar esta febre é fazer presente desse trigo aos pobres. Entre os mesmos haussa (desta vez de Trípoli), por ocasião da Grande Prece (Baban Salla), as crianças (costumes mediterrâneos e europeus) visitam as casas: ‘Posso entrar’ Responde-se: ‘Ó lebre de orelhas grandes! Aceitam-se serviços em troca de um osso’ (o pobre fica feliz de trabalhar para os ricos). Essas dádivas oferecidas às crianças e aos pobres agradam aos mortos”. Mais à frente, outro exemplo: “contamos aqui a história das idéias morais dos semitas. A sadaka árabe é, na origem, como a zedaqa hebraica, exclusivamente a justiça; e transformou-se em esmola. Pode-se mesmo datar época mischnaica, da vitória dos “pobres” em Jerusalém, o momento em que nasce a doutrina da caridade e da esmola que deu a volta ao mundo com o cristianismo e o islamismo. É nessa época que a palavra zedaqa muda de sentido pois não queria dizer esmola na Bíblia”.

análise dos casos) e relacionam-se com a forte presença e atuação de igrejas, de modo especial a Católica, no trabalho voluntário e de dedicação aos pobres. Esse traço cultural original será mantido ao longo dos tempos, incorporando-se inclusive às justificativas de intervenção no social não somente advindas de uma iniciativa privada (empresarial ou não) como também do próprio Estado, por mais laico que esse se declarasse formalmente³¹. Mas, como adverte QUIROGA (2009, p. 15), a assistência tenha sido

usualmente considerada como vinculada aos valores religiosos, à caridade cristã, e às instituições de ajuda e socorro aos pobres, [ela] foi relativamente pouco estudada enquanto esfera de acumulação e mobilização de recursos e formação de elites que se configuram (e atuam freqüentemente), “em nome dos pobres”.

Aliás, agora já pensando o objeto de estudo, sociedades marcadas pela pobreza e desigualdade como as latino americanas enfrentam de modo particular o problema da coesão social: a ameaça de dissolução e fragmentação dos laços sociais é constante e profunda. Nesse sentido, a expansão da intervenção social, principalmente a que é operada pelo empresariado, parece visar menos ou atingir menos o combate direto à questão social que à problemática da coesão social. Como apontam CARDOSO JR. e JACCOUD (2005) em relação às políticas sociais, o problema enfrentado parece ser menos o de compensar as amplas desigualdades sociais que marcam as sociedades modernas, e mais o de responder às desigualdades que, em determinados contextos históricos, são suspeitas de ameaçar a reprodução destas mesmas sociedades. Resolver o problema da coesão parece não ser tão simples assim, afinal os indivíduos têm que lutar, no sentido que Weber dá a essa relação social, pela coesão.

Os circuitos da dívida nestas sociedades parecem promissores no sentido de garantir a coesão frente às ameaças de dissolução inerentes às relações de mercado e a abstração que é o Estado. Ele se dá da seguinte forma: empresários/empresas geram dívida social (mais recentemente sócio-ambiental) pelas desigualdades geradas no próprio sistema capitalista. A ação distributiva do Estado é insuficiente ou falha, além de impessoal/contratual, frente ao abismo sócio-econômico e cultural que separa os grupos. As relações de mercado *strictu sensu* são impessoais/contratuais. Por outro lado, projetos/programas/ações sociais são uma tentativa de inversão: a geração de dívida da comunidade para com empresas/empresários,

³¹ Ana Maria Quiroga (2009) discute o lugar normalmente relegado à assistência social na dinâmica da sociedade brasileira, qual seja, um lugar subalterno e/ou residual seja na estruturação econômica seja na formação e manutenção das elites políticas no país. Com base em estudos recentes que trazem novos dados historiográficos acerca do modelo colonial português, o artigo explora a tese de que a assistência representou um lugar fundante na estruturação da sociedade nacional segundo projetos desenhados pelas elites políticas e econômicas com o apoio de elites eclesiásticas na ação das chamadas Misericórdias.

além da obrigação de receber e de retribuir = reforçando vínculos sociais ameaçados sem contudo gerar equivalência ou ausência de dívida que implicaria ausência do vínculo. É a troca e a força do tipo de bem oferecido (com forte apelo no imaginário social: ajuda, principalmente às crianças, em termos de artes, esportes e educação, remédios e programas voltados para a saúde) que garantem a unidade em face da ameaça de dissolução. É importante lembrar que: “no fundo, são misturas. Misturam-se as almas nas coisas; misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e é assim que as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” (MAUSS, 1974, p. 71).

No interior das entidades divulgadoras da RSE, estabelece-se também um combate para ver quem domina melhor o *know-how para dar mais, dar melhor, a quem dar, como dar, como mostrar a doação* (não é à toa que abundam as certificações e os prêmios nesta área). Essa disputa honorífica gera vínculos internos e reforça posições num empresariado também fragmentado e no interior do qual também se estabelecem disputas de interesses diversos. No caso do presente estudo, também trabalhamos a hipótese de que há um objeto de disputa específico entre as várias vertentes divulgadoras da RSE em torno da hegemonia de um projeto de país, muito embora essa disputa não ocorra no âmbito da política formal partidária-eleitoral, mas no âmbito do associativismo privado, afinal as elites orgânicas não querem ser o governo, elas querem ser o Estado.

Dito de forma bastante sintética, em quê a RSE aproxima-se do espírito da troca dádiva?

- 1) dar generoso/gratuito (pressupondo inclusive ganhos de outra ordem, seja na forma de geração de capital social ou de ganho de imagem) em lugar do dar caridoso³²;
- 2) Empresas geram dívida social (desigualdades do capitalismo); projetos/programas/ações sociais surgem como possibilidade de “dar” para gerar dívidas da comunidade para com a empresa, o que implica a diminuição/inversão da dívida e o reforço do vínculo
- 3) A coisa dada importa na medida em que ultrapassa a fronteira da utilidade pura.
- 4) O espírito de dádiva está calcado num sentido de confiança. A quebra da tripla obrigação significa a quebra do vínculo. Daí a importância da relação entre dádiva e confiança, embora sejam raros os autores que a façam (GODBOUT, 2002).

³² A dádiva não retribuída ainda inferioriza aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de retribuição. (...) A caridade fere ainda aquele que a aceita, e todo o esforço de nossa moral tende a suprimir a patronagem inconsciente e injuriosa do rico “caridoso” (MAUSS, 1974, p.163)

- 5) Há também que considerar-se as situações em que a troca dádiva é usada na sua forma “sombria”, com finalidades instrumentais, tais como a manutenção das desigualdades e obstáculo à fragmentação privilegiando os interesses apenas de uma das partes envolvidas.

Sobre esse último ponto, vale dizer que o lado sombrio da troca dádiva ou dádiva negativa pode ser representado nas seguintes situações: 1) dar a quem não quer receber; 2) recusa da dívida, ou seja, só dar e nunca receber; 3) o clientelismo³³. Outra forma de ver a questão no que tange a este ponto é a interpretação de Guy Nicolas que distingue o dom ritual presente no ensaio de Mauss que é o fundamento de um modo particular de troca oposto tanto ao modo utilitário quanto ao dom caritativo, sendo este último muitas vezes apenas um complemento do primeiro na perspectiva liberal, por exemplo (NICOLAS, 2002). Dentro do dom ritual ele inclui os relacionamentos amorosos, os diálogos (muitas vezes “inúteis” ou baseados em brincadeiras), as trocas matrimoniais (atualizadas na forma pela individualização, a igualdade de gênero, as novas tecnologias e práticas eróticas alternativas como a troca de casais) e as trocas de festas entre comunidades ou cidades. Toda a ação dos grupos organizados da sociedade civil (incluindo-se aí as ações empresariais) em prol do social é agrupada em bloco pelo autor como parte do chamado dom caritativo e assim sendo como mera contra face da economia neoliberal. O interesse em foco nesse caso é o de conseguir prestígio no mercado para a empresa:

O patrocínio de atividades humanitárias, originário dos países protestantes, inscreve-se na linhagem de promoção de um liberalismo com rosto humano, contrastando com a frieza da redistribuição burocrática. Os “novos patrões” – que, muitas vezes, declaram explicitamente sua confissão cristã – legitimam, frequentemente, sua conversão às normas liberais por essas empresas desinteressadas. O dom concedido ao pessoal pela empresa serve, igualmente, como meio de torná-lo fiel, de atenuar o ardor de suas reivindicações ou diversificar os modos de remuneração através de uma forma que, às vezes, é bastante interesseira (NICOLAS, 2002, p. 42).

O autor aponta ainda que tais tipos de doação têm apenas haver com a “sobrevivência de modelos cristãos associados à emergência do sistema liberal, aos bastidores das atitudes de ‘economia’” (NICOLAS, 2002, p. 57). A caridade, não obstante seus aspectos desinteressados e espontâneos, pode servir também ao interesse instrumental de construção de “consciências

³³ Há um interessante estudo etnográfico de LANNA (1995) que utiliza a noção de dádiva para uma análise do clientelismo no nordeste do Brasil.

tranquílas”. Não dá para descartar totalmente essa separação proposta por Nicolas. Entretanto, sua divisão parece-nos um tanto engessada, uma vez que o dom ritual está presente nos domínios do próprio mercado, do Estado e da sociedade. Frente a essa espécie de troca, mesmo em contextos adversos à sua dinâmica, Caillé levanta três hipóteses explicativas sobre as possíveis formas de permanência da dádiva entre os modernos: 1) sob uma forma transposta, a tripla obrigação continua a estruturar a esfera da sociabilidade primária, a das redes interpessoais (família, vizinhança, amizade, associações de interconhecimento); 2) ela continua sendo consideravelmente atuante no próprio âmago da sociabilidade secundária. O funcionamento de uma empresa qualquer, privada ou pública, o desenrolar de qualquer procedimento científico, depende da mobilização, em seu proveito, das redes de primariedade cimentadas pela lei da dádiva. 3) A modernidade assiste ao desenvolvimento de uma forma inédita de dádiva, ou seja, a dádiva aos estrangeiros, em que já não é suficiente fazer surgir ou consolidar as relações interpessoais estáveis, quase comunitárias, mas torna-se necessário alimentar redes abertas potencialmente ao infinito, muito além do conhecimento face a face (CAILLÉ, 2002a, p. 196)

Mas os circuitos de dádivas contemporâneos não se restringem a consolidar o sentimento de pertencimento apenas em grupos fechados e de contornos rígidos e comunitários como aqueles observados pelos antropólogos clássicos. Nessa medida, torna-se útil lembrar o conceito de comunidade imaginada cunhado por ANDERSON (1991) para pensarmos como e pelo quê lutam as associações de divulgadoras da RSE, posto que um de seus principais objetos de combate é o desenho e a implementação de um projeto de país (ou de nação?). Nações são *comunidades imaginadas* que se constroem por meio de estratégias discursivas, compostas por imagens, panoramas, cenários e eventos históricos a fim de estabelecer uma experiência coletiva, realçando a idéia de origem comum, de continuidade e de tradição compartilhada. Evidentemente, as culturas nacionais não são essencialmente unificadas e homogêneas, tratando-se, antes, de um *dispositivo discursivo* que *representa* a diferença como unidade ou identidade. A compreensão dos combates discursivos e simbólicos que exprimem sentimentos e autenticidades representadas sugere, dentro de uma "comunidade imaginada", como as pessoas pensam os seus locais. Ainda segundo o autor, a imaginação de uma comunidade nacional encontra-se ligada à matriz ideológica capitalista imersa em publicações de jornais e em textos vernaculares³⁴.

³⁴ De acordo com Anderson, a imaginação de comunidades deve muito ao que ele chamou de capitalismo editorial ou tipográfico por três motivos fundamentalmente: 1) criou campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados. A palavra impressa cria um campo de

Nações são comunidades políticas imaginadas, limitadas e soberanas³⁵. São imaginadas porque não podem ser concretamente visualizadas, a maioria dos membros permanece desconhecida para os demais embora imaginem-se e sintam-se em comunhão uns com os outros. São limitadas porque são finitas e marcadas por fronteiras (mesmo que porosas e elásticas). E, por fim, são soberanas porque sua legitimidade é um contraponto ao “reino dinástico hierárquico de ordem divina”. A nação, segundo o autor:

“é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (ANDERSON, 2008, p. 34)

Nesse sentido, é necessário considerar a nação como cultura e como identificação. De um lado, a nação é um modo específico de identificação, uma categoria de afiliação de um coletivo de pessoas. Por outro lado, a nação é um espaço de diálogo e disputa entre atores sociais, o que alguns autores distinguem através do conceito de país, um campo de interlocução, uma configuração na qual diversos atores e elementos se articulam de maneira complexa. Assim, a noção de comunidade imaginada pode ser aplicada para a discussão dos objetivos das ações de RSE e das disputas semânticas e políticas que ocorrem em seu entorno na medida em que revelam tanto uma imaginação sobre o que seja o Brasil e sobre o que seja a Argentina quanto uma imaginação sobre os projetos de país que as organizações envolvidas com a divulgação do tema nos dois países gostariam de construir. A possibilidade de tornar legítimo e hegemônico um projeto de país trafega não pelos previsíveis cursos da ação racional, mas nos inquietantes e obscuros circuitos da afetividade e do campo dos valores. A ação pelo social, consubstanciada na noção de doação ou de fazer pelo outro, representa, a

comunicação inédito nesse ínterim; 2) conferiu uma nova fixidez à língua permitindo construir uma imagem de antiguidade essencial à idéia subjetiva de nação; 3) criou línguas oficiais a partir dos dialetos que estavam mais próximos da língua escrita e acabaram dominando suas formas finais.

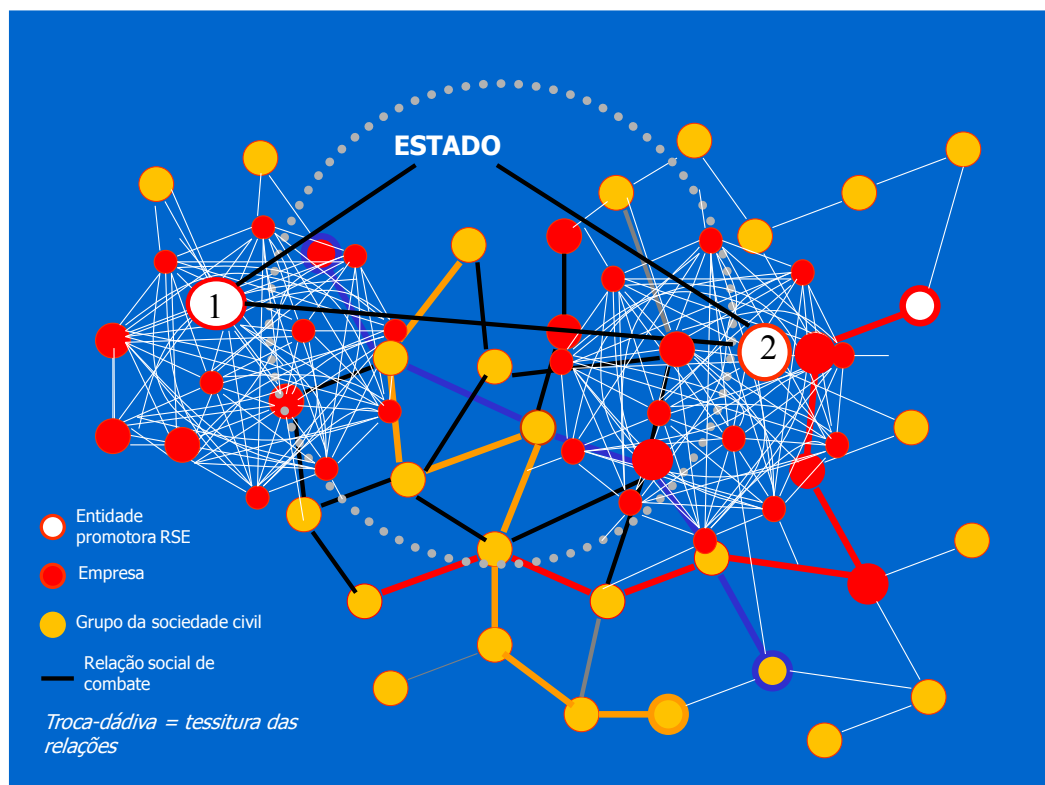
³⁵ O debate sobre o que é e como se constitui o nacionalismo ou o sentimento nacional é extenso. Compreende três grandes vertentes (GRIMSON, 2007): a primeira é essencialista e pressupõe a coincidência entre nação, cultura, identidade, território e Estado; a segunda é construtivista e nela as nações são construções do Estado; e a terceira, representando uma re-leitura crítica da segunda, é chamada de experiencialista posto que enfatiza os processos históricos efetivamente vivenciados na consolidação do sentimento de nacionalidade. O conceito de comunidade imaginada enquadra-se na segunda vertente e é criticada por este e outros autores como extremo e superficial. No entanto, optamos por tomá-lo sem uma maior problematização uma vez que, por um lado, não há experiência histórica que possa ser vivida sem o filtro da cultura ou da mediação simbólica e, por outro lado, o tema ocupa uma posição marginal na argumentação teórica que preside a conformação do problema e das hipóteses.

nosso ver, o aspecto sentimental necessário à legitimidade até mesmo para propor um projeto de nação.

1.5. Conclusão do capítulo

Nesse capítulo buscamos sintetizar e sistematizar alguns aportes conceituais da teoria sociológica, a fim de desenhar uma hipótese explicativa que nos permita ler o fenômeno da Responsabilidade Social de Empresas em dois contextos históricos nacionais concretos: Brasil e Argentina. Seguindo Weber, no que diz respeito à metodologia compreensiva, tal hipótese opera como um tipo ideal segundo os quais os casos serão avaliados por aproximação e/ou distanciamento. Abaixo, a figura 1, é uma representação topográfica do modelo teórico ensejado por nossa hipótese.

Figura 1 – Topografia do modelo teórico



Dois aspectos interrelacionados serão relevados na análise empírica: as práticas de RSE como instrumento de poder e instrumento simbólico das elites empresariais. Buscaremos avaliar agora, na descrição e análise dos casos em foco como a polissemia de sentidos da expressão Responsabilidade Social representa uma “disputa” pelo sentido correto nos

percursos de institucionalização das práticas relacionadas a essa forma de ver e expressar o papel da empresa na vida social, trazendo junto com esses sentidos maneiras de restabelecer a coesão social e de propor projetos de nação diferenciados numa disputa hegemônica. Os elementos de dádiva são rastros de tradição no horizonte modernizante que são evocados como modo de dar forma à necessidade de coesão frente à fragmentação. No entanto, há que se verificar se eles são tradicionalizados no sentido de criar um sentido de passado para a construção do futuro ou se são usados como signos de honra que justificam – tentam tamponar – os abismos sociais ou ainda se são sinônimos de uma outra modernidade em que elementos de tradição convivem e fazem parte das escolhas racionais de natureza moderna.

Uma das principais tendências destacadas na discussão acima, diz respeito às relações entre poder político e poder simbólico:

As palavras são como sinais de trânsito que nos orientam os movimentos e determinam por onde se deve ou não se deve seguir. Difundidas socialmente, são capazes de levantar e derrubar barreiras, transformando o cenário ao redor. (...) É claro que a adoção de uma nova palavra não implica a eliminação da anterior, pois à diferença do trânsito, circulamos simultaneamente por vários espaços e tempos simbólicos; mas os efeitos não deixam de ser importantes, por vezes mesmo devastadores. As peças do discurso são deslocadas e novos arranjos devem ser perseguidos, num jogo complexo de rupturas e recuperações. Não se adota uma palavra impunemente (FERNANDES, 1994, p. 87).

Resta-nos agora a sistematização e o exame dos dados empíricos à luz das discussões aqui delineadas, tentando destacar diferenças e aproximações entre os diversos usos que a expressão Responsabilidade Social de Empresas vem sendo usada. Para tanto, faremos a seguir uma incursão na história moderna do Brasil e da Argentina a fim de verificar padrões de atuação da elite empresarial relativamente ao Estado e à sociedade civil, especialmente no que diz respeito à chamada questão social.

PARTE 2 – FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA

Os capítulos 2 e 3 têm como objetivo identificar e caracterizar, através de um conjunto de dados historiográficos e de interpretações sociológicas, alguns padrões de atuação empresarial junto ao Estado e à sociedade no Brasil e na Argentina, bem como desenhar um quadro de antecedentes históricos do movimento de Responsabilidade Social Empresarial inscritos no campo mais amplo do que chamamos de questão social.

Para efeitos de organização, ao invés de propor uma ordem cronológica *stricto sensu*, nos guiaremos pelo recorte histórico demarcado pelos chamados “modelos de desenvolvimento” vigentes nos dois países em períodos relativamente semelhantes: o modelo agro-exportador no período de 1880-1930, o modelo de substituição de importações 1930-1970 e o modelo de abertura econômica a partir dos anos 1980. Para os olhos do historiador, é óbvio que tal opção representa: ou uma pretensão ousada, ou uma tarefa simplesmente impossível ou só possível como uma abordagem absolutamente tópica. No entanto, é preciso deixar os limites de tal pretensão também bastante claros. O objetivo que se propõe é de, no sobrevôo histórico, tentar apreender padrões da atuação que se pretende focar empiricamente no presente para que, ao situá-la numa linha diacrônica de longa duração, se possa perceber nuances talvez imperceptíveis sem tal preparo do olhar. Quanto à atuação política sabemos que ela está presente em qualquer grupamento humano organizado e mesmo nas relações sociais de um modo geral, sendo impossível enquadrá-la num marco histórico cartesianamente rígido. Entretanto, a atuação política que se quer caracterizar é aquela que tem na arena do Estado, em face dele inclusive como ator político, seu lócus privilegiado. Quando falamos de atuação política no sentido relevado e de uma atitude empresarial burguesa vemos que sua ocorrência, como fenômeno social mais amplo, coincide de forma aproximada com o período inicial compreendido em nosso recorte (como será explicitado nos dois capítulos históricos).

Ao início de cada capítulo, faremos uma breve menção à questão social no período colonial, pois não podemos negar o papel central que o “social” – no sentido da formação e organização de grupamentos humanos – e a “questão social” – entendida como as relações de desigualdade (econômica, política e simbólica e seus entrecruzamentos) geradas no processo de formação e organização de grupamentos humanos tiveram especial papel na estruturação sociedades coloniais. Vale lembrar que

a própria gênese dos países sob análise – Estados jovens e “novos” em comparação com as potências européias – é marcada pelo signo da questão social: a necessidade de converter selvagens em humanos e o envio de degredados para trabalharem como forma de punição “alternativa”¹.

É importante enfatizar que o objetivo, ao tomar o cenário econômico como referência, é meramente o de pensar os agentes econômicos primeiro dentro de sua esfera típica de atuação, mas não é nossa pretensão discutir o mérito da problemática em torno do par atraso/desenvolvimento e das políticas econômicas. Ainda como estratégia de sistematização foram criados cinco eixos temáticos, orientados pelo modelo de análise teórico da tese, que nos permitirão fazer uma leitura comparativa (capítulo 4) do comportamento político das elites empresariais nos dois países, quais sejam: as principais características do Estado e as políticas sociais; as principais características da sociedade civil e o associativismo; a polivalência ou especialização das elites empresariais; a caracterização dos empresários como agentes coletivos; e, finalmente, uma visão geral sobre os temas da pobreza e da riqueza relacionando-os com o campo da questão social e com certas imagens consagradas da nação na imaginação empresarial. Para tanto, privilegiaram-se os estudos de caráter comparativo das duas realidades nacionais bem como o ponto de vista da participação empresarial na vida pública.

¹ Sá (citado por QUIROGA, 2005, p. 26) lembra, para o caso português, que “a mesma escalada da vagabundagem e mendicidade que esteve na origem das grandes reformas européias da assistência, em Portugal desenvolveu-se uma forma particular de “tornar úteis indivíduos que não exerciam qualquer atividade: direcioná-los para os novos espaços além-mar, como potenciais militares ou colonizadores “. Assim muito antes da Inglaterra e da França, e, diferentemente do encerramento nas grandes instituições de trabalho forçado - as Workhouses inglesas e francesas – , esses grupos eram utilizados como colonizadores onde as penas de degredo ou o embarque como soldados para os novos territórios, eram formas de redimi-los”.

CAPÍTULO 2

Elites Empresariais e o campo da questão social no Brasil em perspectiva histórica, 1880-2002

2.1 Brevíssima nota sobre a questão social no Brasil colônia

Podemos dizer que no Brasil, nos períodos colonial e imperial, a Igreja Católica exerceu hegemonia sobre a questão social, especialmente através das obras de assistência chamadas de Misericórdias. As sociedades católicas laicas, as confrarias e irmandades fundaram organizações voluntárias como hospitais, orfanatos e asilos, patrocinados por fundos patrimoniais e doações. Há uma dupla face da caridade que já aparece em sua versão colonial e imperial: por um lado expressa a luta pelo poder político e por outro a luta pela legitimidade do poder calcada no prestígio, honra e distinção. Sá citado por Quiroga (2005: 17) considera que as Instituições de Caridade eram, antes de tudo, “arenas cruciais nas lutas pelo poder ao nível local”, onde sua presença e atuação ofereciam oportunidade de afirmação social, prestígio e privilégios às famílias das elites e aos indivíduos que delas participavam. Instituições modelares do período foram as chamadas Misericórdias. De acordo com Quiroga (2005: 20)

a implantação das Misericórdias no Brasil enquanto irmandades e confrarias e como responsáveis institucionais pela administração dos serviços das Santas Casas, acompanham o processo colonial do país estendendo sua presença posteriormente, durante todo o Império quando iniciam seu declínio. Este se caracterizará pela gradativa perda da amplitude de suas funções e sua substituição por outras instituições públicas e/ou privadas.

De uma maneira geral, o papel da assistência social no período colonial pode ser visto como dispositivo legitimador do poder na sociedade portuguesa e que se transformou posteriormente num dos pilares do modelo colonial em que as instituições de assistência davam apoio às elites locais e marcavam a presença da coroa nas sociedades coloniais. Por outro lado, não menos importante, foi o papel desempenhado pelas instituições religiosas na movimentação de créditos e gestão de patrimônios “configurando um particular “sistema bancário” onde as normatizações canônicas

contra o manejo religioso do dinheiro, a usura e o empréstimo a juros foram justificados pela dimensão de colocar-se ‘a serviço das boas causas’”. No primeiro caso, as Misericórdias, como Irmandades prioritárias dentre as demais, foram base de organização para “os Homens de Bem” das localidades nas quais se instalavam. As regras de admissão indicavam, a rigor, o múltiplo sentido assumido pela expressão Homens de Bem. Exigia-se do irmão: “ser limpo de sangue”; ser “livre da toda infâmia”; ser de “bom entendimento sabendo ler e escrever”; ser abastado de meios de modo a que possa acudir ao serviço da Irmandade, sem cair em necessidade de aproveitar-se dos bens que lhe corra por suas mãos”. Tais regras tinham implícitas várias exclusões que expressavam preconceitos de classe, credo e cor e, na prática, terminavam por limitar o acesso aos possíveis candidatos à Irmandade (principalmente à sua Mesa Diretora) o que resultou numa concentração entre pessoas com capacidade econômica e reconhecido prestígio social. A Irmandade da Misericórdia, ao assumir todas as obras de assistência social teve garantido alguns monopólios como os da coleta de doações em dinheiro e outros bens “dirigidos aos pobres, enfermos e desvalidos” e a execução de testamentos e heranças. Além disso, intermediava “valores e pensões” enviados pelos colonos a seus parentes na metrópole; fazia empréstimos de dinheiro a juros e principalmente, financiava empreendimentos de particulares ligados à aristocracia agrária e demais “homens de negócios”. Coincidentemente muitos desses indivíduos também participavam da Mesa Diretora fundindo (ou subordinando) seus interesses particulares aos da Instituição e vice versa.

Na verdade, as Misericórdias após a independência, “libertam-se” das regulações do reino e de sua congênere lisboeta, mas não de sua umbilical relação com o poder. Passam agora para o Estado Imperial Brasileiro do qual são o principal instrumento de intervenção assistencial. Mudam as elites econômicas que delas participam, novas demandas de atendimento lhes são feitas agora frente a uma sociedade que, permanecendo extremamente hierarquizada, se complexifica ao longo do século XIX e no início do século XX. Novas filosofias, principalmente relacionadas ao atendimento médico e à administração hospitalar, passam a questionar o trabalho até então realizado pelas Santas Casas. Temos como pressupostos que, longe de representar uma esfera residual e secundária, a assistência apresentada socialmente sob o manto da “Misericórdia” representou um lugar fundante na estruturação da sociedade nacional.

O modelo assistencial implantado no país, e que perdurou durante todo o período colonial até os alvares da república, foi extremamente amplo e teve vários significados:

- Marcou grande parte da relação do estado colonial com as demandas das populações de suas capitanias e cidades nascentes;
- Representou uma esfera de acumulação patrimonial e transações creditícias;
- Formatou organizações às quais se filiaram setores dominantes da produção colonial inclusive garantindo-lhes o acesso não só a recursos como à própria administração dos negócios públicos;
- Colaborou na configuração de uma sociedade estruturalmente desigual, atuando, nos limites de uma realidade periférica, no contorno das mazelas decorrentes das crises de produção e da própria economia colonial. (QUIROGA, 2005, pp. 15-16)

Uma relação merecedora de destaque, aqui no que se refere à questão social, é aquela que ocorre entre as instituições de assistência e a estrutura de poder político e econômico no tocante à escravidão. As articulações entre a estrutura escravista e as Misericórdias foram pouco exploradas (QUIROGA, 2005). Apenas alguns temas mais óbvios como o da exclusão de negros e mestiços no acesso à Irmandade e a seus serviços hospitalares e fúnebres, o da exclusão de órfãs “de cor” nos *recolhimentos femininos*; o da obrigação de pagamento do hospital pelos donos de escravos e do uso de escravos em seus serviços, além do tema da participação das Misericórdias na venda de escravos “herdados” pela instituição. De acordo com QUIROGA (2005, p. 23), “já no período do Império, quando ganham força o debate e as mobilizações abolicionistas, a Irmandade, instituída por homens ligados direta ou indiretamente ao trabalho escravo, assume uma ‘neutralidade em relação ao tema’ apesar de seu acesso às esferas legislativas das províncias e ao próprio governo imperial”. Além do papel das Misericórdias no “amparo” aos negros, há que se destacar as redes de ajuda e solidariedade no âmbito de outras religiosidades (protestantes e afrobrasileiras), obviamente menos historiadas, mas igualmente importantes na prestação de serviços sociais e as associações civis ligadas ao abolicionismo, de caráter mais liberal. Dentre estas, destacam-se as chamadas Caixas Emancipacionistas destinadas a financiar campanhas, formadas por “pessoas de bem” como estudantes de direito, comerciantes, empresários, clubes, associações e grupos clandestinos abolicionistas. Como caso de exceção, podemos citar a existência de uma associação conhecida como Guarda Negra formada por negros que se identificavam com a monarquia e a escravidão².

² De acordo com o historiador Luis Felipe de Alencastro (2009), “no cenário posterior à Abolição, surgiram tentativas de estabelecer novas relações de trabalho para esse grande contingente. ‘O fim da escravidão era uma possibilidade de recomeço’, escreveu Ubiratan Castro de Araujo. Ele cita o caso raro

2.2 Atuação política do empresariado brasileiro, Estado e associativismo no campo da questão social

2.2.1 Modelo agro-exportador (1880-1930)

No Brasil, o Estado forte e centralizado é um componente histórico que determina em grande medida o comportamento das elites empresariais tanto na esfera econômica quanto na esfera política. Especialmente nesta tiveram um padrão de atuação contundente, embora variável na forma e no conteúdo, para fazer valer seus interesses e ampararem-se dos altos riscos presentes no empreendimento de negócios. É preciso lembrar que o Brasil não foi um caso de exceção em relação ao resto da América Latina apenas por sua colonização portuguesa, mas também porque foi o único país que se tornou sede do governo metropolitano com a transferência do rei e de sua corte perseguidos por Napoleão (1808), o que trouxe, além de estabilidade para a colônia e um maior grau de organização do Estado, o adiamento das exigências internas de independência. Mais tarde, com a independência, a colônia tornou-se uma monarquia imperial ao invés de uma república. Se por um lado, o Brasil logrou mais rapidamente – tomando a Argentina como referência – sua unificação territorial sobre as bases de uma forte e centralizadora burocracia estatal (CARVALHO, 1980), por outro organizou um Estado nacional monárquico defensor do regime de escravidão³. Tais traços,

do advogado Leovigildo Filgueiras, que chegou a criar uma entidade para intermediar contratos entre escravos e novos patrões, a Sociedade Treze de Maio. Mas em vão: ‘Nem mesmo essa tentativa de precoce terciarização [criação de um setor terciário, de serviços] funcionou. Continuaram os favores, as obrigações e as clientelas’. Outra experiência foi a Guarda Negra - segundo o historiador, um movimento político de apoio à princesa Isabel e ao Terceiro Reinado, que pretendia arregimentar simpatia popular e abrir frentes de trabalho onde antes só havia brancos. Assistimos então pelos jornais baianos ao debate entre negros da Guarda e negros republicanos, que identificavam a monarquia com a escravidão. Uma vez vitoriosa a República em 1889, a Guarda Negra foi suprimida e os seus líderes mais ativos banidos para a Amazônia, como foi o caso do baiano Manuel Benício dos Santos, conhecido como Macaco Beleza”.

³ A rivalidade do Brasil com a Argentina tem muito a ver com esse consenso. Consciente de seu isolamento continental, não interessava à Monarquia brasileira o surgimento no sul de uma potência republicana, vista como potencial ameaça militar e estímulo a eventuais movimentos republicanos no Brasil (DORATIOTO, 2001). De acordo com Doratioto (2001:193), “el Imperio practicó en el Plata, hasta parte de la década de 1870, una política intervencionista para garantizar [la] libre navegación y, también, la continuidad de su situación, como el más fuerte polo de poder regional. Política ésta que también incorporó los intereses económicos de los estancieros gaúchos en Uruguay, los cuales convertirían la frontera en una ficción, ignorando muchas veces las leyes del país vecino. El Plata era, por lo tanto, un espacio geopolítico vital para el Estado monárquico que asumió, como interés nacional brasileño, la defensa de las independencias de Paraguay y de Uruguay, vistos como ‘estados tapones’ entre Brasil y Argentina”. Do ponto de vista interno, a partir da década de 1830, com a abdicação de Pedro I ao trono e o período conhecido como Regência (em que o príncipe herdeiro não podia governar por ser menor de idade), o poder político até então ocupado por uma burguesia mercantil de origem portuguesa, passou paulatinamente aos grandes proprietários rurais brasileiros. Os conflitos políticos internos reafirmavam o modelo de Estado centralizador através do qual Rio de Janeiro, Minas Gerais e

diferentemente do que vimos no caso argentino, caracterizam um modelo altamente estatista de cultura política.

Por outro lado, dentro dos parâmetros de organização econômica vigentes na ordem mundial do século XIX, orientados pelo liberalismo, o Brasil buscava adaptar-se através de sua economia agroexportadora. A vigência desse modelo econômico no país antecede o recorte histórico a que nos propusemos observar (a partir de 1880). A economia neste período histórico (em nosso corte 1880-1930), “é geralmente entendida como uma extensão da economia do Segundo Império, do ponto de vista da completa inserção brasileira no padrão de divisão internacional do trabalho...” (OLIVEIRA, 1975, p. 393). Entretanto, se nosso objetivo é entender os traços históricos da ação empresarial, é o surgimento de uma atitude empresarial – imbuída de um *ethos* acumulativo norteador das relações de produção – o nosso grande marco, notável de forma mais preponderante a partir do capital cafeeiro no período de 1880 a 1930. Como lembra BELUZZO (2007, p. 15):

O Brasil foi apanhado pelas rápidas transformações do final do século XVIII e princípio do século XIX em plena crise da economia da mineração, com as exportações em queda e, conseqüentemente, a redução do fluxo de renda. A despeito da abertura dos portos e das tentativas modernizadoras, a primeira metade do século XIX foi marcada pela decadência econômica, só estancada quando o café rearticulou os nexos econômicos do Brasil com o exterior.

Mas não foi a rearticulação econômica a responsável pela emergência de uma nova ordem social e política. As mudanças no perfil sócio-cultural e psicológico do senhor agrário brasileiro foram antes de mais nada marcadas pela necessidade de manter-se no poder, independentemente das mudanças na sua estruturação e no jogo de forças que o conduzem. Quando o ordenamento no qual o grande proprietário rural afirmava seu poder num modelo de dominação patrimonialista passa a dar sinais de falência e ameaçar o status senhorial e as funções políticas da aristocracia agrária “ou seja, no último quartel do século XIX e, em particular na década de 80, ele se viu compelido a repudiar o próprio status senhorial, para salvar-se através do elemento burguês de sua situação. Projetado em um novo contexto histórico-social, esse elemento

São Paulo apoderavam-se do poder político e, por seu intermédio apropriavam-se das rendas geradas em outras regiões do país, enfrentando a resistência armada das oligarquias regionais. Nesse quadro, a Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul representou o maior desafio à construção do Estado nacional centralizado.

condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em cidadão da República” (FERNANDES, 1975, p. 105)

Vale lembrar que a formação de um mercado nacional e de um estado nacional republicano enuncia-se desde a década de 1870, através de algumas evidências diretas e indiretas do enfraquecimento da monarquia e de suas bases sociais e políticas de sustentação. Observa-se, nesse sentido, o fim da Guerra do Paraguai e lançamento do Manifesto Republicano (1870), a “quase” abolição da escravidão com a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), a expansão da lavoura cafeeira na região centro-sul e noroeste de São Paulo, a intensificação das atividades mercantis e financeiras que propiciaram um primeiro “surto” de prosperidade urbano-industrial e a fundação do Partido Republicano (1873).

O surgimento da produção cafeeira em larga escala, esteve atrelado a fatores como a decadência das culturas tradicionais (como algodão e açúcar, tendo este último passado a enfrentar a concorrência de outros países no mercado internacional e do açúcar de beterraba), a crise da economia mineira, o fim da exclusividade comercial que o Brasil mantinha com Portugal e a independência política. Além disso, destaca-se, com a queda do monopólio comercial de Portugal, o papel assumido pelo capital mercantil nacional, “quando inúmeras fazendas de café, certamente as mais significativas, foram organizadas com capitais transferidos diretamente do setor mercantil da economia colonial (comércio de mulas, capital usurário urbano, tráfico de escravos, etc)” (Stein *apud* SANTOS JR., 2004, p. 10). Por último, há que se destacar o aumento da demanda internacional pelo café oriunda, num primeiro momento, dos Estados Unidos (principalmente após a independência destes) e, num segundo momento, quando a oferta brasileira incorpora-se ao mercado mundial e diminui o preço do produto, observa-se também na Europa.

Vale notar que a dominação do setor cafeeiro não se restringiu ao âmbito econômico, mas incluía a liderança social e política, o que de certa forma já prepara e caracteriza um tipo de “ação empresarial” junto ao Estado e à sociedade que pode ser notado também em momentos posteriores, embora marcado por outros elementos. Um dado muito significativo é que todos os presidentes da República eleitos neste período nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, ao representar e atender com primazia os interesses do setor cafeeiro (FAUSTO, 2009)⁴.

⁴ O período compreendido entre 1889 e 1930 é conhecido na historiografia nacional como República Velha ou República Oligárquica. Nesse período estiveram à frente do poder federal 13 presidentes sendo:

Ponto nevrálgico na caracterização de um Estado antiliberal foi a manutenção da escravidão de negros de origem africana por um período longo (superior a todas as demais experiências escravocratas da América). No projeto colonizador conviviam a contradição entre a crescente tendência ao assalariamento das metrópoles e as relações de escravidão na colônia. O tráfico de negros tornou-se uma das atividades mais rentáveis do comércio colonial e, com o processo de independência, passou a cumprir um papel político relevante, constituindo-se num dos mais importantes eixos de manutenção do Império. As consequências da escravidão e de sua ampla extensão no tempo e no território deixaram marcas profundas na sociabilidade, na cultura e nas noções de democracia e cidadania. Algumas dessas consequências serão retomadas na análise comparada com a Argentina no capítulo 4, sobretudo no que se refere à construção da nação.

Se a escravidão foi um dos esteios de sustentação do Império e do estado monárquico, sua extinção foi base da criação de um estado que pudesse contemplar os interesses da elite agroexportadora do café que, embora reduzida em número, era representante de ideais liberais e representava uma força econômica de enorme proporção. A crítica à questão social que envolvia as relações de desumanidade da ordem senhorial-escravocrata alavancou pressões sobre a monarquia que vieram de vários grupos, dentre os quais alguns se destacam. Os atos políticos do militarismo chamado de jacobino no Rio de Janeiro que eram defensores de uma república forte, parte deles engajada na crítica à escravidão, e, ao mesmo tempo, adversários da monarquia e do republicanismo liberal, congregando “patriotas” e anti-lusitanos. Foi relevante ainda o papel das classes médias urbanas ultrajadas pela “vergonha” da escravidão⁵. Mas, sem dúvida a principal pressão exercida sobre o Império veio de fora

3 militares, Deodoro da Fonseca (1889-1891), Floriano Peixoto (1891-1894) e Hermes da Fonseca (1910-1914); 4 políticos de São Paulo: Prudente de Morais (1894-1898), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906) e Washington Luís (1926-1930), Júlio Prestes foi eleito, mas não chegou a assumir o cargo por causa da Revolução de 1930; 4 de Minas Gerais, Afonso Pena (1906-1909); Venceslau Brás (1914-1918); Delfim Moreira (1918-1919); Artur Bernardes (1922-1926); 1 do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha (1909-1910); e 1 da Paraíba, Epitácio Pessoa (1919-1922). O Partido Republicano nasceu como um movimento de luta contra a monarquia (a qual incorporava também os interesses da nascente classe média urbana) e abrigou principalmente os interesses dos produtores de café consubstanciados na defesa pela descentralização do poder sob a bandeira da autonomia provincial.

⁵ Vale lembrar, conforme dados de CARDOSO (1975, p. 19), que houve um intenso crescimento urbano no período compreendido entre 1872 a 1920. No período de 1872 a 1890 as cidades registraram aumento populacional da ordem de 3,7% enquanto a taxa média de crescimento da população era de 2,5%, sendo muito significativo para tanto a imigração externa. Assim é que se pode falar numa classe média urbana, essencialmente ligada neste momento ao comércio e setor de serviços.

e originou-se na Inglaterra posto que a grande potência imperialista era uma monarquia liberal, tendo pressionado o Brasil a proibir o tráfico de negros, o que ocorre em 1850.

A chegada à república teve um forte protagonismo dos militares⁶, inaugurando uma fórmula de conquista e permanência no poder que burguesia brasileira sempre retomou ao longo da história. O marechal Deodoro da Fonseca, pessoalmente um homem de alta extração, conservador e ex-presidente de província, foi apoiado por um grupo de veteranos da Guerra do Paraguai, sem formação em escolas militares e consequentemente sem muita clareza quanto ao significado da República. Floriano Peixoto, o vice que depois da crise do encilhamento⁷ chega à presidência, por sua vez estava cercado por um grupo esclarecido de inspiração positivista que entendia o progresso como modernização, ampliação dos conhecimentos técnicos, expansão da indústria e das comunicações:

O marechal Floriano encarnava uma visão da República não identificada com as forças econômicas dominantes. Pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado sobretudo no Exército e na mocidade das escolas civis e militares. Essa visão chocava-se com a da chamada ‘República dos Fazendeiros’, liberal e descentralizada, que via com suspeitas o reforço do Exército e as manifestações da população urbana do Rio de Janeiro. Mas, ao contrário do que se poderia prever, houve na presidência de Floriano um acordo tático entre o presidente e o PRP. As razões básicas para isso foram os riscos, alguns reais, outros imaginários, que

⁶ Como anota CARDOSO (1975, p. 28), “no regresso, depois da vitória [na Guerra do Paraguai], o que fora uma corporação secundária diante do peso da Guarda Nacional, começou a tomar consciência de si, como força à parte da politicalha [expressão usada pela imprensa para denominar os negócios escusos da guerra]. A visão de que entre a Nação e o Estado, entre as classes, os escravos e o Império, havia um estamento cívico, provado na luta, que merecia respeito e queria exercer poder, começou a generalizar-se entre os oficiais. Nascia assim um sentimento de pertencer a uma espécie de ordem privilegiada, mas cujo privilégio, na ideologia de seus membros derivava de abstinências e privações: um espírito de renúncia material que deveria compensar-se pela ampliação dos poderes de interferir ‘para o bem da Pátria’. O *esprit du corps* militar surgia através de uma espécie de fusão mística entre a corporação e a pátria. Para que ela se objetivasse, faltava a substância transfigurada que lhe daria o contorno real: um Estado reformado”.

⁷ A política econômica do encilhamento 1890-1891, assim denominada por analogia às corridas de cavalo uma vez que estimulou uma corrida financeira, foi desenhada pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa como medida favorável à criação de empresas. A idéia era criar as bases econômicas que pudessem sustentar a democracia, numa sociedade baseada no trabalho industrial. A política era sustentada na emissão de papel moeda e de ações como forma de financiar o crescimento econômico, mas o resultado foi um enorme grau de especulação financeira e de inflação. A crise do encilhamento levou o país ao colapso financeiro e foi um dos pontos de origem do crescente endividamento externo por meio do acordo com os credores conhecido como *funding loan* (1898), ou seja, o pagamento de antigos empréstimos e respectivos juros com novos empréstimos a juros elevados. Além disso, internamente foram tomadas medidas como as políticas de deflação, equilíbrio orçamentário, restauração do imposto pago em ouro nas alfândegas. O que a política econômica talvez indique de modo mais relevante é o papel ativo dos setores urbanos industrial-financeiros já no início da República Velha (CARDOSO, 1975; FAUSTO, 1975)

corria o regime republicano. A elite política de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da República, a partir do poder central. Floriano, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar (FAUSTO, 2009, p. 254).

De um modo geral, o exército tinha uma postura antiliberal pois era defensor de um executivo forte para manter a ordem, contudo se entrecruzava com tal visão uma linha de pensamento voltada para o avanço tecnológico e industrial. Mas, o que predomina entre as diferentes clivagens e orientações é a derrubada do poder monárquico e a superação da ordem política a ele associada. A 1ª Constituição Republicana (1891), de inspiração liberal, nasce para superar o texto constitucional monárquico. “Como dizia Rui Barbosa [de quem o texto final recebeu profunda revisão] – ministro da Fazenda do governo provisório –, era necessário dar uma forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da República e a obtenção de créditos no exterior” (FAUSTO, 2009, p. 249). Com a chegada de Prudente de Morais (1894) e de Campos Salles (1898) ao comando do país os “agricultores aburguesados” guiados por uma “racionalidade empresária” constituem-se como “segmento dirigente da República” (CARDOSO, 1975, p. 37)

Como adverte DELGADO (1995, pp. 6-7), o processo de proclamação da república e o surgimento do Estado foi prenhe de contradições que, em nossa avaliação, se arrastaram para dentro da república, à maneira do governo de conciliação⁸ característica do último período do Estado monárquico.

A instalação do Estado Burguês no Brasil foi um produto da crise do **escravismo colonial**. Esta, no entanto, não foi produzida pela

⁸ A expressão “governo de conciliação” é de Roberto Schwarz (2005) e tem um sentido crítico relativo à necessidade da classe dominante de conciliar moralmente as vantagens do progresso com as do escravismo (ou seus sucedâneos), ou seja, o que é um mal-estar de classe dominante aparece com feição nacional. Segundo o autor, “é sabido que a Independência brasileira não foi uma revolução: ressalvadas a mudança no relacionamento externo e a reorganização administrativa no topo, a estrutura econômico-social criada pela exploração colonial continuava intacta, agora em benefício das classes dominantes locais. Diante dessa persistência era inevitável que as reformas modernas de civilização, vindas na esteira da emancipação política e implicando liberdade e cidadania, parecessem estrangeiras – ou postíças, antinacionais, emprestadas, despropositadas etc., conforme a preferência dos diferentes críticos. A violência da adjetivação indica as contorções do amor-próprio brasileiro (de elite), obrigado a desmerecer em nome do progresso os fundamentos de sua preeminência social, ou vice-versa (...). De um lado, tráfico negroiro, latifúndio, escravidão e mandonismo, um complexo de relações com regra própria, firmado durante a colônia e ao qual o universalismo da civilização burguesa não chegava; de outro, sendo posto em xeque pelo primeiro, mas pondo-o em xeque também, a Lei (igual para todos), a separação entre o público e o privado, as liberdades civis, o parlamento, patriotismo romântico etc.” (SCHWARZ, 2005, p. 128-129)

incompatibilidade da ordem escravista com relações de produção capitalistas emergentes, na época residuais. Fundamentalmente, a crise do escravismo esteve associada à redução da oferta de escravos, ao abolicionismo de classe média e às imposições do capitalismo inglês. O **Estado burguês** emerge, pois, com uma estrutura contraditória, na qual a instituição do **direito burguês** – sancionando relações contratuais e a troca de equivalentes – combinava-se a elementos patrimonialistas do **aparelho de estado**, e oligárquicos do **regime político**. Tal estrutura fundava-se na superposição do Estado burguês a uma formação social não predominantemente capitalista, onde era tênue o liame mercantil entre suas diversas regiões e formas de produção.
[grifos do autor]

Sem dúvida, um dos mais importantes fatos ocorrido no período agroexportador do café foi a substituição do trabalho escravo e a adoção do trabalho assalariado. O trabalho escravo já não representava um fator de competitividade visto que já estava estabelecida a proibição do tráfico internacional de escravos desde 1850, os elevados índices de mortalidade dos escravos resultado da intensa exploração a que eram submetidos, a legislação que cada vez mais restringia o comércio de negros culminaram no aumento dos preços para se obter escravos. Assim, o uso do trabalho assalariado passou a representar uma alternativa mais lucrativa para o capital cafeeiro que pressionou o governo imperial reivindicando a abolição.

No clássico *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), Florestan Fernandes lembra que as palavras burguês e burguesia foram exploradas de muitas maneiras e de modo um tanto livre na historiografia e sociologia histórica brasileiras. Lembra-nos o mestre que existem, pelo menos, duas correntes: a daqueles que vêem a presença burguesa já na aristocracia agrária, “como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções sócio-econômicas dos agentes que controlavam, a partir da organização econômica da Metrópole e da economia mercantil européia, o fluxo de suas atividades” (FERNANDES, 1975, p. 16); e, por outro lado, a corrente daqueles que, na falta do castelo e do burgo, atestavam nunca haver existido burguesia no Brasil e nas Américas. À burguesia nacional Florestan apenas atribui um aparecimento tardio, em comparação com os países europeus. Seu surgimento está associado a figuras como o “agente artesanal” ou o “negociante” enquanto perdurou o estatuto colonial conjugado com a escravidão e a grande lavoura exportadora. Com a ruptura promovida pela Independência aparece o chamado “alto comércio” e uma expansão da burguesia, seja

nas “casas comerciais importadoras” ou na rede de serviços urbana. Segundo o autor, “desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos ‘brancos’ e para os ‘brancos’: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como Nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado” (FERNANDES, 1975, p. 19).

Assim pensada, a abolição da escravatura colocava duas ordens de problemas correlatas, desenhando as facetas de uma complexa questão social. Num primeiro momento, do ponto de vista das imagens da pobreza, uma espécie de epicentro da questão social, o que a caracterizava no imaginário das elites brasileiras nos primórdios da República, eram as péssimas condições de habitação que incluíam falhas no abastecimento de água, saneamento básico precário e arquitetura pouco ventilada das casas. Os médicos tiveram um papel preponderante junto ao poder público para alertar em relação à higiene e necessidade de medidas para a saúde pública, especialmente no que concerne às doenças – peste, febre amarela, cólera, varíola – associadas ao quadro descrito.

Preocupados com a desodorização do espaço urbano nossos higienistas sociais, influenciados pelas teorias médicas francesas, acabaram por estabelecer uma estratégia de medicalização da cidade que implicaria desde a desinfecção dos lugares públicos, a drenagem dos pântanos, o alinhamento das ruas até o combate direto dos surtos epidêmicos sobretudo no Rio mas também em São Paulo (VALLADARES, 1991, p. 85).

A manutenção da ordem social também é um ponto importante para a elite política nacional na passagem do Império à República. O cortiço, identificado como foco das epidemias, passa a ser visto também como “berço do vício e do crime pois era aí que residia e se concentrava o que se chamava ‘classes perigosas’” (VALLADARES, 1991, p. 86). Oriunda da Inglaterra e da França, essa expressão, ou melhor, essa representação das classes pobres foi rapidamente incorporada pelos legisladores brasileiros, representando todo o universo de pessoas que estivessem fora da fábrica, o universo do trabalho por excelência, no cortiço ou na rua vistos genericamente como vadios e desordeiros quando não criminosos e delinquentes, além dos desocupados – capoeiras, prostitutas e menores. Contra o comportamento indesejado das classes

perigosas foram criados mecanismos jurídicos (como as proibições do prefeito Pereira Passos no Rio implementadas à base do poder coercitivo e muitos abusos da força policial) e campanhas sanitárias (a exemplo das que foram comandadas por Oswaldo Cruz). A reação popular contra a ordem imposta de cima para baixo – A Revolta do Vintém em 1880, as quebras de lampiões e de bonde e trens em 1882, a Revolta da Vacina em 1904 – só serviu para reforçar a representação da pobreza como atributo das “classes perigosas”. A legitimidade dos movimentos enquanto defesa de direitos civis foi reduzida à época por intelectuais e pela imprensa em simples agitações promovidas por desordeiros desocupados⁹.

Além disso, a simples abolição da escravidão não permitiu a formação automática de um mercado de trabalho, principalmente à falta de políticas públicas para criar as condições de integração dos negros. O escravo tornou-se dono de sua força de trabalho, mas precisava estar disposto a vendê-la ao capitalista empreendedor. O trabalho não era um valor positivo numa sociedade com a experiência política de um império monárquico e escravocrata, o que dissonava dos valores da ordem e do progresso do recém iniciado período republicano. No final do século XIX já havia certo dinamismo industrial instalado nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo e uma considerável população residente supostamente de trabalhadores. Entretanto,

a maioria da população era considerada inapta e indisciplinada, carregando o estigma da escravidão e sendo vista como ignorante e indolente. Para os capitães da indústria carioca e paulistana a questão portanto que se colocava era a de encontrar indivíduos que ao mesmo tempo ‘amassem’ o trabalho e aceitassem a inserção no processo produtivo sob a forma de trabalhadores assalariados. Indivíduos dispostos a se incorporarem à disciplina rígida do tempo e do espaço imposta pelo labor na fábrica” (VALLADARES, 1991, p. 90).

A resistência entre os ex-escravos ao assalariamento, à disciplina e à obediência a um patrão lançou um grande contingente da população urbana a alternativas de ocupação situadas na tênue fronteira da legalidade e ilegalidade, com ganhos

⁹ CARVALHO (1987), entretanto, em sua análise da Revolta da Vacina, coloca-a como contraponto à inatividade política no campo eleitoral já que apenas 20% da população do Rio tinha o direito de voto, mesmo assim não havia uma preocupação em exercê-lo. A Revolta, por sua vez, congregou gente de “todas as classes sociais”, comerciantes, operários, moços militares e estudantes, podendo ser vista então como ação coletiva em nome da legítima defesa dos direitos civis. Mas, os jornais à época, principalmente aqueles que se alinhavam com o governo, chamaram os cidadãos (para usar uma palavra de nosso tempo) de “desocupados e mazorqueiros”.

irregulares. Vistos pelas elites como um “resíduo”, integravam o mundo do não-trabalho e viviam sob a “ética da malandragem” (VALLADARES, 1991). Trabalho de verdade era o trabalho assalariado ligado à nascente ordem industrial e urbana. Sendo assim,

o pobre era aquele que não se transformava em trabalhador. Aquele que permanecia fora do mercado de trabalho formal, apenas sobrevivendo. Aquele que ficava fora do controle da nova ordem instituída, não tendo se deixado convencer pelo pressuposto da positividade do trabalho. Enfim, aquele que recusava o assalariamento. Era porém pela expressão ‘vadio’ que a sociedade se referia ao homem pobre que não laborava, apoiando-se na categoria jurídica que constava do Código Criminal desde a época imperial e que, no Código de 1890 se referia a todos aqueles que deixassem de ‘exercitar profissões, ofício ou qualquer mister em que ganha a vida’ (VALLADARES, 1991, p. 91).

A imagem da pobreza constrói-se assim sobre duas categorias chave: o ócio e a vadiagem. Ambas consubstanciavam a antítese da construção do bem comum e eram concebidas como de responsabilidade individual dentro da visão liberal dominante. A condição de pobre, ocioso ou vadio representava uma recusa de entrar no mercado capitalista na medida em que ser trabalhador era uma questão de desejo, disciplina e dedicação pessoal. A preferência por continuar sendo pobre era conscientemente feita para não acatar a ordem da fábrica ou a ética do trabalho, e se constituía num vício, inclusive com efeitos de contágio (VALLADARES, 1991), o que reforçou no imaginário das primeiras elites empresariais:

No Brasil, terra da oportunidade, inteiramente livre e à espera de desenvolvimento, o problema ‘não consistia em redistribuir a riqueza, mas em criá-la’. Quanto à desigualdade intensificada pela industrialização, elas [as elites] a julgavam decorrente da desigualdade natural da humanidade. Tinham amealhado as suas fortunas à custa de uma diligência e inspiração heróica, e não se sentiam na obrigação de devolver nenhuma parte dela, a não ser por uma questão de caridade que sempre assumia a forma de autocomemoração (DEAN, 1977, p. 278).

A avaliação acima aponta para o fato de que o liberalismo teve sim penetração no pensamento das elites brasileiras. Afinal, noções como as de “desigualdade natural” e “responsabilidade individual” são oriundas do pensamento de matriz liberal. A tarefa

que se apresenta então no ideário das elites como a solução para acabar com o problema do atraso de nosso capitalismo e dos efeitos não desejados do mesmo foi a defesa da necessidade de investimentos na educação para o trabalho. Este ideário, aliás, será realimentado em outros momentos históricos posteriores, inclusive no atual. Na época da recém proclamada república, pensava-se que o hábito e a obrigatoriedade do trabalho seriam o único remédio para regenerar a sociedade (VALLADARES, 1991)

De outro lado, tanto dando contorno à questão social quanto adicionando um elemento a mais nas relações de produção e de consumo, um dos fatores fundamentais para o êxito da acumulação cafeeira (e também para os primórdios das atividades industriais) foi o fluxo imigratório em direção ao Brasil no final do século XIX. Entre os anos 1884 e 1920 o país recebe aproximadamente três milhões de imigrantes, sendo que São Paulo recebe 1,8 milhões deste total. Este fluxo foi motivado pelo desemprego verificado na Europa no final do século XIX e pela prosperidade por que passava a economia cafeeira brasileira. Os imigrantes – estimulados pelos sonhos de enriquecimento e de “fazer a América” – eram muito menos resistentes à disciplina do trabalho. Vale lembrar, de acordo com Fernandes, que a Revolução Burguesa que ocorreu no Brasil teve dois protagonistas históricos: o fazendeiro de café e o imigrante. O primeiro conseguiu libertar-se do status senhorial posto que estava ligado simultaneamente à lavoura e ao capitalismo comercial e financeiro; já o imigrante nunca quis identificar-se a ele. Por isso, diz o autor, representavam, cada um a seu modo, a ruptura com a ordem senhorial.

O fazendeiro do café acabou representando, na cena histórica brasileira, o senhor rural que se viu compelido a aceitar e a identificar-se com a dimensão burguesa de sua situação de interesses e do seu status social. O imigrante, por sua vez, sempre foi tanguido pela *auri sacra fames* fora do tradicionalismo e, se levou em conta a acumulação estamental de capital, não o fez para praticá-la de maneira conspícua, mas pura e simplesmente para legitimar socialmente ações econômicas de extremo teor espoliativo, extorsivo ou especulativo. Assim os dois pólos opostos da sociedade se tocavam e se fundiam nos planos mais profundos de transformação da ordem econômica, social e política. Sem o saber (e também sem o desejar de forma consciente), o fazendeiro acabou compartilhando o *destino burguês*, que acalentava os modestos ou ambiciosos sonhos do imigrante (FERNANDES, 1975, pp. 103-104).

Vale notar que a imigração representou também a formação de um mercado consumidor e que os trabalhadores imigrantes foram importantes agentes de pressão em relação à necessidade de regulamentação do trabalho assalariado. Como seu sucesso era medido pela quantidade de dinheiro que conseguia acumular (e não por significações ligadas ao *status*) muitas das vezes o estrangeiro ligava-se ao capital comercial e financeiro. De acordo com Fernandes, ambos “estimulavam a organização de uma economia de mercado integrada nacionalmente. Por isso, os dois pólos concomitantes, em que aquela pressão estrutural e funcional se manifestava diziam respeito: 1) à expansão do trabalho livre em volume e diferenciação; 2) à expansão da produção destinada ao consumo interno, também em volume e diferenciação” (FERNANDES, 1975, pp. 126-127). Nesse sentido, ele foi o agente de “demonstração”, antes da comunicação de massa, dos níveis de vida “mínimos” e “vitais” na civilização moderna sendo importante para a reconfiguração dos padrões de consumo interno.

Não é por coincidência que somente no final do século XIX a questão social emergiu como algo maior aos olhos das elites nacionais, acompanhando a transição para a ordem capitalista e consequente passagem de “relações sociais de tipo senhorial-escravista para relações sociais de tipo burguês-capitalista” acompanhadas de um processo de urbanização incipiente, lembrando que esse processo foi gradual, marcado por avanços e recuos bem como marcado por um hibridismo entre as duas ordens de organização da produção. Não por casualidade também, é justamente nesse contexto, especialmente no final do século XIX e início do século XX, que surgem e consolidam-se organizações voluntárias de prestação de serviços e ajuda mútua no quadro mais amplo da ação da sociedade civil em face da questão social. É “o desenvolvimento do capitalismo e a conseqüente instalação de uma nova ‘questão social’ que ensejou o florescimento das sociedades de socorros mútuos” (JESUS, 2007, p. 7). Assim, fica evidente a relação entre o tema desta modalidade de associativismo privado ao da pobreza urbana.

Vale dizer, de acordo com VISCARDI e JESUS (2007) e JESUS (2008; 2009)¹⁰, que havia uma diversidade nas associações mutualistas em todas as suas características: composição, motivação, temporalidade, clientela e objetivos. As primeiras mutuais aparecem ainda na primeira metade do século XIX e, embora algumas continuem

¹⁰ O artigo de JESUS (2007) é resultado do interessante trabalho de pesquisa no âmbito do Núcleo de Pesquisa Lugares e Impérios no Brasil da do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Outra referência importante sobre o assunto é o trabalho de SILVA JR. (2005), sobre o caso do Rio Grande do Sul.

funcionando até hoje, grande maioria acabou ao longo dos anos 1930 e 1940. O objetivo principal delas era disponibilizar serviços de proteção principalmente da saúde – tais como pensões, indenizações, financiamento de enterros, fornecimento de remédios, atendimento hospitalar – em face da “ausência dos mecanismos formais de previdência pública”. Mas também ofereciam atividades nas áreas de educação, recreação e cultura através da promoção de festas, quermesses e missas, da realização de espetáculos circenses e teatrais e da organização de cerimônias com as mais variadas motivações. Muitas dessas atividades serviam para arrecadar fundos, pois algumas sociedades almejavam construir sede própria, construir hospitais ou comprar uma farmácia. Os recursos para tais empreendimentos eram captados junto à sociedade civil, ao poder público e junto aos associados.

Os associados eram em sua maioria homens adultos com renda fixa para cobrir as mensalidades. Portanto, ficavam do lado de fora os pobres – desocupados ou “vadios” – que se encontravam à margem dos “avanços” do capitalismo no Brasil, salvo quando fossem objetos da beneficência da própria associação, muitas vezes estendida para os desvalidos, obviamente não-sócios. Para aderir às sociedades eram cobradas taxas anuais ou mensais, além de jóias (taxa de ingresso) que variavam de acordo com a associação, faixa etária e categoria de sócio. Algumas associações possuíam diferentes tipos de sócios, tais como beneméritos – que despendiam altas contribuições e não usufruíam dos serviços – e remidos – que não contribuíam com as taxas de associação. Ser sócio benemérito ou presidente de sociedade de socorro mútuo era um sinal de grande prestígio social.

Não se podem classificar as associações segundo um padrão unívoco quanto à perspectiva identitária dos associados. Em geral as mutuais tinham base local, sendo minoritárias as de alcance regional ou nacional. Havia aquelas que se organizavam por etnia nas quais se concentravam os imigrantes. Muitas foram erigidas em torno da categoria profissional dos associados, por locais de trabalho, ou indiscriminadamente reunindo trabalhadores de diversos setores. Ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade, foram criadas associações de ofícios e de classe, por exemplo, espalhadas por toda cidade do Rio de Janeiro, reunindo um número significativo de categorias profissionais, entre elas, “ourives (1838), tipógrafos (1857), artistas da construção naval (40 membros, 1872), maquinistas (68 membros, 1873), artistas alfaiates (26 membros, 1876) e empregados nas indústrias de fumo (298 membros,

1881)” (JESUS, 2007, p. 476)¹¹. Destaca-se, em 1897, a criação da Sociedade Nacional de Agricultura que teve uma atuação política intensa na medida em que o Ministério da Agricultura foi extinto em 1892 e só reorganizado em 1907¹².

Vale dizer que os empresários também tinham suas associações mutuais, especialmente os comerciantes e industriais, a exemplo da Sociedade Industrial de Beneficência (1865), da Sociedade Beneficente do Comércio (1873) e da Sociedade União dos Fabricantes de Bebidas Alcoólicas (1889). Mas o associativismo empresarial ganha relevância com a criação do Centro Industrial do Brasil – CIB, resultado da fusão do Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1904. O CIB foi dirigido por importantes líderes empresariais do Rio e de São Paulo que se notabilizaram nacionalmente (BOSCHI, 1979: 62-63). Mais tarde, dentro do esquema corporativo de organização das relações entre capital e trabalho foi transformado na Confederação Industrial do Brasil (1933), posteriormente Confederação Nacional das Indústrias (1938).

Havia também o caso das associações sustentadas total ou parcialmente com recursos advindos do Estado: “requeriam subvenções, pediam permissão para a realização de festividades, solicitavam serviços públicos dos mais diversos matizes e almejavam isenção de impostos” (JESUS, 2007, p. 478). Além disso, havia uma dificuldade de encaixá-las nas categorias jurídicas de pertencimento ao âmbito público ou privado, sendo a análise das subvenções oferecidas pelo Estado irregular e variável. Por outro lado, na medida em que a principal função das sociedades de ajuda mútua era conferir socorro na ausência da proteção estatal, assim que a proteção foi instituída pelo Estado a tendência ao esvaziamento inevitavelmente cresceu. Mas, ainda assim, várias mutuais, especialmente aquelas de imigrantes, ou seja, ligadas a identidades étnicas e a projetos culturais e de lazer sobreviveram e sobrevivem ao caráter estatal de seguridade social. E outras tantas desapareceram não em função da presença estatal neste campo, mas por incompetência administrativa, principalmente de capacidade para o cálculo atuarial.

¹¹ De acordo com dados da pesquisa de Lacerda (2008), retirados do Arquivo Nacional (RJ), Fundo Conselho de Estado – Seção do Império.

¹² Segundo Octávio Mello Alvarenga, atual presidente da SNA, em reportagem publicada na Revista Panorama Rural na edição de setembro/2009: “Nesse período [1892-1907], a SNA não só se empenhou para a restauração do Ministério da Agricultura, como assumiu várias de suas funções, como a de orientar os produtores rurais, fornecendo informações e defendendo suas causas”. É interessante notar na fala do presidente da entidade que para ele é natural que a defesa das causas dos produtores agrícolas estivesse situada no Ministério da Agricultura, ou seja, não há uma separação entre público e privado.

O trabalho LUCA (1990) questiona a tese segundo a qual as sociedades de socorros mútuos representavam uma fase inicial e curta do movimento operário, sucedida pelo aparecimento dos sindicatos. Com base no estudo que fez das cidades de São Paulo e Santos, o mutualismo teria crescido entre os trabalhadores urbanos desde o final do século XIX até meados da década de 1920, período em que São Paulo se industrializava rapidamente, como resposta à ausência de mecanismos institucionais que regulassem a relação capital-trabalho, atuando ao lado dos sindicatos. Sendo assim, elas “funcionavam como forma de resistência a um padrão de exploração que condenava a classe trabalhadora a viver de maneira sub-humana” (LUCA, 2007, p. 172) . Outros trabalhos, como os de BATALHA (1999), também sugerem certa porosidade das fronteiras entre sindicalismo e mutualismo, com mutuais que mantinham atividades de resistência e sindicatos com funções assistencialistas. Mas, as mutuais teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores até o início do século XX, sem o qual dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido. É interessante reter que as atividades das mutuais incluíam os rituais e celebrações dos trabalhadores, principalmente em torno das comemorações do Primeiro de Maio que, nas décadas anteriores a 1890, permaneciam a cargo das sociedades mutualistas, além de estratégias de filantropia, lazer, sociabilidade e de relação com as elites locais e os sindicatos, que permearam o universo das práticas sociais entre fins dos oitocentos e as primeiras décadas do século XX (LACERDA, 2008, p. 4).

O quadro brevemente descrito acima sobre o mutualismo coloca em evidência dois aspectos relevantes do associativismo brasileiro neste momento: em primeiro lugar seu caráter predominantemente tradicional, tendo suas identidades marcadas por laços religiosos, assistencialistas, primários e étnicos. A tabela 1, abaixo, nos dá a dimensão estatística desse quadro:

Tabela 1 – Associações de auxílio mútuo existentes em 1912, por data de fundação, natureza e número de associados (%)

Natureza	Data de fundação									
	Até 1879		1880-1889		1890-1899		1900-1909		Total	
Religiosa	46,4	53	12,2	6,3	13,3	19,8	11,1	6,8	19,9	29,0
De estrangeiros	17,6	36,0	14,6	6,9	2,2	3,3	1,0	0,2	7,5	18,0
De estados	1,8	0,4	4,9	1,2	8,9	3,0	3,0	1,0	4,1	0,9
De operários	14,3	1,7	9,8	7,9	15,6	16,1	23,2	20,4	17,4	9,5
De operários do Estado e funcionários Públicos	-	-	14,6	24,5	24,5	22,3	32,3	36,2	20,3	16,6
De empregados do comércio	-	-	2,4	29,4	-	-	3,0	5,7	1,7	6,3
De empregadores	1,8	0,6	2,4	2,6	2,2	2,5	4,1	1,1	2,9	1,3
Outras	17,9	8,3	39,0	21,2	33,3	32,0	22,3	28,6	26,2	18,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Números absolutos	56	138.174	41	46.480	45	25.127	99	90.290	241	300.431

Fonte: CARVALHO, 1987, p. 144, com base no Anuário do Brasil de 1922.

Em segundo lugar, chama a atenção o fato de que a atividade associativa foi, desde muito cedo no Brasil, “organizada” (leia-se: controlada) pelo Estado pela via burocrática e legislação específica que a regulamentava. Desde a segunda metade do século XIX, qualquer grupo que quisesse se organizar tinha por obrigação solicitar uma autorização junto à delegacia mais próxima do local onde se reuniria. Em seguida o grupo podia se reunir com a garantia de proteção policial para redação dos estatutos e outros documentos necessários. Estes deviam, em seguida, serem submetidos à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado que os aprovavam ou não. Obtida a aprovação, o estatuto poderia ser impresso pela Tipografia Nacional no formato de livro. Tudo isso em acordo com o decreto 2.711 e da lei 1.083 de 1860. Em contraponto ao caso argentino, pois só em 1914 e 1916 as associações e os legisladores começam a pensar projetos para a regulamentação das sociedades mutuais, cuja organização ocorria totalmente paralela ao controle do Estado.

Embora já se apresentem as marcas claras de uma questão social relacionada com o fim da escravidão, a vinda dos imigrantes e o incipiente crescimento urbano e industrial, sua solução em âmbito estatal canaliza-se através de violenta repressão. Assim, grande parte dos esforços governamentais foi direcionada para a contenção de conflitos no campo e na cidade. No campo, prevaleciam as práticas de colonato, ou seja, de um sistema de agricultura familiar em que as famílias assentadas nas fazendas

tinham a obrigação de tratar as plantações de café e fazer a colheita. Essa era uma atividade remunerada, mas a sobrevivência era garantida pela possibilidade de plantio e criação de animais em pequenas áreas. Havia também a possibilidade de ganhos quando dos chamados “contratos de formação” que era o plantio e o cuidado das plantações novas cujo tempo de duração é de aproximadamente quatro anos, período no qual os colonos estavam autorizados a intercalar a produção de gêneros alimentícios, gerando algum excedente. O quadro geral no campo era de muita privação no período compreendido entre as últimas décadas do século XIX até a Primeira Guerra, o que ocasionou migração do campo para as cidades, múltiplos deslocamentos entre fazendas e queixas aos consulados por parte dos migrantes (DEVOTO e FAUSTO, 2004). O acesso à terra como proprietários só ocorreu mais tarde na crise econômica iniciada em 1929. “O Censo Agrícola de São Paulo de 1934 revelou, por exemplo, que 42% dos pés de café se encontravam em mãos de estrangeiros. Entretanto, naquele ano, as grandes fazendas – com 500 alqueires ou mais – continuavam em mãos de nacionais, que detinham 80% dessas unidades” (DEVOTO e FAUSTO, 2004, p.164).

Quanto aos movimentos sociais no campo durante a Primeira República, FAUSTO (2009) classifica-os em três tipos. O primeiro surgiu da combinação de conteúdo religioso com carências sociais. Deste tipo, o exemplo mais contundente é, sem dúvida, o de Canudos, organizado em torno da figura messiânica de Antônio Conselheiro cuja pregação chocava-se com a da Igreja, além de defender a volta da monarquia. O arraial foi destruído e seus habitantes foram mortos por uma força expedicionária federal composta por 8.000 homens e equipamentos modernos entre os anos de 1896-1897, sob a justificativa, “para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, [de que] aquela tinha sido uma luta da civilização contra a barbárie” (FAUSTO, 2009, p. 258). O segundo tipo foi fruto da combinação de conteúdo religioso com reivindicação social. A revolta do Contestado (1912-1916) é seu exemplo mais característico. O conflito envolveu a luta pela posse de terras ocupadas por trabalhadores rurais nos estados de Santa Catarina e Paraná, consideradas pelo governo como “terras devolutas”, isto é, terras não ocupadas que seriam utilizadas para a construção da *Brazil Railway Company*. O terceiro tipo de movimento social no campo é aquele cujo conteúdo se restringe às reivindicações sociais sem conteúdo religioso. Nesse caso, tratam-se fundamentalmente das greves organizadas nas fazendas de café. FAUSTO e DEVOTO (2004) destacam um único movimento grevista de envergadura, lembrado pela historiografia nacional. “Trata-se da greve que eclodiu em Ribeirão

Preto, abrangendo milhares de colonos das fazendas de café que pretendiam a revisão de seus contratos de trabalho. Houve intervenção policial e os colonos não alcançaram seus objetivos, apesar da mediação do cônsul da Itália (Fausto e Devoto, 2004: 184). A organização dos trabalhadores não era suficiente para evitar a ganância dos grandes fazendeiros de café que não mediram esforços para impedir qualquer revisão nas suas práticas. Esta resistência, principalmente em aumentar salários, teve como efeito concentrar a renda obtida pelas exportações nas mãos de poucas pessoas ligadas à oligarquia cafeeira. Ainda como agravante, durante toda a República Velha, com breves intervalos, seguiu-se um curso inflacionário conveniente para os fazendeiros que, formando uma classe de devedores, preferiam pagar as suas contas em dinheiro de valor declinante. E como também pagassem salários com atraso, a política inflacionária tendia a desviar as rendas dos trabalhadores (DEAN, 1977, p. 253).

Antes de caracterizar os movimentos sociais urbanos é preciso entender o quadro mais amplo de desenvolvimento da indústria, ainda que a década de 1920 nos mostre um país profundamente rural com a concentração de 84% da população no campo contra 16% nas cidades. Com efeito, vale notar que a gênese de certas indústrias e seus pólos de atuação esteve associada ainda ao tempo do Império e da escravidão. É o caso das fábricas de tecidos de baixa qualidade, oportunizadas pela ampla cultura de algodão, cujos consumidores eram escravos e pobres. “A Bahia foi o primeiro núcleo das atividades do ramo, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país em 1866” (FAUSTO, 2009, p. 286). A produção de charque no sul do país e a de açúcar no nordeste são lembradas como uma espécie de proto-indústria, sendo que no caso da primeira destacam-se os incrementos em tecnologia e da segunda a divisão do trabalho e a especialização dos trabalhadores (ainda que escravos) em certas posições do processo produtivo do açúcar. Vale ressaltar que estamos nos referindo aqui a algumas iniciativas industriais, sem, no entanto, ver aí a conformação de interesses notadamente burgueses.

Segundo o censo de 1920 (FAUSTO, 2009, p. 282), dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços. Apesar de representarem um número muito inferior, as atividades industriais cresceram muito em comparação com o censo de 1872 que concentrava apenas 7% da população evidenciando uma presença crescente da indústria na vida econômica do país. Os dados dos censos industriais complementam essa informação, embora configurem, em termos metodológicos, apenas esboços:

Tabela 2 – Sumário dos Censos Industriais, 1907 e 1919

Censo	Nº de fábricas	Trabalhadores empregados	Cavalos de força	Valor da Produção (000 mil-réis)	Capital (000 mil-réis)
1907	2 988	136 420	114 555	668 843	580 691
1919	13 336	275 512	310 424	2 989 176	1 815 156

Fonte: DEAN, 1977, p. 258 com base em dados da Diretoria Geral de Estatística e Recenseamento do Brasil

Mesmo frente aos dados que evidenciam, no mínimo, um “surto” industrial, de acordo com Fernandes, esses primeiros anos do século XX marcam o início da modernidade no Brasil, embora de forma muito localizada em São Paulo e no Rio. É ainda uma era de “tom cinzento e morno” em relação à constituição de uma ordem social burguesa – marcada por “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução” (FERNANDES, 1975, pp. 203-204). Nesse momento, o que se assiste é o surgimento de “ilhas burguesas” em torno das cidades e das grandes plantações, tendo no setor do comércio o seu ponto de encontro:

É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto político (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica (...). As próprias associações de classe, acima do interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares (FERNANDES, 1975, p. 204)

Desse modo, prevalece uma posição ambígua da burguesia nacional que cultiva elementos da tradição e paralelamente elementos da modernidade, processo no qual obtinha vantagens de todos os lados, tanto do atraso quanto do desenvolvimento. A nascente burguesia, ao optar por uma linha de ação que contemplasse os “múltiplos

interesses” e as “adaptações ambíguas”, diluiu o poder inovador da dominação burguesa num primeiro momento em alianças com o setor agrário dominante econômica e politicamente. Nota-se que mesmo sem intervenção contundente e disruptiva dos vários grupos burgueses com os setores econômicos tradicionais, a modernização se desenrolava a ritmo relativamente acelerado, cabendo contraditoriamente a eles muito mais a contenção do que o aprofundamento das mudanças.

DEAN (1977) estudou detidamente a atividade industrial na República Velha, especialmente no estado de São Paulo, e seus dados e análises podem nos dar uma visão bastante concreta das afirmações gerais anotadas acima por Fernandes. A superação da escravidão (cuja permanência longa em relação a outros países novos causou um atraso econômico de pelo menos quarenta anos no desenvolvimento econômico do Brasil na visão do autor) e a adoção do trabalho assalariado foram fundamentais para a industrialização brasileira. Os excedentes produzidos pela produção cafeeira e o seu investimento em infra-estrutura básica e atividades comerciais e financeiras geraram o capital necessário para a compra de máquinas e instalação das indústrias. Além disso, a presença de imigrantes jovens e produtivos, portadores de habilidades e técnicas bem como de experiências profissionais com trabalho assalariado e melhor grau de instrução foram também fundamentais, segundo ele, para o avanço da indústria. Do ponto de vista governamental, havia incentivos à indústria, sobretudo no período da Junta Revolucionária da qual Rui Barbosa foi ministro da Fazenda, no sentido de ampliar “crédito barato, empréstimo, isenções sobre a importação e legitimação das companhias” (DEAN, 1977, p. 253). Do ponto de vista tecnológico, o autor destaca, por um lado, o papel da energia hidrelétrica¹³ como fator de avanço e do ponto de vista de infra-estrutura e, por outro lado, a implantação de estradas de ferro, limitada e fragmentada, como um fator de atraso.

¹³ Segundo DEAN (1977, p. 255), “a energia hidrelétrica foi um avanço tecnológico tão fortuito para o Brasil meridional quanto o carvão coque o tinha sido para os ingleses três séculos antes. Não é possível imaginar o desenvolvimento da indústria na base limitada do carvão feito de eucalipto, e o custo do carvão importado teria sido tão nocivo no Brasil quanto o foi para a Argentina, cuja industrialização sofreu uma parada depois dos rápidos progressos iniciais”. É interessante notar que este fator de avanço tecnológico hoje é tomado com “orgulho” pelo Estado (especialmente nos governos de Lula) e por certos setores empresariais apontando que nossa matriz energética, fundamentalmente hidroelétrica, é um diferencial do país em relação ao resto do mundo em tempos de preocupação com a sustentabilidade ambiental. Não é à toa que nota-se uma “virada” recente no movimento empresarial pela responsabilidade social (toda a documentação trabalhada como *corpus* empírico da tese tem indícios disso) em direção que acentua a questão ambiental – a exemplo das expressões economia de baixo carbono, economia e agenda verde, sustentabilidade – que ganham cada vez mais atenção em detrimento da questão da justiça social.

A produção industrial no Brasil da República Velha pode ser notada em diferentes segmentos. Além da já citada indústria de tecidos, há ainda os refrigerantes e cervejas, bem como a produção de garrafas (1900), couro, sabão, velas, banha, carne enlatada e laticínio. Já em meados da década de 1910, essa produção se complexifica com os tecidos tingidos e de seda, chapéus, fumo e produtos farmacêuticos e, a partir de 1920 observa-se artigos de alumínio, esmalte, porcelana e vidro, pastas de dente e tubos para embalá-las, discos, pentes, papel fotográfico, fogões, equipamento de escritório, pianos, dentre outros. A metalurgia e a produção de aço, não obstante as enormes minas de ferro de Minas Gerais continuaram a representar dependência do mercado externo.

São Paulo supera a capital do país, o Rio de Janeiro, como principal centro urbano industrial. Dentre 275,5 mil operários industriais urbanos, 31% estavam concentrados em São Paulo com a predominância de imigrantes italianos, em contraponto aos 20% presentes no Rio com predominância de portugueses. Vale dizer que os trabalhadores do Rio eram mais ligados ao Estado, inseridos em empresas públicas e mantinham estreita ligação com o governo, enquanto em São Paulo, temos operários inseridos na indústria e construção civil que apresentavam posições mais radicais quanto às suas necessidades no mundo do trabalho. FAUSTO (2009) enfatiza a diferença de atitude nos sindicalismo do Rio de Janeiro e de São Paulo. O primeiro, segundo ele, é um sindicalismo voltado para o alcance de reivindicações imediatas: salário, salubridade, limitação da jornada, reconhecimento do sindicato por patrões e Estado. Já o segundo, marcado por sua origem européia, especialmente italiana, insere-se no quadro do anarco-sindicalismo e luta pela transformação radical da sociedade em direção ao socialismo. “Na prática, tendo em vista a distância entre seu programa e a realidade social brasileira, os anarquistas foram levados a concentrar esforços nas mesmas reivindicações sustentadas por seus adversários. Isso não impediu que as duas tendências guerreassem entre si, debilitando o já frágil movimento operário” (FAUSTO, 2009, p. 298). Assim, na pauta destes movimentos operários estava uma luta por Direitos Civis básicos como os direitos de se organizarem, de se manifestarem e de fazerem greve, bem como por direitos sociais como a regulamentação do horário de trabalho, o descanso semanal e o seguro de acidentes de trabalho.

O movimento era esparso e raramente despertava a atenção e a preocupação da elite. Pressionando os patrões obtinham-se direitos, mas estes não eram assegurados em lei. Passado o momento de pressão, os direitos se perdiam.

Esse quadro foi quebrado entre 1917 e 1920, quando um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (FAUSTO, 2009, p. 299)

O movimento grevista mais significativo do período foi a greve geral de São Paulo (1917), que em termos aproximados seria o movimento de contestação melhor comparável à Semana Trágica (1919) na Argentina (FAUSTO e DEVOTO, 2004). A greve foi motivada pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores, a “carestia” (nome que se dava à época à inflação) e os baixos salários, a exploração do trabalho infantil e feminino, além de influências externas como a Revolução Russa. De um modo geral, a violência repressora do Estado foi acionada e a imprensa foi omissa em relação aos acontecimentos.

Mas ao longo da década de 1920 observa-se o declínio do movimento operário de matriz anarquista que só ressurgirá após 1930. As razões do declínio foram as pressões dos patrões e do governo (representante do poder das oligarquias), a aprovação de leis para expulsão de estrangeiros acusados de anarquismo, a ação repressora da polícia e a concorrência com o recém criado Partido Comunista. Mesmo considerando o restrito contexto urbano e as idas e vindas no avanço da produção industrial, a formação do operariado gerou movimentos sociais que obtiveram poucos ganhos efetivos para os trabalhadores, mas que evidenciavam os contornos da questão social no Brasil e um certo “modo” de resolvê-la. Como argumenta FERNANDES (1975), a dominação burguesa, em gestação nesse período, não suportou as pressões de diferenciação vindas de baixo e enfrentou-as com o mandonismo, o paternalismo, o ritualismo eleitoral e a manipulação dos movimentos políticos populares. Num segundo momento, pós-30, tais pressões foram enfrentadas “pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo” (FERNANDES, 1975, p. 208)

A atuação do Estado foi pífia e esparsa no que diz respeito à regulamentação do trabalho no período agroexportador e, quando houve alguma medida mais contundente, esta se dirigiu mais ao controle e contenção dos movimentos operários através da força. Em 1907 houve uma regulamentação dos sindicatos, mas foi uma lei que ficou só no papel. Em 1912, houve uma tentativa do tenente Mário Hermes, deputado pela Bahia, de desenhar uma legalização do trabalho através de um congresso reunindo lideranças trabalhadoras sem muito sucesso e representatividade. Vários projetos de lei foram propostos no Congresso desde 1911 com vistas a responder à questão social (os

deputados Nicanor Nascimento, Maurício de Lacerda, Figueiredo Rocha e Maximiliano Figueiredo foram os principais propositores e defensores de tais projetos). Um deles, o Código do Trabalho (1917) foi simplesmente “bombardeado” pelos industriais e do texto original só foi aprovada a indenização por acidentes de trabalho em 1919. Neste mesmo ano, o Brasil ingressa na Organização Internacional do Trabalho – OIT. Em 1921 o Congresso aprovou duas leis que ampliaram o poder repressivo do Estado contra os trabalhadores: “uma delas previa a expulsão dos estrangeiros cuja conduta fosse considerada nociva à ordem pública ou à segurança nacional. A outra regulou o combate ao anarquismo, considerando crime não só a prática de atos violentos como ‘fazer apologia dos delitos praticados contra a organização da sociedade’ ” (FAUSTO, 2009, p. 302). A lei de criação das caixas de aposentadoria e pensão (CAP’s) é de 1923 e ficou conhecida como Lei Eloi Chaves (seu propositor), sendo que a primeira CAP, fundada neste mesmo ano, foi a dos ferroviários e previa ajuda médica, aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio funerário. Já em 1925, foi elaborada uma lei que previa 15 dias de férias para os trabalhadores do comércio e da indústria, mas até 1930 não foi aplicada no âmbito da indústria por pressão dos empresários. Em 1925, foi promulgada uma lei que limitava o trabalho de menores. A reforma da Constituição de 1926 autorizou o Governo Federal a legislar sobre o trabalho e teve por consequência a criação do Instituto de Previdência para os funcionários da União. As elites empresariais, de um modo geral, aproveitavam-se de seus contatos com a burocracia pública para fazer valer seus interesses frente aos da classe trabalhadora, tendo como resultado o adiamento da implementação real de uma política global na área (BOSCHI, 1979, p. 66).

Além das pressões sociais advindas do campo e dos movimentos operários urbanos, começam a ganhar força e expressão mais clara algumas posições mais radicais das classes médias. Os projetos e legislações do trabalho acima mencionados em larga medida têm a ver com uma tomada de posição política da classe média em favor dos direitos dos trabalhadores (SAES, 2006). Dentre estes setores, “o tenentismo é uma forte expressão, embora a pressão civil – relacionada com o sufrágio, os procedimentos eleitorais e a renovação da política econômica – possuísse significado análogo” (FERNANDES, 1975, p. 208). Por último, há que se destacar ainda, já no contexto da década de 20, uma crescente insatisfação por parte da “grande burguesia” – designação que inclui, na análise de FERNANDES (1975), os industriais paulistas e cariocas e as oligarquias tradicionais dos Estados não produtores de café com suas

economias estagnadas. Temos aqui já elencados alguns elementos que enunciam a mudança que ocorreu em 1930, no horizonte mais amplo da grande crise econômica internacional, inaugurando o período de desenvolvimento por substituição de importações.

Antes disso, porém, vale lembrar que até 1930 estamos sob a vigência de um regime internacional que consagra o ordenamento liberal da economia. Três práticas deste período já caracterizam o Estado interventor antes do desenvolvimento por substituição de importações que se delineou a partir de 1930 (JÁUREGUI, 2000). O protecionismo ao comércio exterior, o Convênio de Taubaté (1906) e a criação do Instituto do Café de São Paulo (1924). Tais fatos antecipam o intervencionismo estatal na economia característico do modelo substitutivo e demonstram uma grande capacidade de articulação política e de participação na tecnocracia das elites empresariais brasileiras.

Desde o início do século XX, foram fatos recorrentes as sucessivas baixas nas cotações internacionais dos preços do café, as quais resultavam do incontrolável excesso de oferta do produto. A reação ao problema da superprodução de café traduziu-se na formulação de uma política de valorização que consistia, basicamente, na retirada do mercado de parte da produção, o que iria reduzir a oferta no mercado internacional e garantir o nível de preços e, conseqüentemente, o nível de renda do setor cafeeiro. Inicialmente, São Paulo tenta o financiamento do arranjo por via do governo federal, mas ele se recusou. Elaborou-se então um acordo entre estados (São Paulo, Minas e Rio) firmado no Convênio de Taubaté para realizar tal arranjo com base em empréstimos externos.

Neste processo, é importante frisar que o Estado teve papel fundamental (depois de 1931, a defesa do café fica sob a responsabilidade permanente do poder federal, bem como outros alimentos como o açúcar, o algodão, a erva-mate e o trigo), uma vez que comprava o produto excedente e o revendia quando a situação era mais favorável, ou seja, quando a demanda internacional aumentava ou os preços internacionais se expandiam. Além disso, mostra a força política dos cafeicultores (especialmente daqueles que Fernandes chamou de fazendeiros-homens de negócio) no sentido de nacionalizar os interesses do grupo. Dito de outro modo: os interesses da cafeicultura eram interesses nacionais. Vale lembrar, no entanto, que a política de valorização teve como objetivo maior assegurar a alta rentabilidade do setor cafeeiro de 1906 até 1930 – rendas que ficaram altamente concentradas nas mãos dos “atravessadores”

(exportadores e casas bancárias). No entanto, esta mesma política tinha como efeito colateral o estímulo ainda maior a sua produção, fazendo com que fossem acumulados os problemas para o futuro, ou seja, a política de manutenção dos preços do café fazia com que sua produção se tornasse mais atraente e criasse paulatinamente problemas de excesso de oferta (FURTADO, 2007).

Por outro lado, o setor público não tinha condições para manter esta política de valorização do café indefinidamente, pois tal empreendimento demandava considerável quantidade de recursos financeiros. A solução para tal controvérsia foi a de recorrer aos empréstimos dos credores externos. Estes empréstimos, no entanto, tinham como contrapartida o fato de que os credores obtinham as maiores vantagens na repartição da renda da cultura cafeeira, uma vez que os cafeicultores brasileiros deveriam pagar altos impostos ao governo para saldar seus compromissos externos. Assim, o saldo final deste apelo ao capital externo foi, primeiro, a concretização de uma relação de dependência aos empréstimos estrangeiros e, segundo, tornou o país mais vulnerável às crises internacionais, além de remunerar mais os credores que os produtores de café.

Em seu estudo sobre a indústria na República Velha, DEAN (1977, p. 265) conclui que “a tendência da economia brasileira de substituir importações por manufaturas locais sempre existiu. O declínio do tamanho relativo do setor externo não tem sido constante desde 1930, mas desde a década de 1850. Em todas as décadas, depois de 1880, observamos o desaparecimento de meia dúzia, ou mais de produtos importantes da lista de importação”. Quanto à presença de capital estrangeiro na economia brasileira, FAUSTO (1975) mostra que esta teve um aumento expressivo entre 1880 (38,9 milhões de libras esterlinas) e 1890 (68,7 milhões). Com a estabilidade oferecida pelos sucessivos governos oligárquicos, a presença de capital estrangeiro foi crescente em todo o período, passando a controlar a exportação do café e alguns serviços públicos, bem como ter a posse da quase totalidade da rede ferroviária, dos estabelecimentos bancários e de seguros (DEAN, 1977). Vale dizer que o capital estrangeiro, introduzido por bancos estrangeiros que faziam o papel de intermediários, chegava quase que inteiramente aos imigrantes compatriotas dos gerentes financeiros. Havia ainda as firmas criadas no exterior, especialmente na Europa, para atuarem no Brasil (São Paulo Alpargatas, *The Rio Flour Mills and Granaries Ltd*, *Société des Sucreries Brésilliennes* e *Fiat Lux*) e as transferências informais de recursos de empresas estrangeiras que logo se tornavam sócias comanditárias.

Do ponto de vista da atuação política dos industriais, nota-se num primeiro momento certa debilidade amparada em “acomodamentos” à organização dos proprietários rurais dentro do Partido Republicano, no qual representavam papel secundário. Esse tipo de arranjo foi possível graças à “favorável disposição dos fazendeiros” em relação às suas reivindicações como favores clientelísticos, não obstante demonstrassem também apreensão frente ao enriquecimento dos industriais migrantes (DEAN, 1977). Ao que completa que, “quase todos os empresários industriais por volta de 1914 tinham iniciado as suas carreiras como fazendeiros ou importadores, ou ambos, e geralmente continuavam a administrar fazendas ou a importar mercadorias depois de haverem fundado fábricas” (DEAN, 1977, p. 268). Esse tipo de constatação favoreceu, já no contexto da década de 1930, ou seja, após a Revolução, a idéia de indistinção entre os interesses agrários e industriais no Brasil.

É possível ver movimentos de confronto e movimentos de acomodação entre interesses industriais e interesses agropecuários no decorrer da República Velha. Um ponto de convergência entre ambos foi a política de desvalorização cambial utilizada para proteger os interesses locais no mercado externo. Por outro lado,

o controle do comércio, a campanha protecionista pela proposta de aumentos de tarifas, a pressão pela institucionalização do crédito industrial, as demandas pela radicalização do intervencionismo estatal para amparar os setores produtivos novos, para integrar o mercado interno e defendê-lo contra a concorrência estrangeira representariam não pontos de convergência, porém questões controversas que contraporiam aos interesses da burguesia industrial os diferentes setores ligados à economia exportadora, tanto aqueles vinculados à produção, quanto ao grande comércio. (DINIZ, 1981, pp. 95-96).

A crise política que se assiste nos anos de 1920 e que culminou na Revolução de 1930 é de alguma forma o desmanche do arranjo que acomodava as elites de extração rural e uma nova elite emergente urbano-industrial. No Brasil, isso não significou um movimento de ruptura radical, o que não implica dizer que não houve nenhum tipo de ruptura. FERNANDES (1975) enxerga nesse momento parte de um movimento mais amplo do poder das oligarquias que deram à dominação burguesa no Brasil o conteúdo de *consolidação conservadora*. Segundo o autor, foi a *nova aristocracia* e não os industriais e a classe média urbana quem “comboiou os demais setores das classes

dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como eixo da Revolução Burguesa no Brasil” (FERNANDES, 1975, p. 209). DINIZ (1981, p. 84), ao analisar toda uma literatura histórica e sociológica que busca explicar o tipo de Estado que se estrutura a partir de 1930, constrói a seguinte síntese: “na medida em que o novo regime viabiliza o avanço das forças antioligárquicas, eliminando paralelamente suas correntes mais radicais, (...) viabiliza a mudança sem contestar as bases de sustentação da ordem capitalista em transição”. De acordo com BOSCHI (1979, p. 25), “é sob a égide autoritária de uma coalizão formada pelas elites agrárias, industriais, comerciais e burocráticas que a passagem de uma economia baseada na exportação de bens primários para uma economia centrada na industrialização teve lugar no Brasil. Essa coalizão de elites dirige-se, em última análise, contra as massas urbanas e rurais, apesar do fato daquelas poderem mobilizar o apoio destas”. Finalmente, de acordo com DEAN (1977, p. 282):

Em São Paulo, a cisão produziu uma associação industrial distinta [Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP], pela primeira vez, da associação que reunia firmas comerciais [Associação Comercial de São Paulo – ACSP] e, sem dúvida, influiu na fundação do Partido Democrático, reformista, que se opôs à coalizão dos cafeicultores e industriais. É extremamente significativo o fato de que, à medida que se aproximava o colapso da República Velha, os industriais se alinhassem do lado mais conservador das forças em luta.

De modo sintético, observa-se no período a presença de uma questão social grave (que incluía a negligência em relação aos negros após a abolição e a falta de regulamentação do mercado de trabalho), movimentos populares fracos, ou melhor dizendo, enfraquecidos pela força repressora do poder estatal oligárquico, pela força política das elites e pelo menosprezo da imprensa, bem como de uma ação social impositiva na dimensão estatal, liberal na dimensão empresarial (a pobreza é problema do pobre) bem como esparsa e fragmentada na dimensão associativa.

2.2.2 Modelo de substituição de importações (1930-1980)

Os anos 1930 começam com uma “revolução” que prometeu a renovação política no Brasil. Sob a égide de uma reforma do Estado, Getúlio Vargas buscou criar

uma máquina estatal centralizada (o que se consolidou principalmente por meio da redução do federalismo, ou seja, do poder autônomo dos estados e por um estilo de condução autoritária do processo decisório ao nível do Executivo), promovendo a reorganização da administração pública a fim de que fosse mais eficiente e autônoma em relação às pressões sociais, valorizando assim a tecnocracia como forma de governar. As expectativas de renovação em torno do governo de Vargas estavam presentes nos vários grupos que apoiaram sua chegada ao poder: políticos do próprio sistema oligárquico insatisfeitos com a hegemonia de São Paulo, liberais que queriam uma sociedade mais ativa e participativa nos processos políticos, jovens militares e tenentes que queriam um Brasil novo com Estado forte e os altos círculos oficiais que queriam a preservação das hierarquias e um estado autoritário. Os intelectuais, afora certas notas de pessimismo, também receberam a revolução com uma perspectiva otimista, certos de que ela representaria de fato a abertura de um tempo de mudanças no qual a elite intelectual poderia contribuir mais efetivamente: “liberais, esquerdistas de vários matizes, integristas católicos, autoritários etc., com diferenças entre si, definiam o papel civilizador dessa elite como estrato social capaz de reformular o Estado e impulsionar a formação da nacionalidade” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 243)

Mas, como dito anteriormente, prevalece hoje a interpretação sociológica de que a Revolução de 1930 é um episódio ilustrativo daquilo que Gramsci chamou, em sua análise sobre a modernização da Itália, de “revolução passiva” e “revolução restauração” e que Barrington Moore chamou de “revolução pelo alto” num processo de “modernização conservadora”. Não há um projeto novo, claramente desenhado, que acompanhe a sucessão no poder. Nesta misturam-se tendências políticas distintas que tinham apenas certa consciência da necessidade de instaurar uma modalidade nova de desenvolvimento econômico advinda principalmente em função da crise mundial do modelo liberal. O programa da Aliança Liberal era omissivo em relação a um “programa favorável à mudança da estrutura econômica do país” (DINIZ, 1978, p. 97). Entretanto, ao longo da implantação do novo regime nota-se uma articulação dos interesses industriais de forma mais clara e efetiva – principalmente em comparação com o caso argentino¹⁴.

¹⁴ DULCI (1999, pp. 150-152) divide os estudos sobre empresários no Brasil em duas grandes linhas. A primeira, de “sabor mais clássico”, situada na década de 1950 e primeira metade da década de 1960, coloca os empresários em inquestionável posição de hegemonia na condução da modernização do país, fundamentada em duas antinomias que se cruzam (setores modernizantes vs. setores tradicionais e nação vs. imperialismo). A segunda, que ganha força após 1964, defende que o Estado é que tem hegemonia na

Os empresários não participaram e nem apoiaram a Revolução de 1930 (DINIZ, 2004). Posteriormente, sob a liderança das elites tradicionais paulistas, tomaram parte na Revolução Constitucionalista de 1932, cujo alvo era a destituição de Vargas. O governo federal ganhou a batalha, sufocou a rebelião e convocou eleições. A Constituinte eleita em 1933 era composta por representantes do povo e por representantes de classes, eleitos pelos respectivos sindicatos, tanto do lado dos empresários quanto dos empregados. Em função dessa regra, foram fundados sindicatos de industriais e comerciantes, que se organizaram em federações estaduais e em confederações nacionais. E esses segmentos se mobilizaram, em torno de líderes de classe que passaram a atuar politicamente, tanto na Constituinte quanto nos órgãos legislativos que a sucederam, e mais tarde nos conselhos técnicos governamentais.

A Câmara elaborou a Constituição de 1934 e Getúlio foi eleito indiretamente Presidente do país. Após o levante comunista de 1935, a Constituição praticamente deixou de vigorar e o país caminhou para o fechamento crescente do sistema político, culminando com o golpe de novembro de 1937 que instaurou a ditadura do Estado Novo. Os partidos políticos foram proibidos, instituiu-se a censura à imprensa, as liberdades públicas foram suspensas, as correntes de oposição de todos os matizes foram duramente reprimidas, enfim o poder concentrou-se na Presidência da República e instituiu-se a prática de governar pela via dos decretos-lei.

Assim, se inicialmente os industriais permaneceriam ao lado dos grupos dominantes tradicionais, opondo-se ao novo governo, tanto em 1930 como

modernização, embora não se negue com isso a importância do empresariado como ator político por sua presença na esfera decisória governamental, capacidade de organização, seus valores e formas de atuação. De uma maneira geral, nos ateremos aos autores da segunda linha interpretativa (Florestan Fernandes, 1975; Fernando Henrique Cardoso, 1964; Eli Diniz, 1978; Renato Boschi, 1979; René Dreifuss, 1981) na qual se encontra a discussão basilar sobre empresários no campo das ciências sociais hoje. Estes autores propõem, contra a razão dualista que separa e opõe os papéis do Estado e da Sociedade Civil no processo de mudança, conforme a vertente clássica, uma abordagem integrada das relações entre ambos, enfocando a atuação da burguesia industrial como um ator oriundo da sociedade civil, considerado como sendo de suma importância nas sociedades capitalistas. A análise sociológica calcada no dualismo tendeu a privilegiar a esfera política ou do Estado forte e autônomo como foro privilegiado da mudança, em detrimento de uma sociedade civil supostamente frágil ou fraca como ator político. As explicações nessa linha de argumentação oscilam entre apontar o patrimonialismo do Estado brasileiro ou a ausência de uma revolução burguesa como razões do atraso de nosso capitalismo e do conservadorismo nos nossos processos de mudança. Os autores citados, por seu turno, não negam o papel preponderante que o Estado assume nos países ditos de “desenvolvimento tardio”, mas procuram não comprometer com tal constatação o peso das ações relativamente autônomas de certos grupos sociais, como o dos empresários industriais. Em torno dessa segunda linha interpretativa, notamos uma unanimidade no que se refere ao sentido da mudança promovida pelo empresariado como parte de um processo histórico no qual se vê elementos de modernidade hibridizados a elementos tradicionais resultando em novos cenários político-sociais.

em 1932, num segundo momento, passariam da hostilidade ao apoio. É verdade que nunca houve unanimidade entre os industriais quanto à centralização política então em curso. (...) Porém, a tendência dominante seria a aproximação com o governo federal, representada basicamente pela FIESP, dirigida por Roberto Simonsen, apoiada pela CNI, presidida por Euvaldo Lodi e pela FIMG (Federação Industrial Mineira) dirigida por Américo Gianetti. Principalmente a partir de 1933 (...) a burguesia industrial, através de alguns de seus líderes mais expressivos realizaria um esforço no sentido de assegurar sua participação e influência na formulação da política econômica governamental, verificando-se uma articulação desta elite com os novos grupos detentores do poder (DINIZ, 1981, p. 105)

Mais tarde, como veremos detalhadamente adiante, as expectativas que conduziram à Revolução de 1930 consubstanciaram-se na aprovação expressiva por parte dos industriais da implantação dos chamados Conselhos Técnicos como uma ferramenta eficaz de administração pública, nos quais tiveram ampla penetração e participação. Quiçá, estamos aí diante de uma forma nova de “governo de conciliação”, na qual ocorre a acomodação entre os diferentes atores em confronto, especialmente no âmbito da própria elite econômica que, incapaz de ocupar em bloco o Estado, abre espaço para a consolidação de um Estado forte dentro do qual penetraram os grupos emergentes (os empresários industriais) que mobilizaram seus recursos políticos para criar canais de acesso e influência no âmbito da burocracia estatal. Como destaca DINIZ (1978), a valorização dos conselhos técnicos se fazia presente nos mais distintos atores políticos: o Partido Democrático Paulista, a bancada paulista na Assembléia Constituinte e o tenentismo (por meio do Clube 3 de Outubro).

Se por um lado a necessidade de gerar eficiência administrativa era um contraponto ao modelo oligárquico, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base na acumulação de capital na indústria só viria a se afirmar como hegemônica a partir da década de 1950. Contudo, é importante ressaltar que o programa da Aliança Liberal que conduziu Vargas ao poder tinha um forte conteúdo ligado à solução da questão social, especialmente na regulamentação do trabalho e tal preocupação era um pré-requisito importante para o avanço da industrialização.

Nos anos de 1930, o controle e a participação do Estado na questão social aumentou, principalmente através de leis do trabalho. As políticas sociais do governo de Vargas foram em larga medida inspiradas no positivismo, doutrina com forte presença

no sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul, que serviu de ideário ao PRR – Partido Republicano Riograndense¹⁵, ao qual Vargas pertencia. Há ainda afinidades notadas também com o ideário fascista e a chamada *Carta del Lavoro*, sobretudo no que se refere à organização corporativista dos interesses do capital e do trabalho. Os fatos mais marcantes, nesse sentido, foram a criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio em 1930 (positivamente avaliada pelo operariado e pelos industriais segundo Boschi, 1979) que teve três linhas básicas de atuação: trabalhista, previdenciária e sindical. Nesse marco de atuação, os fatos mais marcantes foram a criação do Departamento Nacional do Trabalho e a decretação da 1ª Lei sobre sindicalização (1931), o decreto regulamentando a jornada de 8 horas (1932), a regulamentação do trabalho feminino, a criação da Carteira do Trabalho e a criação das Comissões e Juntas de Conciliação e Julgamento, a criação do primeiro Instituto de Aposentadoria e Pensão (o dos Marítimos – IAPM), impulsionando o processo de transformação e ampliação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) da década de 20. Em 1934, a Constituição consagrou a competência do Governo para regular as relações de trabalho e determinou a criação do salário mínimo (adotado a partir de 1940). Paralelamente há uma considerável ampliação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Neste período havia 140 CAP's, constituindo um contingente de 200 mil segurados, que foram paulatinamente sendo incorporados aos novos IAP's, até 1953: IAPB (bancários, 1934), IAPC (comerciários, 1934), IAPI (industriários, 1936), IAPTEC (empregados em transporte e cargas, 1938) e IAPASE (servidores do Estado, 1938). Os IAP's concediam benefícios (variáveis entre eles) nas áreas de aposentadoria por invalidez e pensão para todos os dependentes, aposentadoria por tempo de trabalho, auxílio médico hospitalar. Temos ainda a instituição do Imposto Sindical e em 1943, a promulgação do decreto-lei 5452 que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Toda essa regulamentação do mundo do trabalho tinha um conteúdo simbólico

¹⁵ Os principais arautos do positivismo no Rio Grande do Sul foram Júlio de Castilhos e seu sucessor Borges de Medeiros. BOSI (2004) destaca a extensão da influência do positivismo, denominando-a de ideologia gaúcho-platense, reconhecível também nos projetos *colorados* do Uruguai de José Batlle y Ordoñez e no programa *radical* de Hipólito Yrigoyen na Argentina. Vale lembrar ainda que o complemento ao lema positivista “Ordem e Progresso” era “Viver para Outrem” e já por aí é possível observar afinidades eletivas entre a inspiração filosófica da mentalidade de Vargas com certa renúncia de si presente hoje no movimento da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil. O governo de Vargas, imerso nessa mentalidade, provocou uma verdadeira inflexão nos rumos do país em termos de políticas sociais e de aprofundamento do papel do Estado em todos os âmbitos, com maior êxito na estruturação do arcabouço estatal e centralização do poder no executivo e menor êxito na distribuição da renda bem como da contenção e arbitragem equilibrada dos conflitos.

importante no que tange à valorização do trabalhador que deu à questão social um papel destacado por Lícia Valladares da seguinte forma:

A legislação trabalhista , que se instaurou no Brasil a partir da década de 30, de certa forma também iria contribuir para valorizar o exercício do trabalho. Em 1932 fora criada a Carteira de Trabalho e Previdência Social, logo popularizada como ‘carteira profissional’, que iria servir a muitos como cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, além de documentar e registrar a trajetória profissional do trabalhador. Em 1938 foi instituído o salário-mínimo que iria regular o trabalho, estipulando uma remuneração mínima, capaz de atender às necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte de todo trabalhador adulto sem distinção de sexo. Tais medidas oficiais, institucionalizadoras de diferenças já existentes no mercado de trabalho, reafirmariam a separação entre assalariados e não-assalariados, entre empregados de um lado e desempregados e subempregados de outro, valorizando a figura do trabalhador (VALLADARES, 1991, pp. 97-98).

Vale dizer que as políticas sociais do governo de Vargas também foram interpretadas como forma de controle estatal e, pela mediação da burocracia, dos empresários sobre o trabalhador. Para Gomes (citada por PONT, s/d, p. 77), foram os empresários industriais “a fração de classe a enfrentar as demandas de caráter trabalhista do movimento operário e atuar, junto ao Estado, na consecução de uma política de caráter social”. De acordo com BOSCHI (1979), tal enfrentamento foi às vezes omisso, uma vez que a própria formação dos empresários industriais como classe deslocava seus interesses para os assuntos de política econômica, mas também havia certo grau de consciência sobre os efeitos negativos da legislação trabalhista sobre seus interesses e sobre os efeitos positivos do ponto de vista de criar um mercado de trabalho. Dentre as várias análises críticas destacam-se aquelas que atacam diretamente o modelo de contribuição e distribuição dos benefícios. Nessa linha, a ação social consolidada pelo Estado nos anos 1930 seguiu um modelo “bismarkiano” ou “méritocrático-contributivo” ou “meritocrático-particularista”. Isso significou que a proteção do trabalhador estava atrelada à sua capacidade de contribuição ao sistema e, portanto, ao trabalho formal dentro do processo de acumulação. Sendo assim:

Caracterizou-se pela constituição de caixas de seguro social, organizadas por setor econômico, financiadas e geridas por empregados, empregadores e pelo

Estado, as quais visavam proteger os trabalhadores e seus familiares de certos riscos coletivos. Tal modelo desenvolveu-se articulado com um amplo esforço de regulamentação do mundo do trabalho assalariado. Ao lado da implementação da política de proteção social propriamente dita, ou seja, aquelas medidas destinadas a garantir um fluxo de rendas e de serviços àqueles que, participantes do processo produtivo, se encontravam em condições de impossibilidade de trabalho – por motivos de doença, invalidez ou morte –, realizaram-se regulamentações das relações e condições de trabalho. Assim, todo o sistema de aposentadorias e pensões, consubstanciado em um complexo mecanismo de transferências monetárias, deriva de direitos que se fundam no exercício pretérito do trabalho, mais especificamente do emprego assalariado legal (...) (CARDOSO JR. e JACCOUD, 2005, pp. 188-9)

Os mesmos autores acrescentam ainda que as propostas para a população que estava fora do mundo do trabalho legalizado, especialmente os pobres urbanos acenavam com promessas no sentido da incorporação progressiva destes ao mundo do trabalho legalizado no qual alcançariam a proteção do sistema, segundo um entendimento de que a modernização da economia era condição necessária e suficiente para a modernização da sociedade. Tais propostas estavam orientadas pela noção de “gestão filantrópica da pobreza, realizada predominantemente por instituições privadas que contavam com o apoio de financiamento público. De fato, durante o governo Vargas, o Estado começa a organizar sua atuação no campo da assistência social, mas o faz de forma ambígua” (CARDOSO JR. e JACCOUD, 2005, p. 190). Nesse sentido foram criados o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS (1938) com o papel consultivo para avaliar sobre a concessão de subvenções sociais e a Legião Brasileira da Assistência – LBA (1942) com a função de prestar assistência às famílias brasileiras pobres (embora quando de sua criação o serviço fosse exclusivamente voltado para famílias de soldados que foram enviados à Guerra). Ambos sempre contaram com forte presença das elites políticas em sua direção (no caso da LBA, a direção era sempre ocupada pela primeira-dama) e financiamento estatal. Surgem também nesse período as escolas de Serviço Social sob coordenação da Igreja Católica. A maior parte do trabalho de assistência continuava ocorrendo no modelo da filantropia, sobretudo realizada por entidades religiosas (asilos, orfanatos, escolas, creches), mas também por entidades de tipo comunitário (hospitais e Santas Casas). “Ambas as influências – a tradição católica da caridade e o dever moral da filantropia – foram marcantes na conformação de uma

rede de ajuda e de assistência aos pobres, sobre a qual pouco atuavam ações de regulação do Estado e onde não se afirmava a responsabilidade pública” (CARDOSO JR. e JACCOUD, 2005, p. 190). Com isso, se dissipa a representação dominante da pobreza no período oligárquico vinculada à noção de “classes perigosas”, e, nesse contexto, passa a ser gestada a construção de uma nova forma de governabilidade sobre o social, distinta tanto das ações assistenciais privadas, quanto das redes de proteção assentadas nas tutelas de cunho tradicional.

De outro lado, existe um conjunto de críticas dirigidas à maneira como as políticas sociais, concentradas especialmente em torno das legislações trabalhista e sindical, foram elaboradas e implementadas que destacam seu caráter paternalista, avesso à participação das bases da sociedade e com a incorporação dos interesses sem o “devido” conflito de posições ou de interesses¹⁶. As perdas para o processo político democrático se dão, conforme DELGADO (1995, p. 10), porque, não obstante a relevância econômica da produção industrial, ela não gera um contraponto ao Estado populista (ao que acrescentamos: como no passado, no contexto da República Velha, não gerou em relação ao poder das oligarquias tradicionais) no âmbito do executivo e do legislativo. De acordo com SANTOS (1993), na medida em que o problema da participação política no Brasil se resolvia no interior do aparelho burocrático do Estado, mediante a utilização da política social como “mediação e amortecedor” do conflito entre empresários e trabalhadores, verificava-se um divórcio entre o processo político-

¹⁶ PONT (s/d) avaliou essa literatura, dividindo-a em duas vertentes. A primeira reúne aqueles que analisam as políticas trabalhistas de Vargas como uma antecipação às pressões dos movimentos operários que certamente as conseguiriam por “conquista” e não por “concessão”. Em segundo, há um grupo de intelectuais mais contundente que recusa terminantemente a hipótese da concessão (em alguns casos, questionando sua validade). O argumento do autor, seguindo as pistas teórico-empíricas do segundo grupo defende que a ambigüidade foi a marca de Vargas como presidente. Por um lado, pode-se ver a “mão de ferro” que, com a legislação sindical de formato corporativo, resignou, controlou e ordenou a ação política dos trabalhadores e, por consequência, o ambiente social de forma mais ampla. Por outro lado, a legislação trabalhista é uma conquista do poder de pressão social dos trabalhadores (que passam a não estarem sujeitos mais à “lei da fábrica”), embora tenha sido por um lado “outorgada” pelo governo num gesto populista e, por outro lado, sua implementação foi “atrasada” e “reformulada” pelos interesses empresariais aglutinados em suas associações representativas. O empresariado industrial, por sua vez, esteve cioso de que “concessões” e até mesmo “derrotas financeiras” no campo trabalhista eram necessárias para garantir a vitória política, ou seja, a regulamentação no campo econômico necessária ao desenvolvimento da indústria. Como ator político em defesa de seus interesses, o empresariado industrial logrou ganhos no campo sindical na medida em que não arcou com os custos de confronto direto e ostensivo com os trabalhadores e uma liberalidade em termos do controle dos sindicatos patronais (ao que acrescentamos também a possibilidade de formar associações de defesa dos seus interesses paralelamente à estrutura sindical formal numa estrutura dual de representação) que lhes garantiram maior mobilidade e injunção política.

partidário e a dinâmica deste conflito¹⁷. O corporativismo surgido nos anos 1930, como disputa restritiva entre os interesses patronais e dos trabalhadores, marca a gênese de uma estrutura formal de organização dos interesses no Brasil, dentre os quais os interesses patronais, segundo a regulação de uma legislação corporativista¹⁸. “Com esse esquema, o Estado faz a intermediação e controle dos possíveis conflitos de classe. Getúlio Vargas estabeleceu o regime de sindicato único (apenas um sindicato por setor produtivo) que deve ser reconhecido pelo Ministério da Indústria, Trabalho e Comércio.” (CAMPOS e ARROYO, 1998, p. 167)¹⁹. Os sindicatos, as federações e confederações são alimentadas pelo recolhimento obrigatório da contribuição sindical.

Paulatinamente, os setores produtivos emergentes vão consolidando seus interesses em detrimento dos setores agrários tradicionais e assiste-se a um crescimento expressivo da indústria. DINIZ (1981, p. 90) nos dá os dados que caracterizam tal proposição:

(...) quanto ao número de estabelecimentos, do total de 49.418 estabelecimentos industriais existentes por ocasião do censo de 1940, 34.691 tinham sido fundados depois de 1930. A participação da indústria no produto físico global, calculada a preços correntes, aumentou de 21% em 1919 para 43% em 1939, cresceu à taxa anual de 8,4%, enquanto a agricultura cresceu a 2,2%, o que sugere que a atividade industrial substituiu em parte a atividade

¹⁷ A montagem do esquema de organização política corporativista, especialmente no período do Estado Novo (1937-1945), teve sua inspiração no pensamento de Oliveira Vianna que a defendia como possibilidade de promover ao mesmo tempo a descentralização da administração pública através do aperfeiçoamento da burocracia e a responsabilidade do processo sob o poder central. O Estado é o árbitro dos conflitos sociais e como tal, por via das instituições técnicas e da racionalidade burocrática, precisa de autonomia em relação aos interesses envolvidos. A interlocução mais evidente é com o tipo de administração pública na República Velha com a predominância dos interesses exclusivos de uma classe (poder e interesse privado prevalecendo sobre os de caráter público) consubstanciados principalmente num federalismo exacerbado. Por outro lado, na construção intelectual de Vianna que sustentou ideologicamente o Estado Novo, há também uma subvalorização da sociedade civil brasileira que destaca como seu traço constituinte o baixo grau de educação cívica. Assim, vê-se porque o Estado “deve” nessa concepção assumir, ainda que autoritariamente, a arbitragem dos conflitos: de um lado, isso evita a prevalência do poder privado, de classes ou grupos de interesse, por outro maximiza a supremacia do interesse público impossível de ser conquistado por uma sociedade débil (VIANNA, 1938).

¹⁸ Segundo BOSCHI (1979, p. 37), com base na leitura de Schmitter e O’Donnell, há duas formas de corporativismo: societal e estatal. O caso do Brasil enquadra-se no segundo tipo, ou seja, “a iniciativa estatal se impõe como uma forma de se equacionar, através da representação corporativa, os problemas decorrentes da necessidade da incorporação simultânea de diversos setores desorganizados da sociedade no processo político”. O autor destaca, entretanto, que a solução institucional de representação corporativa nem sempre é a única via de acesso ao Estado, podendo combinar-se com relações clientelistas. Em sua reflexão teórica menciona ainda a importância das “não-decisões” (noção que toma de empréstimo de Bacharach e Baratz), ou seja, das questões que não chegam à agenda decisória e da importância dos processos informais paralelamente aos institucionais, embora destaque a dificuldade metodológica de abordagem empírica de fenômenos dessa natureza.

¹⁹ No vulgo, ainda é comum escutar entre certas camadas de trabalhadores a expressão “vou levar o patrão ao ministério”, demonstrando a força dessa associação.

agrícola nesse período. Se considerarmos o período 1933/1939, o ritmo de crescimento industrial foi de 11,2% ao ano.

Desta forma, como reação à crise do setor externo e à deflagração da Segunda Guerra Mundial, apoiada na centralização do poder estatal (a intervenção estatal era aprovada de forma consensual entre as elites industriais²⁰), surgiu com bastante rapidez todo um arcabouço de instituições de regulação e controle das atividades econômicas do país, que serviria de base para a constituição do Estado capitalista no Brasil. Foram criados, portanto, seis órgãos de planejamento com atribuições de alcance nacional: o Departamento de Administrativo do Serviço Público – DASP; o Conselho Federal do Comércio Exterior – CFCE; o Conselho Técnico de Economia e Finanças – CTEF; a Coordenação de Mobilização Econômica – CME; o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC e a Comissão do Planejamento Econômico – CPE. Como resultado prático de intervenção estatal no setor industrial neste período cita-se a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942; a criação do Conselho Nacional do Petróleo – CNP, em 1940; a criação da Companhia Vale Do Rio Doce, em 1943; e a criação da Companhia Nacional de Álcalis, em 1944.

Destaca-se, entretanto, o papel dos Conselhos Técnicos como importantes arenas na gestão dos interesses, não obstante seus formatos fossem diferenciados (admitindo-se ou não a participação de agentes privados diretamente interessados) como também seu poder de decisão (alguns tinham caráter deliberativo outros somente caráter consultivo). DINIZ (1981, p. 110), ao pontuar a enorme influência dos Conselhos Técnicos nas decisões de política econômica juntamente com os institutos, autarquias e interventorias, ressalta que eles foram criados no quadro mais amplo da centralização do poder. Este quadro estava ainda fundamentado na Constituição de 1937 que implantou o regime autoritário e reforçou os poderes do presidente, “conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-leis, ampliando a possibilidade de intervenção do governo federal nos Estados pela reativação das interventorias e abolindo, pelas chamadas disposições finais e transitórias, o Poder Legislativo, aos níveis nacional, estadual e municipal”.

Destacam-se, dentre outros, o Conselho Nacional do Café (1931, a partir de 1933 passa a ser designado Departamento Nacional do Café), o Instituto do Açúcar e do

²⁰ De acordo com BOSCHI (1979, p. 70): “a intervenção estatal é pensada em termos do favorecimento de uma entidade coletiva (a nação), mas na base de uma demanda particularista (os interesses da indústria). Os industriais pretendiam que a intervenção estatal significava, em última análise, a possibilidade de se assegurar o bem estar da classe operária”.

Álcool (1933), o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1937), o Conselho Nacional do Petróleo (1938) e o Conselho de Águas e Energia (1939). Com papéis e perfis diferentes, servindo ora para organizar as disputas regionais ora para defesa diante das pressões dos trabalhadores e principalmente as do próprio Estado, estes conselhos serviram para instrumentalizar, como canais de acesso, a defesa dos interesses dos empresários brasileiros. Foram espaços de circulação de poder através dos quais podiam-se desenvolver recursos – técnicos e de relacionamentos – para fazer valer as demandas e objetivos dos empresários industriais. Diniz (1981) ressalta ainda o seu papel como canais de transferência para a burocracia estatal das divergências existentes entre as elites dominantes.

Na pesquisa de DINIZ (1978) destaca-se como caso paradigmático, no âmbito da atuação política do empresariado no que diz respeito às políticas econômicas, o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), criado com o objetivo de promoção das atividades econômicas dirigidas para exportação e denominado pela autora de “parlamento corporativo”. Sua funcionalidade política, para além dos objetivos técnicos, ficava evidente já em sua composição: era presidido por Sebastião Sampaio (delegado do Itamaraty), Euvaldo Lodi (empresário industrial representante da CIB) e Arthur Torres Filho (delegado da Sociedade Nacional de Agricultura). Juntamente com técnicos da burocracia estatal como o presidente do Banco do Brasil, representantes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Agricultura, além de consultores técnicos. Esse Conselho criou um programa de crescimento econômico negociado entre burocratas e empresários.

Em 1937 se estruturou o Conselho Técnico de Economia e Finanças na esfera de influência do Ministério da Fazenda. A missão deste Conselho era fiscalizar os orçamentos estaduais e municipais, diminuindo fortemente a autonomia e transferindo poder ao Executivo Federal sobre as operações de crédito externo. Deste Conselho participaram empresários como Valentim Bouças, Guilherme Guinle e Horácio Lafer que, naturalmente, representavam a participação privada na administração pública. Em 1942 nasceu a Coordenação de Mobilização Econômica subordinada ao CFCE. Na iminência do fim da Segunda Guerra e já com uma postura de enfrentamento do pós-guerra, foram criados o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC e a Comissão de Planejamento Econômico. O CNPIC foi criado em 1943 frente à necessidade de planejar a política econômica num novo contexto. Representou uma tentativa de aprofundamento da participação da burguesia industrial nos assuntos

econômicos capitaneada por João Daudt de Oliveira, sob esfera de influência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio conduzido por Alexandre Marcondes Filho.

Um exemplo de atuação regional de relevância foi o exercido pelo Conselho de Expansão Econômica – CEE em São Paulo que deixou muito clara a disposição de submeter as associações patronais às suas normas. Contando com uma boa articulação junto ao CFCE e ao CTEF, este conselho tinha bons recursos persuasivos para legitimar funções de caráter público, apropriadas com o apoio e o financiamento do Estado, no sentido de realizar um filtro das demandas sociais por ele coordenadas. Segundo Jáuregui que analisou comparativamente o papel dos Conselhos Técnicos no Brasil e na Argentina

La experiencia en el CEE preparó a las elites paulistas para participar en los consejos técnicos que se formaron a nivel federal como consecuencia del estallido de la guerra y del ingreso del Brasil en el conflicto mundial. La *Comissão de Defesa da Economia Nacional* (CDEN) primero y la *Coordenação de Mobilização Econômica* después encontraron una estructura preparada para agilizarlos y adoptar las medidas por ellos recomendadas, a partir de las cuales se produjo la intervención planificada de la economía. (JÁUREGUI, 2000, p. 69)

O significado mais importante da formação dos Conselhos Técnicos foi a sua constituição como nova modalidade de ligação entre as classes proprietárias e o Estado que representou a eliminação de intermediários políticos – representados pelos interesses agroexportadores – na negociação entre ambos os atores, legitimando a relação direta e neutralizando a pressão de outros setores – principalmente os trabalhadores.

Com o Estado Novo, cristalizava-se um modelo de relação entre burguesia e Estado que, promovendo os Conselhos Técnicos como principais mecanismos de intermediação de interesses e como órgãos de formulação das políticas econômicas governamentais, redefinia, em favor da burguesia industrial, as relações internas ao bloco no poder instituído em 1930. As forças sociais de destaque no sistema de poder que emerge são os militares, a burocracia estatal e os industriais. De qualquer forma, tal arranjo comportava o risco permanente de que a ação do Estado pudesse ser conduzida por móveis estranhos aos interesses dos industriais. Isto ficou evidenciado na

ênfase dada, durante o Estado Novo, à construção das indústrias de base com recursos provenientes na taxação dos "lucros extraordinários". (DELGADO, 1995, p. 9)

Mas ao serem canalizadas dentro do Estado, as demandas resultantes do processo de diversificação econômica, muitas vezes o processo administrativo foi obstaculizado por conflitos interburocráticos e atrasos das decisões, fenômenos ligados à criação de uma rede de relações público-privado que resultou numa maior porosidade estatal frente aos interesses particulares dos empresários. DINIZ (1981, p. 113) lê nesse quadro de configuração dos conselhos técnicos a falta de hierarquia, de coordenação e a superposição de funções em razão da plêiade de interesses presentes na sua constituição que “impediram a formulação de uma diretriz econômica global que permitisse o desenvolvimento equilibrado dos vários setores da economia nacional”.

Vale lembrar, entretanto, que foi no interior desse arcabouço institucional que o setor industrial construiu sua ascensão em relação aos interesses ligados ao café em diversas dimensões da política econômica. Em primeiro lugar, ao romper as relações de dependência com o setor exportador, passou a divergir e a competir na definição das políticas cambial, tarifária e monetária. Em segundo lugar, ao beneficiar-se das transferências de renda oriundas do confisco cambial sobre o café, passou a ter neste último um forte opositor. Por último, fundamentalmente, foi na definição de políticas de gasto público e de crédito que os interesses da indústria se chocaram frontalmente com os do café (PONT, s/d).

DINIZ (2002) ressalta a grande continuidade institucional no período que compreende a vigência do modelo de substituição de importações no Brasil²¹ que tem por características básicas o centralismo estatal, elitismo nas formas dominantes de articulação Estado-sociedade (executivo forte, falta de controle externo, decisão insulada nas cúpulas técnicas), a incorporação de atores estratégicos ao sistema político (subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, classe empresarial dependente do Estado) e o tipo de presidencialismo. A combinação entre corporativismo e intervencionismo, as quais a autora atribui ao autoritarismo como traço marcante da

²¹ A autora admite algumas mudanças parciais e episódicas no comportamento político do empresariado no contexto ainda dos anos 1990 (caso da ABDIB), lembrando que seu interesse de pesquisa vincula-se às políticas econômicas. Só muito recentemente, em artigo publicado em parceria com Bresser Pereira (2009) menciona uma rearticulação do empresariado industrial que teria ficado “perdido” no período da implantação do neoliberalismo. Marcam tal rearticulação o governo Lula (especialmente após a condução da pasta de Economia ter sido assumida por Guido Mantega) e a o papel ativo de organizações empresariais como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, criado em 1989.

(má) distribuição do poder que conduziu à instalação do capitalismo industrial no país, tornou a dependência do Estado um traço constitutivo do empresariado brasileiro.

Mas a parceria entre as forças presentes no aparato do Estado Novo e os industriais muda as suas feições a partir de 1943 com as expectativas do fim da 2ª Guerra. Instala-se no país, em consonância com o que ocorre no resto do mundo, um forte clima anti-autoritário e pró-democrático. Os empresários alinham-se com essa tendência e unem-se às forças que lutam contra a ditadura estadonovista. Mas, na linha de nossa modernização conservadora, isso não representou uma ruptura radical. No período compreendido entre 1943 e meados dos anos 1950 assiste-se a uma disputa hegemônica dos industriais brasileiros para estabelecer o seu projeto de país marcado pelo corporativismo e pela ausência de uma política de redistribuição (Delgado, 1995). Vale notar que, nesse processo, o empresariado:

buscava retirar do Estado o papel de principal articulador do consenso junto aos trabalhadores, via proposta de reforma dos Institutos de Previdência e da constituição do SESI, ao mesmo tempo em que reabilitava o jogo eleitoral e partidário - purgado da presença operária - como um dos mecanismos de intermediação entre burguesia e Estado. Obviamente que o caráter híbrido do arranjo não podia dispensar a preservação daqueles canais, inscritos no próprio aparelho de Estado, que asseguravam um contato direto entre os industriais e os gestores das políticas públicas, quando não eram alardeados como esferas isentas - "técnicas" - da "demagogia dos políticos" (DELGADO, 1995, p. 10).

O resultado é que no Brasil tais entidades empresariais tiveram papel fundamental na configuração da prática e dos projetos dos industriais brasileiros, posto que a indústria ainda não era a principal força econômica do país, nem tinha sido tomada pelo Estado como um projeto. As entidades empresariais serviram assim como “veículo de um projeto de classe que buscava estabelecer a indústria como a ‘redenção da Nação’, numa prática consistente com a condição de uma burguesia criadora e criatura do capitalismo retardatário e dependente no país” (DELGADO, 1995, p. 5).

Com o colapso da economia exportadora, nos anos 30, a burguesia industrial emerge como portadora de um projeto que associava a industrialização à construção da Nação". É a imagem do atraso que articula as várias dimensões deste discurso. O atraso faz com que os industriais proponham e aceitem a presença do Estado e do capital estrangeiro na aceleração do processo de

acumulação industrial, apenas qualificando os limites de um e de outro, seja através da noção de "ação supletiva" do Estado, seja buscando estabelecer normas que regulassem a entrada do investimento estrangeiro que pudesse estabelecer concorrência com os capitais - **de origem brasileira ou não** - já instalados no país. Da mesma forma, em nome do "atraso", vetava-se qualquer ação redistributiva por parte do Estado. (DELGADO, 1995, p. 8)

Nesse sentido, MARTINS (1968) chama a atenção para os limites que a aplicação do modelo *schumpeteriano* de liderança empresarial teve nos países em vias de desenvolvimento posto que as "novas combinações" – difusão de um novo bem ou de uma nova qualidade do bem; novo método de produção; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de suprimento; e execução de uma nova sistemática de organização interna – que o seu modelo pressupõe exigem uma coincidência entre a problemática das empresas isoladas com a problemática do desenvolvimento do país. Embora o autor destaque que a tendência nos países periféricos seja a de "divórcio" entre a racionalidade privada e a racionalidade social (o qual ele ressalta como gravíssimo, por exemplo, no período de crise do modelo substitutivo a partir dos anos 1960), esse ponto parece-nos central na análise do fenômeno da RSE no Brasil como disputa hegemônica do empresariado por um projeto de nação (lembrando que o sentido de disputa hegemônica é aquele apontado por Gramsci e reinterpretado por Laclau e Mouffe, portanto, abrange a possibilidade de múltiplos projetos no campo advindos do mesmo ator, o empresariado, embora não identificado univocamente na categoria classe). A agenda de problemas que o movimento em torno do tema propõe – a criação de uma sociedade mais justa (sem pobreza e sem violência), a preocupação com a preservação do meio-ambiente, a geração de capital social e de bem-estar para todos os envolvidos no processo produtivo da empresa – sugerem afinidades com os grandes problemas coletivos nacionais.

No Brasil, além da coincidência entre os problemas da empresa e os problemas do desenvolvimento do país ocorrer necessariamente com a mediação da esfera governamental e não diretamente entre negócio da empresa e problemas nacionais, não são os problemas nacionais que são considerados em primeiro lugar, mas os interesses privados do setor industrial. CARDOSO (1964), ao analisar teoricamente o papel do empreendedor dentro do horizonte mais amplo da noção de dependência de nosso capitalismo, conclui que a inovação política no âmbito das sociedades anônimas se dá através dos dirigentes que detêm a posição dominante "que se localiza na intersecção

entre a empresa (ou a organização) e as demais instituições sociais com que ela interage, como o Estado, o sistema financeiro, os Partidos, as outras Empresas, os Sindicatos, as Federações de industriais etc” (CARDOSO, 1964, p. 27). Tudo isso porque economia e política são “faces solidárias de um mesmo sistema de vida” (CARDOSO, 1964, p. 39). No caso do Brasil, o autor afirma que a amplitude do controle do Estado sobre a economia e sua atuação como agente empresarial tornam discutível a própria caracterização de nossa economia como sendo de “livre empresa”.

Prova substantiva da forma como se deu a associação entre nação e indústria como forma de promoção de um projeto hegemônico das elites empresariais no que tange a um projeto para o país por elas imaginado com a mediação do Estado, foi a criação do Sistema S²². No início da década de 40, mais especificamente em 1942, esta iniciativa empresarial sugere, segundo nossa hipótese central, algumas afinidades com o atual esforço de promoção de práticas de Responsabilidade Social no Brasil, embora o conceito e as práticas disseminados atualmente por algumas associações se associem mais de perto ao modelo *schumpeteriano*, ou seja, prescindindo da mediação do Estado, como veremos nos capítulos empíricos. O Sistema S é um conjunto de organizações criadas e dirigidas por entidades corporativas dos empresários voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. O Sistema S, inicialmente voltado para educação profissional na indústria e no comércio, foi idealizado por líderes empresariais – Euvaldo Lodi da Confederação Nacional da Indústria e Roberto Simonsen da Federação das Indústrias de São Paulo – com o objetivo de fomentar a transformação do Brasil, um país ainda agrário, num país efetivamente industrial. Esses líderes idealizaram um projeto e o apresentaram ao então presidente da república, Getúlio Vargas, com base num mecanismo de “auto-tributação”, ou seja, um sistema de contribuições compulsórias incidentes nas folhas de pagamento dos trabalhadores pelas empresas financiaria programas educacionais altamente comprometidos com a meta de industrialização do país, sob a liderança administrativa e estratégica dos empresários.

²² A recente polêmica suscitada em torno de uma possível reforma no Sistema S proposta pelo Ministério da Educação demonstra a importância dessa instituição até os dias de hoje, bem como coloca em evidências os antagonismos presentes no campo de forças que estamos buscando delinear em torno à questão social entre agentes privados – empresários e suas corporações, especialmente as que estão ligadas ao Sistema S – e o Estado – representado pelo executivo federal, o Ministério da Educação. Para uma visão dessa polêmica, ver debate realizado pela Folha de São Paulo com a presença do Ministro da Educação, Fernando Haddad, e do presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u402662.shtml> acesso em 21/12/2008). O embate terminou num acordo entre governo e confederações patronais.

Roberto Simonsen (citado por DINIZ, 1978, p. 260) defendia a tese de que um mercado pouco expressivo “constituía o principal entrave para o progresso do país e que o grande problema nacional era o subconsumo e não a ‘vida cara’ como queriam os adversários da indústria”. Tal qual a oligarquia agroexportadora fizera com êxito durante décadas conseguindo disseminar a idéia muito particular de que o Brasil era um país “essencialmente agrícola” e que os interesses do setor cafeeiro eram interesses nacionais, o empresariado industrial afirmou, na disputa hegemônica, a visão de que o objetivo da industrialização era do interesse de todos. Dito de outro modo: o interesse da indústria é o interesse nacional. Para tanto era preciso consolidar a disciplina e a formação técnica para o trabalho, entendida como requisito fundamental para a superação da questão social, bem como a intervenção estatal de forma organizada para dar à indústria nacional condições de crescimento. O desenvolvimento da indústria é pré-requisito fundamental para o desenvolvimento da nação.

Temos então que, se por um lado, o último período de governo de Getúlio Vargas instaurou uma política social com base na legislação do trabalho, por outro, incorporou os interesses das elites industriais emergentes no âmbito dos Conselhos Técnicos.

Nos anos que englobam o período 1946-1964 temos o primeiro grande interregno democrático da história da república até então com os governos presidenciais de Eurico Dutra (1946-1951), a volta de Getúlio Vargas (1951-1954) e a presidência de seu vice Café Filho quando de seu suicídio (1954-1955), o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961) e de Jânio Quadros-João Goulart (1961-1964). Destacamos pelo menos dois fatos marcantes no início deste período: no cenário internacional, o fim da segunda guerra mundial e a vitória das potências democráticas, e, internamente, o fim da primeira era Vargas e a redemocratização do país após o longo período da ditadura estadonovista. Em relação a este último ponto Diniz (1981) sustenta que os cafeicultores paulistas e seus ataques ao controle do Estado centralizador sobre a economia – tendo como horizonte prático a política federal do café que lhes retirou o poder que tinham na vigência do modelo agroexportador e oligárquico – coadunou-se com a reivindicação de democracia.

No Brasil, durante a Segunda Guerra as importações ficaram restritas, uma vez que a produção dos países envolvidos no conflito foi direcionada para o setor bélico, o que proporcionou um acentuado acúmulo de divisas estrangeiras. Terminada a guerra, porém, imediatamente ocorreu a expansão das importações motivadas pelos anos em

que esta demanda esteve reprimida. Isto fez com que as reservas de divisas estrangeiras acumuladas durante o conflito fossem gastas nas importações. No entanto, no governo provisório que sucedeu Getúlio Vargas tais importações foram direcionadas para a reestruturação da indústria nacional, dando o impulso para uma nova etapa de crescimento industrial e de desenvolvimento para a economia brasileira. Data desta época, a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC); a adoção do liberalismo cambial, que após seu fracasso é substituído por uma política de controle das importações e de câmbio fixo; o estabelecimento de um sistema por parte da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil que priorizou as importações de equipamentos e matérias-primas para a indústria e a criação do sistema de leilões de câmbio. Verificou-se que a taxa média anual de crescimento do produto interno, que durante a segunda guerra foi de 4,7%, nos cinco anos seguintes subiu para 7,3%, manteve-se ainda em um nível elevado de 5,7%, entre 1951 e 1955. O produto *per capita* também apresentou um crescimento de 3,5% entre os anos de 1946-1955. Verificou-se que o crescimento médio anual da produção industrial, que no período da Segunda Guerra foi de 6,2%, nos dez anos seguintes aumentou para 8,5% (dados de fontes diversas citados por PEREIRA, 1985). Além da economia de divisas, esse período de prosperidade pode ser creditado também à valorização internacional do café e ao crescimento industrial com o papel assumido pelo Estado, cabendo destacar a criação da Petrobrás, em 1953, e o fortalecimento da indústria pesada no Brasil (por exemplo, a indústria química cresceu no período 608%, motivada pela produção da Petrobrás).

No governo de JK, sob forte influência de um clima internacional que favorecia o planejamento econômico (o grande êxito do planejamento soviético e do intervencionismo inaugurado nos EUA com o *New Deal* e a visão econômica de *Keynes* consubstanciados na América Latina pelas idéias disseminadas via CEPAL e no Brasil pelo ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros), a substituição de importações passa a ser fundamentalmente induzida pelo Estado, num processo que a justificava por meio de uma ideologia nacional-desenvolvimentista. O Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE, criado em 1952, foi a principal entidade a cargo da formulação e instrumentação do Plano de Metas.

A situação da economia brasileira no início de 1956 apresentava um quadro de desequilíbrios, o que impunha muita cautela na condução da política econômica. Entretanto, os desequilíbrios existentes não inibiram a formulação de um programa que,

além de propor investimentos que implicavam vigorosa elevação dos gastos do setor público, postulava um substancial avanço na industrialização. Houve uma “sugestão” por parte do FMI de que o país fizesse uma opção contracionista consubstanciada numa política de estabilidade. Entretanto, o governo optou pela expansão industrial e propôs o Plano de Metas²³. Como resultado, o Plano de Metas gerou um crescimento médio anual do PIB de 6%, sendo o crescimento industrial de 11%. Estas taxas foram resultado da política econômica de substituição de importações induzida pelo Estado sob a égide do chamado desenvolvimentismo e pelo afluxo de capitais externos que beneficiou o crescimento da economia brasileira. A política desenvolvimentista também agiu no sentido de dinamizar o setor industrial privado nacional, através de incentivos fiscais e concessão de crédito subsidiado. O capital privado nacional recebeu um volume considerável de incentivos para atuar na indústria de bens de capital e nos setores fornecedores das empresas transnacionais, citando-se, por exemplo, o caso da indústria automobilística transnacional. Também ficaram ao encargo do capital privado nacional os setores não manufatureiros, como o da construção pesada. Além disso, o capital privado nacional se viu beneficiado da expansão da demanda derivada por bens de consumo não duráveis.

Além do apoio ao capital privado, o Estado aprofundou seu caráter empresarial. Dentre suas principais atividades, merecem destaque especial a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional e a criação de mais três companhias produtoras de aço, bem como a expansão da Petrobrás e do setor estatal de produção elétrica. Para completar o “tripé” (Estado, capital privado nacional e capital estrangeiro) coube às empresas transnacionais a implantação no país de indústrias que exigissem maior complexidade tecnológica e possibilitasse um considerável volume de economia de divisas internamente. Desta maneira, surgiram no Brasil a partir da utilização do investimento direto do capital estrangeiro, a indústria automobilística, a indústria naval, e a indústria de mecânica pesada. A indústria automobilística impactou diretamente o crescimento industrial e do produto, gerou economia de divisas, aumentou o nível de

²³ As metas perseguidas pelo plano podem ser classificadas em quatro grandes grupos, a saber: as inversões diretas do governo no sistema de transporte e geração de energia; a ampliação e instalação de setores produtores intermediários, sobretudo a siderurgia; a instalação das indústrias produtoras de bens de capital; e, finalmente, a meta da construção da nova sede administrativa do país. Como principal característica do Plano de Metas cita-se o fato de que foi um projeto nacional de industrialização ancorado pelo Estado, tendo como pilar de sustentação o setor de bens de consumo duráveis, principalmente por parte da indústria automobilística, que saiu praticamente de um nível de produção zero em 1955 para uma produção de 133.078 veículos, em 1960 (PEREIRA, 1985).

emprego e também impulsionou o aumento da capacidade instalada de uma série de indústrias a montante da economia, como o setor de autopeças, a indústria de base, além do setor de comércio dos veículos produzidos.

Como resultado final, ainda que a estrutura industrial depois do plano apresentasse falhas, verificou-se que o Brasil da década de 1960 podia ser considerado como um país industrial²⁴. Porém, o desenvolvimento da indústria fundamentado no setor de bens duráveis, representado principalmente pela indústria automobilística, não trouxe somente benefícios para o país, pois resultou em uma série de conseqüências contraditórias e negativas. Dentre estas se destacam: a concentração industrial, devido à elevada escala de produção exigida por estes setores; concentração de renda, uma vez que este setor é intensivo em capital e não gera muitos empregos, além de criar uma disparidade entre os salários pagos aos trabalhadores destes setores e os trabalhadores ligados aos setores tradicionais da economia. Além disso, o fato do setor industrial ter se constituído por inúmeras filiais de empresas multinacionais, gerou problemas para o balanço de pagamentos devido à considerável quantidade de importações demandadas por estas empresas e de suas remessas de lucros para o exterior.

A criação de grupos executivos com representantes do governo e dos empresários, para organizar, incentivar e acompanhar a implementação das diferentes metas setoriais ampliou os canais de acesso das elites empresariais às instâncias decisórias. De fato, através dos Grupos Executivos setoriais, o Estado utilizou todos os instrumentos ao seu alcance para regular o processo de entrada, divisão do mercado e integração vertical, buscando proteger e garantir a posição dos empresários nacionais. Assim, o capital nacional era amparado pelo Estado para que conseguisse protagonismo tanto nos setores onde não atuava o capital estrangeiro através de mecanismos de privilégio e onde o capital nacional já se constituísse de forma tradicional através de mecanismos de proteção (PONT, s/d).

Os interesses industriais e os da nação foram vinculados exclusivamente ao crescimento econômico e o capital estrangeiro é visto como um parceiro estratégico importante para fazer com que ele aconteça. Desde o início da década de 1950 até a

²⁴ Sikkink (1993) destaca que os êxitos alcançados pelo Plano de Metas executado pela burocracia estatal naquele período não se explicam por uma passagem do clientelismo à meritocracia. Ela foi, a um só tempo, mais clientelista e mais meritocrática que a burocracia argentina, objeto de comparação no estudo. Na visão da autora, “la diferencia esencial entre ambos estados fue la existencia en Brasil de un pequeño sector ‘aislado’, al que Kubitschek recurrió para formular y poner en práctica los lineamientos fundamentales de su política económica. (...) En Argentina no existió una burocracia de esta índole; por ello, mientras que Kubitschek pudo aprovechar y ampliar las instituciones estatales existentes, Frondizi debió tratar de sortear la burocracia para formular e instrumentar sus políticas” (SIKKINK, 1993: 545)

chegada de JK ao poder, vários foram os apelos empresariais solicitando a abertura da economia para a entrada do capital estrangeiro, especialmente sob a forma de financiamentos à indústria nacional, mas também sob a forma de investimentos diretos, pressionando o Estado a mostrar que o país tinha estabilidade e condições favoráveis a oferecer²⁵. A defesa contra o comunismo e a possibilidade de assegurar o poderio norte-americano na América Latina foram argumentos fortemente utilizados pelos empresários junto ao governo dos Estados Unidos com circulação aberta na imprensa e nos circuitos fechados dos congressos empresariais. A resposta do governo foi a instrução 113 da SUMOC que criava condições favoráveis à realização de investimento estrangeiro no país, por meio da concessão de licença, sem cobertura cambial, para a importação de maquinaria para empresas estrangeiras associadas a empresas nacionais.

Não obstante, a relação entre capital nacional e Estado ainda era ambígua. A iniciativa privada acreditava no valor do planejamento como estímulo às suas atividades e ao desenvolvimento da nação, reconhecendo, inclusive, que o governo deveria atuar em determinadas funções e atividades econômicas, mas negava-lhe o direito de exercer controles sobre a empresa privada ao mesmo tempo em que desconfiava de sua capacidade de operar como empresário produtivo. Mas, a presença do Estado na economia não era vista como algo que, em si, fosse estranha ou indesejável. Muitos por a julgarem uma obrigação do Estado, procuravam interferir em suas diretrizes, pelas relações pessoais com os governantes ou através das associações de defesa dos seus interesses. Cardoso (1964) destaca, por exemplo, dentre os tipos de administradores profissionais presentes nos cargos de direção das grandes empresas nacionais que são maciçamente ocupados pelos próprios fundadores ou membros de suas famílias, a presença de diretores-funcionários incumbidos da política de relações da empresa com o governo e a comunidade. Na pesquisa que realizou no início da década de 1960, tal presença ocorria no caso de grupos proprietários compostos por estrangeiros sem vínculos locais ou de famílias que exclusivamente dedicam-se ao trabalho produtivo. Estas empresas “designam diretores recrutados entre ‘políticos’ ou antigos altos funcionários estatais que têm facilidade de acesso aos meios oficiais” (CARDOSO,

²⁵ Há farta documentação destes apelos em Boschi (1979, pp. 80-90) que estudou, neste período, o chamado Fórum Roberto Simonsen criado em 1955 pela CNI, a revista Pensamento da Indústria editada pela FIESP, a 1ª e a 2ª Conferência Nacional das Classes Produtoras – CONCLAP, o 1º e 2º Encontro Geral da Indústria e a Conferência Internacional sobre Investimentos, bem como as atividades da ABDIB, representando núcleos alternativos de debate e expressão da sociedade civil (no caso, os empresários) dentro e fora do aparelho do Estado. O autor mostra como as reivindicações do setor industrial vão tornando-se cada vez mais precisos em relação à forma de participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

1964: 117)²⁶. Na década seguinte, Cardoso (1975) desenvolve a noção de anéis burocráticos para dar contornos às relações entre Estado e sociedade. Eles representam os laços clientelísticos entre um conjunto de agências da estrutura burocrática e a iniciativa privada traduzindo interesses desta em políticas. Os interesses privados influem a burocracia pública de variadas maneiras: desde a simples formação da opinião dos que decidem até a influência direta sobre a formulação de políticas específicas, muitas vezes dando caráter essencialmente técnico a decisões que envolvem disputa de interesses bem como a polivalência dos líderes empresariais no sentido de ocuparem cargos públicos e na iniciativa privada alternadamente.

Do ponto de vista da questão social nas décadas de 1950 e 1960, a consolidação de uma sociedade urbano-industrial pôde ser consubstanciada na aceleração e fragmentação do processo de urbanização, na estrutura dos empregos e nos deslocamentos populacionais intra e inter estaduais. Esses processos trazem como principal conseqüência o agravamento geral das condições de vida nas cidades, decorrente da incapacidade de se suprirem as necessidades básicas de uma população cada vez maior. A pobreza urbana ganha outro enfoque nesse contexto, mostrando a penetração dos diagnósticos cepalinos não somente no campo econômico. A figura do trabalhador pobre típico era a do biscateiro que não conseguia se estabelecer numa profissão regular e não tinha qualquer especialização, optava na maioria das vezes por fazer pequenos “bicos”, pequenas tarefas para fregueses ocasionais. Essa nova visão

²⁶ A pesquisa de Cardoso (1964), que tem como horizonte mais amplo a noção de capitalismo dependente, aponta como tendências da burguesia industrial brasileira, a presença de empresas clônicas e a persistência dos padrões tradicionais de controle da empresa por meio dos seguintes indicadores: confiança/lealdade formam o critério máximo de nomeação/contratação de diretores e de sucessores, o mercado acanhado é um empecilho tanto à expansão dos negócios (pela falta de confiança a quem entregar os novos negócios da empresa) quanto à racionalização dos processos, problemas são enfrentados com base na sensibilidade econômica. O desafio empresarial brasileiro, nesse sentido, é fazer com que aceitem novos objetivos econômicos no processo de obtenção do lucro e que sejam permeáveis a formas mais adequadas de organização administrativa para operar em função dos objetivos econômicos do desenvolvimento. A solução dos problemas da empresa não se dá pela decisão de melhoria do padrão técnico e na previsão de expansão dos negócios no longo prazo. Por outro lado, caracteriza o empresariado como sendo fraco politicamente dependente dos “favores governamentais”, tanto na condução das políticas industriais quanto na condução das políticas macroeconômicas, além de depender também dos bancos oficiais para fazer novos investimentos. Há muitos méritos no trabalho de Cardoso, sendo o principal, em nossa avaliação, o fato de reconhecer que nosso “atraso” é parte integrante da história contemporânea do capital e de seus “avanços”. Entretanto, Boschi (1979, p. 155) sintetiza uma crítica ao seu trabalho a qual ratificamos: “o quadro dos empresários locais resultante dessas análises acabou retratando uma versão subdesenvolvida do capitalista ideal”. O problema político subjacente seria então, como desdobramento necessário, ter uma Revolução Burguesa totalmente acabada, realizada com base nos elementos ideológicos certos por atores *conscientes de e coesos em relação* a seus interesses de classe. O que enseja um raciocínio normativo e recai sobre o fundamento do pensamento dualista de uma dominação monolítica do empresariado.

traz pelo menos três diferenças significativas em relação àquela predominante na virada do século.

De acordo com Valladares (1991), a primeira diz respeito à relativização de que a pobreza é de responsabilidade individual e que pobres eram os indivíduos que não responderam ao “chamado do trabalho”. Os fatores estruturais são reconhecidos então como determinantes do problema, cabendo à sociedade o dever de ajudá-lo a escapar. Por outro lado, toda a literatura cepalina e outras visões econômicas deste momento falam de uma massa de trabalhadores não incorporada por uma economia incapaz de crescer suficientemente para absorvê-los. A teoria da marginalidade social (população marginal significa um exército de reserva no processo de acumulação capitalista) abre espaço para a concepção de que os pobres são “massa dos excluídos”, “marginalizados”, “colocados na periferia do sistema econômico com o direito de participação restrito, quando muito, à situação do subemprego” (VALLADARES, 1991, p. 98). Em segundo lugar, destaca-se a visão positiva do trabalho e do assalariamento pois parece finalmente removido o fantasma da escravidão e implantada a expectativa de mobilidade. O desejo de inserção no processo produtivo motivou crescentes ondas migratórias internas (entre regiões do país e do campo para a cidade) com o abandono de padrões de vida comunitários e tradicionais. De forma complementar, o novo pobre urbano passa a ser sinônimo de favelado.

Progressivamente, a partir dos anos 60, a noção de pobreza vai sendo substituída pelos conceitos de “população de baixa renda” ou “carente”. Há a integração do critério renda na definição da pobreza. Essa denominação vem dos aparatos tecnoburocráticos da recém instalada capital federal que começa a elaborar programas de atendimento à população pobre. “A nova terminologia, importada do Banco Mundial e de organismos internacionais que exportam políticas sociais nas áreas de educação, saúde e habitação principalmente, traz como novidade a introdução da variável renda na definição da pobreza. A idéia era a de, usando deste artifício, melhor orientar a alocação dos recursos governamentais, a partir da definição de linhas de pobreza e de critérios de elegibilidade” (VALLADARES, 1991, pp. 99-100). O salário mínimo torna-se um parâmetro importante de definição dos critérios e linha de pobreza.

Fora do âmbito tecnoburocrático, a pobreza ganha traços e matizes antes não levados em consideração, embora permaneçam as oposições usadas em períodos anteriores (trabalhador x vadio, empregado x subempregado, assalariado x não-assalariado), mas agora revestidas de nuances que permitem vislumbrar a

heterogeneidade da pobreza: “o que interessa é identificar quem tem ou não tem capacidade de satisfazer suas necessidades básicas dentro de padrões de consumo que podem variar entre famílias e indivíduos. Quem tem ou não tem renda para adquirir no mercado bens e serviços essenciais a um mínimo de bem-estar” (VALLADARES, 1991, p. 101). Ganha força então dentro de vários setores das elites a idéia de que a solução para os problemas sociais (especialmente os conflitos entre capital e trabalho) deviam vir do desenvolvimento econômico via a entrada do país numa era de capitalismo avançado (nem subcapitalismo, nem socialismo). Nos círculos intelectuais, de acordo com Boschi (1979, pp. 80-81):

É interessante observar que, enquanto na década de 30 a solução do “Estado forte” era pensada como forma de superar os conflitos decorrentes da incorporação dos setores “atrasados” da sociedade, na década de 50 essa questão é colocada em plano secundário, como se a estabilidade temporária e a natureza aberta do sistema político tivessem, por assim dizer, levado os intelectuais a supor que os principais conflitos já tinham sido contornados, possibilitando, portanto, uma ênfase no desenvolvimento econômico.

Após o governo de JK, o Brasil conheceu um período de franca desaceleração de seu desenvolvimento, recorrente em toda a América Latina. A “irreversibilidade” do desenvolvimento, apregoada pelos desenvolvimentistas, via-se em xeque. A taxa média anual de crescimento do PIB entre 1962-1966 foi de 2,6% ao ano, muito inferior aos 6,7% do quinquênio anterior, além de redução da mão-de-obra empregada na ordem de 3% ao ano e decréscimo acentuado nos ajustes dos salários (MARTINS, 1968). Tivemos também a emergência de um governo de extração populista com a posse de Jango, mas que possibilitou a mobilização e a organização de movimentos populares e operários com clamores por maior participação política e ampliação dos seus direitos, bloqueando ou, no mínimo, dificultando o avanço dos interesses empresariais dentro do arcabouço institucional do Estado. Além disso, o debate sobre a presença do capital estrangeiro na economia aparece também bastante fortalecido nas formulações da esquerda (tanto na noção de “burguesia nacional” quanto na de luta do país contra o imperialismo). Tal situação não foi vivida com tranqüilidade. Ao contrário, impulsionou um período de instabilidade política e social, o qual, como reação, culminou no golpe militar de 1964 – que não sem razão, foi chamado de insurreição militar-empresarial

(DREIFUSS, 1981). Ou como instalação de um Estado Burocrático Autoritário – BA, conforme a formulação de O’Donnell (1990)²⁷.

A instabilidade foi antecedida primeiramente, pela renúncia do presidente Jânio Quadros, no sétimo mês de seu governo e, posteriormente, com a conturbada posse de João Goulart. O governo de Goulart, marcado pela experimentação social e realinhamentos democráticos em larga escala causou grande inquietação no empresariado. Boschi (1979, p. 89) chama atenção para o fato de que, “no que concerne aos empresários, é possível observar uma mudança no conteúdo das discussões acerca do nacionalismo, de uma preocupação com o papel adequado do capital estrangeiro no modelo econômico para uma discussão em torno da questão da segurança nacional”. Nesse mesmo sentido, a intervenção estatal é enfatizada como absolutamente necessária para a contenção dos conflitos sociais, mas criticada em relação ao controle sobre a área trabalhista (aumentos de salários, por exemplo, foram considerados como sendo de responsabilidade individual e não coletiva a serem resolvidos no âmbito da fábrica). As implicações negativas da legislação trabalhista e a ameaça comunista foram também objeto de discussões dos empresários nesse início da década de 1960. Os empresários caminharam assim para um afastamento das idéias de nacionalismo e desenvolvimento para alinharem-se com os militares e apoiarem o golpe. De acordo com Boschi (1979, p. 92), “embora seja difícil avaliar quão conscientes os empresários industriais se encontravam no que diz respeito a uma solução institucional do tipo do golpe militar de 1964, o fato é que, dois anos antes desse evento, a opinião da elite estava se formando em termos de idéias que claramente levavam a esta alternativa”.

O período foi marcado pelo bipartidarismo representado pela oposição entre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido que representava a chamada “oposição consentida”. Os militares estavam divididos em duas grandes linhas: o grupo chamado “*sorbonnards*” (em alusão à Sorbonne Francesa por ser formado por integrantes oriundos da Escola Superior de Guerra) e a chamada “linha dura”. Os primeiros eram liberais conservadores e defendiam uma democracia “purificada”, ou seja, sem corrupção, pelegos sindicais e populistas. Já a segunda defendia um regime autoritário

²⁷ Os longos 21 anos de ditadura militar tiveram como presidentes os generais Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Figueiredo (1979-1985). Nesse período, embora Dreifuss aponte a necessidade de um estudo comparativo para chegar a essa afirmação, constitui-se o BA no Brasil que, mais que um tipo de estado, caracteriza um tipo de regime circunscrito a alguns países e a um momento histórico. Fausto e Devoto (2004) ressaltam que no contexto latinoamericano, Argentina e Brasil são casos típicos de instituição de regimes deste tipo.

para por fim à desordem social, à corrupção e à ameaça do comunismo bem como o modelo de substituição de importações estendido às indústrias de base com forte intervenção estatal (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Sem falar dos nefastos efeitos do ponto de vista político, social e humanitário que o regime ditatorial impôs, a condução da política econômica a partir de então foi consolidada no Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG sob a direção dos ministros Roberto Campos (Planejamento) e Octávio Gouveia de Bulhões (Fazenda) tinha por finalidade a estabilização monetária e a introdução de algumas reformas estruturais. De acordo com Fausto e Devoto (2004, p. 403)

As medidas destinadas à estabilização economia e as reformas de ordem estrutural – na área tributária e financeira principalmente – criaram as bases para o crescimento acelerado que surgiria no período subsequente – o período do chamado milagre econômico brasileiro [1969-1973]. Essas medidas, acompanhadas de uma nova legislação mais propícia ao ingresso de capitais estrangeiros, inauguraram as primeiras tentativas de maior abertura e novas formas de inserção do Brasil no sistema econômico internacional – processo que iria percorrer um longo caminho.

No que se refere à atuação política do empresariado, para além do corporativismo formal, principalmente a partir da década de 60, observa-se uma diversificação das associações setoriais (da indústria especialmente) com organizações civis que buscavam dar maior representatividade ao empresariado. Boschi (1979) associa estas mudanças à impossibilidade de manter uma política de clientela via legislativo, aplicando-se especialmente aos setores mais dinâmicos que buscam então canais alternativos de acesso ao Estado. Sua pesquisa destaca, através de depoimentos de grandes empresários brasileiros, que no período de ditadura o acesso ao executivo (especialmente os ministros) era fácil, mas não havia certeza quanto à efetividade das reivindicações em termos de tomada de decisão. Por outro lado, o acesso aos Conselhos Técnicos, especialmente os de decisão econômica, se restringe e o empresariado considera que suas demandas, canalizadas pelas associações de interesse, são ouvidas em caráter meramente formalista, sem implicações práticas. Segundo Campos e Arroyo (1998, p. 168)

O crescimento industrial trouxe a diversificação dos interesses empresariais, com demandas específicas dependentes do tamanho da empresa, do tipo de bem produzido e da matéria prima utilizada – o padrão de representação formal não dava mais conta da defesa desse universo mais complexo. A representação segmenta-se para atender as variadas necessidades e as associações setoriais passam a operar de forma paralela ao esquema corporativo oficial, aprofundando o processo de diferenciação do empresariado. Essas associações foram as que mantiveram um canal mais aberto de influência junto ao Estado na implantação do regime autoritário. Instalou-se assim, um esquema dúplice: enquanto as associações civis perseguiram metas pontuais, a estrutura sindical estava mais voltada para questões legais. A indústria procurava resguardar cada vez mais sua atuação, com a criação desses canais adicionais, que poderiam permitir uma atenuação na rigidez determinada pelo princípio corporativo do monopólio da representação.

De acordo com Diniz e Boschi (2004, pp. 37-38), ao longo da industrialização substitutiva, “os governos militares acentuaram o modelo estatista, expandindo a máquina burocrática, aprofundando a penetração do Estado no setor produtivo e, sobretudo, reforçando o processo de privatização da esfera pública”. A coalizão de poder implantou um novo e derradeiro momento do modelo econômico voltado para a industrialização e substituição de importações, calcado no tripé empresa nacional privada, empresa estatal e empresa estrangeira. O II Plano Nacional de Desenvolvimento lançado no governo do General Geisel é um momento claro disso bem como da mudança do papel do Estado que deixa de ser um coordenador das relações no âmbito do tripé para assumir o papel de comando dos grandes investimentos em insumos básicos e absorver a maior parte dos recursos externos captados para esse fim (Fausto e Devoto, 2004).

Do ponto de vista da questão social, o abuso de poder, a falta de liberdade de expressão e a violação dos direitos humanos pelos militares foram a tônica no período. A reação da Igreja Católica, tanto via Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB quanto dos teólogos da libertação mais radicais, foi a criação de uma rede de apoio aos cidadãos e incentivo às associações civis. Esse fenômeno foi muito importante para a criação de bases tanto para a reinstalação do estado democrático quanto para o desenvolvimento do assim chamado terceiro setor moderno, inclusive das

organizações filantrópicas²⁸. As atuações de figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, e Dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, e de frades dominicanos são exemplares e foram decisivas na denúncia à violência, ajuda aos perseguidos políticos e pressões sobre o governo.

O rendimento médio dos brasileiros aumentou no período do “milagre” (1968-1973) e o crescimento do PIB foi de 8,4% ao ano, incluindo aumentos de salário em alguns setores como gerentes e operários qualificados da área industrial. A pobreza foi reduzida, mas a desigualdade aumentou e as condições de vida nas grandes cidades pioraram com o inchaço das periferias, o que justificou a famosa frase de Médici: “a economia vai bem, mas o povo vai mal” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, pp. 422-423). Mas, por mais paradoxal que possa parecer, os militares não foram totalmente omissos em relação às políticas sociais. Deve-se lembrar ainda que foi em 1971 que o regime autoritário deu um passo importante para a universalização da proteção social com a instituição do FUNRURAL (lembrando que o Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 1963 já previa a implementação da previdência) que destinava uma pequena pensão aos trabalhadores rurais que estavam fora do sistema de contribuições previdenciárias (uma garantia de renda mínima no sentido atual do termo).

Numa análise mais geral das políticas sociais do período militar, Cardoso Jr e Jaccoud (2005, p. 192) anotam que:

A retração econômica observada a partir da segunda metade dos anos 1970 ampliou, durante a década de 1980, a percepção de que a expansão da proteção aos riscos sociais desenhada pela política previdenciária assentava-se em um processo de expansão do assalariamento que já encontrava seus limites. A inclusão dos trabalhadores ligados ao setor informal da economia e daqueles vinculados à economia familiar urbana e rural permanecia como um desafio para uma política de proteção social ainda largamente fundamentada no princípio do seguro social e majoritariamente financiada por contribuições sociais. Para manter-se coerente com os princípios contributivos que a sustentavam, a Previdência Social oscilava entre a concessão de benefícios de valores extremamente baixos e a simples não-cobertura. Ao lado do

²⁸ De acordo com Fausto e Devoto (2004, p. 447), tal postura da Igreja Católica representou uma inflexão que, “na sua dimensão ecumênica, tem como marco de referência o Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII e aberto em Roma, em outubro de 1962. Entre outros pontos, o Concílio enfatizou a busca da justiça social e a afirmação dos direitos humanos, abrindo caminho, no que diz respeito à Igreja latino-americana, para a ‘opção preferencial pelos pobres’ e o desenvolvimento da chamada Teologia da Libertação. Um marco decisivo nesse sentido foi a reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), que se realizou em Medellín, 1968”.

reconhecimento dos limites da política previdenciária, consolidou-se ainda a interpretação de que tanto a regulação da pobreza pela filantropia, como sua superação via desenvolvimento econômico, eram insuficientes para responder a um fenômeno que passava a ser caracterizado no debate nacional como estrutural. Abria-se o terreno então para que a pobreza passasse a ser focalizada como tema próprio e prioritário da ação social do Estado.

A persistência de uma questão social grave, embora minimizada em alguns casos e controlada por ações estatais, deve-se principalmente à falta de mecanismos distributivos mais efetivos. Por um lado, se os problemas da pobreza foram combatidos com integração dos trabalhadores formais aos sistemas de proteção social e, por outro lado, se o custo de vida foi reduzido e o acesso aos bens de consumo foi ampliado com políticas econômicas favoráveis à indústria nacional, não se verificou um passo maior no sentido de romper com a grande fratura que reinstala a realidade dos “dois brasis”.

2.2.3 Modelo de economia aberta (1980-atual)

No Brasil, a mudança do modelo substitutivo para um modelo de economia aberta começa a consolidar-se já no contexto da ditadura militar, caracterizando-se um sistema econômico baseado na junção entre internacionalização e expansão das atividades produtivas do Estado. De acordo com Sérgio Birchal (2002, p. 129):

Em meados da década de 1960, o governo Castelo Branco tentou diminuir a presença do setor estatal na economia, pois as empresas estatais eram identificadas como as responsáveis do déficit do setor público. No entanto, por volta do início da década de 1970, as empresas estatais, criadas duas décadas antes, chegavam à maturidade, consolidando suas posições em várias indústrias de base e diversificando para novas áreas, como a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce, no período de 1968 a 1974.

Ainda segundo o mesmo autor, num segundo momento o que aconteceu foi um alinhamento entre a estratégia militar de centralização política e econômica com a maior presença de estatais. Além da Petrobrás e da Vale o autor menciona ainda a CSN, a Embraer, a Embratel, a Telebrás e a Siderbrás, além das companhias de produção e distribuição de eletricidade todas localizadas em setores nos quais preços e lucros eram baixos e os riscos eram altos não atraindo o investimento do setor privado. Tais

investimentos garantem uma presença do capital nacional (estatal e privado, mas principalmente do primeiro) preponderante na economia brasileira em relação ao capital estrangeiro no período que compreende os anos de 1976 a 1984. De 1985 a 1991, a participação do capital estrangeiro se recupera levemente, saltando de 28,5% para 31%, a participação do capital estatal decresce de 30,8% para 26,6% e a do capital privado nacional mantém-se em torno de 42% (BIRCHAL, 2002).

É no contexto dos anos 1990, marcado pela abertura dos mercados, por políticas de estabilização e por uma adequação dos aparatos reguladores do Estado às exigências do mercado frente à promessa de que seu poder auto-regulador proporcionaria uma distribuição da renda mais racional, que a abertura da economia brasileira se consolida. A reorganização do Estado significou a apologia à privatização de empresas estatais, à redução do setor público e da máquina estatal de um modo geral. No âmbito industrial, tal processo foi vivenciado como um momento de aumento da competitividade e a conseqüente necessidade de melhoria da qualidade da produção através de programas de modernização e especialização, bem como de redução das resistências contra a exportação²⁹. Este movimento foi, no entanto, acompanhado por outro: o fenômeno da “desnacionalização” das empresas brasileiras com o avanço da presença de capital estrangeiro em nossa economia.

A Constituição de 1988 é a grande referência para entender o período histórico que passa a se configurar a partir de então. Do ponto de vista econômico, em 1989 o BNDES apresenta um documento intitulado “Integração Competitiva: uma nova estratégia para a industrialização brasileira”³⁰ na reunião da *United Nations Industrial Development Organization* – UNIDO, representando uma espécie de contraponto ao texto constitucional que, nos aspectos econômicos, é bastante fiel ao passado nacionalista do modelo substitutivo. Tal conceito norteou um amplo planejamento sobre a inserção da economia brasileira na ordem globalizada que então ia se constituindo, sem negar as vocações tradicionais da economia brasileira e buscando romper dicotomias tais como “mercado interno X mercado externo”, “vantagens comparativas X apoio à indústria nacional”, “privatização X estatização”. Para tanto, o documento ressalta a necessidade de que tal visão seja implementada num processo

²⁹ “Um estudo da McKinsey estima que o crescimento da produtividade no Brasil em oito setores estudados (automobilístico, alimentos processados, telecomunicações, bancos de varejo, transporte aéreo, siderurgia, varejo de alimentos e construção residencial) variou, no período de 1991-95, entre 3 e 17%, conforme o setor” (Birchal, 2002: 133).

³⁰Disponível em http://docs.google.com/Doc?id=dcxtfjb_1399cmt53rfb Acesso em 21/11/2008.

democraticamente apoiado pela sociedade ao mesmo tempo em que ressalta como pré-condição de êxito a responsabilidade dos países desenvolvidos, especialmente dos EUA, de não recorrer ao recrudescimento tarifário ou a políticas fiscais ou monetárias que coloquem os países em desenvolvimento em desvantagem.

Do ponto de vista da questão social, a Constituição de 1988, que representou a face mais acabada institucionalmente de um Estado de Bem-Estar no Brasil (Fagnani, 1988, p. 574). Sendo assim, o texto constitucional aproximou-se mais das reivindicações da esquerda, do movimento sindical e de certos grupos técnicos do que do perfil conservador da Assembléia que o criou. CARDOSO JR. e JACCOUD (2005, p. 182), destacam que dentre os avanços da Constituição de 1988 na determinação da responsabilidade estatal em função da necessidade de proteção social dos cidadãos, pode-se destacar: *i*) a instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social, articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde; *ii*) o reconhecimento da obrigação do Estado em prestar de forma universal, pública e gratuita, atendimento na área de saúde em todos os níveis de complexidade; para tanto, o texto constitucional prevê a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão descentralizada e participativa; *iii*) o reconhecimento da assistência social como política pública, garantindo direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas, e direito a uma renda de solidariedade por parte de idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza; *iv*) o reconhecimento do direito à aposentadoria não integralmente contributiva (ou seja, parcialmente ancorada em uma transferência de solidariedade) dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar; e *v*) o reconhecimento do seguro-desemprego como direito social do trabalhador a uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego.

Do ponto de vista da diversificação da atuação coletiva do empresariado, o período da Constituinte é bom para observar alguns pontos relevantes porque várias organizações surgiram com vistas a combater os interesses das forças populares representadas na Assembléia Nacional Constituinte. Podemos citar, de acordo com o estudo de Gros (2004) a União Brasileira de Empresários – UBE, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE e os Institutos Liberais.

A instância constituinte no final dos anos de 1980 estabeleceu-se, assim, como um desafio e uma oportunidade para a convergência de frações do empresariado brasileiro rumo a um projeto neoliberal, confrontado com seus opositores – Partido dos Trabalhadores (PT), movimento sindical,

burocracias e elites militares e civil desenvolvimentistas e estatistas. Ainda que os empresários tenham tido êxito quanto à definição de direitos e regras essenciais para a economia de mercado, o nacionalismo e os princípios estatistas também obtiveram vitórias, em especial no que se refere a definições que afetam as atividades do capital estrangeiro no país, assim como o movimento de trabalhadores, que conseguiu aprovar algumas de suas principais demandas. Como muitas dessas conquistas ficaram para ser reguladas posteriormente pela legislação ordinária, como é o caso da legislação trabalhista e previdenciária, descortinou-se na década de 1990 um cenário de luta por um projeto hegemônico da burguesia, em contraposição a outros projetos e propostas relativos à linha mais adequada para o desenvolvimento do país. (GROS, 2004, pp.143-144)

Além dos avanços constitucionais, alguns outros eventos no decorrer da década de 1990 revelam a face de um Brasil bastante diferente em relação a períodos anteriores. Cardoso Jr. e Jaccoud (2005, p. 195) lembram que “ao lado do processo de reorganização do Estado brasileiro que deriva das determinações da Carta Constitucional, novos fatores atuam no sentido da construção de uma outra institucionalidade no campo das políticas sociais. Destaca-se o fato da agenda de reformas sociais ter sido renovada durante a década de 1990, seja em decorrência das restrições econômicas do período e sua conseqüente limitação orçamentária, seja ainda por influência de uma nova vertente no debate, a qual reivindica a necessidade de priorizar o combate à pobreza”. Destacam-se ainda, dentre outros fatores indicativos de uma reconfiguração social pós-redemocratização, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro (1992), que funcionou como catalisadora para a consolidação de redes como a ABONG – Associação Brasileira de ONGs, enquanto a Campanha Nacional de Combate à Fome marcou o primeiro esforço de coordenação e integração de esforços da sociedade civil por uma causa pública. Do ponto de vista estatal, a Primeira Dama, Rosane Collor, era responsável pela administração de uma das principais organizações filantrópicas, a LBA, que também foi envolvida nos escândalos de corrupção que levaram ao impedimento do presidente.

Com a abertura da economia no governo de Collor de Melo (1990-1992) marcada pela abertura comercial – com a suspensão das barreiras tarifárias às compras do exterior, um programa de redução progressiva das tarifas de importação, do programa de desregulamentação das atividades econômicas concretizam-se assim as

maiores ações estatais em consonância com as propostas do Consenso de Washington com o objetivo de recuperar as finanças públicas e reduzir o papel do Estado na economia. Os objetivos de controle econômico pretendidos pelo governo não foram alcançados e a inflação, que foi reduzida artificialmente através do enxugamento arbitrário da moeda corrente no mercado, volta a crescer. A concepção minimalista de Estado orientou a reforma administrativa, a criação de um Super Ministério da Economia e a criação de Câmaras Setoriais com padrão tripartite de negociação com a participação da burocracia estatal, de representantes empresariais e de lideranças sindicais (neocorporativismo para alguns autores, visão combatida por Eli Diniz que as considera como caso de exceção). A estratégia nacional-desenvolvimentista é amplamente combatida, privilegiando nitidamente os interesses do capital financeiro, sendo aquela identificada ao atraso, o populismo e a alta inflação (PEREIRA e DINIZ, 2009).

Mas as promessas de modernização do país trazidas por Collor traduziram-se num primeiro momento num plano heterodoxo de combate à inflação que, dentre outras coisas, propôs o confisco da poupança e de aplicações privadas. Mais tarde, o governo vive uma grande crise motivada por denúncias de corrupção as quais resultam em investigação parlamentar que apuram irregularidade na conduta do presidente. A juventude se mobiliza por meio do movimento “carapintadas” e a opinião pública passa a pressionar pela saída de Collor. Frente às evidências e à movimentação popular, o congresso propõe e consegue o *impeachment* do presidente. Seu vice, Itamar Franco, assume a presidência e um dos pontos de destaque em seu governo foi a criação do Plano Real proposto pelo seu ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o qual viria a ser seu sucessor na presidência a partir de 1995, reelegendo-se em 1998.

No momento em que Fernando Henrique Cardoso assume o governo federal, uma espécie de consenso entre economistas e governantes quanto aos fundamentos econômicos dos países chamados emergentes se estabelece e incluía a estabilidade da moeda, abertura das fronteiras ao comércio internacional, equilíbrio fiscal, redução da inflação e mudança no papel do Estado, cuja intervenção na economia e assistencialismo teria gerado uma crise de grandes proporções. (FAUSTO e DEVOTO, 2004). Nessa mesma linha de raciocínio seu governo acentuou a tendência neoliberal com as privatizações de empresas estatais. Além disso, no período compreendido entre 1992 e 2002, a instabilidade do contexto internacional marcada por sucessivas crises – a crise mexicana do fim de 1994, a crise asiática de 1997 e a moratória da Rússia, de

agosto de 1998 – também foi importante para a caracterização da interdependência das economias no cenário internacional. Em todas as situações críticas, o Brasil perdeu grande quantidade de reservas internacionais e o governo reagiu de forma similar: manteve a estabilidade da moeda, elevando drasticamente os juros para restringir a atividade econômica interna e a pressão inflacionária.

Diniz e Boschi (2004) sustentam a tese de que há uma forte permanência do corporativismo tradicional, aquele que foi criado no contexto do Estado Novo. Segundo os autores, “em um contexto fortemente marcado pelo cenário de desconstrução do Estado desenvolvimentista, as estratégias, o próprio padrão de atuação do empresariado e as novas conformações da estrutura de representação dos seus interesses ocorrem sob os efeitos do arcabouço institucional corporativo e das sucessivas mudanças nele introduzidas pelos próprios empresários” (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 34). Sendo assim, se por um lado, os anos 80 e a liberalização econômica representam uma inflexão em práticas que se fundaram nos anos 1930 com o modelo substitutivo, por outro lado, não oportunizaram a redefinição institucional no país para o avanço democrático. Ao contrário, as novas agências sugerem, sob nova roupagem, a tradição de reforma pelo alto, o ajuste da sociedade real a um conjunto ideal de instituições e o aprisionamento da sociedade civil pelo Estado³¹. No que se refere especificamente à atuação dos empresários, o argumento central dos autores é de que:

O empresariado brasileiro, tendo se constituído à sombra do Estado, não foi o porta-voz de uma ideologia liberal *stricto sensu*, sendo suas manifestações de favorecimento a um regime político aberto e competitivo sobredeterminadas por alterações relativas nos espaços estrategicamente ocupados perante o Estado. A adoção de uma postura favorável à democracia como aspecto de um ideário liberal mais estruturado só vai ganhar forma com a própria mudança de rumo na política econômica em uma direção pró-mercado (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 32)

Nessa chave de leitura, a diversificação das entidades de representação empresarial após a redemocratização é vista como um sintoma de dispersão e setorização dos interesses sem a conseqüente criação de uma representação unívoca com alto poder de agregação do empresariado. “Além dos sindicatos e associações,

³¹ No equilíbrio dos três poderes tal combinação de idéias resultou no fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo. Na Argentina, tal desequilíbrio foi reforçado pelo mecanismo institucional dos decretos de necessidade e urgência e no Brasil dos decretos-lei e das medidas provisórias.

criaram-se novas organizações, justapostas às antigas, que representaram canais adicionais de participação, tornando ainda mais complexa a estrutura dual de representação historicamente consolidada. Entre estas novas organizações, cabe destacar o IEDI, o PNBE e os Institutos Liberais, notadamente os do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo” (DINIZ, 2002: 70).

Ainda no governo de Collor de Melo algumas mudanças institucionais, importantes sob o ponto de vista da rearticulação da sociedade civil ocorreram. Entre elas, a descentralização da decisão sobre políticas locais de educação, transporte, saúde e meio ambiente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13.07.1990), o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11.09.1990), a Lei Rouanet (Lei 8.313, de 23.12.1991), de incentivo à cultura. Nessa mesma linha de regulamentação, mas já no início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, surge a Lei das OSCIP (Lei 9.790, de 23.03.1999), que criou a figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (dados retirados de VENTURA, 2005).

Nos dois governos de Fernando Henrique (1994-2002), destaca-se ainda a criação do programa “Mãos à Obra Brasil” (1994), que tentou reorganizar a parceria entre Estado e Sociedade, com o objetivo de reduzir a desigualdade social, implicando também crescimento do chamado Terceiro Setor no Brasil (CAPPELLIN e GIULIANI, 2002). Do ponto de vista empresarial, inspirados pelo modelo norte-americano, as empresas se engajaram nesta nova política, aumentando o número de fundações ou ONGs associadas a projetos na esfera social. Ao mesmo tempo, muitas ONGs intensificaram suas parcerias com o governo e agências públicas. Colocam-se efetivamente em prática as idéias de parcerias entre as três diferentes esferas – Estado, Mercado e Sociedade Civil. O programa Comunidade Solidária, capitaneado por Ruth Cardoso, é outro exemplo bem sucedido de ativação da sociedade em prol da construção do bem-estar social que selou uma inflexão nos antigos moldes assistencialistas vinculados à LBA.

Em termos de políticas sociais, os passos mais decisivos para retirar a assistência do Estado do lugar moral do “fazer o bem” calcado nas noções de filantropia, caridade, bondade e bem-estar foram a criação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993) e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. A assistência, ao menos do ponto de vista de sua regulação, passa a ser então modelada como política pública e parte integrante da seguridade social com o objetivo de afiançar direitos e cidadania. Há que mencionar-se também as primeiras iniciativas em termos de transferência direta de

renda pelo Estado como os programas Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Renda e Auxílio Gás (que foram reunidos, reorganizados e ampliados em 2003 pelo Programa Bolsa Família).

As mudanças no perfil da População Economicamente Ativa – PEA e a urbanização acelerada acompanhada da chamada “explosão da periferia” marcam uma nova territorialidade da pobreza como ator político importante no cenário da redemocratização. Assim, nos anos 1990, a pobreza passa a ser representada pelo conceito de exclusão social. Cardoso Jr. e Jaccoud (2005, p. 192) analisam da seguinte forma a relação entre exclusão e democratização:

Sob o impacto da luta pela ampliação da democracia, a questão da pobreza ganharia uma dimensão central. A reconstrução da cidadania pressupunha a afirmação da igualdade de todos os cidadãos no que se refere à participação política face a qual se ancoraria a própria legitimidade do Estado. Ao mesmo tempo, recuperam-se os ideais universalistas como norteadores da ação pública no campo da proteção do cidadão, seja no âmbito dos direitos civis, seja no dos direitos sociais. Estruturada na afirmação da igualdade, a democracia pressupõe o reconhecimento do cidadão, independentemente de sua condição socioeconômica. Conforme já formulou Procacci (1993), o debate social em torno da pobreza está no coração da democracia porque ali os pobres não podem não ser iguais.

Vale lembrar que o Brasil é um país rico e populoso, mas é também um lugar com uma distribuição de renda extremamente desigual e uma dívida social histórica de grande vulto. Por isso, uma das principais conseqüências da nova carta constitucional e do contexto político e social dos anos 1980 e 1990 foi a elevação do *status* da gestão da pobreza ao patamar de principal foco (senão o único) das políticas públicas de proteção social (JACCOUD JR e CARDOSO, 2005). Há duas grandes visões que amparam a conformação desse momento: o assalariamento deixa definitivamente de ser o fundamento do acesso e o mercado passa a ser visto como a alternativa de acesso ao bem-estar social à parte majoritária da população através da geração de trabalho e renda.

A ação social empresarial no Brasil experimentou um crescimento desde o fim da ditadura militar em 1985. Agüero (2005) destaca que antes mesmo da abertura, o afastamento de líderes empresariais do regime militar nos seus últimos estágios propiciou uma aproximação com a sociedade civil. Isso promoveu o surgimento de novos agentes sociais, inclusive homens e mulheres de negócios que começaram a se

engajar em áreas tão diversas quanto meio ambiente e direitos das crianças e dos adolescentes e, de maneira mais ampla, na rearticulação da sociedade civil como foi o caso do Movimento pelas Diretas e a Campanha contra a Fome. Com a estabilidade econômica e as instituições democráticas plenamente restituídas, as ações sociais privadas tanto no âmbito empresarial como no setor sem fins lucrativos floresceram. O setor sem fins lucrativos no Brasil tem aproximadamente 276.000, sendo que as organizações de defesa de direitos quadruplicaram entre 1996 e 2002 (IBGE/IPEA/ABONG/GIFE, 2004). A partir dos 1990 o interesse demonstrado por empresários no campo social ganha um novo fôlego com a institucionalização de entidades promotoras de formas e procedimentos para a realização de ações sociais por empresas, a exemplo do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE em 1995, do prêmio ECO (Prêmio de Contribuição Empresarial à Comunidade) da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM-SP³² e, muito especialmente, pela criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em 1998. A predominância do setor empresarial e a liderança dos empresários conformando uma espécie de “movimento” são características essenciais do caso brasileiro. Entender melhor como se estruturaram os discursos e as práticas das entidades promotoras do tema no Brasil é a tarefa que nos propomos como objeto de estudo no capítulo 5, tendo como horizonte mais amplo as relações históricas descortinadas aqui.

³² Um dos estudos pioneiros sobre responsabilidade social empresarial no campo das ciências sociais foi a pesquisa de Paula e Rohden (1998) que será discutido mais à frente.

CAPÍTULO 3

Elites Empresariais e o campo da questão social na Argentina em perspectiva histórica, 1880-2001

3.1 Brevíssima nota sobre a questão social na Argentina colonial

Relativamente à questão social na Argentina, vale dizer que no período colonial há todo um quadro que a emoldura e que teve amplos reflexos sobre o período posterior, quando a modernização capitalista se instaura. É por ele que gostaríamos de começar. De forma sucinta Andrés Thompson (1995), a partir da perspectiva histórica, defende que a atuação de entidades privadas sem fins de lucro e com objetivos sociais é antiga na Argentina, intervindo na estruturação de políticas sociais bem como em função de interesses políticos específicos frente aos poderes públicos. “En torno de estas organizaciones se fueron nucleando diferentes sectores de la sociedad argentina que respondían a variados intereses y se configuraron ideologías de la acción social que se superpusieron, mezclaron ya hasta modelaron la intervención social del Estado. Así configuró un rico tejido institucional de la sociedad civil marcado por la heterogeneidad y la diversidad y, por lo tanto, de contradicciones y ambivalencias” (THOMPSON, 1995, p. 20). No período do Vice-Reinado Espanhol (1776-1810), enquanto o Estado colonial cuidava das questões sanitárias, a Igreja Católica, especialmente através do clero regular, realizava a chamada assistência social caritativa.

Mas, além deste trabalho, existiam instituições que, ainda que sob a sombra da igreja, tinham aspectos mais independentes e incluíam a participação de leigos. As chamadas “capellanías” eram doações em dinheiro ou bens de origem privada a uma instituição eclesiástica em troca de um número determinado de celebrações de missas de acordo com o montante doado. Eram também chamadas de “memorias de missa” ou “legados pios”. As “cofradrías” eram grupos de fiéis que auxiliavam os padres no provimento de recursos para os cultos, com aprovação da autoridade eclesiástica responsável. Já as “hermandades” eram associações baseadas na igualdade e auxílio mútuo que tinham finalidades piedosas ligadas geralmente à provisão de socorros ou

enterros. Dentre as últimas, há que se destacar o papel da *Hermandad de la Santa Caridad* fundada em 1727. O fator que lhe confere maior importância histórica é que ela foi definida como um dos três pilares sobre os quais estava assentado o modelo assistencial espanhol, junto com o Estado que cuidava das questões de saneamento e a *Congregación Bethlemita de los Hermanos Hospitalarios* (PASSANANTE, 1987). Além disso, foi agente de um conflito importante por atuar contrariamente aos interesses da Igreja. Consta que os párocos protestaram junto à autoridade eclesiástica contra as ações da irmandade porque, ao enterrar gratuitamente a pobres e réus executados, estava prejudicando os ganhos curiais (CAMPETELLA y BOMBAL, 2000: 32). A partir do momento em que a proibição da realização de enterros foi outorgada, essa irmandade dedicou-se aos serviços médico-assistenciais, sendo responsável pela criação de várias instituições beneficentes, tais como: o *Hospital de Mujeres*, a *Casa de Huerfanos* e a *Casa de Niños Expósitos*, (CAMPETELLA y BOMBAL, 2000: 31-32).

Do período anterior ao vice-reinado, conhecido como “*gobernación del Río de La Plata*” (1617-1770) provêm as primeiras fundações, criadas por congregações religiosas e dedicadas ao desenvolvimento da educação, como é o caso da Universidad Real y Pontificia de Córdoba del Tucumán, fundada duas vezes pelo jesuíta Bispo Trejo y Sanabria em 1613 através da doação dos fundos necessários à implementação da universidade e em 1614 em seu testamento. De acordo com Thompson (1995, p. 22), “ésta fue la primera universidad en estas tierras de la Compañía de Jesús y la piedra basal del despliegue de sus obras fundacionales, particularmente en el ámbito educativo e cultural”. Todas essas instituições, criadas através da ação direta ou indireta da Igreja Católica, supunham a existência de ações e doações realizadas por cidadãos privados. Mas as doações não eram um privilégio exclusivo da Igreja nessa época, uma vez que o Estado colonial também as recebia. De acordo Campetella y Bombal (2000, p. 32), “en 1611 se produjo la primera donación de un bien raiz con fines caritativos en la ciudad de Buenos Aires, cuando un vecino cedió un solar de su propiedad para la construcción de un Hospital por parte del Ayuntamiento y El Cabildo”. Para além de um maior detalhamento através de dados históricos, vale destacar que já nessa época se constitui uma espécie de modelo fundador da forma de participação privada nas questões sociais: através da ação de frades que pediam esmolas e da conseqüente caridade privada (leiga

ou não), os religiosos fundaram várias obras de assistência social, especialmente nos campos da educação e da saúde. De acordo com Thompson (1995, p. 23): “Esas primeras ‘asociaciones voluntarias’, por lo tanto, mezclaron lo público con lo privado, lo confesional con lo civil, la provisión de servicios con la explotación y el control social del Estado colonial, aunque frecuentemente escaparon a su control, entablando-se disputas por competencias, territorios y sujetos de la ayuda”. Podemos perceber como já naquele momento se desenha um ambiente de combate em torno da ação social que serve para constituir uma (in)definição de fronteiras entre público e privado em torno da qual os atores vão defendendo seus interesses e se afirmando no espaço público.

No âmbito da iniciativa privada propriamente dito, é importante destacar o papel dos chamados “criadores da nacionalidade” (Cocca citado por THOMPSON, 1995, p. 24): Manuel Belgrano e José de San Martín. O primeiro, tendo recebido sua formação acadêmica na Europa, tinha uma idéia de que a educação no seu país era extremamente deficitária. Belgrano foi um promotor da educação através do empenho na fundação de instituições de ensino especiais – tais como desenho e matemática – além de ter impulsionado a abertura de quatro escolas primárias e, através da doação de seus livros, a fundação da Biblioteca Pública de Buenos Aires. Os impulsos filantrópicos de San Martín, por sua vez, foram realmente fundadores da participação privada em ações de caráter público. Ele doou todos os recursos financeiros conquistados por seus empreendimentos libertadores à fundação de bibliotecas e de um hospital. “Entre sus creaciones figuran la Biblioteca Nacional de Chile, la fundación del Hospital de Mujeres de Mendoza, la Biblioteca Nacional de Peru (a la cual donó gran parte de su propia biblioteca) y la biblioteca pública de Mendoza, con el remanente de lo que no donó a Lima” (THOMPSON, 1995, p. 24).

3.2 Atuação política do empresariado argentino, Estado e associativismo no campo da questão social

3.2.1 Modelo agro-exportador (1880-1930)

O perfil mais liberal do Estado e do empresariado argentino – especialmente tomando-se o caso brasileiro como horizonte de comparação – começa a formar-se antes mesmo da consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico agroexportador. Dois pontos reforçam essa idéia. Em primeiro lugar, a proto burguesia argentina, logo após o processo de independência, concentrava seus interesses em ser intermediária entre os centros capitalistas de além-mar e as províncias do interior, acabar com as tarifas aduaneiras internas e estabelecer o livre trânsito de mercadorias. Buenos Aires era o grande ponto de intermediação entre as duas realidades, além de monopolizar os recursos gerados por impostos e taxas de exportação, os quais não queria compartilhar com as demais províncias dentro de um processo de nacionalização. Em segundo lugar, os comerciantes e primeiros empresários de Buenos Aires enfrentaram muitas dificuldades para construir um Estado sob sua hegemonia tendo que lidar durante muito tempo os riscos da desagregação das *Provincias Unidas del Río de la Plata* e, assim sendo, ocuparam-se muito mais das coisas econômicas do que das questões políticas aparentemente “incontroláveis”. Há que somar-se a estes traços internos, o fato de que a Grã-Bretanha, principal parceiro comercial do país, defendeu politicamente uma Argentina unida, pacífica e liberal, características que favoreciam o livre comércio na região¹.

Já na segunda metade do século XIX, conquistada certa estabilidade política, Jáuregui (2000) destaca que a Argentina representou um caso de adaptação excepcional à ordem econômica mundial que combinava relações privilegiadas com a Grã-Bretanha

¹ Tal síntese foi feita com base em Doratioto (2001). Os primeiros presidentes da Argentina, de modo geral, representavam o pensamento liberal de inspiração inglesa. Podemos citar Bernardino Rivadavia (1826-1827), Justo José Urquiza (1854-1860), Bartolomé Mitre (1862-1868) e Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874). Nesse período de consolidação de um estado e de um mercado nacionais, o caso de exceção é o general Juan Manuel de Rosas (1829-1832 e 1835-1852) que não chegou a ser presidente da república, mas sim governador da província de Buenos Aires tendo, nesse papel, organizado a chamada Confederação Argentina. Como anota Doratioto (2001:143): “Rosas no estaba en contra de la centralización política, pero no aceptaba al liberalismo y a sus defensores, los *unitarios*, portadores de valores laicos del humanismo y del progreso. Rosas nunca fue un verdadero federalista y, sobre la apariencia de una Confederación, estableció un poder centralizado, favoreciendo el dominio de Buenos Aires por sobre las demás provincias”. Os maiores marcos de seu perfil intervencionista e centralizador, foram: a chamada Ley de Aduanas (1835) que protegia o comércio local através da proibição de importação de vários produtos; além disso, logrou mais tarde a proibição da livre navegação pelo Rio Paraná (1849) por meio da Convenção Arana-Southern. Esta última medida, em clara retaliação ao Império brasileiro com o qual manteve animosidades ao longo de todo o período em que esteve no poder, principalmente por questões territoriais. Rosas foi também, dentre os primeiros governantes argentinos, o que mesclava o papel de criador de gado e exportador de carne bovina com o de político.

com a extraordinária fertilidade do pampa úmido. Tendo se especializado na produção de produtos primários de clima temperado competia com Europa, América do Norte e Oceania. Mas, “...la regulación por parte del Estado argentino de la oferta de granos y carnes no hubiera conseguido incrementos del precio internacional de sus productos de exportación. En consecuencia, la regulación económica no sólo resultó extraña al pensamiento económico argentino anterior a la Primera Guerra Mundial sino que también parecía ociosa a las necesidades de la economía, aunque no faltaron algunas voces de alerta” (JÁUREGUI, 2000, p. 69).

No período que compreende os anos de 1880-1890, políticas de estímulo à imigração para o país foram combinadas com ações diretas do Estado no sentido liberalização das trocas econômicas e de criar condições para o desenvolvimento dos empresários privados². De acordo com Romero (2004, p. 20),

Las inversiones extranjeras fueron gestionadas y promovidas con amplias garantías, y el Estado asumió el riesgo en las menos atractivas, para luego transferirlas a los privados cuando el éxito estaba asegurado. En materia monetaria se aceptó y estimuló la depreciación, en beneficio de los exportadores, y hasta 1890 al menos, a través de los bancos estatales, se manejó el crédito con gran liberalidad. Sobre todo, el Estado se hizo cargo de lo que se llamó la “Conquista del Desierto”, de la que resultó la incorporación de vastas extensiones de tierra apta para la explotación que fueron transferidas en grandes extensiones y con un costo mínimo a particulares poderosos y bien relacionados.

Segundo Romero (2001), a ação estatal foi decisiva para a consolidação da classe proprietária de terras. Mas como adverte Hora (2002), independentemente da interpretação sobre o papel deste “empresariado rural”, o que se verificou no fim da década de 1870 e começo da de 1880, é que, com o desenvolvimento de fortes bases políticas no interior pelo Estado, este se transformou numa formidável ferramenta de transformação econômica e de formação de um mercado complexo já que “la empresa rural pampeana entró en una acelerada fase de mejoramiento, que requirió de la asistencia

² Segundo Barbero e Rocchi (2002) apesar de ser difícil criar um critério de definição de quem são os empresários que atuaram no nascente mercado econômico argentino, não há dúvida sobre a presença de uma atitude empresarial nos fazendeiros e proprietários de terra.

de nuevas inyecciones de capital. La apertura de mercados europeos para el ganado refinado impulsó una profunda renovación de la ganadería, que obligó a los productores a invertir fuertemente en la mejora de praderas y ganados. En estas últimas dos décadas del siglo, el veloz desarrollo de la red ferroviaria también hizo posible una fuerte expansión de la producción granífera” (HORA, 2002, p. 6).

A Campanha do Deserto, além de somar ampla gama de terras à produção, abriu caminho para a construção de uma vasta rede de transportes e comunicação e a instauração definitiva de uma ordem estatal. A expulsão dos indígenas foi amplamente explorada como marco simbólico da construção da nação, a partir da dicotomia *barbarie versus* civilização. Portanto, o mercado mais complexo ganha também uma moldura nacional.

A terra desbravada logo se tornou objeto de compra e venda com espetacular valorização até 1890 pelas possibilidades de ganhos futuros asseguradas pela expansão chancelada pelo Estado. Mas, mesmo que beneficiários do Estado que, aliás, era controlado oligarquicamente pelos proprietários de terra (ROMERO, 2001), estes tiveram grande capacidade de empreendimento e diversificação na organização dos negócios para maximizar seus ganhos³. A associação entre a agricultura (alternadamente, cereais, forragens e pastos) e criação de gado no pampa úmido combinada com uma alta capacidade de adaptação às mutantes e incontroláveis oscilações do mercado internacional para escolher a cada ano a opção mais rentável. Desde então, como propôs Jorge Sábato (citado por ROMERO, 2001: 20):

³ De acordo com Hora (2002) há duas grandes linhas que dividem os estudos sobre a atuação política do empresariado argentino no período 1890-1916: a primeira defende que na virada do século a política estava dominada pela *oligarquia terrateniente*; a segunda defende que a classe empresarial era composta por indivíduos com interesses muito diversificados que se relacionavam com vários setores de atividade econômica. Essa última foi delineada a partir dos anos 1950 e é cada vez mais tomada como válida. O trabalho de Roy Hora (2002, p. 3) é uma revisão das duas posições pois ambas pressupõem um amplo poder de controle das oligarquias sobre o Estado e os partidos políticos. Assim, o autor propõe a seguinte hipótese: “que la visión tradicional que afirma que los grandes terratenientes conformaban el corazón de la elite socioeconómica del país es básicamente correcta, y que las críticas de que ha sido objeto esta interpretación son en gran parte irrelevantes. Pero toma distancia de esta interpretación, así como también de aquella que postula la existencia de una elite económica diversificada, en lo que se refiere a cómo entender la relación entre la elite económica y el orden político, pues afirma que la hegemonía terrateniente no se fundaba en ninguna relación especial con el Estado, sino en la fortaleza de su posición en la esfera económica y social”.

Los empresarios se habituaron a rotar por diversas actividades, buscando en cada caso la *crema* de la ganancia, sin fijarse definitivamente en ninguna y procurando no inmovilizar el capital: a las agropecuarias se agregaron luego las inversiones urbanas – tierra, construcciones – e incluso las industriales. Así, a partir de la tierra constituyó una clase empresaria concentrada y no especializada, una oligarquía, que desde la cúspide controlaba un conjunto amplio de actividades⁴.

Embalados pela expansão dos negócios e crescentes demandas internacionais, os imigrantes tornaram-se arrendatários de extensões de terra de porte maior (ao invés de proprietários de pequenos terrenos) e com pouco investimento empenhavam anos de trabalho intenso para, premiados por boas colheitas, voltar a repetir a aposta em outro campo arrendado.

Os ganhos do modelo agro-exportador favoreceram a arrecadação por parte do Estado e o consumo por parte dos grandes proprietários de terra. É nesse período então que se assiste a investimentos de vulto nas cidades, buscando imitar as metrópoles européias. “El Estado las dotó de los modernos servicios de higiene o de transporte, así como de avenidas, plazas y un conjunto de edificios públicos ostentosos y no siempre de

⁴ Apesar de contestar várias posições sobre o papel político do empresariado rural na virada do século (que faziam parte de uma oligarquia proprietária e que não eram especializados), Hora (2002) oferece uma síntese que, em outros trabalhos e por outros caminhos, parece ser sempre a mesma: “en rigor, la mayoría de los grandes empresarios rurales del período no manifestó mayor interés en la vida pública. (...) Hay que señalar, por otra parte, que el gran empresariado rural conformaba la cúpula de un sector rural extremadamente diverso, pero carente de divergencias internas de importancia. Aun cuando los principales estancieros nunca lograron concitar la adhesión activa de los empresarios menos poderosos, o de los sectores medios (en especial los agricultores) de la pampa, de todas maneras esta necesidad era muy relativa, pues todos los productores rurales estaban de hecho unidos por su interés colectivo en la defensa de un conjunto de reglas e instituciones que regulaban la producción rural: bajos impuestos, buenos servicios de transporte, una policía eficiente, etc. Por su parte, los recursos estatales destinados a asegurar la conquista definitiva de la paz, la eliminación de los indígenas, o la construcción de una red de transportes que sirviera los intereses del sector rural no sólo le aseguraban al nuevo orden político la adhesión, o al menos la neutralidad, de los actores económicos del sector; también creaban mejores condiciones para la acumulación de capital en la economía en su conjunto, y al mismo tiempo ensanchaban la base financiera del estado. La certeza de que la producción rural de las pampas conformaba el motor de la economía argentina, y que posibilitaba todos los experimentos de ingeniería económica y social que el estado apadrinaba formaba parte central (al igual que la adhesión al orden institucional liberal y republicano) de las creencias compartidas por los grupos gobernantes de la Argentina (...) Desde la perspectiva de los empresarios, la gestión de las relaciones laborales tampoco reclamaba mayor participación estatal. Hasta la década de 1910 no hubo conflictos sociales de envergadura en el campo que convocaran peticiones de intervención en la regulación del mercado de trabajo o de arrendamientos. (...) Los grandes estancieros y las instituciones que los representaban coincidieron así con los demás productores en un amplio bloque social que aseguraba la reproducción de este ordenamiento. Este bloque, por otra parte, no encontró rivales, puesto que tanto el Estado como otras fracciones del empresariado siempre aceptaron la preeminencia de las actividades que hacían a la Argentina la economía más exitosa de América Latina (HORA, 2002, p. 14)

buen gusto. Los particulares construyeron residencias igualmente espectaculares, palacios o *petits hôtels*” (ROMERO, 2001: 22). A expansão urbana foi acompanhada da construção de um mercado atrativo com a multiplicação de empregos e a geração de novas necessidades fazendo com que o setor industrial alcançasse uma dimensão significativa – frigoríficos, moinhos e grandes fábricas elaboraram produtos para exportação e para atender ao mercado interno⁵.

A imigração massiva e o progresso econômico remodelaram profundamente a sociedade argentina nesse período. As elites foram de uma maneira geral cosmopolitas, críticas à herança *criolla*⁶ ou hispânica e abertas a influências progressistas das metrópoles européias. Entretanto, mostravam-se especialmente sensíveis à construção do nacional, o que implicava tanto a afirmação de sua identidade quanto a incorporação do grande contingente de estrangeiros. Com essas preocupações

(...) discutieron sobre qué cosa era el arte, la música o la lengua nacional. Sobre estos y otros temas se hablaba tanto en los círculos y tertulias privadas como en los periódicos y en sus redacciones, quizás en la cátedra universitaria o en el Congreso. (...) Si no hubo muchos grandes creadores, en cambio constituyeron un grupo de intelectuales que, sin especialización profesional, contribuyeron muy eficazmente a moldear las ideas de su clase. Conocieron todas las corrientes europeas, y de cada una de ellas hubo una versión local: realismo, impresionismo, naturalismo... Pero la que más se adecuó a su filosofía espontánea de la vida fue el positivismo, en su versión spenceriana, por su valoración de la eficiencia y el pragmatismo, del orden y progreso, en todo adecuados a una sociedad que por entonces – llegando al Centenario de la Revolución de Mayo – se definía por su optimismo (ROMERO, 2001: 28)

⁵ Todo esse processo está circunscrito ao litoral, especialmente ao da província de Buenos Aires. A distância entre esta e as demais capitais do interior torna-se cada vez maior neste período. As exceções mais notáveis ocorreram nas províncias de Tucumán e Mendoza (com a produção de açúcar e vinho respectivamente). Em ambos os casos houve razões de equilíbrio político geral, mas o grande peso foi o das relações de importantes empresários das nascentes indústrias regionais como Ernesto Tornquist (açucareira) e Tiburcio Benegas (vinícola) com as mais altas esferas estatais. O papel dessas elites regionais evidencia-se ainda hoje no movimento de RSE, já que Tucumán e Mendoza têm núcleos regionais de atuação importante na promoção do tema e mobilização do empresariado.

⁶ *Criollo* é originalmente um termo que designa o filho de espanhóis nascido na América. Hoje em dia, em vários países de língua espanhola, é usado como sinônimo de nacional ou relativo ao país. Na Argentina, ainda há proximidade com o sentido clássico principalmente no que se refere aos habitantes do interior, incluindo-se dentre estes os possíveis mestiços com a população indígena.

Além de discutir o nacional, dentro do forte clima associativista em vigor na Argentina no final do século 19, que gerava simpatia a qualquer forma de agrupação coletiva, nasceram a *Sociedad Rural Argentina* (1866) e a *Unión Industrial Argentina* (1887). No processo de formação de identidade e criação de uma representação estiveram em jogo as relações com o Estado e com outros setores da sociedade. Entre os últimos, as que vinculavam atores em conflito de um mesmo setor de atividade como por exemplo fazendeiros e arrendatários, patrões e operários (BARBERO e ROCCHI, 2002b).

Uma das atuações públicas mais importantes da UIA no período, foi um *mitin* promovido em 26 de julho de 1899 para defender uma posição favorável à eliminação de barreiras aduaneiras estaduais (provinciais) que impediam a consolidação de um verdadeiro mercado nacional (SHVARZER, 1991)⁷. O evento

(...) congregó una extraordinaria cantidad de gente y se constituyó en un momento clave de la presencia de la UIA en la vida política argentina. Una manifestación estimada entre 40.000 personas [segundo La Nación] y 80.000 personas [segundo a UIA] desfiló durante un par de horas entre la Plaza Lorea, la Plaza de Mayo y la Plaza de los Dos Congresos, acompañando a una delegación de la entidad a presentar su petitorio ante los poderes públicos (SHVARZER, 1991, p. 39)

Com relação às demandas colocadas pela entidade, consta que o memorando apresentado às autoridades era composto por seis pontos, dentre os quais, três relativos à questão dos impostos, dois à política econômica em geral e somente um ao tema das tarifas aduaneiras que seriam a motivação da manifestação (Guerrero citado por SHVARZER, 1991, p. 40). Os pedidos são bastante vagos e se resumiam em geral à necessidade de escutar as associações, em estudar as políticas com mais tempo, que respeitassem os direitos adquiridos, que cuidassem dos problemas derivados da valorização rápida da moeda. No documento, consta a expressão “sin exageradas

⁷ Shvarzer (1991, p. 38) apresenta também outra motivação para o *mitin* defendida por alguns historiadores. Segundo essa outra versão, no ano anterior, o então Presidente Júlio Roca ao discursar na Exposição Nacional não menciona em seu discurso o nome da UIA, entidade organizadora do evento. O desdém do poder público federal pela entidade que congregava a elite econômica da sociedade teria sido, nessa versão, o grande motivador do *mitin* como forma de demonstração de poder de representação e agregação de interesses.

protecciones” quando se fala de política econômica geral, fato bastante curioso por se tratar de uma reivindicação industrial. O presidente respondeu com um discurso no qual destacou a força da indústria, porém que a proteção ao mercado nacional deveria ser racional para não prejudicar ao próprio setor industrial.

Para agregar a tanta gente em uma manifestação empresarial, somente com a presença dos trabalhadores das fábricas, levados por seus patrões e dispensados, para tanto, de suas jornadas de trabalho. Nesse contingente, havia a presença de mulheres e crianças trabalhadoras, fato destacado pejorativamente pela imprensa local como o jornal *La Nación* e pelo jornal socialista *La Vanguardia*. Shvarzer (1991, p. 41) comenta que “uno de los fenómenos más destacables del acto es el intento de conciliación social que supuso el mitin al incorporar a los trabajadores a las demandas de la dirigencia; era una conciliación forzada bajo el control de empresarios y políticos, iniciando una práctica que se repetiría en diversas oportunidades en la Argentina del siglo XX”.

O mundo rural viveu em relativa harmonia no início do século XX, mas os conflitos sociais o atravessaram especialmente nas décadas de 1910 e 1920, primeiro na esfera agrícola e depois na da criação de gado. O episódio mais violento é de 1912, conhecido como “*Grito de Alcorta*”, quando “*chacareros*” das províncias de Santa Fé e Córdoba entraram em aberto enfrentamento com as companhias colonizadoras, de comercialização, as companhias ferroviárias, os produtores de sacos e, em menor medida, os fazendeiros (BARBERO e ROCCHI, 2002b). Como resultado surgiu a *Federación Agraria Argentina* que defendeu os pequenos empresários contra seus adversários. No final de 1920 e início de 1921, assistiu-se ainda no período o “massacre” conhecido como *Patagonia Tragica* ou *Patagonia Rebelde* em Río Gallegos, no qual sucessivas greves e protestos por melhores condições de trabalho sob a liderança do anarquista Antonio Soto que organizou a *Sociedad Obrera de Rio Gallegos* resultaram em forte repressão por parte do Estado e, como consequência, um saldo de mortes de cerca de 1500 operários e peões.

No mundo urbano, o século XX inicia-se com fortes pressões por parte dos trabalhadores dentro do regime político fechado da Liga dos Governadores instaurado desde 1880. A primeira resposta do governo, sob a presidência de Júlio Argentino Roca foi a criação da *Ley de Residencia* (4.144 de 1902, somente revogada por Arturo Frondizi

em 1958) que permitia a expulsão de qualquer pessoa contrária ao regime, formulada por um pedido encaminhado pela UIA. Mais tarde, essa lei foi complementada pela *Ley de Defensa Social* que permitia a prisão preventiva de suspeitos de ligações com o anarquismo. Mas com a proximidade do Centenário da Independência em 1910 e a crescente pressão dos trabalhadores por meio de greves e manifestações, sob a ancoragem de críticas da imprensa e do Congresso, instaurou-se a necessidade de uma resposta política mais definitiva. Nessa época, o Partido Autonomista estava sob a liderança de uma ala modernizadora que, diante das pressões sociais, levou ao aumento da participação política com a Ley Saenz Peña em 1912, que vigorou a partir de 1916 quando chega ao poder Hipólito Yrigoyen da *Unión Cívica Radical* – UCR.

Os anos de 1917 a 1921 foram marcados por fortes movimentos grevistas e pela pressão dos trabalhadores pela melhoria das condições de trabalho numa conjuntura internacional de guerra que, no plano interno, traduzia-se por empresas vorazes e incontroláveis nas suas ações para ganhar mais ou perder menos, em prejuízo dos trabalhadores. No ano de 1919 se produziu o episódio conhecido como “*Semana Trágica*” durante a qual as empresas, até aquelas que não tinham vivido conflitos com seus trabalhadores, enfrentaram greves e manifestações violentas. Os setores proprietários de terra derrotados nas eleições de 1916 foram perdendo o pouco espaço institucional que conservaram e, com ele, certa parcela de seu poder social⁸. “Rondava o fantasma” da revolução social contra o qual se organizaram as forças conservadoras em entidades como a *Liga Patriótica Argentina* – na qual confluíram a *Asociación del Trabajo*, os clubes de elite como o Jockey, os círculos militares e representantes de empresas estrangeiras. Nessa mesma época, os católicos combinaram o pensamento social – capaz de competir com a esquerda – com o integralismo antiliberal que se difundiu através dos Cursos de Cultura Católica e mais tarde na revista *Critério* (1928).

⁸ Apesar de, por um lado, representar a modernização de vários aspectos do sistema político argentino, o Partido Radical representava as práticas tradicionais do clientelismo no espaço de seus comitês, geralmente coordenados por um *caudillo* de bairro que oferecia, em troca do voto, uma ampla gama de serviços. Rock (citado por CAMPETELLA e BOMBAL, 2000, p. 51) assinala que: “la actividad del comité alcanzaba su punto culminante en época de elecciones. Amén de las tradicionales reuniones callejeras, la fijación de carteles y la distribución de panfletos, el comité se convertía en centro de distribución de dádivas para los electores. En 1915 y 1916 los comités de Buenos Aires crearon cinematógrafos para niños, organizaron conciertos musicales, repartieron regalos de Navidad y contribuyeron a las celebraciones de las fiestas de Carnaval. Muchos de ellos también fundaron sanatorios, centros de asesoramiento legal y bibliotecas, cuyo costo era financiado por los miembros activos. Asimismo, suministraban alimentos baratos...”

No auge da crise, em 1919, a Igreja Católica “organizó la Gran Colecta Nacional, destinada a movilizar a los ricos e impresionar a los pobres” (ROMERO, 2001, p. 44)⁹. Dentro dessas reações das elites, incluindo aí as empresariais, apesar das divergências de motivos, havia um ponto comum: a recusa à mobilização social, ao socialismo e a crítica à democracia liberal. Dentre os empresários, a tônica era a de responsabilizar o Estado pelas dificuldades enfrentadas.

O governo de Yrigoyen não agradava aos conservadores, sintetizando o sentimento de repúdio dos proprietários frente à presença política de um partido de massa (JÁUREGUI, 2002) e manteve em relação às demandas dos trabalhadores uma atitude ambígua. Por um lado, pela primeira vez o Estado interveio nos conflitos salariais a favor dos trabalhadores e as delegações operárias foram recebidas na Casa de Governo. Por outro lado também houve forte repressão, como no caso das greves agrárias e da Semana Trágica de 1919 bem como das greves na Patagônia de 1921.

Em 1922, com a chegada de Marcelo Torcuato de Alvear¹⁰ ao poder federal, as classes proprietárias se tranqüilizaram. No seu período de governo a Argentina conheceu o auge da prosperidade econômica devido ao contexto internacional de reativação no pós 1ª Guerra. Nesse cenário, “la Liga Patriótica se dedicó al ‘humanitarismo práctico’, organizando escuelas para obreras y movilizandó a las ‘señoritas’ de la alta sociedad” (ROMERO, 2001: 44), cujo objetivo era “argentinar” aos trabalhadores (BARBERO e ROCCHI, 2002b).

O que se desprende da era de conflitos é que os trabalhadores (e não os fazendeiros) é que ocuparam um papel central na formação da identidade industrial. O aparecimento da questão social ofereceu às organizações empresariais, especialmente à UIA, o cenário que necessitava para ser a entidade de representação de interesses que desejava ser. O conflito social, temível para os industriais, encerrava o caminho de harmonia sob o signo do paternalismo que relacionava empresários e operários. No conturbado final da década de 1910 com a crise social se aprofundando após a 1ª Guerra

⁹ No ano de 1919 foram unificadas todas as instituições católicas atuantes na sociedade, mesmo havendo tendências diversas, dentro da *Unión Popular Católica Argentina*. Essa instituição abriu forte oposição contra o socialismo através da criação de bibliotecas, conferências e associações de fomento e caridade. Os ativistas eram recrutados nos altos círculos sociais.

¹⁰ Aristocrata e membro de uma tradicional família de proprietários de terra que circulava nos altos escalões políticos e militares, era líder da facção *antipersonalista* da UCR. Opositor do estilo popular de Yrigoyen recebe entretanto seu apoio para resolver o problema da sucessão do partido no poder federal.

Mundial e ante a eminência de mudanças na política social para os trabalhadores e sindicatos promovida pelo governo de Yrigoyen sob a ideologia da UCR, surge a *Confederación Argentina del Comercio, la Industria y la Producción* – CACIP. Esta entidade surge para apaziguar a insegurança das elites econômicas com o objetivo de produzir estudos e promover o alinhamento das diversas demandas patronais. A CACIP “buscaba ser el puente para que las clases propietarias recuperaran el espacio perdido en el ámbito estatal, a través de demandas que cuestionaban de modo genérico las políticas públicas no favorables a ella. Es notable en este sentido, la ausencia de reivindicaciones ‘gremiales’ en sus comunicados”¹¹ (JÁUREGUI, 2002, p. 358).

Na década de 1920 alguns passos iniciais foram dados já com um certo conteúdo de intervencionismo estatal na economia. O caso da instalação da Algodonera Flandria no país é exemplar no sentido de uma empresa estrangeira que consegue perceber e aproveitar tal intervenção como oportunidade de negócio. "A comienzos de los años veinte, la firma Stablissements Steverlynck exportaba telas hacia la Argentina desde sus fábricas de Bélgica. Cuando en 1923 el gobierno argentino, dando el primer impulso de lo que hoy conocemos como industrialización sustitutiva, arancela los tejidos importados y favorece la introducción de maquinarias, la empresa belga abre una filial en el país". (ROUCO, s/d, p. 6).

Consta desta época a implantação em território argentino das filiais das empresas estrangeiras vindas principalmente dos EUA. Estas empresas direcionaram suas atividades para a produção de químicos, metais e materiais elétricos. Houve a partir de então um declínio na participação do produto industrial daqueles ramos que até aquele momento vinham acompanhando o crescimento da economia agroexportadora, como o ramo produtor de alimentos processados, de bebidas, de calçados, couros e madeiras e o incremento dos investimentos na produção das indústrias que substituíam as importações, principalmente as de produtos metálicos e têxteis, com destaque para esta última. O volume de investimentos diretos das empresas estrangeiras tornou-se um indicador essencial para o entendimento desta mudança qualitativa no produto industrial. As multinacionais se implantaram na Argentina ainda na década de 1920 e introduziram no

¹¹ A perda de espaço refere-se tanto à ampliação do sufrágio promovida pela lei Saénz Peña de 1912, válida na eleição de Yrigoyen em 1916, quanto a uma necessidade de reposicionamento da elite econômica frente a ideais de um Estado moderno de matiz iluminista de intelectuais como Mitre, Alberdi e Sarmiento.

mercado novos bens, novas formas de organização e de produção. Entre os anos de 1924 e 1930 os investimentos industriais em máquinas e equipamentos foram de tal montante que não seriam superados até a Segunda Guerra Mundial. Neste processo, os investimentos estrangeiros assumiram papel fundamental, pois durante a década de 1920 se instalaram 43 empresas estrangeiras no país. Grande parte dos investimentos estrangeiros foram destinados à exploração de petróleo, produto considerado crucial para o desenvolvimento do setor industrial. Data de 1922 a criação da YPF, empresa estatal Argentina produtora de petróleo, sendo também neste período o início de um longo conflito entre a exploração e a produção de petróleo por parte da YPF e pelo capital petrolero norte-americano.

Quanto ao Estado, viu-se que nos primeiros tempos este esteve voltado às questões relativas à unificação e à formação nacional. A partir de 1880 foram empossados governos que tinham a função de organizar o país produtivamente visando obter o progresso econômico. Essa geração de governantes conseguiu atrair um grande contingente de imigrantes e de capital externo, dando vazão às mercadorias produzidas na região do pampa úmido que se destinavam ao comércio externo. Após 1914, os setores conservadores da sociedade pertencentes ao Partido Autonomista Nacional – PAN foram derrotados nas eleições presidenciais pelo partido Radical, sendo que o principal motivo desta mudança, apontado por Romero (2001) e Romero (2004) foi a identificação existente entre os ideais do partido Radical e os interesses dos filhos dos primeiros imigrantes.

Do ponto de vista da questão social, vale notar os seguintes movimentos localizados nesse período histórico. A partir de 1810, ou seja, no período que sucede ao processo de independência do Estado colonial espanhol, nota-se uma transferência progressiva e cheia de altos e baixos das obras de caridade em poder de religiosos à responsabilidade de organizações laicas e com um maior controle do Estado. Este, por sua vez, era um Estado em constituição, dividido entre as guerras internas entre as províncias pela organização nacional definitiva, a qual só ocorre em 1853 com a sanção da Constituição Nacional, e medidas de retaliação ao poder da Igreja Católica, incluindo a dissolução e expropriação de organizações assistenciais (orfanatos, asilos, escolas e a *Hermandad de Santa Clara*). De acordo com Campetella y Bombal (2000a, p. 32):

Consecuentemente, las mencionadas iniciativas secularizadoras en el campo de la asistencia no fueron llevadas a cabo por un poder secular consolidado, sino por gobiernos débiles e incipientes en contexto de luchas civiles por la organización nacional. El gobierno de la Provincia de Buenos Aires, en la cual se encontraban la mayor parte de las instituciones de asistencia, al estar embarcado en guerras tanto internas como externas, tampoco tenía la capacidad administrativa suficiente para hacerse cargo directamente de las organizaciones asistenciales antes administradas por la Iglesia.

Deste momento até o início do século XX, foi um período de grande prosperidade no que se refere à constituição de entidades não lucrativas com o objetivo de se ocupar da questão social. Embora, como adverte Thompson (1995: 25), “la preocupación central de las elites de la época fue la de cómo estructurar una intervención estatal de asistencia social (junto a la cuestión mayor de cómo estructurar un Estado y un mercado nacionales)...”. Nesse sentido, politicamente, um primeiro marco foi a promulgação da Constituição Nacional de 1853 e, um segundo, a federalização da cidade de Buenos Aires em 1880 que possibilitaram a consolidação de um Estado central; já do ponto de vista econômico, reafirmou-se um mercado nacional por meio do modelo primário exportador. O grande contingente de imigrantes, atraídos pela possibilidade de enriquecimento e de “fazer a América” invadiu as grandes cidades, especialmente Buenos Aires. Suas ocupações eram muito diversificadas e iam desde trabalhadores eventuais (*jornaleros*) sem qualificação, artesãos, vendedores ambulantes, serventes e até os primeiros trabalhadores das fábricas. Os problemas por eles enfrentados eram similares: viviam em péssimas condições nos cortiços (*conventillos*) do centro da cidade, altos custos de aluguéis, problemas sanitários, instabilidade dos empregos e baixos salários, epidemias e alto índice de mortalidade infantil. Os estrangeiros eram ainda estranhos entre si e mesmo aqueles vindos de um mesmo país (falar em Itália à época era uma abstração) não conseguiam comunicar-se separados por dialetos diferentes. A integração e a constituição de redes e núcleos associativos, bem como a definição de identidades nesse mundo do trabalho foi um processo lento.

O trabalho realizado pela *Sociedad de Beneficência* – SB, fundada em 1823, responsável pelas principais tarefas de filantropia e assistência social na Argentina até meados do século XX, de forma privada, porém, em grande parte, com fundos públicos é exemplar do tipo de pensamento das elites econômicas e políticas da época, bem como de ação estatal propriamente dita. De acordo com Campetella e Bombal (2000a, p. 36):

La Sociedad de Beneficência estaba integrada por las mujeres y familiares cercanos de los grandes terratenientes, comerciantes y propietarios de la ciudad y de la provincia de Buenos Aires y por lo general fue presidida por la Primera Dama (...) La matriz de acción de la SB se correspondió básicamente con las características de la administración patrimonialista: ambigüedad del límite entre lo público y privado, consideración del cargo como un derecho personal, amplia discrecionalidad, ausencia de profesionalismo, reistencia al encuadre legal y formal.

As relações entre Estado e SB foram marcadas por ambigüidades e conflitos permanentes de interesses. Até 1880, o grande objeto de disputas foi o controle político sobre a educação, o qual somente em 1876 passa a ser exclusivamente estatal. A partir daí a ação da SB torna-se restrita ao âmbito hospitalar e assistencial. Entre 1880 e 1908, novas disputas se colocam em termos da vinculação da SB à estrutura estatal e de recursos públicos que passam a ser destinados a outras associações de caráter filantrópico que começam a competir com ela. Em 1908 transforma-se finalmente em instituição pública com personalidade jurídica própria, passando a depender do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*. Nos quarenta anos subseqüentes, até a sua dissolução e completa integração à *Dirección Nacional de Asistencia Social* no governo de Perón, várias repartições públicas exerceram controle sobre a SB.

O dado mais interessante sobre as relações entre SB e Estado é que, conforme análise de Andrés Thompson (1995, p. 32):

(...) durante largos años el carácter ambiguo de la SB estuvo dado por el hecho de que siendo una entidad que se manejaba de forma privada *también* era el Estado. No se trataba simplemente de una delegación de funciones para ejercer

una tarea específica sino que se ocupaba de casi toda la política pública en materia de asistencia y educación.

Chama-nos a atenção essa atuação da sociedade civil organizada como Estado (no sentido de ser o Estado, de fazer política e coordenar a vida pública). Esse é um ponto chave para o argumento central sobre a RSE na Argentina, qual seja: o espaço público é objeto de disputas nas quais os grupos organizados da sociedade civil protagonizam as tentativas de criação de hegemonia, atuando sobre aquilo que se denomina como social e que historicamente se concretiza em ações sociais. O grande desafio do momento histórico (virada do século 19 para o 20) era, de acordo com Romero (2001), o de moldar e organizar uma sociedade em formação, segundo convicções acerca do progresso na visão da elite dirigente e gerar consenso em torno dela. Como chamam atenção Sábato e Shvarzer,

Sem menosprezar a importância dos problemas sociais existentes na Argentina, não se pode ignorar que sua gravidade foi muito menor do que nos países subdesenvolvidos típicos. A formação precoce de uma ampla classe média e a ausência de questões social-agrícolas dominantes (como as que colocam uma população majoritariamente camponesa), fez com que os movimentos populares de massa não assumissem uma postura revolucionária (SÁBATO e SHVARZER, 1985: 159)

Ainda assim, o panorama que se apresentava era, no mínimo, inquietante: uma massa de estrangeiros sem laços de solidariedade, interessados em lucrar, despertavam a indignação daqueles que viram na imigração um grande instrumento de progresso. Por outro lado, no esforço de dar forma a essa massa apareceu um conjunto de competidores importantes: a Igreja em primeiro lugar, ainda que no *Rio de la Plata* sua influência tenha sido menor que no resto da Hispanoamérica; as associações das coletividades estrangeiras (de modo particular a italiana) e os grupos políticos contestatórios, sobretudo os anarquistas, que esboçavam para a sociedade projetos alternativos àqueles pensados pelas elites dirigentes. Frente a tais competidores o Estado apresentou combate – tendo na SB um forte *front* de batalha – e triunfou. Progressivamente foi estendendo seu controle

sobre a sociedade, tanto em suas formas de organização quanto dirigindo as mudanças que asseguravam o tipo de progresso buscado. A SB representou uma concepção privatista do Estado e é um modelo do tipo de relações patrimoniais que se constituíram na Argentina.

Mas, nem todo o financiamento da SB provinha do Estado. Importantes contribuições advindas de doações privadas, legados, atividades de arrecadação de fundos e outra ampla gama de eventos incrementaram o seu patrimônio. Os dados de Thompson (1995) mostram que em alguns anos (1907 e 1911) o total de investimentos de fundos privados superou os públicos. Entretanto, as doações privadas vindas de famílias tradicionais, de instituições como o *Jockey Club* ou de campanhas de caridade demonstravam um alto grau de capacidade de doação da sociedade argentina, especialmente a portenha, que decresceu ao longo dos anos na medida em que o Estado assumiu completamente a função de assistência social. Vale dizer que o sentido das doações privadas à ação social tem também uma significação similar à dinâmica da dádiva nas sociedades primitivas comentada teoricamente no capítulo 1, qual seja: o de fundação e reafirmação do próprio vínculo social – no caso, a construção simbólica do vínculo de classe – num misto de interesse e desinteresse. Sendo assim,

...el sentido de tales donaciones – como de toda donación – no es desinteresada. Involucra tanto una sensibilidad social y alguna cuota de altruísmo como también un interés propio de autosatisfacción en el que ‘da’. La limosna individual, característica de la caridad cristiana, es claramente un acto de superioridad del donante sobre el beneficiario. En el caso de la donación a una institución, ello implica un cierto compromiso del donante con la misma y, por tanto, la satisfacción de un sentido de identidad con cierto grupo social representado por la asociación. En el caso de la SB esta vinculación era obvia: donar daba prestigio social y sentido de pertenencia a la clase alta porteña (THOMPSON, 1995: 34)

Idéia que se complementa com o comentário crítico e ensaístico de Arturo Jauretche (2004: 79): “la Presidencia de la Sociedad de Beneficencia siguió siendo, durante muchos años, el más alto símbolo de la figuración social, y la ceremonia de la

distribución de premios a la virtud en el Teatro Colón abría anualmente un paréntesis tradicional en la temporada de abono”.

O debate acerca do sentido da doação privada, individual e institucional, em diferentes contextos também é um tema central desta tese pois ele faz parte de um movimento mais amplo de luta pela coesão social. Nesse sentido, cabe ressaltar que nenhuma ação social se desvincula de objetivos ideológicos, no sentido apontado por Gramsci, que mesmo quando explicitados dentro de um quadro de justificativas construído pelos próprios atores e se inserir no campo de suas representações, resguardam sentidos que nos cabe buscar. Dessa forma, a ação da SB concretizava uma forma de ver o mundo e de organizá-lo, através de intervenções como os *Premios a la Virtud* citados acima, expressão de modelos morais e valorativos das classes dominantes “impostos” aos pobres. Premiava-se a moral (à mulher mais virtuosa), a indústria (à mulher mais produtiva em conseguir por meio do trabalho a própria subsistência ou a da família), a aplicação (às duas meninas que sobressaíssem por seus talentos e aplicação) e outros como o amor filial, a pessoa que tenha manifestado mais constância para o trabalho, a pessoa enferma mais paciente, o amor conjugal, a mulher argentina, o pobre que melhor cuide de seu lar. O que testemunha a criação de um modelo de ação social de cima para baixo:

De esta manera, las clases dominantes de la época se ocupaban tanto en lo material como en lo ideológico de la suerte de los pobres, de aquellos a los que la moral había llevado a situación de necesidad y miseria. En tal sentido, la miseria, para la SB, se define fundamentalmente por los atributos ético morales del sujeto quién es en consecuencia merecedor de una acción ejemplificadora externa que lo sitúe en la senda correcta y que, a la vez, prevenga que el pobre se vuelque hacia acciones de transformación de tal situación (THOMPSON, 1995, p. 35).

Vale dizer que, paralelamente às atividades da SB, havia todo um quadro de recomposição das ações de assistência social católica bem como o surgimento da chamada filantropia iluminista. A fundação e atuação da *Sociedad de San Vicente de Paul* em 1859 é expressão da primeira, especialmente através de seu principal ideólogo, Félix Frias, que defendia que “la caridad debía ser financiada por el Estado pero manejada por

entidades privadas con plena independencia administrativa” (THOMPSON, 1995, p. 37). Por outro lado, o final do século XIX, sob forte influência das idéias iluministas e de seu corolário sociológico, o positivismo, promoveu a modernização da filantropia e da assistência social em três eixos: a municipalização da intervenção estatal através da ação dos chamados médicos higienistas; o enfoque nos problemas sociais pensados dentro do quadro populacional e não somente dos pobres ou setores marginalizados; e, finalmente, a profissionalização da intervenção estatal e da ação privada. Já nessa época, várias das idéias sobre a ação social do Estado e da iniciativa privada que hoje são enunciadas como necessárias ao avanço de políticas públicas e intervenções privadas foram pensadas, porém dentro do quadro inspirador do positivismo, qual seja, o de instauração da ordem e do controle social para a construção do progresso. Segundo Thompson (1995, p. 41), vigorava a idéia de que “era responsabilidad del Estado cuidar de su preservación y desarrollo ya que no podía ser dejada esta tarea en manos de las iniciativas privadas descoordinadas y dispersas”. Havia ainda iniciativas de mutualismo, de associativismo nos bairros e de cooperativismo que compunham um quadro muito vigoroso no que se refere à capacidade de formação de grupos organizados e à intervenção privada em questões de interesse público.

No campo do mutualismo, as organizações surgidas neste período podem ser divididas basicamente entre aquelas que se formam por atividade profissional e as de imigrantes. As primeiras, além do socorro mútuo, se encarregavam da defesa de interesses dos trabalhadores. Surgem também os chamados *Círculos Obreros Católicos*, grupos inspirados na Encíclica *Rerum Novarum* de 1891, dedicados a “defender y promover el bienestar material y espiritual de la clase obrera, en marcada oposición a la funesta propaganda del socialismo y la impiedad que mediante promesa de efémera felicidad llevan al obrero a la ruina temporal y acarrear a todas las sociedades males incurables” (Coni citado por Thompson, 1995: 49). Outro impulso na criação de sociedades mutuais se originou no interior das próprias empresas com as seguintes características: afiliação obrigatória, pagamento de um valor mensal descontado no salário e direção controlada pelos níveis superiores da empresa, com algumas poucas e raras exceções (isso ocorreu por exemplo com a criação da *Sociedad de Empleados de la Compañía de Tranvías Anglo-Argentina*). Vale dizer que havia uma disputa entre as

várias associações de caráter mutual em nome do “verdadeiro mutualismo”. O Partido Socialista, por exemplo, criticava a maior parte das associações impulsionadas sob essa designação por acreditar ser o único e legítimo portador dos valores da mutualidade, o que explicita mais uma vez, em nossa avaliação, a concretização da chamada “batalha semântica” em torno da ação social.

Já as sociedades de imigrantes eram pequenas e pautadas pela necessidade de preservação das identidades culturais, sendo marcadas pela fragmentação política, regional e religiosa, embora não fossem entidades sectárias. De uma maneira geral, “la burguesia inmigratoria no participa del poder político (...) y parece no interesarle, tiene una posición parecida a su indiferencia con respecto a los rangos sociales tradicionales. Sus medidas de prestigio están referidas a ella misma en un cotejo de luchadores que miden sus músculos por los músculos de los paisanos y colegas; sus pautas de distinción están dadas por una rivalidad entre paisanos, o de coletividad...” (JAURETCHE, 2004, pp. 146-147). A importância do mutualismo era tão grande que em 1916 foi organizado um congresso sobre o tema pelo *Museo Social Argentino*, instituição fundada em 1911 e divulgadora de práticas dessa natureza, que teve como principal consequência a elaboração de um projeto de lei sobre mutualismo apresentada como primeiro passo rumo à organização de um sistema universal de seguro social, justificado no fato de que este é: “...una forma de completar la democracia política con la democracia social fundada en la unión de los hombres, solidarizados para su recíproca asistencia y ayudados eficazmente por el Estado” (CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a, p.40). Antes desse documento, entretanto, havia outro projeto de 1914 elaborado no âmbito do poder executivo pelo ministro Carlos Ibarguren, também membro do *Museo Social Argentino*, que destacava a importância da ação dos próprios interessados em suas causas e: “definía al mutualismo por oposición a la caridad tradicional y al asistencialismo estatal y dejaba para el Estado el rol de promotor y regulador” (CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a, 40).

No campo do cooperativismo, também em larga medida desenvolvido com o impulso dos imigrantes, houve uma rápida expansão tanto em áreas urbanas quanto rurais. “El Censo Nacional de 1914 registró 40 cooperativas em áreas urbanas, dedicadas mayoritariamente a actividades de crédito y consumo. La mitad de ellas se concentraban en Capital Federal y el resto en las provincias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba,

Corrientes y Tucumán. Um papel de destaque foi desempenhado pela cooperativa “El Hogar Obrero”, fundada por membros do partido socialista, inicialmente como cooperativa habitacional, depois de créditos e que somou atividades de comercialização de bens os mais variados (CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a: 40). Protagonizou a iniciativa de promoção do Primeiro Congresso de Cooperativas Argentinas em 1919 e elaborou um projeto de lei que antecedeu a Lei de Cooperativas (11.388) de 1926. As cooperativas rurais também cresceram muito no mesmo período e foram impulsionadas principalmente por colonos franceses, dinamarqueses e judeus russos. Na província de Entre Ríos desenvolveu-se uma das experiências mais importantes do cooperativismo em área rural – a *Sociedad Agrícola Israelita*, logo depois *Sociedad Agrícola Lucienville* – fundada em 1900 por colonos judeus levados à Argentina pela *Jewish Colonizations Association*. Em 1921 realizou-se o Segundo Congresso de Cooperativas em *Entre Ríos*, província que contava com o maior número delas, que, além de ratificar as resoluções do congresso anterior, insistia na necessidade da criação de uma Lei de Cooperativas.

Mas, nem todas as formas de associativismo em torno da questão social estavam ligadas a inspiração de origem caritativa-religiosa ou a práticas de inspiração socialista. Havia também o associativismo conservador. As chamadas *Guardías Blancas*, por exemplo, eram grupos civis paramilitares formados por membros das classes média e alta que, frente à iminente emergência da questão social inerente aos processos de modernização capitalista, tomavam uma posição de defesa da propriedade privada frente às reivindicações dos trabalhadores. Defendiam em geral um ideário nacionalista e se auto-definiam como representantes da autêntica civilidade argentina, assumindo a segurança interna sob sua responsabilidade, acusando o governo radical de não tomar as medidas necessárias para controlar o movimento operário. Outras associações conservadoras como a *Asociación del Trabajo* (1918) que “se dedicaba a proveer rompeshuelgas a las empresas” ou a *Liga Patriótica* (1919) que “fue una de las organizaciones de ‘defensa social’ más importantes y duraderas, que se autodefinía como ‘asociación de ciudadanos pacíficos armados que monta guardia para velar la sociedad y defenderla de la ‘peste exótica’”. Atuaram nos episódios da Semana Trágica de 1919 de forma contundente, atacando sindicatos e comunidades de imigrantes sob a crença de que as greves faziam parte de uma conspiração revolucionária liderada por judeus russos

comunistas, à maneira de “un sangriento *pogrom*” (CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a: 41).

As modificações no espaço urbano do começo da década de 20 ocasionados principalmente pelo crescimento dos subúrbios, pela diminuição da imigração externa e pelo aumento da imigração interna trazem conseqüências no campo do associativismo, destacando-se o surgimento das “*asociaciones barriales*” e “*asociaciones de vecinos*”. Elas podem ser vistas como o resultado da expansão urbana e da integração da grande massa de imigrantes, principalmente pelo desenvolvimento de um sistema de educação público que incluiu os filhos dos imigrantes, levando à complexificação social e exigência de novas necessidades. As associações de bairro eram dedicadas ao seu fomento e desenvolvimento – atuando em nome dos interesses do bairro junto aos poderes públicos, por exemplo –, sobretudo através da criação de clubes, bibliotecas populares e centros e comitês promovidos por partidos políticos. As bibliotecas eram mais do que centros de retirada de livros, fomentando a sociabilidade e toda uma rede de eventos culturais e atividades recreativas e educativas. Os centros criados pelo Partido Socialista serviam à difusão ideológica numa clara ação partidária, mas também abrangiam o desenvolvimento de uma política cultural com o objetivo de qualificar os setores populares tanto do ponto de vista intelectual quanto para o trabalho. Nesse sentido, essas associações tiveram um papel fundamental ao oferecer oportunidades para aqueles que ficavam de fora dos serviços de educação que o Estado começava a oferecer. Além disso, como pontuam Campetella y Bombal (2000a, p. 41):

La expansión de estas organizaciones de base barrial redefinió en parte el movimiento asociacionista comenzado a fines del siglo XIX, a partir de la inmigración europea y el desarrollo de las sociedades de socorros mutuos. En este período, muchas de las sociedades ‘cosmopolitas’ o ‘de oficio’ ya eran auténticos sindicatos y, como tendencia general, el asociacionismo fundado en la nacionalidad fue desplazado por otro basado en el lugar de residencia – los nuevos barrios, caracterizados por la heterogeneidad y la movilidad social de sus integrantes.

Importa destacar que no início do século XX, a Argentina assistiu a uma grande efervescência da atividade associativa. Várias associações sem fins de lucro, não

dependentes do Estado e dedicadas a oferecer assistência social, surgiram durante a segunda metade do século XIX e se expandiram no início do século XX. “Se registraron noventa y siete asociaciones sin fines de lucro en el censo de 1904. En 1912 se crearon clubes vecinales, bibliotecas públicas y asociaciones. El censo de 1916 registró 1132 organizaciones sin fines de lucro” (PALADINO e MOHAN, 2002: 30).

3.2.2 Modelo substituição de importações (1930-1970)

Os anos 30 começam a apontar para as mudanças que fariam o modelo agroexportador ser sucedido pelo modelo de substituição de importações, o que demarca a passagem a uma era industrial. A grave crise mundial pós-1929 é apontada como o divisor de águas dessa mudança e, no caso específico da Argentina, as exportações tradicionais pareciam ter poucas perspectivas de promoção do desenvolvimento no longo prazo. O empresariado, de um modo geral, discutiu diversas alternativas, mas não propôs um plano alinhado de retomada do desenvolvimento. As exportações industriais pareciam mais promissoras, mas dependiam do Estado para gerar maior regulamentação e um fechamento da economia nacional em si mesma.

O período de 6 de setembro de 1930 até 4 de junho de 1943 ficou conhecido na história argentina como a “década infame”, de acordo com o historiador José Luis Torres (1945). Este período se caracterizou por fraudes eleitorais sistemáticas, repressão aos opositores, proscricão da UCR e corrupção generalizada. Os quatro presidentes que passaram pelo poder executivo federal neste período foram os militares José Félix Uriburu (1930-1932) e Agustín Pedro Justo (1932-1938) e os civis Roberto Marcelino Ortiz (1938-1942) e Ramón Castillo (1942-1943). Apesar da instabilidade das instituições políticas e de sua duvidosa legitimidade, os governos destes presidentes conseguiram implementar medidas econômicas que permitiram criar as bases de um modelo substitutivo apoiado na intervenção estatal, mesmo sendo a Argentina um país de economia mais próxima do modelo liberal. Destacam-se, nesse sentido, alguns eventos: a criação do Banco Central da República Argentina, de organismos estatais reguladores (*Junta Nacional de Granos, Junta Nacional de Carnes* dentre outros) e de empresas públicas (*Fabricaciones Militares, Altos Hornos Zapla*); o Pacto Roca-Runciman com o

Reino Unido; e, finalmente, o chamado plano Pinedo. Durante este período começou a onda de migrações internas, especialmente do campo à cidade e das províncias do norte a Buenos Aires. Em 1943 o desenvolvimento do setor industrial superou pela primeira vez o setor agropecuário na Argentina.

A “década infame” começa com o enfrentamento do contexto internacional de crise. Os preços dos produtos agrícolas caíram e, mesmo que em volume as exportações tenham se mantido no mesmo patamar, os ganhos do setor agrário e de toda a economia nacional se contraíram fortemente. A opção por manter o serviço da dívida externa fez com que o governo tivesse que reduzir drasticamente as importações e diminuir os gastos do Estado.

“los países centrales utilizaron su poder de compra para defender sus mercados, asegurar el pago de las deudas y proteger las inversiones. Gran Bretaña se refugió en el proteccionismo comercial y constituyó un ‘área’ de la libra, defendida por el control de cambios primero y por la inconvertibilidad de la moneda después. Idéntico camino tomaron Alemania y Francia, y finalmente Estados Unidos” (ROMERO, 2001, p. 72).

Um mundo novo descortinava-se a partir de então. De início, foi enfrentado por Uriburu e Justo com medidas reativas clássicas. Em fins de 1931 foi criado o imposto de renda, medida que desvinculava as finanças públicas da arrecadação exclusivamente advinda dos impostos às importações ou de empréstimos externos. Ainda em 1931 foi estabelecido o controle do câmbio, ante o qual o governo centralizava a compra e a venda de divisas. A implantação do imposto aos ganhos de capital só ocorreu em 1932, após sua aprovação legislativa. Ressalte-se que neste momento, ante a vertiginosa queda do comércio internacional, a própria sobrevivência do Estado dependia da modificação da estrutura tributária. Isso ajuda a explicar por que o imposto foi aprovado num governo conservador como o do General Justo e proposto pelo General Uriburu que o implantou via decreto-lei em 1931.

Mas nem todos os grupos estavam de acordo. Na visão liberal da UIA e da CACIP, por exemplo, os ganhos só podem ser divididos na sociedade depois que forem acumulados. Somente assim os pobres podem beneficiar-se dos esforços dos mais ricos e

eficientes. Desse modo, aquelas instituições fizeram ampla oposição às reformas tributárias ocorridas entre 1932 e 1935 que buscavam tributar os ganhos diretos dos empresários, mas não lograram êxito em impedi-las. Na época a UIA estava sob a presidência de Luiz Colombo (1925-1945) que teve uma posição de forte alinhamento com o governo de Justo, do qual foi cabo eleitoral nas mesmas eleições em que se elegeu deputado nacional pelo *Partido Demócrata Nacional*.

Em 1933, com a designação de Federico Pinedo¹² para ministro da Fazenda (o qual contou com a colaboração de Raul Prebisch¹³) pelo general Justo, duas orientações tornam-se claras e vão perdurar durante longo tempo: a crescente intervenção do Estado e o fechamento progressivo da economia. Em 1935 foi criado o Banco Central cuja função principal era regular as flutuações cíclicas da massa monetária, evitando tanto uma excessiva folga quanto a escassez. Paralelamente, a instituição também controlava os bancos privados sobretudo na concessão de créditos. Também para atenuar os efeitos das crises cíclicas e defender os produtos nacionais, começou a haver a regulação da comercialização da produção agropecuária.

Utilizando os fundos provenientes do controle de câmbio, a *Junta Nacional de Granos* assegurou um preço mínimo para os produtos rurais, evitando ter que vendê-los no pior momento. “Creada en noviembre de 1933 por decreto presidencial para resolver la abrupta baja del precio internacional del trigo, el maíz y el lino, era una entidad transitoria que sería disuelta tan pronto como desaparecieran las circunstancias que le dieron vida” (Jáuregui, 2000: 70). A *Junta Nacional de Carnes* – JNC atuou em nome do

¹² Federico Pinedo foi Ministro da Fazenda dos presidentes Justo e Ortiz (de 1932 a 1935 e em 1940, respectivamente). Fundador do *Partido Socialista Independiente* pelo qual foi senador, posição em que foi crítico do pacto Roca-Runciman. Mais tarde apoiou o Ministro da Agricultura e Pecuária Luis Duhau na defesa de relações econômicas do governo com a Grã-Bretanha. Foi protagonista de um duelo com o senador Lisandro de la Torre, um crítico contumaz de Pinedo e Duhau, do qual ninguém saiu ferido ou morto. Em função desse trágico episódio e de suas conseqüências para a imagem do governo, foi pressionado por Leopoldo Melo, ministro do interior, a deixar seu cargo. Em 1940 voltou a ser ministro da Fazenda no governo de Ortiz, mas renunciou por discordar da política exterior neutra do governo e por uma alardeada simpatia aos Aliados. Segundo o historiador Hernandez Arregui (citado por SHVARZER, 1991: 61), Colombo interveio na designação de Pinedo como Ministro da Fazenda.

¹³ Raúl Prebisch formou-se como contador público e atuou como professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Buenos Aires de 1923 a 1948. Entre 1930 y 1943 foi funcionário público no Banco Nación e logo em seguida no Ministério da Fazenda. Em 1935 foi um dos fundadores e primeiro gerente geral do Banco Central da República Argentina. Entre 1950 y 1963 Prebisch foi Secretário Executivo da Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina e Caribe - CEPAL. Posteriormente, exerceu o cargo de Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas para o Comercio e Desenvolvimento – UNCTAD.

mesmo objetivo, ainda que limitada ao escasso setor do mercado que escapava aos frigoríficos estrangeiros. Teve um papel um pouco mais abrangente já que representava um dos mais importantes e tradicionais setores da economia argentina. De acordo com documentos da JNC (citados por JÁUREGUI, 2000, p. 70) seu surgimento foi fruto da “asociación compulsiva de todos los ganaderos del país [...] para que sobre su base fuera factible la organización económico comercial de los mismos que les permitiera en bien del interés particular de cada uno de ellos [...] obtener lo que la iniciativa particular había demostrado acabadamente no poder conseguir”. Em sua composição nota-se o caráter corporativo desta Junta que contava com três representantes do poder executivo nacional, dois da SRA e dois das confederações rurais do interior, um representante de frigoríficos privados estrangeiros e um de frigoríficos pertencentes a criadores nacionais. Segundo Jáuregui (2000: 70) “en 1936 se redujo su grado de iniciativa sometiéndola, sin perder su autonomía administrativa, al control y a la fiscalización estatal”.

O sistema também se estendeu a produtos não pampianos como o algodão e o vinho e foram criadas a Junta do Algodão, da Indústria do Vinho por força de decreto presidencial. Mas, a iniciativa mais interessante do período foi, sem dúvida, a criação da Junta Nacional de Combate ao Desemprego (1936) com a participação da UIA, *Sociedad Rural*, *Bolsa de Comercio*, *Asociación de Cooperativas Agrarias* e *Confederación General del Trabajo*:

La particularidad de esta Junta es la presencia de un representante de los trabajadores, lo que podría haber alimentado la esperanza de que estos integraran en el futuro las negociaciones en un esquema tripartito. Supuestamente también aspiraba a ser un ente de planificación económica y social. Sin embargo estas expectativas no se concretaron; esta entidad como otras fue incapaz de generar políticas propias. El objetivo principal que a ella le asignaban las entidades patronales era el traslado de los trabajadores desocupados hacia determinadas áreas geográficas o determinadas actividades necesitadas de mano de obra. Desde la óptica patronal, el seguro de desempleo – una medida que se estudiaba para resolver el problema – era una institución inconveniente porque tenía un costo fiscal que alentaría al Estado a aumentar la presión impositiva y también podía dificultar la convicción del trabajador a la hora de buscar un trabajo. Con todo, la propia existencia de esta Junta estaba revelando la trascendencia que el problema del empleo tenía como problema de

Estado, en un país históricamente constituido bajo una situación de pleno empleo de la mano de obra. En este punto las reticencias patronales estaban justificadas en la necesidad de incrementar en algo el nivel de desempleo (JAUREGUI, 2000, p. 70).

Em julho de 1941 se reorganizou o Conselho Técnico de Abastecimento, cuja missão era proteger os consumidores argentinos da especulação. A nova organização permitia a participação de delegados patronais: UIA, CACIP, SRA e *Bolsa de Comercio* que haviam criticado a aplicação das leis contra a especulação e que pouco depois de terem se incorporado (dezembro de 1941) solicitam que se reduza a incidência dos funcionários públicos que só vêem o “frio texto da lei” enquanto o homem de negócios “não sofre a influência dos textos legais”. É um testemunho da escassa vocação patronal pelo cumprimento das leis, a declaração mostrava que a convivência entre burocratas e empresários se encontrava na tensão exercida pela fiscalização estatal das atividades econômicas e pela pressão tributária. Ainda em 1941 o poder executivo criou uma Comissão para estudar modificações na *Tarifa de Avalúos*¹⁴ na qual estavam delegados da *Bolsa de Comercio*, a *Cámara Argentina de Comercio*, a UIA, os importadores e despachantes de aduana.

Paralelamente a uma maior presença de mecanismos e instituições estatais presentes na regulação do jogo econômico, a produção industrial começou a crescer. Inicialmente no marco da crise mundial, mas persistiu com a recuperação assistida a partir de meados da década de 1930. Por um lado, a prosperidade das décadas anteriores havia criado um mercado consumidor, por outro, as medidas de fechamento da economia criavam condições para substituir os bens importados por outros produzidos localmente, sobretudo se a produção fabril não exigisse sofisticação tecnológica, como nas indústrias de alimentos, confecções e produtos químicos e metálicos diversos. O grande capital, até então vinculado à produção agropecuária, voltou-se para a indústria.

¹⁴ “(...) avalúo es el acto de fijar el valor de una mercadería o de una cosa, de acuerdo con la estimación del valor de sus componentes. En el orden comercial común, equivale a fijarle precio. En el terreno aduanero es darle el valor convencional, en relación con la unidad de medida tenida en cuenta para apreciarlo, considerando para ello no sólo su costo, sino el seguro y el flete abonado hasta llegar al depósito fiscal o sea su valor C.I.F. (costo, seguro y flete)”. Disponível em <http://www.aeana.org.ar/index.php?pageid=38&letra=T> Acesso em 26/09/2009.

El más importante grupo exportador, Bunge y Born, que ya tenía otras industrias, instaló en 1932 la empresa textil Grafa, precisamente en la rama entonces más dinámica. Lo mismo hicieron otros grupos económicos tradicionales como Leng Roberts o Tornquist – que combinaban actividades agropecuarias con industriales o financieras –, y también nuevos inversores extranjeros: significativamente a mediados de la década de 1930 se instalaron tres grandes empresas textiles norteamericanas, Anderson Clayton, Jantzen y Sudamtex, y en seguida Ducilo, dedicado al hilado sintético (ROMERO, 2001, p. 74)

Ao longo da década de 1930 a contribuição do capital estrangeiro ao setor industrial argentino se ampliou. Instalaram-se mais 45 empresas multinacionais e os investimentos estrangeiros no setor industrial, entre 1931 e 1937, foram de 800 milhões de pesos. Também foi significativo que entre 1937 e 1943, 36% do capital total investido na indústria, ficou ao encargo do capital privado internacional (dados citados na pesquisa de SANTOS JR., 2004). O capital internacional, majoritariamente de origem norteamericana, estava ligado a vários ramos da atividade industrial no país, com destaque para os setores químicos, de materiais elétricos, metais e principalmente a produtos têxteis.

O empresariado nacional investiu em diversos ramos produtivos repetindo uma tendência de polivalência no mundo dos negócios já caracterizada no modelo agro-exportador. De acordo com Sábato (1991) e Shvarzer (1989), tratava-se da velha dinâmica dos setores proprietários de diversificação em distintas atividades sem ligar-se definitivamente a apenas uma. Uma vez satisfeita a demanda interna num determinado ramo era mais conveniente passar a outro, igualmente insatisfeito, em vez de aprofundar os investimentos tecnológicos no anterior. Por outro lado, do ponto de vista político, a combinação de um mercado fechado com algumas poucas grandes empresas por cada ramo de atividade produtiva tornou pouco relevante a pressão por maior eficiência ou menores preços. O que era verdadeiramente importante eram as regras do jogo que eram criadas pelo Estado. Assim, o crescimento industrial abriu um novo campo de negociação entre os setores proprietários e o Estado.

Outra medida de caráter menos duradouro, mas que teve amplas conseqüências no contexto da “década infame” foi o reforço da relação com a Grã-Bretanha através do

conhecido Pacto Roca-Runciman. A competição internacional entre as duas grandes potências somado às difíceis relações que a Argentina mantinha com os Estados Unidos e à tradição histórica de aliar-se à Inglaterra levaram o governo argentino a selar um pacto de comércio bilateral que favorecia de forma quase exclusiva as relações com a Grã-Bretanha em 1933. Em 1932, a Argentina sofreu perdas significativas de exportação de carnes para a Inglaterra por conta do favorecimento das colônias britânicas como parceiros comerciais estabelecido na Conferência Imperial de Ottawa. A importação da Argentina foi reduzida em 1/3 no caso da carne congelada e em 10% no caso da carne resfriada, sendo substituída pela carne australiana. O governo sofreu forte pressão dos interesses constituídos sobre a exportação de carnes (produtores, frigoríficos e transportadores) para reverter o quadro. O governo argentino tinha, no entanto, um trunfo: o controle do limite de envio de dinheiro ao exterior e a política de taxas sobre importação. Com isso, podia discriminar as importações e regular o montante de divisas que seria utilizado para pagar o serviço da dívida para seguir comprando produtos britânicos ou para tributar as rendas de empresas britânicas instaladas na Argentina. O pacto Roca-Runciman na prática garantiu uma série de privilégios para a Inglaterra em troca da garantia de importação de carnes¹⁵.

Significativo foi o papel dos empresários industriais representados pela UIA por ocasião do Pacto Roca-Runciman, levando a entidade a organizar um grande encontro de oposição. De acordo com Shvarzer (1991), o ato foi realizado no *Luna Park* e a principal figura a discursar foi o presidente da UIA Luiz Colombo. Além de importante, a manifestação foi massiva porque os empresários da entidade recorreram à estratégia de levar seus trabalhadores reforçando a idéia de que a entidade sempre buscou a “aliança de classe”, idéia também respaldada no discurso de Colombo ao lembrar a manifestação de 1899. Analisando este discurso, Shvarzer (1991, p. 63) conclui que “el mitin más que oponerse al convenio Roca-Runciman, estaba destinado a asegurar que se cumplieran sus previsiones. (...) No se criticaba la letra del convenio, sino la posibilidad potencial de más concesiones que las ya efectuadas”¹⁶.

¹⁵ As mesmas cláusulas do pacto foram mais ou menos reproduzidas em 1936 com o pacto Eden-Malbrán.

¹⁶ Um dos trechos destacados por Shvarzer retirados de Cúneo (1991, p. 63) sintetiza o tom do discurso de Colombo: “queremos que entre esos países amigos se cuente de preferencia a la Gran Bretaña, cuya secular amistad es proverbial y cuya contribución al progreso argentino ha sido la piedra angular del mismo, ya

Na resposta que o poder executivo preparou e divulgou através da imprensa ficou registrado um certo desdém pela entidade e sua real capacidade de representação já que esta foi considerada “el órgano que representa algunos respetables intereses fabriles del país” [grifo do autor]. Além disso, o governo sinaliza no mesmo documento que terá que fazer ainda algumas concessões mais e que “si queremos vender, no podemos negarnos a ser, razonablemente compradores de lo que pueda adquirirse con ventaja” (Comunicado da presidência da nação reproduzido por Guerrero e citado por SHVARZER, 1991, p. 64). A UIA respondeu às colocações do governo reafirmando seu propósito de apoiar a missão de Júlio Roca, desde que isso não ferisse os interesses atuais e futuros da indústria argentina que clamava por proteção. Frente às insinuações do Poder Executivo quanto à representatividade da entidade, a réplica da UIA destaca o caráter associativo abarcador da atividade fabril e que representa os grupos sociais presentes no *Luna Park*, especialmente os trabalhadores. Diz o documento da UIA:

Al presentar el petitório que concreta las aspiraciones de la industria y el trabajo, expresadas tanto en el mitin referido, como en las publicaciones y manifestaciones anteriores hemos querido agregar también la firma de los obreros fabriles... (por lo cual) elevará las firmas de obreros inmediatamente que se termine de recogerlas demostrar... que el pedido no lo subscriben sólo los industriales sino, además, todos los hombres de trabajo, desde el más humilde has el más destacado... (citado em SHVARZER, 1991, pp. 65-66)

O episódio parece evidenciar as difíceis relações entre empresários e governo na Argentina em termos de debate dos interesses divergentes bem como as dificuldades de negociação coletiva ou da articulação política dos empresários como agentes coletivos. Também é notável a evocação dos trabalhadores como forma de fortalecer suas causas. E,

prodigando sus capitales en los primeros empréstitos o asentando sus rieles en todas las direcciones de nuestra tierra o creando industrias de servicios públicos y fabriles sin dejar de ser nunca el más fuerte y consecuente comprador de nuestros productos agropecuarios (...). En esta casa (la UIA) donde se proclama el *proteccionismo* como la mejor orientación económica argentina, en esta casa donde hemos predicado y seguiremos predicando lo que en una oportunidad feliz dijo el actual embajador inglés sir Malcolm Robertson sintetizando la frase ‘comprar a quien nos compra’ y que él con tanta razón pudo expresar, está justificado en nuestro concepto, para Gran Bretaña como una casi obligación del Estado, y de los particulares, que deberían ofrecerle toda la preferencia en cuanto artículo pueda ella proporcionarnos, mientras no lo produzcamos nosotros mismos, otorgándoles el justo premio que merece y más aún, a que tiene derecho por su constante y decidida obra en favor de nuestro país”.

por último, cabe destacar que não há a caracterização de um conflito entre o setor rural e o industrial¹⁷. Mas, quando se trata de negociações pessoais ou de tratar de interesses específicos junto às mais altas cúpulas governamentais, a história parece ser diferente. A atuação pessoal de Luiz Colombo em decisões governamentais é uma indicação disso. Ele inclusive participou diretamente do golpe de 1930 e consta que entrou na *Casa de Gobierno* junto com os primeiros contingentes militares para aconselhar ao vice-presidente Dr. Martínez que renunciasse. Além disso, há registros de que interveio em favor de governadores e que realizou contatos com empresas estrangeiras para instalar-se no país. Por trás de tais fatos, “se revela una red de influencias entre los grandes grupos locales, las entidades empresarias y el gobierno nacional” (SHVARZER, 1991, p. 62)

No final do período conhecido como “década infame”, há outro fato marcante que caracteriza o novo perfil do Estado interventor. Com o advento da 2ª Guerra Mundial e o clima de pessimismo, crises internas assolaram ao país e obrigaram o governo a intervir na economia para evitar um novo ciclo de recessão. Nestas circunstâncias foi elaborado o Plano Pinedo, do então ministro da fazenda de Roberto Ortiz, em 1940. Este plano baseou-se em um diagnóstico pessimista que previa uma nova crise do comércio exterior com influências negativas sobre a atividade interna, o que indicava uma iminente depressão, crise industrial, desemprego e convulsão social.

Diante de tal diagnóstico as medidas adotadas deveriam ser rápidas no sentido de prevenir um novo desmoronamento produtivo, como havia sido o da depressão de 1929. O plano recomendava medidas de curto prazo, como a compra de colheitas dos produtos agrícolas que não encontrassem mercado, maior restrição às importações e à execução de um vasto programa para o setor de construção civil, orientado no sentido de construir casas populares e manter o nível de emprego da economia. Além destas estratégias de

¹⁷ No comunicado que a UIA fez circular, respondendo ao documento do governo, declara que não há nada mais equivocado do que pressupor esta divisão. “ningún recurso más falaz que esta desgraciada división de la riqueza, de la fuerza y del trabajo argentinos, verdadera incongruencia de la que no nos hubiéramos ocupado si el comunicado de V.E. no nos hiciera notar que nuestras gestiones han podido ser tergiversadas hasta tal extremo... (por eso la UIA) quiere aclarar, categóricamente, sin reservas de ningún género, que si cualquier iniciativa, venga de donde viniere, pudiera traducir menoscabos, lesión o perjuicio para los intereses agrarios o para los intereses ganaderos, con la misma decisión con que defiende los propios,... reclamará cautela y justicia, porque los agravios a las actividades del campo no son ni pueden ser extraños a las actividades de la ciudad. La hostilidad, se así quiere llamársele a la diferencia de intereses que provoca esta situación, no está entre la industria fabril y las industrias agrícola-ganaderas. Son otras las actividades que discrepan en este verdadero concierto de la riqueza pública” (citado em SHVARZER, 1991, p. 66)

curto prazo, o plano reconhecia que a redução das importações incentivaria a produção industrial nacional durante a segunda guerra, de modo que deveriam ser aproveitadas as oportunidades para que a indústria fosse mais fortalecida e diversificada. Neste sentido, as principais propostas defendidas por Pinedo foram assegurar facilidades de crédito para o financiamento dos investimentos industriais e para a aquisição de máquinas e equipamentos, além de fomentar as exportações industriais, através do devido uso das políticas cambiais. Entretanto, ficou claro com o desenrolar da guerra que os diagnósticos em que se baseou o Plano Pinedo não se confirmaram. Durante a guerra as exportações argentinas mantiveram seus mercados tradicionais, além de aprofundar suas vendas para países como os Estados Unidos e o Brasil. Assim, esta evolução das exportações contrariou um dos supostos básicos do plano e contribuiu para seu fracasso político: o plano não foi aprovado pelo Congresso Nacional e o ministro Pinedo renunciou. No entanto, a existência do Plano Pinedo foi o primeiro sintoma da nova mentalidade com que se encarou a questão industrial na Argentina, pois ficou evidente que os condutores da economia estavam voltando sua atenção sobre a importância do papel do Estado nos assuntos econômicos e sobre a fragilidade dos setores exportadores de carnes e cereais, até então pilares da economia do país. Assim, o plano serviu como uma espécie de passagem para as políticas que seriam adotadas com a ascensão de Juan Domingo Perón ao poder em 1946, período em que se inicia a substituição induzida das importações.

Em 1942, a UIA participou de uma ação opositora contra o governo de Castillo. Nesse ano, criou juntamente com outras tradicionais associações empresariais (*SRA*, *CACIP* e *Bolsa de Comercio*) o *Comité de Defensa Económica* cujo slogan criado pelo presidente da UIA, Luiz Colombo, era “*Basta de impuestos*”. No ano seguinte, logo depois do golpe de Estado que depôs Castillo, a entidade se desfez para dar lugar ao *Centro de Acción Económica*, convertido em órgão assessor do governo militar por um decreto especial (SHVARZER, 1991).

Do ponto de vista da questão social, a década de 30, não interrompeu o ciclo virtuoso de crescimento de atividades associativas com finalidades de intervenção e minimização dos problemas sociais. Porém, a partir da primeira quebra da ordem constitucional com o golpe militar que destituiu o governo radical instalado, abre-se um período de maior intervenção e regulação por parte do Estado sobre as ações sociais das

associações de bairro, do movimento mutualista, das organizações de defesa social e das organizações caritativas e beneficentes ligadas à Igreja ou às damas da alta sociedade. São exemplos das regulações estatais deste período a criação do *Fondo de Asistencia Social* em 1932 com recursos aprovados pelo Congresso Nacional, a sanção da Lei de Imposto de Renda em 1937 que estabeleceu isenções para sociedades cooperativas e entidades civis de assistência social, caridade, beneficência, educação e cultura sempre que não distribuíssem seus ganhos e seu patrimônio entre os sócios e, em 1937, a criação do *Registro Nacional de Asistencia Social*, em seguida denominado *Registro de Entidades de Bien Público*, que registrava e fiscalizava as entidades de assistência social bem como intervinha sobre a liberação de recursos provenientes do governo federal. No início da década de 1940 começa a estruturar-se a previdência social por meio das *cajas de jubilaciones* (cujo organismo condutor foi o *Instituto Nacional de Previsión Social* criado em 1944) e os seguros sociais com base na prestação de *servicios gremiales* e legislação trabalhista. Há também um movimento de centralização da organização sanitária e assistencial com a criação da *Dirección Nacional de Salud Pública y Asistencia Social* também em 1944 (PASSANANTE, 1987).

Mas é na segunda fase do modelo substitutivo que podemos notar uma virada tanto na intervenção econômica estatal – a industrialização se converteu em política de Estado – quanto na área social, especialmente a partir das políticas sociais desenhadas e implementadas no primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946-1951). Do ponto de vista da intervenção na economia, foi criado um amplo espectro de medidas de proteção à atividade manufatureira e de transferência de recursos do setor rural para a economia urbana¹⁸. É no contexto do governo de Perón que tal política se intensifica, embora tenha diminuído a partir de 1950 as medidas que penalizavam o agronegócio. Nesse período há um notável avanço das empresas públicas e um incremento ao peso dos pequenos e

¹⁸ “Esta transferência foi possível porque os preços internacionais dos produtos de exportação argentinos estavam em alta no período considerado. Isso permitiu a criação do *Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio* (IAPI), que monopolizou a comercialização dos cereais e oleaginosos e, entre 1946 e 1949, comprou as colheitas dos agricultores para as vender internamente e no exterior, obtendo uma margem de ganho considerável. De posse dessa margem o instituto remunerava os agricultores com um lucro razoável, porém abaixo do real, destinando o restante na forma de crédito barato para o setor industrial, além de sustentar os crescentes gastos públicos. Ademais, o setor agrícola dentro do esquema econômico peronista foi fundamental na obtenção das divisas necessárias à importação dos insumos básicos e equipamentos que ainda não eram produzidos internamente”(SANTOS JR., 2004, p. 50).

médios empresários nacionais. Outro fenômeno foi o da absorção pelo Estado de empresas privadas com dificuldades financeiras e, a partir dos anos 1950, sua participação acionária como via de saldar dívidas de impostos e previdência. Mas, o grande marco do período foi a desconcentração da atividade produtiva¹⁹. Os meios escolhidos pelo governo para concretizar esta idéia pró-industrialista foram basicamente a manutenção da restrição às importações que pudessem competir com as empresas instaladas na Argentina e uma generosa política de concessão de créditos. Além disso, as permissões prévias para a obtenção de divisas estrangeiras passaram a se dar em condições de extrema dificuldade. Também foi estabelecido um sistema de preferências para as importações de matérias-primas e bens de capital.

Já a política de crédito industrial foi canalizada para o setor industrial, via bancos estatais, através das transferências de recursos do setor agropecuário. Além disso, a já citada centralização do Banco Central permitiu ao governo destinar recursos para o setor industrial, que se beneficiou de créditos abundantes com longo prazo de pagamento e a taxas de juros negativas. A política fiscal adotada também contribuiu no que diz respeito ao apoio dado pelo governo peronista à industrialização. Esta foi derivada principalmente do aumento dos gastos militares que geraram demanda adicional aos produtos industriais. Além disso, houve a expansão dos gastos com a educação dirigida à formação profissional para habilitar a mão-de-obra a trabalhar no setor industrial. Outro aspecto que motivou o crescimento industrial foi a política salarial implementada durante o primeiro plano quinquenal de Perón, quando se verificou uma expansão salarial sem precedentes. Os salários reais aumentaram 62% entre o fim da segunda guerra e o final da década de 1940 (GERCHUNNOF e LLACH, 1975). Com maiores salários, os trabalhadores aumentaram o montante global consumido, favorecendo o aumento dos investimentos industriais.

No contexto do peronismo, as relações entre Estado e empresários guardaram feições bastante diferentes. Quando Perón assumiu o *Departamento Nacional del Trabajo*, em 1943, as relações entre ele e o então presidente da UIA, Luiz Colombo,

¹⁹ De acordo com Dorfman (citado por SHVARZER, 1991, p. 80) que analisou os resultados do Censo Industrial de 1935, 240 empresas concentravam 1/3 do capital industrial investido no país e que metade do capital total da indústria argentina estava representado por empresas cujo capital era, direta ou indiretamente, estrangeiro. Foi essa situação que a política econômica intervencionista de Perón procurou mudar através da nacionalização de serviços e a criação de empresas estatais.

foram de extrema cordialidade, com visitas mútuas e pronunciamentos públicos que enunciavam um tom de confiança recíproca. Perón chega a dizer que Colombo “será mi brazo derecho” (Revista Argentina Fabril citada por SHVARZER, 1991: 85). Ao longo de 1944, entretanto, notavam-se já as tensões frente à política social levada a cabo pelo Departamento. Como comenta Shvarzer (1991, p. 85)

La antigua oposición de la entidad a las leyes sociales, que consideraba demasiado “avanzadas” para el país, emerge de nuevo en ese comentario que plantea la importancia de “limitar” las concesiones. Es probable que el temor a excesos legislativos se acrecentara por la mayor facilidad para tomar decisiones ejecutivas de que disponía el gobierno militar luego de la disolución del Congreso; al mismo tiempo, resulta evidente que la entidad mantenía todavía cierta confianza en que sus relaciones con el poder le permitirían contener decisiones que no fueran de su agrado.

Houve tentativas bilaterais de manter um bom relacionamento entre UIA e governo, especialmente com Perón. A UIA fez doações importantes no ano de 1944 a vítimas de um terremoto e necessitados do interior. Perón, por sua vez, fez uma intervenção pessoal na contenção dos escândalos de corrupção da CADE (*Compañia Argentina de Eletricidad*), empresa associada da UIA e participante em sua direção, impedindo que se difundisse o relatório da comissão investigadora nomeada pelo governo. Mas as tensões entre Perón e a UIA pouco antes da chegada dele à presidência foram flagrantes e crescentes, principalmente no que se refere por um lado, às políticas sociais e, por outro, às tentativas frustradas de transformar a UIA numa espécie de contra-face da *Confederación General de los Trabajadores* – CGT. Internamente, a UIA se dividiu em duas grandes correntes: uma colaboracionista, disposta a colaborar com o governo em troca de uma maior presença da entidade nas negociações das políticas econômicas e sociais; e outra anti-colaboracionista, em maior número, que se recusava a negociar com o governo. Perón, por sua vez, começa a valer-se cada vez menos da mediação da entidade e passa a negociar diretamente com as empresas numa atitude que reforçou ainda mais a posição dos anti-colaboracionistas. O enfrentamento foi cada vez

mais aberto no decorrer do ano de 1945²⁰ e quando Perón chega à presidência em 1946, a UIA enfrentará um período de intervenção até 1953.

Quando Perón assume o executivo federal, por meio de seu carisma pessoal e de estratégias de governabilidade conhecidas na América Latina como populismo de forte inspiração positivista, mostrou-se disposto a conversar com todos os setores da sociedade, enquadrando os conflitos inerentes à modernização em um ordenamento orgânico conduzido pelo Estado. De maneira sintética, ele assinalou aos seus colegas militares os perigos do pós-guerra, a ameaça de desordens sociais e a necessidade de um Estado forte capaz de intervir na sociedade e na economia e que ao mesmo tempo assegurasse a autonomia econômica. No âmbito do *Consejo Nacional de Posguerra* – CNP, criado por ele, insistiu na necessidade de aprofundar as políticas de seguridade social, assim como de assegurar o pleno emprego e a proteção ao trabalho diante da possibilidade de crise das indústrias cujo crescimento foi sustentado pela guerra²¹. Aos empresários destacou o perigo das massas de trabalhadores desorganizados e o perigo do comunismo que avançava na Europa. Diante daqueles e destes, colocava-se como quem poderia canalizar a efervescência social se os munissem do poder necessário para tal. Mas os empresários desconfiaram de suas promessas e “progresivamente, las agrupaciones patronales fueron tomando distancia de Perón y de la política de la secretaría, mientras éste paralelamente acentuaba su identificación con los obreros, subrayaba su prédica

²⁰ A título de ilustração dos enfrentamentos ocorridos neste ano, temos a publicação de um manifesto assinado pelas grandes associações patronais (UIA, SRA, CACIP e Bolsa de Comércio) no qual se lê o seguinte trecho: “Desde que creó la Secretaría de Trabajo y Previsión – organismo cuya existencia no objetamos – se mezcla em la solución de los problemas sociales ese espíritu que denunciamos y cuya unilateralidad se quiere justificar en la necesidad de combatir y extirpar el comunismo, granjeando al gobierno los presuntos méritos de una política social y avanzada. No creemos feliz ese procedimiento aunque fueran aceptables todas sus soluciones y, mucho menos, cuando no es el fruto de un régimen y sólo depende de una voluntad personal transitoria y circunstancial” (SHVARZER, 1991: 90). A resposta de Perón ao manifesto foi que “le resultaba muy grato comprobar que los señores industriales no están representados en el mismo, mientras que sí lo habían firmado los terratenientes enemigos de la industria que han representado dentro del país la eterna oligarquía económica” (retirado do jornal La Prensa, citado por SHVARZER, 1991, p. 90). A posição de Perón transforma-se numa das grandes bandeiras do justicialismo que é a luta contra a oligarquia, muito forte no imaginário e no vocabulário político argentino até hoje.

²¹ Em relação ao pleno emprego, assinala-se no período um substantivo crescimento da máquina administrativa estatal. Segundo Sikkink (1993, p. 550), durante el primer gobierno peronista aumentaron notablemente las funciones desarrolladas por el Estado así como la cantidad de empleados públicos [em nota a autora cita um estudo que mostra um incremento de 349.000 funcionários no período 1943-52, aumento de 144,4%]. El Estado asumió un papel activo en el mantenimiento del pleno empleo, absorbiendo personal que no encontraba trabajo en la actividad privada”.

anticapitalista y desarrollaba ampliamente en su discurso los motivos de la justicia social” (ROMERO, 2001, p. 100).

A força política (não técnica) da burocracia e do próprio governo parece ter prevalecido sobre os interesses corporativos. O caráter não corporativo do CNP, que era controlado absolutamente pela burocracia estatal, aparece de forma notável nos documentos que reafirmavam em tudo as políticas governamentais em vigência. De acordo com documento do CNP, num estudo sobre a inflação e sobre políticas de como combatê-la se podia ler que “la inflación era parte de la reacción patronal contra la política social. Los aumentos de precios resultaban pues intentos de neutralizar los mayores costos que estas medidas significaban para la clase patronal. Pero la acción patronal no se limitaba a los aumentos de precios. La inflación era vista como parte de una campaña opositora, por lo tanto su naturaleza era eminente política y como tal debía ser tratada (*Consejo Nacional de Post-Guerra*, 1945 documento citado por JÁUREGUI, 2000, p. 72).

A política econômica adotada por Perón tinha dois traços fundamentais: a intervenção – que principalmente protegeu a indústria local, favorecendo ainda mais a substituição de importações – e a nacionalização dos serviços públicos. Como forma de estímulo à indústria foi criado o Banco Industrial que permitiu a distribuição de créditos aos pequenos e médios empresários e seu conseqüente crescimento (ROMERO, 2004). Como consequência, “en el imaginario social ocupó un lugar importante el ‘nuevo rico’, el *parvenu*, que se mezcló con otros nuevos integrantes de una elite dirigente que, ciertamente, era mucho más variada que la anterior a 1945: los sindicalistas ocuparon puestos visibles, junto con una nueva camada de políticos, deportistas o artistas” (ROMERO, 2001, p. 117).

Nesse período há uma intensificação do movimento de migrações internas. A crise da agricultura pampiana somada à oferta crescente de postos de trabalho no setor industrial foram fatores de atração à vida nas cidades, refletindo processos de modernização e a aparição de novas aspirações e expectativas disseminadas pelo rádio e pelo cinema. Dentre os migrantes destacam-se aqueles provenientes do interior tradicional e a formação da imagem social do *cabecita negra*, expressão de cunho fortemente pejorativo que as classes médias e altas, principalmente de Buenos Aires,

impingiam aos migrantes do interior com acento racista e classista. Os *cabecitas negras* tinham como característica física o cabelo e tom da pele mais escuros evidenciando uma descendência indígena ou africana, mas eram também o grande contingente da nova classe operária urbana. Nos cinturões das grandes cidades e suas regiões metropolitanas foram os protagonistas de uma história social conhecida: os pequenos terrenos, as casas precárias construídas por partes e o esforço societário para urbanizar o lugar.

A massa de trabalhadores foi incorporada à sociedade de consumo e ao lazer graças à ação direta do Estado e a uma situação econômica estável e em crescimento. O Estado, com base no ideário da *justicia social* – da qual derivou a doutrina *justicialista* – reconheceu a existência do povo trabalhador e com essa imagem tentou constituir uma nova identidade social para a nação.

Los materiales de esta idea se habían ido conformando en las dos décadas anteriores, tanto por obra de las experiencias de los sectores populares como de diversas fuentes discursivas, del socialismo a la doctrina de la Iglesia. Todo ello había decantado en una percepción, racional y emotiva a la vez, de las injusticias de la sociedad (...) unida a una acción racional para solucionar sus aspectos más visibles, para alcanzar mejoras, quizá modestas pero posibles e inmediatas, en las que el Estado benefactor tenía la responsabilidad principal y la propia organización de los interesados era relegada a una situación ancilar (ROMERO, 2000, p. 118).

Somente em meados dos anos 1940, com a reconfiguração do Estado operada pelo general Perón, há mudanças substantivas no campo social. Da parte do Estado, as principais foram consolidadas na reforma da Constituição de 1949 e, de acordo com Paladino e Mohan (2002, p. 31):

...el mecanismo central detrás de estas transformaciones fue la ampliación de los derechos sociales, mediante la masificación de la seguridad social para las personas insertas en el mercado laboral, en una economía que estimulaba el trabajo industrial. Los protagonistas de estas transformaciones fueron: el Estado articulado con los sindicatos y los pequeños-medianos industriales. Desde el punto de vista de las ciencias sociales, este modelo de relación entre el Estado y la sociedad (que se presentó – con algunas variaciones – en los

distintos países de Latinoamérica , durante los años '30), se ha denominado Populismo”

O governo de Perón operou o desenvolvimento do sistema nacional de segurança social com a passagem da prestação de serviços sociais às mãos dos sindicatos. Tal sistema tinha um caráter massivo e incluía a todos os empregados bem como novos benefícios (13º salário ou “aguinaldo”; férias remuneradas e regimes de indenização por demissão e invalidez). O peronismo inaugurou uma nova relação entre Estado e sindicatos, tomando como base o trabalho desenvolvido pelo próprio Perón antes de 1945 na Secretaria de Trabajo y Previsión. Os pequenos sindicatos foram substituídos por sindicatos únicos nacionais, divididos por setor de atividade e com um perfil claramente centralizado nas negociações com os empregadores. O movimento sindical por sua vez organizou-se numa CGT única que mediava as relações entre sindicatos, Estado e empregadores. O Estado também começou a intervir progressivamente nos contratos coletivos de trabalho até tirá-los do âmbito privado e convertê-los em assunto de direito público.

O desenvolvimento do sistema de segurança social tomou as *sociedades de socorros mútuos* como base para o posterior desenvolvimento das *obras sociales*, com a diferença fundamental de que as contribuições dos empregadores foram adicionadas às contribuições dos trabalhadores. Desenvolveram-se em estreita aliança com os sindicatos, então com abrangência nacional e divididos por profissões, tanto é que cada setor de atividade criou sua própria obra social, tomando como base as antigas sociedades mutuais. Assim, o peronismo introduziu uma nova perspectiva na relação com os seguros, desenvolvendo um sistema nacional de segurança social massivo que cobriu a praticamente todos os trabalhadores. Para isso, foi criado o *Instituto Nacional de Previsión Social*, com os objetivos de consolidar um sistema centralizado e uniforme de benefícios, a fim de superar a variedade de regimes existentes então, homogeneizar os requisitos à inclusão no sistema e fixar haveres mais equitativos. Por isso, o peronismo não somente estabeleceu um sistema de seguridade social, mas também a idéia de que ela é um mecanismo de redistribuição econômica e que o Estado tem tanto a necessidade quanto a obrigação de proporcioná-la. Os direitos sociais – também conhecidos como “derechos de segunda generación” dentro do movimento mais amplo de

constitucionalismo social – foram consolidados institucionalmente na Constituição de 1949.

Antes, porém, da Constituição de 1949, um fato importante marcou o campo da assistência social e as relações entre público e privado na Argentina: a dissolução da Sociedad de Beneficência e criação da Fundación Eva Perón em 1948, o que significou um novo padrão nas relações entre Estado e sociedade²². Há uma grande polêmica em torno das rupturas ou continuidades entre a atuação da Sociedad de Beneficência e a Fundación Eva Perón. Segundo Fanfani (citado por THOMPSON, 1995: 55): “en cierta medida se reproducirá el esquema formal de la Sociedad de Beneficencia. La ayuda social será llevada a cabo por una organización con características muy peculiares y con una ubicación muy ambigua entre el espacio de la administración central del Estado y el espacio de las entidades privadas”. De acordo com Paladino e Mohan (2002), há traços de continuidade entre ambas: liderança e corpo de membros majoritariamente femininos foram as principais provedoras de serviços sociais em seus respectivos períodos de atuação e tinham uma posição ambígua entre o Estado e o campo privado. Porém há uma ruptura fundamental (também analisada por CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a), a SB relaciona-se com a política social do regime oligárquico, cuja legitimidade vinha da tradição e da posição social de seus membros. Já o peronismo e a figura de Eva Perón buscavam afastar-se desse padrão de legitimação pela via tradicional ou patrimonialista, e afirmavam estar rompendo com a ordem estabelecida bem como tratando de implantar um sistema racional de assistência social para aqueles que estivessem fora do sistema de proteção ligado ao mercado de trabalho. Sendo assim, Evita, por meio de sua imensa capacidade de dialogar com as massas populares, tratou de desvincular-se da assistência e atividades beneficentes tradicionais para colocar-se no terreno da justiça social, substituindo a idéia de um dever moral porém discrecional dos ricos pelo conceito de direitos dos mais necessitados:

²² O trabalho social de Evita começou em 1946, mas foi adquirindo cada vez maior extensão e envergadura. Assim, “La Fundación Ayuda Social María Eva Duarte de Perón se constituyó el 19 de junio de 1948 y obtuvo su personería jurídica el 8 de julio de ese año. A partir del 25 de septiembre de 1950 pasó a llamarse “Fundación Eva Perón” (Disponível em <http://www.me.gov.ar/efeme/evaperon/fundacion.html> Acesso em 13/10/2008).

Pero me causa gracia la discusión, cuando no se ponen de acuerdo siquiera en el trabajo que yo hago. No es filantropía ni es caridad, ni es limosna, ni es solidaridad social ni es beneficencia. Ni siquiera es ayuda social, aunque darle un nombre aproximadamente yo le he puesto ese (...) para mí es estrictamente justicia. Lo que más me indignaba al principio de la ayuda social era que me lo calificasen de limosna o de beneficencia. Porque la limosna fue siempre para mí un placer de los ricos: el placer desalmado de excitar el deseo de los pobres sin dejarlo nunca satisfecho. Y para eso, para que la limosna fuese aún más miserable y más cruel, inventaron la beneficencia, y así añadieron al placer perverso de la limosna el placer de divertirse alegremente con el pretexto del hambre de los pobres. La limosna y la beneficencia son para mí ostentación de riqueza y de poder para humillar a los humildes (Evita Perón citada por CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a: 47).

Para os peronistas Evita era “un sentimiento popular, la conductora del pueblo e intérprete de sus sentimientos” (*Anales del Congreso Nacional 1949-54* citado em CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a, p. 46). Mas para a oposição não faltavam argumentos para caracterizar o carisma de Evita como um reforço de práticas anti-republicanas e anti-democráticas na cultura política argentina. Um dos principais pontos de ataque à fundação eram as suas fontes de financiamento. Além do investimento inicial feito por Eva Perón da ordem de dez mil pesos, contava com os mais variados tipos de doações – de trabalhadores, de empresários, de particulares além de percentuais deduzidos de convênios coletivos de trabalho nos quais Evita atuava como mediadora, contribuições sindicais previstas em lei e subsídios estatais (federais, estaduais e municipais). Legalmente, a fundação era uma instituição privada, mas o fundos mobilizados por ela com o tempo, especialmente os de origem estatal, superavam em muito aqueles da assistência social movimentados pela *Administración Nacional de Asistencia Pública*.

Dentre as obras e atividades realizadas pela *Fundación Eva Perón* durante o períodos de sua existência há atividades muito diversificadas e que foram desenvolvidas em todo o âmbito nacional. Campetella y Bombal (2000a) destacam as seguintes:

- Construção e gestão de colônias de férias, clubes escolares, casas de passagem, casas-escola e lares para idosos²³;
- Construção de hospitais, policlínicas e ambulatórios especializados;
- Construção de escolas e cidades estudantis;
- Doações de livros, equipamentos para hospitais, equipamentos para escolas e diversas doações em dinheiro para famílias ou indivíduos carentes;
- Organização de campeonatos de futebol infantis;
- Projeto e planejamento de conjuntos habitacionais;
- Administração de pensões na velhice, para os maiores de 60 anos que não tinham benefícios de aposentadoria nem bens;
- Administração de bolsas de ensino secundário;
- Inauguração de um “Tren Sanitário” que levava assistência médica e odontológica a todo o país;
- Implementação de um Plano Agrário destinado a prestar ajuda aos pequenos agricultores por meio de empréstimo de maquinaria agrícola pertencente à Fundação.

Um último ponto importante relativo às políticas sociais do primeiro governo de Perón, diz respeito à sua inserção no tecido social através das chamadas *unidades básicas*, organizações definidas como “centro da la actividad política del barrio, a través de la cual los vecinos y el pueblo en general participan em forma organizada en el gobierno” (*Unidad Básica Mario Brión*, documento citado por CAMPETELLA y BOMBAL, 2000a, p. 48)

As *unidades básicas* eram micro centros de poder e participação da população que funcionavam ao nível dos bairros, observando-se as necessidades locais do ponto de vista dos moradores. Foram montadas e se desenvolveram sobre uma ramificada rede de associações locais originadas no início do século XX (mencionadas anteriormente) tais como associações de bairro, clubes culturais e esportivos, bibliotecas populares e

²³ O tema da assistência aos idosos foi muito importante para a Fundação: “el 28 de Agosto de 1948 Evita dio lectura, en el Ministerio de Trabajo, a la declaración de los Derechos de la Ancianidad, que puso en manos del Presidente, solicitando que fuera incorporada a la legislación y a la práctica institucional de la Nación. Fue incluida en la Constitución Nacional de 1949. En los hechos, la Fundación construyó Hogares de Ancianos y obtuvo la sanción de una ley que otorgaba pensiones a los mayores de 60 años sin amparo” (Disponível em <http://www.educacion.gov.ar/efeme/evaperon/fundacion.html> acesso em 01/09/2009).

sociedades de fomento. A proximidade das unidades básicas à estrutura de poder público, principalmente o relacionamento com a burocracia, tornaram-nas concorrentes dos comitês de partido – como comitês radicais e os centros socialistas.

Es bajo esta figura que las organizaciones sociales se insertaron en la “comunidad organizada” de la doctrina peronista, junto a actores corporativos como los sindicatos y las asociaciones empresariales. El mismo Perón se refiere a ellas como “organizaciones libres del pueblo”, buscando integrarlas como la base social del movimiento peronista que ya tenía organizada su rama sindical, partidaria y femenina. Estas organizaciones adquirieron mayor importancia hacia fines del gobierno Perón, ante la creciente oposición política, y se inscribieron en una paradójica concepción del poder basada en la no-delegación y el llamado a la participación total²⁴.

Quando o peronismo foi proscrito como partido a partir de 1955, as unidades básicas nos bairros tornaram-se uma espécie de espaço para uma militância extra-oficialmente partidária. Talvez seja um exemplo raro na história política de um partido que, impedido de desempenhar-se como tal, passa a atuar como movimento social, tomando como assento geográfico a estrutura das unidades básicas.

O que os dados históricos até aqui parecem indicar é que a vinculação entre as elites econômicas e a secularização da ação de beneficência e caridade é uma das marcas de origem das organizações não-governamentais, assim como a contraditória demanda por autonomia e financiamento estatal. A relação entre Estado e Sociedade articulada pelo peronismo teve, portanto, três marcas fundamentais: a) a gênese de sindicatos

²⁴ A noção de comunidade organizada é um dos pilares da “doutrina” peronista por ele chamada de “justicialismo”. Segundo Perón “el imperativo de la comunidad organizada: es por esto que las grandes alternativas que presenta la historia a nuestro país, terminan deduciéndose y no postulándose. Como deducción de la experiencia que viene de la historia, cada día se ahonda más el imperativo moderno de la Comunidad Organizada como punto de partida de toda idea de formación y consolidación de las nacionalidades (...). El Justicialismo concibe al gobierno como el órgano de la concepción y planificación, y por eso es descentralizado; y al pueblo como el elemento de acción, y para ello debe también estar organizado. Vemos entonces que eso factores, gobierno, Estado y pueblo deben actuar armónicamente coordinados y equilibradamente compensados en la ejecución de la misión común. Para que ello ocurra, son necesarias una subordinación ajustada absoluta del Estado al Gobierno y una colaboración y cooperación inteligentes de las distintas fuerzas del pueblo con el gobierno y las instituciones estatales”. Perón definia o justicialismo como um “colectivismo de raíz personal”, igualmente diferenciado del individualismo liberal y del colectivismo totalitario”. (PERÓN, disponível em <http://militanciaperonistajoven.blogspot.com/2007/12/la-comunidad-organizada.html>)

nacionais e do sistema de *obras sociales* tomando como base as antigas sociedades mutuais; b) a dissolução da SB com a conseqüente separação entre o Estado e a assistência tradicional das classes altas, sendo substituída pela *Fundación Eva Perón*; c) a organização de um amplo espectro de organizações locais que aproximou o Estado da sociedade através das chamadas *Unidades Básicas*.

Nos anos 1955 a 1958 temos um novo intervalo militar com as presidências de José Domingo Molina Gómez (1955), Eduardo Lonardi (1955) e Pedro Eugenio Aramburu (1955 a 1958)²⁵. Para além da instabilidade política, ocorre no período uma ampla difusão do famoso diagnóstico de Raúl Prebisch (1973) prenuncia o desenvolvimentismo, conceito que ganha maiores dimensões quando o autor passa a ocupar o cargo de secretário executivo da CEPAL (1950-1963). De forma muito sintética, o diagnóstico cepalino pode ser resumido em três grandes contribuições. A primeira explora o fato de que a divisão internacional do trabalho gerou uma especialização dos países desenvolvidos na produção de bens de consumo duráveis e bens de capital. Os países desenvolvidos são por ele chamados de centrais em contraponto aos países periféricos (antes subdesenvolvidos) que se especializaram na produção de bens primários, sobretudo alimentos e matérias-primas para a indústria dos países centrais. A segunda contribuição, como conseqüência da primeira, propõe a existência de um mecanismo denominado pelo autor de deterioração dos termos de intercâmbio ou deterioração das relações de trocas. Como houve uma evolução assimétrica da diferença de preços entre os produtos industrializados e os produtos primários, os países periféricos foram sendo obrigados a produzir e exportar quantidade cada vez maior para continuar a importar o mesmo volume de bens de consumo duráveis e de capital, a fim de ter

²⁵ Após este golpe de Estado militar conhecido como Revolução Libertadora, a UIA readquiriu sua personalidade jurídica e voltou a funcionar. Em 1961, a eleição de Oneto Gaona como presidente da UIA traz à tona a tradicional cúpula da UIA e seus ideais de sempre: 1) a inseparabilidade das outras entidades de representação dos interesses econômicos privados: “la UIA debe continuar marchando junto a sus hermanas, la Sociedad Rural, la Cámara Argentina de Comercio y La Bolsa de Comercio”; 2) a representação dos grandes interesses industriais: “hay industrias e industrias. No creo que se deba defender desde la dirección de la UIA a cualquiera de ellas. Somos un país eminentemente agrícola-ganadero y desde el momento que queremos colocar los productos del campo, tenemos que admitir que es lógico que el país que los compra quiera, a su vez, vendernos los productos que fabrica”; 3) Pensamento econômico liberal: “en la década del treinta decíamos: comprar a quien nos compra. Por que pretender el autoabastecimiento total es aspirar a la aislación absoluta que va en contra de los principios generales que han hecho la grandeza del mundo” (palavras do recém presidente da UIA publicadas no jornal La Nación citadas por SHVARZER, 1991, p. 128). Em 1974 fundiu-se à então *Confederación de la Industria* e a UIA desapareceu do cenário de representação empresarial por muitos anos (SHVARZER, 1991).

equilíbrio no seu balanço de pagamentos. Tal situação, estendendo-se no tempo por longos períodos, resulta num processo de transferência de renda e de riqueza dos países periféricos para os países centrais. A terceira grande contribuição é o diagnóstico propriamente dito para modificar esta situação que propõe que os países periféricos adotem a industrialização por substituição de importações de forma planejada e induzida pelo Estado, num processo de crescimento voltado para dentro da própria economia.

Sob o ideário do desenvolvimentismo, o governo de Arturo Frondizi (1958-1962) tentou, num primeiro momento, apoiar-se na idéia de um pacto social entre empresários e trabalhadores, solicitando aos últimos que abandonassem a hostilidade e passassem a integrar e compartilhar os benefícios de um desenvolvimento econômico impulsionado pelo capital estrangeiro num futuro indeterminado. Tal discurso trazia a novidade do desenvolvimento e dos investimentos estrangeiros aliada à condenação do velho imperialismo britânico. Frondizi, do partido radical, chegou ao poder através de um pacto político com Perón, à época o peronismo havia sido proscrito da política pelo governo militar com perseguição e prisão de militantes bem como a extinção oficial do partido e seu impedimento de disputar qualquer pleito eleitoral. Mas o peronismo era uma força política importantíssima e o pacto era a única forma de garantir a governabilidade.

Todas las fuerzas del país moderno eran convocadas a unirse en la común oposición a los intereses, locales y foráneos, forjados en la etapa agroexportadora. Además de trazar el prospecto de un país en crecimiento y sin conflictos, la retórica, deliberadamente imprecisa, servía para justificar las arriesgadas maniobras tácticas del presidente. Se legitimaba así a los equipos técnicos que encabezaba Rogelio Frigerio – supuestamente representante de la burguesía nacional – así como el pacto con Perón y el acuerdo con los sindicatos. La confianza en la eficiencia de este programa justificaba las concesiones a otros ‘factores de poder’, en cuestiones juzgadas secundarias, como a la Iglesia, en el campo de la enseñanza, y a los militares, entre quienes, sin embargo, se aspiraba desarrollar una tendencia adicta, ‘nacional’ y desarrollista” (ROMERO, 2001, p. 141)²⁶

²⁶ Rogelio Frigerio é considerado o responsável pela implantação das medidas econômicas características do desenvolvimentismo na Argentina, já que à época Raúl Prebisch cuidava de uma carreira internacional. Ele foi responsável direto pela chegada de Frondizi ao poder, tendo feito pessoalmente o pacto político com Perón, à época exilado na Venezuela, por intermédio de John William Cooke, representante político de

O plano econômico desenhado por Frigerio, na *Secretaría de Relaciones Económicas y Sociales* – um superministério, estava baseado na necessidade de gerar crescimento econômico, sob a fórmula “criar riqueza para poder distribuí-la”, e incluía a necessidade de recorrer a financiamentos advindos do capital estrangeiro, já que a poupança interna era considerada insuficiente e o capital nacional escasso ou pouco disposto ao investimento de risco. Além disso, o papel do Estado era o de protagonista na transição do subdesenvolvimento ao desenvolvimento “*para enfrentar el poder desestabilizador del capital monopolístico internacional*”. A política do desenvolvimentismo estava baseada na seguinte equação: “*la elección del petróleo como prioridad, antes incluso que el acero, fue un acto consciente y coherente con el esquema general: carne + petróleo = acero, decía la fórmula que habíamos acuñado*”²⁷

A intenção de realizar e a capacidade de implementar um pacto social e a própria política econômica enfrentou resistências. Os trabalhadores, organizados por seus sindicatos e sob a forte orientação ideológica do peronismo, se opunham frontalmente ao governo quando da recorrência ao capital estrangeiro para promover a produção petroleira. A greve geral em repúdio à “estrangeirização” do petróleo acabou na declaração de estado de sítio e prisão de dirigentes sindicais. Sem o apoio do peronismo, Frigerio formou um partido político próprio de apoio ao presidente Frondizi, o *Movimiento de Integración y Desarrollo*²⁸. Frigerio, por sua vez, era visto com receio por uma parcela da elite econômica que via em sua secretaria decisões mais voltadas para incrementar seu poder político do que úteis para agilizar e flexibilizar a execução de medidas oficiais (SIKKINK, 1993).

Perón. O pacto consistia em, nos primeiros 90 dias, restabelecer as conquistas obtidas pelo povo no campo social, econômico e político, normalizar os sindicatos e a CGT, reconhecer e reabilitar o partido peronista e outorgar anistia geral aos proscritos e presos políticos, bem como promover uma melhora no nível de vida dos assalariados.

²⁷ Citações de falas de Frigerio no artigo “Murió el ideólogo del desarrollismo” de Raúl Dellatorre publicado no jornal Página 12. Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-73042-2006-09-15.html> Acesso em 20/09/2009.

²⁸ O MID é um partido dissidente da UCR e representa a fração desta que elegeu a Frondizi sob a alcunha de *Unión Cívica Radical Intransigente* somado a intelectuais que integravam a revista *Qué sucedió en 7 días*, a qual foi dirigida por Frigerio.

Não obstante, o MID e o “frigerismo” foram tomados como bandeira do capitalismo nacional por alguns setores do empresariado²⁹. O desenvolvimentismo ficou instalado como alternativa de construção do modelo de crescimento industrial e difusão do bem-estar “a partir” da promoção das indústrias de base e sua projeção em escala internacional. Como fórmula política, Frigerio sempre defendeu a associação entre o empresariado nacional, o sindicalismo, a Igreja Católica e as Forças Armadas como pilares do modelo de desenvolvimento nacional.

Pesquisas do período, de acordo com Barbero e Rocchi (2002b), apontam que os empresários consideravam a intervenção estatal característica do período como positiva e necessária, mas se mostravam críticos ao crescimento dos quadros burocráticos e do gasto público, além de notarem uma dubiedade no governo de Frondizi, sobretudo representada pela figura de Frigerio a frente da *Secretaría*. O Estado, através dos mecanismos de estímulo fiscal, créditos e promoções setoriais, impulsionou a criação de empresas locais em setores básicos da economia:

La modernización tecnológica se vio favorecida por la apertura de la importación de bienes de capital y por la radicación de multinacionales, aunque con rasgos idiosincráticos que implicaban un rezago con respecto al estado del arte internacional, sobre todo en lo referente a la tecnología utilizada y a la escala de producción. Pero más allá de estas limitaciones, la industria logró multiplicar el monto de sus exportaciones de bienes, inició las de tecnologías de origen nacional y asistió a un proceso de internacionalización productiva de firmas locales. Paralelamente se produjo una modernización del gerenciamiento, creándose las primeras escuelas de administración” (BARBERO e ROCCHI, 2002b, p. 204)

Apesar de se identificarem com a ideologia do desenvolvimentismo, os empresários argentinos não se aproximaram do Estado nem se organizaram para

²⁹ Hoje, o partido atua empunhando a bandeira de que o desenvolvimentismo é o grande remédio para a “decadência” argentina. De acordo com o site institucional do partido “la revalorización que existe en la sociedad argentina de la figura de Frondizi, que es reconocida por todos los sectores, marca, según cree con optimismo el MID, una perspectiva de resurgimiento del desarrollismo. Justamente porque es una propuesta que el país necesita para superar la pobreza y la desigualdad, para construir una sociedad más justa e insertarse en mundo actual incorporando todas las innovaciones de la ciencia y del pensamiento. Así como innovó al nacer a mediados del siglo XX, el desarrollismo propone innovar en los comienzos del siglo XXI” (<http://www.mid.org.ar/>).

implementá-lo. De acordo com a análise de Sikkink (1993), o impacto da CEPAL na Argentina foi mínimo porque depois da vitória de Frondizi as equipes da CEPAL foram simplesmente removidas de seus cargos e junto com elas a memória institucional das recomendações do estudo feito pela referida entidade. Do curso de formação promovido pela CEPAL no Chile, os técnicos argentinos ou passaram ao setor privado (55%) ou foram trabalhar no exterior (41%). Em contraponto, dentre os técnicos brasileiros que realizaram o curso, 72% continuaram no setor público. Assim, a falta de continuidade do pessoal (especialmente dos altos funcionários) dentro do Estado, o baixo grau de capacitação e a falta de experiência em administração pública dos funcionários foram aspectos relevantes na instrumentação não-exitosa das políticas econômicas desenvolvimentistas no período de Frondizi.

Frondizi não terminou o seu mandato e, após seis tentativas de golpe militar (a cada um deles cedia mais espaço para os militares no poder federal) é substituído, sob tutela militar, pelo presidente do senado José Maria Guido (1962-1963). O chamado *Plan de Racionalización y Austeridad* do governo Frondizi tinha como objetivos a privatização de empresas do Estado e a redução de pessoal na gestão pública, nos quais o presidente teve expressivo êxito. Porém, as maiores resistências foram ocasionadas por um terceiro objetivo que foi o ataque ao sistema ferroviário. Aí o presidente enfrentou interesses tais como os de um sindicato de trabalhadores mais fortes do país e um dos símbolos nacionalistas mais presentes na imaginação popular. Perón havia comprado as ferrovias dos ingleses, vistas como símbolo da ingerência estrangeira em setores estratégicos da economia argentina. Segundo Sikkink (1993: 555), “fue así que el intento de Frondizi por modernizar el Estado, como parte de su programa desarrollista, se interpretó como un ataque a la Nación, a la que se percibía frágil ante el constante embate de determinados intereses nacionales y, sobre todo, extranjeros”.

Em 1963, chegou à presidência o candidato radical Arturo Umberto Illia, o segundo governo constitucional pós-peronista que, por um lado, prezou pela manutenção da ordem democrática e constitucional, mas, por outro, não conseguiu criar um ordenamento político que controlasse os conflitos e esperou que estes decantassem naturalmente. Romero (2001, p. 149) destaca que as críticas ao seu governo, disparadas por militares, empresários, sindicalistas e militares, centraram-se na ineficiência e

irrealismo de sua forma de governar, “revelando el escaso aprecio que en la sociedad argentina existia por lãs formas democráticas e institucionales”. O’Donnel (1990) destaca como principais antecedentes da tomada do poder pelos militares em 1966, o chamado Plano de Luta da CGT³⁰ que orientou um conjunto considerável de ocupações em fábricas em todo o território nacional, em geral negligenciadas pelo governo, e parte resultante do que o autor chama de “incapacidade de digerir a força eleitoral do peronismo”, mesmo com a proscricção do mesmo do jogo político-eleitoral. No plano econômico, o período combinou crescimento com alguns sinais de crise (aumento do déficit fiscal e queda nos investimentos públicos) e provocou uma feroz crítica da burguesia urbana e pampiana, já bastante preocupada com a concentração dos sindicatos na consecução das reivindicações econômicas e vantagens organizativas. Ou seja, mesmo que os setores populares não negassem o ordenamento capitalista, sua presença ativa e significativamente autônoma frente ao aparelho estatal (de governos considerados “fracos” na manutenção da ordem) era cada vez mais flagrante.

O período histórico compreendido entre 1966 e 1983 foi de grande instabilidade institucional, marcado por dois governos militares e pela volta de Perón ao país e ao poder. Utilizando os mesmos argumentos dos golpes militares anteriores, os de manter a ordem constitucional e a segurança nacional, uma Junta Militar assumiu mais uma vez o governo da nação em 1966, declarando o início da “Revolução Argentina”, sob o comando de Juan Carlos Onganía. A “Revolução Argentina” tinha um projeto mais ambicioso em relação aos governos militares anteriores. Com ela, foi anunciado um plano geral que contemplava sucessivas fases: um tempo econômico (que faria da Argentina um país mais rico), um tempo social (que repartiria a riqueza produzida e o bem estar social) e um tempo político (caracterizado pela instauração de um sistema político permanente e estável). É interessante notar que a “revolução” teve um apoio bastante amplo em todos os setores mais conservadores da sociedade – grandes empresas, Igreja e os próprios militares –, mas também entre certos setores da esquerda cansados da “democracia

³⁰ Lançado em 1964, os jornais registraram 1436 ocupações e mantiveram reféns, em alguns casos, os executivos das empresas. De acordo com O’Donnel (1990: 76), “já não se tratava apenas de uma classe operária cuja capacidade de articulação de reivindicações obstaculizava a acumulação e que, através do seu apoio ao peronismo, não podia ser digerida pelo regime político em vigor. Surgia então uma classe que, além das intenções de seus dirigentes, podia mobilizar-se coordenadamente em direções objetivamente antagônicas a interesses elementares de classe da burguesia e que insinuava fissuras na dominação social”.

burguesa” (Romero, 2001). O próprio Perón e vários dirigentes sindicais apoiaram o golpe, sendo esta uma das principais diferenças entre o ocorrido na Argentina e em outros países da América Latina (O’DONNEL, 1990). Mas os sentidos do golpe podiam ser diferentes e até contraditórios de acordo com o grupo social que o defendeu, ainda que a convergência sobre sua necessidade estivesse enraizada socialmente pois:

Era necesario reorganizar el Estado, hacerlo fuerte, con autoridad y recursos, y controlable desde su cima. Para unos, era la condición de un reordenamiento económico que usara las tradicionales herramientas keynesianas para romper los bloqueos del crecimiento. Para otros, era la condición de un reordenamiento de la sociedad, de sus maneras de organización y representación, que liquidara las formas políticas del liberalismo, juzgadas nefastas, y creara las bases para otras, naturales, orgánicas y jerárquicas (ROMERO, 2001, p. 170)

Assim, os primeiros atos políticos, a dissolução do parlamento e dos partidos políticos (no caso dos últimos, acompanhado do confisco e da venda de seus bens) e a redução dos ministérios a cinco, desenharam a criação de uma espécie de Estado Maior da presidência, de acordo com Romero (2001). A sociedade, sob a justificativa da luta contra o comunismo que unia a todos os setores apoiadores do golpe, foi alvo de uma verdadeira “caça às bruxas”, principalmente no âmbito universitário. Mas os novos hábitos da juventude, como as mini-saias e cabelos longos, foram alvo de crítica e perseguição por representarem o amor livre, a pornografia e o divórcio, segundo a Igreja a “ante-sala do comunismo”.

A definição da política econômica foi precedida da redução drástica de pessoal na administração pública e em empresas estatais, além de uma modificação profunda na gestão para reduzir custos. Na província de Tucumán, os engenhos de açúcar foram fechados e os subsídios à produção cortados. Os trabalhadores ensaiaram reações neste e em outros casos, mas encontraram pela frente as demissões massivas, a aposentadoria de sindicalistas, intervenções nos sindicatos e toda sorte de mecanismos legais para controlar as associações de trabalhadores. Um Plano de Estabilização foi proposto por Adalbert Krieger Vasena, ministro da Economia e do Trabalho, com formação liberal e cuja origem social tinha a ver com os grandes grupos empresariais. A desnacionalização da

economia foi manifesta com uma presença maciça de empresas estrangeiras. A única medida na contramão de um processo de retirada do Estado do jogo econômico foi o crescimento dos investimentos em grandes obras de infra-estrutura que representaram oportunidades para aquelas empresas privadas contratadas por ele. Mas, a nova política modificava profundamente o país:

La utilización del más tradicional de los instrumentos de política económica – la transferencia de ingresos del sector rural tradicional al sector urbano – operaba de un modo nuevo: en lugar de alimentar a éste por la vía del mayor consumo de los trabajadores y la expansión del mercado interno – lo hacía por la expansión de la demanda autónoma: inversiones, exportaciones no tradicionales y un avance en la sustitución de importaciones. (...) Sostenido por quienes gustaban de llamarse liberales, era en realidad una política que si bien achicaba las funciones del Estado benefactor, conservaba y aun expandía las del Estado intervencionista (ROMERO, 2001, p. 174)

A leitura desse movimento desenhava o que Guillermo O’Donnell (1990) chamou de Estado Burocrático Autoritário, no qual a política econômica fazia parte de um projeto da grande burguesia nacional que só mesmo nas circunstâncias de crises política e social podia ser bem-sucedido. Assim, pode ser entendido “como resultado da atemorizada reação da burguesia (e seus aliados internos e externos) diante de um processo ocorrido em sociedades dependentes porém extensamente industrializadas que, impulsionado por uma crescente ativação popular, parece ameaçar (embora com diversos graus de iminência em cada caso) os parâmetros capitalistas e as filiações internacionais desses países” (O’DONNELL, 1990, p. 24)³¹.

Em 1968, a situação social começa a se modificar e o apoio quase unânime ao golpe de 1966 já não era mais o mesmo. A reboque de movimentos como a *CGT de los*

³¹ O Estado Burocrático Autoritário tem sete características básicas, conforme O’Donnell (1990): 1) Sua base social é a grande burguesia; 2) conjunto de organizações que cuida da “normalização” econômica e da reimplantação da “ordem” com a subordinação do povo; 3) sistema de exclusão política das manifestações e formas de organização do setor popular ativado; 4) supressão da cidadania e da democracia, coação do povo e interdição dos canais de acesso ao governo bem como a eliminação de partidos e movimentos; 5) exclusão econômica do popular e benefícios exclusivos para o grande capital; 6) questão social é despolitizada, passando a imperar uma racionalidade técnica; 7) regime não formalizado permite um acesso limitado ao governo possível somente para a cúpula de grandes organizações (empresas públicas e privadas, Forças Armadas)

Argentinos e os chamados vandomistas³² (no seio do multifacetado peronismo), apontando para a insatisfação generalizada com os rumos da Revolução Argentina, começam as manifestações contra o regime instalado. Em 1969, os protestos estudantis e o chamado *Cordobazo*, concretizavam o clima de insatisfação com o autoritarismo de Onganía e expuseram falhas em sua grande defesa: a capacidade do exército de manter a ordem no país³³. Vale dizer que Córdoba passa a ser o centro da agitação sindical pois era a província que concentrava a produção de automotores. A forte repressão policial foi enfrentada pelos manifestantes que saíram as ruas batendo panelas com barricadas e fogueiras para combater o gás lacrimogêneo. Como ação de massa, o *Cordobazo* foi comparado na historiografia argentina à *Semana Trágica* de 1919.

Grandes ondas de mobilizações se estenderam até 1975 e agitaram diversas províncias (e não somente Buenos Aires). Consolida-se um novo ativismo sindical (localizado principalmente em Córdoba e Rosário) que extrapolava a reivindicação salarial e pautava-se pelas condições de trabalho, com grande capacidade de mobilização social. O setor rural também se levantou contra o governo já que seus interesses estavam sendo duramente atingidos pela política econômica. Os distintos grupos sociais “(...) expresaban un desconforto profundo y un conjunto de demandas que, puesto que el poder autoritario había cortado los canales establecidos de expresión, se manifestaban en espacios sociales recónditos, en villas, barrios o pequeñas ciudades, y emergían poniendo en movimiento extensas y difusas redes de solidaridad” (ROMERO, 2001, p. 178).

O peronismo vai se desenhando como alternativa proposta pelos movimentos sociais, principalmente para pelos jovens que defendiam a fórmula “contra o poder autoritário, um povo peronista”. Os principais movimentos de guerrilha, os *Montoneros* (que mesclavam integrista católico e peronismo) e o *Ejército Revolucionario del Pueblo*

³²Diz respeito ao grupo de seguidores de Augusto Timoteo Vandor, também conhecido como "El Lobo", líder sindical argentino representante dos metalúrgicos, foi suboficial da Armada Argentina. Promoveu dentro do movimento peronista uma facção participacionista, ou seja disposta a pactuar com o governo, e propunha um "Peronismo sin Perón". Sobre sua controversa biografia, pesa sempre o sabor da dúvida: “foi ele um traidor do peronismo?”. Foi assassinado em 1969 por um grupo de militantes do peronismo revolucionário que, além de acertá-lo com cinco tiros, deixou uma bomba no edifício da *Unión Obrera Metalúrgica* que destruiu parte do prédio.

³³ É preciso lembrar que o clima internacional também era tenso e prenhe de manifestações de descontentamento com as instituições de um modo geral com eventos como o maio de 1968, a revolução cultural na China, a revolução cubana, protestos e guerrilhas urbanas em toda a América Latina, a emergência da teologia da libertação no clima do Concílio Vaticano II de João Paulo II.

(de inspiração trotskista) praticaram assassinatos de oficiais do exército (como Aramburu e La Calera), de um empresário e de um líder sindical. A situação torna-se insustentável e Onganía retira-se do poder, substituído por Roberto Marcelo Levingston (junho de 1970 a março de 1971). Este, um típico representante da corrente nacionalista das forças armadas (O'DONNELL, 1990), apesar de ter ficado pouco tempo no poder, propôs o “compre argentino” e a “argentización del crédito”, sob as ordens de Aldo Ferrer, “técnico desenvolvimentista”, no Ministério da Economia, e abriu também caminho, sob intensa pressão popular, para recomposição dos partidos e para a chamada de eleições em 1973.

De março de 1971 a 1973, o país ficou sob as ordens do general Alejandro Augustín Lanusse, antes presidente da junta militar, mas a agitação social levou-o a negociar com Perón as eleições diretas de 1973, nas quais venceu o candidato e representante político de Perón no país, Hector Cámpora. Contudo, a agitação social continuou principalmente após a volta de Perón ao país. Cámpora renunciou e novas eleições foram convocadas. A fórmula Perón-Perón (Juan Domingo e Isabel Martínez) facilmente ganhou as eleições. Perón morre em 1974 e sua esposa continua o governo até ser deposta por novo governo militar em 1976.

Sus objetivos, acordes con los cambios ya consolidados en la estructura económica del país, eran fuertemente intervencionistas y en menor medida nacionalistas y distribucionistas, y no implicaban un ataque directo a ninguno de los intereses establecidos (...) Por otra parte, se apoyó especialmente a algunos grandes proyectos industriales, de ‘interés nacional’, mediante importantes subvenciones. Muchos resortes pasaban por las manos del Estado: el manejo centralizado del crédito y también el control de precios, fundamental para la política de estabilización. Pero además, el Estado aumentó el número de empleados públicos y de empresas del Estado; contribuyó así a activar la economía interna, aunque a costa de un déficit creciente” (ROMERO, 2001: 197)

Os Perón chegaram ao poder pela via de um pacto social, mas logo em seguida perceberam muita dificuldade em torná-lo exequível, principalmente porque:

Los actores del pacto social demostraron escasa capacidad y poca voluntad para cumplirlo. La CGE, investida de la delegación global de los empresarios,

los representaba mal, y aun las instituciones primarias, que en muchos casos habían sido forzadas a encuadrarse en ella, de acuerdo con las concepciones organicistas de Perón. (...) Los empresarios – y muy en especial los chicos o medianos, difícilmente controlables – encontraron muchas maneras de violar el pacto: desabastecimiento, sobrepuestos, mercado negro, exportaciones clandestinas; también hallaron una forma de manifestar su escaso entusiasmo: la inversión privada fue relativamente magra (ROMERO, 2001, p. 199)

O fim trágico do segundo governo Perón chega por intermédio de uma ação dos empresários. Eles concedem uma alta de salário a qual Isabel se opõe sem sucesso (pela 1ª vez na história ocorre um confronto entre um governo peronista e a CGT). O governo perde, o aumento ocorre e é em seguida “comido” pela inflação. O caos econômico, político e social se instaura – recessão e desemprego tornaram impossível um acordo entre sindicalistas e empresários –, além da crise de autoridade, das lutas entre facções, da morte presente cotidianamente, da ação dos grupos guerrilheiros e do terror semeado pela *Triple A*³⁴. A junta militar sob o comando do general Jorge Videla, já à espreita, depõe a Isabel Perón e se instala no poder federal.

Vale dizer que no período compreendido entre os anos 1960 e 1980, entre crises e recuperações, a economia tem um desempenho medianamente satisfatório com o crescimento do setor agropecuário pampiano e novas possibilidades de exportação como para os países socialistas, bem como a mecanização e modernização do agronegócio e a expansão de toda uma indústria nacional a ele ligada. O PIB cresce desde a crise de 1963 até 1975 de forma ininterrupta e a indústria, de um modo geral, também se modernizou.

Muito se poderia dizer do período da ditadura militar implantada em 1976, sendo que o principal aspecto que em primeiro lugar desperta a atenção é o terrorismo de Estado e as perdas humanas que ele representou. Romero (2001) chama o período de “*el genocidio*” e Romero (2004) caracteriza a ação do Estado contra a sociedade como “*una verdadera cirugía social*”. Mas, cabe ressaltar, que o período representou o desmanche

³⁴ Alianza Anticomunista Argentina foi um movimento de ultra direita que antecipou o chamado terrorismo de Estado do governo militar. Segundo a Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos – CONADEP, A Triple A cometeu 19 homicídios em 1973, 50 em 1974 e 359 em 1975. Criada e liderada por José Lopez Rega, conhecido como “El brujo” por suas práticas esotéricas, foi secretário pessoal de Perón e ministro do Bem-Estar Social no seu segundo governo. Outra importante figura da Triple A foi Lorenzo Miguel, líder sindical da Unión de Obreros Metalúrgicos – UOM, o qual dava apoio logístico e financeiro à Triple A já que esta não tinha uma configuração institucional. A Triple A foi vinculada ao que se chamou “*brujovandorismo*”, uma corrente política popular conservadora.

do modelo substitutivo e o aprofundamento, agora deliberado e planejado, de algumas decisões liberalizantes tomadas no golpe de 1966, principalmente no governo de Onganía (até 1970). No diagnóstico do então ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, de acordo com Romero (2004), o forte peso do Estado na vida econômica – por sua capacidade de intervenção ou pelo controle das importantes empresas públicas – gerava em seu entorno uma luta permanente dos interesses corporativos – dos distintos grupos empresariais e do sindicalismo – que afetavam a eficiência da economia e a própria estabilidade social e política. Por isso, a presença do Estado devia ser reduzida e sua ação diretiva tinha que ser substituída pelo jogo de forças do mercado, capazes de disciplinar e fazer eficientes a distintos setores. Também deveria ser reduzida a indústria nacional, orientada ao mercado interno e tradicionalmente protegida pelo Estado e, junto com ela, os poderosos sindicatos industriais, que eram um dos principais fatores da agitação social. Um vasto plano de obras públicas haveria de compensar o desemprego generalizado até que a economia encontrasse suas formas naturais de produção e reprodução. De acordo com Romero (2001, p. 212), nessa perspectiva: “el Estado intervencionista y benefactor, tal como se había constituido desde 1930, era el gran responsable del desorden social; en cambio el mercado parecía el instrumento capaz de disciplinar por igual a todos los actores, premiando la eficiencia e impidiendo los malsanos comportamientos corporativos”.

Com a retirada do Estado da economia, no setor financeiro houve uma entrada maciça de capital estrangeiro no país – no vulgo, *plata dulce* ou dinheiro fácil – e o mercado foi invadido por grande quantidade de produtos estrangeiros. Nesse cenário, muitas empresas quebraram, principalmente, as de porte pequeno e médio. Por outro lado, a atividade financeira especulativa e os contratos com o Estado fortaleceram a posição dos grandes grupos econômicos nacionais que operavam em diversas atividades e aproveitavam os recursos disponíveis para adquirir empresas e torná-las rentáveis. Como atestam Barbero e Rocchi (2002b, p. 204)

Se fortaleció la posición de grupos económicos nacionales que pasarían a desempeñar un papel protagónico desde mediados de los setenta. Para entonces, la apertura de la economía y la reforma financiera implementadas por

el gobierno militar comenzaron a desmontar el sistema de protección a la industria y a modificar las relaciones entre Estado y los empresarios.

O período que compreendeu o golpe militar de 1976 e sua vigência até 1983, foi marcado por lutas pelo restabelecimento da democracia, inclusive através do uso da violência física. No contexto de interrupção da ordem constitucional, a oposição política e resistência civil migraram para associações de vizinhos e para as *unidades básicas* remanescentes do peronismo. A restauração da democracia com a eleição de Raúl Alfonsín, do Partido Radical, trouxe uma renovação da demanda por justiça social e representação e as organizações de direitos humanos tiveram um importante papel nesse processo. Cabe destacar o papel notável desempenhado pelas *Madres de Plaza de Mayo*, um grupo formado no momento mais terrível da repressão e que reivindicava seus filhos e netos desaparecidos. A força dessa reivindicação de tipo ético, um direito essencial e incontrovertido, foi enorme e “ayudó a despertar la sociedad dormida” (ROMERO, 2004, p. 191).

Paladino e Mohan (2002, p. 30) discutem da seguinte forma a conformação da questão social nesse período:

Durante la dictadura, los entes estatales de acción social y de prestación de servicios públicos habían sido seriamente deteriorados por las políticas económicas. El creciente déficit fiscal impedía que el gobierno democrático implementara modelos de desarrollo y política social, en especial para confrontar un problema que comenzaba a hacerse crónico: la exclusión social. La caótica retirada del Estado fue parcialmente reemplazada por asociaciones civiles, que trataron de compensar la falta de servicios públicos básicos, tales como: desarrollo urbano, educación, seguridad, etc. Por lo tanto, antes de las privatizaciones de los noventa, ya había existido un retraimiento del Estado en ciertas áreas de influencia.

As conseqüências de tais modificações podem ser mais bem compreendidas no período de redemocratização, conforme será discutido na próxima seção.

3.2.3 Modelo de economia aberta (1980-atual)

Na década de 1980, com marcos como o fim da Guerra Fria, a revolução tecnológica no campo da comunicação, a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo uma nova forma de entender o desenvolvimento ascende no mundo, colocando em cheque o “Estatismo, o nacionalismo e o intervencionismo, manifestações de uma fase ultrapassada (...) e o pólo moderno passaria a ser representado pela trilogia mercado, livre iniciativa e internacionalismo” (DINIZ, 2002, p. 56).

Na Argentina, no cenário da chamada década perdida (os anos 1980) marcada pelo descontrole do endividamento externo, inflação alta, perdas no valor real dos salários e um Estado que carecia de eficiência e credibilidade junto à sociedade, houve uma grande mobilização social em torno da idéia de civilidade. Em grande parte, ela foi construída na emergência de uma defesa da ética, centrada nos valores da democracia, da paz, dos direitos humanos, da solidariedade internacional e da interdependência dos estados:

Cuando asumió el gobierno, el presidente Alfonsín tenía detrás de sí una enorme fuerza, cuya capacidad era aún una incógnita: la civilidad, identificada toda ella, más allá de sus opciones políticas, con la propuesta de construir un Estado de derecho, al cual esos poderes corporativos debían someterse, y consolidar un conjunto de reglas, capaces de zanjar los conflictos de una manera pacífica, ordenada, transparente y equitativa. Era poco y muchísimo: se trataba de una identidad política fundada en valores éticos, que subsumía los intereses específicos de sus integrantes, en muchos casos representados precisamente por aquellas corporaciones, pero que en el entusiasmo de la recuperación democrática quedaban postergados (ROMERO, 2001, p. 244)

A presença de intelectuais no governo, a atuação da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* – CONADEP, a condenação pública do período militar (incluindo críticas diretas e contundentes do então presidente Alfonsín), a aprovação da lei do divórcio e da guarda compartilhada no âmbito das relações de família davam os contornos de uma modernização cultural e educacional contra as instituições e heranças do autoritarismo. No campo econômico, quando da implantação do *Plano Austral* (1985)

e mesmo do seu sucessor o *Plano Primavera* (1988), foi o discurso orientado pelo tema do pacto democrático, da participação e concertação, a modernização ampla que incluía desde as estruturas institucionais até os mecanismos da economia, os que justificavam tais pacotes de ajuste pautados na estabilização. Mesmo a proposta de reforma do Estado, a privatização de empresas estatais e a redução dos seus gastos, a abertura e a desregulação apareciam então formuladas no contexto da democracia, da equidade, da ética e da solidariedade (ROMERO, 2001).

Mas a civilidade revelou-se um argumento político frágil quando passa a enfrentar os fracassos no campo econômico e é disputado por outros atores, além do governo radical, com sucesso. O descontrole novamente se impõe: a incapacidade de conter a inflação e “botar rédeas” na economia fez ecoar, por um lado, a crítica liberal ao Estado, cujo *déficit* crescente era atribuído à grandeza dos gastos com serviços sociais e a incapacidade de arrecadar e gastar bem os recursos públicos e, por outro, a agitação da CGT, de certos setores empresariais e militares bem como a competição de outros atores políticos – como o Partido Peronista – também portadores do discurso da civilidade.

De certa maneira, o processo de abertura econômica havia sido antecipado nos últimos anos da década de 1970, mas ganha novo impulso no final dos anos 1980 e se consolida nos anos 1990 com os dez anos do governo de *Carlos Saúl Menem* (1989-1999). Ele chega ao poder com ampla legitimidade pois além de conseguir o difícil consenso entre todas as vertentes do Partido Peronista (ao contrário de seu rival interno *Antonio Cafiero*, embora fossem membros do mesmo bloco de renovação), fez importantes alianças com os interesses corporativos: como o grupo *Bunge y Born*, dirigentes da Igreja Católica, altos oficiais das forças armadas³⁵. Apesar de integrante do bloco *Renovación* dentro do partido, seu discurso público, de acordo com a leitura crítica de Romero (2001, p. 266), demonstrava um estilo político bastante tradicional que:

³⁵A aliança com as forças armadas incluiu os chamados “*carapintadas*”, grupo militar conservador que insurgiu primeiro contra o governo de Alfonsín por ocasião do julgamento e condenação de militares por delitos e violações dos direitos humanos durante a ditadura de 1976-1983. Seus levantes, inicialmente desconsiderados pelo presidente radical, ganharam grandes proporções e eles conseguiram várias de suas reivindicações (melhoria de orçamento, salários e indultos para condenados). Menem, quando chegou ao governo, acabou de conceder os indultos que davam liberdade aos membros da Junta e outros militares e civis, vários deles condenados à prisão perpétua: Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera, Roberto Eduardo Viola, Ramón Camps, Guillermo Suárez Mason, o ex-ministro de Economia José Alfredo Martínez de Hoz e o ex-chefe da Polícia Federal Argentina Ovidio Ricchieri.

(...) apeló al vasto mundo de “los humildes”, a quienes se dirigió con un mensaje casi mesiánico, formulado con un despliegue escenográfico que lo hacía aparecer como un santón, y en el que la “revolución productiva” y el “salariozo” prometidos prenunciaban la entrada en la tierra de promisión.

Frente a um contexto internacional que valoriza o Estado mínimo e o protagonismo do mercado, a Argentina foi considerada uma economia modelo frente a organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, defensores do receituário neoliberal consagrado no Consenso de Washington (SOUZA, 2007). Munido da comoção social, as ações do primeiro governo Menem, clássicas em toda a América Latina mas com diferentes graus de enraizamento em cada país, foram de caráter ultra-liberalizantes de acordo com a necessidade premente de “*ajuste y reforma*” defendida pelo governo. Segundo Romero (2001, p. 271) foi um verdadeiro “*giro copernicano*” na vida econômica, política e social da Argentina que recebeu a “*cirugía mayor sin anestesia*”, como dizia Menem, por meio das privatizações, da abertura do mercado e da condenação do estatismo³⁶. A ação empresarial no período só reforça este modelo pois:

Há um duplo fenômeno na representação [empresarial] argentina – de um lado, acentua-se a unidade na cúpula da UIA, enquanto, por outro lado, a força política dos pequenos e médios empresários se fragiliza pela fragmentação crescente de suas lutas e por não ter um canal institucional de expressão que intermedie os seus conflitos. A intensidade desses conflitos está exacerbada porque os interesses industriais não estão aglutinados em um mesmo canal de expressão institucional, mas pulverizados nas câmaras setoriais, que operam mais como fóruns de negócios do que como espaços de representação patronal. Por outro lado, esta dicotomia é reforçada pela possibilidade dos grupos econômicos nacionais (GEN) para fazer acordos vantajosos no processo de privatização instaurado pelo governo Menem. A política neoliberal continua

³⁶ As reformas necessárias para levar tais ações adiante foram feitas logo no início de seu primeiro governo, quando contava com credibilidade para se libertar das travas que pudessem impedi-lo. Foram aprovadas a *Ley de Emergencia Economica* que acabava com subsídios e autorizava despedir funcionários públicos e a *Ley de Reforma del Estado* que colocou uma lista extensa de empresas no alvo das privatizações, sob o comando exclusivo do presidente. Como medida adicional, ampliou os membros da Corte Suprema e passou a ter maioria para julgar casos específicos que contrariassem a aplicação das reformas (ROMERO, 2001, p. 272).

acelerando o fechamento do círculo do poder econômico na Argentina (CAMPOS e ARROYO, 1998, pp. 174-175)

Inicialmente, a entrada de divisas na economia pela via das privatizações conseguiu melhorar as contas do governo, mas a inflação alta persistiu. Em 1989, o chamado *Plan Bonex* restringiu a circulação monetária e os pagamentos do Estado. A inflação foi reduzida à custa de forte recessão. Um dos escândalos de corrupção mais conhecidos do período, conhecido como *Swiftgate*³⁷ levou a renúncia do então ministro da economia, Erman González, substituído por Domingo Cavallo (1991). Com ele vieram ações técnicas de acabamento mais profissional, como a lei de convertibilidade de 2001 que atrelou o peso ao dólar e a redução geral de proteções que ainda permaneciam por força dos interesses locais, criando condições para a concretização da abertura econômica e o delineamento do Estado Mínimo *friedmaniano*³⁸.

Los resultados inmediatos fueron muy exitosos: terminó la huida hacia el dólar, volvieron los capitales emigrados, bajaron las tasas de interés, cayó la inflación, hubo una rápida reactivación económica y mejoró la recaudación fiscal. (...) Entre 1991 y 1994 entró al país una masa considerable de dólares, con los que el Estado saldó su déficit, las empresas se reequiparon y, por vías indirectas, la gente común incrementó su consumo. Este flujo generó optimismo y confianza, y disimuló los costos de la reforma: el ajuste estructural dejó de parecer penoso, la convertibilidad logró amplio consenso, y el gobierno se impuso holgadamente en su primer compromiso electoral, a fines de 1991 (ROMERO, 2001, p. 274).

E não obstante as controvérsias geradas – o estilo pessoal de Menem, os escândalos de corrupção, a presença de líderes de grandes grupos econômicos no poder (Bunge y Born, Alsogaray), as denúncias de tráfico de influência e as diferenças com a

³⁷ O *Swiftgate* foi um suposto pedido de propina denunciado pela empresa norte-americana Swift para agilizar os trâmites de sua instalação na capital portenha. A denúncia foi respaldada por uma carta do embaixador dos Estados Unidos enviada ao governo argentino. O incidente – que foi objeto de grande polêmica na opinião pública após a sua publicação no jornal Pagina 12 ancorado em detalhado trabalho de jornalismo investigativo empreendido por Horacio Verbitsky – provocou uma crise no governo e nas relações com os EUA.

³⁸ Referência a Milton Friedman, um dos principais teóricos do neoliberalismo.

ideologia de esquerda do peronismo – o presidente é reeleito em 1995³⁹. A decadência só começa a desenhar-se quando os efeitos colaterais do plano econômico tornam-se visíveis: o desemprego – gerado tanto pela privatização no âmbito das estatais quanto pela abertura do mercado nas empresas privadas que sucumbiram à concorrência dos importados. Os grandes grupos econômicos que eram contratados pelo Estado também sofreram perdas e a manutenção dos compromissos com os credores gerou mais endividamento externo. As sucessivas crises internacionais – México, Ásia (Tailândia, Coréia, Japão e Rússia) e Brasil – tiveram impactos incontrolláveis sobre a economia argentina.

Em meio aos sinais evidentes de crise econômica, ocorre a conturbada saída de Cavallo em 1996, substituído por Roque Fernandez, um economista que aprofunda ainda mais a ortodoxia liberal. Cavallo torna-se um opositor do governo do qual fez parte, denunciando publicamente os esquemas de corrupção e minando, na medida do possível, as pretensões de Menem a um 3º mandato. A mobilização e os protestos “*callejeros*” que já se ensaiavam desde 1995 intensificam-se e emerge uma força opositora na chamada Frente País Solidário - FREPASO⁴⁰ e dentro do próprio peronismo com a ascensão do governador da província de Buenos Aires, Eduardo Duhalde. Menem perde não só a possibilidade de candidatar-se novamente, mas abre espaço para a vitória radical na eleição de 1999 de Fernando de La Rúa. A tentativa de controlar a economia e a crise

³⁹ Medina (1998) e Acuña (1995) apontam que o amargo terceiro lugar da UCR nas eleições legislativas de 1993, cedendo lugar à oposição exercida pela FREPASO, teria sido a causa do chamado *Pacto de Olivos* entre o líder radical Raúl Alfonsín e Menem que permitiu a reforma constitucional e a candidatura de Menem ao segundo mandato.

⁴⁰ Nasce da ação do chamado “*Grupo de los Ocho*” que, segundo Medina (1998, p. 4) “dentro de la Cámara de Diputados, comenzaron a agruparse ocho legisladores peronistas que provenían de los sectores de izquierda de la renovación³ y que empezaron a tomar medidas autónomas del bloque oficialista. En enero de 1990 estos ocho legisladores emiten una declaración contraria a “la alianza con el liberalismo” (Clarín, 19/1/90), a la vez que poco después se oponen activamente a la privatización de la empresa nacional de ferrocarriles y al proyecto del ejecutivo para ampliar el número de integrantes de la Corte Suprema de Justicia”. Cria-se então uma corrente interna no peronismo chamada de “Corriente Nacional y Popular” que não alcançou muita projeção. Entretanto, com este movimento, abriu-se o caminho para que diversos líderes internos insatisfeitos com o alinhamento ao liberalismo abram dissidências em partidos menores, porém sem muito sucesso do ponto de vista eleitoral. Em 1994, com a união dos partidos *Frente Grande*, *Política Abierta para la Integridad Social – PAIS*, *Socialista Popular*, *Socialista Democrático* e *Demócrata Cristiano* e com isso conseguiu vitórias importantes, principalmente no âmbito legislativo. Constituiu com o Partido Radical a chamada *Alianza por el Trabajo la Justicia y la Educación (La Alianza)* que o levou ao grande triunfo, a eleição do presidente da república, e também o golpe mortal com a deposição de *de la Rúa* em 2001.

social durou pouco mais de um ano. Em meio aos “*cacerolazos*”, de La Rúa renuncia ao governo⁴¹:

(...) deu-se em terras argentinas um *default* de 240 bilhões de dólares, somadas as dívidas externa, interna e das províncias. Prédios de empresas estrangeiras, bancos, órgãos públicos e mesmo os palácios de alguns governos provinciais foram ocupados por uma população sublevada contra o regime político. Este atravessara aparentemente o tênue limite da paciência popular ao, sob a justificativa de reter a liquidez monetária, cercear o acesso dos argentinos aos seus depósitos bancários, desvalorizando o dinheiro seqüestrado na cotação decadente do peso. Um volume aproximado de US\$ 68 bilhões, democraticamente confiscados pelo governo argentino. Era o *corralito*, aparente “caixa de Pandora” da primeira grande tragédia econômica latino-americana do século XXI. Em maio de 2002, após três presidentes e muitos ministros da economia, o Produto Interno Bruto argentino acusava recuo de 16,3% (SOUZA, 2007, p. 33).

Após a “quebra”, o país acusava uma taxa de desemprego da ordem de 20%, a desvalorização do peso causou uma deterioração dos salários de cerca de 24% e a cesta básica subiu 70%, o que “elevó los índices de pobreza hasta comprometer a más de la mitad de la población argentina, de acuerdo con la medición oficial de octubre de 2002 (dados do EPH-INDEC citados por GRASSI, 2003, p. 30). As causas principais da pobreza podem ser sintetizadas assim: a deterioração dos salários, a assimetria no nível dos ganhos, a instabilidade dos ganhos das famílias como consequência da precarização das relações de trabalho, a exclusão da seguridade social e o baixo nível dos ganhos dos aposentados, além do desemprego e a exclusão em variados graus do mercado de trabalho⁴².

⁴¹ A crise de 2001 teve como causas, na visão do historiador Luiz Eduardo Simões de Souza (2007): 1) a combinação entre crise conjuntural do capitalismo, crise estrutural das economias latino-americanas e desequilíbrio no serviço da dívida externa e balanço de pagamentos; 2) uma “baixa” no ciclo do capitalismo internacional imposta aos países dependentes de empréstimos e investimentos externos; 3) a ação dos organismos financeiros internacionais em parceria com os gestores locais de política econômica pós-1976 (especialmente os da década de 1990), segundo o autor eles foram os “arquitetos” da crise.

⁴² De acordo com Grassi (2003, p. 30): “La legislación laboral y los sistemas de seguridad social (de obras sociales, régimen jubilatorio, seguro de riesgos del trabajo), fueron objeto de la crítica neoliberal y se reformaron profundamente en esta década. En el caso de la seguridad social, se privatizó en parte el régimen, creándose las empresas Aseguradoras de Fondos de Jubilación y Pensión y desarrollándose un

Pode-se dizer que a questão social foi secundária no governo de Menem cujo foco era o controle inflacionário e a política econômica de ajuste e reforma. Do ponto de vista práctico, há dois grandes momentos da política social do governo federal ao qual se soma una iniciativa no plano estadual (provincial). A esses momentos, Grassi (2003) chamou respectivamente de: momento clásico de carácter asistencialista, momento gerencialista de carácter tecnicista e a ajuda social peronista contendo fortes traços do trabalho de Eva Perón e sua fundação.

No momento clásico destaca-se a distribuição do chamado *Bono Solidario*⁴³ que podía ser trocado por produtos de primeira necesidad no comércio. “Eduardo Bauzá, que fue, sucesivamente, Ministro del Interior, Ministro de Salud y Acción Social, Secretario General de la Presidencia y Jefe de Gabinete, sintetizó cuál era el marco de preocupación política de este período: “*El estado de sitio es una medida preventiva, como también lo es el reparto de alimentos*”, dijo en enero del 90, cuando un posible “estallido social” aún estaba latente” (GRASSI, 2003, p. 33). Júlio Corzo, antecesor de Bauzá no Ministério de Saúde e Ação Social propôs, num primeiro momento, continuar o Plano Alimentar Nacional do governo anterior, enquanto anticipava o desenho de um sistema complementar de emergência através do chamado “*Operativo Solidaridad*” com

mercado de capitales en torno a ellas; en cuanto a las previsiones en salud, se ampliaron los seguros privados de salud y se transformaron, en el mismo sentido de los seguros privados, las tradicionales obras sociales sindicales que agrupaban a los trabajadores por sector o gremio. Asimismo, se modificó primero la Ley de Accidentes del Trabajo y se estableció, luego, un régimen privado de seguros, creándose empresas Aseguradoras de Riesgos del Trabajo. En lo que se refiere a las leyes laborales, fueron modificadas en cinco ocasiones (1991, 1995, 1998 y 2000), sin contar los numerosos Decretos del Poder Ejecutivo que afectaron las condiciones de contratación y negociación salarial. Aún así, a lo largo de toda la década y hasta la sanción de la última Ley Nacional de Empleo Estable, reforma llevada cabo como primera medida del Gobierno de la Alianza UCR-FREPASO, se mantuvo la presión por una mayor “flexibilización” del contrato laboral, por parte de los organismos de crédito internacionales (particularmente del FMI) y de los sectores empresarios. A pesar de estas reformas, que ampliaron las modalidades de contratación transitoria, abarataron los despido y redujeron el peso de los aportes patronales a la seguridad social, se elevó sistemáticamente el empleo por fuera de las normas vigentes, sin que el Estado tenga capacidad de obligar a su cumplimiento. En octubre de 2002, alrededor del 40% de los ocupados estaban “en negro”; es decir, no registrados, lo que supone la exclusión de todo régimen de protección y seguridad social y laboral e ingresos más bajos en promedio”.

⁴³ De acuerdo com Grassi (2003, p. 34) o bônus tinha “antecedentes en un plan aplicado en los Estados Unidos a comienzos de la década del sesenta, durante la presidencia de John F. Kennedy, y en el plan de empleo mínimo aplicado en Chile durante el gobierno militar de Augusto Pinochet, cuyos beneficiarios se identificaban por el uso de un “*mameluco naranja*” (Página 12, 14/7/89). El Bono Solidario de Emergencia fue creado por decreto del Ejecutivo en agosto de 1989 e incluía ayuda alimentaria y para medicamentos”.

a contribuição de 30 milhões de dólares por parte dos empresários, em favor dos “carentes”.

El *Operativo* era, en realidad, una convocatoria de la Fundación Acción para la Iniciativa Privada (AIP), presidida por un empresario petrolero (Arturo Carou) y de la que participaba, también, Guillermo Stanley, importante directivo del Citibank. La propuesta consistía en un plan de ayuda por el cual los “beneficiarios” recibirían una *tarjeta plástica de identidad* con la que podrían obtener semanalmente cupones o bonos a ser utilizados como dinero en efectivo en almacenes, supermercados y farmacias. El *Operativo* se extendería por cuatro meses (o “*un poco más si la solidaridad es efectiva y activa por parte de la sociedad argentina*”), alcanzando con *urgente asistencia* a cuatro millones de personas; cada grupo familiar recibiría una suma cercana a los 12.000 australes mensuales (*Clarín*, 6/7/89).

O presidente da AIP previa uma doação de aproximadamente cinco dólares por mês a dois milhões de pessoas durante três meses e convocava os empresários a colaborar com este objetivo solidário. Além dos empresários, esperava-se mobilizar sindicatos, forças armadas e demais organismos que pudessem contribuir com dinheiro, bens e infraestrutura e organização. Mas o *Operativo Solidaridad* cedeu lugar a idéia do *Bono Solidario y Productivo*, embora mantendo aberta a colaboração privada, pois era “*necesario trabajar sin descanso en todas las áreas de gobierno, integrado al esfuerzo y la iniciativa privada para superar definitivamente esta lamentable situación de emergencia social. A tales efectos se ha abierto la cuenta N° 2000/02 en el Banco de la Nación Argentina para receptar los aportes y donaciones, siendo el presidente Carlos Menem el primero en destinar íntegramente su sueldo con ese propósito*” (discurso do Ministro Corzo que circulou na imprensa citado por GRASSI, 2003). A execução e a supervisão do programa ficariam por conta do *Consejo Nacional de Emergencia* composto por: ministro da saúde e ação social (Jorge Triaca) e do interior (Eduardo Bauzá); o presidente da UIA (Gilberto Montagna); o secretario geral da CGT (Saúl Ubaldini); o Diretor Nacional da Cáritas (Antonio Vázquez Viliard); e o Diretor Nacional de Institutos Militares (Gral. Gerardo Rivas).

Paralelamente circulava a proposta de sancionar junto com a Lei de Emergência Econômica um imposto de 2,5% sobre as vendas das empresas que em 1988 tiveram faturamento elevado para conformar um fundo de ajuda social que sustentaria o programa depois do pontapé inicial dado pelo Tesouro Nacional. A UIA fez oposição fortíssima a essa idéia e finalmente fez um acordo com o ministro da saúde e ação social no qual: “acordaron un impuesto extraordinario para recaudar 250 millones de dólares para *extender la solidaridad social* hasta agosto de 1990, para el 40% de la población en condiciones de pobreza”. A definição do plano durou mais que sua vigência pois em seguida o ministro morreu e seu sucessor o substituiu pelo “*Plan Llamcay*, de pequeños emprendimientos productivos, con el que pretendía “*dar trabajo a 9 millones de desocupados*” (GRASSI, 2003, p. 35). Algunas de sus propuestas figuraban en los proyectos esbozados en el marco de la ley 23.767, de Políticas Sociales Comunitarias, sancionada en el mismo período”. Assiste-se ao retorno das formas mais tradicionais de beneficência baseadas no assistencialismo. Os beneficiários formavam filas imensas para receber não mais que cinco dólares.

A partir de 1990, Estado e iniciativa privada já haviam recuperado a distância clássica (GRASSI, 2003). O sexto ministro de saúde e ação social no período começa a desenhar uma nova linha de pensamento sobre as políticas sociais, alinhada com a visão liberal da economia. Segundo ele: “*La etapa que viene es de acumulación de capital, por eso yo no tengo ahora una concepción distribucionista. No se puede repartir lo que no hay*”. (*Clarín*, 26/11 y *Página 12*, 29/12/91 citados por GRASSI, 2003). Mas em seguida reconheceu que a pobreza era um problema real do país e enfrentou um de seus sintomas – um surto de cólera – que quebrou mais de um mito nas auto-representações da sociedade argentina.

Um segundo momento das políticas sociais neoliberais corresponde a uma modalidade de assistência gerenciada que ganhou espaço e se consolidou junto com o Plano de Convertibilidade e a transformação do Estado. Foi criada para tanto uma *Secretaria de Desarrollo Social* (1994). Vale dizer que paralelamente às tentativas e erros no campo de políticas sociais do início da era Menem, havia em funcionamento um *Programa Nacional de Asistencia Técnica para la Administración de los Servicios Sociales* – PRONATASS que, com créditos do Banco Mundial e assistência técnica do

PNUD, cumpriu funções de avaliação, diagnóstico, capacitação e assistência técnica aos diferentes setores de política social⁴⁴. Foi então lançado um Plano Social em 1993 em linha com a política econômica, cujas diretrizes gerais eram:

unificar los programas sociales de las diferentes áreas y dependencias del Estado Nacional y de las partidas presupuestarias asignadas; lograr más efectividad y eficiencia del gasto; descentralizar la gestión; lograr el compromiso de algunas organizaciones de la sociedad civil con fuerte legitimidad social (Cáritas, UNICEF); centralizar el monitoreo y la evaluación de los programas; focalizar en la población más pobre y en los grupos más vulnerables (ancianos y niños) (GRASSI, 2003, p. 39).

Com isso esperava-se ganhar eficiência e efetividade, dando unidade a um conjunto disperso de programas e fundos espalhados nos orçamentos de vários ministérios, o que representava um montante de 61% do orçamento nacional de acordo com o então ministro. Além disso, a proposta era federalizar todos os programas que seriam entregues aos município, cooperadoras e entidades intermediárias. Assim, esperava-se *“un real aumento de la asistencia a los sectores más carecientes”*, concentrando la atención en el Plan materno-infantil, los ancianos sin cobertura previsional, las comunidades aborígenes y la realización de microemprendimientos productivos (aquellos en los que una familia o comunidad reciben bienes de capital para un proyecto específico) (GRASSI, 2003, p. 40).

O esforço de coordenação não passou de um conjunto de publicações da secretaria que, em 1998, foi passada às mãos de Ramon “Palito” Ortega, suposto candidato de Menem nas eleições de 1999, enunciando uma volta ao modelo assistencialista para angariar capital político.

⁴⁴ De acordó com Grassi (2003, p. 35): “El producto de base del PRONATASS fue el diagnóstico sobre *Gasto Público Social*, que concluyó en destacar *“cinco grandes problemas interdependientes: Ineficiencia del gasto público social: [entre otras cuestiones por] excesiva centralización administrativa [...] falta de transparencia... [...] Ausencia de planificación social: [...] superposición de funciones, áreas, estructuras y programas [...] falta de políticas sociales integrales y ausencia de participación de los beneficiarios... Inequidad [...] dada la ausencia de focalización de los beneficiarios... Baja calidad de los servicios sociales: [por] falta de actualización y capacitación de los recursos humanos [...] carencia de sistemas de evaluación y monitoreo... [y] Desinversión social...”*”.

Um terceiro aspecto das políticas sociais neoliberais merece ainda ser relevado que concerne, segundo Grassi (2003), à outra modalidade de assistência que tentou reeditar a típica ajuda social peronista, embora não tivesse abrangência nacional e sim provincial, capitaneado por Eduardo Duhalde e sua esposa Hilda Gonzáles de Duhalde – representando uma espécie de corrente evitista do peronismo justamente no ano de 1997, chave para o processo eleitoral. Trata-se do *Plan Vida*, baseado no trabalho voluntário de mulheres residentes em áreas pobres e atuantes em relação a três pontos básicos: nutrição, saúde e participação comunitária. Essas mulheres ficaram conhecidas como “*manzaneras*” porque atuavam em suas comunidades num raio de quatro quarteirões (quarteirão em espanhol é *manzana*). Diariamente, um caminhão do programa entregava a elas os produtos a serem distribuídos entre seus vizinhos. Destaca-se ainda o fato de que:

El Programa Vida insumía cerca de 14 millones para el interior de la provincia, en tanto que el presupuesto para el Conurbano bonaerense era aportado por el Fondo de Reparación Histórica (FRHCB). Se trataba del Fondo especial de Financiamiento de Programas Sociales en el Conurbano Bonaerense, creado en 1992 por la Ley nacional 24073/92 de Reforma Impositiva y formado con el 10% de la recaudación del Impuesto a las Ganancias, girados directa y automáticamente para ser ejecutados y administrados por el gobierno de la provincia de Buenos Aires (Danani citada por GRASSI, 2003, pp. 42-43).

O programa dos Duhalde, longe de inscrever-se numa ação técnica racional, tem um dos pontos considerados mais modernos nas chamadas políticas focalizadas: a participação direta dos líderes locais de populações destinatárias do programa. Por outro lado, a condução feita pela esposa do governador sugere o que Danani (citada por GRASSI, 2003) chamou de “despolitização dos vínculos” e “familiarização do político”⁴⁵.

⁴⁵ Grassi (2003) chama a atenção ainda sobre a maneira como o tema da ação social vincula-se à questão do capital político-eleitoral: A principios de 1997, se dirimían las candidaturas para renovar la Cámara de Diputados, en las elecciones de octubre. Se formó entonces la Alianza UCR-FREPASO, que instaló una candidata que portaba una (paradójica) imagen *no política* con capacidad de disputar el triunfo electoral al Justicialismo. Esto obligaba a dicho Partido (y, en particular, al Gobernador Duhalde, que en esas elecciones jugaba también su candidatura sin obstáculos a la Presidencia, para 1999), a contraponerle un candidato/a acorde. Solamente Hilda de Duhalde reunía las condiciones que imponía la coyuntura, asociada

O quadro mais geral resultante do período neoliberal foi de riqueza cada vez mais concentrada e um empobrecimento talvez desconhecido na história do país até ali. Vê-se pois que com o tratamento dado à questão social em termos de política social, a partir da transição democrática iniciada em 1983 e mais ainda a partir da consolidação do projeto político neoliberal da década de 1990, seu conteúdo tornou-se abstrato e fragmentador da realidade social (GRASSI, 2003). Assim, as condições de vida e trabalho foram tratadas de forma desconectada entre si e as relações que organizam, distribuem e viabilizam o uso da força de trabalho no mercado estiveram ausentes no tratamento político e social do problema do desemprego e da pobreza (definida como estado de carências diversas – de bens, serviços, poder, educação, trabalho), bem como os sujeitos neles envolvidos homologados por sua condição de vítimas necessitadas de assistência. É importante assinalar ainda que o Estado neoliberal incorporou o custo social (ou as vítimas do ajuste) a uma ordem concebida como natural. Os pobres, trabalhadores desocupados ou ocupando postos precários e informais – eram vistos como perdedores e carentes, inclusive de condições para pressionar por seus interesses.

Já na visão de Campetella y Bombal (2000b) e Thompson *et alli* (1995) existem outros resultados que devem ser considerados como evidências da necessidade de uma relação entre Estado e setor sem fins de lucro calcada num modelo de cooperação, mesmo advertindo que as políticas sociais continuam fortemente cruzadas por interesses político-partidários. Na Argentina, a aparição das organizações sem fins de lucro foi um fenômeno vinculado ao protagonismo de certas organizações da sociedade civil – aquelas vinculadas à reivindicação dos direitos, às minorias e ao desenvolvimento social – no contexto de oposição à ditadura militar e do processo de redemocratização nos anos 1980. Nos anos 1990, as reformas econômicas, a retirada do Estado de suas funções de bem-estar social, o paulatino desmantelamento dos sistemas nacionais de seguridade social e assistência médica, o aumento do desemprego e da marginalidade social, formam o contexto em que surgiram novas estratégias para aplicação de políticas sociais. Em

al Plan Vida, a las “manzaneras”, a su cultivada imagen de mujer con vocación de servicio, “no de política”, y a la asociación Chiche / Evita, aunque en parte ésta se hacía de la mano del fantasma del “asistencialismo” como vía directa a los “votos de los pobres”. Los resultados de las elecciones de octubre de 1997 la llevaron al Congreso, pero no en primer lugar. Se diluyó, así, el tema de “las manzaneras”, los miedos al asistencialismo y la corriente “evitista” en el Partido Justicialista. (GRASSI, 2003, p. 33)

consequência, começou a se definir – pelo menos formalmente – uma relação de cooperação entre Estado e organizações do terceiro setor, nas quais as últimas cumprem funções de gestão e implementação e recebem assistência técnica e capacitação. Thompson *et alli* (1995) advertem que ainda é patente uma sobrevalorização do que se declara em relação aos resultados concretos, bem como há que se considerar dificuldades que vão da superposição das políticas que se fragmentam pelas diversas áreas governamentais até a desconfiança e a desvalorização recíproca entre Estado e Sociedade Civil⁴⁶.

Um exame mais detido da década de 1990 mostra que, como não poderia deixar de ser, as transformações sociais e econômicas recentes tiveram desdobramentos específicos na Argentina. É nesse cenário que assistem-se as primeiras iniciativas de divulgação e institucionalização de discursos e práticas de RSE. Paladino e Mohan (2002) apontam que a implementação de políticas econômicas liberais possibilitou a entrada maciça de capital estrangeiro e a privatização de empresas e serviços públicos permitiu o ingresso de novas empresas internacionais no país e, junto com elas, uma nova compreensão da RSE. Também houve expressiva reativação e expansão do chamado Terceiro Setor, tanto de organizações não-governamentais quanto de fundações empresariais que alcançaram maior volume e visibilidade, para o qual contribuíram a redução do Estado no campo social e a confiança da sociedade em organizações com tal marca de origem. O mapeamento de tais acontecimentos e seus desdobramentos é o objeto empírico desta tese e será descrito no capítulo 6 que trata justamente dos discursos e práticas das entidades divulgadoras do tema da Responsabilidade Social Empresarial no cenário argentino.

⁴⁶ De acordo com Thompson *et alli* (1995), um caso que exemplifica as possibilidade de avanço nas parcerias entre Estado e organizações sem fins de lucro ocorre na província de Córdoba, ou seja, em nível regional, denominado “Mesa de Concertación de Políticas Sociales de la Provincia de Córdoba”. Iniciada a partir da iniciativa de um conjunto de ONG’s voltadas para a questão habitacional que organizaram um encontro, com a presença de funcionários municipais, estaduais e federais ao final, para discutir temas como pobreza, políticas sociais e movimentos sociais mas que teve como principal resultado verificar que a potencialidade de suas ações só não era maior devido à fragmentação do trabalho realizado por elas. Com um orçamento de 1 milhão e meio de dólares, financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, começaram as negociações entre as organizações de base, o Estado e as ONG’s.

CAPÍTULO 4

Empresários brasileiros e argentinos e a questão social em perspectiva comparativa

4.1 Público e Privado na América Latina: uma questão

A discussão sobre público e privado nos remete a um amplo horizonte de debates. Nos estudos sobre a América Latina, esse par de conceitos – às vezes dicotomizados à maneira de um par de opostos, às vezes vistos como híbridos ou porosos – tem alimentado a discussão política na região e organizado a maneira de entender as relações sociais bem como tem sido explorado como variável explicativa do nosso atraso econômico em relação aos países ditos “desenvolvidos”. Pretende-se tomar como pano de fundo a discussão sobre público e privado na América Latina no âmbito da sociologia histórica que, de modo geral, enuncia a prevalência do privado sobre o público, não raro, associada à nossa herança ibérica. Como adverte DULCI (1995, p. 301), “há avaliações bastante diferentes a respeito das conseqüências civilizatórias, positivas ou negativas, do legado ibérico para a América Latina (e aí não se está falando mais apenas de Portugal, mas da cultura peninsular como um todo, cuja expressão dominante é a Espanha)”. Contundentes teses colocam-se a serviço do debate acadêmico e desenrolam-se em torno de conceitos como patrimonialismo (especialmente para ler a atuação do Estado forte em relação à sociedade civil fraca) e clientelismo (para ler as relações sociais de poder calcadas em privilégios e proximidade pessoal), ambos como parte da discussão sobre a privatização do público. Mas, o tema da herança ibérica é um horizonte histórico e de interpretação sociológica demasiado amplo para o que nos propomos nesta tese, embora deva ser assinalado.

Dentre os pontos que destacaremos na análise comparativa dos casos a partir do chamado campo da questão social, tomando como referência especial a ação empresarial, encontram-se a questão racial e étnica, a formação do Estado, o papel da sociedade civil e os projetos de nação imaginados em alguns momentos históricos do século XX. Para os fins desta tese, importa pensar que certo padrão histórico de relações entre o Estado e a sociedade (lembrando que dentro desta destacamos o papel de um grupo específico que são os empresários) conforma e abre possibilidades de determinação das fronteiras entre público e privado bem como de entendimento das

formas de apropriação do poder. Nosso recorte buscou privilegiar uma visão mais aplicada ao problema de pesquisa da tese, tomando os estudos comparativos já existentes como também alguns momentos e eventos históricos que evidenciam com maior clareza modos de atuação empresarial, destacados nos capítulos 2 e 3. No que se refere à questão social, o objetivo não é o de esgotar toda uma discussão e sim apontar que a superação de problemas sociais não é somente uma questão econômica, mas também de modos de pensar e atuar (BOSI, 2005).

Brasil e da Argentina colocam-se como casos de especial relevância para o estudo comparativo. É que os dois países, não obstante os muitos pontos históricos comuns, tiveram trajetórias históricas distintas que descrevem uma curva proporcionalmente oposta. No caso do Brasil, a curva é ascendente tanto no sentido do desenvolvimento quanto da mitigação da questão social (com oscilações de trajetória obviamente), enquanto no caso da Argentina a curva é descendente nos dois sentidos (embora também com oscilações mas com uma notável presença da “memória da riqueza” em vários sentidos). Portanto, a duração, os sentidos e os desdobramentos das experiências comuns do ponto de vista formal envolveram tensões e arranjos bem diferentes em cada realidade nacional.

Com efeito, apesar das histórias perpassadas por aproximações e diferenças, fatores como a proximidade geográfica e as inúmeras tentativas de realizar uma integração regional parecem não ter tido o poder de estimular os esforços da pesquisa comparada entre os dois países. Assim, não há um grande volume de estudos comparativos entre Brasil e Argentina. Mas, há bons esforços historiográficos e nos variados campos das ciências sociais nesse sentido. O presente capítulo está concentrado em contribuir para o avanço desse acervo de estudos, ao sistematizar em horizonte comparativo os dados históricos levantados nos capítulos precedentes, levando em consideração alguns pontos considerados chave para o entendimento do problema de pesquisa proposto nesta tese.

4.2 Questão social, raça e elites empresariais

Num primeiro momento, importa-nos focalizar um ponto bastante específico ligado à abrangente questão da herança ibérica, porém, muito relevante em relação à questão social que são as discussões sobre o conteúdo desta herança e de sua recepção no bojo do encontro de povos e de culturas (no Brasil, o cadinho de raças e a noção de

democracia racial e na Argentina, a idéia do *crisol de razas*). Como demonstra Segato (1998) num estudo comparativo que inclui Brasil, Argentina e Estados Unidos (no caso deste último com a idéia de *melting pot*), tais expressões têm sentidos muito diferentes, embora tenham sido termos similares utilizados nos três países para explicar sua constituição como nação. Fausto e Devoto (2004), a esse respeito, anotam que:

Ao longo do século XX, as elites argentinas viram seu país como uma das sociedades mais abertas e igualitárias do mundo, especialmente em comparação com a dos Estados Unidos. O mito do ‘cadinho de raças’ era uma expressão disso, que repisava quanto os imigrantes europeus teriam sido mais bem aceitos no país sul-americano, quão mais integrada e etnicamente menos conflituosa teria sido essa sociedade. No Brasil, com maiores contradições, ocorreu um fenômeno semelhante em relação ao negro. Intelectuais e parte das elites insistiram na maior abertura e menor discriminação existente no país, também em comparação com os Estados Unidos. Lá, um mundo dominado pela segregação; no Brasil, um mundo de preconceitos, mas supostamente permeados por relações ‘mais humanas’ (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 23)

Mas é preciso entender melhor como a idéia de encontro de raças foi incluída na imaginação da nação em cada um dos dois países. Para Segato, que não trabalhou especificamente com o tema da herança ibérica, mas sim com a noção mais geral da “formação nacional de diversidade”¹, em cada caso enfocado predomina um tipo de arranjo distinto para tratar a questão racial. No caso dos Estados Unidos, as fraturas da sociedade nacional e as identidades políticas mais nítidas passam pelo étnico; na Argentina as identidades políticas derivaram da fratura inicial entre capital-porto *versus* província-interior que prevalecem até hoje como linhas civilizatórias geradoras de lealdades em torno de partidos, posturas intelectuais, gostos literários e artísticos, formas de convivência e maneiras de falar e comportar-se. “La filiación política dentro de este marco ha producido, en Argentina, un efecto muy próximo de clivaje social de lo étnico en los Estados Unidos” (SEGATO, 1998, p. 9).

No Brasil, de forma muito distinta dos casos argentino e estadunidense, o que se coloca como clivagem é a questão dos “dois Brasis” – o moderno, rico e cidadão e o

¹ “Si en toda nación identificamos positivamente clase, raza, etnia, género, región, localidad, etc, es posible afirmar (...) que, en cuanto construcciones ideológicas, esas categorías funcionan de manera diferente y desempeñan papeles característicos dentro de un conjunto de representaciones que dependen del orden nacional” (SEGATO, 1998, p. 4).

Brasil dos excluídos pelo *apartheid* social que quase sempre coincide com a linha racial. Predomina ainda a possibilidade de combinações identitárias, especialmente as de conteúdo étnico, como a intelectualidade tratou de demonstrar desde 1870². Se nos Estados Unidos faz parte do imaginário afiliar-se a uma única ancestralidade, no Brasil, ao contrário são comuns as referências a uma suposta ancestralidade negra (“o pé na cozinha ou na senzala”) ou indígena (“bisavó caçada a laço”).

A questão racial na Argentina tem uma configuração muito diferente. Primeiro porque a escravidão e o tráfico de escravos de origem africana foram abolidos do país bem antes do Brasil, em consonância com a mentalidade liberal. O ventre livre foi decretado na “*Asamblea del Año XIII de las Provincias Unidas del Rio de la Plata*” (1813) e abolição definitiva foi declarada no artigo 15 da Constituição de 1853 que entrou em vigor em 1º de maio³. Então a questão racial está mais ligada aos imigrantes, à incorporação dos indígenas e à configuração do território. De forma notadamente diversa, os discursos sobre os sujeitos sociais pretendem que sejam neutros de outras identidades a não ser a marca de um abstrato “ser nacional”. O modelo histórico que se constituiu e conduziu à reelaboração dos contingentes que confluíram na formação da nação argentina tem como característica própria a divisão do país em dois espaços o interior e a capital; Buenos Aires é a expressão da civilização e o interior do país a expressão da barbárie.

En verdad, aquí, la nación se construyó instituyéndose como la gran antagonista de las minorías. Encontró su razón de ser en el conflicto con los grupos étnicos o nacionales formadores, así como hizo de este tema su

² Nesse período começa a ser formulada a idéia da nação. Os romances de José de Alencar “O Guarani” e “Iracema” ilustram o tipo de imaginário que é alimentado pelas elites naquele momento. Embora como adverte Silviano Santiago, “Alencar não era um espelho da sociedade, mas sim uma luz cujo brilho irradiado uniformemente a partir do centro da elite produziu o efeito unificador chamado nacionalidade”. Sua produção mais expressiva ocorre justamente no período compreendido entre 1850 e 1870, no qual “estavam sendo tomadas decisões importantes, como por exemplo, sobre a escravidão e o comércio. Foi nesses anos que as linhas político-partidárias estavam sempre se cruzando no governo. Conservadores e liberais participavam de um ‘governo de conciliação’, que Roberto Schwarz descreve como ‘uma comédia ideológica’, uma comédia negra em que a economia escravista coloria o universalismo liberal importado”. O aspecto que Gilberto Freyre mais admirava e ressaltava na obra de Alencar, muitas vezes confundida com uma memória coletiva, foi a “sua tentativa, em grande medida bem-sucedida, de fazer do passado ameríndio uma fundação para o futuro do Brasil” (SOMMER, 2004, p. 167, 175 e 172 respectivamente).

³ O artigo, que continua presente no texto constitucional atual, diz o seguinte: “En la Nación Argentina no hay esclavos: los pocos que hoy existen quedan libres desde la jura de esta Constitución; y una ley especial reglará las indemnizaciones a que dé lugar esta declaración. Todo contrato de compra y venta de personas es un crimen de que serán responsables los que lo celebrasen, y el escribano o funcionario que lo autorice. Y los esclavos que de cualquier modo se introduzcan quedan libres por el solo hecho de pisar el territorio de la República” (Art. 15, Constitución de la República Argentina).

discurso medular y la misión fundamental de sus instituciones. La propia fundación de la nación argentina moderna, en la constitución de 1853, se vio ya asociada a este proyecto. Los arquitectos de la nación, una mezcla de políticos, estrategas, higienistas y educadores, formularon esta meta de forma explícita y agresiva. Educar y sanear fueron los grandes eufemismos del proyecto de limpieza cultural (pero no en todos los casos étnica) que resultó en la homogeneización profunda de sus habitantes en la extensión entera del territorio y especialmente en las fronteras. Se piensa, en general, la nación como una entidad en permanente tensión con su diversidad interior. Esto forma parte, podría decirse, de la naturaleza del propio proyecto instituyente de la categoría nación como meta-realidad para los habitantes de un determinado territorio. Pero el papel del estado argentino y sus agencias, particularmente la escuela, la salud pública y el servicio militar obligatorio e ineludible, fue el de una verdadera máquina de aplanar diferencias de extrema e insuperable eficacia. (SEGATO, 1998, p. 16-17)

Na Argentina, todos aqueles marcados pelo pertencimento ao conjunto dos não-brancos (índios e africanos) ou a um povo imigrante (italianos, judeus, espanhóis, poloneses, russos, sírios e libaneses, alemães, ingleses e outros) foram convocados ou pressionados a se deslocarem de suas origens para exercer uma cidadania plena. Esse processo foi chamado por Segato de “produção de uma neutralidade étnica” na qual a nação foi percebida e formulada como uma grande etnia artificial, inventada em laboratório pela geração de 1880 e reproduzida na escola⁴. Segundo a autora, “la angustia de diversidad que atacó a la *intelligentsia* argentina no deja, sin embargo, de ser comprensible, en un país cuya capital tuvo, durante varias décadas, una población extranjera mayor que la nativa” (SEGATO, 1998, p. 17).

No caso do Brasil, há que se destacar que não houve uma política formalizada de inclusão dos negros logo após a abolição. Esses foram literalmente “jogados” à sua própria sorte numa sociedade estruturalmente moldada pelo preconceito racial, fortemente hierarquizada e que, de forma muito incipiente, admitia a mobilidade social pelo trabalho. Assim, num primeiro momento o que as elites políticas priorizaram foi o

⁴ As práticas discursivas derivadas das apropriações do darwinismo social sustentavam o pensamento de Domingo Faustino Sarmiento, um dos principais integrantes da geração de 1880, como ficou conhecido o grupo de intelectuais e políticos que pensaram o projeto de nação para o país. O seu livro *Facundo: Civilización o Barbárie*, definia a cidade como o lugar da civilização, a barbárie estava no campo argentino, no interior, *habitat* de índios, gaúchos e mestiços. A dicotomia *Civilização ou Barbárie* está presente em várias obras literárias de intelectuais argentinos, a partir das reflexões de Sarmiento.

“branqueamento” da população com as políticas de imigração (ação fortemente racista), a higienização do espaço urbano ocupado desordenadamente por um contingente de escravos e trabalhadores pobres, principalmente os que não se “encaixavam” no mundo fracamente formalizado do trabalho, e uma lenta tomada de consciência sobre a importância de valorização do trabalho (agora assalariado). As políticas de imigração baseadas na teoria do branqueamento pressupunham a superioridade da raça branca, sua dominância na miscigenação e a aceitação provisória dos mestiços. Havia também vozes dissonantes, mas minoritárias como as de Manoel Bonfim e Alberto Torres que criticavam, cada um a seu modo, as bases e os objetivos da opção migratória, denunciando o risco de desnacionalização do país (DEVOTO e FAUSTO, 2004).

Com relação ao imigrante, ambos os países receberam e tiveram que lidar com a incorporação de um grande contingente de estrangeiros à nação, principalmente no período de 1880 a 1930. Mas isso foi feito de forma muito diferente e relacionou-se com um contingente também bastante diferenciado em cada país. O crescimento populacional foi expressivo nos dois países, chegando quase a dobrar no período considerado (dados retirados de FAUSTO e DEVOTO, 2004). No Brasil, a população passou de 14 milhões (1872) para 27,5 milhões de habitantes (1920). Já na Argentina, passou de 4,6 milhões (1900) para 8,8 milhões de habitantes (1920). O incremento populacional no Brasil guarda relações com a imigração, mas na Argentina esta é uma variável definitiva, pois os estrangeiros representavam 12,1% da população em 1869, saltaram para 25,5% em 1895 e 30,3% em 1914. No Brasil, segundo o censo de 1920, os estrangeiros representavam pouco mais de 5% da população total do país. Admitida certa precariedade dos dados censitários do final do século XIX e do início do século XX, entre 1881 e 1930 a imigração líquida para a Argentina foi de cerca de 3,8 milhões de pessoas, enquanto no Brasil foi de 1,8 milhão. No caso brasileiro os imigrantes e seus descendentes contribuíram, entre 1840 e 1940, com 15% para o crescimento populacional, na Argentina esse número é de 58%, superando inclusive os Estados Unidos com 44% (estudo de Giorgio Mortara citado por FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 174).

Na Argentina, a quantidade de imigrantes e a formulação da política populacional demonstram outro comportamento das elites nacionais face ao tema. A alternativa da imigração surge ligada à necessidade de superação dos choques do período autoritário de Rosas (1829-1832 e 1835-1852), numa tentativa de refundar a nação argentina, cancelar o passado e criar novas bases, novos atores e novos mitos. De

acordo com Fausto e Devoto (2004, especialmente em pp. 180-182), Alberdi, por exemplo, via na imigração a possibilidade de mudar as feições do país e de trazer um modelo de comportamento moderno (trabalho, produção e consumo) que pudesse orientar a população nativa. Sarmiento, por sua vez, preocupava-se com a ocupação da terra, inspirado no modelo das fazendas médias do meio-oeste dos EUA, sendo o imigrante o fato humano de ocupação do “deserto”. Esta última visão foi a que prevaleceu no desenho da política de integração econômica do imigrante calcado no modelo da pequena propriedade (mais restrita na área de criação de gado), no arrendamento de terras, nas parcerias e trabalho assalariado, o que concorreu para maior viabilidade de ascensão no meio rural argentino (especialmente comparando-se com as limitadas possibilidades das práticas de colonato brasileiras). A integração do imigrante deu-se por meio de três grandes vetores: o ensino público, o serviço militar e a reforma política. O ensino público, baseado na idéia de pedagogia cívica, implicava uma releitura do passado valorizando os grandes feitos da nacionalidade e as cerimônias rituais com execução do hino, cantos patrióticos, juramento à bandeira e festas dedicadas aos heróis da argentinidade. A formação cívica atribuída às Forças Armadas garantia que, através do serviço militar, se constituísse uma cidadania fundadora de uma única “raça” para garantir a identidade nacional. Por último, a reforma *Saenz Peña* que atribuía ao voto obrigatório um exercício integrador da cidadania que pudesse, no longo prazo, garantir a “pureza do sufrágio”. Nesse último quesito, vale lembrar que ela foi também uma resposta à pressão dos movimentos de trabalhadores combinada com a ação de uma elite política e intelectual de visão modernizadora que optou pela abertura do sistema político como forma de abordar a questão social em lugar das ações de repressão (embora tenham existido também iniciativas como as leis de residência e de defesa social como forma de combate ao anarquismo, mas que não tiveram tanta força repressiva, especialmente em comparação com o caso do Brasil).

No caso do Brasil, o processo de integração do imigrante foi mais “espontâneo”, de acordo com Fausto e Devoto (2004). O que significa dizer que não houve nem um desenho claro de políticas por parte do Estado, nem um vigor na sua aplicação no sentido de construir a identidade nacional (exceto pela política combativa de Vargas como governador do Rio Grande do Sul com a nacionalização de escolas étnicas, a proibição do uso do alemão bem como de publicação de jornais neste idioma). Houve certa preocupação com a atração dos imigrantes europeus para o país, destacando-se, nesse sentido, o fato de que a imigração foi subsidiada no período de 1914 a 1927,

tendo cessado em 1927 (na Argentina só houve subsídios entre 1887-1889)⁵. Mas uma vez atraído, o contingente de imigrantes não teve muitas oportunidades formalizadas pelo Estado, ao contrário, as formalidades legais eram limitadoras de suas ações. Havia interdições legais à posse de terras por estrangeiros (a prática mais comum no campo era a de colonato, não existindo o arrendamento ou a possibilidade de compra nem de pequenas propriedades), havia rígido controle estatal em relação à possibilidade de associação dos imigrantes (haja vista a expressividade restrita das sociedades de socorros mútuos por aqui em comparação com o caso argentino) e, já na década de 1920, estava prevista em lei a possibilidade de expulsão dos estrangeiros envolvidos em movimentos grevistas⁶.

No que tange à industrialização, por exemplo, Dean (1977) nota um papel ativo e dinâmico dos imigrantes na consolidação desta no Brasil. Inicialmente na posição de importadores e exportadores, mas paralelamente empreendendo, sobretudo a partir década de 1920, fábricas e negócios industriais. Segundo o autor foi um fato comum na América Latina que os pequenos comerciantes obstaculizassem a mobilidade social da população urbana nativa e continuassem imunes politicamente já que serviam aos interesses das elites proprietárias sem confrontá-las do ponto de vista econômico. Tal jogo, no Brasil, sustentado especialmente por aqueles já portadores de conhecimentos técnicos diferenciados, o que no contingente de uma população de analfabetos e escravos não especializados, fazia enorme diferença. Os imigrantes

pertenciam quase todos a famílias da classe média, e já tinham adquirido na Europa conhecimentos técnicos ou comerciais chegando com algum capital ou encarregados da distribuição de alguma firma européia, ou ainda com alguma função de gerente no Brasil. Eram, portanto, aceitáveis aos plantadores pelos seus antecedentes e atitudes semelhantes, pelo seu prestígio ou pela sua europeidade e, cumpre dizê-lo, pela brancura da sua pele (DEAN, 1977, p. 272)

⁵ O decreto Prinetti (1902) proibiu a emigração subsidiada para o Brasil em vista das queixas de maus tratos nas fazendas de café (a mais comum era “ser tratado como escravo”).

⁶ De alguma maneira, a incorporação dos imigrantes pelo menos daqueles que alcançaram os estratos mais altos da sociedade brasileira obteve muito sucesso. Na pesquisa de Boschi (1979, p. 149) os empresários entrevistados oriundos de famílias de imigrantes demonstraram ao pesquisador um forte sentimento nacional. Diz o autor que “não houve uma única ocasião em nossas entrevistas em que esses indivíduos, por causa de sua origem estrangeira passada, se identificassem com um grupo não-nacional. Pelo contrário, mostravam orgulho de se identificarem como brasileiros e, regra geral, muito ciosos do seu papel de promover a grandeza da nação através de seu trabalho”.

Sendo assim, uma forma muito comum de celebrar esta aliança foram os matrimônios. Este era visto como um sinal de força por parte dos fazendeiros que, ao aceitar parentes imigrantes, sujeitavam-nos pela absorção (DEAN, 1977). Aos imigrantes operários não havia um destino nobre ou mesmo uma incorporação “suave”, salvo pelas metas individualistas de mobilidade social. “A classe trabalhadora era fragmentada pelo regionalismo, pela língua e pela raça” (DEAN, 1977, p. 277). Em geral, os imigrantes consideravam o trabalho na fábrica desagradável, optando pelo comércio, serviços e construção.

A análise de Fernandes (1975) sobre o papel do imigrante ao lado do fazendeiro-homem de negócios brasileiro no pontapé inicial da Revolução Burguesa no Brasil mostra-nos não como o responsável pela implantação no Brasil de uma racionalidade capitalista, como sobressai em muitas análises. O imigrante é um indivíduo portador de uma racionalidade não somente “adaptativa”, mas “versátil” e “criativa” que, ao deparar-se com as condições adversas e também com as oportunidades não se esquivou de lutar pela concretização dos seus ideais de “fazer a América”, o que do ponto de vista prático consistia em racionalmente fazer dinheiro. Por outro lado, a racionalidade econômica não estava vinculada a um grupo, classe ou sociedade nacional, mas às finalidades e meios individuais. Assim, o capitalismo comercial se fazia de forma descontrolada e sem a regulação de condicionantes sociais, “operava ao sabor do acaso ou sequer chegava a concretizar-se como realidade histórica” (FERNANDES, 1975, p. 137). Nisso reside um traço importante do desenvolvimento capitalista brasileiro: os fins imediatistas superam as razões emocionais, materiais e morais que levam o agente econômico a projetar seus interesses em processos de longa duração.

No Brasil, com diferenças diametralmente opostas ao caso da Argentina como veremos a seguir, as explicações sobre a fraqueza do movimento operário é que se relacionam à imigração:

As principais razões desse fato se encontram no reduzido significado da indústria, sob o aspecto econômico, e da classe operária, sob o aspecto político. As greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos. Por sua vez, o jogo político oligárquico podia ser feito sem necessidade de se agradar à massa operária nascente. Os operários se dividiam por rivalidades étnicas e estavam pouco propensos a organizar-se, pois a simples sindicalização já os colocava na ‘lista negra’ dos industriais.

Além disso, muitos deles eram imigrantes que não tinham abandonado ainda as esperanças de ‘fazer a América’ e voltar para a Europa (FAUSTO, 2009, p. 297).

Por outro lado, na Argentina, o processo de industrialização também teve muito a ver com os imigrantes. Mas uma explicação bastante difundida sobre o fraco papel do empresariado na vida política nacional argentina também retoma o tema da imigração como causa para a falta de um verdadeiro desenvolvimento industrial no começo do século XX. O primeiro estudioso a delinear a tese de que os industriais eram imigrantes de classe média sem acesso ao poder político e social foi Gino Germani (1965). Segundo ele, 81% dos proprietários de empresas industriais registrados no censo de 1895 eram estrangeiros, do que deduziu que eram de classe média, distantes da classe alta tradicional e incapazes de solicitar com sucesso as políticas econômicas necessárias à sua expansão (GERMANI, 1965). Vários autores, de diferentes formas, enfatizaram esse aspecto, ou seja, que os industriais não tinham poder político. O aspecto da composição étnica é ressaltado ainda por Conde (1965) para quem a não participação política dos industriais se explica pela grande quantidade de estrangeiros o que os manteve longe das esferas de poder e qualquer contra-exemplo disso é tomado pelo autor como um caso isolado. No clássico *Los que Mandan* (IMAZ, 1964), o autor considera funcional que os pequenos produtores estrangeiros selecionem a membros da classe alta como seus representantes mesmo sem perguntar-se porque eles assumiam tal tarefa. Segundo o autor, a UIA era uma entidade de não argentinos, cujos dirigentes por razões pragmáticas, eram os argentinos, ou seja, aqueles que por terem nascido no país eram “miembros de la clase dirigente, los únicos que hablaban con fluidez el idioma del país, poseían relaciones y tenían contactos con el banco. (...) esos dirigentes no eran ‘marginales’ de la clase dirigente. Al contrario, hacían parte y tenían con los demás múltiples relaciones por emparentamiento y por negocios, clubes y intereses comunes” (IMAZ, 1964, p. 148)⁷.

Mais recentemente, tal visão foi confrontada por historiadores da indústria que defendem o ponto de vista oposto: os industriais argentinos sempre foram muito poderosos e ativos na vida política nacional. Shvarzer (1991), por exemplo, aponta uma

⁷ Quando se considera somente a nacionalidade dos empresários argentinos, de acordo com Imaz (1964), dentre os donos das maiores empresas havia, em 1959, 38,5% de estrangeiros. Se se considera a origem nacional de pais e avós, de acordo com pesquisa feita pelo Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social – ILPES citada em Cardoso (1971) o predomínio de estrangeiros é absoluto.

dupla confusão na tese anterior. Em primeiro lugar, associa “imigrante” a pobre e/ou campesino e o supõe politicamente distante do poder – visão a qual o autor contrapõe o exemplo do grupo Bunge y Born estudado por ele (1989). Uma segunda confusão é a associação entre “terrateniente” e uma atitude anti-industrial. Há de fato uma grande quantidade de proprietários de terra que desprezava a atividade industrial, mas isso não valida a generalidade da afirmação anterior pois também há um enorme contingente de grandes produtores agropecuários que pouco a pouco diversificaram seus negócios em ramos industriais, às vezes ligados ao próprio agronegócio.

Já o amplo ativismo da sociedade civil na Argentina também é atribuído, em larga medida, à presença dos imigrantes na constituição da sociedade. De um ponto de vista formal, as mutuais e outras formas de associação não se distinguiram muito nos dois casos analisados, especialmente no que se refere ao seu caráter notadamente étnico e o papel dos imigrantes em sua consolidação. Porém, há diferenças substantivas no que se refere ao número, aos formatos e ao papel destas associações na questão social.

As associações, principalmente as de socorros mútuos, no Brasil ficaram muito concentradas no Rio, em São Paulo e no Rio Grande do Sul e foram inexpressivas em outras regiões. Além da concentração, sua força foi muito menor que no caso argentino. Há que ponderar que isso talvez seja proporcional à própria força da imigração nos dois países. Mas há outros fatores a serem pensados. Afinal, houve também maior concentração da imigração para a Argentina na província de Buenos Aires, especialmente na capital, mas isto de nenhuma maneira deve ser visto como uma afirmação da exclusividade de Buenos Aires na participação popular, já que são numerosos os episódios em que a mobilização popular se originou nas províncias. Uma hipótese plausível é a de que pelo fato de Buenos Aires ser o modelo de civilização havia maior replicação e desejo de imitação pelas províncias do interior para aproximarem-se do parâmetro da capital. No Brasil, como vimos, a dicotomia civilização x barbárie não se traduz numa questão espacial ou regional como no caso argentino, mas sim na questão social e, dentro desta, a questão racial tem um papel muito relevante. Ser branco é, nesse sentido, um fator que levou os imigrantes a enfrentarem melhor os gargalos rumo à ascensão social. A escravidão, como regime de trabalho, também é apontada como fator de peso sobre o cenário político e o processo de mobilização das classes médias e da massa ainda no século XX.

Também se diferencia a visão das elites sobre os grupos organizados da sociedade civil e sobre a população de um modo geral. No Brasil, as elites, inclusive as

empresariais, tenderam historicamente a conceber a sociedade civil como frágil (o pobre é despreparado para a participação política) e os movimentos de protesto ou de insatisfação social com os dirigentes – quando visíveis no espaço público – tratados como “bagunça”, desordem. Na Argentina, a participação popular tem um caráter simbólico de peso expressivo. De acordo com Glik (s/d, p. 10), “nos livros didáticos, a figura do “*Cabildo Abierto*” e a frase “O povo quer saber de que se trata” transferem a imagem de uma primeira participação popular nos assuntos de governo. Verídica ou não, pouco importa, a imagem sela um compromisso simbólico entre os argentinos e a política”. A participação popular, sob convocatória das elites, nas passeatas e protestos de rua revela, por um lado, um viés da dominação, mas por outro a importância simbólica dos trabalhadores como partícipes das reivindicações.

Em relação aos instrumentos de mitigação da questão social, também podemos notar aproximações e diferenças marcantes em relação aos dois casos, até porque os problemas e sua proporção devem ser ponderados. Num primeiro momento – vigência do modelo agro-exportador – a questão social argentina é a integração da massa imigrante e o atendimento às parcelas mais vulneráveis da população como idosos, crianças órfãs e trabalhadores sem proteção legal alguma. A passagem da mentalidade caritativa à noção de ação social do Estado foi precoce no país. Já no início do século XIX o Estado começa a responsabilizar-se pelos pobres, antes sob a tutela exclusiva das entidades caritativas ligadas principalmente à Igreja Católica. A criação da *Sociedad de Beneficencia* e a *Ley de Reforma do Clero* (ambas em 1823) têm o objetivo de abrir um espaço para uma ação filantrópica organizada e ampliada e, embora a SB seja uma entidade privada, estava sob a sustentação financeira do Estado seguindo o modelo da *Sociedad Filantrópica Francesa* e de outras experiências européias de “*asociación de damas*”. Na prática, entretanto, essa passagem significou mais uma troca de administração mantendo-se em essência os mesmos valores e instrumentos de solidariedade social. Paralelamente uma ampla rede de solidariedade social no âmbito da sociedade civil se formou com as sociedades de socorros mútuos, as cooperativas, as associações de bairro, as bibliotecas e clubes privados e as associações de imigrantes. Os confrontos entre capital e trabalho, face mais visível da questão social nas sociedades modernas, começam a surtir resultados em termos legais já em 1904 com a primeira Caixa de Aposentadoria, a dos funcionários públicos e outras categorias profissionais até 1944 com base nas categorias profissionais (*carácter gremial*) e depois disso, sob a coordenação do Estado (em 1954 foram incluídos os trabalhadores rurais e

1956 os serviços domésticos). Em 1915 surge a indenização por acidente de trabalho e doenças oriundas do trabalho, em 1934 o subsídio à maternidade.

No período peronista, as *cajas de jubilaciones* (apesar de existirem desde 1904) foram ampliadas e organizadas pelo Estado no *Instituto Nacional de Previsión Social* ligado à *Secretaría de Trabajo y Previsión* e as ações de saúde pública foram centralizadas. Os sindicatos, as *obras sociales*, as *unidades básicas* cumprem importante função social e destaca-se o papel da *Fundación Eva Perón* como forma de suplantar o trabalho caritativo realizado pela SB que foi fechada para instaurar a assistência aos pobres sob a égide da justiça social. Além disso, o pleno emprego e o incremento de ganhos nos salários como política de Estado geraram uma melhor distribuição da renda e a ampliação dos estratos médios da população, já grandes à época. Como crítica, há que pontuar-se que o processo de implementação foi caracterizado pelo autoritarismo, o paternalismo e o controle estatal sobre a ação social.

No Brasil, na vigência do modelo agro-exportador emerge uma grave questão social com o fim da escravidão, além de integração da massa imigrante, em menor proporção que na Argentina, e do atendimento aos idosos, crianças órfãs e trabalhadores formais e informais sem proteção legal alguma. Aliás a proteção legal, apesar de alguns ensaios sem muito efeito na década de 1920, só se concretizou no governo de Vargas, especialmente no Estado Novo. Ou seja, também de forma autoritária e abarcadora dos conflitos sociais. Assim, Brasil e Argentina, em momentos diferentes, tiveram uma legislação trabalhista e sindical para buscar lidar com as desigualdades advindas da industrialização (leia-se: modernização). O Estado argentino disputou a hegemonia da questão social com a sociedade civil, enquanto no Brasil a disputa foi mais diretamente negociada com os empresários, inclusive fazendo-lhes algumas concessões em termos de política econômica para que pudessem acatar a legislação. Em ambos os casos, a separação simbólica entre trabalhadores formais e informais (estes últimos quase sempre considerados não trabalhadores) foi uma marca forte das políticas sociais, mais gravemente sentida no Brasil pela proporção dos problemas.

Num terceiro momento, o de economia aberta, assiste-se ao desmantelamento progressivo das políticas de proteção social na Argentina que adotou radicalmente o modelo do Estado mínimo. Em contraponto, a sociedade civil, sempre muito ativa, segue fazendo seu trabalho, mas agora ele é um conta-gotas no mar de uma questão social que só se aprofundou desde os governos militares e que foi especialmente marcada pelo modelo neoliberal dos dois governos de Menem e da forte crise de 2001.

Já no Brasil, o foco na inclusão social, a adoção não tão radical dos preceitos neoliberais e universalização da proteção aos cidadãos consagrada no texto constitucional de 1988. É claro que isso não quer dizer que por aqui tenhamos resolvido toda a questão social, mas que alguns passos importantes na direção da seguridade social foram dados *paripassu* a uma rearticulação da sociedade civil e uma maior participação social na arena pública com maior pluralidade de visões – incluindo-se aí as visões empresariais.

O tema da formação e da segmentação étnica nacional trouxe-nos, portanto, elementos importantes para o entendimento da percepção e participação das elites no campo da questão social. E suscita outro: os modos de representar o Brasil e a Argentina refletem-se em expressões como, respectivamente, luso-tropicalismo e europeísmo. Ribeiro (2002) destaca que isto foi resultado das diferentes inserções que os dois países tiveram no sistema capitalista mundial bem como dos diferentes “projetos nacionais” que após a independência política foram construídos e defendidos por suas elites. “O Brasil tornou-se um país marcadamente branco, mestiço e negro, enquanto a Argentina tornou-se um país eminentemente branco. Um associado aos trópicos; outro associado à Europa” (RIBEIRO, 2002, p. 242). Examinaremos em seguida essa questão juntamente com o tema do Estado.

4.3 O Estado e a nação imaginada pelas elites empresariais

Dois temas, também relacionados à questão ibérica, são: o da formação do Estado e o da construção da identidade nacional. Ambos parecem-nos centrais na análise do fenômeno da RSE se visto como um movimento que aponta uma disputa hegemônica do empresariado por um projeto de nação (lembrando que o sentido de disputa hegemônica é aquele apontado por Gramsci e reinterpretado por Laclau e Mouffe, portanto, abrange a possibilidade de múltiplos projetos no campo advindos do mesmo ator, o empresariado, embora não identificado univocamente na categoria classe). A agenda de problemas que o movimento em torno do tema propõe – a criação de uma sociedade mais justa (sem pobreza e sem violência), a preocupação com a preservação do meio-ambiente, a geração de capital social e de bem-estar para todos os envolvidos no processo produtivo da empresa – sugerem afinidades com os grandes problemas coletivos nacionais, embora como destaca Martins (1968), a tendência nos países periféricos seja a de “divórcio” entre a racionalidade privada e a racionalidade

social (o qual ele ressalta como gravíssimo por exemplo no período de crise do modelo substitutivo a partir dos anos 1960).

Dentro do pensamento social brasileiro e argentino, oscilam interpretações sobre a construção do Estado. Se há um consenso sobre a estrutura patrimonial do poder político no Brasil e na Argentina, não há um consenso quanto aos significados do conceito de patrimonialismo. Isso tem dividido o campo da discussão conceitual em visões diametralmente opostas sobre o conceito e seus desdobramentos na análise social. Tal reflexão nos dá uma idéia da amplitude do tema. Sem querer esgotá-lo ou reduzi-lo, podemos dizer, de forma muito sintética, que o patrimonialismo no Brasil é percebido por meio de duas perspectivas analíticas diferentes. Uma síntese possível dessas interpretações é a que opõe, por um lado, aquela que defende como ponto positivo da herança ibérica a conformação de um Estado forte e organizador da sociedade dentro de uma realidade dominada por interesses privados e escassa cultura cívica e, por outro, aquela que defende que o Estado patrimonialista é a base da organização burocrática e centralizadora do poder público sob o controle de uns poucos que se reproduziu ao longo do tempo, sendo o problema, portanto, o de reduzir o espaço do Estado para dar vida à sociedade civil.

Do ponto de vista da relação entre elites empresariais e Estado, as interpretações mais recentes apontam para o fato de que a burguesia brasileira construiu uma inserção corporativista num Estado centralizador (que historicamente se colocou no lugar de tutor dos conflitos sociais – exercendo as funções de mediação quando não de arbitragem dos conflitos entre os grupos de interesse), construindo o mundo dos negócios sob a tutela do Estado. Além disso, tais interpretações destacam que a capacidade de articulação política das elites empresariais brasileiras as beneficiaram do ponto de vista econômico tanto nas negociações realizadas na arena estatal quanto nos confrontos diretos com a sociedade, especialmente os trabalhadores. Por outro lado, as relações entre Estado e sociedade, numa perspectiva mais ampla, são também analisadas, ainda sob o enfoque patrimonialista, do ponto de vista do clientelismo, das relações de favorecimento, da burla à legalidade e à institucionalidade para a resolução caso a caso e do personalismo nas escolhas políticas.

No caso argentino, a ausência de um Estado centralizado ou mesmo organizado, predomina nas análises que tomam o patrimonialismo como horizonte. Do ponto de vista das relações entre elites e Estado, de acordo com Rojo (1998), dentre as análises sociais dos processos políticos argentinos destacam-se aqueles que buscam caracterizar

o chamado “personalismo da vida política” – esta expressão é de Touraine – que se concretiza a partir de dois vieses analíticos: o primeiro destaca uma variante plebéia da honra (O’Donnell é o representante maior dessa corrente) que descreve atitudes pouco apropriadas para manter a paz social mantendo uma certa distância entre as categorias igualitário e individualista vs. democrático. Já no segundo, que se refere às relações entre elite política e governados, destaca-se o papel dos líderes carismáticos que aparecem como intermediários entre o mundo do poder – distante e hostil – e o povo. Muitas vezes esses líderes são denominados pelo vulgo de *caudillos*.

A su turno, esos sectores populares tienen como meta constante mantener un alto nivel de influencia política [...] dentro de un sistema político que no se caracteriza, precisamente, por su apertura. Así las cosas, los argentinos – y en primer lugar las capas populares más postergadas, precisamente por el hecho de serlo – ante el cierre del sistema político han recurrido a líderes populistas que prometieron quebrar la hegemonía de los sectores identificados como la oligarquía (ROJO, 1998, p. 34).

Como dito anteriormente, chamam-nos a atenção os muitos pontos históricos em comum existentes entre Brasil e Argentina, e igualmente as maneiras tão tendencialmente diferentes como cada um dos países os viveu e quais foram seus resultados. Nas sociedades latino-americanas – ou pelo menos nos casos concretos de Argentina e Brasil – o liberalismo político e as relações de horizontalidade que este supõe conviveram com uma história marcada por sistemas clientelistas, lealdades verticalizadas, apadrinhamentos e caudilhismos. Também não é possível deixar de lado o forte peso da Igreja Católica, nunca totalmente divorciada do Estado.

A Argentina custou mais a construir o processo de unificação, tendo perdido várias regiões que antes compunham o vice-reinado do *Río de la Plata*, mas ao mesmo tempo tinha uma economia em contato direto com o capitalismo nascente da Europa via exportações pelo porto de Buenos Aires. A investigação histórica mostra que a nação foi um projeto do Estado moderno, principalmente nos anos correspondentes à Liga dos Governadores, da escola pública e obrigatória, do serviço militar obrigatório, dos meios de comunicação, dos impostos, das leis migratórias e outros dispositivos (GRIMSON, 2007, p.34). Nesse período, prevaleceu o ideário da nação da chamada “geração de 1880”, inspirados pelo positivismo e em contato direto com o liberalismo, pensavam que o Estado tinha como objetivo criar as bases num marco jurídico para o bom

funcionamento do modelo agroexportador, além de apoiar e estimular as atividades comerciais e financeiras. Foram responsáveis pela criação do exército nacional, do sistema judicial nacional e de uma burocracia dependente do Poder Executivo. Ainda assim (mesmo considerando o período de maior intervenção a partir de 1930 e seu sucesso na construção do Estado), a autonomia deste em relação às classes dominantes foi escassa. A maior parte do corpo de funcionários vinha dos círculos agropecuários e industriais, um seleto grupo de “caballeros” que não integrou um corpo de funcionário fiel, em primeira instância, ao próprio Estado (SIKKINK, 1993, p. 549).

No Brasil, a unificação territorial foi forjada em torno da vinda da corte portuguesa e da manutenção do Império. O simbolismo do rei somado à formação de um Estado formalmente constituído, com amplo poder de participação e penetração (muitas vezes na forma de controle) na vida social foi fundamental para desenhar uma idéia do país. Se por um lado a oligarquia suportou as pressões vindas de “baixo”, por outro, nunca se viu, nem no Império nem na República Velha, a formação de uma unidade de classe do mesmo estilo que a aliança hegemônica vigente na Argentina (CARDOSO, 1971).

O tema da nação e do nacionalismo guarda afinidades com a discussão sobre a formação étnica, a organização da sociedade civil e o papel do Estado nas sociedades brasileira e argentina. A nação, como comunidade imaginada, desempenhou, ao longo da história política contemporânea dos dois países, um papel crucial na manutenção da ordem (ou de certo tipo de ordem) com base no desenho de propostas para as perguntas “que país nos fomos? que país nós somos? que país nós gostaríamos de ser?”. Ao que parece o nacionalismo representou uma função mais instrumental e circunstancial que um projeto político conscientemente definido da parte do Estado e dos grupos dominantes. Um traço básico coloca-se de pronto: a Argentina possui a obsessão pelo passado, o Brasil pelo futuro:

No Brasil, as demandas sociais insatisfeitas são onipresentes, mas apontam muito mais para um futuro que deve ser alcançado que para um passado no qual elas teriam sido contempladas. Os argentinos, ao contrário, estiveram muito mais dominados durante o último século, por uma leitura de si mesmos à maneira de Hesíodo. Ou seja, por uma noção de que a idade de ouro ficara para trás, e muitos dos mal-estares e insatisfações estiveram ligados não somente a condições objetivas, como a essa exasperação pela impossibilidade de voltar à feliz situação que teria existido no passado, fosse no início do

século, no primeiro peronismo ou nos 1960, dependendo do sujeito. (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 26)

No primeiro período histórico por nós analisado nos capítulos precedentes (1880-1930), permanece na Argentina um projeto de nação fundado na dicotomia civilização x barbárie, do qual a expressão maior é o pensamento da geração de 1880. Reafirma-se um projeto no qual a ruptura opera como mecanismo de construção simbólica de suma importância. Cardoso (1971) enxerga nesse período a capacidade da elite proprietária de estabelecer um domínio solidamente baseado numa economia exportadora em expansão como também em um “projeto de desenvolvimento” aceito por todos e inclusive racionalizado pela ideologia da geração de 1880, calcado no livre jogo do mercado e justificado por representar os interesses de uma maioria de consumidores e não de uma minoria de produtores, não enfrentou nenhum tipo de contestação, nem do Partido Radical e nem mesmo do Partido Socialista. As contestações, advindas da pressão popular, dirigiam-se à abertura do sistema político e melhor distribuição da renda.

A aventura da ascensão social vivida pelos imigrantes no final do século 19 e início do século 20 teve muito que ver com a formação mítica de uma imagem da Argentina como terra promissora localizada num passado “dourado” que abria oportunidades de crescimento para “todos” (inclusive do ponto de vista político com a Lei Saez Peña de 1912 que estabeleceu o sufrágio universal) cuja duração perdura até hoje no imaginário social. A imagem da ascensão social, conforme descrita abaixo, foi fator chave para a formação da classe média naquele país:

Consistía generalmente en llegar a tener la casa propia, y quizá un pequeño negocio o taller también propio. Sobre todo, el camino pasaba por la educación de los hijos: la educación primaria permitía superar la barrera idiomática que segregaba a los padres; la secundaria abría las puertas al empleo público o al puesto de maestra, dignos y bien remunerados. La universitaria, y el título de doctor, era la llave mágica que permitía ingresar a los círculos cerrados de la sociedad constituida (ROMERO, 2001, p. 25).

Já no Brasil, a começar pelo que Fernandes (1975), ao analisar as implicações sócio-econômicas da Independência, identifica como “origens” do projeto de nação brasileiro voltado para o futuro, destaca-se que o liberalismo, ao contrário de toda uma

vasta literatura que o analisa simplesmente como algo “postiço, esdrúxulo ou farisaico” teve, com adaptações e reinterpretações à luz do contexto brasileiro, influências sociais construtivas em várias direções. Não obstante, como forma ideológica, aplicou-se exclusivamente ao campo econômico e muito implicitamente ao campo político. Neste foi adotado mais como forma utópica no plano do “idealismo político”, balizando a visão das elites – os senhores rurais então confrontados com a necessidade de pensar os negócios e os interesses da coletividade fora dos nexos coloniais – sobre a integração da *sociedade nacional* como processo e realidade. Tal visão

não procede[u] dos elementos tipicamente conservadores, inerentes à dominação senhorial, seja ao nível do poder patrimonial, seja ao nível do poder burocrático e político. Por isso mesmo, trata-se antes de uma contribuição virtual e historicamente frustrada, que de algo tangível e concretizado socialmente. Ainda assim, ela deixou alguns frutos, como a imagem puramente ideal do Brasil como Nação realizada (e, portanto, “soberana” e “integrada”) e a tendência dúplice a tolerar-se o presente possível, sonhando-se indefinidamente (e por vezes lutando-se) pelo “futuro melhor (FERNANDES, 1975, p. 35).

É com tais marcas, que no Brasil emerge um projeto de nação fundado na autonomia frente à tutela colonial, não de um povo, mas de uma pequena parte dele e sustentado simbolicamente na hibridização cultural. Conforme a formulação de Sommer (2004, p. 175), “o que poderia ser mais brasileiro e proclamar a independência do Velho Mundo de forma mais clara do que escolher como protagonistas da nação os índios e aqueles primeiros portugueses que, dando as costas para a Europa, escolheram unir-se aos nativos?”. Era exatamente isso que as elites brasileiras desejavam no final do século XIX e no início do século XX: elementos indiscutivelmente locais para o momento de fundação da história brasileira. “Conciliação” e “cordialidade” tanto na política partidária como na racial (da qual é expressão o branqueamento como ideologia racial na primeira República), ao invés das convulsões militares e civis, das rupturas e refundações, da universalização da educação e dos direitos civis presentes na Argentina, se tornaram os elementos fundantes da Nação, ou melhor dizendo dos dois brasis, conforme a formulação de Florestan Fernandes:

A Primeira República preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de “duas Nações”, a que se incorporava à ordem civil (a rala

minoria, que realmente constituía uma “nação de mais iguais”, e a que estava dela excluída, de modo parcial ou total (a grande maioria, de quatro quintos ou mais, que constituía a “nação real”). As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 10, em São Paulo, como puras ‘questões de polícia’; ou quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas) (FERNANDES, 1975, p. 206)

O Brasil é uma nação (ou melhor, duas nações) constituída por um Estado forte e uma sociedade civil fraca. Na Argentina, ao contrário, “o caráter tardio da formação do Estado permaneceu solidário de uma grande vitalidade associativa e de uma estruturação particularmente robusta dos grupos dirigentes” (ROUQUIÉ, 1985, p. 14). Assim, “de um lado, o padrão argentino se configura por um processo *tardio* de formação do Estado nacional, enquanto que, no caso brasileiro, o Estado se constitui *precocemente*. De outro lado, no plano da dinâmica liberal, o padrão é praticamente inverso: enquanto na Argentina o ritmo de expansão da arena política é mais *forte e amplo*, no Brasil, ele se desenvolve de forma mais *lenta e restrita* (TRINDADE, 1985, p. 51). Enquanto na Argentina os setores mais numerosos da nação se transformaram com os avanços da economia agroexportadora, no Brasil eram setores mais limitados e marginais os que se transformavam, o que ganha um contorno especial se consideramos ainda que o êxito do sistema agroexportador em termos de sua capacidade para integrar os distintos grupos sociais foi bastante limitado por aqui (CARDOSO, 1971). Para O’Donnel, que caracterizou as relações entre Estado e sociedade nos dois países, a síntese possível é: “en la Argentina diciendo que el aparato estatal ha bailado al compás de las fuerzas de la sociedad, más como campo de batalla que como instancia de formulación de intereses más generales, en tanto que en Brasil ha sido tan poderoso y decisivo que llegó a monopolizar la vida política del país”(citado por SIKKINK, 1993, p. 544).

Cardoso (1971) com base em estudo comparativo centrado nos empresários industriais nos dois países os elenca como pertencentes a um mesmo tipo estrutural de

dependência mas que, ao mesmo tempo, permitiram opções políticas relativamente diferenciadas às burguesias locais em função dos parceiros com os quais foi possível estabelecer alianças políticas. Nos diz o autor:

En efecto, mientras que en Argentina, históricamente, la unificación de la sociedad nacional se dio por un vigoroso proceso de imposición del predominio de un sector, la burguesía mercantil bonaerense, sobre los demás grupos dominantes locales, en Brasil, la consolidación nacional durante el Imperio significó, bajo una modalidad política centralizadora, la formación de una verdadera “federación” de intereses regionales. Así, después de que los grupos bonaerenses expanden sus actividades hacia el campo y especialmente después de la Campaña del Desierto, cuando se apropian de las planicies húmedas y fértiles, imponen a las burguesías regionales un sistema de dominación nacional de tipo embudo: fracasadas las tentativas de creación de puertos regionales, el comercio exterior pasará necesariamente por Buenos Aires (CARDOSO, 1971, p. 96).

Já o período histórico iniciado em 1930 representou uma grande virada em ambos os países. No Brasil, os vários segmentos engajados no fim do regime oligárquico – conservadores que lutavam contra o predomínio de São Paulo, liberais e uma parcela dos militares – mantinham expectativas diferentes em relação ao futuro que foram habilmente acomodadas, pela via da conciliação, na estrutura estatal e na condução política realizada por Vargas. Já na Argentina vemos uma tentativa de retorno ao passado – seguramente ilustrativa da idéia de revolução pelo alto, mas uma modernização conservadora em que os elementos de conservação são proeminentes em relação aos novos. Representou, nesse sentido, uma volta ao passado na qual os políticos conservadores retomam o poder, após a experiência de democracia da era *radical*. Segundo Fausto e Devoto (2004, p. 242), “os que viam com bons olhos um programa nacionalista e industrialista representavam uma minoria insignificante”.

Um dos pontos mais relevantes da inflexão assistida a partir de 1930 diz respeito à organização e profissionalização do Estado. No Brasil a reforma do Estado começa já no governo provisório de Vargas e se radicaliza no governo autoritário do Estado Novo com o DASP, as exigências de concursos para servir ao Estado e a exigência de criação e formação de funcionários de carreira no sentido da meritocracia. Já no final de seus 15 anos ininterruptos no poder federal cria a Fundação Getúlio Vargas voltada para a formação de quadros especializados em administração pública. Embora algumas

análises mostrem também que na era Vargas prevaleceu uma burocracia dual na qual se mesclavam critérios do favoritismo político (prevalecente na área de assistência social) com o da meritocracia (prevalecente na área econômica) de acordo com Geddes e Nunes (citados por SIKKINK, 1993) que chamam a essa dualidade de “modelo político sincrético”.

Na Argentina, o retrocesso conservador de 1930 significou também o adiamento de uma maior profissionalização do Estado. Mas algumas medidas do período destacam-se nesse sentido como a criação das juntas de controle das exportações e a centralização das decisões monetárias com a precoce criação do Banco Central. A organização do serviço público só veio a ocorrer mais tarde, em 1945, no primeiro governo de Perón. Até então havia pouco controle ou centralização da seleção de funcionários, tanto no governo federal quanto nas províncias. As várias instâncias e organismos do Estado tinham autonomia nesse processo e a cada governo correspondia à troca quase que completa dos quadros administrativos, o que significava uma ruptura abrupta com alta rotatividade de funcionários. Frente às exigências de maior grau de eficiência do aparato público colocadas pelo modelo de desenvolvimento econômico com ampla intervenção estatal, Perón instaurou uma variedade de medidas institucionais para organizar melhor o Estado, mas poucas delas sobreviveram à sua queda em 1955. O *Reglamento de la Administración Pública* de 1943 só conheceu uma aplicação mais coerente a partir de 1957 (mesmo ano da criação do *Instituto Superior de la Administración Pública* – ISAP), mas com muito menor força que o DASP no Brasil. Em síntese, como observam Campos e Arroyo:

Uma das características na diferenciação do Estado no Brasil e na Argentina é a estrutura do aparato burocrático (de pessoal e de organização) que, no Brasil, pautou-se por normas e procedimentos mais tecnocráticos e duradouros. A base da tecnocracia brasileira era a tentativa de profissionalização e capacitação de um núcleo de funcionários públicos escolhidos por mérito em vez de favoritismo, capazes de operar de forma autônoma na formulação e execução das políticas econômicas (‘burocracia isolada’). O quadro de funcionários públicos da burocracia brasileira foi no geral mais estável que o da Argentina, marcando um alto grau de continuidade inter e intragovernamental mais efetivo. (CAMPOS e ARROYO, 1998, pp. 171-172)

A atuação das elites empresariais no âmbito dos Conselhos Técnicos formados no aparato estatal foi, sem dúvida, muito mais vigorosa no Brasil do que na Argentina, resultando no fato de que os próprios conselhos/institutos reguladores tiveram muito maior influência nas decisões de política econômica aqui do que lá, não obstante terem propósitos semelhantes. A UIA, entidade industrial que tinha assento nos conselhos argentinos, não se configurou como um ator forte e com capacidade de atuação para fora e para dentro. A entidade não conseguiu convencer a sociedade que o setor tinha interesses que também eram mais amplos e isso colaborou para que o Estado não prestasse muita atenção às suas demandas, considerando sua baixa capacidade de gerar conflitos. Não obstante tenha apoiado o golpe de Estado e a ditadura de Urriburu, o setor empresarial buscou aproximação com o governo de Justo que, por medo da crise, aprofundou os vínculos com a Grã-Bretanha permitindo a importação de têxteis britânicos competitivos com a produção nacional ao mesmo tempo em que facilitava a instalação de empresas industriais americanas. No período militar iniciado em 1943 os empresários buscaram ampliar a participação nos conselhos técnicos, inspirados no corporativismo que os identificava ideologicamente aos militares. No Brasil a situação foi diferente havendo uma interação mais viva e menos contraditória entre política e economia. A indústria contava com um mercado interno mais vasto e com uma grande franja de população marginal – o outro Brasil –, sendo que o setor patronal contava com acesso direto ao poder político – ao contrário dos trabalhadores –, participando ativamente da tomada de decisão de políticas públicas no âmbito dos conselhos técnicos e institutos reguladores, portas abertas pelo Estado varguista. A lógica da conciliação permitiu que o Estado acolhesse desde o pensamento liberal de um Valentin Bouças e um Eugênio Gudín até o intervencionismo mais conservador, o desenvolvimentismo dos empresários e o nacionalismo dos militares e de alguns intelectuais.

Vale dizer que até a emergência de Perón e do nacional-populismo na Argentina os interesses da oligarquia rural prevaleciam sobre os interesses industriais. Mas se os últimos passam a valer não foi por pressão política dos industriais, mas como um projeto de Estado. Depois da década infame e com a ascensão de Perón assiste-se a uma mobilização e organização, sob a inspiração do Estado, de uma massa assalariada que está integrada no plano econômico, organizada no plano social e é ativa politicamente na cúpula estatal. “Por tanto, no se trata de una ‘masa oprimida’ y sí de asalariados que construyen canales de participación social y que aplican el peso de su lucha en la obtención de ventajas económicas: distributivismo, más que nacionalismo, participación

política más que revolución” (CARDOSO, 1971, p. 106). Os industriais, por sua vez, não desafiaram inicialmente a Perón, mas em pouco tempo a força política dele os coloca sem reconhecimento como interlocutores do Estado (a UIA sofre intervenção estatal, a CACIP desaparece, enquanto a SRA e a Bolsa de Comércio se colocam numa posição resignada).

Assim, frente ao dinamismo da massa popular, ao liberalismo dos produtores rurais e às demandas do setor industrial por proteção surge o Estado como mediador (árbitro, ponte, regulador, especialmente nos assuntos de política econômica e controle social). O peronismo realiza a valorização da indústria nacional em nome do pleno emprego e de um forte sentimento anti capital estrangeiro que não se traduz, entretanto, numa política de contenção do investimento externo.

Quanto ao tema da organização corporativista do conflito entre capital e trabalho, O’Donnel (citado em DINIZ, 1978, p. 31) nos diz, ao analisar o que ele chama de corporativismo bifronte, que “se o Estado invade a esfera da sociedade pela conquista de organizações civis, por outro lado pode-se observar o movimento inverso de apropriação de segmentos ou setores da atividade estatal pelos interesses organizados na sociedade civil, o que coloca em evidência a porosidade do esquema de dominação estatal à penetração de grupos privados”.

O controle do Estado sobre os conflitos de interesse foi mais sofisticado no Brasil do que na Argentina, posto que teve como base a combinação entre burocracia tecnocrática e autônoma de um lado, o que conferia grande poder ao Estado, e o esquema de representação patronal que mesclava formalidade e informalidade de outro, o que conferia grande poder aos empresários.

No geral, a dinâmica econômica brasileira foi aprofundada pelos grupos industriais para expandir o parque produtivo em função das oportunidades geradas por um mercado interno de porte significativo e em expansão, o que não quer dizer que a categoria estivesse preservada dos conflitos inerentes à cadeia produtiva. Contrariamente, na Argentina, a defesa dos *lobbies* não se deu tanto por confronto de posições no campo produtivo, mas por composição de interesses já que a elite empresarial (sem frações nitidamente antagônicas) e o Estado se fortaleciam mutuamente, cabendo à burocracia manter em funcionamento os canais de acesso e influência. Com as relações capital/trabalho engessadas por um aparato legal e os conflitos sendo atenuados dentro do seu âmbito, o Estado no Brasil pôde estar de certa forma mais preservado das pressões dos interesses sócio-econômicos

predominantes. Por outro lado, na Argentina, o grau de ameaça que recebeu a classe empresarial por parte da ação das organizações dos trabalhadores foi mais forte do que no Brasil, exigindo ao Estado uma atenção maior pela implementação de políticas distributivas (CAMPOS e ARROYO, 1998: 172)

Em comparação sobre os dois populismos, O'DONNELL (1990, p. 31) afirma que “desde a imagem de Getúlio Vargas como *pai do povo*, até o discurso mais mobilizador de Eva Perón, lá estavam “os pobres”, transformando-se em povo e membros da nação no entrecruzamento das interpelações que assim os definiam como um movimento mais amplo destinado a liquidar o Estado oligárquico. (...) O arcaísmo da oligarquia e a evidente alteridade do capital transnacional ligado à exportação de produtos primários acertavam no alvo contra o que se definia como a identidade coletiva do nacional-popular”. FAUSTO (2000, p. 122) qualifica e aproxima os nacionalismos argentino e brasileiro desse período dizendo que: “ambos são orgânicos, ambos os nacionalismos sustentam a necessidade de se construir a unidade nacional, ambos recusam o parcelamento cultural, ideológico, etc., da nação”. De todo modo, no período nacional-populista, observa-se na Argentina tanto a crescente capacidade de participação política da massa assalariada e sua organização sindical quanto que o desenvolvimento continue sendo uma função dos grupos empresariais privados (não do Estado). Cardoso (1971) aponta que, em função disso, não raro uma avaliação retrospectiva dos industriais argentinos sobre a política econômica de Perón seja mais favorável do que negativa, de acordo com dados da pesquisa por ele realizada em 1963.

O populismo mostra-se então outro momento chave se (re)pensar a nação. Na Argentina, o populismo propôs um projeto de nação fundado no popular e no trabalho, mas mantém ligações de fundo com a força simbólica da dicotomia civilização x barbárie agora relido em função da incorporação dos “bárbaros” pela ascensão social pelo trabalho com o Estado cuidando de ajudar a ampliar/desobstruir os gargalos. As elites tradicionais e os chamados intelectuais conservadores logicamente não nutriam muitas simpatias por tal projeto. Isso pode ser notado pela oposição que o radicalismo passa a representar alimentando a tensão política centrada no *crizol de razas* (não é mera coincidência que os radicais são chamados de “gorilas” pelos peronistas e que emerge a figura dos *cabecitas negras*) na qual os setores conservadores da sociedade encontram elementos para uma luta contra o que viam como a *barbárie* que tomava

conta do país. Para o escritor Tomas Eloy Martínez (citado por Glik, s/d), “los argentinos que se creían depositarios de la civilización, veían en el peronismo una resurrección obscena de la barbarie”.

Os discursos mais agudos de Juan Perón, que apontavam entre os seus inimigos os setores ilustrados, encontravam ampla recepção entre os trabalhadores argentinos, mas também no enorme contingente de mestiço-indígenas do interior das províncias, que a intelectualidade acadêmica das primeiras décadas do século XX, tomada pelo pensamento evolucionista *spenceriano*, considerava ser um fator de *atraso*. Vale lembrar as violentas manifestações populares inspiradas pelo lema lançado por alguns grupos peronistas: “Alpargatas sim, livros não”, consigna que colocava simplificadamente em pauta o pressuposto de uma erudição ao serviço de “interesses antinacionais”. Todavia, é importante matizar alguns aspectos. O historiador argentino Fernando Devoto (entrevista citada em GLIK, s/d) interpreta que esse imaginário “plebejista” era alimentado muito mais por Eva Perón que pelo seu companheiro. Ainda segundo o historiador, Perón era um liberal, por questões mais políticas do que filosóficas, e ambicionava apresentar o seu projeto como *superador* da antinomia capital-sociedade.

O sucesso do peronismo e da ideologia do “*justicialismo*” – ainda que marcado fortemente pela intervenção e por abarcar os conflitos sociais na organização corporativista das relações trabalhistas e sindicais – foi sua capacidade de combinar a concepção de Estado onipresente com a outra, mais espontânea, fundadora da Argentina moderna: a ideologia da mobilidade social. A ação do Estado não substituiu a clássica aventura individual de ascensão mas dava o empurrão inicial, a eliminação dos gargalos para que os mecanismos tradicionais pudessem então funcionar (ROMERO, 2001).

A integração e a identidade nacional se constituíram em torno ao mundo do trabalho, tendo no trabalhador e na sua instituição de organização fundamental – o sindicato – emblemas fundamentais. “Los trabajadores se integraron a la nación de la mano del Estado ya la vez se incorporaron a la sociedad establecida, de cuyos bienes acumulados aspiraban a disfrutar, con prácticas típicas ya desarrolladas por quienes, en épocas anteriores, habían seguido el mismo proceso de integración” (ROMERO, 2001, p. 119). O Estado facilitou o acesso à educação e aos bens culturais – por um lado cultura erudita através do teatro, música e cinema, mas por outro lado, cultura popular com a valorização dos bens folclóricos tradicionais. Para sustentar ao regime nada melhor do que, junto com tais bens, a distribuição de doses massivas de propaganda

governamental sob os cuidados da *Secretaría de Prensa y Difusión* e contando com a ampla penetração do rádio em todo o território nacional.

No Brasil, também emerge um projeto de nação fundado no trabalho e no popular, sob o escrutínio de um seleto grupo de intelectuais convidados a trabalhar nas estruturas de um Estado forte que reinventa o Brasil. Nesse momento, em lugar de políticas de integração abrangentes o que se consolida é o simbolismo da carteira de trabalho que divide o mundo dos pobres entre aqueles que a portam e os que não a portam. É também o momento de consolidação do conceito de democracia racial que exemplifica a complexidade das relações raciais no país e busca ressaltar características positivas do caráter ibérico da “civilização brasileira”, justificando a negligência em termos de direitos políticos, civis e sociais em relação a uma expressiva parcela da população. Culturalmente, evocar a matriz ibérica significou, no contexto dos anos 1930, destacar o caráter aberto, cosmopolita e já acostumado ao contato cultural e à miscigenação racial do português que, transposto ao novo mundo e enriquecido com as matrizes culturais negra e indígena, resultou nessa síntese cultural única, capaz de combinar a diversidade e a diferença sem preconceitos. Politicamente, esse caldo de cultura propiciaria também um modo único e autêntico de constituição da democracia nacional que em lugar de se dar especificamente no campo da política como forma de governo, se espalhava pela vida social nas relações e interações livres entre as raças. Fica, portanto, duplamente exaltado o caráter positivo da matriz ibérica. Naquele momento, a idéia de uma sociedade sem fronteiras sociais demarcadas pela cor celebra um Brasil “avançado” culturalmente, até mesmo um exemplo a ser seguido por outros países do mundo desenvolvido, “lição de justiça e liberdade”, “lugar onde não existe preconceito de raça” (visões de intelectuais estrangeiros sobre o Brasil extraídas de GUIMARÃES, 2002, p. 140).

Outro momento importante para se pensar a nação foi o desenvolvimentismo. Em comparação sobre o período desenvolvimentista dos governos de JK (1956-1961) e de Arturo Frondizi (1958-1962), o desenvolvimentismo reanimou os ânimos nacionalistas nos dois países. Na Argentina, o projeto de nação fundado na idéia de desenvolvimento autônomo, consolidando um projeto baseado na luta de uma economia dependente *versus* o capital internacional monopolista. No Brasil emerge projeto de nação também baseado no “crescimento para dentro”, para usar uma expressão daquela época, exigindo a ampliação da nação (incorporação de novos segmentos da população à cidadania para que mais gente possa consumir).

Sikkink (1993) comenta que não obstante terem ocupado o poder em períodos similares e com um ideário comum, enquanto Kubistchek pôde implementar a maior parte de seu programa, Frondizi foi derrocado por um golpe militar e seu programa de desenvolvimento ficou truncado. Na Argentina, foi um período de grande divergência, no qual certos grupos que compartilhavam dos ideais desenvolvimentistas sobre os rumos da economia estavam divididos politicamente. No Brasil, ao contrário, foi um período de convergência, no qual vários grupos tendo como ponto comum o objetivo de promoção de uma rápida industrialização do país patrocinada pelo Estado passaram por cima das diferenças a fim de sustentar o programa de desenvolvimento. Sikkink (1993, p. 545) aponta que a diferença entre o Estado no Brasil e na Argentina não é de tamanho ou de número de funções. Em ambos os países o Estado expandiu suas funções econômicas a partir de 1930, mas na Argentina a desconexão entre as tarefas que o Estado “deveria” abordar e a capacidade de efetivar essas funções foi aguda.

Ainda na visão da autora isso ocorre porque o Brasil se moveu mais rapidamente da periferia à semi-periferia, enquanto a Argentina se moveu mais lentamente, entrando em declínio. A coerência e a continuidade da política econômica nos últimos 50 anos (em termos relativos) contribuiu para melhorar o padrão de crescimento, enquanto a descontinuidade da política argentina minou as forças desenvolvimentistas. Deste modo,

(...) la diferencia crucial entre los industriales de la Argentina y Brasil durante este período fue que en Brasil los industriales se concibieron a sí mismos y actuaron como líderes del programa de desarrollo, mientras que en la Argentina aprovecharon las ventajas de los incentivos ofrecidos por el programa pero nunca tomaron una posición de liderazgo. Mientras en Brasil defendieron políticamente al gobierno, en la Argentina los industriales fueron indiferentes y ocasionalmente se involucraron en acciones para minar al gobierno. Estas diferencias son menos resultado de la composición de las burguesías nacionales de ambos países que de sus ideologías políticas y económicas. Los industriales brasileños eran más desarrollistas que sus contrapartes de la Argentina, quienes continuaban cercanos a ideas económicas más liberales (GRIMSON, 2007, p. 37)

Há ainda outra variável para interpretar as diferenças do desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina. No Brasil, a associação entre desenvolvimentismo e nacionalismo foi fundamental para a consolidação do modelo, mas plasmada à capacidade de conciliar os interesses do capital nacional com o capital estrangeiro. A continuidade foi

plasmada nos novos quadros técnicos do Estado e em diversas instituições, ambos os fatores ausentes no caso argentino. Além disso, na Argentina, o peronismo, oficialmente proscrito mas muito atuante de fato nas práticas, instituições e imaginário político, interpretou o desenvolvimentismo como “entreguismo” e Frondizi perdeu essa batalha semântica pois na Argentina ele tornou-se sinônimo de antinacionalismo. Skidmore (citado por BOSCHI, 1979, p. 79) fala em três nacionalismos para caracterizar este momento: o primeiro é neoliberal e nele o capital estrangeiro deve entrar sem controles governamentais; o segundo, baseado no desenvolvimentismo nacional sugere a necessidade do capital estrangeiro com rígido controle do Estado; o terceiro é nacionalista radical, contrário à presença de produtos estrangeiros e defensor da substituição de importações. JK constrói sua governabilidade por meio de política de compromissos com as três tendências. Somente talvez no caso da manutenção de setores produtivos estratégicos – tais como petróleo, aço e minerais – a abordagem nacionalista chegou a constituir o que poderia ser chamado um projeto político definido pelo Estado. Tal projeto no entanto nunca significou a exclusão da cooperação estrangeira como meio de realizar o desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a discussão sobre o controle estatal de áreas nacionais estratégicas desviou a atenção do problema da penetração do capital estrangeiro em outras esferas de produção durante os primeiros anos década de 1950.

Ainda do ponto de vista político, é interessante notar como no Brasil os diversos grupos sociais – grupos organizados da sociedade civil, governo, intelectuais, elites políticas, técnicas e econômicas – diferentemente se apropriam da noção de democracia racial nesse novo momento histórico. O termo democracia ganha mais força que o racial em consonância com a mentalidade política vigente mundialmente. A idéia de democracia racial dentro do pacto nacional-desenvolvimentista ganha o sentido político de integração dos negros brasileiros à nação brasileira através do cultivo de uma identidade mestiça ou sincrética. No plano material, apesar das leis de regulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social para os trabalhadores urbanos serem universais, as marcas da desigualdade – seja de oportunidades, seja de condições de emprego e renda – atuam de maneira velada, não presente no debate político.

Já no período da ditadura militar, a ideologia da segurança nacional deu novos contornos à questão da nação imaginada, sobretudo em face das consequências dos dois populismos, em ambos os casos com importante participação do empresariado. Na Argentina, há um retrocesso conservador (mais abrupto e avassalador que o da Década

Infame), calcado num projeto de nação também fundado na idéia de civilização x barbárie, só que esta última agora representada pelas classes populares organizadas insurgidas contra a ordem. No Brasil, o par segurança e desenvolvimento é a base da doutrina militar-empresarial que anima o regime ditatorial. Nela, o desenvolvimento é condição para a segurança pois país seguro é um país mais rico (não tinham idéia de ampliação da nação do ponto de vista da incorporação, o crescimento é um mecanismo natural de solução do problema social).

Após a redemocratização e a consolidação de um regime de economia aberta, os projetos de nação são circunscritos por uma ordem internacionalizada. No Brasil, o período é marcado pelo controle inflacionário e por uma opção pela chamada “integração competitiva” como estratégia para a industrialização e o desenvolvimento do país. Num primeiro momento, a abertura promovida por Collor, ocorre de forma voluntarista, sem a observância rigorosa dos critérios técnicos propostos no plano e total desatenção à efetivação das políticas sociais previstas na Constituição de 1988. No governo de Fernando Henrique Cardoso, a postura economicamente liberal que alimenta a reforma do Estado (incluídas aí as privatizações) se aprofunda, embora com maior nível de planejamento e as políticas sociais no espírito da constituição começam a aparecer e se efetivar na forma de políticas públicas. Nesse período vê-se então germinar o que seriam as bases para se pensar um projeto de nação para esse momento histórico da economia aberta: a conciliação entre proteção e abertura, regulação e livre jogo, nacionalismo e liberalismo.

Na Argentina, assiste-se no início deste período o eterno retorno da dicotomia civilização x barbárie e a “civildade”, bandeira de Alfonsín no processo de redemocratização incorporada por outros atores políticos e sociais, representa o último grande projeto nacional. Depois disso, afora alguns poucos momentos em que as fórmulas do neoliberalismo “deram certo”, vê-se um país sem projeto de nação e o dismantelamento de todos os discursos de (re)construção nacional. O tema da pobreza ganhou muita relevância na Argentina contemporânea, principalmente após a falência das políticas econômicas neoliberais, seguidas à risca até o final da década de 1990, as imposições do confisco interno e de abandono do câmbio fixo. A insatisfação da população foi crescente e a deposição do presidente Fernando de la Rúa instaurou um período de instabilidade política e social⁸. A Argentina tem que haver-se com o

⁸ As cifras do INDEC assinalam para o aglomerado da Grande Buenos Aires – a cidade de Buenos Aires mais os municípios (*partidos*) conurbados – um crescimento altíssimo num curto espaço de tempo do

retrocesso, o atraso, a perda representada no imaginário das elites pela prosperidade econômica e no imaginário popular pelo peronismo, dois projetos de nação antagônicos que geraram e geram dificuldade política de conciliação, ou seja, a nação sonhada pelas elites é oposta à nação sonhada pelo povo. O debate da construção nacional com base numa idade de ouro localizada no passado exemplifica o que Elias (1997) chama de o problema do “orgulho nacional”, o que do ponto de vista individual é vivido como a incerteza sobre o valor de ser argentino ou argentina. Diz respeito especialmente a perda de poder, no caso de nações a perda de poder “de uma posição superior para uma inferior na pirâmide de Estados” (ELIAS, 1997, p. 29)⁹.

Um fio condutor então se esboça. Na Argentina, as características liberais predominaram sobre o estatismo, mesmo que os dois grandes projetos de nação presentes na memória coletiva tivessem sido capitaneados pelo Estado¹⁰. No Brasil, o Estado protagonizou o processo histórico, incluindo-se aí as disputas em torno à questão social, colocando-se como agente e foro, com grau de abertura variável e forte tendência ao fechamento, dos grandes projetos nacionais. Assim, quando os regimes econômicos internacionais apontavam para o pêndulo do liberalismo, a Argentina obteve maior êxito e quando apontavam para o intervencionismo, o Brasil é que ocupou posição de destaque.

número de pessoas abaixo da linha da pobreza que passou de um índice de 25,5% em outubro de 2001 a 37,7% em maio de 2002 e a 42,3% em outubro de 2002. Nos municípios da área mais pobre da região (GBA2), as cifras chegaram a 58,6% e 61,6% (BALIAN DE TAGTACHIAN, 2002, p. 8).

⁹ Dentre os vários exemplos citados por Elias – Alemanha, Holanda, Dinamarca e até mesmo Inglaterra e França – para demonstrar o seu argumento, o autor destaca curiosamente o caso da Argentina na disputa com a Inglaterra pelas Malvinas (Falkland). Diz o autor: “os argentinos foram tão humilhados no caso das Falklands que nenhum político argentino pode atrever-se a afirmar que um futuro recompensador aguarda a Argentina, mesmo no caso de seus estadistas não estarem em situação de corrigir, por meios militares ou pacíficos, a guerra perdida pelo controle das ilhas Falkland e seus habitantes de língua inglesa” (ELIAS, 1997, 28-29). Recentemente, um filme intitulado “Fuckland” (2000) do argentino José Luis Marques tenta fazer esse resgate do orgulho nacional no caso Malvinas. No filme um jovem argentino chega às Ilhas Malvinas para reconquistá-las. Por meio de relações amorosas com as nativas da ilha, ele tenta espalhar sêmen argentino e incita seus compatriotas a fazerem o mesmo numa verdadeira cruzada fertilizadora para que, no futuro, a ilha seja povoada por uma nova geração de argentinos, supostos líderes de uma revolução local.

¹⁰ Em interessante artigo, Ferrari e Cunha (2008), levantam a hipótese de que há na cultura política Argentina uma tendência a acreditar que o liberalismo é mais “natural” para o país, dado o peso simbólico que o modelo agroexportador tem – não somente para as elites, mas para a população especialmente os estratos médios – como representação da “época de ouro”. Por essa chave de leitura, os autores tentam explicar porque o “projeto liberal-globalizante” dos anos 1990 teve primazia, mesmo quando já dava claros sinais de esgotamento, com a reeleição de Menem em 1994.

4.4 Os mundos empresariais argentino e brasileiro – repassando alguns aspectos

4.4.1 O processo de industrialização

Ainda que possamos dizer que tanto no Brasil quanto na Argentina o processo de industrialização tenha começado no século XIX em ritmo marcado pela exportação primária e caracterizado por “surto” esporádicos, o crescimento industrial adquiriu contornos notavelmente diferenciados no século XX. Após a crise de 1929, começaria o ciclo de industrialização substitutiva com a necessidade de forte intervenção do Estado.

Na Argentina, o entusiasmo pelo tema da industrialização aparece de forma bastante precoce com a formação do *Club Industrial* (1875) e do *Centro Industrial* (1878). O *Club* foi extremamente ativo desde sua origem: lançou um periódico quinzenal chamado *El Industrial*, organizou a primeira Exposição Industrial Argentina em 1877, conseguiu subsídios públicos para realizar suas atividades através de um projeto de lei aprovado pelo Congresso da Província de Buenos Aires (1876). A instituição tinha fortes laços com membros da administração do Estado em todos os níveis e com a nascente e poderosa SRA. Contava, dentre seus membros, com a participação de criadores de gado e agricultores sob a classificação geral de produtores. A composição heterogênea do *Club Industrial* criou clivagens insuperáveis como a ascensão de um grupo de pequenos proprietários e artesãos que defendiam um ideário anarquista sustentado nas idéias de Proudhon. Assim, em 1878, houve uma divisão e foi criado o *Centro Industrial* cujos sócios eram os grandes proprietários (SHVARZER, 1991).

No caso brasileiro, o impulso para a industrialização vem de um setor agroexportador pouquíssimo diversificado, sustentado quase que exclusivamente pelo café, mas já de certa forma “acostumado” com a intervenção estatal que já ocorria com a política de regulação dos preços do café. No contexto internacional, a recessão econômica nos EUA após a quebra da bolsa em 1929 que trouxe como modelo de recuperação o fechamento do mercado e a maior regulamentação da economia pelo Estado somado ao fato de que, no contexto local, colocava-se a impossibilidade de manter o equilíbrio da balança comercial com as queimas do excedente produzido de acordo com as demandas e os preços externos, romperam a dependência da indústria do setor exportador criando a possibilidade de industrialização pelo modelo da substituição de importações e a criação de um mercado de produção e de consumo nacional. Na

Argentina, o processo de industrialização teve seu impulso nos mesmos eventos internacionais, mas a capacidade de intervenção era menor e a vocação para o liberalismo econômico grande, herança do sistema exportador. Apesar de o país ter construído instrumentos de controle da política econômica no período conservador de 1930, a capacidade de intervenção do Estado para capitanear o processo de industrialização só ocorre de fato com Perón.

Um ponto comum: tanto na Argentina quanto no Brasil, os industriais vêm da classe proprietária de terras ou estão ligados a elas por laços políticos ou sociais – como foi o caso dos imigrantes em ambos os países – por isso não houve um conflito demarcado entre mundo rural tradicional e mundo urbano industrial, embora na Argentina se possa notar uma atitude empresarial mais antiga e mais clara presente nos proprietários de terra e criadores de gado do que nos fazendeiros de café ou nos senhores de engenho no Brasil. Tanto a produção de carne quanto, depois, a de cereais, deram origem à formação e expansão da agroindústria argentina, vinculada ao esquema agro-exportador e diretamente fomentada por investimentos estrangeiros. “Esse modelo favoreceu uma rápida e forte concentração de renda, dando origem a uma oligarquia que não era apenas *terrateniente*, pois na realidade, tinha interesses espraiados por setores complementares à sua atividade original” (CAMPOS e ARROYO, 1998, p. 169). Do ponto de vista da atuação política das elites industriais e rurais, vale ressaltar que houve uma estreita atuação conjunta dos sócios do *Club Industrial* e da UIA e a SRA (em muitos momentos a lista dos sócios é bastante parecida) em períodos já bastante avançados do processo de industrialização, por exemplo, na atuação dos conselhos técnicos do primeiro ciclo substitutivo. A industrialização argentina desta primeira etapa foi limitada. A partir de 1943 os interesses dos industriais tornam-se mais autônomos em relação aos interesses agrários e, paralelamente, surgem o projeto nacional popular de Perón e a afirmação de certo grupo militar da necessidade de investir na indústria de base para gerar autonomia para a nação.

Poderíamos afirmar que Brasil e Argentina representam casos do mesmo tipo de processo de industrialização segundo um processo de “revolução pelo alto”, isto é, que advém de “uma composição entre aristocracias/oligarquias rurais e burguesias, articuladas a (ou coordenadas por) burocracias estatais. Neste arranjo, por sua natureza eminentemente política, torna-se crucial a ação das elites – políticas, empresariais, técnico/burocráticas etc – que lideram e representam os grupos coligados” (DULCI, 1999, p. 26). A análise histórica dos casos nos leva a complementar que o Brasil foi

mais bem sucedido em manter o arranjo de pé, não obstante oscilações conjunturais e estruturais, calcado principalmente num princípio de acomodação dos interesses conflitantes na esfera burocrática do Estado. Na Argentina, um recorrente afastamento das elites econômicas da formulação de políticas bem como de uma fraca defesa organizada de seus interesses junto ao Estado parece ter contribuído fortemente para o desenho de uma trajetória de declínio econômico, não obstante alguns picos de recuperação e desenvolvimento excepcionais.

4.4.2 Participação política e polivalência do empresariado

Tanto na Argentina quanto no Brasil, as interpretações historiográficas e sociológicas mais recentes sobre o papel político do empresariado combatem a tese de que a ausência de um mecanismo de tomada direta do aparato estatal pela burguesia como classe tenha significado de fato falta de poder e de participação. Os dados históricos e as comparações entre os dois países, no que tange ao comportamento político das suas respectivas elites empresariais, apontam para um enlace maior entre elas e a esfera política no Brasil. A burguesia brasileira ocupou uma posição de liderança na formulação de políticas de uma maneira geral e mesmo na construção de projetos de desenvolvimento (o que incluiu também a construção da nação) desde o modelo agro-exportador.

No caso Argentino, observamos que o modelo de substituição de importações baseado na liderança do Estado foi adotado contando com a herança do exitoso modelo agro-exportador. Do ponto de vista da representação coletiva dos interesses os proprietários de terra, segundo Hora (2002, p. 15), não tinham nenhum interesse em participar de associações representativas pois:

A los ojos de la mayoría de los propios empresarios rurales, el sistema socioeconómico que los colocaba en una posición tan prominente nunca se vio seriamente amenazado, o al menos no lo estuvo lo suficiente como para impulsarlos decididamente a la acción gremial o política. Es preciso recordar que las particulares condiciones en las que se daba la producción rural en las pampas hacían a los estancieros poco dependientes de la acción del Estado. (...) Sin la presión que les hubiera impuesto una sostenida actividad popular, y sin mayores incentivos ni posibilidades para modificar un orden con el que en líneas generales se encontraban a gusto, y del que criticaban aspectos

formales antes que sustanciales, la conducta de los grandes empresarios rurales como colectivo estuvo marcada por una clara indiferencia respecto de las alternativas principales de la vida política argentina del cambio de siglo. Y al mismo tiempo, la falta de cuestiones políticas que concitaran su atención hizo que las instituciones que los representaban como productores adoptaran un perfil escasamente político, y que se concentraran de modo privilegiado en actividades de fomento y extensión técnica, que eran especialmente bienvenidas en un período de transformaciones económicas tan pronunciadas como el que va de 1880 a 1916”.

As atividades industriais, por sua vez, nasceram estimuladas por um mercado interno com alto nível de renda *per capita* relativo e absoluto. Contudo, a atuação do empresariado esteve condicionada por sua fragmentação interna e pela debilidade dos canais de vinculação orgânica com o Estado. Com a Segunda Guerra Mundial e as péssimas perspectivas do comércio mundial, a Argentina se voltou para dentro e colocou sua economia sob a firme condução estatal. Essa reorientação estava em consonância com o processo de inclusão política representado pelo peronismo. No entanto, não significou que o empresariado não tenha participado desta guinada. Em larga medida porque este modelo se constituiu também com sua contribuição. “Bastarnos a nosotros mismos en todo lo que podamos” era um dos bordões que resumiam este ideário do empresariado que buscava proteger o mercado interno da competição e que desprezava a exportação (JÁUREGUI, 2002).

No Brasil, o crescimento econômico foi conduzido pelo Estado na era Vargas, mas o setor privado nunca renunciou a uma quota importante de participação. A elite empresarial se colocava como “sócia” do Estado, em alguns momentos disputou a hegemonia com ele, na aventura do desenvolvimento e na condução da questão social. De forma alguma isso se fez sem conflitos mas também não aconteceram rupturas drásticas. O processo de industrialização esteve associado desde o início a um padrão de crescimento econômico fortemente desigual no qual fundava sua capacidade acumulativa. Os empresários sempre demonstraram força para incidir nas políticas públicas, particularmente a partir dos primeiros anos do século XX quando se constituíram as primeiras associações setoriais.

De uma maneira geral, o que um balanço das pesquisas historiográficas mostra é que o empresariado argentino mostrou-se, ao longo da história, avesso a assumir uma liderança política por um lado, mas, por outro, com disposição para a mudança e

adaptação aos sucessivos governos, buscando compensar essa atitude no campo dos negócios com a diversificação ou a troca de ramo de atividade. Mas, de acordo com a historiografia mais recente isso não significa negar o poder dos industriais, a exemplo do grande poder de pressão dos grandes grupos econômicos nacionais. Apenas significa que tal poder não era exercido por canais formalizados ou que conformassem um projeto dos industriais para o país, mais além do mundo dos negócios. A fronteira entre este e o mundo da política é extremamente rígida na Argentina. Numa linha de estudos mais ligados ao conceito de classe com fundamento em Marx, surge a tese de Sábato (1991) e de vários estudos que são seus corolários de que a classe dominante, diversificada em várias atividades, comportava-se com uma mentalidade mais comercial que produtiva, procurando manter o maior capital líquido possível e baixos níveis de investimento. Para Sábato, que considerava a diversificação de investimentos como um traço diferenciador do caso argentino, a hipótese da prevalência de um *ethos* comercial e especulativo no perfil do empresariado local oferece a chave explicativa do frustrado desenvolvimento nacional.

No Brasil, Diniz (1978) combate frontalmente a tese da unidade de ação e de propósitos num bloco indiferenciado em termos ideológicos e de práticas políticas entre industriais e grandes proprietários rurais. Concordamos plenamente com essa crítica, principalmente tomando o caso argentino como horizonte de comparação. Nota-se aqui no Brasil uma tendência à diferenciação e prevalência dos interesses industriais – no sentido de que a atividade industrial mostra-se cada vez mais atrativa do que a atividade agropecuária e, talvez, uma menor polivalência dos empresários brasileiros no âmbito dos negócios – consolidados nas associações de representação de seus interesses enquanto na Argentina é possível ver tanto uma polivalência das elites em atividades agropecuárias e industriais (aliás, é notório que as atividades agropecuárias têm um caráter eminentemente empresarial desde muito cedo) bem como a indistinção das entidades de representação presente no modelo agroexportador e mantida ao longo do período substitutivo (a mesma cúpula que está à frente da UIA também encontra-se na SRA, por exemplo e as duas entidades participaram dos Conselhos Técnicos tendo neles o mesmo peso político). Ressalte-se ainda que no caso argentino, os industriais buscaram no setor rural um aliado político permanente bem como tentaram engajar os trabalhadores em suas causas e reivindicações. No Brasil, as alianças com o setor rural são menos explícitas, por exemplo no que tange à convergência entre associações industriais e agrárias, e nunca pretenderam o engajamento dos trabalhadores, exceção

talvez para o caso do Sistema S, embora com formato muito distinto das manifestações de rua e grandes passeatas organizadas no contexto argentino.

A formação de grupos econômicos – grupos empresariais diversificados – precocemente na Argentina acentua essa característica de polivalência no mundo dos negócios. Se de um lado, isso tem a ver com o processo de modernização como ocorreu nas economias avançadas, por outro, revela traços distintivos pois naquelas os grupos basearam sua diversificação em torno de uma tecnologia básica que exploravam em várias indústrias e áreas afins. Nos países de desenvolvimento recente, entretanto, houve a tendência de diversificação em campos tecnológicos desconexos ou muito remotamente ligados entre si, o que implicou um ritmo mais lento de inovação (BARBERO e ROCCHI, 2002b). No Brasil, a polivalência das elites econômicas sugere uma capacidade de diversificação de posições nos âmbitos político e econômico, observável em todos os governos e em todos os momentos históricos, como algo constitutivo da política brasileira. A teoria dos anéis burocráticos tenta dar conta desse traço ao mostrar que a alternância de posições nas iniciativas pública e privada leva à circulação de um *ethos* entre as duas instâncias que permitiu historicamente a operação do mecanismo da conciliação de interesses.

4.4.3 Associativismo e ação coletiva das elites empresariais

No Brasil, está vigente um modelo de associativismo empresarial altamente formalizado nas estruturas sindicais, federações e confederações, com contribuições obrigatórias e forte controle do Estado convivendo paralelamente com uma estrutura informal de representação de interesses. A primeira teve seus contornos e limitações legais desenhadas pelo Estado corporativista nos anos 1930 e 1940. Já a segunda, por seu caráter informal, sofre alterações constantes em vista das conjunturas e cenários que paulatinamente vão se descortinando. Os empresários referem-se a esse dualismo dividindo as formas de representação de interesse em “oficial” e “civil”, respectivamente. Além disso, a capacidade de representação dos sindicatos patronais não foi questionada mesmo havendo divisões internas significativas:

Apesar de uma divisão dos interesses representados pelos sindicatos ao longo das linhas de pequenas vs. grandes empresas, é importante que os grandes empresários mantenham-se filiados aos sindicatos por razões de liderança

política, mesmo quando podem canalizar convenientemente seus interesses via associações ou contatos diretos. É também possível que, ocasionalmente, eles se utilizem do poder numérico representado pelas pequenas e médias empresas nos sindicatos oficiais para exercer pressão adicional sobre o governo (BOSCHI, 1979: 169)

Ocorre que o dualismo na estrutura de representação do empresariado parece ter sido muito funcional, ensejando uma divisão do trabalho: as entidades corporativas a cargo das questões gerais de orientação política e as entidades de representação de interesses específicos a cargo das questões cotidianas com sentido mais pragmático em relação aos negócios (análise feita por empresário industrial entrevistado por BOSCHI, 1979). No período militar o fechamento do sistema político foi tomado como explicação pelos empresários da utilização de práticas clientelistas, ou seja, dos contatos pessoais, especialmente com ministros, para resolver questões de política econômica e outros assuntos de interesse do empresariado.

Na Argentina, tal dualismo ou mesmo dentro da estrutura formal de representação, a pressão sobre os governos para adotar medidas práticas favoráveis aos interesses das organizações de classe foi sempre muito difusa, preponderando as discussões políticas amplas que estão muito distantes dos problemas de interesse do empresário. De um modo geral, pode-se dizer que nas associações de classe há uma maior alternância no comando dos interesses empresariais institucionalizados, os aportes não são obrigatórios, a adesão é livre e observam-se descontinuidades no enquadramento formal pelo Estado.

Esse perfil patronal diferenciado explica-se pela conformação do empresariado na Argentina, cuja base econômica e social está apoiada de forma preponderante no controle do comércio e das finanças, além de manter interesses na indústria e no setor agropecuário. É um traço histórico desses grupos a capacidade de permanecerem 'líquidos' e de poderem alterar o rumo dos investimentos, capitalizando as oportunidades mais atraentes da economia. (...) Com a diversificação do parque produtivo, a partir da década de 1940, também na Argentina intensifica-se a criação das câmaras setoriais para processar os interesses específicos e fazer frente à estrutura sindical organizada dos trabalhadores (CAMPOS e ARROYO, 1998, p. 168)

A UIA, não obstante seu precoce nascimento, manteve ao longo tempo algumas características de sua fundação que a distanciam do lugar de entidade de representação de interesses. O caráter de clube ou centro, tal como enunciado nos nomes de suas antecessoras, em lugar de órgão específico de representação setorial, teve consequências na seleção de seus membros e composição de suas diretorias, assim como nas posições sobre as políticas públicas, especialmente as políticas econômicas, bem como sobre o Estado e o sistema político. Seu processo de institucionalização estabeleceu a tensão entre ser uma associação convencional e o projeto de ser uma organização político-social disposta a fazer ouvir sua voz, não se guiando tanto pelos critérios de uma entidade representativa de interesses. Praticamente desde sua origem os principais dirigentes da UIA vinham dos grupos sociais mais poderosos do país mas esse poder não se convertia na capacidade de abrir canais institucionalizados junto ao Estado e junto aos próprios associados em muitos casos, especialmente as indústrias de menor porte (SHVARZER, 1991).

4.5 Um balanço das análises comparativas: apontamentos teóricos e *insights* para teste empírico

No Brasil, a parceria entre Estado e empresários num modelo de legislação sindical corporativa, permitiu ao Estado centralizar e organizar os conflitos sociais e, por outro lado, intervir na economia, regulamentando-a e fazendo investimentos infra-estruturais de retorno no longo prazo. Isso parece ter rendido bons resultados do ponto de vista econômico (desenvolvimento) e péssimos resultados do ponto de vista político democrático no sentido do atendimento amplo dos interesses presentes na sociedade, distribuição de renda, maior mobilização, participação nas decisões e controle do poder público e das empresas pela sociedade civil.

Na Argentina, o distanciamento entre Estado e empresários num modelo liberal parece ter rendido maus resultados econômicos (aqui principalmente pensados em relação à industrialização) e políticos pensados do ponto de vista do estabelecimento de um nível mínimo de organização institucional. Os empresários não foram elite dirigente como no Brasil (embora aqui isso também não haja ocorrido pela via político-partidária) e tiveram um grau de articulação política de suas entidades representativas e destas dentro do aparato burocrático muito menor do que o dos empresários brasileiros, exceção apenas para uma certa cúpula e para os grandes grupos econômicos nacionais.

Em termos políticos, houve uma compensação em termos de participação política e redistribuição da renda realizada como projeto de Estado e pela atuação de uma sociedade civil ativa e participativa.

Algumas anotações:

- ✓ Com tais traços históricos, é possível responder ou desenhar uma das respostas que nos colocamos como pergunta ao início do trabalho. A não mobilização do empresariado argentino em relação à liderança da promoção e das práticas de RSE parece ter a ver com uma tradição histórica de afastamento do jogo político, sobretudo nas matérias que ultrapassam o âmbito das decisões econômicas.
- ✓ Em cada um dos países, o combate se resolve de forma diametralmente distinta. Se na Argentina, a ruptura é o que contorna as relações de conflito de interesses, no Brasil, impera a lógica da conciliação.
- ✓ Quando Estado e empresários, ou Estado e sociedade civil, ou empresários e sociedade civil, ou os três atores a um só tempo, se colocam na disputa hegemônica em torno à questão social na verdade estão definindo qual é “a nação (comunidade imaginada) que nós somos e queremos ser” e, como lideranças, definem por sua capacidade de decisão ou de influência nas decisões quem está dentro e quem está fora.
- ✓ Assim, o estudo comparativo dos casos pode nos fornecer dados empíricos para sustentar a seguinte “macro hipótese”, como defendido na argumentação teórica: o combate é uma relação social que tem um caráter constitutivo do campo (e não disruptivo). Sem ele não há campo.
- ✓ É importante notar que a relação social de combate não significa apenas o duelo dos interesses com relação a fins, ela se orienta também pelos valores e são eles que definem a qualidade dos vínculos no campo, norteado pela equivalência (ação social de caráter instrumental) ou norteado pela dívida (ação social interessada e desinteressada, dádiva, orientação para o outro).

CAPÍTULO 5

Discursos e Práticas da Responsabilidade Social Empresarial: o caso do Brasil

Após estabelecer bases teórico-históricas sólidas sobre as quais embasar o problema de pesquisa e as hipóteses, o presente capítulo, já de natureza empírica, pretende descrever o que é o movimento empresarial pela RSE no Brasil. Para tanto, foram elencados as dimensões e os indicadores que nos permitem lançar a seguinte hipótese explicativa sobre o caso brasileiro: a responsabilidade social empresarial aqui é tomada como algo que, de maneira tendencial, as lideranças empresariais assumem diretamente (num modelo chamado de *business driven* segundo AGÜERO, 2005a). Mas o aspecto central no caso brasileiro não é apenas a liderança empresarial e sim o fato de que a institucionalização das práticas de RSE, por meio da promoção de algumas entidades empresariais, é um instrumento simbólico e político que a um só tempo consolida vínculos de representação de interesses bem como vínculos sócio-culturais mais amplos, revelando uma disputa hegemônica entre grupos das elites empresariais em torno de uma imaginação sobre o país que se quer construir bem como com o Estado e outros grupos da sociedade civil organizada.

5.1 – Características contemporâneas da RSE no Brasil: literatura acadêmica e outras pesquisas – explorando alguns expoentes

No Brasil, um dos países em que o tema ganhou impulso em proporção geométrica, as hipóteses para compreender/explicar tal fenômeno já são várias e aqui destacamos alguns expoentes. No campo das ciências sociais, destaca-se um estudo de Paula e Rohden (1998) a partir de dados do Prêmio ECO – Prêmio de Contribuição Empresarial da Câmara de Comércio Americana de São Paulo – AMCHAM-SP divulgados em 1995. Segundo os autores, o pano de fundo do estudo é o campo da filantropia empresarial no Brasil, “procurando sistematizar e analisar os critérios que, segundo o regulamento do Prêmio Eco, configuram a ação empresarial” (PAULA e ROHDEN, 1998, p. 174). É nesse sentido que tentaremos ler os dados pois, apesar de não serem os mais atuais, apontam de forma pioneira certas bases sobre o pensamento das elites empresariais a respeito da RSE.

Os autores destacam que, sob a hegemonia liberal dos anos 90, abre-se o espaço perfeito para a emergência de novos atores sociais, dentre os quais a filantropia empresarial. Além disso, setores do empresariado renovados tentam diferenciar-se dos setores tradicionais prevalecendo um modelo pluralista de representação de interesses industriais, em contraponto ao modelo com forte acento corporativista vigente até então. Com base em mudanças internas ao conjunto do empresariado e fatores externos como a maior presença de grupos e movimentos organizados no espaço público, ocorre tanto a construção de novos canais e novas formas de participação do empresariado na vida pública quanto um processo de renovação das suas lideranças, associações e grupos de representação de interesse de modo geral. O Prêmio Eco funciona então, na visão dos autores, como um dos meios de renovação da imagem dos empresários frente à sociedade.

Tomando como referência o modelo estadunidense de filantropia empresarial, os autores apontam que há duas diferenças fundamentais no modelo brasileiro em relação àquele: o primeiro é que a filantropia empresarial é pouco organizada no formato fundação que é o tipo de personalidade jurídica mais comum no modelo norte-americano; o segundo é que a cultura filantrópica lá quase que se resume à doação, sendo a operacionalização dos programas e projetos repassados a entidades com *know-how* de gestão neste campo de atuação. Outra distinção que aqui merece um maior destaque é o fato de que não há uma plena aceitação do termo “filantropia empresarial” entre os empresários, expressão consagrada nos EUA (*corporate philanthropy*). De acordo com os autores, pesquisa realizada pelo Grupo de Institutos e Fundações – GIFE apontam para o seu desgaste aqui no Brasil a qual está associada à caridade, paternalismo e assistencialismo. A variedade de termos que designam intervenções na área social por parte de empresas, já citada em outros momentos deste trabalho, delineia o que estamos denominando combate semântico em torno da RSE que envolve tanto disputas internas da classe empresarial quanto disputas com o Estado e com grupos organizados da sociedade civil, agentes também envolvidos no campo da questão social.

Numa análise mais geral do regulamento do Prêmio Eco, prevalece a visão de que a filantropia empresarial deve ser de iniciativa da empresa e não do empresário, bem como a visão de que a intervenção empresarial nesse caso é no social (sociedade ou comunidade são usados de forma indistinta) afastando a possibilidade de prêmios por projetos voltados para funcionários ou clientes. Destaca-se assim que a empresa é vista como sujeito da ação e nunca sua beneficiária. No perfil dos projetos premiados, entretanto, encontram-se

diversas iniciativas cuja finalidade atinge direta ou indiretamente a interesses intrínsecos à empresa. Além disso, a maior parte dos projetos analisados foi realizada sob a responsabilidade dos executivos, seguidos pelos departamentos de comunicação e de marketing/publicidade.

Com base na análise dos discursos dos presidentes de júri do Prêmio Eco, os autores afirmam “a responsabilidade social a ser encampada pelos empresários é concebida em termos de uma relação necessária com a sociedade civil em geral e com o Estado de forma particular” (PAULA e ROHDEN, 1998, p. 214). No início da década de 1980, o enfoque foi dado à sensibilidade empresarial para questões sociais, o que em meados da mesma década já se transforma na valorização do despertar de uma “consciência social” no contexto de uma sociedade democrática. Em 1986, o discurso articula de modo bem mais claro a pretensão do empresariado brasileiro – ou de uma parte dele – sobre suas relações com o Estado e a sociedade. O discurso em questão é do empresário Mário Amato, em seu primeiro ano de mandato na presidência da FIESP e da CIESP. Ele destaca que no próprio fato econômico as empresas já cumprem importantes funções sociais, inclusive por serem geradoras de lucros que, quanto mais efetivos, podem ser reinvestidos na geração de mais empregos e programas de interesse da comunidade. Nesse sentido, “não se trata de assumir a função precípua do Estado. É uma relação mais direta e humana entre o agente econômico e a sociedade, embora nesse esforço a empresa acabe por desenvolver uma atividade suplementar a do poder público” (Discurso de Mário Amato no Prêmio Eco 1986, citado por PAULA e ROHDEN, 1998, p. 216). No ano seguinte, João Saad continua a linha de raciocínio introduzida por Amato, porém acrescenta uma função ao Prêmio como “sutil puxão de orelha” para que as empresas não fujam à sua responsabilidade social, “aquelas que ainda não entenderam que o capitalismo só será saudável quando empregadores e empregados receberem, cada um, a sua justa parcela de benefícios da riqueza produzida” (Discurso de João Jorge Saad no Prêmio Eco 1987, citado por PAULA e ROHDEN, 1998, p. 217).

Até o final da década de 80, a construção da imagem de um novo capitalismo se faz presente nos discursos dos jurados deste prêmio e novas categorias vão sendo aos poucos incorporadas ao discurso empresarial como as de “investimento”, “participação” e “capital humano”, não raro contrapostas às categorias de “paternalismo” e “assistencialismo”. Do início dos anos 1990 até 1995 (período final incluído na pesquisa a cujos dados recorreremos), introduz-se a reflexão sobre o papel da sociedade civil na resolução de

problemas sociais e na construção de um Brasil verdadeiramente democrático, incluindo-se aí o empresariado, destacando-se que então essa tarefa era precariamente atribuída ao Estado. Os jurados de 1994 e 1995 representam este momento, sendo respectivamente o jornalista Ruy Mesquita do grupo de comunicação Folha de São Paulo e o sociólogo Herbert de Souza.

O discurso de Ruy Mesquita (citado por PAULA e ROHDEN, 1998, p. 219) enfatiza que “a contribuição espontânea dos empresários brasileiros para a superação da nossa pungente indigência social (...) é fruto exclusivo da consciência pragmática de que a conciliação dos interesses dos diversos segmentos da sociedade é a primeira condição para que se conquiste a prosperidade geral. É resultado da constatação de que, na democracia, é à sociedade civil que cabe resolver os seus problemas e não aos governos, que, no máximo, quando têm um mínimo de eficiência, podem facilitar a sua solução pela sociedade civil”. Se no início da fala, o empresário destaca a necessidade de um consenso para a conquista de uma sociedade melhor para todos, em seguida ele sugere a “desnecessidade” do Estado. Betinho, em 1995, conclama a empresários e empresas a assumirem-se como cidadãos e a participarem das decisões políticas que não pertencem exclusivamente aos políticos. Diz ele que: “... uma empresa só é brasileira se tem sentido social, se tem sentido público”, mesmo as multinacionais podem ser cidadãs brasileiras desde que gerem empregos, respeitem o meio-ambiente e a cidadania brasileiros. As empresas são “parte deste planeta e parte da solução” (Discurso de Herbert de Souza citado por PAULA e ROHDEN, 1998, pp. 219-220).

Representando toda uma literatura do campo da administração a pioneira tese de doutorado de Fernanda Gabriela Borger (2001) mostra que o engajamento na RSE significa a adoção de alguns princípios gerais – éticos como indica a autora – e sua integração nas atividades e práticas gerenciais diárias das empresas, compreendendo que o papel destas na sociedade civil, inclui as responsabilidades econômica, legal, ética e política. A autora trabalha, portanto, com os efeitos da RSE na dinâmica empresarial a partir da observação da empresa como um todo integrado e dinâmico de relacionamentos com os chamados *stakeholders* ou partes interessadas (comunidade, Estado, fornecedores, clientes, acionistas, funcionários). Como a maior parte da literatura da área da Administração, a tese tem um tom normativo, isto é, trata de como as coisas devem ser e, no caso específico, aponta que as empresas devem atuar com responsabilidade social por uma questão de legitimidade político-social. De acordo com a autora:

A legitimidade, portanto, é o apoio social e político relevante para os negócios como uma instituição. Os negócios cresceram em recursos, tamanho e poder, e a sociedade mudou dramaticamente no século XX. Essas mudanças trouxeram mudanças nas expectativas sociais que pressionaram por mudanças implícitas no contrato social entre a sociedade e os negócios. A legitimidade contínua depende de as empresas perceberem as mudanças nas expectativas sociais e não abusarem de seu poder. Em consequência disso, as empresas são obrigadas a assumir suas responsabilidades e a responder às exigências da sociedade, cumprindo o papel que delas é esperado. Com frequência a responsabilidade está presente nas políticas, nos princípios, nos valores e nas crenças, formal ou informalmente, declarados pela alta direção da empresa. (BORGER, 2001, p. 37)

Tomando como escopo de análise um estudo multicase das empresas Natura (cosméticos), De Nadai (refeições coletivas) e Daimler Chrysler (automóveis), Borger tenta compreender a interveniência da variável “práticas de responsabilidade social” sobre a dinâmica empresarial. Interessa-nos reter deste estudo que as três empresas estudadas justificam o início dos seus investimentos em responsabilidade social na medida em que suas lideranças percebem que preço e qualidade não são diferenciais competitivos no ambiente de negócios atual. Natura e De Nadai são empresas nacionais em que a administração não está separada da posse da empresa, como ocorre com a Daimler-Chrysler. Essa diferença tem relação com as escolhas feitas em termos de RSE. A figura dos líderes nestas três empresas foi a base para a atuação orientada para a RSE, no caso de De Nadai o seu sócio-proprietário e diretor-geral e no caso da Natura, o seu então presidente-executivo que são identificados e reconhecidos pelos entrevistados no estudo dos casos como “padrinho” e “patrono”, respectivamente, dos projetos e ações desenvolvidas. No caso da Daimler não é um envolvimento pessoal, já que a estrutura administrativa é mais impessoal no sentido da racionalidade administrativa, o porte da empresa é muito superior ao dos outros dois casos e a sua origem estrangeira que a faz construir sua orientação com RSE em parâmetros mais internacionalizados da cultura de negócios. A Natura, apesar de sua administração que não separa propriedade e gestão do negócio, integra a RSE às técnicas e formatos de gestão assim como a Daimler, tendo comitês, grupos colegiados, uma organização matricial para meio-ambiente, segurança e saúde ocupacional com representantes de outras áreas e setores.

No caso da De Nadai, a figura do diretor é muito proeminente em relação às escolhas dos projetos e mostra, em algum sentido, o quanto a iniciativa privada e o poder público estão próximos no Brasil, às vezes até por laços pessoais de amizade. De acordo com depoimento de um gerente de recursos humanos:

Estação Lapa é um projeto do governo onde se trabalha com deficientes e o que acontece? O Sr. Sérgio como tinha contato com o Sr. Márcio Covas, ele começou a querer reformar a sociedade e montar uma padaria por exemplo. Daí o Sérgio se ofereceu em estar encabeçando isso, em montar a padaria, daí ele ligou para os nossos fornecedores. Parmalat, Nestlé e cada um deu um pouquinho sob a coordenação dele, ele também deu um pouquinho. Conclusão: se montou uma padaria na estação da Lapa para estar treinando os deficientes numa profissão. Isso é um exemplo, tem várias doações que a gente faz. (retirado de BORGES, 2005, p. 120)

Sobre Sérgio De Nadai, temos duas visões bem contrastantes: a primeira de um membro da diretoria de operações e a segunda de um representante dos empregados:

Ele é uma liderança política. Ele é uma liderança do empresariado. Ele tem uma facilidade muito grande de relacionamento, de influência, e eu acho que as características naturais dele vieram de encontro às necessidades de um grupo...
Diretor de operações da De Nadai.
(...) Ele é presidente da firma, é importantíssimo porque é presidente da firma. Ele adora a SA 8000, gosta de fazer bastante caridade, doações, já vem dentro da família dele. (BORGES, 2005, p. 132)

No caso do diretor, destaca-se uma visão do dirigente principal conectada com uma visão mais abrangente do conceito de RSE, talvez dizendo mais do que seja idealmente correto dizer sobre a conduta do dirigente. No caso do empregado, espontaneamente, ele demonstra a ambigüidade do dirigente. Por um lado, ele destaca a aplicação da norma SA 8000 que determina rígidos parâmetros de qualidade do trabalho, o que denota um compromisso com a racionalização dos processos, mas, por outro, caracteriza um dirigente tradicional cuja ação está fundada no valor da caridade relacionado à sua origem familiar.

No caso da Chrysler, a cultura de RSE não perpassa da mesma forma todos os níveis da empresa, sugerindo que os projetos eram pensados de maneira bastante verticalizada.

Dentro da missão da empresa há um item que se chama responsabilidade, e nesse item da responsabilidade tem o compromisso da empresa com a qualidade da vida, do papel dela dentro da sociedade, da questão ambiental, da questão de segurança e saúde do trabalhador, da questão cultural... Um dos pilares de sustentação é a questão da responsabilidade da empresa. Agora isso se você for falar com um operário aqui, ele não sabe disso. Porque isso é algo recente e isso ainda não migrou do corpo executivo prá base. Coordenadora de Engenharia da Qualidade Ambiental (Depoimento extraído da pesquisa de BORGER, 2005, p. 151)

Já no caso da Natura, chama a atenção a formulação dada à inserção da empresa em seu entorno social e a necessidade de incorporação da RSE como prática cotidiana inerente às decisões da empresa (BORGER, 2005, p. 201):

Há cerca de 15 anos, quando a Natura estava longe de ser a grande empresa que é, eu costumava dizer que gostaria que ela fosse a maior empresa de cosméticos do mundo, hoje a minha ambição que é bem maior e mais ligada ao coração, é ter uma empresa que ajude a construir um mundo melhor. Guilherme Leal, presidente-executivo

(...)

A Natura se relaciona diretamente com um número expressivo de pessoas (260 mil consultoras) que representam uma amostragem significativa da sociedade brasileira, tem condições de perceber movimentos, desejos... rapidamente, e por sua vez, tem o compromisso claro e assumido de estar melhorando e aprofundando suas relações. Gerente de Ação Social

(...)

Por que a Natura não tem uma fundação? ... Porque nós não tínhamos dado ainda esse passo anterior que é enraizar dentro da organização esse conceito. Transformar os processos da organização tendo em vista esses objetivos. Hoje tendo já palmilhado, tendo já percorrido algum percurso, a gente pode olhar para a ação social lançando essa questão novamente, colocar essa questão. Faz sentido transformar essa área em uma fundação? Porque os conceitos estão enraizados? Quem é um cara de responsabilidade social, o Rodolfo? É o Itamar, é o João, é o Pedro. Somos todos da organização, responsáveis por esse processo. O nosso papel aqui é fazer animação e criar os processos de estruturar o processo. Gerente de Assuntos Corporativos.

Amplamente apontada como caso de sucesso em RSE, não somente no Brasil, a Natura é uma empresa que exemplifica o papel do empresariado jovem na mudança de mentalidade da gestão dos negócios. Os elementos de tal imagem parecem elencados nos depoimentos destacados e encadeados acima: idealismo da liderança, ênfase nos relacionamentos e a junção entre ação social e gestão. A pesquisadora pontua ainda a capacidade de estabelecer parcerias, principalmente com entidades sociais e o objetivo mais amplo da transformação social.

O estudo multicasos de Borger (2005) aponta o engajamento dos líderes das empresas enfocadas como sendo a base para a gestão com RSE, sem ele, mesmo no caso da Daimler-Chrysler que segue orientações de sua matriz, não haveria um envolvimento mais profundo de todos os escalões gerenciais e dos funcionários de um modo geral. Revela também que as empresas, internamente, tem orientações e práticas muito distintas – sob o grande guarda-chuva da RSE – embora o simples fato de tê-las, segundo o estudo, muda a dinâmica empresarial positivamente.

Como parte do trabalho de uma pesquisa internacional coordenada pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, a socióloga brasileira Maria Célia Paoli (2002) defende que a mobilização empresarial em torno da RSE não tem caráter contra-hegemônico frente ao neoliberalismo imperante mas sim um contra-exemplo de ação democrática participativa que se coaduna com os arranjos neoliberais. Em outras palavras, a autora defende que esse movimento empresarial ratifica uma tendência do capitalismo contemporâneo: a privatização das questões sociais. Tomando como fundamento empírico o estudo de caso da Fundação ABRINQ no Brasil¹, Paoli tenta demonstrar sua hipótese em contraponto à visão da chamada terceira via (alinhando portanto a filantropia empresarial ao pensamento político de Anthony Giddens, no Brasil representado por Bresser Pereira) de que a atuação conjunta de Estado, sociedade e iniciativa privada tem mais eficácia quando atuam no campo do chamado Terceiro Setor do que no do *Welfare State* democrático. Por outro lado, como horizonte teórico, coloca a revisão do sentido político e público da ação empresarial sumarizado por Hannah Arendt na idéia do agir político para um mundo comum.

¹ Os dados utilizados vêm de fontes diversas: relatórios das fundações empresariais, jornais e revistas e o estudo de FALCONER, Andres *et al* (2000). Social Label against Child Labor: Brazilian Experiences. Research Report. São Paulo: Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e ILO – *International Program for the Elimination of Child Labor*.

Do contexto social e político brasileiro no qual se desenvolve um sentido de ação empresarial no campo social, a autora destaca três aspectos relevantes à criação de tal sentido paralelo ao desenvolvimento do conceito de cidadania: 1) a passagem das formas autoritárias de governo para uma democracia alargada e definindo, por outro lado, o processo neoliberal que visa a desregulação público-estatal da economia de mercado; 2) empobrecimento do campo político e aprofundamento das desigualdades sociais, sem o desenvolvimento de políticas públicas compatíveis; 3) demanda na opinião pública por condições de vida melhores (frente aos terríveis problemas sociais e urbanos como a violência, a miséria, o abandono, o desemprego e a expropriação) impossíveis de serem resolvidos pelos tradicionais modos autoritários e policiais de agir e pensar sobre tais problemas. Frente ao cenário sintetizado nos dois primeiros aspectos, a demanda descrita no terceiro “foi capturada através do apelo ao ativismo social voluntário da população, e a palavra ‘solidariedade’ tornou-se, no senso comum, a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa, um quase sinônima de cidadania” (PAOLI, 2002, p. 377)

Apoiada no pensamento de Francisco Oliveira e Boaventura Sousa Santos, Paoli afirma que as elites lêem no movimento econômico de liberalização e crise financeira do Estado a “desnecessidade do público”. Não obstante a referência estatal forte na cultura política do Brasil, este aparece apenas pelo seu histórico lado autoritário, burocrático e ineficaz. O estudo coloca uma série de questões desde um ponto de vista crítico à configuração da tríade Estado, Sociedade e Mercado. O principal deles é o pragmatismo – entendido como tendência à privatização do público e publicização do privado – característico do empresário como agente social que se pretende um gestor dos problemas sociais. Sendo assim, o empresariado que se envolve em ações filantrópicas longe de fundar um “capitalismo civilizado” incorpora as ações sociais às operações de lucro, parcelas e territórios sociais para o campo de seus interesses que conduzem veladamente ao seu reconhecimento e à legitimidade como parcela da sociedade civil. Alguns indicadores delineiam tal pragmatismo: a idéia de que a filantropia empresarial é um fator de competitividade, de ganho de imagem e a alocação das ações sociais nos departamentos de marketing das empresas. Cabe ainda mencionar o fato de que a filantropia tornou-se um negócio em si com a proliferação de instituições mediadoras (entre o empresário que doa e o pobre que recebe) que ensinam como realizar a filantropia de forma técnica. Somados a elas, surgem as consultorias, os cursos e todo um mercado editorial voltado à sua maior

eficiência. É um dado que denuncia ainda mais o pragmatismo imperante no terceiro setor empresarial retirando-lhe inclusive o seu fundamento ético – qual seja, fazer o ‘bem’ –, diz respeito ao fato de que a coalizão entre os interesses comerciais e a mobilização anti-trabalho infantil, analisada empiricamente pela autora, ocorre justamente em setores exportadores ameaçados de retaliação comercial externa, mesmo que não sejam eles os que concentrem esse tipo de problema social. O modo como as empresas doam e a absoluta falta de avaliação dos impactos que causam suas ações sociais também denunciam o pragmatismo (PAOLI, 2002). Quanto às avaliações de impacto, elas se restringem, na avaliação da pesquisadora, às pesquisas de percepção junto aos públicos considerados estratégicos pela empresa (consumidores, empregados e acionistas).

Após a análise dos dados empíricos relativos ao caso enfocado (Fundação Abrinq), as conclusões são de que: apesar de eficientes, as ações sociais responsáveis proposta pelos programas de solidariedade social empresarial são tensas e ambivalentes em relação a seus resultados práticos no que se refere a seu duplo objetivo, cuidar do social e criar consciência cidadã na classe empresarial; por mais inovadora e competente que seja a proposta de investimento sistemático empresarial privado na melhoria das carências mais básicas de parcelas da população pobre brasileira, a face mais conservadora da solidariedade privada contraditoriamente se mostra na filantropia empresarial: a de retirar da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade. Dito de outro modo: apenas reafirmam um descompromisso histórico da média do empresariado brasileiro com as questões públicas aparecendo apenas como uma variação de sua face mais conservadora: “como aquele que faz qualquer negócio desde que seus interesses imediatos sejam concretizados e assegurados, de preferência longe do monitoramento público” (PAOLI, 2002, p. 411). Dentre as ambivalências e tensões mencionadas, a autora conclui que o verdadeiro sentido da filantropia empresarial cidadã é, sob a roupagem da gestão eficaz, que os recursos sociais sejam distribuídos aleatória e privadamente em lugar de o serem sob um processo de deliberação participativa ampliada sobre os bens públicos.

O estudo de Paola Cappellin e Mário Giuliani (2002) aponta para fatores extra-empresa que impelem à mudança de postura com a adoção de práticas de RSE, dentre os quais destacam-se: a introdução da ética, da preocupação social e da consciência ambiental no mundo dos negócios, a redução do Estado, a diversificação tecnológica e reconversão nos setores industrial e de serviços, descentralização das instalações produtivas, fusões,

especulação, as preocupações com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH como fator de mensuração do progresso e, finalmente, uma maior participação e organização da sociedade civil na esfera pública, o que inclui não somente temas típicos do universo político, mas afetos ao universo privado como o consumo, a poluição industrial etc. Assim, surge um novo conteúdo para a idéia de sucesso empresarial que exige não só a excelência econômica mas também a excelência social e a capacidade de gerar bons relacionamentos. Segundo os autores um casamento de *Wall Street* com *Woodstock*.

A pesquisa destes autores recobriu um escopo de 56 associações de representação de interesses dos empresários espalhadas pelo Brasil pois as mudanças da última década, tais como a rápida liberalização da economia, as reformas estruturais e a reorganização do mercado face à globalização têm levado o mundo empresarial a repensar os modelos de produção, os mecanismos de gestão e de regulação institucional, incentivando os empresários a buscar novos modelos e alternativas. Neste novo contexto, os empresários recorrem sempre mais às suas entidades associativas e de representação, que se colocam como veículos de intermediação privilegiados nas relações entre os empresários, a sociedade e o Estado.

De acordo com os autores uma entidade de representação empresarial de sucesso é aquela que sabe sintonizar-se com o seu entorno, harmonizando sua fisionomia com as variações que este lhe solicita ou sabendo agir como uma “caixa de ressonância” para ações capazes de plasmar o próprio ambiente [...] desempenhar três funções importantes para as empresas: ser reserva de recursos, ser fonte de informações e ser um campo simbólico relevante [...]” (CAPPELLIN *et al.*, 2002, pp. 258-9). Assim, a complexidade de suas ações mostra seu duplo caráter, um agir politicamente regulado e, ao mesmo tempo, tendo a capacidade/objetivo de participar dos processos decisórios coletivos, buscando interferir nas propostas de governos e orientando os investimentos do setor que representam, as entidades associativas podem vir a exercer influência política sobre a sociedade². Os autores acrescentam que, nas últimas duas décadas, surge outra função

² Nesse sentido, vale a pena conhecer o estudo de Paulo Neves da Costa sobre a Associação Comercial de São Paulo – ACSP que se define no aspecto institucional “como uma ‘escola de civismo’, que congrega os empresários na defesa dos grandes interesses da ‘livre iniciativa’ e da nação, além de formar novos líderes empresariais” (COSTA, 2002, p. 106). Documentos da entidade mostram que no decorrer dos anos 80 ela tenta “desideologizar o debate sobre economia e sociedade e se contrapor à idéia de que tudo é político” (idem, 107). O autor mostra como ao longo dos anos 80 e 90 a entidade foi se tornando uma empresa prestadora de serviços aos seus associados, obtendo aí sua base de sustentação. Entretanto, não é uma empresa pura, embora negue publicamente – em documentos e encartes – sua atuação política tendo, por outro lado, tomado posição forte em episódios como o *impeachment* de Collor e sendo uma importante

motivadora da formação de entidades associativas de empresários, que é incentivar as empresas a envolver-se em programas que compensem a postura neoliberal do Estado e seu progressivo desinvestimento na questão social.

Da coleta de dados realizada em 1999, as atitudes empresariais com relação à responsabilidade social iam desde o desconhecimento ou o desinteresse, até sua compreensão ou empenho intelectual e prático nesta direção. Nas conclusões da pesquisa relatam que contribuem para essa diversidade de atitudes atores que mantêm interlocução com os setores empresariais: a imprensa, as organizações internacionais, as ONGs com suas campanhas, os pesquisadores e os organismos do Poder Executivo. Concluem também que diversas são as motivações que levariam as associações empresariais a formatar ações socialmente responsáveis, sobressaindo-se a convicção de que muitas operações não passam de meras operações de *marketing* (CAPPELIN *et al.*, 2002).

Um ponto importante para análise do fenômeno da Responsabilidade Social Empresarial foi levantado por Zairo B. Cheibub e Richard M. Locke (2002). Segundo eles a RSE tem consequências - para além da empresa e de seus beneficiários diretos - para toda a sociedade pois pode influir na distribuição de poder político. Em outras palavras pode significar um aumento na parcela de poder para as empresas em detrimento do poder de outros atores sociais, tais como sindicatos e associações de trabalhadores, grupos da sociedade civil e o próprio Estado. O que significa dizer que poderíamos estar tratando de uma redução da esfera pública e de uma fragilização da própria noção de direitos de cidadania enquanto direitos públicos. Para sustentar essa idéia, os autores demonstram que não há fundamento econômico - vantagem competitiva, marketing social ou produtividade - ou moral - no sentido da obrigação socialmente determinada - para que as empresas assumam a RSE. Ao desenvolverem este argumento, os autores defendem a visão de que a RSE representa fundamentalmente o auto-interesse de empresas e empresários.

Quando as empresas se engajam em atividades que fortalecem a sociedade civil, tornando-a mais densa e articulada, elas estão contribuindo para a construção de uma sociedade em que os fluxos de informações são mais ágeis, diversificados e desenvolvidos, e em que as possibilidades de mediação para conflitos entre atores sociais necessários para a boa condução dos negócios são maiores, em que as chances de compartilhar os riscos envolvidos na produção de bens coletivos e

formadora de líderes empresariais no que se refere à sua atuação pública. O autor mostra então como a concepção de política e de ação política vem se modificando no segmento empresarial.

na utilização conjunta de recursos escassos são maiores. Todos estes resultados são benéficos para a ação empresarial, que, como sabemos, é socialmente contextualizada (*socially embedded*). Assim, este é exatamente o tipo de sociedade que mais atende às necessidades das empresas na economia contemporânea (CHEIBUB e LOCKE, 2002, p. 287).

Em conclusão, os autores afirmam que a Responsabilidade Social só faz sentido se as empresas cumprirem seu papel de boas empregadoras (internamente) e contribuírem para reforçar a noção de democracia pública (externamente).

Já na tese de doutorado de Elvira Cruvinel F. Ventura (2005) do curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, vemos outro tipo de tratamento da questão. A autora busca caracterizar através de amplo material bibliográfico e empírico o que chama de institucionalização da RSE no Brasil, tendo como foco as organizações bancárias, mostrando como aquela aponta para um “deslocamento do capitalismo” de acordo com a tese do “novo espírito do capitalismo” de Boltanski e Chiapello. Com uma base empírica composta por entrevistas com representantes de 29 bancos, dados do Banco Central, entrevista e dados secundários da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN e entrevista com representante do IBASE, Ventura afirma que a “justificação” para inserção das organizações bancárias no movimento pela RSE ancora-se no discurso do bem comum, apregoando, via de regra, o papel social que os bancos devem desempenhar, dentro do discurso de co-responsabilidade entre mercado, Estado e sociedade. De acordo com o presidente da FEBRABAN: “o papel da iniciativa privada na construção do Brasil do próximo milênio é um novo e grande desafio para a comunidade empresarial. (...) **A empresa privada é co-responsável**, com a administração pública, pelos problemas que atingem a comunidade” (FEBRABAN apud VENTURA, 2005, p. 157) (grifos da autora).

Mas há também o reconhecimento de que há diferentes motivações e diferentes níveis de engajamento no compromisso de agir socialmente que variam da convicção à conveniência. Há diferenças quanto ao nível de elaboração da questão dentre os entrevistados sobre o tema, demonstrando mais ou menos domínio conceitual ou capacidade de aprofundamento. Mas, ao longo do trabalho, ficam evidentes dois aspectos que nos cabem sublinhar. Em primeiro lugar, o desejo que as organizações bancárias têm de construir uma imagem positiva frente à sociedade brasileira na qual parecem ser especialmente mal vistas, cumprindo o “papel de vilãs”. Nesse sentido, o problema não é o negócio bancário em si – se o lucro dos bancos é grande é porque o risco no Brasil também

o é – mas sim a incapacidade dos bancos de gerarem inclusão pela via do microcrédito (em sentido amplo) e de “bancarização” daqueles que estão à margem da sociedade. Em segundo lugar, destacam-se as críticas à ineficiência do Estado– seja do ponto de vista de suas finalidades, seja do ponto de vista de sua capacidade de gestão –, tomando-a como um ponto central da participação dos agentes privados na solução de problemas sociais.

Através dos dados levantados, que são bastante extensos, a autora mostra que os bancos têm desenvolvido ou apoiado ações e iniciativas do Governo Federal em torno da erradicação da pobreza e do combate à fome. O que demonstra que cresce cada vez mais o entendimento de que combater a fome e a miséria que atingem um grande contingente de pessoas no País é um grave problema social. A extensão dessas ações, por outro lado, demonstra fragmentação e falta de coordenação, bem como alguns equívocos recorrentes na história da ação social no país: a não inclusão das bases sociais e a implantação de projetos de cima para baixo; o preconceito e a estereotipia com relação aos pobres e suas necessidades (nota-se por exemplo um sem número de projetos que envolvem esportes, especialmente futebol, e música, especialmente tambores); um grande grau de dispersão dos recursos investidos em uma gama muito ampla de projetos normalmente sem conexão com o negócio bancário.

Mais recentemente, uma sequência de artigos têm publicizado o trabalho de pesquisa capitaneado por Eduardo Gomes na Universidade Federal Fluminense – UFF no intuito de sistematizar uma contribuição mais efetiva das ciências sociais na compreensão do fenômeno da RSE (conforme destacado na introdução desta tese, ainda majoritariamente tratada no campo das ciências sociais aplicadas – Administração e Comunicação Social). Nesse sentido, o autor destaca que:

a chamada Responsabilidade Social das Empresas é uma dimensão do mundo atual na qual estão interconectados fenômenos econômicos, sociais e políticos que apontam para diferentes direções, quais sejam, a avassaladora mercantilização das relações sociais – derivada da globalização financeira e dos mercados – e um crescente envolvimento das empresas com projetos voltados exatamente para solucionar problemas sociais derivados da mesma globalização, em um contexto de redefinição do papel social do Estado (GOMES, 2005, p. 11).

A importância do tema no Brasil ganha dimensões cada vez maiores do ponto de vista econômico (as ações sociais movimentam 0,5% do PIB) e do ponto de vista político

(na medida em que vem mudando a feição tradicional do associativismo empresarial, incorporando cada vez mais questões sociais como consumo consciente, controle do Estado, especialmente das contas do governo e a difusão de práticas de RSE). Além disso, ações individuais das empresas e um amplo espectro de ações marcam um quadro complexo e diversificado para o qual as ciências sociais podem em muito contribuir no esforço de compreensão e sistematização.

Assim, podemos notar os resultados efetivos de tais concepções em dois estudos empíricos empreendidos por Gomes. No primeiro estudo (2007), o autor demonstra as afinidades do trabalho promovido pelo Instituto Ethos com a qualificação, de acordo com Agüero (2005), de “vanguarda empresarial”, já que a entidade composta por empresários tem uma atuação política como grupo organizado da sociedade civil em termos do tratamento de questões importantes para o Brasil. Mas Gomes aponta que a origem dessa forma de atuar já estava presente no PNBE, movimento empresarial da década de 1980 que abrigou vários dos atuais líderes do Ethos e de outras entidades que têm as mesmas características, tais como: Oded Grajew (antes do Ethos, Fundação Abrinq), Emerson Kapaz (Fundação Abrinq), Eduardo Copobianco (Instituto São Paulo contra a Violência – ISPCV), Eduardo Copobianco e Neissan Monadjem (Transparência Brasil). Assim, o autor buscou demonstrar que “a influência do PNBE foi decisiva na formação de uma nova visão do papel social das empresas (...) e que o legado de suas idéias vai muito ‘além do mercado’ e da compensação da predação ‘naturalmente’ inerente à atividade empresarial” (GOMES, 2007: 189).

O outro estudo, com ênfase nas práticas, foi uma avaliação comparativa das estratégias de responsabilidade socioambiental de entidades fechadas de previdência complementar, os chamados fundos de pensão privados, com base num teste do modelo de pesquisa comparativa em *websites CRS-Web Vision*. Foram objeto do estudo os fundos PREVI, PETROS e FUNCEF, os três maiores do Brasil, tendo como pano de fundo o debate sobre a importância dos fundos de pensão na disseminação de práticas de Responsabilidade Sócio-Ambiental – RSA na medida em que, como investidores institucionais, estimulam as empresas nas quais têm participação acionária a adotar práticas governança corporativa e responsabilidade socioambiental. O estudo mostrou que apesar de haver esforços consistentes em relação às práticas de RSA pelos fundos, embora em níveis muito diferenciados e com distintos focos, ainda há muito que fazer sobretudo na publicização e atualização dos dados bem como das políticas e programas de impacto.

Embora não diretamente ligado à pesquisa sobre RSE no Brasil, o tema da percepção da pobreza pelas elites tem ganhado força a partir dos esforços institucionais de um grupo de pesquisadores do Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ como parte do projeto “Elites estratégicas e consolidação democrática” e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade – NIED. O trabalho de Eliza P. Reis (cuja síntese encontra-se num artigo do Dossiê Desigualdade Social publicado pela Revista Brasileira de Ciências Sociais em 2000) no âmbito de tais esforços é paradigmático para as questões aqui propostas. A autora, com base em dados de um *survey* (1993-94), de entrevistas em profundidade (2000) e artigos assinados da imprensa (1992-1996), aponta que os temas da pobreza e da desigualdade são largamente reconhecidos como importantes para nossas elites e os problemas sociais vistos como empecilho ao aprofundamento da democracia.

Na pesquisa, a educação é apontada como alternativa para que os pobres possam lograr melhor posição na estrutura social, entretanto, ela é um recurso atribuído ao poder público e é considerada uma alternativa de mobilidade ascendente para as novas gerações sem contudo significar a mobilidade descendente de outros setores. Como sumariza Reis (2001, p. 147), “as elites apostam na possibilidade de melhoria para os pobres sem custos diretos para os não-pobres”. Juntamente com a educação, as elites representadas no *survey*, admitem que a discriminação racial é um dos mais graves problemas sociais e entraves à democracia no Brasil, mas recusam de forma veemente a realização de ações afirmativas como via de solução. A reforma agrária também recebe destaque como alternativa para a solução da desigualdade.

Tabela 3 - Políticas Prioritárias no Combate à Desigualdade segundo as Elites (%)

I n i c i a t i v a s	Total	Elites Políticas	Elites burocráticas	Elites Econômicas	Elites Sindicais
Promover a reforma agrária	31,1	35,3	32,6	6,8	53,8
Aumentar a eficiência dos serviços públicos	13,4	7,8	14,0	26,1	2,5
Controlar o crescimento da população	16,4	21,6	17,4	21,6	6,3
Desregulamentar a economia	10,2	5,9	4,7	26,1	1,3
Tornar a tributação da renda mais progressiva	9,5	11,8	12,8	9,1	5,0
Expandir os gastos sociais	8,5	9,8	10,5	5,7	8,8
Implementar a participação do trabalhador nos lucros	8,2	5,9	5,8	3,4	17,5
Taxar a riqueza	2,6	2,0	2,3	1,1	5,0
Total	99,9	100,1	100,1	99,9	100,2

Fonte: Reis, 2001: 147

Observando as opiniões das elites, especialmente na coluna de número 3, referente às elites empresariais, vemos apresentar-se de maneira bastante clara um conjunto de soluções à pobreza que referem-se especialmente à ação do Estado, quais sejam: o aumento da eficiência do gasto público, o controle da população e a desregulamentação da economia. Todas estas iniciativas foram apontadas com alto índice de aprovação como soluções ao problema da desigualdade. Por outro lado, temos um conjunto de soluções, amplamente rejeitadas, como alternativas ao problema social da pobreza. A primeira delas referente à atuação do Estado, a expansão dos gastos sociais, e as outras três com implicações diretas sobre a atuação dos agentes econômicos privados, a reforma agrária (diga-se de passagem amplamente reconhecida como necessária pelas outras elites), a implementação da participação do trabalhador nos lucros e a taxação da riqueza. Dito de outro modo, as elites econômicas admitem o problema da pobreza, demonstram ter clareza sobre os instrumentos para combatê-la, mas não o dissociam completamente de suas próprias atividades e formas de atuação social.

Reis oferece, nesse sentido, uma importante interpretação para o caso da reforma agrária:

Como se vê, se excluirmos as elites empresariais, a maior proporção de respostas privilegia a reforma agrária como instrumento de redistribuição. Como interpretar esse fato? A ameaça à propriedade da terra não seria mais uma dimensão crítica na imaginação das elites políticas? Na verdade, a descoberta acima não chega a surpreender se avançarmos um pouco mais na análise do discurso das elites. Quanto mais óbvios os problemas sociais nas áreas mais urbanizadas, mais aqueles que se sentem afetados por tais problemas apostam na volta dos migrantes pobres e miseráveis ao campo. Por que, então, a dificuldade em promover a reforma agrária, questão que aparentemente tem a simpatia das elites? Bem, além das dificuldades práticas de implementação de uma reforma agrária, é preciso não negligenciar o poder de veto das elites econômicas (REIS, 2001, p. 147)

Se o Estado é a grande alternativa para a solução dos problemas sociais, ao menos na visão das elites econômicas quais são suas explicações para o fracasso das políticas sociais?

Tabela 4 - Explicações para o Fracasso de Políticas Sociais segundo as Elites (%)

Razões	Total	Elites Políticas	Elites burocráticas	Elites Econômicas	Elites Sindicais
Mal planejamento e execução	29,3	34,6	33,7	33,7	16,0
Falta de vontade política/ baixa prioridade	18,8	19,2	19,1	14,1	23,5
Uso político e/ou pessoal dessas políticas	12,7	7,7	4,5	15,2	22,2
Corrupção	8,6	9,6	10,1	6,5	8,6
Características das elites*	5,4	5,8	5,6	2,2	8,6
Paternalismo e/ou natureza paliativa das políticas	5,7	7,7	5,6	6,5	3,7
Prioridade conferida pelo Estado a outras áreas**	5,4	3,8	4,5	7,6	4,9
Escassez de recursos***	4,5	3,8	6,7	4,3	2,5
Falta de participação da sociedade civil	3,8	—	5,6	4,3	3,7
Falta de participação do setor privado na execução das políticas	1,3	1,9	—	3,3	—
Problemas econômicos estruturais	2,2	5,8	1,1	1,1	2,5
Outros	2,2	—	3,4	1,1	3,7
Total	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9

Fonte: REIS, 2001, p. 148

* Egoísmo, falta de visão, autoritarismo etc.

** Isto é, o Estado é visto como muito grande e também como demasiado envolvido diretamente em atividades econômicas, o que desviaria recursos humanos e de capital das áreas sociais.

*** Este item diz respeito não às críticas às atividades do Estado, mas sim à percepção de que os recursos são escassos para levar adiante a agenda de políticas sociais.

Como anota Reis, há dois padrões interessantes a serem reconhecidos nas respostas da tabela 3. O primeiro diz respeito à culpabilização do Estado que ocorre em maior proporção por parte dos empresários – algo bastante previsível – mas também está presente nas demais elites, incluindo as políticas e burocráticas que, portanto, não se assumem como parte do aparato estatal. O segundo diz respeito ao fato de que a falta de vontade política poderia ser também *estendida a e assumida por* elas próprias, o que não ocorre. Essa leitura aponta para uma relação clientelística diante do Estado pois este deveria buscar soluções para problemas sociais que, no limite, trazem externalidades negativas para os não-pobres. Estes últimos pensados como atores sociais não se responsabilizam pelo problema da pobreza, o que permite questionar se estão de fato interessados na sua solução. “Nesse sentido, falta uma noção de responsabilidade social entre as elites. Aparentemente, elas não se vêem como parte de um todo, uma coletividade, nem tampouco percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da pobreza, elas se eximem da responsabilidade coletiva”. (REIS, 2001, p. 149). A própria

descrença no Estado como agente coletivo então poderia ser apontada como obstáculo a uma maior consciência e mobilização social dos outros agentes (elites e, quem sabe, a sociedade de um modo geral), mas nunca foi empecilho para que as elites se mobilizassem em função dos seus interesses. A relação entre pobreza e Estado apontada acima pelas análises, vem acompanhada de um outro desdobramento: a preferência pela atuação do Estado no combate à pobreza do que das ONG's e organizações voluntárias. Aliás, a pesquisa aponta que essas últimas são vistas com desconfiança.

Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre Cultura Política e Cidadania (1997), embora também não contemple diretamente o tema da RSE, traz dados sobre o nível de confiança da população em instituições e grupos da sociedade brasileira³.

Tabela 5 - Confiança nas instituições brasileiras (%)

INSTITUIÇÕES (estimulada e resposta única)	Confia totalmente	Confia até certo ponto	Não confia	NS NA NR
1) FAMÍLIA	76	20	3	1
2) PROFESSORES	45	44	8	3
3) IGREJAS E PADRES CATÓLICOS	38	41	20	1
4) OUTROS PARENTES	33	52	14	1
5) JUSTIÇA E JUÍZES	20	47	30	3
6) MOVIMENTO SINDICAL	18	49	24	8
7) MOVIMENTO DOS SEM TERRA	18	45	33	4
8) MILITARES	17	48	33	2
9) MOVIMENTOS POPULARES	16	53	25	6
10) VIZINHOS	16	53	29	3
11) COMPANHEIROS DE TRABALHO	16	46	15	23
12) GOVERNO FEDERAL	15	40	43	2
13) IGREJAS E PASTORES EVANGÉLICOS	15	40	44	2

³ Amostra composta por 4.935 questionários estruturados (84% da amostra ponderada), compreendendo a totalidade das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, e parte do Sudeste, distribuídos em 226 municípios. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=404> Acesso em 13/02/2008.

14) POLÍCIA MILITAR	15	41	41	2
15) POLÍCIA CIVIL	14	44	39	3
16) TV, RÁDIO E IMPRENSA	13	62	23	2
17) EMPRESÁRIOS	9	45	43	4
18) VEREADORES	9	43	46	2
19) PARTIDOS POLÍTICOS	7	41	49	4
20) DEPUTADOS E SENADORES	7	35	54	4

Fonte: Fundação Perseu Abramo/ Núcleo de Opinião Pública - Nov/97

Vale notar que há um alto grau de desconfiança da sociedade em relação aos empresários, 43% e um baixo de grau de confiança total, 9%.

Outros esforços de pesquisa, servindo a outros interesses que não só os de natureza exclusivamente acadêmica vêm sendo realizados para mapear o campo de ações sociais por iniciativa empresarial.

O governo federal empreendeu esforços consistentes de mensuração da “ação social das empresas” no Brasil por meio do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sob a coordenação da pesquisadora Anna Peliano, com a realização da pesquisa “Ação Social das Empresas” que enfocou inicialmente o sudeste brasileiro e foi depois complementado pelas pesquisas Ação Social das Empresas no Nordeste, no Sul, no Centro-Oeste e no Norte, entre os anos de 1999 e 2001⁴. Em 2004 e 2005, a pesquisa foi replicada nas mesmas regiões com ajustes na amostra e no questionário. A partir deste novo levantamento, foi possível comparar o envolvimento da iniciativa privada em ações voluntárias para a comunidade. Foram coletadas, na segunda pesquisa, informações sobre as empresas que não desenvolveram qualquer tipo de ação social. O objetivo é entender as principais razões apontadas pelos empresários para este não envolvimento, bem como os motivos que os levariam a atuar nesta área. Nas duas edições da pesquisa foi considerada

⁴ O desenho das pesquisas foi bastante parecido em todas as etapas e nas duas edições, envolvendo três etapas: 1) Mapeamento do universo de empresas a serem pesquisadas – através de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro de Empregados e Desempregados – CAGED – e procedimento da amostra para coleta de informações; 2) Coleta de informações preliminares, via telefone, já tratando da atuação social da empresa, bem como do seu porte (nº de empregados e renda bruta anual); 3) Aplicação de um questionário, enviado pelo correio ao responsável pela gerência das ações sociais, e com toda uma estrutura de apoio ao preenchimento/envio do mesmo (linha 0800, site, e-mail, disquete, envelopes pré-pagos para retorno). No caso da pesquisa sudeste da 1ª edição, a etapa de coleta de informações com as empresas realizadoras de ação social envolveu, além do questionário preliminar, uma etapa qualitativa com entrevistas em profundidade com os seus gestores.

como ação social empresarial qualquer atividade que as empresas realizem para atender às comunidades, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde e educação, dentre outras, incluindo desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados, inclusive, aqueles voltados para empregados e seus familiares. Nesse sentido, a empresa foi tomada como ator social que participa das políticas públicas de combate aos problemas sociais. Duas grandes linhas de questões então foram exploradas: a primeira relacionada à motivação, “porque as empresas realizam ações sociais?”; e a segunda, à identificação e caracterização das ações sociais das empresas, “o que elas fazem, como fazem, a quem beneficiam e quanto aplicam?”. Os dados mais gerais obtidos nas duas edições foram sintetizados na tabela 6 abaixo:

**Tabela 6 – Síntese Comparativa dos dados Pesquisa Ação Social das Empresas
1ª Edição (1999-2002)/2ª Edição (2004-2005) %**

Tipo de Ação											
	Assis- tência Social	Alimen- tação	Segu- ran- ça	Esporte	Educação e alfabetiza- ção	Saúde	Cultura	Meio Ambiente	Lazer	Desenv. Comunit. e Mobiliza- ção social	Qualifica- ção Profissional
1ª Edição	54	41	13	17	19	17	14	9	7	19	2
2ª Edição	41	52	7	15	23	24	13	7	19	18	14
Público priorizado											
	Comunidade em geral	Crian- ça	Família	Mulher	Jovem	Idoso	Adulto	Portador de deficiência	de	Portador de doença grave	
1ª Edição	27	62	40	13	25	23	17	25		7	
2ª Edição	31	62	15	6	30	39	20	26		17	
Motivos											
	Humani- tários	Comuni- dades próximas	Pedidos De outras entidades (governo ou com.)	Religio- sos	Solicita- ções de amigos e políticos	Imagem	Satisfa- ção dos empre- gados	Apelos de campanhas públicas (enchentes, seca, fome)	de	Complementar ação do governo	
1ª Edição	76	38	33	22	17	26	25	14		12	
2ª Edição	57	38	47	21	13	14	20	22		10	

Fonte: IPEA, 2006.

A pesquisa indicou uma persistência de ações benemerentes, em detrimento de ações sociais voltadas para a replicação dos benefícios pelos próprios beneficiados, um dos

requisitos básicos da RSE e da sustentabilidade. A avaliação das atitudes das empresas revela algumas recorrências e regularidades. As motivações para fazer ações sociais são primordialmente humanitárias. As áreas mais contempladas nas ações sociais das empresas são as seguintes: assistência social, alimentação (nutrição e abastecimento), cultura, esporte, educação/alfabetização, lazer e recreação, saúde, qualificação profissional, segurança, meio ambiente, com importantes variações regionais que aqui não serão discutidas. Na 2ª edição, nota-se uma elevação mais expressiva de projetos voltados para a alimentação, um resultado associado pelos pesquisadores aos efeitos da política Fome Zero, e para a educação, saúde e lazer. Vale lembrar que a quantidade de empresas que atuam em cada uma dessas áreas varia em função da região, do setor de atividade econômica e do porte da empresa. As ações voltam-se, de maneira geral, para as comunidades, predominando as doações na vizinhança. Outro dado recorrente: são poucas as empresas que avaliam os resultados de suas doações ou intervenções na comunidade, assim como as que divulgam os seus esforços de atuação social. E, apesar da grande maioria das empresas declararem que fazem parte de seus objetivos estratégicos investir em ações sociais, a ampla maioria declara também não ter orçamento próprio para esse fim. Em termos do montante dos investimentos, a tabela 7 abaixo, sintetiza os números de forma também comparada.

Tabela 7 – Investimentos em ação social

Regiões	Investimento realizado em projetos para a comunidade (em reais)*		Percentual do PIB regional	
	1ª Ed.	2ª Ed.	1ª Ed.	2ª Ed.
Sudeste	3,5 bilhões	3,1 bilhões	0,61	0,35
Nordeste	260 milhões	505 milhões	0,19	0,24
Sul	320 milhões	563 milhões	0,19	0,19
Centro-Oeste	184 milhões	240,8 milhões	0,16	0,18
Norte	75 milhões	93,8 milhões	0,10	0,11
Brasil	6,9 bilhões	4,7 bilhões	0,43	0,27

Fonte: IPEA – Pesquisa Ação Social das Empresas

*Valores deflacionados pelo INPC médio.

Algumas entidades representativas do setor empresarial realizaram pesquisas sobre o tema com interesses estratégicos. Dentre elas, destacaremos uma pesquisa do Ethos (2008) que nos ajudou a construir um retrato das práticas de RSE em âmbito nacional⁵.

O Instituto Ethos, em parceria com o Instituto Akatu, também realizou uma série de pesquisas sobre a percepção dos empresários e dos consumidores em relação ao tema da RSE. Dentre elas, destaca-se a de 2008, intitulada “Práticas de Responsabilidade Social Empresarial no Brasil”, cujo foco sai da esfera da percepção para o da ação⁶. A pesquisa aponta, de forma especulativa, para uma intensificação das práticas de RSE nos últimos quatro anos – tomando como referência comparativa outro estudo realizado pelo Akatu em 2004. Há uma maior expressão das práticas entre empresas de grande porte, embora haja também uma capilaridade considerável entre as empresas pequenas e médias.

As práticas mais adotadas, segundo indicador que leva em consideração processos implantados e em implantação, são aquelas que tendem a ter maior impacto sobre os negócios, mais especificamente a sobrevivência das empresas, bem como aquelas relacionadas com aspectos legais e regulamentações impositivas incidentes sobre o setor de atividade. Assim, direitos das relações de trabalho (40,9%), a proteção das relações de consumo (37,5%) e meio ambiente (31,2%) são os temas que tendem a ser mais adotados, seguidos de relacionamento com seus públicos (22,5%), ética e transparência (21,9) e governança corporativa (7,5%). A pesquisa indica ainda uma correlação entre a concentração de práticas em determinada temática, o setor de atividade econômica e o

⁵ Minas Gerais tem sido um Estado destacado pela grande quantidade de empresas que realizam ações sociais. O interesse pelo tema por aqui é precoce, já em 1999 a FIEMG realizou a pesquisa “Empresas e Responsabilidade Social: um estudo sobre as ações sociais realizadas pelo setor privado em Minas Gerais”. FIESP/CIESP realizaram a pesquisa “Responsabilidade Social Empresarial: panorama e perspectivas na Indústria Paulista” (2003) no âmbito do estado de São Paulo. As pesquisas realizadas pelo Ethos em parceria com outras organizações são: Responsabilidade Social das Empresas: Percepção do Consumidor Brasileiro (2000, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006-2007); Perfil Social, Racial e de Gênero das Diretorias das Grandes Empresas Brasileiras (2002, 2003, 2005 e 2007); Criando Valor – o Business Case para Sustentabilidade em Mercados Emergentes (2002); Primeira Pesquisa de Responsabilidade Social Empresarial - Conectividade Amazônia: como andam a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade financeira do terceiro setor? (2003); Descobrimo o Consumidor Consciente: uma nova visão da realidade brasileira (2004); Conexões Sustentáveis São Paulo – Amazônia. Quem se beneficia com a destruição da Amazônia (2008).

⁶ A pesquisa baseou-se numa amostra principal representativa das empresas brasileiras, estratificada por porte e região. Buscou-se contemplar ainda uma distribuição entre os vários setores de atividade econômica sem, entretanto, representar uma estratificação da amostra por este critério, mas a criação de sub-amostras por setor de atividade. A amostra principal foi composta por 721 entrevistas. Contou ainda com duas sub-amostras formadas por empresas filiadas ao Ethos, composta por 74 entrevistas e empresas ranqueadas entre as 500 maiores da Revista Exame, composta por 104 entrevistas. O questionário foi elaborado de modo a contemplar 56 práticas de RSE selecionadas com base nos “Critérios Essenciais de Responsabilidade Social e seus Mecanismos de Indução” (2006) do Ethos e na “Escala Akatu de Responsabilidade Social Empresarial” (2005). Para fins desta investigação nos detemos nos dados da amostra principal e, em alguns casos, da amostra setorial.

marco regulatório do setor. O setor industrial tem práticas mais concentradas na questão do meio ambiente (47%) já que há marcos regulatórios rígidos em relação ao tema para o setor, como as resoluções do CONAMA (001/90 emissão de ruídos; 313/2002 resíduos sólidos; 382/2006 emissão de poluentes atmosféricos). O setor de energia elétrica (41%) e finanças (19%) têm maior formalização em relação à presença de comitês de RSE ou sustentabilidade e têm marcos regulatórios avançados nacional e internacionalmente. O tema em que mais se destacam é governança corporativa com 65% das empresas de energia elétrica, 59% das empresas do setor bancário contra 29% da amostra principal, embora também em todos os demais itens tenham média destacadamente mais alta que a da amostra principal. Em relação à proteção das relações de consumo, o destaque é do setor farmacêutico também fortemente regulamentado nesse sentido (Lei 5991 de 1973 sobre controle sanitário do comércio; Lei 6360 de 1976 sobre vigilância sanitária; Decreto 79094 de 1977 que regulamenta a lei anterior; Lei 9787 de 1999 que alterou a Lei 6360 e regulamentou os genéricos). Assim, em todos os indicadores de respeito às relações de consumo, o setor tem média marcadamente mais alta do que a média da amostra principal. Por exemplo, em relação ao indicador “todos os produtos e/ou serviços que oferece respeitam as normas de segurança e proteção à saúde do consumidor”, 97% de adesão dentre as indústrias farmacêuticas contra 69% de adesão da amostra principal.

A pesquisa confirma ainda alguns dados já apontados nas pesquisas do IPEA como a baixa formalização das práticas em termos de relatórios e publicações, bem como a ausência de institucionalização em nível estratégico e político. Dentre as ferramentas mais adotadas encontram-se: 1) voltadas ao trabalho: Diretrizes OIT-OSH 2001 (normas para saúde), 12%; Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho OIT, 7%; Guia de Normas Internacionais do Trabalho da OIT, 5%; 2) voltadas ao meio ambiente: Selo Procel, 7%; ISO 14000, 6%; 3) e dentre as ferramentas de diretrizes globais: Declaração Universal dos Direitos Humanos, 12%; ABNT-NBR 16001, 7%). O baixo grau de políticas globais pode ser indicado tanto pelo baixo número de comitês de RSE ou sustentabilidade quanto pelo baixo grau de formalização de políticas, respectivamente 8% e 20% da amostra principal e 17% e 25% consideradas apenas as grandes empresas. As práticas que têm menor adesão por parte das empresas da amostra principal são: existências de regras para financiamento de campanha política, o controle sobre a emissão de gases de efeito estufa, educação para o consumo consciente, elaboração de balanço social com envolvimento das partes interessadas, ações de protagonismo da empresa em relação a fornecedores ou a seus pares,

apoio a projetos socioambientais, e inclusão da comunidade local dentre os fornecedores e gestão com conselho de administração.

Poderíamos, frente aos dados de pesquisa apresentados, organizá-los da seguinte forma. Dentre os estudos que tentam mostrar o que está acontecendo no campo das práticas de RSE (PAULA e ROHDEN, 1998; BORGER, 2001; CAPPELLIN *et alli*, 2002; VENTURA, 2005) vemos, por diferentes caminhos, as empresas e os empresários muito preocupados com a questão da sua legitimidade social, ou seja, tentam afirmar uma mudança frente aos seus públicos de interesse em primeiro lugar e à opinião pública em segundo. Por um lado, as externalidades são fundamentais para essa tomada de decisão, por outro, elas parecem se potencializar nas empresas pelo perfil de suas lideranças, encontrando eco no associativismo empresarial. Tal preocupação tem validade na medida em que, como aponta estudo da Fundação Perseu Abramo, os empresários têm um baixo grau de confiança frente à sociedade. Dentre os estudos críticos à RSE (PAOLI, 2002; CHEIBUB e LOCKE, 2002) encontramos duas linhas de questionamentos importantes: o perigo da privatização do público e o “esquecimento” das questões fundamentais por parte das empresas que, ao jogar luz sobre um conjunto de boas ações, pode estar ocultando atos que comprometam o cumprimento de seu papel como empregadoras e potencializadoras da participação política ampliada. Há ainda as pesquisas que buscam quantificar as ações sociais das empresas (IPEA, FIESP, Ethos) que contribuem para medi-las, demonstrando que elas têm grande variabilidade segundo o porte das empresas, a região do Brasil e o setor de atividade econômica. As pesquisas do IPEA apontam para uma grande fragmentação das ações sociais, majoritariamente ligadas à assistência e à doação, muitas vezes realizadas na forma de assistência caritativa e não de um investimento social privado planejado, feitas por motivação humanitária, não contando com orçamento próprio e nem com avaliação dos resultados. Além disso, a pesquisa aponta um decréscimo substantivo dos valores aplicados em RSE (exceção apenas para a região nordeste). A pesquisa Ethos (2008) confirma o baixo grau de formalização das atividades de RSE, revelando maior sistematização nos setores de atividade econômica nos quais há presença de marco regulatório como fator de estímulo e nas empresas de grande porte, sobretudo em áreas que comprometam a sobrevivência dos negócios. Ambas as tendências apontam para o privilégio, nas práticas das empresas, da racionalidade privada e com relação a fins em detrimento da racionalidade social e com relação a valores (pensados pela lógica do cultivo à gratuidade dos vínculos). Dado que nos leva a pensar que a probabilidade dos não pobres

abrirem mão de uma parcela de seus ganhos para favorecer os pobres é tendencialmente pequena, reforçando a análise de Reis (2000).

5.2 – Entidades promotoras da RSE no Brasil

Passaremos agora a apresentação de dados primários por nós levantados e sistematizados, lembrando que o nosso foco de análise é o da atuação empresarial no campo da questão social traduzida contemporaneamente no movimento pela RSE. De acordo com o recorte aqui escolhido, o primeiro passo é o reconhecimento de que existem variações na leitura e operacionalização do conceito e que nosso propósito é descrever e analisar o campo numa perspectiva dinâmica. Cada agente – e é preciso lembrar que existem agências individuais relacionadas a cada agente coletivo também diferenciadas – vai evidenciar um grupo de aspectos mais fortemente, o que pode variar de acordo com seus padrões de relacionamento com o Estado, o próprio mercado e a sociedade de um modo geral bem como de acordo com a nação imaginada pelo grupo.

Dentre as instituições observadas, o quadro 2 abaixo identifica e sintetiza quais são as mais importantes “vozes” promotoras do tema da RSE no Brasil e na Argentina, elaborado com base na pesquisa de campo realizada nas duas realidades nacionais escolhidas para a comparação:

Quadro 2 – Instituições mais importantes no Brasil e na Argentina⁷

ENTIDADES PROMOTORAS DA RSE		
Brasil	Argentina	Critério(s) de correspondência
Ethos	Valos/Fundación Tucumán	São entidades organizadas por empresários e compostas por empresas associadas que estabelecem a relação entre os desafios da empresa e os problemas da nação (embora a Valos e a <i>Fundación Tucumán</i> tenham abrangência regional – respectivamente províncias de Mendoza e de Tucumán)
CEBDS	CEADS	São escritórios regionais do <i>World Business Council for Sustainable Development – WBCSD</i> que trabalham fundamentalmente com o tema do desenvolvimento sustentável mas também difundem uma cultura de negócios baseada na Responsabilidade Corporativa.
AMCHAM-SP	AMCHAM Argentina	São entidades precursoras da divulgação do tema e sua principal contribuição é a realização de uma premiação a empresas e empresários que tiveram projetos destacados no campo da RSE. Trabalham com o conceito de Cidadania Empresarial.

⁷ Para uma composição ainda mais completa do quadro é importante anotar o papel crucial desempenhado pela interpretação dos governos (especialmente os federais) sobre o tema da RSE bem como o papel de agentes internacionais como a Fundação Kellog e a Fundação Avina, ambas com forte presença no financiamento de ações de RSE e atividades promotoras /consolidadoras do tema nos dois países.

GIFE	GDFE	São entidades que reúnem fundações de empresas e trabalham com o conceito de Investimento Social Privado com o objetivo de profissionalizar as ações filantrópicas por elas realizadas.
ADCE	ACDE	São entidades que reúnem empresários cristãos (católicos) e que trabalham o conceito de RSE como relacionamento de valor com as partes interessadas. Valor no sentido moral cristão inspirado na Doutrina Social da Igreja.
FIESP	CAC	São entidades de representação de interesses empresariais (industriais e comerciais respectivamente) que vem se dedicando paralelamente à divulgação da RSE (embora em proporções bastante diferentes).
-	AACREA	É uma entidade de representação dos interesses empresariais rurais que tem buscado discutir a questão da RSE, sobretudo em relação à questão ambiental, nos seus congressos anuais.
ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA		
Brasil	Argentina	Critério(s) de correspondência
IBASE	El Otro	Entidades da sociedade civil que têm, dentro de um espectro mais amplo de atividades, um grupo de trabalho em RSE, ambas são afiliadas da Red Puentes. El Otro tem certa afinidade com o GAO – Grupo de Articulação das ONG’s Brasileiras na ISO 26000 já que é a representante da sociedade civil no Comité Espejo Argentino.
Transparência Brasil	Poder Ciudadano	Entidades da sociedade civil (no caso da primeira com forte presença e liderança empresarial) que trabalham no sentido de promover o controle externo das contas públicas e o combate à corrupção.
-	Foro Del Sector Social	Não tem correspondente direto no Brasil pois é uma entidade que aglutina um conjunto de organizações do terceiro setor em prol da promoção do conceito de RSE. Tem algumas afinidades com o GAO que também propõe esse tipo de ação, mas com foco na norma ISO 26000 e com algumas ações pontuais da ABONG.
-	IARSE	Não tem correspondente direto no Brasil pois é uma entidade organizada por não-empresários (ex-gerentes de fundações de empresas) mas que produz material similar ao do Ethos, guardando com ele correspondência indireta (afinidade de pensamento). Luis Ulla, diretor executivo da entidade, é membro do Conselho Internacional do Ethos
-	Foro Ecumenico	Não tem correspondente direto no Brasil, pois é uma entidade organizada por um jornalista (promotor do evento <i>Desafio Empresario</i> financiado pelo <i>Banco Francés</i>) que congrega um conjunto de instituições religiosas de distintas confissões já que as religiões têm afinidades históricas com o trato da questão social. Discute sobre RSE relacionando-a com o tema da ética.
-	AMIA	Não tem correspondente direto no Brasil pois é uma associação judaica que recentemente lançou o Programa Valor para incentivar medidas de RSE, sobretudo em pequenas e médias empresas e cadeia de valor das grandes empresas.

Dentre as associações empresariais que trabalham com a noção de Responsabilidade Social há várias possibilidades de análise, conforme sintetizado no quadro 2 acima. Como forma de destacar esta variedade e atendo-nos apenas àquelas que têm uma expressão mais significativa no espaço público (definido por critério de visibilidade midiática de acordo com a pesquisa em dois grandes jornais brasileiros, Folha de São Paulo, 01/01/1994-31/12/2008 e O Globo, 01/01/2003-31/12/2008, conforme quadro 3 abaixo), escolhemos enfatizar e aprofundar o trabalho de divulgação do tema da RSE do Instituto Ethos e da FIESP, pois as duas são entidades empresariais (o que é a marca do movimento da RSE no Brasil) e trabalham com a RSE como um meio de reafirmação de interesses no espaço público, ou seja, de atuação política, buscando uma projeção nacional e a afirmação do seu projeto de país. Considerando que há várias linhas de entendimento da RSE, poderíamos talvez dividir o campo da seguinte forma, com base nessa escolha: por um lado, a visão de Responsabilidade Social numa linha contemporânea trabalhada pelos conceitos do Ethos que assume a Responsabilidade Social como instrumento de mudança social configurando-se como um movimento social empresarial; e, por outro, uma visão mais clássica de representação de interesses ligada às elites empresariais industriais da FIESP.

Quadro 3 – Total de Registros Recuperados das Entidades nos Jornais - Brasil (indicador de visibilidade midiática)⁸

Entidade	Folha de São Paulo	O Globo
Instituto Ethos	193	51
FIESP	68	6
GIFE	25	7
IBASE	14	16
CEBDS	4	1
ADCE	0	0
AMCHAM-SP	2	1
Transparência Brasil	8	3

⁸ A busca foi feita pelo mecanismo de “busca avançada” com os termos “responsabilidade social” + “nome da entidade” e também “responsabilidade social” + “sigla da entidade”. Em vários casos, foi complementada pela busca combinada dos termos “responsabilidade social” + “nome de líderes da entidade”. O período para o jornal Folha de São Paulo foi de 01/01/1994 a 31/12/2008 e do jornal O Globo foi de 01/01/2003 a 31/12/2008. Para a Folha de São Paulo somente foram considerados os registros publicados no jornal impresso; para O Globo foram consideradas as matérias disponibilizadas para a consulta pública pelo jornal que mesclam material publicado no *site* de notícias e no jornal impresso, incluindo alguns da Revista Razão Social (edição bimensal em circulação desde 2003).

Esse critério de escolha, como todo critério, deixa de fora entidades com reconhecida importância no movimento pela RSE no Brasil como o GIFE e o IBASE para dar lugar a uma instituição ainda não reconhecida em estudos anteriores sobre a promoção do tema como ator central que é a FIESP. O GIFE surgiu em 1995 e, além de trabalhar pela mudança de um comportamento filantrópico das empresas por meio da noção de investimento social privado, foi um importante elo junto a agências financiadoras internacionais como a Fundação Kellogg e a Fundação Avina. Sobre o IBASE, vale anotar que seu estudo poderia nos dar uma perspectiva do campo do ponto de vista da sociedade civil, o que seria muito interessante para a comparação com a Argentina. No entanto, como forma de justificar sua omissão no aprofundamento empírico que nos propomos, podemos dizer que, além de priorizarmos a própria característica do movimento no Brasil cuja liderança é eminentemente empresarial, o papel do IBASE na consolidação do movimento foi marcado pela defesa do Balanço Social, tendo criado um instrumento próprio para essa finalidade que teve impactos substantivos no Brasil e em alguns países da América Latina. Mas, após a popularização do modelo de Relatório de Sustentabilidade proposto pela *Global Report Initiative* – GRI (ONG holandesa criada em 1997 que editou três gerações de diretrizes conhecidas como G1, G2 e G3) com o objetivo de padronizar mundialmente a publicação das informações financeiras, sociais e ambientais das empresas, o que ocorreu a partir de 2002 no mundo e a partir de 2004 no Brasil com a publicação em português da versão G2, o modelo de Balanço Social do IBASE e sua atuação no campo da RSE perderam o protagonismo inicial. Nesse sentido vale dizer que 69% das empresas nacionais no mundo usam o guia da GRI, contra 17% que usam critérios nacionais e que no Brasil 58% dos relatórios realizados são independentes dos balanços sociais contra 22% que são integrados, segundo pesquisa “*Internacional Survey of CSR Reporting*” (2008).

Vale ressaltar que, como veremos a seguir, a organização dos discursos das entidades sugerem uma competição pelo sentido correto da RSE bem como a posição do empresariado frente à questão social de maneira mais ampla, em contraste com a visão de outros atores sociais, especialmente o Estado e a Sociedade Civil. Mas, como anotam Paula e Rohden (1998, p. 225): “os discursos atuais caminham no sentido de que esta ação contribua para a construção de novas distinções internas entre o empresariado. (...) E, possivelmente, uma nova marca a diferenciar os produtos, a influenciar a opinião pública e a incrementar a concorrência dentro do próprio setor”. Adotando essa visão, percebemos que o “combate semântico” tem um duplo sentido que é o da distinção interna (existem

empresários e empresários, empresas e empresas) e o da distinção externa, de acordo com nosso enfoque da disputa hegemônica – a busca por liderança política, moral e intelectual – no do campo da questão social entre empresas, Estado e sociedade.

Portanto, para a análise de cada uma das entidades foram observadas e caracterizadas as seguintes variáveis: histórico, conceito de RSE, questão social (percepção da pobreza e das desigualdades), visão do Estado (como é, como deve ser, papel em relação à questão social), visão dos grupos organizados da sociedade civil (como são, como devem ser, papel em relação à questão social), visão das empresas e dos empresários (como são, como devem ser, papel em relação à questão social), a nação imaginada, e, finalmente, a qualidade dos vínculos e os sentidos do “dom”.

5.2.1 Instituto Ethos

Histórico

O Instituto Ethos nasceu em 1998 por iniciativa de um grupo de empresários paulistas oriundos de diversos setores de atividade econômica, capitaneados pela figura de Oded Grajew⁹. Este já havia passado pelas experiências de atuação e mobilização político-social no Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE e depois pelo trabalho na Fundação Abrinq, sendo que em ambas teve forte liderança. Segundo ele, o Instituto nasce após um “ano sabático” em que ele e a mulher viajaram pela Europa e Estados Unidos a fim de repensar seus projetos pessoais e profissionais. Nos EUA, em companhia de Valdemar de Oliveira Neto da Ashoka Empreendedores Sociais e contando com o apoio financeiro da Fundação Kellog, conheceram a experiência do *Business for Social Responsibility* – BSR e convenceram a instituição a ampliar seu horizonte para a América Latina, o que foi definitivo para a realização da I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas (Miami, 1997), evento que reuniu empresas norte-americanas e latino-americanas. Grajew (2009) destaca, no entanto, que a sua preocupação com questões

⁹ De acordo com o histórico da instituição apresentado em seu Relatório de Sustentabilidade 2008 (ETHOS, 2009), o grupo de empresários referido e as empresas que dirigiam à época era composto por Guilherme Leal (Natura), Sérgio Mindlin (Metal Leve), Eduardo Capobianco (Construcap), Oded Grajew (Fundação Abrinq), Hélio Mattar (GE-Dako), Emerson Kapaz (Elka Plásticos) e Ricardo Young (Yázigi). Poucos dias depois, na casa da empresária Maria Cristina Nascimento (Espaço Empresarial Gestão de Serviços), o projeto do instituto, já com seu primeiro estatuto redigido, foi apresentado a 40 importantes líderes empresariais, como os representantes das famílias Marinho, das Organizações Globo, e Moreira Salles, do Unibanco. O critério para a escolha dos convidados foi o grau de preocupação já demonstrado sobre o papel das empresas na transformação da sociedade.

sociais é anterior e o acompanhou desde criança, antes mesmo de chegar ao Brasil (Oded nasceu em Israel e veio para o Brasil com 12 anos). Ele considera a sua grande motivação para atuação que tem no campo da questão social no Brasil o fato de ter nascido lá, um “país onde é impensável não se preocupar com questões sociais” no qual “as pessoas já nascem num ambiente altamente problemático e propício a pensar nesse tipo de coisa” (2009).

O Ethos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e tem sua sobrevivência financeira garantida pelas seguintes fontes de financiamento em ordem de importância: os patrocínios (53% do faturamento vêm dessa fonte), as contribuições das empresas associadas (36%), convênios nacionais e internacionais (9%), renda oriunda das conferências anuais (0% porque no ano de referência, 2008, foram arrecadadas pelo Uniethos) e outras receitas (2%). O faturamento da organização foi de R\$ 11 milhões em 2008. O Uniethos criado em 2004 é uma entidade independente que percebe renda via cursos encomendados por empresas ou oferecidos à comunidade de negócios, mas com personalidade jurídica (é também OSCIP) e relatório financeiro próprios.

A estrutura organizacional do Ethos (atualmente compartilhada em parte com o UniEthos) é composta por: uma assembleia geral (órgão mais alto na governança da entidade que aprova: balanço e orçamento, recrutamento do conselho deliberativo e alterações no estatuto), uma diretoria, um conselho deliberativo, um conselho fiscal, um conselho consultivo e um conselho internacional. De acordo com Oded Grajew (2009), “o Conselho Deliberativo é o soberano guardião da missão do Instituto. Ele tem o papel de resguardar através da tomada de decisão que a organização esteja sempre no trilho da luta por uma sociedade justa e sustentável”. Está sob avaliação a criação de um Comitê de Ética para julgar a desfiliação de empresas acusadas de práticas que vão contra os princípios da instituição consubstanciados na Carta de Princípios lançada em 2003. As empresas associadas não têm representação nos órgãos decisórios do Instituto, fato que é justificado da seguinte forma: “a natureza do Ethos define sua governança. Nossa proposta é mudar o processo de gestão das empresas, o que não significa representá-las, mas sim trabalhar junto com elas” (Paulo Itacarambi, vice-presidente, Ethos, 2009: 18). O intuito é evitar que o Instituto se torne um espaço de disputas de poder.

A forma de relacionamento do Ethos com as associadas e outros atores estratégicos prioriza o trabalho em rede o que tem potencializado, na visão do Instituto, seu trabalho em todo o Brasil (embora uma das reclamações mais recorrentes dos participantes da XI

Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social tenha sido exatamente a alta concentração das ações do instituto em São Paulo). Há três redes que permitem a atuação em três frentes: Rede Empresarial pela Sustentabilidade que busca estabelecer um ambiente virtual e presencial de troca de informações entre as empresas participantes; o relacionamento com formadores de opinião, especialmente os jornalistas por meio da Rede Ethos de Jornalismo, do Prêmio Ethos de Jornalismo, ambos criados em 2000, e de reuniões periódicas com empresas jornalísticas e articulação com a Associação Nacional de Jornalismo – ANJ; e o relacionamento com professores e estudantes universitários por meio do Prêmio Ethos-Valor, criado em 2000, para reconhecer trabalhos acadêmicos que contribuam para o avanço da pesquisa na área de RSE. Além das redes de relacionamento apontadas, o Ethos promove desde 1999 uma Conferência Internacional com periodicidade anual que atrai a participação de empresários, executivos, gerentes de empresas bem como participantes e interessados no tema oriundos da sociedade civil organizada, do governo e do meio acadêmico.

As iniciativas mais significativas do ponto de vista de metodologias de trabalho desenvolvidas pelo Instituto Ethos para a gestão com RSE são: os indicadores Ethos criados em 2000, o Programa Tear em criado em 2006 e o Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade – GRES criado em 2008. Cada uma das metodologias corresponde a um momento dos desenvolvimentos mais importantes no movimento, destacados por Young (2008): o primeiro, a “invenção” de ferramentas de gestão da RSE que até então inexistiam, desvinculando-a da filantropia e instaurando a noção de investimento social privado; o segundo, o tema da responsabilidade em relação à cadeia de fornecimento já que a empresa não se encerra em si mesma; e, finalmente, o tema da sustentabilidade. Os Indicadores Ethos são uma ferramenta de auto-avaliação das empresas para que elas tenham uma percepção clara do seu estágio de amadurecimento em relação à RSE, a partir do mapeamento de suas práticas e a identificação das oportunidades de melhoria em sete frentes de gestão, considerando as chamadas partes interessadas (*stakeholders*): Valores, Transparência e Governança, Público Interno, Meio Ambiente, Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade e Governo e Sociedade. Os indicadores são disponibilizados gratuitamente e contam com dez versões setoriais, uma versão para pequenas e médias empresas criada em parceria com o SEBRAE, versões em inglês e espanhol e o reconhecimento do Pacto Global da ONU e do UNICEF.

O Programa Tear “tem como objetivo trabalhar a competitividade e a sustentabilidade das pequenas e médias empresas (PME) por meio da atuação na cadeia das chamadas ‘empresas-âncoras’, organizações de grande porte representativas do seu setor. Outra meta é criar metodologias e ferramentas reaplicáveis em outras empresas que não participam do programa” (Ethos, 2009: 12)¹⁰. Já o GRES, cuja criação enuncia a mudança de rumos do Ethos – da militância em relação ao comportamento interno das empresas à luta política por um mercado ou uma economia verde, inclusiva e responsável; da responsabilidade social como luta pela justiça social à responsabilidade social como luta pela sustentabilidade e projeção do Brasil no cenário internacional – tem por objetivos: “criar referências de experiências empresariais em sustentabilidade, gerar cooperação entre as empresas participantes e mostrar evidências concretas de que é possível unir RSE ao desempenho positivo das empresas” (Ethos, 2009: 12)¹¹. A guinada rumo à defesa da sustentabilidade é ainda respaldada pela decisão de integrar as empresas, as cidades brasileiras e os projetos nacionais na construção de um mercado e de uma sociedade sustentáveis. Para isso, complementam a iniciativa do GRES, o Movimento Nossa São Paulo, o Fórum Amazônia Sustentável e o projeto Conexões Sustentáveis (Ethos, 2009: 3).

Além do trabalho em rede que preconiza um tipo de relacionamento mais horizontalizado com os parceiros e das metodologias que buscam sistematizar o trabalho estabelecendo metas e fatos observáveis e quantificáveis, é comum nas práticas do Instituto Ethos o uso do Pacto como instrumento de luta em grandes temas nacionais. A entidade promoveu o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (2005), o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção (2006) e três pactos empresariais pela preservação da Amazônia (o da soja, o da pecuária e o da madeira), no âmbito do Fórum Amazônia Sustentável (2008).

Sendo assim, não se percebe nas ações da entidade a típica defesa corporativa dos interesses, muitas vezes presente em associações empresariais mesmo as não sindicais. Por um lado, o uso de instrumentos e formas de ação em consonância com as características de um movimento social e de um grupo organizado da sociedade civil, pode ter como efeito uma geração de confiança em relação aos empresários bem como uma possibilidade

¹⁰ A edição da “Metodologia Tear de Trabalho na Cadeia de Valor” (2007) levou em consideração a experiência de seis organizações: ArcelorMittal Brasil, Banco Real ABN Amro, O Boticário, CPFL Energia, Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) com o Instituto Eivaldo Lodi, e Natura.

¹¹ O GRES ainda é uma experiência piloto e conta com a participação de oito empresas Santelisa Vale Bioenergia, Camargo Corrêa, CPFL Energia, Gafisa, Y. Takaoka Empreendimentos, Vale, Petrobras, ArcelorMittal Brasil e Grupo Pão de Açúcar.

ampliada de estabelecer parcerias. Por outro lado, denota um sentido mais coletivista, uma dimensão de preocupação efetiva com o “bem público”, certamente um bem público imaginado pelo grupo, mas que se coloca à prova no debate público.

Conceito de RSE

Em si mesmo, o conceito de RSE trabalhado pelo Ethos é: “uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários” (www.ethos.org.br acesso em 08/11/2004). Segundo Grajew (2009), responsabilidade social é “nada mais nada menos que fazer as coisas certas. E quando se faz as coisas certas, as recompensas pessoais são muito grandes. E do outro lado, nós mostramos os riscos de não ter uma gestão socialmente responsável”. A gestão como uma visão integral da empresa e do contexto econômico, social e ambiental em que atua é fundamental para que uma empresa seja bem sucedida em obter da sociedade sua legitimidade, o que o Ethos chama de “licença social” (Ethos, 2009: 28), conceito chave no trabalho do BSR.

Mas como destacou Paulo Itacarambi (2009: 4), “o objetivo do Ethos é a construção de uma sociedade sustentável e justa. RSE é uma estratégia para atingir esse objetivo, dado o grande impacto cultural, moral, socioambiental, econômico e político que as empresas têm sobre a organização e o funcionamento da sociedade. As estratégias de atuação do Ethos são baseadas, por um lado, na promoção da visão sobre o potencial de mudança social da RSE e, por outro lado, na mobilização das forças interessadas na mudança. A interação entre essas forças dão ao processo uma dimensão de movimento social pela RSE”. Em termos práticos isso significa sensibilizar e apoiar as empresas para agirem como ator social de mudança, incorporando voluntariamente os interesses dos seus públicos em seus propósitos de negócios e sensibilizar as demais partes afetadas para perceber na RSE um importante caminho para o atendimento de seus próprios interesses, reconhecendo que ela é uma estratégia empresarial que busca combinar interesses privados com interesses públicos.

Em sua Carta de Princípios, publicada em 2003, o instituto declara que “reconhecemos a responsabilidade pelos resultados e pelos impactos das ações de nossa empresa nos meios natural e social afetados por nossas atividades empresariais e envidaremos todos os esforços no sentido de conhecer e cumprir a legislação e de, voluntariamente, exceder nossas obrigações naquilo que seja relevante para o bem-estar da coletividade. Procuraremos desenvolver e divulgar a todas as partes interessadas um programa ativo e contínuo de aperfeiçoamento ético de nossas relações com as pessoas e as entidades públicas ou privadas envolvidas em nossas ações”.

Nos seus 10 primeiros anos de existência (1998-2008) o Instituto Ethos priorizou a produção, divulgação e disseminação de conhecimentos e práticas, metodologias e ferramentas de gestão para apoiar as iniciativas das empresas bem como a construção de mecanismos de reconhecimento público das empresas com a implementação de mudanças em seus processos de gestão, avaliando que “o tema entrou em definitivo na agenda pública e na agenda empresarial” (Itacarambi, 2009: 4). Mas nunca prescindiu de uma atuação pública no sentido de deixar claros seus posicionamentos na defesa da RSE como elemento de mudança. Tal atuação parece ter se ampliado ao longo dos anos à medida que o instituto ganhou visibilidade e legitimidade, e, segundo a movimentação da última Conferência Internacional de Empresas e Responsabilidade Social (tanto a documentação quanto as falas das principais lideranças são indícios importantes), há agora a necessidade de enfatizar o tema da sustentabilidade ambiental, enquanto os problemas sociais resultantes da distribuição desigual dos resultados tendem a perder espaço na agenda das empresas. Tal necessidade impõe como prioridade, ao nível de diretriz do trabalho do Ethos, a promoção de mudanças no ambiente de operação das empresas para realizar mudanças nas próprias empresas, segundo Itacarambi (2009a) as mudanças agora devem ser feitas “na economia, na cultura do conjunto da sociedade, há vários elementos que precisam mudar para que a empresa continue mudando. É como se houvesse uma inversão do processo, o que, sem dúvida, coloca a exigência de atuação política acima da produção e disseminação de conhecimento técnico e estímulo a mudanças internas das empresas. De fato saímos da história de ‘o que pode ser feito’, para encarar seriamente ‘o que tem de ser feito’” (Itacarambi, 2009a).

Assim, o conceito de RSE também mudou, sendo enunciado como “a forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os seus públicos e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o

desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a erradicação das desigualdades sociais”. A questão social, portanto, passa a estar integrada ao tema do desenvolvimento sustentável.

Questão Social – Percepção da pobreza e das desigualdades

Quando o Instituto Ethos começou as suas atividades, a percepção da pobreza e das desigualdades demonstrava, além de um amplo reconhecimento desse problema, alinhamento com uma crítica à política econômica. Em uma série de artigos assinados por Oded Grajew publicados na Folha de São Paulo essa análise é reafirmada: “O Brasil é o país de pior distribuição de renda no mundo. Os índices de pobreza, analfabetismo, baixa escolaridade e criminalidade são alarmantes” (Grajew, Folha de São Paulo, 09/11/1998). A política econômica do governo de Fernando Henrique e as medidas tomadas frente à crise alavancada pelo fim da âncora cambial, por exemplo, são acusadas de levarem o país à recessão e ao desemprego. No artigo intitulado “A conta do pacote”, Grajew faz forte oposição à política de juros altos e coloca a seguinte questão: “Qual deveria ser a grande prioridade de nossa sociedade? Um governo comprometido com seu povo e com visão de futuro, cidadãos com um mínimo de sensibilidade e que consigam olhar em volta e empresários preocupados em desenvolver um mercado próspero e estável para escoar produtos e serviços deveriam ter como ação prioritária o combate à desigualdade social e à pobreza de milhões de brasileiros. (...) Aprofundamos nosso já imenso apartheid social, agravamos nossa desintegração social e encolhemos nosso mercado”. Mas, um dado interessante que sobressai de suas análises é o de que o problema “não é só do governo”, com a transferência de responsabilidade ao Estado anotada por Reis (2000), pois afirma que “aos empresários apelo para que, mesmo na crise, tratem com humanidade e reconhecimento seus colaboradores e iniciem, mantenham ou ampliem seus investimentos na comunidade. Ao governo e ao Congresso cabe formular um novo plano para reerguer o país, estabelecendo uma escala de valores e usando critérios éticos, comprometidos com desenvolvimento, solidariedade e progresso humano”. Enfatiza em vários momentos a necessidade de cooperação entre agentes públicos e privados, definindo que Executivo, Legislativo, iniciativa privada e terceiro setor precisam dispor de vontade política, energia e recursos financeiros e humanos, bem como de metas claras quantificadas em índices e metas para enfrentar a questão da pobreza e das desigualdades no Brasil.

As críticas se estendem para além do contexto da crise do final dos anos 1990 e incluem: as metas de inflação, a conta de juros da dívida externa e a taxa de juros básica da economia excessivamente alta, todas medidas que são vistas como geradoras de recessão e desemprego, portanto, de aumento da pobreza (FSP, 01/07/1999). Por outro lado, a falta de recursos, ocasionada por tal política econômica, para a segurança aumentou o problema da violência e da criminalidade e a redução de verbas no orçamento para a educação foram veementemente criticadas: “esses políticos, que certamente não têm filhos ou netos em escolas públicas e que estão no poder há tantos anos, conseguindo a "proeza" de levar o Brasil ao título de campeão mundial da desigualdade social, querem continuar com a mesma política de assistencialismo, das cestas básicas e das esmolas oficiais, dessa forma aumentando a dependência e a manipulação dos eleitores” (Folha de São Paulo, 10/08/1999).

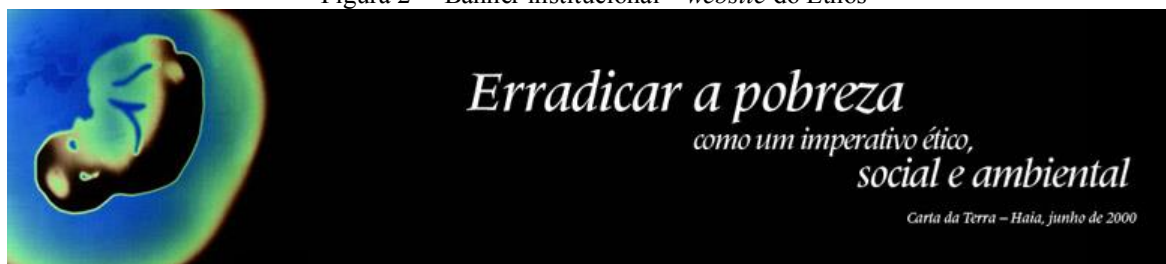
Por outro lado, o Ethos denuncia a necessidade de mudar a forma de pensar as relações econômicas – a produção e o consumo. Ou seja, a ação social deve estar associada ao questionamento do modelo econômico. A crítica ao liberalismo econômico é recorrente: "a livre competição deixa o forte ainda mais forte e aumenta a desigualdade. A injustiça gera violência e risco de graves conflitos. O consumismo e a pobreza dilapidam o meio ambiente” (FSP, 05/09/2001). Também é recorrente a crítica às medidas convencionais de crescimento econômico. Assim, ao invés de se considerar o PIB, o número de automóveis fabricados e a tonelagem de grãos produzidos que podem significar a destruição da natureza, promove a tomada dos parâmetros do IDH, estabelecendo metas de redução de analfabetismo, desemprego, anemia, mortalidade infantil, evasão escolar, número de crianças que vivem na rua, aliados a metas de crescimento da formação escolar até o ensino superior, do número de domicílios com saneamento básico e da expectativa de vida ao nascer, além da diminuição da porcentagem da população abaixo da linha de pobreza. De forma prática, defendeu a participação de toda a sociedade – dos agentes públicos e privados – na elaboração dos orçamentos públicos como forma de contribuir para a diminuição da pobreza e das desigualdades (Folha de São Paulo, Opinião, 20/06/2002).

A partir de 2003, considerado pelo Ethos o ano da massificação do conceito de RSE (Folha de São Paulo, 21/12/2003), nota-se nos documentos um tom mais otimista em relação ao novo governo, o de Lula, com iniciativas de apoio ao Programa Fome Zero (neste ano foi lançado o manual “Como as Empresas podem Apoiar e Participar do Combate à Fome”, uma sistematização sobre a situação de fome e pobreza no Brasil, de

esclarecimentos sobre o conceito de Segurança Alimentar e da estrutura do Programa como política pública). O papel das empresas é sublinhado como fundamental no apoio a essa política com ações como: a contratação de jovens exigindo como contrapartida sua permanência na escola, financiamento de agências de microcrédito solidário, adotar iniciativas de suplementação de renda para as comunidades e investir na melhoria da renda de seus funcionários, contribuir para o fundo que vai bancar o cartão-alimentação, incentivar funcionários a participar do programa como voluntários, conceder bolsas de estudo para filhos de funcionários ou membros da comunidade, incrementar o fornecimento de merenda nas escolas públicas, combater a desnutrição materno-infantil, ampliar o Programa de Alimentação ao Trabalhador, subsidiar a criação e manutenção de bancos de alimentos, doar gêneros alimentícios ou assegurar apoio logístico à sua distribuição, colaborar com as instituições que atendem à população-alvo do programa e ajudar na implantação de restaurantes populares (Ethos, 2003a e FSP, 20/02/2003). Não obstante o otimismo, permanece a crítica de que um dos piores problemas do país é a desigualdade social, embora o Brasil não seja um país pobre, portanto, o foco não é mais o da crítica implacável à política macroeconômica, mas sim o da ênfase na necessidade de redistribuição da renda sob a bandeira da transferência de recursos, o que faria aumentar o mercado interno e o consumo e, conseqüentemente, o emprego e a renda (FSP, 21/06/2004).

Paulatinamente, o discurso do Ethos veio mudando de tom, indicando uma nova percepção da questão social, especialmente, do tema da pobreza. A figura 2 abaixo é exemplar de que a percepção sobre o problema da pobreza já não é primordialmente associada pelo instituto à política econômica, mas sim como “um imperativo ético, social e ambiental”, segundo os Princípios da Carta da Terra.

Figura 2 – Banner institucional – *website* do Ethos



Fonte: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx> acesso em 13/05/2009

Sobre a abordagem institucional ao tema da pobreza o Ethos criou o Programa RSE no Combate à Pobreza que, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, busca unir esforços para o combate à pobreza e à fome no norte e nordeste do Brasil juntamente com outras cinco organizações Fundação Avina, Fundação Banco do Brasil, ICCO, Rede Unitrabalho e Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) integra o Projeto Cisternas.

Em debate sobre políticas sociais¹², Young analisou que “por meio da percepção dos diversos debatedores, desenhou-se um cenário novo deste continente que mostra talvez um caminho novo para a superação das ancestrais carências. Um caminho que inclui atores sociais e que, já sabendo o que nos separa, busca aprofundar o que nos une”. Ainda comentando o debate, o atual presidente do Ethos sinalizou aprovação da política de transferência de renda empreendida pelo atual governo bem como uma aprovação, até mesmo enfática, sobre a intervenção do Estado na economia. Mas coloca a seguinte crítica: “a conclusão de que os programas de redistribuição de renda/combate à pobreza funcionam não resolve, no entanto, o dilema deste início de século 21: o que fazer com a crise ambiental? Sem levar em conta as questões de meio ambiente, não haverá combate eficaz à pobreza ou mesmo geração de riqueza para quem quer que seja.” Young conclui a sua análise dizendo “precisamos ter tanto medo da pobreza em geral quanto temos nós de ficarmos pobres. Se entendermos que é a pobreza que nos ameaça, e não falta de dinheiro no banco, saberemos cobrar, em todos os níveis de governo, políticas consistentes de distribuição de renda, de educação, de saúde e, principalmente, saberemos acabar com a corrupção”¹³.

Dentro da nova bandeira da entidade por uma economia verde, sustentável e inclusiva, o Ethos acredita que o crescimento de uma economia de baixo carbono e baseada em biomassa tem o potencial de deslocar o eixo do desenvolvimento e trabalhar sobre as distorções históricas do Brasil. Produtos florestais e agrícolas de alto valor agregado podem criar pólos de geração de riquezas fora dos estados tradicionais do Sul e Sudeste. De acordo com Young, “os bolsões de miséria do Norte e Nordeste podem ser

¹² Participaram deste debate o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, a vice-presidente para América Latina e Caribe do Banco Mundial, Pámela Cox, o CEO da Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, o CEO do Grupo Marhnos do México, José Ignacio Mariscal Torroella, e Ricardo Young do Ethos.

¹³ Comentário de Ricardo Young na rádio CBN disponível em <http://institutoethos.blogspot.com/2009/04/banco-mundial-afirma-politicas-sociais.html> acesso em 25/05/2009).

trabalhados a partir de uma ótica de valorização de seus potenciais produtivos” (Reportagem de Marcondes, 08/10/2009).

Estado

Em suas relações com o Estado, o Ethos como outras entidades empresariais tem participação ativa em diversas instâncias governamentais, mas se impõe como regra para parcerias com o poder público não aceitar recursos do orçamento público, com vistas a manter a independência da instituição. As empresas públicas podem afiliar-se seguindo as mesmas regras que as empresas privadas já que atuam no mercado com os mesmos princípios de competição. Oded Grajew, desempenhou a função de Assessor Especial da Presidência da República no ano de 2003. O instituto tem sido convidado a participar de instâncias como conselhos e comitês governamentais, integrando o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, vinculado à Controladoria-Geral da União (CGU) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ambos ligados à Presidência da República. O Ethos faz parte também do Fórum Nacional de Aprendizagem, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, e da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, ligada à secretaria especial de direitos Humanos da Presidência da República. O instituto avalia que “a relação próxima com órgãos públicos tem gerado resultados positivos para o Ethos, para as empresas e para as próprias instâncias governamentais. O poder de influência do instituto no empresariado potencializa a abrangência de políticas públicas” (Ethos, 2009: 65).

Críticas normalmente recorrentes nos discursos empresariais ao Estado brasileiro, por exemplo, seu o alto grau de intervenção na economia ou a carga fiscal excessivamente alta não são encontradas nos discursos das lideranças ou nos documentos (institucionais ou de imprensa). Só para citar um exemplo emblemático Ricardo Young comentou a análise de Pámela Cox do Banco Mundial sobre as políticas sociais do governo Lula da seguinte forma: “os técnicos do Banco Mundial fizeram cálculos levando em consideração o índice Gini (...) e concluíram que os países da América Latina, sem as empresas estatais, e os países industrializados, sem os órgãos de Estado, têm índices bem próximos. Isto significa que o Estado tem, sim, um papel fundamental na distribuição de renda e que, na América Latina, ele não funciona como deveria”. O Brasil é apontado como exceção, principalmente nos últimos anos. Por outro lado, em relação à carga fiscal, o comentário enfatiza a ineficiência do Estado para minimizar as desigualdades já que: “nos países

industrializados, as cargas fiscais, altas, compensam as políticas sociais (*welfare state*). Nos países da América Latina, com exceção do Brasil, as cargas fiscais são baixas, por isso os Estados têm pouca capacidade distributiva. Em nosso país, a carga tributária é mais alta, mas o Estado também é ineficaz para distribuir estes recursos de maneira a promover igualdade social”. O problema, portanto, não é ter uma carga tributária alta, mas distribuir mal os recursos dela oriundos. Mesmo considerando que a carga tributária aqui no Brasil é alta, a sonegação fiscal é combatida pelo Ethos, pois de acordo com Grajew: “todo mundo diz: olha, o Estado não serve para nada, não nos dá retorno, vamos todos sonegar. Então, é a falência de concepção de civilização que foi construída” (FSP, 20/06/2005).

Além da ineficácia para a distribuição da renda, o Estado é acusado de oferecer serviços públicos de baixa qualidade, o que vem sendo cada vez mais associado pelo Instituto Ethos ao mecanismo de financiamento privado de campanhas e uma espécie de aliança espúria entre iniciativa privada e governos que ameaça de forma mais ampla “a credibilidade na democracia” (FSP, 05/09/2001). A ineficácia é, por último, apontada na sua forma mais conhecida na visão empresarial como incapacidade gerencial, embora muito associada às indicações, cargos de confiança e alianças políticas, sugerindo sempre a necessidade de uma reforma administrativa que promova a troca de cargos de confiança por cargos técnicos ocupados via concurso público, com o devido dimensionamento desses cargos: “o Estado brasileiro funciona muito mal. Tem grandes problemas gerenciais. Não tem uma burocracia estável. Nenhuma organização, nenhuma empresa, consegue funcionar bem com esse sistema” (Grajew, Folha de São Paulo, 20/06/2005). É apontada também a falta de agilidade na criação de políticas públicas com mecanismos institucionais traduzidos em marcos legais claros que garantam a estabilidade (este comentário foi feito em meio a um elogio ao modelo de planejamento e centralização da China). A falta de agilidade, entretanto, não é atribuída exclusivamente ao Estado: “os múltiplos públicos e as várias instâncias decisórias contribuem para que não haja agilidade na tomada de decisões” (Young citado em Marcondes, 08/10/2009). As críticas ao sistema político trazem ainda a defesa de um sistema com poucos partidos, voto distrital e fidelidade partidária.

Outros temas ligados ao funcionamento do sistema político (e não à instituição Estado, a distinção é bem evidente na documentação) também foram pontuados de forma contundente como ameaça à democracia. Dois casos podem ser citados como ilustrativos: o escândalo do mensalão em 2005 e a proposta de aumento de salários de altos funcionários públicos do judiciário e do legislativo discutida no final de 2006. Segundo

Grajew, o resultado desse tipo de atitude é que “cada cidadão se vê autorizado a buscar os seus direitos e a justiça com as próprias mãos. A perda da credibilidade da democracia e das instituições públicas acaba sempre por romper os laços de solidariedade, dinamitando a cidadania e estimulando a violência, a corrupção e a ilegalidade” (Folha de São Paulo, 06/12/2006).

Se, por um lado, o Ethos não desqualifica a instituição Estado, destacando a importância dela para a solução das questões sociais e da demarcação de marcos regulatórios, direitos e políticas públicas, bem como a disposição e a capacidade de atuar em parceria com ele, por outro, isso não significa que a entidade não “combata” o Estado. Especialmente após a guinada para a sustentabilidade, o instituto parece especialmente propenso a colocar seu projeto em disputa com os projetos de governo que venham a buscar consolidação no Estado.

Sociedade Civil

O Instituto considera de suma importância o papel da sociedade civil principalmente quando esta se organiza para exercer controle externo sobre o Estado ou para atender a demandas da população. São indícios fortes dessa forma de pensar o fato de a instituição se colocar, ela própria, como entidade da sociedade civil, e não de representação de interesses de mercado, com o dever de “controlar” o Estado de um ponto de vista cívico e as próprias empresas (as associadas que destoem dos princípios defendidos e até mesmo não associadas pela exemplaridade). É papel da sociedade civil fiscalizar, cobrar, propor e pressionar o poder público. Assim, de acordo com documentos e depoimentos publicados, o Ethos reafirma seu engajamento nas causas de outras instituições e uma ampla gama de parcerias com grupos organizados da sociedade civil no campo mesmo da RSE, da sustentabilidade e outros.

Quando o Ethos se pensa como um grupo organizado ou como parte de um “movimento” não se pensa como grupo da sociedade civil. Ao contrário, reafirma que, não obstante seja uma OSCIP, são empresários como atores sociais e, só neste sentido, a relevância e o poder da sociedade civil são mais enfatizados. De acordo com Young, “políticas distributivas, combate à pobreza, papel dos governos e das empresas precisam se articular em novas relações, num cenário no qual a sociedade civil organizada será o fiel da balança. Do seu grau de mobilização e consciência vai depender o equilíbrio das forças de

Estado e de mercado” (Young, Notícias Ethos, 17/04/2009). Para tanto, acredita que a principal ferramenta é continuar atuando como movimento, ou seja, articulando um conjunto de organizações e promovendo a convergência de suas agendas. De acordo com Paulo Itacarambi (2009a), “o Ethos está propondo uma agenda, provocando as outras organizações. Não precisa ser essa que estamos trazendo, mas temos de encontrar uma agenda para uma nova economia, focada na mudança da economia”.

Vale notar, que em alguns momentos e temas, considerados estratégicos, reafirma a vontade de estar na liderança, dentre as organizações da sociedade civil, de que são exemplos a participação no Fórum Social Mundial e a criação do Fórum Amazônia Sustentável. Sobre este último, de acordo com Ricardo Young (2009: 66), “a Amazônia reúne todos os elementos necessários para a implantação de um projeto real de desenvolvimento sustentável, sobre o qual todos nós falamos, mas que ninguém viu ainda colocado em prática. o que o Ethos podia fazer em relação a isso? Poderia se oferecer como articulador das diversas entidades, como facilitador do diálogo intersetorial na busca por consensos e por uma plataforma de ações. Foi o que fizemos no Fórum Amazônia Sustentável [um dos focos prioritários das ações do Ethos]”. O Ethos é membro do Colegiado e da Comissão executiva do Fórum juntamente com outras 13 instituições ¹⁴.

Sobre a liderança das empresas no processo de defesa da sustentabilidade, Young defende a seguinte posição: “não adianta a sociedade civil organizada agir, se as empresas não agirem. Porque as empresas não só administram a riqueza econômica, mas também são aquelas que desenvolvem e operam as tecnologias sustentáveis ou não sustentáveis. Se a sociedade civil organizada com o concurso de um segmento líder e consciente do empresariado conseguir fazer propostas consistentes de desenvolvimento sustentável isso vai induzir as políticas públicas”.

Como instrumento fundamental da sociedade civil na defesa dos interesses públicos, o instituto defende a idéia de pacto social no marco mais amplo de uma democracia participativa: “portanto, quando falamos de pacto social, falamos de um processo permanente que envolve toda a sociedade numa série de negociações e acordos sobre diversos assuntos que interessam à comunidade. É uma cultura política que acredita na participação da sociedade e na negociação como formas de lidar com os conflitos,

¹⁴ Composição da Comissão Executiva do Fórum: Agropalma; Conselho Nacional de Seringueiros – CNS; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB; Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIM; Fundação Avina; Fundação Orsa; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Instituto Centro de Vida – ICV; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON; Instituto Socioambiental – ISA; Projeto Saúde e Alegria – PSA; Vale; Wal-Mart Brasil.

construir a paz social, consolidar a democracia e produzir melhores resultados a curto e longo prazos”. (Grajew, FSP, 12/11/2002)

Além de sinalizar e agir para ter a liderança na organização do pacto social, nos documentos nota-se uma omissão em relação ao papel da sociedade civil, especialmente dos grupos não ligados ao meio empresarial, em relação ao controle externo das próprias empresas. É fato que o Ethos promove ferramentas de prestação de contas indicadoras de seus resultados também na área social e deu origem ao Akatu que promove o consumo consciente e tem dentre suas bandeiras o estímulo à prática da punição às empresas social e ambientalmente irresponsáveis. Mas em nenhum momento menciona a necessidade de que as empresas tão poderosos agentes no mundo globalizado, como os Estados, também precisam ser controladas, não deixando claro em que pontos nem os canais para isso. Essa é uma dimensão relevante no caso da Argentina, como veremos no próximo capítulo, e apontada por Veloso (2005), ao tratar da atuação socialmente responsável de gigantes multinacionais como a Coca-Cola, o McDonalds, a Nestlé e a Pepsi no Brasil, como uma demonstração de ausência de fronteiras entre ganhos econômicos e ação social bem como de construção de legitimidade social calcada na construção discursiva de que as ações de RSE daquelas empresas representam o seu compromisso mais amplo com o desenvolvimento do Brasil e a “solução” da questão social no país. De maneira mais ampla, tal dimensão é uma das principais justificativas conceituais do IBASE para a sua atuação no campo da Responsabilidade Social.

Empresas e Empresários

O primeiro ponto importante a ser destacado na percepção do Ethos sobre o papel das empresas no contexto histórico que se desenhou a partir da década de 1990 é o de que as empresas são poderosas e podem atuar como agentes de mudança. Ricardo Young e Oded Grajew (Ethos, 2009: 2), em mensagem da administração do Relatório de Sustentabilidade 2008, destacam que o instituto foi “fundado com o objetivo de engajar as empresas na construção de uma sociedade justa e sustentável, o Ethos é parte da contribuição brasileira ao movimento mundial pela sustentabilidade”. Um traço marcante na atuação do Ethos é que, não obstante sua origem e representação efetivamente empresarial, vocação amplamente reafirmada ao longo de sua trajetória, ele assume discursos e formas de ação tipicamente utilizados na linguagem e atuação de grupos organizados da sociedade civil não empresariais. Segundo Oded Grajew (2009), “isso torna

a experiência do Ethos única no Brasil e no mundo”. E tem uma razão de ser: “as empresas são muito poderosas. Elas têm um poder de pressão sobre o poder público enorme. Elas financiam o atual modelo de campanhas eleitorais, por exemplo” [contra o qual Oded posiciona-se radicalmente contra, defendendo nos documentos o financiamento público de campanhas]. O tema do poder das empresas no cenário da globalização é recorrente e muitas vezes enfatizado como forma de mudar o país, já que a mudança se faz a partir de onde está o poder.

De acordo com Ricardo Young, atual presidente do Instituto, para mobilizar a população em torno de temas como o da sustentabilidade, “as empresas têm um papel muito importante porque organizam o processo produtivo. Elas necessitam de recursos naturais, de recursos humanos e elas transformam isso em produtos. Quanto mais a escolha dos recursos, a qualidade tecnológica no processo de produção criar produtos que tenham impactos mínimos, melhor as empresas estão fazendo para o desenvolvimento sustentável”. Em outro momento, destaca que dentre os 100 PIB mundiais, 50 ou 54 são de empresas e coloca a questão: “como é que uma empresa que se equivale a um país pode se furtar a ter responsabilidades públicas”. A justificativa: “a vida no planeta está correndo risco. E nós corremos o risco de enfrentar a nossa extinção em 150 mil anos de história humana. (...) O Brasil que poderia estar liderando a cruzada pelo desenvolvimento sustentável, tem tecnologia e recursos para isso, não, destrói a sua grande vantagem competitiva por uma visão de curto prazo” (Young, 2007).

Segundo Guilherme Leal da Natura, então presidente do Conselho Deliberativo do Ethos, “a história tem nos mostrado os avanços civilizatórios que ocorrem quando os interesses econômicos se aliam a outros de dimensão social mais ampla” (FSP, 07/08/1998). Pensando dessa forma, a participação do mercado, do mundo empresarial no enfrentamento dos desafios – os problemas da iniquidade na distribuição da renda, do desemprego, da fome, da violência – é inquestionável na visão do Ethos. De acordo com os documentos, os empresários detêm poder na medida em que organizam o processo produtivo, mas também por sua capacidade de formação da opinião e atuação política.

Na visão do Ethos, os empresários brasileiros colocam, em geral, seus outros papéis, inclusive o de cidadãos, subordinados à atividade empresarial (o que coloca em risco a vida familiar, social, cultural e comunitária do empresário). O Ethos vem atuando para inverter essa hierarquia na medida em que busca conscientizar que a violência, a mão-de-obra desqualificada, os serviços públicos de baixa qualidade, os juros altos, a carga

tributária que onera a produção e a corrupção são custos enormes que prejudicam a própria atividade empresarial. Além disso, a violência é fruto da fratura social, da corrupção e dos serviços públicos deteriorados. Muitos empresários se declaram apolíticos, o que é impossível na visão da entidade, já que “o ser humano é essencialmente político”. (...) Os empresários deveriam colocar seu talento, seus conhecimentos e espírito empreendedor a serviço da democracia, participando da vida política e contribuindo com o partido político de sua preferência” (Grajew, FSP, 06/05/2002). Nesse sentido, o diálogo entre empresários e órgãos públicos é estimulado pelo Ethos, através de eventos em que líderes empresariais entram em contato com líderes políticos e de uma maior consciência e participação no processo político.

O tema das pequenas e das médias empresas, muito sensível na Argentina já que as pequenas e médias não se sentem representadas pelas entidades empresariais, parece ter sido equacionado em alguma medida pelo instituto. Vale lembrar que os próprios fundadores do Ethos, donos em sua maioria de empresas de porte médio, romperam com a FIESP, via PNBE, por sua centralização decisória e imobilismo frente ao novo cenário político-econômico (GOMES, 2007). Um indicador do tratamento dado às pequenas e médias empresas foi a criação dos Indicadores Ethos específicos para elas em parceria com o SEBRAE e a própria composição do corpo de associadas da entidade, conforme a tabela 8 abaixo. Mas é preciso destacar que, dentre os objetivos políticos da instituição, fica mais claro o papel das grandes empresas do que o das pequenas e médias.

Tabela 8 – Associadas do Ethos por porte

Porte das associadas	Total	%
Microempresa	275	21%
Pequena empresa	364	28%
Média empresa	243	19%
Grande empresa	432	33%

(*) Dados referentes a dezembro de 2008.

Fonte: Ethos, 2009, p. 52

Um fato interessante, relacionado a temas polêmicos envolvendo as empresas associadas, indica que Ethos não estabelece a disputa hegemônica de seu projeto somente com o Estado e com outros grupos da sociedade civil. As empresas e os empresários também participam do “combate”. O que nos documentos se justifica através da constante reafirmação de que a entidade é uma organização comprometida não com os interesses das empresas, mas, sim, com o movimento de transformação das práticas e dos valores

empresariais. Entretanto, isso não faz com que o instituto assuma uma atitude fiscalizadora dos seus associados.

Exemplos de embate com empresas há vários. Os casos mais polêmicos foram os do Grupo J. Pessoa do setor sucroalcooleiro, sob acusação de trabalho escravo em uma de suas usinas e o da Petrobrás que não se adequou às normas determinadas pelo CONAMA sobre a quantidade de enxofre no diesel em tempo hábil. Houve também o caso das empresas farmacêuticas a respeito da aprovação do decreto que obrigaria a venda de remédios fracionados no qual o Ethos atuou buscando criar uma articulação do setor e os casos da Basf e da Faber Castell em 2006 denunciadas por uso de trabalho infantil em suas cadeias de valor. Sobre o caso mais polêmico – o da Petrobrás em 2008 que começou questionamento público do Ethos por meio de artigo publicado por Oded Grajew na Folha de São Paulo (13/11/2008) sobre o comportamento da empresa e culminou num pedido de desassociação por parte da mesma –, passados seis meses, Young avaliou que o Ethos cumpriu seu papel. “temos a postura de exigir coerência das empresas, não fomos coniventes”. Na avaliação de Oded Grajew, os resultados do embate de ideias não foram os desejados pelo instituto. “Para o Ethos, o ideal seria ver a Petrobrás, maior empresa brasileira, tomando posição à frente do debate sobre a redução do enxofre no diesel, propondo soluções, enfrentando seus dilemas e servindo de exemplo para o movimento de sustentabilidade no País e no mundo” (Ethos, 2009, p. 48)

A nação imaginada

Em quase todas as publicações, no site e em várias ocasiões na imprensa, o Ethos reafirma que não é uma consultoria, nem uma empresa de auditoria, que não certifica o trabalho das empresas em RSE e que tampouco é um órgão de defesa dos interesses delas, mas sim de defesa do movimento de RSE. Nas análises dos tópicos acima, vemos que o instituto não se furta em exercer um papel político e de afirmar que as empresas devem fazer o mesmo, mas que este papel não se relaciona com a tradicional defesa corporativa dos interesses. Se num primeiro momento, o Ethos canalizou a promoção das práticas de responsabilidade social nas empresas com especial ênfase à qualidade do vínculo destas com seus públicos, incluindo aí a comunidade, e as maneiras de mensurar e tratar gerencialmente essa relação, agora a atuação política ganha um sentido de transformação mais voltado para a mudança do ambiente: o mercado e a economia. “Essa questão tornou-se um imperativo, porque não é possível uma empresa ser sustentável em um mercado que

não compartilhe desses valores” (Young, 2009, p. 9). “A mobilização voluntária das empresas em torno de uma mudança de cultura de gestão tem esbarrado em limites que põem em risco o avanço da sustentabilidade, como a falta de referências no mercado que balizem o nível de exigência da sociedade em relação ao comportamento das empresas. Por isso a necessidade de trabalhar o âmbito da economia”, de acordo com Paulo Itacarambi (2009: 9). O papel catalisador dessa articulação coletiva inclui, na visão da entidade, a construção de uma Agenda Nacional para o desenvolvimento de uma economia inclusiva, verde e responsável.

Tal mudança foi sinalizada já em 2006 com o lançamento do Manifesto pela Sustentabilidade. Este ano foi considerado “emblemático” por Young (2008), uma vez que descobriu-se que “o aquecimento global era a febre da doença do modelo insustentável que nós vivemos. O que implica uma visão de riscos mas também de abertura de oportunidades pela inovação”. Antes de 2006, de acordo com Ricardo Young (2009, p. 9), “o Ethos estava focado na questão da responsabilidade social dentro das empresas, sem uma ligação clara com a estratégia de desenvolvimento do País.(...) Para dar força e continuidade a essa mobilização, pretendemos participar mais ativamente da construção de parcerias e de políticas públicas”. No documento, seus signatários, Young e Grajew, chamam a atenção para o fato de que o tema da sustentabilidade não chegou aos projetos e programas de ação dos presidenciáveis nem às entidades empresariais representativas. Acontece que, “ao desprezar o desenvolvimento sustentável como alternativa para a sociedade, o Brasil comete um erro triplo: 1) não potencializar sua condição única nas áreas de energia limpa, biodiversidade e inclusão social na base da pirâmide; 2) continuar insistindo num modelo de crescimento que exclui milhões de brasileiros, os quais, de outra maneira, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, serão incluídos também como protagonistas do processo de crescimento; 3) continuar queimando florestas, desperdiçando riquezas e destruindo sua biodiversidade, hipotecando das gerações futuras a condição de emancipação, dignidade e cidadania global. Com isso, permanecerá ocupando vergonhosas posições nos *rankings* de desenvolvimento humano e de corrupção, bem como a de um dos maiores emissores de carbono do mundo” (Young e Grajew, 2006). O compromisso do instituto é que o desenvolvimento sustentável torne-se então o “verdadeiro projeto do Brasil”, com inclusão social e dignidade.

Dois caminhos se destacam para pensar a consolidação desse projeto de país que envolvem duas vertentes de trabalho: uma de caráter nacional e outra de caráter

internacional. Para Ricardo Young, a comunidade do Ethos “é o mercado”. Para Caio Magri, assessor de políticas públicas, “é o território nacional, impactado por meio das políticas públicas com as quais o Ethos se envolve” (Ethos, 2009, p. 56). Em termos estratégicos, a comunidade é entendida como a cidade de São Paulo (destacada como centro dos negócios e produtora da maior parte da riqueza do país), como todo o país e, em última instância, como o movimento de RSE no Brasil e no mundo. Nesse sentido, são direcionados esforços em ações que influenciem a “comunidade” no seu sentido mais amplo.

Do ponto de vista nacional, só para citar alguns exemplos, o projeto Rede Empresarial pela Sustentabilidade que, em 2008, significou a realização de 102 eventos presenciais de mobilização no distrito Federal e em oito estados brasileiros: SP (interior), BA, ES, GO, MG, PE, RJ e PR. “a Rede representa um empenho nosso para levar o movimento da sustentabilidade para todo o Brasil. Em 2001, as empresas associadas de fora de São Paulo representavam 18% do quadro de associadas, em 2008 somavam 46% (Ethos, 2009). Outro exemplo de instrumento para pensar e atuar na construção política da comunidade como nação (e uma nação pensada pelo grupo) são os pactos. A experiência dos pactos é vista pela entidade como exemplar em relação ao poder de pressão das ações coletivas. Para isso, as parcerias são fundamentais. A construção do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, por exemplo, é fruto da parceria entre o Ethos, a ONG Repórter Brasil, a OIT e o Instituto Observatório Social. Já o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção que defende um compromisso voluntário das empresas em favor da ética nos negócios é uma iniciativa conjunta do Instituto Ethos, da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, do PNUD, do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime – UNODC, do Fórum Econômico Mundial e do Comitê Brasileiro do Pacto Global. Conta, ainda, com o apoio da Associação Brasileira das Agências de Publicidade – ABAP e da Fundação Ford. Ainda na perspectiva da ação política para a construção da nação, podemos citar o Movimento Nossa São Paulo que trabalha no controle externo do poder público, tomando a cidade como universo de referência. Evidencia o papel indutor buscado atualmente pelo Ethos no fomento à elaboração de políticas públicas e na mobilização de organizações de naturezas diversas e já tem similares em Belém, Belo Horizonte (ressalte-se que em Minas Gerais o movimento é capitaneado pelo Conselho de Cidadania da FIEMG), Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e outras quinze cidades brasileiras, trabalhando também na forma de Rede Social Brasileira

por Cidades Justas e Sustentáveis desde 2008. Outra iniciativa prioritária para o Ethos, articulada pelo Movimento Nossa São Paulo e pelo Fórum Amazônia Sustentável, buscando criar umnexo entre os dois projetos, é o Conexões Sustentáveis, partindo do suposto de que não é possível frear a devastação da Amazônia enquanto houver mercado demandando e sustentando a depredação.

A outra frente de atuação que denota a luta pela construção da nação imaginada pelo Ethos é justamente a internacional. A busca por projetar o Brasil e a economia brasileira no cenário global e de ter liderança, nesse sentido, por levar para fora do país o projeto de nação imaginado pelo grupo. No âmbito latinoamericano, há um conjunto de países e organizações participantes do Programa Latinoamericano de Responsabilidade Social Empresarial – PLARSE (Fundación COBORSE – Bolívia; Instituto Ethos – Brasil; CCRE– Colômbia; CERES – Equador; UNIRSE – Nicarágua; ADEC – Paraguai e Peru 2021– Peru). A articulação das empresas é feita por meio da implementação de três projetos do Ethos (Programa RSE na Mídia, Programa RSE no Combate à Pobreza e os Indicadores Ethos), sob a coordenação local das organizações parceiras. A relação do Ethos com organizações internacionais intensificou-se nos últimos anos. O instituto participa da coordenação executiva da *Round Table on Responsible Soy Association* – RTRS, bem como do conselho mundial do Pacto Global e do Conselho de Administração da GRI. O Conselho Internacional do Ethos também é composto por representantes de 21 organizações internacionais, dentre as quais destacam-se: a *Accountability*, a BSR, a Anistia Internacional e a GRI. Além disso, o instituto assumiu compromissos internacionais de disseminar no Brasil ações estratégicas mundiais ligadas à RSE, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, os princípios do Pacto Global (inclusive sedia a secretaria-executiva do Comitê Brasileiro do Pacto Global) e a aplicação da GRI. Outra atividade internacional é a participação na construção da norma ISO 26000.

Num debate promovido pelo instituto com a presença de Ignacy Sachs, professor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, há também indicadores do tipo de nação pensada pelo Ethos. Sachs defende a criação de uma “Economia da Biomassa”, na qual o Brasil tem uma vantagem competitiva muito forte no cenário internacional: “a capacidade brasileira de produzir alimentos, energia e matérias-primas a partir de biomassa e biotecnologia é incomparável”. Há várias oportunidades nesse sentido, como a necessidade de reforçar e expandir “as redes de serviços sociais; a ampliação do perímetro das redes de economia solidária; a criação de uma Agenda Verde (e amarela) com critérios

ambientais e sociais em pé de igualdade”. Na visão proposta por Sachs, amplamente inspiradora para as lideranças do Ethos, o Brasil detém os seguintes elementos para fazer a transição rápida e eficaz para uma economia de terceira geração como: “sistema financeiro público forte; políticas sociais eficazes, como os programas de transferência de renda e os territórios da cidadania; pesquisa de classe internacional (a exemplo dos trabalhos da Embrapa, do INPE, do INPA, das Universidades); e uma indústria capaz de produzir os equipamentos necessários para a nova economia” (Econotícias, 2009).

Por tudo isso, é que Paulo Itacarambi (2009) concluiu, em entrevista que avaliou a Conferência Internacional de 2009, que o Ethos agora precisa “ter foco no que é estratégico, pois não dá pra atuar em tudo. Elaborar, junto com as empresas e com as outras organizações do movimento, propostas de política econômica, de regulamentação. Tudo isso em torno de uma visão de país. Então o que vai nortear toda essa elaboração, tanto de políticas macro quanto de propostas de regulamentação é a prática empresarial concreta e, acima disso, a construção de uma visão de país que tenha uma nova economia a ampará-la. Tem de ser algo que inclua tanto lideranças do meio empresarial quanto da sociedade e públicas, que formulem um projeto de país, com propostas de políticas econômicas, de práticas empresariais e de mudanças no mercado, e integrem as questões que são centrais para o desenvolvimento sustentável. É preciso reunir lideranças que tenham peso forte no PIB, peso político, peso na sociedade, que sejam representativas e reconhecidas pela sociedade. Só assim vamos conseguir fazer as mudanças”.

A celebração do vínculo e o dom

Localizar a troca-dáviva no trabalho do Ethos, diz respeito à tarefa de identificar a qualidade dos vínculos que o instituto defende que as empresas passem a estabelecer com seus públicos (o que nem sempre se verifica nas práticas empresariais de RSE), bem como dos vínculos que ele mesmo como organização pretende constituir. Seguindo a lógica que orienta a troca-dáviva explicitada no capítulo 1, isso não significa abrir mão dos interesses, mas vê-los e experimentá-los fora da lógica exclusivamente racional do mercado para dar lugar à dimensão do vínculo relacionada com os valores. Essa dimensão é experimentada com certo fascínio pelas lideranças e traduz-se em alguns documentos, os quais tentaremos apontar a partir de alguns indicadores, embora talvez o maior indicador seja mesmo a atuação da entidade vista em função dos objetivos que se propõe, hoje sintetizados como

uma ampla revisão dos modelos de desenvolvimento desenhados no final do século XIX e no decorrer do século XX e, frente à idéia de que um outro mundo é possível¹⁵, rever as noções de desenvolvimento econômico, progresso e individualismo (substituindo-as por, respectivamente: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e interdependência nas redes sociais).

Um primeiro aspecto do “fascínio” e das crenças que alimentam a atuação das lideranças do Ethos diz respeito à idéia de que perdas podem significar ganhos e ganhos podem significar perdas. O lucro econômico em si mesmo não é um bom indicador de sucesso de uma empresa. Na perspectiva da sustentabilidade, está em pauta a “geração de valor” e este valor é simultaneamente triplo: econômico, social e ambiental. Temas como os Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município – IRBEM, inspirado numa iniciativa do governo francês em rever o cálculo do PIB para incorporar valores como saúde, educação e felicidade tem sido discutidos e estudados com afinco pela entidade, hoje levados adiante pelo Movimento Nossa São Paulo. Tomou a Carta da Terra como princípio orientador de sua opção pela sustentabilidade. A idéia de um consumo consciente (é preciso lembrar que o Instituto Akatu de Consumo Consciente teve sua gênese dentro do Ethos) que não leva em consideração apenas as vantagens econômicas dos produtos e serviços oferecidos no mercado, mas também seus impactos sociais e ambientais vem reforçar essa idéia. Segundo Hélio Mattar, presidente do Akatu e um dos fundadores do Ethos, “e assim, ao final de cada dia, quando cada um de nós se perguntar sobre o que fez hoje para melhorar a vida dos que sofrem, dos que estão impedidos de se realizarem minimamente como humanos, para melhorar as condições ambientais para que a vida possa continuar em nosso planeta, teremos uma resposta. Teremos consumido com nossa consciência voltada para os outros, e não somente para nós mesmos, tornando o consumo um ato de solidariedade (Hélio Mattar, FSP, 03/01/2008).

¹⁵ Essa foi a motivação da criação do Fórum Social Mundial, do qual Oded Grajew foi um dos idealizadores. “Criar o Fórum Social Mundial, um espaço de encontro da sociedade civil, a ser realizado na mesma data do Fórum Econômico Mundial, tinha para mim três grandes finalidades: mostrar que podemos e devemos escolher o mundo que queremos, entre uma sociedade onde o social esteja a serviço do econômico ou o econômico a serviço do social, entre sermos cidadãos ou só produtores e consumidores, entre construir apenas mercados ou formar comunidades, escolher a competição ou a solidariedade, decidir entre valores apenas monetários ou acima de tudo humanos; ter um espaço para protestar, refletir, analisar, mas principalmente para apresentar propostas e dar visibilidade a práticas que priorizam o desenvolvimento humano; oferecer um espaço de encontro para que pessoas e entidades que têm uma visão de mundo parecida possam se articular a fim de promover principalmente ações concretas” (Grajew, FSP, 05 de janeiro de 2004).

Outro aspecto, mais formal e talvez mais simples, diz respeito à necessidade de sair de um lugar que é próprio e colocar-se no lugar do outro. Dentro da documentação, encontramos um exemplo que talvez seja singular, mas que, sem dúvida, é emblemático desse tipo de atuação. Ao apresentar a mobilização realizada na Amazônia por um novo padrão de desenvolvimento e o surgimento do Fórum Amazônia Sustentável, o relato é ilustrativo: “as primeiras reuniões foram feitas no hotel, sob ar condicionado e empresários vestindo ternos. Durante a noite, para celebrar, o grupo participou de uma cerimônia às margens do mítico lago Verde, iluminada por uma fogueira e pelo brilho das estrelas. O encontro foi promovido por Davi Kopenawa, presidente Hutukara-Yanomami. naquele momento, os participantes perceberam que não fazia sentido debater o futuro dos inestimáveis recursos naturais da Amazônia em uma sala que poderia ser de qualquer hotel cinco estrelas do mundo. Ar-condicionado, tecnologias e ternos foram deixados de lado e, dali em diante, as deliberações ocorreram na beira do rio, à sombra das seringueiras” (Ethos, 2009).

Na série de documentos de Reflexão, elaborados para debates internos e publicados no site institucional, também encontramos idéias e textos orientadores em relação à necessidade de outras qualidades para selar o vínculo que as empresas estabelecem com seus públicos de interesse. Destacam-se a generosidade, o agrupamento (*cluster*), a confiança e o agir em rede com textos literários e teóricos que possam balizar um agir ético e responsável na visão da entidade.

5.2.2 FIESP

Histórico

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP é uma entidade sindical que foi criada em 1942, como um desdobramento da Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, criada em 1931 (ambas as entidades já atuaram juntas e de forma separada ao longo da história, mas são duas personalidades jurídicas diferentes). O objetivo da instituição é representar os interesses industriais de São Paulo (embora na documentação a entidade se coloque como entidade que defende os interesses da indústria nacional ou simplesmente os interesses nacionais), de forma geral enunciados como a defesa da iniciativa privada e da economia de mercado. É formada por 132 sindicatos associados, aproximadamente 150 mil indústrias, 51 escritórios regionais no estado de São

Paulo, 10 Conselhos Superiores Temáticos coordenados pelo Instituto Roberto Simonsen, considerado o centro de estudos avançados da entidade onde são pensados os chamados “grandes temas estratégicos nacionais”, e 10 Comitês – 6 para setores de atividade econômica específica e 4 especiais. O trabalho de construção dos posicionamentos e das formulações políticas da entidade conta com o apoio de empresários voluntários “em prol do desenvolvimento da nossa indústria e País” (www.fiesp.br).

A discussão do tema da RSE é precoce em São Paulo, tendo surgido junto com o debate da desestatização e das parcerias público-privadas propostos na gestão de Mário de Covas como governador do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as empresas privadas têm uma responsabilidade social para além do lucro. Vista com entusiasmo pela FIESP, dentre outros atores, a iniciativa foi comentada pelo então presidente da instituição, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, como resultado do fato de que “o modelo estatal acabou” (FSP, 10/10/1995). Em artigo intitulado “Tem Remédio” do jornalista Gilberto Dimenstein, no qual comenta que o tema da RS é moda (à direita e à esquerda) frente à aceitação da economia de mercado e defende que isso poderia dar muito certo no Brasil, menciona que a FIESP parece atenta ao tema: “recebi ontem telefonema de Jorge Cunha Lima, da TV Cultura de São Paulo. Ele informou que a FIESP está para aprovar apoio aos programas educativos infantis” (FSP, 03/04/1996). Em outro artigo, o mesmo jornalista defende uma mudança de mentalidade no empresariado brasileiro citando o fato de que “a FIESP tenha empunhado a bandeira contra a violência na campanha Reage São Paulo” (FSP, 25/08/1996). Apesar de precoce, o tratamento dado ao tema na documentação consultada é fragmentado e bastante superficial até o ano de 2003, contando apenas com algumas notas de imprensa esporádicas.

A formalização de uma preocupação com a RSE e com um trabalho de disseminação do conceito começa a ganhar mais corpo na gestão de Paulo Skaf (2002-2006/2007-2011), apesar de a instituição contar com um grupo de trabalho na temática desde 1994 e a criação do Núcleo de Ação Social tenha ocorrido em 2002, sob a presidência de Horácio Lafer Piva, tendo realizado no ano de 2003 uma pesquisa em parceria com a CIESP (op. cit., 2003). Em 2004 o tema passa a ser tratado no âmbito dos comitês especiais da entidade, cujos respectivos temas são ação cultural, empreendedorismo jovem, relações institucionais e governamentais de São Paulo e responsabilidade social. Além do Comitê de Responsabilidade Social – CORES, um dos conselhos sob a coordenação do Instituto Roberto Simonsen é o Conselho Superior

Temático de Responsabilidade Social – CONSOCIAL (criado em 2006). O CONSOCIAL respalda o trabalho do CORES atualmente presidido pela empresária industrial Eliane Pinheiro Belfort Mattos. O CORES, de acordo com Eliane Belfort “tem a missão de difundir o conceito de responsabilidade social corporativa como ferramenta de gestão para a competitividade, o crescimento, o lucro e a inserção internacional” (Folder Mostra, 2009). O tom bastante pragmático da diretora do CORES é suavizado na definição da missão institucional que figura no site institucional da FIESP: “oferecer estratégias e ferramentas que auxiliem os industriais na formulação e implantação de políticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), levando-se em conta as exigências legais, os compromissos éticos e a preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das atividades” (www.fiesp.com.br)

As principais atividades ligadas ao Cores são: o Programa Sou Legal, a Mostra do Sistema FIESP de Responsabilidade Socioambiental promovida desde 2007 (em parceria com o CIESP, o SESI, o SENAI, o Departamento de Meio Ambiente e com apoio do CONSOCIAL e do Conselho Superior de Meio Ambiente - COSEMA), a manutenção de um GT Temático de Saúde e dois fóruns (o Fórum Permanente de Inclusão Econômica da Pessoa com Deficiência e o Fórum do Negro) e o incentivo à utilização do benefício de isenção fiscal para apoio ao Fundo Municipal de Direitos da Criança – FUMCAD.

O Programa Sou Legal que consiste de uma estrutura básica de conteúdos sobre as práticas de RS que podem ser replicados em seminários dentre as afiliadas, incluindo as regionais. Os conteúdos apresentados são originados de um conjunto de instituições (incluindo o Ethos e o Akatu) e não produzidos pela própria FIESP. Os seminários são realizados por solicitação dos sindicatos, sendo abordados os seguintes temas: qualidade de vida voltada para os colaboradores e seus familiares, educação, saúde, esporte e lazer, como fatores do desenvolvimento humano que levam ao comprometimento, à criatividade, à produtividade e à excelência. São apresentadas as diferentes ferramentas disponibilizadas pelo sistema SESI, SENAI, SEBRAE e pelos demais parceiros do Sou Legal. As ações do Programa envolvem ainda informações pró-transparência nas empresas, os aspectos legais dos financiamentos de campanhas eleitorais, os riscos e conseqüências do não cumprimento de obrigações tributárias, trabalhistas e ambientais. Já a Mostra de Responsabilidade Socioambiental tem por objetivo, segundo os documentos, “consolidar uma pauta afirmativa”, para além dos balanços sociais, e criar articulação entre as empresas participantes em relação ao tema do desenvolvimento sustentável com

“repercussões positivas para as corporações” (Folder Mostra, 2009). Para as duas últimas edições (2008 e 2009) foram criados uma Mostra de Produtos Sustentáveis e uma premiação denominada Selo Sustentax.

Tem recebido especial atenção da entidade o tema da inclusão de deficientes físicos: publicou em parceria com a OAB São Paulo um Guia dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2007) e mantém um Fórum Permanente de Discussão sobre o tema desde 2004 (a partir de 2006, o Fórum passou a ter a coordenação executiva do CORES, antes disso o tema não estava vinculado ao conceito de RS). O Fórum é apresentado como um espaço permanente de trocas de experiências e aprendizagem a fim de favorecer as iniciativas de inclusão econômica e o cumprimento da Lei de Cotas (Lei Federal n 8.213/91). De acordo com dados do Censo de 2000, há no Estado de São Paulo 4,2 milhões de pessoas com alguma deficiência. No país, das 24,6 milhões de pessoas (14,5% da população) que apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência, apenas nove milhões estão ocupadas. Ou seja, o tema tem alta relevância social. No entanto, o tratamento dado à questão tem sido variável. Em 2005, quando a chefe de fiscalização da DRT-SP declarou publicamente que a indisponibilidade de vagas se dá por discriminação dos empresários, Eliane Belfort respondeu que muitas vezes as empresas têm dificuldade de encontrar deficientes capacitados para preencher a cota e temem perder competitividade frente à concorrência. "Tem de empregar com qualidade, com eficiência. Ele não deve ser olhado como o coitadinho." (FSP, 19/09/2005). Já em 2007, quando as autoridades públicas passaram a pressionar pelo cumprimento das cotas para pessoas portadoras de deficiência, as empresas começaram a discutir formas para flexibilizar a legislação ou os prazos para sua aplicação e algumas idéias nesse sentido foram encaminhadas aos deputados federais (as principais: 1- manutenção do benefício previdenciário mesmo que o portador de deficiência conseguisse emprego, o que implicaria uma modificação da LOAS; 2- utilização do valor relativo à folha de pagamento da cota para fins de capacitação). Segundo Eliane Belfort, "as cotas são importantes, ninguém discute. Mas elas não bastam para incluir o deficiente, pois as pessoas precisam de educação, capacitação, transporte, infra-estrutura para circular e atendimento médico especializado. E a inclusão não é uma tarefa só da iniciativa privada. É também da sociedade e do governo" (FSP, 27/03/2007).

O CORES também tem trabalhado o tema do auxílio a crianças e adolescentes via parceria com o poder público. Belfort explica que uma das premissas deste programa é a Lei Federal 8069/90, que possibilita a Pessoas Físicas e Jurídicas doarem até 1% (jurídicas)

e até 6% (físicas) do valor do Imposto de Renda devido para projetos sociais. A FIESP divulgou e disponibilizou em seu site um software, desenvolvido pelo Grupo Gerdau, que permite calcular o valor que pode ser deduzido do Imposto de Renda para ser doado e, ainda, escolher as entidades sociais para destinar as suas doações, entre aquelas devidamente cadastradas pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa ferramenta, na visão da entidade, permite a manutenção e ampliação da rede de proteção à criança e ao adolescente. O objetivo do CORES com este programa é disseminar a legislação e oferecer informações sobre como proceder. “Sabemos que o software, licenciado também pela Prefeitura do Município de São Paulo, após evento de divulgação realizado na FIESP, em 2005, fomentou as doações para o FUMCAD – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo. O FUMCAD passou de uma verba de R\$ 1 milhão, em 2004, para a arrecadação de mais de R\$ 70 milhões, em 2006”.

Em 1999, sob a direção de Horácio Lafer Piva, a FIESP participou de ato público juntamente com o Ethos e a Abrinq contra a discriminação e em prol da erradicação do trabalho infantil, como parte das atividades da 2ª Conferência de Responsabilidade Social das Américas. O fato foi noticiado na imprensa, destacando a importância do evento e da participação de instituições “de peso” como a FIESP (FSP, 27/06/1999). Ainda em 1999, a FIESP recebeu uma proposta do Ethos de atuar para que as indústrias cumprissem a “lei do aprendiz” (uma obrigação prevista na CLT na qual as empresas devem ter em seus quadros 5 a 15% de jovens entre 14 e 16 anos), mas contratando menores que estivessem em regime de liberdade assistida. A idéia era a de que a FIESP assumisse uma mobilização entre as indústrias para que a lei fosse cumprida. "Dessa forma estaremos envolvendo a sociedade civil num esforço para ampliar as oportunidades para que esses jovens sejam reencaminhados à sociedade" (Grajew, FSP, 06/12/1999). Mas o tema não recebeu ações específicas por parte da entidade, não obstante ela possua programas para inserir menores no mercado de trabalho. Em 2005 foi uma das entidades signatárias do Pacto pela Integridade e Contra a Corrupção articulado pelo Ethos.

Em 2001, Horácio Lafer Piva recebeu o selo Empresa Cidadã, da Câmara Municipal de São Paulo, pelas realizações sociais da FIESP (o CIEE-SP havia sido laureado em 1999). Piva também escolheu como prioridade para seu segundo mandato na presidência da entidade divulgar a RS entre as empresas. Em 2002, essa prioridade consolidou-se na apresentação de uma proposta de política econômica aos candidatos à

presidência da República que pedia “o crescimento da economia, aumento da taxa de escolarização, criação de 4,8 milhões de empregos, redução da pobreza e da mortalidade infantil”. Sem dúvida temas que expressam preocupação com a questão social no Brasil, mas que chegam na forma de mudanças na política econômica, sob a justificativa de que “o empresariado brasileiro sente a necessidade de definição do eixo do modelo de desenvolvimento do capitalismo nacional”. No mesmo ano, lança em parceria com o Ethos, a cartilha "A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral", com orientações de como as empresas privadas podem participar de campanhas eleitorais de forma ética. Após a vitória de Lula nas eleições de 2002, a entidade participou do pacto social proposto pelo presidente, sendo que sua primeira proposta foi a de um congelamento dos salários (FSP, 17/11/2002)¹⁶.

Em 2003, na Feira Internacional de Papel e Indústria Gráfica, a FIESP lançou o "Guia Técnico Ambiental da Indústria Gráfica", feito em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e o Sindicato das Indústrias Gráficas de São Paulo. Vale ressaltar que desde 1995, a entidade concede um prêmio por Mérito Ambiental, sob a responsabilidade de seu Departamento de Meio Ambiente e desde 2006, oferece também o Prêmio de Conservação e Uso Racional de Energia (que a partir de 2002, incluiu a participação de empresas de porte médio). Não há uma relação clara entre essa ação e as atividades de divulgação do conceito de RS, sendo o tema ambiental tratado separadamente da RSE. A partir de 2007 passa a usar mais amplamente o termo Responsabilidade Socioambiental. A idéia de um controle externo ao Estado como entidade da sociedade civil aparece em projetos como o Comitê de Assuntos Legislativos e Políticos, criado em 2006, com o objetivo de monitorar no Congresso Nacional os projetos de interesse do setor empresarial mas que também servem para a entidade preparar-se para aprovar projetos que desonerassem o setor produtivo. Foi ainda nesse mesmo ano, que a FIESP lançou um portal na internet com o objetivo de disponibilizar aos sindicatos afiliados informações *on-line* sobre projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e

¹⁶ O congelamento de salários proposto pela FIESP foi comentado por de Eli Diniz em entrevista a Elio Gaspari: “Isso faz parte do processo. Cada ator expressa a sua visão particular. Compete a uma instância superior orientar os debates, os pleitos e os caminhos dos consensos. Acredito que no essencial haja uma posição agregadora de nomes expressivos do empresariado. Foi esse elemento de agregação que permitiu a formação de pactos nas sociedades européias e foi disso que resultou o apoio dado na Alemanha e nos países nórdicos ao estado de bem-estar social. O empresariado brasileiro nunca teve essa experiência. Historicamente, ele se habituou a tramitar os seus interesses junto ao Estado, mas foi cego para o aspecto da responsabilidade social. O pacto que Lula está propondo e o conselho que se está organizando são uma maneira de conduzir essa mudança” (FSP, 17/11/2002)

com o apoio do escritório da entidade em Brasília, os empresários poderiam fazer contato direto com os congressistas envolvidos na tramitação. Sobre o tema, o presidente da FIESP Paulo Skaf comentou: "não queremos mais chorar leite derramado ou bomba já estourada. Vamos fazer uma guerra para levar à frente nossa obsessão com o crescimento econômico" (FSP, 08/10/2006). O tema também não aparece vinculado à RSE, ou seja, pensando o governo como parte interessada da instituição.

Conceito de RSE

O que a documentação aponta é que o pragmatismo dá contornos ao conceito para a FIESP, pois sempre que a entidade tenta delinear o tema, o faz buscando destacar o que a empresa ganha ao realizar uma ação de RSE. Há a utilização do conceito de *stakeholders*, porém, de uma maneira geral, a RSE aparece como forma da empresa "aprimorar sua imagem" junto às chamadas partes interessadas. Quando pensa no consumidor, o vê como "mais informado e consciente", privilegiando empresas que "disponibilizam informações detalhadas sobre sua cadeia de suprimentos, sua produção e o impacto social e ambiental que a mesma causa". Quando a entidade pensa o Estado (palavra pouco utilizada nos documentos), este é visto como "o maior entrave para a indústria melhorar seu poder de competitividade" (FSP, 26/10/2005). Quando pensa a concorrência, o ganho que as empresas que colocam a RSE em sua estratégia é, segundo a entidade, tornar-se mais competitiva e ter um diferencial importante frente à concorrência num mercado exigente. Aliás, o conceito de sustentabilidade, mostra-se especialmente importante para as empresas brasileiras que "atuam em setores de maior competitividade ou comoditizados, que têm sua imagem comprometida por artigos negativos, que são divulgados nos principais veículos internacionais de forma sensacionalista, prejudicando o produto nacional".

Quando a entidade pensa o público interno das empresas, as estratégias de desenvolvimento, crescimento e qualidade de vida acredita que o retorno é a motivação das pessoas e o resultado final, o aumento da produtividade e da competitividade. Para Belfort, a idéia é conscientizar os empresários que RSE não é somente filantropia ou ação social, mas também o exercício da ética e da cidadania dentro da própria indústria. "Acreditamos que o crescimento da moderna abordagem em RSE constitui-se no gerenciamento de programas que se voltem para outras áreas envolvidas com a questão como a prevenção de doenças, acidentes no trabalho, educação corporativa, redução do sedentarismo, maus hábitos alimentares, stress, tabagismo, aposentadoria, cultura e lazer, bem-estar,

espiritualidade, desenvolvimento intelectual e também, ações sociais. É importante lembrar que os profissionais que atuam com responsabilidade social e qualidade de vida devem, além dos conhecimentos intelectuais das modernas ferramentas de gestão, ter o que Dalai Lama chama de ‘valores humanos essenciais’. Isso significa ser uma pessoa boa, delicada, que se relaciona com as outras com cordialidade, afeição honestidade e sinceridade”. Segundo ela, é fundamental que as empresas pensem e atuem com coerência no tema da sustentabilidade. "Qual o sentido de uma companhia promover um programa de alfabetização na comunidade e ainda possuir analfabetos entre os seus operários de chão de fábrica?". Exceção feita às grandes corporações, ela diz que esse tipo de incoerência é uma realidade comum, sobretudo nas empresas de menor porte. (Belfort, FSP, 31/07/2007)

O tema do retorno financeiro da RSE e, complementarmente, o de fazer as obrigações legais – as previstas no âmbito jurídico e fiscal – são centrais também na documentação retirada da imprensa. "Queremos que cada indústria, mesmo as pequenas e médias, identifique-se com os projetos executados por outras, similares, e criem uma linha de desenvolvimento sustentável", comenta a diretora da FIESP sobre os projetos da Mostra de Responsabilidade Socioambiental 2007. "O que se faz no entorno da fábrica também influencia o que acontece dentro. O empresário, em muitos casos, é uma pessoa respeitada na comunidade e que tem o dever de emprestar o seu valor para os conselhos comunitários", sugere a diretora do CORES ao comentar a relação entre empresários e poder público. Para tanto, é fundamental que as empresas exerçam "práticas legais", de respeito às legislações trabalhista, tributária e ambiental. (FSP, 31/07/2007)

Na voz de algumas lideranças permanece, entretanto, a visão de que a RSE é cuidar bem do seu próprio negócio. Irresponsabilidade é o conformismo, é negar a “garra empreendedora”, “o espírito animal segundo Keynes” que anima o empresário a buscar sempre o aumento da produção e a oferecer sempre o maior número de empregos (Steinbruch, Altenfelder, 1º Skaf).

Em 2007, um novo tipo de percepção do conceito parece se delinear e a entidade passa a usar o termo Responsabilidade Socioambiental (vale lembrar que foi nesse ano que ocorreu a divulgação do último grande relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC da ONU). Num primeiro momento, isso se traduz na voz da diretora do CORES no anúncio de um outro tipo de preocupação que não os ganhos exclusivos de imagem extrínsecos à administração: "não adianta a empresa ter um departamento para cuidar dos projetos socioambientais ou alocá-los no marketing se o

assunto não está de fato incorporado ao seu dia-a-dia, se não é entendido como uma ferramenta de gestão. Provavelmente, isso faria com que o funcionário que tivesse atendido os telefonemas soubesse tratar a demanda de maneira adequada". Para ela então a RS "tem de começar de dentro para fora. Muitas vezes, infelizmente, o que vemos é muita gente fazendo somente para fora, somente para sair bem na foto de um movimento que ganhou importância" (FSP, 30/10/2007). Na Mostra de Responsabilidade Socioambiental 2009, a diretora do CORES reitera sua posição: "a responsabilidade é de cada um. Nós não mudamos o mundo, mudamos a gestão". Dentre as empresas participantes deste evento, a tônica foi a de que a criação de produtos sustentáveis é muito gratificante para todos os envolvidos – empresários e trabalhadores – e de que isso propiciou o aumento de vendas, a conquista de um novo nicho de mercado ou a expansão do mercado para o exterior.

De acordo com Eliane Belfort, "Responsabilidade Socioambiental é o exercício da ética e da cidadania com respeito a todas as formas de vida. Responsabilidade Socioambiental Corporativa é a atuação cidadã da empresa, que não pode ser confundida com ação social ou filantropia. É a incorporação dos conceitos de Responsabilidade Socioambiental em toda a sua gestão, visando a melhoria de condição de trabalho e vida de seus funcionários, a competitividade, o crescimento, o lucro, enfim, a sustentabilidade". O Programa Sou Legal é, na ótica da entidade, um modelo de como difundir o conceito de RS como uma ferramenta de gestão para a competitividade, o crescimento e o lucro das empresas. Segundo a FIESP é possível implantar políticas de Responsabilidade Social Empresarial, sem onerar o orçamento, identificando ferramentas que podem melhorar a produtividade, a qualidade dos produtos e contribuir para o crescimento do país e de toda a sociedade.

Mas, mesmo quando a questão ambiental torna-se a tônica, o que ocorre mais recentemente nos anos de 2008 e principalmente de 2009, o molde do pragmatismo ainda é fortemente presente. Assim, ao comentar as iniciativas de incentivo à Produção Mais Limpa, o presidente Paulo Skaf destaca, além do conteúdo humano e ambiental, o seu resultado mais palpável: a economia de recursos e os consequentes ganhos de competitividade, o que a torna não um ônus, mas um bônus (Skaf, abertura da III Mostra de Responsabilidade Socioambiental, 2009). A diretora do CORES garante que o tema da sustentabilidade tem ganhado espaço e ficado cada vez mais forte no meio empresarial porque ele tem um resultado tangível: "é bom para o ser humano, bom para o meio ambiente, bom para o consumidor e bom para os negócios. No início, o empresariado

seguia a legislação ambiental a contra gosto porque era lei. Hoje, os empresários fazem mais do que está previsto na lei por causa do retorno” (Belfort, 2009)

Questão Social – percepção da pobreza e das desigualdades

O tema da pobreza e das desigualdades é pouco abordado pela entidade na documentação. Não há indícios claros de seu reconhecimento como uma prioridade, nem tampouco de que seja um dos mais graves problemas do Brasil. Há, é claro, mostras de indignação em relação ao problema da pobreza: “é preciso perguntar: queremos assistir e atender os excluídos, ou, terminar com a exclusão? Sob a ótica desta Federação, queremos terminar com a exclusão. Discutir, buscar soluções e chamar a sociedade civil para o debate é a proposta da FIESP, para firmarmos um pacto pelo desenvolvimento econômico e social, com a erradicação da pobreza” (Paulo Skaf, www.fiesp.com.br). Porém sem um delineamento claro de um conjunto de ações no enfrentamento do problema.

Em 2005, um dos poucos registros, aparece o fato de que o Brasil figura pessimamente ranqueado no IDH da ONU. Para melhorar essa situação e a do problema da violência “só o aumento da oferta de oportunidades e da renda do trabalhador brasileiro irá ajudar a reduzir um mal que hoje tanto aflige a sociedade. Ninguém mais pode fingir, se quiser continuar morando no Brasil, que ignora essa realidade (FSP, 17/03/2005).

Em maio de 2006, o Comitê de Jovens Empreendedores organizou uma visita de 21 jovens empresários aos projetos sociais do Afro-Reggae em várias favelas cariocas. Na visita foram percorridas, em três dias, comunidades pobres do Rio como o morro do Cantagalo, o complexo de favelas do Alemão e Parada de Lucas. O objetivo da visita era o de propiciar aos jovens uma visão mais clara das condições de pobreza bem como de conhecer os projetos sociais desenvolvidos nas comunidades visitadas (a documentação que resume essa visita demonstra um desconhecimento completo dos jovens em relação às condições de vida dos pobres, tendo chamado a sua atenção: os hábitos de consumo – casas com Playstation 2, mais de um televisor, tênis estilo *shox* – e as ruas pavimentadas de uma das comunidades, segundo uma das jovens, também membro do Cores, "parece até cenário de novela", especialmente frente às favelas “selvagens” na Índia e em São Paulo onde trabalhou em ONG’s).

A conexão mais visível para expressar a percepção da pobreza e das desigualdades pela entidade é, sem dúvida, a da educação. Tradicionalmente atuante no âmbito da educação profissional via SESI/SENAI/Faculdades de Tecnologia e Telecursos, é bastante

viva a interpretação de que "sem educação, nossos negócios estão ameaçados" (Horácio Lafer Piva, FSP, 12/06/2000). "Educação é começo, meio e fim. É a questão mais transversal em uma sociedade que se pretenda civilizada, democrática e próspera. Procura-se desenvolvimento, que é crescimento com justiça social? Sem ela, nada feito. Controle de natalidade é uma questão referencial? Só educando a população. O Brasil aceitou o desafio da inserção internacional? Competição pressupõe educação. O crime assusta, a saúde anda patinando, a Previdência está matando as contas públicas, o desemprego grassa? Só a educação os enfrenta. (Horácio Lafer Piva, FSP, 15/06/2006 já como presidente da DNA Brasil e ex-FIESP)

A relação entre capital e trabalho, sem dúvida, importante tópico da discussão da questão social no Brasil, não foi objeto de uma observação sistemática desta pesquisa. Porém, vale registrar, que em 2008 entendimentos entre FIESP e a CUT-SP começaram a ser pensados no sentido de uma aproximação em prol do desenvolvimento do país (Revista da Indústria, set/2008). Segundo o ponto de vista de representantes de ambas as entidades, encontrados em vários documentos, essa aproximação sinaliza um amadurecimento da democracia brasileira na qual o bem de todos supera a luta pela primazia de interesses próprios considerados menores. Há ainda uma convergência de interesses no que diz respeito à diminuição da taxa de juros via conquista de assentos no Conselho Monetário Nacional – CMN.

Estado

A análise dos documentos nos permite afirmar que a FIESP usa mais o termo governo do que o termo Estado, independentemente de qual governo seja. A isso, soma-se o fato de que as relações da entidade com o Estado chegam sempre na forma de demandas que tramitam por diversos tipos de canais – a imprensa, o *lobby*, as relações pessoais, os documentos, as propostas – mas cujos conteúdos são tradicionalmente conhecidos: a simplificação e a diminuição da carga tributária, o aumento do apoio financeiro e infra-estrutural às empresas nacionais, a redução da taxa de juros, a flexibilização da legislação trabalhista, o fim dos privilégios dados ao setor financeiro em detrimento do setor produtivo e melhorias da infra-estrutura do país (percebida como um gargalo para o crescimento da indústria, principalmente no que se refere à energia e malha rodoviária), "tudo isto se somando para desestimular e tornar mais cara a produção e menos competitiva nossa economia" (Skaf, 2006). Para Paulo Skaf, "a relação da FIESP com o

governo tem de ser a necessária para obter resultados”. (FSP, 27/08/2004). Assim, a entidade faz estudos técnicos próprios com vistas a gerar alternativas à condução governamental, especialmente de política econômica. “Chamo isto de exercício legítimo da autoridade produtiva. Pode-se dizer que quando os governos - da União, estados e municípios - acolhem sugestões pertinentes da sociedade, estão ajudando na solução dos problemas” (Skaf, 2006).

O “governo” não raro é acusado de administrar mal os recursos que arrecada, além de ter uma máquina administrativa que, além de não funcionar (“demora a atender as demandas da população”), é sobre dimensionada: “o país perde-se num cipoal burocrático anacrônico e perigosamente constrangedor do espírito empreendedor do brasileiro” (Horácio Lafer Piva, FSP, 05/09/2004). Nesse sentido, o próprio aumento dos investimentos empresariais no campo social no Brasil reflete a falta de capacidade e de credibilidade do Estado na resolução dos problemas sociais (nesse tipo de colocação é usado o termo Estado). Segundo Paulo Skaf, “a fragilização do papel regulador do Estado é um fenômeno mundial que transfere a responsabilidade pela garantia da coesão social para as empresas e entidades sem fins lucrativos, que juntas teriam o papel de amenizar os efeitos socialmente perversos da lógica do mercado” (www.fiesp.br). O que se depreende é que, se há um pacto social a ser feito para minimizar a questão social, e na visão da entidade este pacto se dará entre empresas e organizações da sociedade civil, o “governo” fica do lado de fora.

Apesar de suas críticas ao governo, à burocracia, ao legislativo e ao executivo, a entidade conta com a participação de ex-altos funcionários de Estado em sua composição. No ano de 2006, o recrutamento de ex-ministros foi expressivo. Foram convidados a trabalhar na FIESP: Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura na coordenação do Conselho Superior do Agronegócio, o ex-ministro do STF Sydney Sanches no Conselho de Assuntos Jurídicos, ex-ministro Antonio Delfim Netto no Conselho de Economia, o ex-ministro Paulo Renato no Conselho de Responsabilidade Social (FSP, 08/10/2006). “Na atual gestão, o diálogo institucional entre o setor produtivo e o Poder Legislativo foi significativamente ampliado. Deputados e senadores têm participado das reuniões dos Conselhos, na qualidade de convidados especiais da Presidência. De outro lado, a FIESP mantém escritório em Brasília, visando a acompanhar a tramitação de projetos de lei ou emendas constitucionais de interesse do setor produtivo. Toda essa relação, sempre permeada pela liberdade e pela independência das partes” (Skaf, 2006).

A entidade sugere ainda uma visão salutar da participação dos empresários nas instâncias administrativas do Estado. Um exemplo foi a forte e recente campanha (2008) para estimular a participação de empresários nos Conselhos Municipais, vinculada pela entidade ao tema da RS: "eles [os empresários] podem fazer toda a diferença com seus conhecimentos de administração, por exemplo, fiscalizando e orientando a correta aplicação dos recursos. Essa maior interação das empresas com o setor público é extremamente rica para todos." (Eliane Belfort, FSP, 26/08/2008). Outro exemplo foi a demanda por participação no Conselho Monetário Nacional: "o principal é perseguir políticas "pró-crescimento" e um viés "menos financeiro" no governo, que deveria contemplar uma ampliação do CMN, hoje dominado na prática pela Fazenda e pelo Banco Central". (FSP, 08/10/2006). A entidade também se coloca na posição de "fiscalizadora das ações governamentais: "além de apresentar propostas para fazer crescer a economia, a indústria também tem o direito de fiscalizar o aparato estatal e exigir o cumprimento das suas obrigações para com a sociedade" (Skaf, FSP, 17/03/2005).

Sociedade Civil

Num primeiro momento (antes de 2005), não se vê na documentação uma definição clara da entidade no que se refere ao papel da sociedade civil no Brasil e de como viabilizar sua participação de forma objetiva e operacional em relação à questão social. Há apenas uma indicação genérica, pontuada anteriormente, de que, na ausência/falência do Estado, a responsabilidade social é uma resposta das empresas, empresários e sociedade civil na condução dos problemas sociais que afligem a toda a população. "Pesquisas da FIESP, SEBRAE e do IPEA mostram que as ações sociais empresariais aumentam ano a ano e possuem o mérito de reafirmar a importância da sociedade civil na estruturação da ordem social" (Skaf, www.fiesp.com.br). Frente à "desconfortável posição" que o Brasil ocupa no IDH, Skaf sugere que para "enfrentar com sucesso o problema exige ampla mobilização da sociedade civil organizada, dos setores produtivos e do voluntariado". (Skaf, FSP, 17/03/2005).

A FIESP não se vê como entidade que pertença à sociedade civil, ela se vê como entidade representativa de interesses da classe empresarial pertencente ao mercado¹⁷. Só a

¹⁷ É preciso dizer que as entidades sindicais sempre tiveram uma relação ambígua com o que se denomina sociedade civil, embora conceitualmente possam ser enquadradas aí. Dentro da legislação sindical edificada no Estado varguista eram consideradas associações de direito público, sem mencionar que vigorou no país após esse período uma estrutura dual de representação com entidades de representação de interesse sem

partir de 2005, o tema da participação da sociedade civil ganha maior ênfase, a partir de um estudo do SEBRAE-SP (“A Responsabilidade Social das Micro e Pequenas Empresas”) que indicou a falta de sintonia e de parâmetros profissionais na ação social das empresas, já observáveis nas ações do terceiro setor. Sobre a carência apontada neste estudo, Paulo Skaf comentou: “claro que é sempre necessário avançar na prática da responsabilidade social. (...) O essencial, no caso, é a intenção e, sobretudo, o gesto de ajudar. A gênese do país socialmente justo que tanto almejamos está no espírito solidário dos brasileiros (Skaf, FSP, 17/03/2005). Em vários pontos, a entidade destaca ainda o fato de que uma empresa apoiar uma ONG não a isenta de sua responsabilidade – nem tampouco a diminui – sobre os malefícios que seus sistemas produtivos eventualmente possam causar ao ambiente ou à sociedade em que atuam.

Empresas e Empresários

Há dois temas que conectam a visão do papel da empresa e dos empresários ao da RS nos discursos da FIESP: o primeiro a associa à necessidade de confiabilidade das empresas no mundo globalizado (o que vai além dos números econômicos); o segundo, o de que gerir com sustentabilidade é requisito para a sustentabilidade dos negócios no mercado significando a manutenção das oportunidades de trabalho e de renda para a população, assim como a abertura de novos negócios a perspectiva de crescimento dessa oportunidade. Ambos parecem justificar os “investimentos” que uma empresa faça fora do âmbito exclusivo do negócio pois lhe garantem outro tipo de ganho econômico.

Sobre o primeiro aspecto, o elenco de necessidades é identificado muitas vezes na documentação: o consumidor mais consciente e exigente e o comércio internacional, no qual crescem cada vez mais as barreiras técnicas ou não tarifárias. “O que isso significa? Significa que o mundo exige das empresas um compromisso com a sustentabilidade. A empresa que polui, que explora mão-de-obra infantil, que impõe péssimas condições de trabalho aos seus empregados, estará condenada a fechar as portas, pois não terá mercado” (Belfort, 2010). Isso impõe, na visão da entidade, algo mais do que cumprir a legislação e fazer uma boa administração. Significa destacar-se por meio de ações responsáveis e inovadoras.

caráter sindical do ponto de vista jurídico mas fazendo valer na prática essa função. Desde a Constituição de 1988 que fixou a liberdade sindical, os sindicatos tiveram que passar por uma readequação de seus estatutos e registros, pois passaram a ser considerados pessoa jurídica de direito privado, enquadrando-se na categoria associação. O objetivo da Carta Constitucional, ao separar definitivamente essas entidades do poder público, era o de controlar o Estado no seu afã de controlar a sociedade, da qual os sindicatos são importantes vozes.

Sobre o segundo aspecto, diz Eliane Belfort (2010): “As empresas brasileiras estão se desenvolvendo nessa área e algumas têm ações pioneiras, dignas de nota. Mas é preciso inculcar, no empresário brasileiro, a noção de que a gestão com Responsabilidade Social e Ambiental é um fator de estímulo à competitividade. Existe uma falsa premissa, segundo a qual a empresa que investe em meio ambiente e responsabilidade social tem grandes despesas, e que isso tornaria essas ações um privilégio das grandes corporações. Quanto mais o empresário brasileiro compreender que a responsabilidade sócio-ambiental é boa para os negócios, e principalmente, que ela é fonte de novos negócios, um portal para novos mercados, mais ele estará apto a concorrer num mundo globalizado”. Como exemplo cita as ações de microcrédito do Banco do Brasil para apoiar o empreendedorismo da população de baixa renda que favorece a um só tempo os negócios, o país e os beneficiários. Após a análise conclui: “afinal, a empresa não é um ator isolado ela faz parte de um todo, e uma dinâmica positiva, que beneficie esse todo, será benéfica também para a empresa. É crucial, ainda, que o projeto da empresa seja auto-sustentável de fato. Isso significa que ele deve gerar lucro para seus sócios e investidores”.

No que tange à questão social propriamente dita, não raro os discursos dos dirigentes tentam “lembrar” qual é o verdadeiro papel da empresa: “a missão de uma empresa é respeitar as leis, prestar serviços ou fabricar produtos de qualidade e lucrar. Empresa não pode centrar sua imagem mostrando ser boazinha e ficar se preocupando em divulgar balanços sociais. Empresa não é instituição de caridade, não é governo nem organização não-governamental. Causas são objeto e missão de organizações não-governamentais, políticas públicas são objeto e missão de governo. Empresas são organizações voltadas para a produção econômica e devem ser vistas como tal” (Ruy Martins Altenfelder Silva, presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados da FIESP e vice-presidente da CIESP, FSP, 11/01/2008)

As empresas, de qualquer porte, são objeto de mobilização da FIESP para o tema da RSE. Talvez as pequenas e médias recebam atualmente maior atenção devido ao tema das cadeias produtivas e às possibilidades de desenvolvimento vislumbradas para o país, além de serem menos sensíveis à temática da RSE e de haver uma histórica visão de que o trabalho da FIESP relaciona-se à defesa dos interesses das grandes empresas. “Claro que as pequenas e microempresas podem fazer parte da FIESP. E fazem! (...) A mobilização da FIESP foi decisiva para o encaminhamento e aprovação, na Câmara dos Deputados e no Senado, da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa” (Skaf, 2006). O interesse nas empresas

menores também é realçado pela entidade pela criação do Comitê de Cadeias Produtivas, fóruns de análise de desempenho, fatores críticos e necessidades, com vistas ao crescimento setorial “harmônico” em cada sistema industrial. A ação social por parte das empresas não pode se restringir apenas às grandes corporações do país porque "muitas vezes, a pequena e a média empresas acham que não cabe a elas esse tipo de atuação, mas elas podem fazer muita diferença, já que representam mais de 90% das empresas em todo o Estado" (Belfort, FSP, 26/08/2008).

O poder das empresas e dos empresários também é ressaltado pela entidade, sobretudo no que se refere às habilidades gerenciais dos empresários e o tipo de conhecimento que detém uma empresa, mais até do que o seu poder econômico. "o que o empresário tem de mais importante não é o seu bolso, mas sim o que o levou a ser empresário num país como o Brasil: o espírito empreendedor, o conhecimento em gestão e a facilidade de articulação em diferentes esferas." (Belfort, FSP, 26/08/2008)

A nação imaginada

Os documentos examinados indicam que a nação imaginada pela FIESP é aquela em que o bem maior para a indústria esteja resguardado: o crescimento econômico. O trabalho da instituição é, na perspectiva da disputa hegemônica, transformar o bem da indústria no bem da nação¹⁸. Nesse sentido, coloca, de forma muito consciente, que sua principal bandeira é “transformar o Brasil em uma grande potência econômica, [pois] uma nação próspera e socialmente justa não se limita às fronteiras do Estado. É, antes de tudo, um projeto para o País” (www.fiesp.com.br). Ou nas palavras de Steinbruch “empresários conscientes não podem se negar a pensar o país. Faz parte dessas responsabilidades, porém, com o firme engajamento em programas de crescimento econômico e desenvolvimento, que no longo prazo é o maior remédio para os problemas do país” (FSP, 30/10/2007).

Mais recentemente, notadamente nos anos de 2008 e 2009, o conteúdo desse projeto converge para a sustentabilidade ambiental, vista como “excelente opção estratégica” para qualquer empresa. Pois, "no fundo, o empresário deve ver essa preocupação como uma garantia de continuidade futura dos seus negócios" (Belfort, FSP,

¹⁸ Um exemplo: a Revista da Indústria de Jul/2007 (edição 124) traz como chamada de capa: “Sociedade x Governo: a sociedade brasileira clama pelo fim do desperdício, mas as despesas públicas continuam subindo”, demonstrando que a entidade acredita/alimenta a crença de que os seus interesses são interesses gerais da sociedade brasileira.

31/07/2007). Isso significou o aprofundamento, em termos práticos de ações para consolidar uma idéia enunciada por Paulo Skaf em 2005, “o Brasil de amanhã - desenvolvido ou ainda emergente- será exatamente a nação que tivermos a capacidade e o empenho de edificar. Assim, é fundamental entender que o caminho da prosperidade socioeconômica passa, necessariamente, pelo crescimento sustentado do nível de atividades e por uma série de políticas públicas articuladas. Temos de resgatar o passivo social, democratizar as oportunidades e transformar empregos, empreendedorismo e salários dignos nos principais meios de inclusão de milhões de habitantes nas prerrogativas da cidadania e de garantia dos direitos básicos à saúde, educação, moradia, cultura e lazer” (Skaf, FSP, 17/03/2005). Assim, enuncia-se a chegada de um novo ciclo “em que o Brasil ocupará papel de destaque no cenário mundial. A indústria continuará gerando riquezas e empregos com responsabilidade ambiental e justiça social” (Skaf, http://www.fiesp.com.br/agencianoticias/2009/09/28/abre_congresso_ind. ntc). Na abertura da última Mostra de Responsabilidade Socioambiental (2009), Paulo Skaf destacou a importância da criação do Conselho Superior de Meio Ambiente em 2004 que conta com a participação de empresários e especialistas, mas também de ambientalistas porque a entidade é transparente, “não tem nada a esconder”. A preocupação com questões sociais e ambientais mostra que “nosso interesse é o do país, é o equilíbrio do povo brasileiro. E o que se quer vem do desenvolvimento, mas com responsabilidade social e com responsabilidade ambiental” (sobre isso menciona que para a Conferência de Copenhague a entidade não gostaria de levar uma proposta da indústria brasileira, mas uma proposta do Brasil). Nesse e em outros eventos, que marcaram definitivamente a virada da instituição para a questão ambiental, a FIESP assinou um documento entregue ao ministro Carlos Minc do Meio Ambiente, assumindo um compromisso em nome das indústrias representadas de não consumirem madeira proveniente do desmatamento da Amazônia, recebeu como palestrantes Al Gore, Patrus Ananias, Ladislav Dowbor e José Goldemberg e afirmou em diversas ocasiões que a mitigação dos danos ambientais é um dever das instituições públicas e privadas.

A questão da Amazônia também parece ser considerada cada vez mais estratégica para a entidade. Skaf (2009) menciona uma série de visitas feitas à região amazônica e às suas fronteiras para ampliar o conhecimento da FIESP sobre o país, mostrando-se especialmente sensível à situação das populações indígenas. Para elas, a entidade tem a

pretensão de viabilizar o Telecurso, este projeto desenvolvido pela indústria de São Paulo em parceria com a Fundação Roberto Marinho que beneficiou a todo o país.

Nessa virada, o Brasil é visto com grande otimismo (o qual se nota nos documentos desde 2006). São pontos positivos: a opção pelo crescimento econômico feita pelo governo¹⁹, nossa matriz energética, o etanol e um programa que pode colocar o Brasil na liderança da questão ambiental no mundo. “Só é preciso mostrar o que o Brasil tem de bom, porque muitas vezes o que aparece são pequenas coisas que ainda não estão resolvidas” (Skaf, III Mostra Responsabilidade Socioambiental FIESP, 2009). “O que para o mundo é o futuro, aqui no Brasil já é o presente. (...) O Brasil desenvolveu uma economia verde” (Skaf, discurso de abertura do seminário com Al Gore, 14/Out/2009). No Congresso da Indústria de 2009, a entidade salientou como temas fundamentais para o desenvolvimento do país: a educação, a inovação, a infra-estrutura e a sustentabilidade. O tema do 8º Construbusiness, evento promovido em parceria entre FIESP e Sindicato da Construção, foi “A Construção do Desenvolvimento Sustentável: na Habitação e nas Obras e Infraestrutura”. No 5º Congresso do Jovem Empreendedor, Paulo Skaf voltou a reafirmar, em seu discurso de abertura, a confiança (que sempre teve) no Brasil, só que agora “estamos diante de uma grande oportunidade” que vai fazer com que “a microempresa se transforme numa pequena que se transforme numa média e se transforme numa grande”.

O vínculo e o dom

Não há evidências nos documentos analisados de uma preocupação da FIESP com a qualidade dos vínculos estabelecidos entre ela e seus parceiros bem como o estímulo a suas associadas no sentido da troca-dáviva. Além de atribuir a RSE ao “espírito solidário do brasileiro”, Paulo Skaf (2009) destaca que “falar de economia é importante, mas é gratificante falar de educação, saúde. Conhecimento emancipa o cidadão e ele não precisa mais de tutela. É isso o que a FIESP quer”.

Nas ações da entidade e nas práticas que ela estimula prevalece o espírito do utilitarismo e, se há um interesse público a defender, resume-se àquele que vai ao encontro dos objetivos da entidade e do que ela imagina ser papel/interesse das empresas (idéia expressa na arquitetura de seu prédio que se projeta sobre o espaço público).

¹⁹ **Revista da Indústria**, edições 124 e 125, especialmente editoriais e entrevista com Paulo Skaf no número 124.

5.3 – Sínteses

Quadro 4: Síntese dos discursos analisados – Momento I (foco no social)

Variáveis / Entidades	Histórico	Conceito de RSE	Questão Social: pobreza e desigualdades	Estado	Sociedade Civil	Empresários e empresas	Nação Imaginada
Ethos	1998: entidade da sociedade civil organizada e formada por empresários (líderes) e empresas (associadas) com o objetivo de divulgar, pesquisar e criar instrumentos sistemáticos de gestão com RSE	Construir uma sociedade justa e sustentável por meio da mudança na gestão empresarial que contemple os relacionamentos com as partes interessadas (<i>stakeholders</i>)	A pobreza e as desigualdades são os problemas sociais mais graves do país que precisam ser encarados com um pacto social (governo, empresas e sociedade civil organizada) e consequentes políticas públicas.	Instância de debate público e de institucionalização das deliberações públicas com vistas a criar um quadro institucional estável e eficiente. O mal funcionamento do Estado é visto, na maior parte das vezes, como resultado de equívocos do sistema político	Instância de controle do Estado e de formulação dos problemas sociais do ponto de vista de quem os vive. O Ethos se vê como parte da sociedade civil, embora não deixe de remarcar sua origem empresarial, e a partir dela pretende construir uma liderança na qual possa levar adiante o seu projeto	Líderes de opinião e do processo produtivo. Agentes poderosos no mundo globalizado que precisam canalizar esse poder não só para o atendimento de seus próprios interesses, mas sim para finalidades públicas.	Diminuição das desigualdades sociais e aumento da participação de todos os grupos na economia e na política. Nação líder no cenário internacional.
FIESP	1942: entidade sindical de representação dos interesses industriais do Estado de São Paulo, mas com grande influência nacional.	Realizar ações sociais como forma de maximizar os ganhos advindos do relacionamento com as partes interessadas (<i>stakeholders</i>)	Pobreza e desigualdades não se configuram como pauta central para entidade.	Objeto de ampla crítica por parte da entidade: ineficiente, grande, opera em contra dos interesses produtivos. A palavra governo é mais freqüente do que Estado.	Parcerias → possíveis se houver consonância de objetivos (olhar do lado de fora)	Importantes agentes do processo de geração de riquezas e, portanto, de geração de melhores condições de vida.	Crescimento da indústria com ampliação do mercado interno (inclusão pelo consumo) e externo (globalização)

Quadro 5: Síntese dos discursos analisados – Momento II (foco no ambiental)

Variáveis Entidades	Histórico	Conceito de RSE	Sustentabilidade	Estado	Sociedade Civil	Empresários e empresas	Nação Imaginada
Ethos	Tema ambiental ganha força a partir de 2006 com o Manifesto pela Sustentabilidade e perspectivas internacionais sobre mudanças climáticas	Construir uma economia verde, inclusiva e responsável.	Econômica, social e ambiental: criar as bases para gerar um ambiente em que todos possam sobreviver, inclusive os negócios; empresas como precursoras da nova economia.	Parceria/rede/controlado externo (<i>accountability</i>) → políticas públicas	Parceria/rede = crescimento e fortalecimento mútuo (olhar do lado de dentro)	Parceria/rede/controlado externo = agente de mudança econômica e social	Brasil como uma potência construída com base numa economia verde, inclusiva e responsável.
FIESP	Tema ambiental ganha força a partir de 2007 com as perspectivas internacionais sobre mudanças climáticas	Respeitar o meio ambiente é uma opção estratégica, disseminação da ética e da responsabilidade social como pressupostos do desenvolvimento da indústria e do país (nessa ordem).	Econômica: sustentabilidade ambiental é a sustentabilidade do negócio	Parceria/controlado externo (fiscalização para ver se as decisões estão em consonância com os interesses industriais) → políticas públicas, com ênfase nas políticas econômicas	Parcerias → possíveis se houver consonância de objetivos (olhar do lado de fora)	Representados pela entidade (prevalece visão de corpo)	Brasil como uma grande potência econômica com base numa economia industrial com tecnologia de ponta: nação competitiva no cenário internacional

Quadro 6: Síntese dos discursos analisados – objetivos políticos da entidade

Variáveis Entidades	Questão Social	Momento I: ênfase no social	Momento II ênfase sustentabilidade	Estado	Sociedade Civil	Empresários e empresas	Nação Imaginada
Ethos	Promover a inclusão social ampliada.	Mudar o mundo a partir da mudança das empresas	Mudar o sistema econômico e construir a nova economia.	Contribuir para as mudanças no sistema político que maximizem o papel do Estado	Fortalecimento continuado da ação social (com desdobramentos da própria entidade)	Engajamento das empresas na mudança econômica e social pela via da pesquisa tecnológica associada a uma visão de políticas públicas e controle externo ao Estado.	Fazer valer o seu projeto de país.
FIESP	Contribuir para mitigar questão social e inclusão com foco em temas específicos e tradicionais na entidade: educação (com forte peso na educação para o trabalho), PDD, negros, crianças, adolescentes e jovens.	Melhorar a imagem pública das empresas	Garantir a sobrevivência dos negócios e aproveitar as oportunidades oriundas da nova economia.	Oferecer estudos e perspectivas a fim de fazer valer os interesses da indústria para as políticas econômicas e as reformas estruturais.	Abertura para ações conjuntas e para melhorias na ação social das empresas com base nos parâmetros profissionais do terceiro setor.	Engajamento no crescimento econômico pela via da tecnologia (preferencialmente com financiamentos estatais) associada a uma visão de fiscalização, sob o escrutínio dos interesses industriais, das políticas econômicas.	Fazer valer o seu projeto de país.

Quadro 7: Síntese dos discursos analisados – qualidade dos vínculos

Variáveis Entidades	O vínculo e o dom	Conceito de RSE	Sustentabilidade	Estado	Sociedade Civil	Empresários e empresas	Nação Imaginada
Ethos	Doar interessado (o bem do projeto de país da instituição) e desinteressado (o bem público) = princípio da dívida.	Idealista	Econômica, social e ambiental: criar as bases para gerar um ambiente em que todos possam sobreviver, inclusive as empresas	Parceria/rede/controlado externo (<i>accountability</i>) → políticas públicas	Parceria/rede = crescimento e fortalecimento mútuo (olhar do lado de dentro)	Parceria/rede/controlado externo = agente de mudança social. Empresário é o cidadão que faz negócios.	Nação líder no cenário internacional. Diminuição das desigualdades sociais e aumento da participação de todos os grupos na economia e na política.
FIESP	Doar interessado na contrapartida = princípio da equivalência (doar significa receber imagem, competitividade, produtividade, melhorias do ambiente econômico e de condições de produção). O bem privado é o bem público.	Pragmático	Econômica: sustentabilidade ambiental é a sustentabilidade do negócio	Parceria/controlado externo (fiscalização para ver se as decisões estão em consonância com os interesses industriais) → políticas públicas, com ênfase nas políticas econômicas	Parcerias → possíveis se houver consonância de objetivos (olhar do lado de fora)	Representados pela entidade (prevalece visão de corpo). Empresário é também cidadão.	Nação competitiva no cenário internacional, investimentos tecnológicos para criar uma nação com “equilíbrio ambiental”. Crescimento da indústria e da participação das pessoas no consumo “equidade social”.

CAPÍTULO 6

Discursos e práticas da *Responsabilidad Social Empresaria*: o caso da Argentina

O objetivo do capítulo é verificar a plausibilidade da hipótese anteriormente enunciada: relações sociais de combate entre entidades promotoras da RSE (entre si e em relação a outros atores) estruturam, no campo da questão social, uma disputa hegemônica por um projeto de país? No caso argentino, o impulso inicial para adoção de práticas de RSE é algo que, de forma mais geral, aparece como uma exigência da sociedade civil aos empresários (num modelo de organização chamado de *citizen driven* segundo AGÜERO, 2005), pensada como legítima representante dos interesses públicos e mais capaz que o Estado e as empresas para a ação social. Historicamente, nas organizações da sociedade civil, há um alto índice de participação da elite econômica (caso da SB, por exemplo, e das inúmeras fundações de empresas) que são mediadoras de sua atuação social/simbólica e política (representação e consolidação de interesses). Na Argentina, de um modo geral, o empresariado não construiu uma liderança forte ou uma presença no espaço público como ator social legitimamente defensor de seus interesses – embora isso não signifique que o empresariado não tenha poder de decisão política – e isso se repete em relação ao tema da RSE. Há um distanciamento histórico entre desempenho econômico e liderança política.

6.1 – Características contemporâneas da RSE na Argentina: literatura acadêmica e outras fontes de pesquisa

O *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* – CEDES foi um dos precursores em incluir dentre suas pesquisas o estudo específico da atuação empresarial no campo social¹, além do estudo do campo mais amplo da ação social privada. Segundo uma

¹ O CEDES foi fundado em 1975, ou seja, no quadro de uma grave crise institucional que antecedeu o golpe militar de 1976, que incluía a perseguição de intelectuais nas universidades e centros de produção científica. De acordo com o histórico apresentado em seu site “Un grupo de profesionales de las ciencias sociales, decidió entonces la creación del Centro, con el propósito de constituir un espacio independiente y pluralista, capaz de cobijar y dar continuidad al trabajo de investigación y pensamiento que venían desarrollando previamente en otros ámbitos. Se dio a la Institución la forma de una asociación civil, independiente del Estado, de los partidos políticos y de cualquier empresa u organización social en

pesquisa realizada pelo CEDES, as modalidades mais comuns de contribuição à sociedade realizadas pelas empresas na Argentina foram as de caráter filantrópico. Sistematizados por Roitter (1995), tais dados são analisados pelo autor sob o conceito de “mercado de beneficência”, no qual quem oferece possa competir por otimizar em termos dos seus objetivos os montantes doados, bem como quem demanda tenha consciência de que também compete para aumentar o fluxo de doações. A pesquisa tomou como unidade de análise básica as fundações empresariais², e se lança em breves análises da experiência destas tanto em países desenvolvidos como Estados Unidos e países europeus, quanto em países subdesenvolvidos como Filipinas e Brasil.

Outra organização que tem se preocupado em compilar, sistematizar e discutir dados relativos à atuação empresarial no campo social é o *Grupo de Analisis y Desarrollo Institucional y Social – GADIS*³. Os estudos dessa entidade, tal como a pesquisa de Roitter, têm como foco as Fundações Empresariais, o que inclui a atualização e publicação periódica de um Directorio de Fundaciones Empresarias de Argentina, coordenado por Elba Luna e financiado pelo PNUD.

As principais características das experiências das fundações empresariais argentinas, de acordo com Roitter (1995) e Luna (1995 e 1999), envolvem a resposta às seguintes questões por que se doa, a quem se doa e quanto se doa. De acordo com Roitter (1995), uma motivação que normalmente se considera importante para incentivar atividades de interesse público são as isenções fiscais, o que no caso da Argentina parece não ter influenciado de forma relevante. No marco do paradigma da filantropia, as empresas realizam suas ações de beneficência e caridade geralmente de maneira desorganizada e dispersa, situando-as numa dimensão totalmente alheia ao seu planejamento estratégico. O autor aponta um crescimento significativo das fundações de 1200 em 1989 (dado da *Fundación Aragón*) a 3800 em 1993 (dado da *Inspección General de Justicia*).

particular. Esta independencia ha sido siempre uno de los rasgos centrales de la labor del Centro”. Os critérios de avaliação da produção intelectual do centro seguem linhas similares às estabelecidas pelo *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET*. (www.cedes.org)

² Os dados foram obtidos a partir do balanço que as associações civis são obrigadas a apresentar junto à Inspección General de Justicia.

³ De acordo com dados obtidos no site da organização trata-se de “una entidad sin fines de lucro abocada al fortalecimiento de las Organizaciones de la Sociedad Civil que trabajan en el campo del desarrollo social y la promoción de ciudadanía, a difundir sus iniciativas y programas, a promover su articulación así como su interacción con Agencias de Cooperación al Desarrollo, Empresas y Fundaciones Empresarias, Donantes locales e internacionales y Organismos del Sector Público” (www.gadis.org.ar)

Para Luna e Serrano (1994), as fundações representam fundamentalmente empresas que já realizavam projetos sociais e que geralmente têm o papel de complementar e não de substituir as atividades anteriores da empresa. Uma importante contribuição dos estudos do GADIS nesse sentido foi a categorização das empresas segundo seu grau de envolvimento com os projetos sociais que financiam/desenvolvem. Assim, as empresas podem ser consideradas: “operativas” se menos de 30% de suas doações estão destinadas a terceiros, em vez de serem distribuídas diretamente por seus próprios programas; “não operativas”, se o total de doações a terceiros é de 50%; e “mistas”, se 31 a 49% de seus gastos se distribuem indiretamente. Luna (1999) afirma que maioria das fundações pertence aos setores bancário, de seguros, de bebidas, de alimentos, de imprensa e de energia. De modo mais amplo, Roitter (1995) descreveu que 57% das fundações estavam relacionadas com empresas do setor industrial, 27% com bancos e 16% com empresas do setor de serviços.

As fundações empresariais são altamente concentradas. Em 1999, as 200 empresas com maior volume de faturamento representavam 55% das fundações empresariais no país (LUNA, 1999). Além do mais, os investimentos e gastos globais se concentram nas mãos de poucas empresas: em 1992, as fundações Perez Companc, Techint e BankBoston foram responsáveis por 80% dos investimentos e de 40% dos gastos do total de fundações empresariais (ROITTER, 1995). Em 1994, 90% do investimento total (109 milhões de pesos) beneficiou a oito grandes fundações: Antorchas, Amalia Lacroze de Fortabat, BankBoston, Banco de Galicia, Banco Mayo, Hermanos Rocca, Perez Companc y Renault (ROITTER, 1995). De acordo com Roitter (1995; 1996) a dependência das fundações em relação às suas empresas de origem é maior na Argentina que no resto do mundo.

A maior parte das doações se destina à educação, cultura e artes, saúde, desenvolvimento social e pesquisa científica (ROITTER, 1995). De acordo com Luna (1999), os bancos tendem a contribuir com pequenas e médias empresas enquanto as construtoras e empresas petroleiras se preocupam com a questão ambiental. As contribuições a entidades religiosas não são mencionadas no estudo de Luna, porém aparecem com um percentual de 30% das doações realizadas por fundações nas pesquisas de Roitter (1995) e Berger (1998).

As fundações empresariais demonstram uma preferência por doações através de materiais comprados por elas ou cedendo bolsas, prêmios, cursos de capacitação ou assessoramento técnico (55%). As doações em dinheiro (45%) são menores porque

permitem um menor controle do seu uso por parte da empresa. Para as fundações pesquisadas, a filantropia parecia ser a forma mais comum de contribuir, mas não é necessariamente a principal modalidade. Em geral, se emprega mais de um método dentro de uma mesma fundação. Roitter (1995) observou que, de acordo com a tipologia do envolvimento das empresas criada por Luna e Serrano citada acima, 46% das fundações eram operativas, 36% não-operativas e 18% mistas. Já no estudo de Targi *et all* (1998) mostra-se uma menor participação direta dentre empresas localizadas na província de Córdoba que patrocinaram atividades benéficas através de suas fundações no ano de 1997: 17% atuou diretamente, 50% de forma indireta e 33% de forma mista.

Além das pesquisas com fundações empresariais citadas anteriormente, há duas pesquisas realizadas em parceria pela *Universidad de San Andrés* e Instituto Gallup Argentino, já constituindo uma pretensa série histórica: *Estudio de la Filantropia Empresaria* (1998) e *Encuesta de RSE en Argentina* (2005), ambas coordenadas pelo professor Gabriel Berger.

A pesquisa de 1998 contou com uma amostra de 147 empresas dentre as 500 apontadas como as de maior faturamento pela Revista Mercado e foi financiada pela Fundação IRSA (fundação mantida pela empresa Inversiones y Representaciones Sociedad Anônima, um grupo financeiro nacional fundado em 1943 que dedica-se à aquisição, desenvolvimento e administração de diversos tipos de empresas). O estudo propôs-se a descrever o comportamento filantrópico das principais empresas do país e suas ações de apoio a entidades de interesse público, bem como conhecer as atitudes e opiniões das empresas sobre o seu papel social e sua participação em ações de apoio a entidades em fins de lucro. De acordo com o relatório final da pesquisa, os temas contemplados abarcaram os seguintes aspectos: atitudes e opiniões sobre a RSE e as entidades sem fins de lucro, motivações para realizar contribuições a entidades sem fins de lucro e avaliação dos resultados, modalidades adotadas pelas empresas para efetuar contribuições, grau de formalização e institucionalização das ações de contribuição e padrões contributivos das empresas de um ponto de vista quantitativo (BERGER, 1998). É interessante notar que a RSE é sempre vista de forma conjunta com a atuação junto a entidades sem fins de lucro. Outro fator importante para atestar esse traço é o fato de que o estudo privilegia também a ação das fundações que nada mais são do que organizações sem fins de lucro ligadas às empresas.

Já as opiniões acerca do papel das entidades sem fins de lucro ou de interesse público indicam que por um lado, há um reconhecimento da importância delas para

melhorar a qualidade de vida da sociedade (73% dos entrevistados dizem estar “muito de acordo” ou “mais em acordo que desacordo” com esta afirmação) e a necessidade crescente de contar com a atuação destas entidades (69% afirmam estar de acordo de que a necessidade de atuação das entidades sem fins de lucro hoje é maior que cinco anos atrás). Por outro lado, quando os executivos avaliam a atuação dessas entidades há também uma aceitação do impacto limitado que têm (40% assinalam acordo total ou parcial com a afirmação “as entidades sem fins de lucro são mais efetivas hoje em oferecer serviços que cinco anos atrás”) e as opiniões ficam bastante indefinidas quanto a certos aspectos do funcionamento do conjunto destas entidades (41% declaram não estar em acordo nem em desacordo com a afirmativa “a maioria das entidades sem fins de lucro são honestas e éticas no uso dos fundos que recebem”).

Ao medir a confiança em dez tipos de instituições (ver tabela 9 abaixo) na realização de programas para resolver problemas sociais, o estudo aponta que os empresários e executivos têm uma maior confiança nas entidades sem fins de lucro que em qualquer outro tipo de entidade mencionada. A elas seguem com um grau de confiança alto a Igreja Católica e as universidades privadas (que também são juridicamente entidades sem fins de lucro na Argentina). Por outro lado, as instituições vistas com maior desconfiança pelos entrevistados são justamente aquelas pertencentes por natureza de caráter público ligadas ao poder formal ou, dito de outro modo, ao universo da política formal (municípios, governo nacional, sindicatos e partidos políticos).

Tabela 9 - Grau de confiança em instituições para realizar programas destinados a resolver problemas sociais (%)

Instituciones	Mucha y bastante confianza	Poca y ninguna confianza	NS-NC
Las entidades sin fines de lucro	86	12	3
La Iglesia Católica	80	16	3
Las universidades privadas	73	22	5
Las empresas privadas	60	36	4
Las escuelas públicas	55	40	5
Las universidades estatales	55	42	3
Los municipios	27	70	3
El gobierno nacional	19	79	2
Los sindicatos	5	94	1
Los partidos políticos	3	95	2

Fonte: Berger, 1998: 15

Dentre as empresas que declararam realizar ações filantrópicas durante o ano de referência (1996) – 138 empresas ou 94% da amostra – 80% o fizeram através de um programa de contribuição direta, 9% através de uma fundação própria e 10% através de ambas as formas. As ações mais frequentes de empresas e de fundações são doações em dinheiro, doações de produtos ou serviços da empresa e patrocínio de eventos de entidades sem fins de lucro. Também é frequente a doação de equipamento próprio assim como a aquisição de bens especialmente para serem doados. No caso de ações realizadas de forma direta pela empresa há a prática da compra de espaços publicitários em meios de difusão de instituições como forma de contribuição. Dentre as formas de contribuição menos tradicionais aparecem com percentual significativo em pergunta de resposta múltipla o empréstimo de pessoal (32%), o estímulo ou oferecimento de facilidades ao pessoal da empresa para realizar trabalho voluntário (26%), o estímulo a participação de membros da direção ou de executivos nas entidades sem fins de lucro (31%), o oferecimento de assistência técnica de setores em serviços de administração, publicidade, relações públicas e marketing (38%).

As cifras que revelariam o montante de doações realizadas pelo setor privado é um dos dados mais controversos desta e de outras pesquisas, 64 dos 138 casos analisados não forneceram essa informação. Dentre as respostas válidas, 46% doaram menos de 100 mil pesos, 35% de 100 a 500 mil e 19% mais de 500 mil pesos. O percentual de doações em relação ao faturamento líquido da empresa concentra-se em sua maioria em algo menos que 1% (embora este dado não tenha alcançado um número significativo de casos devido a escassez de dados). Em relação às entidades beneficiadas pelas contribuições empresariais encontram-se em primeiro lugar as cooperativas hospitalares ou escolares com 80%, seguidas das entidades de ajuda solidária ou ação social com 72%, das paróquias, templos e lugares de reza com 47% e das associações de bairro ou sociedades de fomento com 42%. É interessante contrastar este dado com o da importância atribuída pela empresa a alguns objetivos como cuidar da saúde e fortalecer o sistema educativo que aparecem com percentual alto porém menor do que outros como a proteção ao meio ambiente. As associações de defesa do meio ambiente ou ecológicas recebem 36% de contribuições diretas por parte das empresas entrevistadas. Os partidos políticos, tão desacreditados como instituições conforme dado relatado acima, são ainda assim beneficiados por 6% das empresas entrevistadas em detrimento de 2% de associações de direitos humanos/proteção de direitos sociais. As motivações

apontadas pelos entrevistados, numa escala de grau de importância, para efetuar contribuições filantrópicas estão sintetizadas na tabela 10, abaixo:

Tabela 10 – Motivações da empresa para efetuar contribuições (%)

Motivaciones	Grado de importancia				Motivaciones más importantes
	Muy importante + bastante importante	Ni importantes ni no importantes	Poco importante + nada importante	NS/NC	
Contribuir a mejorar la calidad de vida de la sociedad	76	16	8	0	73
Cumplir con la responsabilidad de la empresa hacia la sociedad	80	10	10	0	71
Fortalecer la imagen de la empresa	59	17	25	0	41
Mejorar la motivación del personal y cohesión dentro de la empresa	46	25	29	1	29
Compensar las funciones que no cubre o dejó de cubrir el Estado	46	25	28	2	23
Interes en el tema por parte de gerentes o directivos jerárquicos	53	20	27	0	10
Apoyar programas o auspiciar eventos que benefician a clientes potenciales	27	20	52	1	5
Aprovechar exenciones impositivas	16	12	70	1	3
Contribuir a mejorar las ventas de la empresa	18	15	65	1	5
Otras empresas del sector hacen donaciones a la comunidad	12	14	69	6	1
NS/NC					3

Fonte: BERGER, 1998, p. 25

Dentre as motivações tidas como muito importantes ou suficientemente importantes aparecem aquelas de finalidades nobres mais amplas como melhorar a qualidade de vida da sociedade ou cumprir a responsabilidade da empresa junto à sociedade, bem como objetivos pragmáticos mais genéricos e difusos como ganhos de imagem, motivação dos funcionários e comunicação institucional. Dentre as motivações consideradas pouco ou nada importantes aquelas que maior adesão tiveram foram as associadas a motivações práticas ou finalidades mais especificamente econômicas como o benefício de clientes potenciais, as isenções de impostos, a melhoria nas vendas e as ações da concorrência. A categoria “compensar as funções do Estado” merece nossa

especial atenção: apenas para 31% dos entrevistados esta é uma motivação muito importante, para 30% é indiferente e para 39% é pouco ou nada importante. Este dado pode ser indicativo do fato de que os empresários argentinos não parecem construir o nexos lógico de que podem ocupar o lugar do Estado (a disputa hegemônica não se coloca entre empresários e Estado), apesar de pontuarem sua desconfiança em relação à capacidade estatal de resolver os problemas sociais.

Os níveis de planejamento e formalização das ações filantrópicas são relativamente baixos, principalmente entre aquelas que não contam com fundações. Somente a metade das empresas entrevistadas inclui uma quantia ou percentual fixo de doações em seus orçamentos anuais. Observou-se também um certo grau de formalização das ações já que as empresas demonstraram existir critérios com os quais decidir sobre o apoio a solicitações de doações, tais como: campo de ação das entidades solicitantes, região em que operam ou o tipo de beneficiário com que trabalham. Por outro lado, somente 25% das empresas entrevistadas formalizaram estes critérios ou suas políticas de doação em um documento escrito. É escassa ainda a utilização de guias que orientem a os solicitantes bem como a difusão das contribuições realizadas.

Ao final do relatório da pesquisa realizada em 1997 e publicado em 1998, os coordenadores concluem:

En síntesis, los resultados de la encuesta indican que el campo de la filantropía empresaria se encuentra en una etapa de desarrollo y redefinición en consonancia con el creciente papel protagónico que adquieren las grandes empresas en la vida de nuestro país y con las nuevas expectativas sociales de la población acerca de la responsabilidad social del sector empresario (BERGER, 1998, p. 43)

Já o relatório da pesquisa UDESA/GALLUP de 2005, mostra uma reorientação dos próprios pesquisadores frente ao objeto de estudo pois há uma substantiva mudança no conjunto de questões propostas, divididas em 11 grupos: opiniões sobre o grau de desenvolvimento da RSE; valores e ética na empresa; contribuições à comunidade; relações de trabalho e desenvolvimento do pessoal; cuidado com o meio ambiente; relação com fornecedores e trabalho terceirizado; apoio a grupos vulneráveis; relação com consumidores; ações contra a corrupção; participação empresarial em ações

setoriais de bem comum; comunicação externa de ações de responsabilidade social empresarial e prestação de contas.⁴

Na pesquisa de 2005, a idéia de “filantropia empresarial” é substituída pelo conceito de “Responsabilidade Social Empresarial – RSE”, sendo esta entendida como um comportamento e um conjunto de práticas da empresa em relação aos seus públicos interno e externo (acionistas, empregados, fornecedores, clientes e comunidade). Nota-se então que predomina a lógica do discurso pasteurizado da cultura de negócios. Mas, na introdução do relatório final, os coordenadores da pesquisa, ao expressarem seus objetivos delineiam discursivamente alguns contornos locais e específicos desse conceito no contexto nacional argentino:

La experiencia obtenida en la encuesta mencionada permitió apreciar la importancia de efectuar un monitoreo periódico del comportamiento social de las principales empresas del país, como parte de una estrategia orientada a brindarle mayor visibilidad a la temática y *estimular a los líderes empresariales a atender de manera sistemática las expectativas de contribución social del sector privado* (BERGER, REFFICO y HERMELO, 2005, p. 9) [grifo meu]

Apesar de ser um estudo de natureza eminentemente acadêmica, os coordenadores da pesquisa não se furtam de atribuir-lhe fins práticos que já nos dão a tônica da discussão por lá: a sociedade espera uma contribuição do setor privado e o estudo se propõe a estimular os líderes empresariais a atender essa expectativa.

Dentre os principais resultados, os objetivos considerados como “muito importantes” como papel da empresa podem ser divididos em dois grandes grupos, sendo os que alcançaram maior percentual aqueles que afetam o negócio ou que são politicamente corretos dentro da agenda global (proteger o meio ambiente, 57%; proteger o bem-estar de seus clientes, 56%; lutar contra a corrupção, 54%; contribuir para melhorar a comunidade, 53%); com menor percentual aparecem categorias que

⁴ A pesquisa, realizada entre fevereiro e maio de 2005, pelo Instituto TNS-Gallup e pela Universidade de San Andrés, é uma versão revista e ampliada da primeira, a partir de uma iniciativa da Fundação IRSA, do Foro del Sector Social e da mencionada universidade, com o financiamento do Banco Mundial, IRSA, Molinos Río de La Plata SA e Shell. O universo do estudo foram as empresas de maior faturamento do país com escritórios corporativos em Buenos Aires (definidas de acordo com os rankings elaborados pela Revista Mercado, pelo Banco Central e pelo *Instituto Nacional de Reaseguros*). A amostra foi dividida em dois estratos: um estrato de incluso obrigatória formado por empresas com faturamento anual acima de três bilhões e meio de pesos, entidades financeiras com depósitos acima de quatro bilhões e meio de pesos e as cinco seguradoras mais importantes do país; o segundo estrato, selecionado por sorteio randômico, ficou composto por 153 casos e os questionários foram aplicados a dirigentes de maior posto nas empresas ou a seus indicados. (BERGER, REFFICO y HERMELO, 2005, p. 51).

incorporam problemas sociais concretos (cuidar da saúde da população, 40%; fortalecer o sistema educativo, 39%; apoiar atividade que criam um melhor clima social e cultural, 36%; oferecer oportunidades de trabalho para grupos socialmente vulneráveis – incapacitados, jovens pobres, 25%; participar dos problemas sociais do país, 20%).

Dentre os pesquisados, 74% consideraram que seu nível de conhecimento sobre a responsabilidade corporativa está entre “alto” e “muito alto”, enquanto só 9% respondeu que o grau de desenvolvimento da RSE em sua empresa é “elevado”. Ou seja, há um grande conhecimento do tema, porém não há uma grande aplicação do mesmo em termos práticos.

Outro dado importante apontado pela pesquisa foi o de que 86% das empresas possuem código de ética, mas dentre empresas estrangeiras esse número é de 63% contra 49% das empresas de capital nacional. Na pesquisa de 1997, 20% das empresas contava com uma fundação e na de 2005 esse percentual se elevou pra 25%. Embora não seja uma taxa de crescimento alta, mostra que as empresas argentinas apostam na mediação das fundações para realizar seus investimentos sociais ao invés de uma atuação direta. Mas a maioria das empresas prefere ainda canalizar seus esforços à comunidade por caminhos mais conhecidos: por exemplo, por meio das ONG's, que parecem ser o destino privilegiado das colaborações das empresas pesquisadas (93% das empresas fizeram doações em dinheiro ou espécie durante 2004 e 92% outro tipo de colaborações às ONG). Para as entidades públicas as doações são ligeiramente menores, porém ainda bastante expressivas: 93% e 84%, respectivamente. Por último 76% das empresas consultadas realizou também doações em dinheiro ou espécie diretamente para a comunidade e 74% realizou colaborações de outro tipo.

Dentre as prioridades estabelecidas para as contribuições, para as empresas que estabeleceram prioridades, aparecem a educação básica com 78%, o trabalho no campo da ação social e a superação da pobreza com 62%, saúde com 56%, infância e desenvolvimento infantil com 51%, meio ambiente com 42%, cultura e artes com 32%, a incapacidade com 30% e as contribuições à educação universitária com 27%. Os temas que se observam menor interesse por parte das empresas são o trabalho pela juventude (18%), a velhice (16%) e a educação cívica e a participação cidadã (13%). A participação empresarial em ações setoriais em nome do interesse público é alta na visão dos dirigentes argentinos. 65% das empresas pesquisadas declararam participar de ações dessa natureza destinadas a resolver problemas sociais. Dessas 100 empresas que

são parte integrante da amostra, 26% manifestaram ter um grau de participação “muito alto” e quase a metade, 48%, atestaram um grau de participação “alto”.

Em relação aos resultados da pesquisa de 1997, parece ter crescido também o grau de formalização e planejamento das ações sociais privadas, conforme os resultados comparativos constantes na tabela 11 abaixo.

Tabela 11 - Alguns resultados comparativos obtidos nos estudos de 1997 e 2005 (%)

	1997	2005
Tiene fundación propia (*)	20	25
Tienen personal asignado específicamente para la gestión de donaciones (*)	34	57
Brindan apoyo al trabajo voluntario del personal (**)	26	56
Disponen de un monto anual preestablecido para realizar donaciones (**)	51	61
Cuentan con un documento escrito sobre sus políticas o criterios de donación (**)	25	42
Poseen un instructivo o guía para orientar a solicitantes potenciales de donaciones o aportes (**)	7	16
Se encontraban en condiciones económicas para hacer mayores donaciones que las que hicieron (**)	36	35
Realizaron aportes en conjunto con otras empresas o donantes (**)	27	53
Estarían interesadas en hacer donaciones conjuntas (***)	37	54

(*) % sobre el total de empresas (**) % sobre las empresas que realizaron donaciones o aportes (***) % sobre empresas que no han realizado donaciones conjuntas

Fonte: BERGER, REFFICO y HERMELO, 2005, p. 8

Sobre as relações com a comunidade, o estudo conclui que praticamente todas as empresas mostram algum tipo de ação de apoio ou colaboração com a comunidade que transcende seu papel como produtoras de bens e serviços, geradoras de riqueza ou geradoras de emprego. As modalidades de colaboração são variadas e incluem formas menos tradicionais de doação como o voluntariado e a assistência técnica a organizações da comunidade, o que sugere um nível de envolvimento mais ativo das empresas. Chama-nos a atenção o fato de que a maioria das empresas desenvolveu algum programa trabalhando conjuntamente com uma ONG, atestando que as entidades sem fins de lucro são importantes mediadoras nas ações sociais das empresas.

Ainda em nível de pesquisa acadêmica, há também um conjunto de estudos da socióloga Beatriz Balian de Tagtachian da *Universidad Católica Argentina - UCA*. O primeiro deles, uma pesquisa qualitativa do ano de 1998, envolveu sete estudos de caso de empresas grandes (mais de 300 funcionários, dos setores financeiro e industrial) e sete empresas pequenas (menos de 100 funcionários, predominantemente comércio de bairro como padarias, farmácia, imobiliária, bem como um laboratório e uma distribuidora de produtos lácteos), buscando-se a comparação entre os dois grupos em sua relação com diferentes organizações que atendem a crianças ou jovens em situação de risco de distintas maneiras (orfanatos, escolas maternais, creches, centros diurnos de apoio assistencial, oficinas de formação profissional, escolas rurais e hospitais de

crianças etc). Este estudo focalizou os seguintes aspectos: os motivos que levam as empresas a doarem; os critérios de ajuda que elas seguem e as formas acompanhamento/avaliação que elas utilizam, com o objetivo geral de responder à seguinte pergunta: que tipo de solidariedade está em jogo quanto uma empresa protagoniza a relação social de ajuda às entidades que beneficia? Em outras palavras: “una solidaridad dinámica, en que las distintas partes se perciben como iguales o en alto grado de actividad, o; por el contrario un estancamiento que se percibe como tal ante la falta de articulación y con escasa capacidad para atender las necesidades, y generar nuevos cambios” (BALIAN DE TAGTACHIAN, s/d, p. 4). No quadro conceitual do estudo, as idéias de dinâmica ou de estancamento se consubstanciam em duas dimensões: a percepção do grau de reciprocidade ou grau de assimetria entre as partes e o foco de atenção da empresa (a entidade ou a si própria).

No caso das empresas pequenas notou-se que têm um sentido localista de ajuda pois beneficiam a entidades próximas geograficamente a elas. Mas, revisitando alguns depoimentos constantes do artigo que relata essa experiência de pesquisa vemos que atuam também nessa relação, as redes de relacionamento e a confiança das relações de vizinhança:

‘El vínculo entre la empresa y la entidad se dió a través de la Sra. Mabel y el lazo afectivo que la unía con el actual presidente de la fundación’.

‘La vinculación de la empresa hacia la fundación surgió a través de una relación vecinal hace mucho tiempo atrás (...) una de las integrantes de la entidad se acercó a la panadería para ver si podíamos ayudarlos.’

‘Los directores de la empresa iban a la iglesia San Juan Bautista, conocían al padre Hernán, ellos conocían a su obra y él necesitaba que alguien lo ayudara para poder terminar las instalaciones del Hogar (...) la empresa quería colaborar con el padre y sus obras’ (relatos de entrevistados citados por BALIAN DE TAGTACHIAN, s/d, p. 14)

Já dentre as empresas grandes a proximidade geográfica não aparece como critério para a doação, sendo o fator decisivo, na visão da autora, a necessidade da entidade beneficiada. Entretanto, pelos depoimentos constantes, percebe-se também que laços sociais e a avaliação da cúpula são fatores importantes: “cuando se trata de una entidad nueva, la posible donación es analizada por el directorio. Los candidatos

seleccionados suelen ser aquellos que han sido recomendados por alguna persona cercana a la empresa” (BALIAN DE TAGTACHIAN, s/d, p.14)

A capacidade de expressão de suas necessidades por parte das entidades beneficiárias aparece também ser um critério importante para as empresas grandes, embora esta esteja vinculada ao corpo diretivo:

‘En cuanto a la donación en sí (...) prefirieron preguntar a las autoridades del Hospital que necesidades tenían y en base a estas que les dieran una lista con los equipamientos que necesitaban’

‘En base a la presentación del problema efectuada por dicha Hermana, la cual fue muy compleja, clara y precisa, la Fundación evaluó el proyecto pues consideró que se trataba de una buena causa y la elevó a al Consejo de Administración’

‘tras mostrar el objetivo de la Fundación y su necesidad de fondos para la realización e su proyecto, el presidente del laboratorio Serono autorizó la colaboración con la Fundación’ (BALIAN DE TAGTACHIAN, s/d, p. 13)

Os motivos de doação para as empresas grandes relacionam-se com o que a autora denomina de responsabilidade social, ou seja, tem um sentido de que a mitigação dos impactos sobre a comunidade é uma obrigação.

‘La empresa no utiliza las donaciones como una estrategia de imagen. Lo que prima es la responsabilidad social por encima de los intereses particulares (...) es una obligación asistir al más necesitado’

‘La organización desarrollará cada vez más las obras comunitarias evitando, sin embargo, darles carácter paternalista’

La fundación (de una gran empresa) está muy conforme lo que hace (...). Se trata de necesidades muy importantes de la sociedad argentina.

En cuanto al porqué de la donación, la empresa es de origen inglés y el director, el ingeniero público William Adamson, al estudiar la situación del país se dió cuenta que había dos sectores que necesitaban ayuda, estos son la Educación y la Salud” (BALIAN DE TAGTACHIAN, s/d, p. 11)

Já para as pequenas empresas, na interpretação da autora, as ações sociais têm mais haver com um sentido de cooperação com os que estão próximos. Entretanto, vemos que há um forte sentido de contribuição à melhoria da realidade social de forma mais ampla e de intervenção intencional neste sentido:

La empresa dona porque además de tener un gran sentido de solidaridad tiene una gran historia con el colegio, y no quiere que ese vínculo se termine. Además sabe lo que representa esa institución para toda la gente que la necesita y considera que desde el lugar que una panadería puede tener en la sociedad debe ayudar como pueda’

‘cree [la empresa] que la mejor forma de mejorar la situación del país es preparando a los jóvenes para su futuro; y la manera que él tiene a su alcance para colaborar a esta noble causa es donando lo que puede. (BALIAN DE TAGTACHIAN, s/d, p. 12)

Por outro lado, há casos de empresas grandes e pequenas que reafirmam não haver qualquer interesse pragmático em suas ações sociais no que diz respeito a ganhos para a empresa. Nestas, a motivação se expressa por categorias como sentir-se melhor espiritualmente e doação desinteressada (pequenas) ou pelo fato de não publicizarem suas doações (empresas grandes).

O grau de formalização no acompanhamento e avaliação das doações é baixo tanto em empresas grandes quanto pequenas, envolvendo informativos gerais, observação informal, visitas ou informativos pessoais. Tanto no caso das grandes quanto das pequenas empresas, a justificativa para a não avaliação é a confiança no trabalho das entidades beneficiárias. De acordo com Balian de Tagtachian (s/d: 18) “la escasa cantidad de informes escritos especialmente los específicos de la donación recibida permite suponer que las empresas no realizan evaluación de la eficiencia y la eficacia de las organizaciones del tercer sector. Es decir no practican en estas organizaciones las mismas pautas que en sus negocios”. O que esvazia a idéia comumente encontrada de que a iniciativa privada deve assumir responsabilidades públicas porque faz melhor (gere melhor) do que o Estado.

Já na pesquisa intitulada *Responsabilidad Social Empresaria: un estudio empírico de 147 empresas* (2004), a autora pontua que vários aspectos do comportamento empresarial são sintetizados por diversos autores e organizações sob o conceito de “Responsabilidad Social Empresaria”⁵. Sendo assim, é preciso advertir que

⁵ A pesquisa foi desenhada e aplicada no período de agosto de 2002 a dezembro de 2002, no âmbito da oficina de *Metodologia de La Investigación II* do curso de licenciatura em Administração da UCA. Os alunos selecionaram as empresas pelo critério de relacionamento, seguindo a orientação geral de ser uma empresa com mais de 5 empregados. O problema de pesquisa foi discutido, os alunos foram treinados e o desenho do questionário ficou a cargo da professora e pesquisadora responsável pela oficina. A amostra final de 147 empresas dispensou questionários repetidos e os que não apresentaram informações

este é um conceito impreciso, tendo em conta que é usado para designar temas de investigação académica, estratégias de ação ou questões de índole ética. Para a autora a definição de RSE é uma “frontera en movimiento”. Sendo assim, implica satisfazer as “expectativas legales, medioambientales y sociales de la comunidad. Frente a distintos tipos de economía, empresas y realidades regionales, la RSE asume diferentes contenidos y exige un replanteo de los mecanismos que generan confianza en la sociedad”⁶. A autora destaca que há empresas argentinas que anos atrás, antes da formulação do conceito vigente, realizaram uma tarefa importante, referindo-se aos exemplos da Algodonera Flandria em Luján⁷, além do trabalho realizado por Enrique Shaw⁸ que trabalhou pela promoção humana, impulsionou a criação do salário-família e considerava que a eficácia e a maximização dos lucros de uma companhia devem ser utilizados para o desenvolvimento integral do homem.

Com o objetivo de contribuir com uma maior precisão analítica, a autora elaborou uma tipologia do comportamento empresarial através de dois eixos. O primeiro, a vinculação da empresa com seu contexto social, considerando-se dois pólos opostos: integração e isolamento; o segundo é o significado das ações, também composto por dois polos opostos: por interesse ou princípios.

Quadro 8: Tipologia do comportamento empresarial voltado para a comunidade

Vinculação da empresa com seu contexto Significado das ações	Integração	Isolamento
Interesses (orientação ao bem privado)	Busca de imagem, lealdade dos empregados e clientes	Interesse comercial estrito
Princípios (orientação ao bem público)	Compromisso com a sociedade	Vocação para negócios

Fonte: BALIAN DE TAGTACHIAN, 2004, p.10

consistentes. A distribuição dos casos da amostra de acordo com o número de empregados foi a seguinte: 1 a 9 = 20; 10 a 29 = 44; 30 a 99 = 28; 100 a 399 = 28; e mais de 400 = 27.

⁶ Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/817135> acesso em 25/05/2007.

⁷ A Algodonera Flandria foi uma empresa têxtil de origem belga que se instalou na Argentina no final dos anos 1920. O empreendedor Sr. Julio Steverlynck, mais que construir uma fábrica de tecidos, se propôs criar uma comunidade isolada das áreas urbanas na qual prevalecessem relações de cooperação e que se evitassem as conseqüências malélicas do capitalismo industrial europeu. Inspirado nos princípios do catolicismo social, além de respeitar os direitos sociais dos trabalhadores, algo raro naquele contexto, fundou duas paróquias, uma cooperativa operária, um colégio, uma biblioteca, um teatro, um clube de ciclismo, um teatro e um clube náutico. A vila foi edificada com a ajuda de um grande contingente de imigrantes, principalmente espanhóis e italianos (ROUCO, s/d)

⁸ É digno de nota que ele foi membro-fundador e primeiro presidente da ACDE Argentina e que esta outorga um prêmio de destaque em áreas de RSE que leva o seu nome. Enrique Shaw era um fervoroso seguidor da Doutrina Social da Igreja e participou de várias atividades bem como da fundação de várias associações com o objetivo de levar seus preceitos ao mundo empresarial argentino.

A combinação desses pontos extremos resulta em quatro possíveis tipos de comportamento empresarial, sendo eles: busca de imagem, interesse comercial estrito, vocação para os negócios e compromisso com a sociedade. O estudo empírico realizado numa amostra de empresas de distintos tamanhos (aliás, a hipótese em teste é a de que o tamanho da empresa e o contexto sócio-econômico são variáveis que determinam o comportamento empresarial no que se refere à RSE) revela que 68% das companhias consultadas realizam algum apoio a organizações da comunidade. Vale dizer que quanto maior o número de empregados, é maior também a proporção de atividades comunitárias, com exceção das empresas com menos de 10 empregados que apresentam uma proporção superior às que têm 10 ou mais empregados.

O estudo mostra que as empresas médias (entre 10 e 30 empregados) e grandes (100 a 399 e acima de 400 empregados) cumprem mais os aspectos legais impositivos tais como a apresentação anual de balanços para a *Asociación Nacional de Ingresos Públicos* – AFIP, apresentações mensais do ganho bruto, apresentações mensais do *Impuesto al Valor Agregado* – IVA, pagamentos dos encargos sociais de todos os empregados. Numa média dos anos 2000, 2001 e 2002 68% declararam estar em dia com tais obrigações legais contra uma cifra 92% das médias e de 96% das grandes empresas. Já no quesito consciência dos impactos ambientais a diferença diminui um pouco, mas ainda é maior dentre as empresas médias e grandes, 96% do que nas empresas pequenas, 75%.

A quantidade de empresas que declaram ter realizado atividades em favor da comunidade é grande. É importante notar que a própria formulação da pergunta já denota uma característica da RSE na Argentina que é a necessidade de contar com a mediação de uma organização da sociedade civil. Assim, as atividades comunitárias da empresa foram consideradas a partir da pergunta: “a empresa realiza ou apóia alguma atividade em favor da comunidade?”, consideradas como relações com organizações da comunidade. Declaram ter realizado atividades voltadas às organizações da comunidade 67% das empresas em 2000, 71% em 2001 e 67% em 2002. Quanto às organizações que recebem ajuda, a tabela 12 abaixo, sintetiza os achados da pesquisa:

Tabela 12: Distribuição de menções de tipos de organizações da comunidade com as quais se relacionam as empresas

ORGANIZACIONES DE LA COMUNIDAD	CANTIDAD DE MENCIONES (n ^{os} absolutos)	EJEMPLOS
Organizaciones religiosas	18	Apoyo a Cáritas, a parroquias y a colegios barriales. Cáritas y Fund. Felices los Niños Donación de material de construcción a Ejército de Salvación.
Clubes	3	Donación para el día del niño para un club de la zona
Organizaciones estatales de gobierno y seguridad	11	Bomberos voluntarios, Policía Federal
Escuelas/cooperadoras	32	Apoyo a escuelas rurales de la provincia. Entrega a colegios de material de la empresa que sobra
Hospitales/centros de salud	19	A Hospital Ex Casa Cuna Donaciones a centros de rehabilitación para discapacitados
ONG's/Fundaciones	37	Se brinda asesoramiento gratuito a organizaciones sin fines de lucro. Generalmente las actividades que realizamos son donaciones a fundaciones de bien público (por ej. Unicef)
Comedores/población carente	32	Donación de soja a comedores Actividades masivas para gente carente, sobretudo en días especiales (día del niño o navidad) especialmente este año por ser crisis profunda
Menciones de tipo general	18	Bienes y dinero em la zona Donaciones dirigidas a la comunidad
Otras	8	Donación de útiles escolares al sindicato de la Construcción. Patrocinio de actividades artísticas.
Total	178 (respuestas múltiples)	

Fonte: BALIÁN DE TAGTACHIAN, 2004, p. 15

A confiança assinalada pelos empresários nas ONG's expressa na pesquisa UDESA/Gallup (1998) acima citada, consolida-se numa prática: a preferência por ajudar a comunidade com a mediação desse tipo de entidade. Outra leitura possível é a divisão dos dados acima em três conjuntos, como sugere Balián de Tagtachian (2004: 16): 1) ajudas a organizações tradicionais (religiosas, clubes, estatais, escolas, cooperativas, hospitais) com 47% do total de menções; organizações novas (ONG's, população carente, refeitórios) com 39% e comunidade em geral com 14%. É interessante notar que uma organização voltada para o trabalho com população carente é enquadrada aqui como um tipo de organização nova.

O tipo de apoio, seja ele dado em serviços, em bens ou em dinheiro, foi sintetizado em três perfis: atomizado (pequenas ajudas a uma multiplicidade de associações), simbólico (pequenas ajudas por costume) e concentrado (focalização em um tema ou associação), mas não são discutidos em termos quantitativos. As menções sobre as formas de apoio foram ainda categorizadas segundo o tipo de público ou parte interessada sobre o qual se coloca o foco. Assim, 38% (num universo de 96 menções) são centradas na empresa (geração de emprego, organização, produtos, serviços); 4% centradas nos empregados; 8% centradas no cliente; 1% centradas na família do empregado; 44% centradas em aspectos sociais da comunidade. Assim, há uma tônica da preocupação com o público e integração com a sociedade, mas sob duas visões antagônicas: uma relacionada ao interesse comercial, mas sem isolamento da empresa de seu contexto e a outra relacionada “en el acontecer de la sociedad” (BALIAN DE TAGTACHIAN, 2004: 18).

O planejamento estratégico, a projeção ao futuro, é considerado um aspecto chave para qualquer empresa. Por isso o tema da relação com a comunidade foi investigado mediante a seguinte pergunta: “Ud personalmente, ¿qué opinión tiene sobre qué debería hacer por la comunidad?”. As respostas foram analisadas de acordo com três dimensões da realidade social, das quais interessa-nos mais de perto reter os componentes sociais das menções em seus aspectos relacionais e organizacionais.

Tabela 13 – Distribuição dos aspectos relacionais com referência a comportamentos a seguir em relações com a comunidade

COMPONENTES SOCIALES	Nº DE MENCIONES		EJEMPLOS
	Nº	%	
Referencias al Estado	10	31	Creo que el Estado há abandonado la asistencia social con fines filantrópicos, sólo utiliza recursos con fines políticos y los malgasta.
Referencias al Mercado	8	24	Creo que deberían involucrarse e involucrar a los empleados en las actividades que realizan.
Referencias a asociaciones	9	27	Crear programas de ayuda y asistencia social hacia las personas humildes controlados por consejos barriales o parroquiales.
Otras referencias	6	18	Ayudar, tratar de estar en contacto.
	33	100	

Fonte: BALIÁN DE TAGTACHIAN, 2004, p. 19

As categorias escolhidas seguiram ao conceito de “boa sociedade” de Etzioni, ou seja, aquela em que se equilibram os três diferentes componentes institucionais – Estado, mercado e comunidade – se apresentou em cifras muito próximas, com ligeira alta no que se refere ao Estado e ligeira baixa no que se refere ao mercado. Mas, anota a pesquisadora, dentre as 10 menções feitas ao Estado, 9 tinham caráter negativo. Chamamos especial atenção a seguinte: “la sociedad debe unirse para dar solución a todas las necesidades que el Estado debería satisfacer pero por su ineficiencia no lo puede lograr”. O papel protagônico da sociedade é assim acentuado, reafirmando a importância do Estado no jogo de relações com o setor filantrópico. Segundo Thompson (citado por BALIAN DE TAGTACHIAN, 2004, p. 20), falando do lugar de ativista no campo do terceiro setor:

Todos somos muy concientes de que, aun juntando todos nuestros presupuestos, en Argentina, no cubrimos ni medio día de presupuesto público, o sea, es imposible pensar que vayamos a reemplazar el Estado; pero sí tenemos capacidad de apoyar, de generar y sostener innovaciones, y debemos buscar que esas innovaciones sociales puedan ser transferidas y puedan ser tomadas por las políticas públicas.

Tomando como referência o contexto de crise socioeconômica, foi abordado um terceiro aspecto relativo ao perfil pessoal dos dirigentes em relação com as condições que favorecem condutas de tipo resiliente (quer dizer, fazer as coisas em circunstâncias adversas). Como perfil geral dos entrevistados, tem-se que 81% é do sexo masculino, concentrados na faixa etária que vai dos 40 aos 60 anos (69%), casados (79%), 80% têm nível de educação muito elevado (ensino superior e pós-graduação) e 88% se identifica como católico (embora o grau de prática religiosa seja baixo em 71% dos casos). Os resultados mostram que entre as condições que favorecem a resiliência aparece um maior grau de prática religiosa. O resto dos aspectos considerados (capacidade de resolução, apoio familiar, confiança pessoal, serenidade, senso de humor) não mostrou nenhuma associação com o sexo ou a idade.

O estudo de caso de uma empresa do setor petrolífero e de gás natural no Departamento de General San Martín, Província de Salta, empreendido por Balián de Tagtachian (2005) traz dados relativos ao envolvimento dos sujeitos (empresas, organizações e pessoas) no projeto *Jornadas del Medio Ambiente, Empresa y Comunidad*. Dois aspectos se destacam nesta pesquisa para os propósitos do presente

trabalho. O primeiro diz respeito a uma situação de conflito entre a população local e a empresa em questão; e o segundo diz respeito ao fato do estudo privilegiar a perspectiva da relação entre Empresa, Sociedade e Estado pressupondo que a coordenação entre os três é condição necessária para a resolução de conflitos e o desenvolvimento conjunto, de acordo com a perspectiva teórica do sociólogo Amitai Etzioni adotada como um dos pilares teóricos do trabalho.

Vale dizer, que a província de Salta e, mais especificamente, o Departamento de General San Martín é uma zona pobre do país⁹, com alta concentração de grupos indígenas e que sofreu fortes impactos com a política neoliberal do governo Menem e a privatização da YPF, empresa petrolífera estatal. A empresa em questão é a Refinor que, segundo seus diretores, “es una empresa no querida en el medio porque la gente de la zona piensa que la empresa multinacional que compró YPF de por sí, es usurpadora. (...) en las estaciones de servicio de Tartagal aparecían carteles que decían ‘YPF volvé’” (BALIÁN DE TAGTACHIAN, 2005, p. 20). Os conflitos com a empresa envolvem, além da percepção da população local, uma notável presença de membros do Greenpeace por denúncias devido à falta de cuidado com o meio ambiente. “Este grupo ambientalista denunció los desmontes de bosques nativos salteños y en ese intento algunos de sus miembros fueron detenidos por la policía en Tartagal” (BALIÁN DE TAGTACHIAN, 2005, p. 8). Os docentes envolvidos no projeto proposto pela empresa cujo tema era o da educação ambiental também tiveram um episódio de repressão policial conhecido como “*noche de las tizas*” depois de uma greve e mobilização. Em resumo a região se caracteriza por desigualdades econômicas e culturais, bem como por um alto grau de conflitividade social.

O projeto das Jornadas envolveu várias etapas. A primeira de coleta de lixo propiciou a participação de vários grupos sociais e o intercâmbio entre eles. A segunda, segundo os diretores da empresa, nasceu da primeira, pois, após a coleta, os próprios participantes colocaram a necessidade de reciclar o lixo. Assim o projeto tornou-se uma constante a cada ano, envolvendo basicamente empresa e docentes numa relação positiva segundo avaliação dos diretores. A relação com o Estado, entretanto, aparece de forma mais ríspida:

⁹ As taxas de desemprego dão um retrato dessa área: 1991: 6% - 2001: 34%; Salta 2001: 29% - Argentina, 2001: 29%. O percentual de domicílios com necessidades básicas não satisfeitas (NBI) é de 35,3% contra 27,5% de Salta e 14,3% do país como um todo.

Directivos de la empresa señalan que cuando fueron las jornadas de Limpieza [1ª etapa do projeto], las que estaban impulsadas por la empresa, las autoridades políticas no se hicieron presentes en las localidades predominantemente aborígenes. En cambio cuando se hicieron en una localidad ‘con más escenario’ aparecieron los camiones de residuos del municipio, estuvieron también los bomberos del municipio, y sus principales funcionarios (BALIÁN DE TAGTACHIAN, 2005, p. 14).

O mesmo tipo de tom em relação ao Estado, “proveitador” da situação para armar o circo da política, se mantém quando a empresa comenta a escolha da localidade das Jornadas. Tartagal foi o município escolhido porque está no centro de uma extensa linha pela qual um ônibus da empresa circula recolhendo professores que não têm transporte próprio. Mas, à medida que as jornadas foram tomando uma proporção maior, o prefeito de Aguaray fez uma pressão muito forte para que o evento ocorresse ali, município que sedia a destilaria, prometendo inclusive terminar uma sala multimeios para a realização do mesmo. Os dirigentes empresariais classificam a relação dos prefeitos da região com as jornadas como “protocolares”, resumindo-se à presença reduzida dos mesmos nos eventos de abertura e o reconhecimento do projeto como sendo de interesse municipal. O apoio recebido através de material bibliográfico e de outros tipos via Secretaria do Meio Ambiente não foi considerado nos depoimentos dos dirigentes da empresa, embora tenha sido destacado pela pesquisadora ao analisar o projeto.

A desconfiança em relação ao Estado não é unicamente sustentada pela empresa. Ao comentar a relação entre as Jornadas e os conflitos daquela zona, a autora analisa a presença e a atuação dos ‘*piqueteros*’ – grupos de manifestantes desempregados que para se fazerem presentes no espaço público interrompem o trânsito em ruas, avenidas ou estradas – que, não obstante tenham utilizado de meios violentos contra a empresa como queimar caminhonetes e uma tentativa de incendiar a planta da destilaria, com as jornadas eles nunca “se meteram”, segundo palavras de um diretor, embora elas tenham ocorrido em períodos de alta atividade destes grupos na estrada 34. Mas, ao que tudo indica pela crônica reproduzida pela autora e retirada de um jornal socialista ligado ao movimento *piquetero*, a insatisfação deles não é para com a empresa, mas sim para com o Estado:

Cuando entraron en la comisaría [após detenção operada pela polícia] y la prendieron fuego, desarmaron a los policías y los tomaron de rehenes, sacando armas y quedándose las al igual que las encontraron en los tribunales. Pero se encontraron con que había en un galpón almacenando colchones y bolsones de comida que eran para los desocupados y que el gobierno se los había guardado. Eso aumentó la furia de los salteños (como les pasó a todos los trabajadores y desocupados del resto del país que vieron por televisión como los manifestantes sacaban los colchones y las bolsas con comida y se decían que mientras los trabajadores y desocupados se mueren de hambre los gobernantes se guardan la comida. Los piqueteros que ya habían hecho sentir su furia quemando todos los organismos gubernamentales del estado capitalista, sacaron los colchones y la comida y la repartieron entre los desocupados (Publicación de la Unión Socialista de los Trabajadores citada por BALIÁN DE TAGTACHIAN, 2005, p. 20).

A importância atribuída às organizações da sociedade civil organizada e, em nossa avaliação, a defesa de seu protagonismo em relação a outros atores sociais, principalmente o Estado, é um ponto de vista implícito nos trabalhos de Balián de Tagtachian que, em outro artigo (2005, p. 32), deixa bem clara sua posição analítica ao avaliar que o grande desafio é passar do papel que tais entidades têm no âmbito da assistência para assumir outros, principalmente vinculados à tomada de decisões em termos de políticas públicas locais ou nacionais.

Passando aos dados produzidos fora do âmbito acadêmico, destacam-se dois estudos realizados pela *Red Puentes* por meio da *Fundación El Otro* (Argentina), ambos de caráter exploratório sobre a percepção dos empresários em relação ao tema da RSE e as práticas das empresas em 2003 e 2005. Participaram da pesquisa de 2003, 42 empresas líderes de diferentes portes, meio acadêmico e principais jornais impressos do país com o objetivo de descrever o cenário da RSE na Argentina, abrangendo um grupo diversificado de protagonistas. O conceito de RSE focado no estudo é o do *triple bottom line* como parte essencial da gestão empresarial, foco nos *stakeholders* e preocupação com a transparência e *accountability* (no sentido de que as empresas devem oferecer informação pública de suas ações para que a sociedade possa avaliá-las). Já para as empresas a RSE envolve o cumprimento da legislação como passo fundamental, complementado por outras ações.

A pesquisa apontou os seguintes resultados: a RSE se encontra em processo de construção, ainda que tenha sofrido sensível impulso a partir de 2000; a RSE se define

como ações para a comunidade e não se pode assegurar que faça parte do *core business* das empresas; são poucas as empresas que mencionam a RSE em sua missão e visão e algumas têm gerência de RSE; há um alto percentual de empresas que não realizam o balanço social, mas não estão obrigadas a fazê-lo já que têm menos de 500 empregados¹⁰; dentre os fatores de maior preocupação mencionados pelas empresas aparece: em primeiro lugar os empregados, seguidos de clientes, preservação ambiental, fornecedores e ética; 70% dos entrevistados declaram realizar ações para a comunidade por meio de: programas próprios (77%), programas de ONG's (70%), doações (62%), fundação própria (44%) e outras modalidades (22%); as pesquisas de clima no ambiente de trabalho, inclusão de portadores de deficiência e relações de gênero são os eixos que precisam de tratamento mais intensivo; a participação dos meios de comunicação para divulgação da RSE é uma necessidade e o crescimento de publicações nos últimos anos pode ser o começo da formação de profissionais de imprensa especializados na temática.

O segundo estudo realizado pela Red Puentes em 2005 tinha caráter comparativo dos sites institucionais de 26 empresas multinacionais atuantes na Argentina (segundo informações obtidas na pesquisa de campo a influência das matrizes é um dado relevante para a instalação da questão no país). Já em relação à pesquisa de 2004 realizada em sites da internet, o relatório revela que as empresas que realizam o balanço social são as que mais disponibilizam informações no site; as informações sobre relações de gênero no ambiente de trabalho devem ser aprofundadas, tanto em quantidade quanto em qualidade; a RSE deve se estender pela cadeia produtiva; não há informações sobre dificuldades ou conflitos que tenham se apresentado às empresas em virtude dos impactos por elas causados; o conceito de RSE está se desenvolvendo nos ambientes empresariais, mas sua prática não. Os critérios para definição das empresas participantes da pesquisa foram: estar presente em pelo menos dois países da América Latina; ter aderido ao Pacto Global e ter site na internet.

Em outubro de 2004 a *Red Puentes* concluiu seu documento de posicionamento cívico, intitulado “*Visión y Propuestas de Red Puentes sobre la Tarea de la*

¹⁰ Na Argentina há uma lei que obriga a elaboração do balanço social (Ley 25.250 y decreto 1171/00 de 2000) por empresas com mais de 500 trabalhadores. As empresas devem elaborar o documento e apresentá-lo à representação sindical de seus trabalhadores. Informações obtidas nas entrevistas apontam que essa lei é pouca observada e que, nos casos de cumprimento, o documento é pró-forma. O estudo da Red Puentes (2003, op. cit.) aponta que 63% das empresas entrevistadas com mais de 500 empregados realiza balanço social.

Responsabilidad Social Empresarial en América Latina” no qual faz o seguinte diagnóstico sobre a situação da questão na Argentina:

La RSE como tema se está instalando con más fuerza en el mundo empresario. Algunos indicadores de esta situación son la adhesión de más de 200 empresas al Pacto Global, la proliferación de eventos, seminarios y consultorías dedicadas a este tema y la aparición de áreas de RSE en algunas empresas. Sin embargo, la mayor parte de esas iniciativas no plantean la RSE integrada al quehacer de la empresa, por lo cual, la instalación del tema no significa un avance de las prácticas reales (...) Sin sociedad civil activa que demande una nueva forma de operar de las empresas no habrá una RSE real¹¹

Outra sondagem, realizada no âmbito das organizações civis, é a de Amartya¹² que se auto-define com uma empresa social com objetivo de promover modelos de negócios ambiental e socialmente sustentáveis. O estudo realizou uma análise sobre a comunicação da RSE de 60 empresas, escolhidas em 2005 como as melhores empresas para trabalhar, segundo pesquisa anual do *Great Place to Work Institute* (GPTW). Na fase preliminar do estudo, observou-se que das 60 empresas ranqueadas, somente 46 têm páginas próprias para Argentina. A metodologia empregada consistiu da aplicação de uma matriz de análise dos sites destas empresas, revelando que elas não têm ainda uma estratégia clara de abordagem dos distintos públicos de interesse (*stakeholders*), bem como de publicizar o trabalho que vêm realizando inspirados no conceito de RSE. Este, por sua vez, é definido pela organização realizadora do estudo como:

La Responsabilidad Social Empresaria (RSE) es una visión de los negocios que incorpora a la gestión el respeto por los valores éticos, las personas, las comunidades y el medio ambiente, convirtiéndola en una ventaja competitiva. Entendemos la RSE como un conjunto integral de políticas, prácticas y programas que se reflejan armónicamente a lo largo de todo el accionar de la empresa y de los procesos de toma de decisión, y las cuales son compartidas, defendidas y llevadas adelante por todos los miembros de una empresa (IZA, 2005, p. 1)

¹¹Disponível em http://www.elotro.org.ar/areas/res_soc/down/docupdates_redpuentes/La%20RSE%20en%20la%20comunicacion%20empresari.pdf Acesso em 11/12/2005: 6.

¹² www.amartya.net.ar

Dentre as empresas pesquisadas, 48% formulam explicitamente qual sua missão, 33% qual é sua visão e 7% inclui dentro dessas formulações os conceitos de sustentabilidade do negócio e o impacto social que geram. Tais dados mostram-se relevantes na medida em que permitem avaliar como a empresa se pensa em longo prazo. 50% das páginas apresentavam uma área específica para informar sobre ações de Responsabilidade Social, apresentada com distintas denominações: “Relaciones con la Comunidad, Fundación, Compromiso Social y Responsabilidad Social, entre otros”. 41% das empresas descrevem sua política de RSE, detalhando os parâmetros estabelecidos previamente para o desenvolvimento da mesma. 26% incluem em suas páginas web a possibilidade de acesso ao balanço financeiro e social da empresa, o que demonstra um baixo grau de consciência em relação à necessidade de transparência. Quando o dado se restringe ao balanço social, apenas 9% das empresas pesquisadas o apresentam. Dentre os públicos contemplados com informação específica para ele, aparece em primeiro lugar os clientes que em 74% dos sites encontram espaços de consulta e/ou reclamações, mas somente 5% das entrevistadas informam sua política de atenção aos mesmos. A comunicação com os empregados apresentou os seguintes números: 46% das empresas anunciam um plano anual de capacitação de seus empregados, enquanto 30% têm programas de voluntariado corporativo para estimular a participação comunitária, 26% menciona políticas ou programas de inclusão social (gênero, idade, discapacidades e outros), 4% explicita atividades ou procedimentos que permitem a participação dos empregados na tomada de decisão e/ou ou nos resultados.

Outro elemento de avaliação foi a inclusão de informação sobre relações com a comunidade em que desenvolve suas atividades. Verificou-se que 59% das empresas comunicam ações voltadas para a comunidade e 43% informa sua política de doações de produtos e/ou serviços próprios ou adquiridos para este fim. Por outro lado, dentre as empresas que realizam ações para a comunidade, 61% das páginas descreve as atividades dos programas comunitários, 46% informa sobre o impacto que tiveram tais atividades e cerca de 11% difundem orçamento anual destinado a elas. 17% das empresas investigadas se considera e se define como cidadão corporativo, bom cidadão ou bom vizinho. A investigação monitorou também a comunicação de políticas ambientais e de programas relacionados e observou-se que 33% comunicam sua política de meio ambiente e 30% informa sobre programas ambientais que desenvolvem. O estudo aponta que 28% das empresas conscientizam a seus empregados em temas de meio ambiente, mas somente 11% delas realizaram alianças com ONG's que trabalham

com este tema. 48% informa parcerias com organizações em qualquer tema, seja da sociedade civil, empresas, universidades e/ou agências do Estado.

6.2 – Análise das entidades promotoras da RSE na Argentina

Nesse momento, passaremos a apresentar os dados de nossa pesquisa na Argentina. O primeiro desafio da pesquisa foi a identificação das entidades representativas da divulgação da RSE naquele país. Tal identificação foi feita com base numa ampla pesquisa de campo que se fundamentou nos dados secundários explorados acima, nos dados disponibilizados pelas associações nos seus *websites*, nas declarações por elas realizadas ou menções feitas a elas em dois principais jornais de abrangência nacional na Argentina: *El Clarín* (1997-2008) e *La Nación* (1999-2008), num conjunto de entrevistas pessoais realizadas com diretores das entidades em questão e na participação em eventos.

A seleção das organizações levou em consideração os seguintes critérios: a sua visibilidade midiática medida pela pesquisa nos dois principais jornais do país e a atuação delas em relação ao tema que, no caso argentino, estão organizadas e sistematizadas no *Mapeo de Promotores de Responsabilidad Empresaria en Argentina*¹³. Trata-se de uma atividade sistemática de pesquisa iniciada em novembro de 2004, com o acompanhamento e o apoio técnico e financeiro da Fundação Avina, cujas informações foram publicadas a partir de março de 2007. A pesquisa gradua as entidades de acordo com seu nível de envolvimento com a promoção da RSE, correspondendo às entidades de grau 1 aquelas com alta proatividade no desenvolvimento de linhas de ação e que atuam diretamente na promoção do tema. Todas as entidades selecionadas para aprofundamento empírico têm grau 1 no *Mapeo*. Vale dizer que o mapeamento contabilizou 28 entidades empresariais relacionadas de alguma forma ao tema da RSE e 80 entidades da sociedade civil e de RSE (as de RSE são entidades da sociedade civil exclusivamente ligadas ao tema). A grande quantidade de entidades revela grande fragmentação e baixo grau de projeção no espaço público das entidades promotoras e do próprio tema, como se nota no quadro 9 abaixo que sintetiza o número de registros de imprensa recuperados para cada entidade:

¹³ www.mapeo-rse.info

Quadro 9 - Total de Registros Recuperados sobre Entidades nos Jornais La Nación e El Clarín (indicador de visibilidade midiática)¹⁴

Entidade	La Nación	El Clarín
IARSE	39	3
GDFE	2	0
CAC	2	0
CEADS	6	0
AACREA	34	14
EL OTRO	21	9
FORO ECUMÊNICO	26	16
AMIA	27	2
FORO DEL SECTOR SOCIAL	35	10
PODER CIUDADANO	16	3
IDEA	9	2
ACDE	17	7
VALOS	9	0

Vale mencionar ainda que na escolha das entidades, buscou-se estabelecer algum tipo de correspondência com aquelas que atuam no Brasil, de acordo com o quadro 2 comparativo das entidades no capítulo 5. Há algumas entidades de origem empresarial, dentre as quais se destacam o *Consejo Empresario Argentino para el Desarrollo Sostenible* - CEADS, o *Instituto para el Desarrollo Empresario Argentino* – IDEA, a *Camara de Comercio Americana de Argentina* - AMCHAM-Argentina, a *Camara Argentina de Comercio* – CAC, a *Asociación Cristiana de Dirigentes Empresariales* – ACDE, a *Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola* – AACREA (empresários rurais) e duas iniciativas empresarial de caráter regional que são a Valos, localizada em Mendoza, e a *Fundación del Tucumán* localizada em San Miguel de Tucumán (que se destacam dentre outras iniciativas regionais com o mesmo caráter como: *Consejo Empresario de Entre Ríos* - Paraná, *Centro de Responsabilidad Social Empresaria de la Fundación Libertad* – REDDO – Rosario, *Nodo IARSE Bariloche*, , *Fundación de Apoyo a la Pequeña y Mediana Empresa* – FUNDAPYME – Ushuaia).

A mais tradicional organização de representação dos interesses empresariais industriais, a UIA, cujo lema é “*sin industria no hay nación*”, não trabalha diretamente

¹⁴ A busca foi feita seguindo os mesmos critérios utilizados para o caso do Brasil. O período para o jornal *La Nación* foi de 17/12/1995 a 31/12/2008 e do jornal *El Clarín* foi de 01/01/1997 a 31/12/2008 (embora o tema neste jornal só comece a aparecer em 2000 e de forma muito esporádica; em 2006 observa-se o maior número de registros: 45). É importante mencionar que em *El Clarín* há uma tendência em divulgar as ações das empresas, vistas isoladamente. Isso justifica a baixa quantidade de registros sobre as entidades promotoras da RSE neste jornal. Segundo uma pesquisa da Red Puentes (2003) os jornais argentinos que contabilizavam maior quantidade de registros sobre a RSE eram *La Nación* e *La Voz del Interior* (Córdoba). Para fins da pesquisa, somente foram considerados os registros publicados no impresso. Todas as entidades constantes desta tabela, exceto a AMIA, cujo ativismo no campo começou no ano de 2009, têm grau de relevância 1 como promotores de RSE na Argentina no *Mapeo*.

com atividades de divulgação ou mesmo de discussão do conceito e das práticas de gestão associadas ao tema da RSE. Historicamente, vem laureando empresas desde o ano de 1995, por iniciativa do seu Departamento de Educação, Ciência e Tecnologia, com o Prêmio Carlos Pelegrini que distingue empresas por seus projetos de investimento na comunidade, ao qual concorrem propostas voltadas ao público interno e ao público externo (observando os projetos e empresas premiados desde 1995 é possível perceber que há uma ênfase em ações voltadas para o público interno das empresas até o ano de 2002; de lá para cá há uma mescla de prêmios a ações voltadas para a comunidade e a ações empreendedoras com ações de “Recursos Humanos”¹⁵). Em 2009 surgiu dentro da entidade um departamento de políticas sociais que em alguns pontos tangencia temas ligados à RSE¹⁶. Mas não há uma ligação específica entre a divulgação do tema e a tarefa de representar os interesses industriais nacionais. Nesse sentido, a UIA reafirma em sua missão e em sua visão seu papel exclusivo de *asociación gremial* restringindo-se aos temas das políticas e normas que regulamentam as relações de trabalho, com vistas a defender o desenvolvimento industrial, a competitividade e o emprego decente e produtivo. Há, é claro, uma consciência sobre as mudanças no papel do empresariado no contexto contemporâneo, conforme podemos notar no trecho do discurso proferido no encerramento da 15ª Conferência Industrial Argentina pelo atual presidente da instituição, Héctor Augusto Mendez: “hoy, como nunca, los empresarios somos conscientes de que tenemos una responsabilidad, pero no solo como defensores de la propiedad privada y libre iniciativa – que lo somos – sino también por el rol social que nos cabe en la comunidad a la que pertenecemos y a la que queremos seguir perteneciendo, no ya sólo para nosotros sino, parafraseando nuestro Preámbulo, “para todos los hombres que quieran habitar el suelo argentino...” Tal reconhecimento não se reflete, entretanto, numa prática de divulgação do conceito junto às empresas associadas e à sociedade argentina em geral.

O que difere o caso brasileiro do caso argentino em termos de desenho do campo? No caso da Argentina, há uma grande quantidade de organizações da sociedade civil que trabalham com a divulgação do tema e a sua força (presença no espaço público, capacidade de mobilização e liderança) é, na maioria das vezes, maior do que a das entidades de origem empresarial. Inicialmente, no final dos anos 1990 e

¹⁵ http://www.uia.org.ar/premiocarlospelegrini/listado_premios.htm Acesso em 26/12/2009.

¹⁶ Dentre os documentos publicados pelo departamento há um relativo à 4ª reunião de trabalho do grupo internacional que está elaborando a norma ISO 26000 de responsabilidade social e três que tratam de temas ligados ao desenvolvimento sustentável. Disponível em www.uia.org.ar acesso em 01/11/2009.

especialmente após a crise de 2001, quando o tema ganha de fato importância, a tônica dos discursos das ONG's era a do controle externo das empresas, algo que era formulado assim: “as empresas estão muito poderosas no cenário da globalização, é preciso que a sociedade civil controle as empresas e direcione os investimentos sociais”, papel que foi amplamente enfatizado pelo *Foro del Sector Social*, uma ONG criada para agrupar ONG's. Os grupos organizados da sociedade civil reclamavam com isso o papel de protagonistas no campo da questão social justificado pelo *know-how* e conhecimentos de causa adquiridos com a experiência e também pela legitimidade já que as organizações da sociedade civil têm alto grau de confiança enquanto empresas/empresários, ao contrário, têm baixo grau de confiança na sociedade argentina. Atualmente essa postura parece estar mudando pelo reconhecimento, ao menos normativo, sobre a necessidade de ações parceiras com as empresas frente à envergadura dos problemas sociais a serem enfrentados (embora as empresas sejam ainda vistas com muita desconfiança).

Sendo assim, as entidades escolhidas – observando os critérios mencionados acima, as peculiaridades do campo e as possibilidades de análise comparativa – foram: o IARSE, que será objeto de um estudo de caso como o que foi realizado no capítulo anterior para o Ethos e a FIESP (histórico, percepção da questão social – pobreza e desigualdades, visão do Estado, visão da sociedade civil, visão das empresas/empresários, a nação imaginada e o vínculo/dom). As demais entidades selecionadas serão caracterizadas de forma breve, apresentando apenas os pontos mais relevantes de suas posições como promotoras do tema da RSE, sendo elas: dentre as empresariais o Valos, a ACDE, o CEADS e o IDEA; e dentre as da sociedade civil o Foro Ecumenico, a Fundación El Otro e o Foro del Sector Social.

6.2.2 IARSE

Histórico

Sob forte influência do modelo do Instituto Ethos (Brasil) surgiu em 2002 o *Instituto Argentino de Responsabilidad Social Empresaria*, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, capitaneada por pessoas oriundas do âmbito acadêmico e do chamado terceiro setor empresarial (fundações de empresa). Luís Ulla, diretor executivo do IARSE, juntamente com Alícia Rolando, diretora de pesquisa e desenvolvimento, são os fundadores. Ulla é graduado em Serviço Social, teve breve

pelo Estado, à época sob governo militar, do qual foi “convidado a se retirar”, trabalhou em uma ONG dedicada a crianças e jovens pobres durante 12 anos e foi gerente da Fundação Arcor de 1994-2000. Alicia Rolando é assistente social, foi gerente da área social de 1991 a 2000 da Minetti (que hoje pertence ao Grupo Holcim), bolsista da Fundação Kellogg em 1995 e membro do *Grupo de Fundaciones Donantes de Argentina* – GDF de 1996-2000. Ulla (2009) conta que desde 1998, quando tomou contato com as idéias do Ethos, a visão da “integralidade” da empresa foi um divisor de águas. No ano 2000, ainda como professor da Universidade Católica de Córdoba, organizou o 1º Congresso Nacional sobre Responsabilidade Social com 23 palestrantes de toda a América Latina. Em 2001, juntamente com Alicia, decidiram criar o IARSE, por não haver nenhuma mobilização importante na Argentina nesse sentido, que ganhou personalidade jurídica em 2002. Atualmente, o IARSE tem uma lista de noventa e cinco empresas membros, sendo que estas não têm representantes atuando em funções diretas da organização. As empresas são beneficiárias das informações difundidas por meio de orientações, documentos e cursos e, como membros, colocam-se relacionadas à preocupação com o tema e sua difusão na sociedade Argentina. No organograma da entidade figura um *Consejo Consultivo Empresario* cuja função seria a de auxiliar a instituição a melhor desenvolver seus objetivos e atividades, contando para tanto com a visão empresarial, mas ele não está em funcionamento. Conforme Ulla (2009a): “nosotros no somos una consultora. Sólo promovemos el tema y, por pedido de las empresas miembro, hace 5 años empezamos a dar capacitación. Pero se trata de preparar a CEO’s y gerentes para que hagan su propio plan o que contraten a especialistas. Nosotros no vendemos consultoria. Y nos deja mucha libertad para compartir [informações]”

A missão do instituto é “generar conocimiento público para promover y difundir el concepto y la practica de la RSE, como forma de contribuir al desarrollo sustentable de Argentina y la región” (Ulla, 2009 e 2009a)¹⁷. Tomando-a como fundamento de sua ação, a entidade promove o acompanhamento e orientação às empresas membro, o desenvolvimento e publicação de ferramentas de gestão (dentro dessa vertente de trabalho, destaca-se o inédito conjunto de *Indicadores de Responsabilidad Social para*

¹⁷ A missão sofreu uma pequena alteração no último ano que ainda não consta de alguns documentos oficiais do IARSE, incluindo seu site institucional no qual permanece a formulação anterior da missão: "promover y difundir el concepto y la practica de la responsabilidad social, para impulsar el desarrollo sustentable de Argentina trabajando junto a las empresas a traves de redes de informacion, intercambio de experiencias y colaboracion mutua" (www.iarse.org).

Cooperativas), administra um portal de notícias sobre RSE e edita um boletim eletrônico de periodicidade quinzenal, distribuído a pessoas e instituições argentinas e latinoamericanas (55.000 leitores), trabalha pela visibilidade das melhores práticas de RSE e com a capacitação de empresários por meio de cursos e oficinas, incentivando seminários e viagens internacionais, geração de *networking* e intercâmbio de formas de gestão com RSE. Além disso, apóia e dá assistência técnica a núcleos regionais de empresários que queiram dedicar esforços à RSE.

O IARSE preconiza uma atuação em rede e, embora tenha muitas interfaces com instituições nacionais e internacionais, não se nota uma ação efetiva no sentido das parcerias, especialmente no contexto nacional. Dentre as instituições internacionais, destacam-se suas participações como: organização *stakeholder* do GRI, parceiro das fundações Kellog e Avina (fontes financiadoras iniciais do instituto), membro do *Global Partner Network CSR 360* e da *Red Interamericana de Responsabilidad Social*, “sócio ativo” do Instituto Ethos do Brasil (Luis Ulla está no Conselho Internacional da entidade) e membro do programa *Empresas por La Infancia* em parceria com a Unicef. Além das parcerias internacionais, uma prova da ação em rede é a forte aposta na virtualidade, o que proporciona “surpresas” como gerentes de empresas que se matriculam nos cursos e oficinas oferecidos pela entidade de localidades as mais variadas e, às vezes, inimagináveis (Ulla cita o exemplo de alguém que veio de Isla Margherita ou de uma empresa venezuelana que aplica os indicadores IARSE ou o uso intensivo na Bolívia dos indicadores IARSE para cooperativas porque lá há muita economia social).

Difunde a metodologia dos indicadores Ethos na Argentina, co-publicou uma versão nacional e uma versão latinoamericana em parceria com o Ethos e uma versão para pequenas e médias empresas em parceria com o Ethos e o SEBRAE. Além disso, desenvolveu e publicou *Indicadores de RSE para Cooperativas*, um *Guía de Responsabilidad Social Empresaria y Inclusión Económica y Social* e uma série de quatro livros sobre o tema das ações sociais das empresas para a infância e adolescência. Promoveu, nos anos de 2003 e 2005, o *Premio Nacional Ética y Responsabilidad Social Empresaria* em parceria com outras organizações, como forma de estimular a pesquisa acadêmica sobre o tema da RSE. Segundo Cecília Sanchez, gerente da área de comunicação, o premio buscava “reconocer a estudiantes de grado y posgrado de universidades nacionales que, por medio de una monografía o un estudio

teórico, se han interesado en reflejar distintos aspectos de la responsabilidad social o la gestión ética dentro de las empresas" (LN, 23/10/2004) .

Alguns temas recebem grande ênfase da entidade. O tema da corrupção é um deles e, na documentação, destacam-se dados que tentam demonstrar seu custo econômico e social, por um lado, e, por outro, que o comportamento ético é rentável. “Los últimos 3 años se nota más influencia del tema de cambio de valores en la acción con RSE de las empresas. Mientras la economía va bien no hay debate sobre RSE, cuando va mal la economía el debate se pone más sobre el eje de la legitimidad de la empresa. En Argentina, en los últimos 3 años que hay más corrupción, hay la necesidad de parte de un determinado liderazgo empresarial de diferenciarse de eso, hay una necesidad de los consumidores pendientes de saber quién son los que hacen los bienes y servicios que comprán y de la sociedad civil también que empieza a preguntar un poco más las empresas por cambiar el estado de situación general (en los próximos 5 años, va a ser más porque la crisis va a ser más dura)” (Ulla, 2009a)

A sustentabilidade ambiental está na pauta dos seminários e oficinas da entidade nos quais são abordados temas como consumo desenfreado x população fora do mercado de consumo; aquecimento global, mudanças climáticas, destruição de certas espécies, a escassez de água, catástrofes e perdas humanas e econômicas delas decorrentes. O tema do desenvolvimento sustentável é trabalhado junto com o de responsabilidade na seguinte equação: “RSE = + desarrollo sustentable” (Ulla, 2009), ou seja, a RSE é parte das estratégias para alcançar um maior nível de desenvolvimento sustentável. Normativamente, na visão da entidade, o social, o econômico e o ambiental são indissociáveis numa visão estratégica de desenvolvimento, sendo que a interface entre social e econômico deve resultar em equidade bem como a interface entre social e econômico com o ambiental deve resultar em viabilidade. Portanto, a sustentabilidade congrega a viabilidade econômica, perpetuação ecológica e a equidade social. Atualmente nota-se que está trabalhando numa fronteira conceitual híbrida entre RSE e Desenvolvimento Sustentável (não fez a opção estratégica pela promoção com maior ênfase do segundo).

O tema da sustentabilidade ambiental relaciona-se também ao da sustentabilidade social (o IARSE trabalha com a perspectiva de um *calentamiento social*) e é tratado com muita atenção. Na Argentina, destaca-se como parte deste grave problema: o aumento da desigualdade social; a situação de penúria de algumas populações do interior do país (sobretudo nas províncias do norte); a fome da população

pobre nas grandes cidades; a pobreza relacionada à infância e à adolescência (50% dos pobres do país são crianças ou adolescentes, entre os 10 milhões de crianças que habitam o país 57% são pobres e 25% são indigentes, pesquisas indicam que expectativa de futuro de jovens e adolescentes resume-se a pensar-se em trabalhos precários e sub-ocupações, quando não “excluídos ou mortos”, o sistema educativo não consegue conter os jovens que saem facilmente dele ou mantêm-se em situação de repetência, baixo aprendizado e sem transporte para as escolas principalmente no campo); trabalho infantil (fábricas de tijolos, construção civil, colheitas, indústria têxtil e trabalhos domésticos) e exploração sexual de crianças no âmbito do turismo; trabalho forçado e trabalho escravo. Outro tema relacionado com o chamado “*calentamiento social*” que recebe grande ênfase no trabalho do IARSE é o das pessoas portadoras de deficiências (*discapacidad*), um contingente aproximado de 2,2 milhões de pessoas (segundo dados do *Relevamiento Infraestructura Escolar* do *Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires*) que têm acesso negado à escola, ao transporte público, ao trabalho e ao lazer, o que as coloca em situação de enorme desigualdade social (Ulla, 2009, 2009a, www.iarse.org).

A instituição tenta mostrar que a crise é uma oportunidade. Para efeitos de demonstração evoca o fato de estarmos diante da oportunidade de uma ampla revolução: *verde* pela importância do tema ambiental, *tecnológica* que vem mudando o processo produtivo e as possibilidades de troca de informações, *educativa* já que mais pessoas têm acesso ao conhecimento, *cívica* com crescente participação da sociedade em escala global, nacional e local, *geracional* pois as crianças e os jovens, se estimulados, terão mais consciência ambiental que os adultos, *comunicacional* pois as distâncias e o tempo se relativizam bem como cresce exponencialmente o fluxo de informação. O consumo responsável é destacado como uma dessas oportunidades pois frente ao quadro de desigualdades e riscos trazido pelos aquecimentos global e social, as empresas precisam lidar com um novo tipo de consumidor (informado, exigente, consciente, ativo e com novas expectativas).

Conceito de RSE

“Por que praticar RSE?”: para criar “entornos” de igualdade, sustentabilidade e competitividade. Na visão do IARSE, RSE é uma forma de gestão na qual a empresa está totalmente conectada em 360° com seu entorno e com o fluxo informacional, de pessoas e de mercadorias que compõem seu ambiente. Isso requer das empresas três passos básicos: reconhecer que a empresa gera impactos, gerir estes impactos e

comunicar os resultados a seus públicos. Por isso, a RSE diz respeito ao “modo” que as empresas optam por realizar suas atividades. Formalmente, o IARSE utiliza conceito de RSE muito similar ao do Instituto Ethos: “Responsabilidad Social Empresarial es la forma de gestión definida por la relación ética y transparente de la empresa con todos los públicos con los que se relaciona, y por el establecimiento de metas empresariales compatibles con el desarrollo sustentable de la sociedad; preservando recursos ambientales y culturales para las futuras generaciones, respetando la diversidad y promoviendo la reducción de las desigualdades sociales” (www.iarse.org e publicações da entidade).

Em larga medida, os esforços do IARSE atualmente ainda se encaminham para diferenciar a RSE de filantropia bem como para mostrar que não é um investimento mas sim um diferencial competitivo. “la RSE tiene que ver con una forma de entender la empresa basada en la integridad, la transparencia, la legitimidad social y en los principios de sostenibilidad del negocio a largo plazo (...), por lo tanto necesariamente tiene que estar relacionada con las palancas que conforman la competitividad (...). Si la competitividad está en buscar más ingresos, la RSE **es capaz de generar nuevos motores de demanda y abrir nuevos nichos de mercado**” (Ulla, 2009) [grifos do autor]. A RSE é competitividade, na visão da entidade, na medida em que contribui para reduzir custos de operação (economia, reuso, reciclagem e ecoeficiência), é elemento mitigador de riscos frente a um cenário de desconfiança das empresas e na medida em que reforça a confiança e um elo emocional com as marcas. Apesar de trabalhar com um conceito muito similar ao do Ethos (isso se nota claramente no material, na fala, na organização do raciocínio e no tipo de prática estimulada como os indicadores), nota-se uma diferença marcante: um traço de pragmatismo no sentido de mostrar às empresas o que elas ganham economicamente ao ter uma postura gerencial socialmente responsável. Em nossa interpretação, isso sugere uma preocupação da entidade em convencer empresas e empresários sobre a importância de um agir responsável, tocando naquilo que é central na visão econômica sobre o papel da empresa que é a competitividade, a produtividade e a lucratividade. A fundamentação teórica dessa orientação RSE-competitividade vem do campo das teorias da administração, especialmente do trabalho de Michael Porter (*Competitive Strategy, Competitive Advantage from CSR, Estrategia y Sociedad, Ventaja Competitiva de las Naciones*). Ulla (2009a) relembra que nos anos 1990 trabalhava-se com a idéia de filantropia empresarial porque era o que se tinha (“Porter no había hecho nada, algo había hecho

Drucker”). Nos anos 1990, Luis Ulla e Alicia Rolando tiveram a experiência de viajar pelos EUA e conhecer a experiência de fundações empresariais nesta perspectiva com financiamento da Fundação Kellog. Já em 2000, surge o conceito de filantropia estratégica de Porter, um divisor de águas no sentido de mostrar que econômico e social caminham juntos. Atualmente, “RSE es una manera de ganar dinero, es la manera como uno lo gana, es un estilo de gestión, gestionar tratando de crear esse quadruple valor, quadruple bottom line: econômico, social, ambiental y ético” (Ulla, 2009a). Os documentos demonstram forte apelo normativo às empresas: há um *dever ser* correto a ser seguido, o que lhes empresta um tom moral acentuado, mesclado ao pragmatismo: as empresas que estão se dando conta do novo cenário, estão saindo em grande vantagem competitiva¹⁸.

A dimensão política da mudança social, não obstante, é discreta, para não dizer que é inexistente. Pode-se entrevê-la apenas como um resultado de longo prazo, um desdobramento da mudança interna das empresas e a mudança na gestão é a prioridade. O “resto” – a transformação social nacional e, quiçá, mundial –, se houver, só é percebido, principalmente atualmente, como consequência ou como um passo futuro bem distante. Que a RSE tem uma dimensão transformadora parece claro para a entidade: “el caso mendocino [Valos] es un fiel reflejo de que no hacen falta pociones mágicas ni grandes inversiones para generar verdaderas acciones de cambio. Un grupo de hombres de negocios, estudiantes y empresas socialmente responsables actuando en forma coordinada y conjunta ha logrado revertir parcialmente la situación de emergencia alimentaria que afecta a una importante franja poblacional. Tiempo, esfuerzo, compromiso y dedicación volcados a favor de una causa noble parecen ser, entonces, los ingredientes de una receta que todos deberíamos aplicar y que a nadie puede resultarle ajena” (Alejandro Roca, diretor da área de Comunicações do IARSE, LN, 09/08/2003)

O IARSE defende, por outro lado, que a responsabilidade social não é somente das empresas, mas do governo e da sociedade civil, havendo, portanto, a necessidade de uma relação de co-responsabilidade e co-evolução entre elas. “No es casual que Canadá sea un país donde hay buenos hospitales, la gente se comporta correctamente, hay

¹⁸ Há várias evidências na documentação compilada no Brasil e na Argentina que essa formulação a um só tempo pragmática e moral encontra-se também no discurso das “autoridades” – dirigentes, técnicos e financiadores – das fundações e organismos internacionais que financiam os projetos de RSE na América Latina, como por exemplo da Avina e da Kellog.

oportunidades de progreso económico y se pueden hacer buenos negocios. Cuando los tres sectores se fusionan y trabajan de manera homogénea sin que cada uno pierda de vista su objetivo, las sociedades crecen en forma pareja" (Hector Feole, ex-membro do IARSE, LN, 29/11/2003). Em termos práticos a atuação da entidade nessa concertação não é clara, sugerindo que ela imagina que nem lhe cabe tal papel, mas sim às empresas.

A entidade define três tipos de motivação que as empresas argentinas em geral têm para aderir à gestão com RSE ("tres puertas de entrada"), imagem presente na literatura de negócios: 1) a coerção que é uma postura reativa da empresa ao que está ocorrendo no mercado e uma resposta às pressões externas, resultando em uma ação de RSE improvisada; 2) a convicção que é uma postura da empresa ou dos líderes empresariais que buscam as razões internas para agir com RSE, resultando em uma ação planejada; 3) e, por último, a conveniência que é uma postura interessada (no sentido egoísta e calculista) que proporciona uma ação que busca antecipar-se às demandas externas, principalmente de clientes e acionistas. Na prática, as empresas entram pelas três portas ao mesmo tempo, "no hay nada químicamente puro" (Ulla, 2009a). Cita o exemplo da Arcor, uma empresa que tem líderes que "resisten a un archivo", ou seja, que podem falar porque têm uma conduta ética e moral respeitada socialmente, mas que para além da convicção, também atuam por coerção e conveniência. Segundo Alejandro Roca, gerente de comunicações do IARSE, "presiones externas, como las que ejercen los consumidores, empujaron a las empresas a crear gerencias de RSE" (LN, 28/05/2007) Para ele, ainda há muita confusão no tratamento dado à temática: "para muchos se trata de las acciones comunitarias de una empresa, pero decididamente esa es una visión muy acotada. Es muy importante determinar qué tipo de sociedad está ayudando a construir la empresa" (LN, 29/05/2007)

A entidade defende a medição e as formas de comunicação reconhecidas internacionalmente (nacionalmente, demonstra entusiasmo pelo programa AUSJAL que são indicadores de RSE auto-aplicáveis pelas universidades), com grande ênfase no uso do modelo de Relatório de Sustentabilidade do GRI. Dentre as 100 empresas associadas do IARSE, 13 apresentam Relatório de Sustentabilidade do GRI e na Argentina como um todo foram 25 relatórios no ano de 2008. No Brasil, 58% das empresas realizou o relatório, o que dá, na visão do IARSE, uma vantagem competitiva muito grande para as empresas brasileiras no cenário global. Espera-se que pela exemplaridade o mesmo ocorra na Argentina e em outros países da região (a título de contextualização, no México 17% das empresas realizam relatórios).

A questão social: percepção da pobreza e das desigualdades

Como já destacado anteriormente, o tema da pobreza e das desigualdades é amplamente reconhecido pela entidade como dos mais graves do país e entra na formulação de sua concepção de RSE, sendo as práticas difundidas pelo IARSE muitas vezes justificadas ou tomadas como motivação para a intervenção das empresas na comunidade. A percepção da questão social aparece no quadro mais amplo de que a Argentina vive um processo de deterioração quase permanente nos últimos 75 anos. “Qué lugar ocupaba el país hace 75 años? Era La 7ª o 8ª economía mundial, hoy está en el puesto 90; antes tenía los niveles más altos de educación en América Latina, hoy estamos por abajo del 10º puesto (...). El dengue llegó a Bs As, Capital Federal, algo que parecería imposible. Eso no existió jamás en la historia del país” (Ulla, 2009a)

No trabalho de promoção da RSE, os números relativos à questão social são amplamente mostrados e discutidos para que as empresas compreendam o tamanho do desafio. “Tratamos de que las empresas y los empresarios entiendan la conexión entre la percepción de sentirse excluido o muerto y los niveles de inseguridad que hay hoy en Argentina” (Ulla, 2009). A situação de pobreza e de desigualdades está relacionada, na elaboração conceitual do IARSE, em estreita vinculação com a violência urbana. “Muchos de los crímenes violentos son cometidos por jóvenes y hay gente que piensa que para resolverlo hay que bajar la edad de inimputabilidad penal, pero el problema es crear oportunidades”. Há províncias com problemas sérios de desnutrição e pobreza, a exemplo do Chaco, noroeste argentino, “parece África”. Não por coincidência, na visão da entidade, também são as províncias com mais alto nível de corrupção, destacando-se uma correlação direta entre corrupção e pobreza. Aliás essa combinação, pode trazer resultados catastróficos do ponto de vista humanitário. De acordo com dado da Transparência Internacional, a Argentina tem 2,9 pontos na escala de corrupção (na qual 0 é corrupção total e 10 é ausência de corrupção).

Um artigo publicado por colunista convidado no Boletín da entidade sintetiza a elaboração feita sobre o tema: “en Latinoamérica, estos cambios [liberalização dos mercados e redesenho do Estado] no han logrado superar la situación de pobreza. (...) Argentina no sólo no es ajena a este panorama, sino que enfrenta una profunda crisis económica, política, social y moral, que puede constituirse en una oportunidad, en un punto de inflexión, para generar – desde los diversos sectores que conforman la sociedad – un genuino cambio cultural para **fortalecer la vida democrática y**

contribuir al desarrollo sustentable de nuestro país. **En todo caso, el crecimiento de la pobreza no es una casualidad, y las políticas clientelistas han comprendido que su consolidación es lo que las sostiene en el poder.** La pobreza, en un país que tiene toda la posibilidad de no ser pobre, además de estar ligada al negocio esencial de una vasta dirigencia, corre también el riesgo de pasar a ser una categoría mental de aceptación colectiva, como ha sido el caso de la corrupción (Noailles em Boletín IARSE 162, Out./2009, grifos do autor).

Estado

A parceria com o Estado é idealmente concebida como algo importante para os propósitos da atuação empresarial com RSE. Para a entidade, propriamente, a parceria com o Estado é algo não cogitado. “Es importante crear un ambiente favorable que facilite el diálogo (con todo lo que ello implica), y el flujo de información entre los sectores involucrados en estos procesos [refere-se ao Estado e às empresas], para formular políticas públicas que partiendo de consensos den un marco adecuado a la adopción de estas prácticas: por ejemplo, erradicación del trabajo infantil, promoción de la inserción laboral, etc. También hay otra serie de medidas que el Estado puede impulsar, que impactan directamente en el tema, y que hacen a su propia responsabilidad gubernamental: Una de ellas podría ser la de definir criterios de RSE para las contrataciones y licitaciones estatales, en su carácter de comprador de bienes y servicios” (Rolando, 2006).

Mas o Estado é uma espécie de parceiro inatingível porque está sob domínio de uma cúpula política com a qual é impossível manter o diálogo e/ou a cooperação. As críticas à elite política são contundentes e, nesse sentido, “la RSE representa para nosotros del sector privado que nos queda una deuda del sector público” (Ulla, 2009a). No discurso político argentino não há nenhum tema de longo prazo: pobreza, educação, inclusão digital. A elite política não fala de mudanças climáticas (“no sabe de que se trata”). “Los temas son las internas del Partido Peronista, de como obtener más poder, reforma política para aumentar la concentración de poder, la propiedad de los medios como forma de aumentar el poder, se miran a las normas de la Constitución para descubrir maneras de aumentar más el poder, se concentran los recursos de una manera impositiva que es una manera de aumentar el poder” (Ulla, 2009)¹⁹.

¹⁹ O “desabafo” de Luís Ulla, já ao final da entrevista, é revelador: “lo que es más desesperanzador es que uno ve un cambio en los dirigentes políticos. Son siempre los mismos, en bases a una ideología casi

Na Argentina caíram as exportações porque a lógica dos governos dos últimos anos é não exportar. “Al no exportar no nos comparamos con el mundo”. A questão da competitividade global também é importante para o tema da RSE porque o público, a sociedade civil e o governo são mais exigentes em relação à empresa. Para quem atua somente para dentro, essas exigências não existem. “Si uno toma como ejemplo un viaje desde Bs As hasta Madrid com escala em San Pablo, va a ver em San Pablo que es totalmente distinta la participación del gobierno, o por lo menos de una clase política, del discurso empresarial, también me asombró la participación de las ONG’s brasileras en la ISO 26.000 (la mejor explicación que he escuchado de la ISO 26000 fue de la representante de la ONG de Brasil), el nivel de conocimientos, profundidad, la presencia internacional del sector social de Brasil (no sólo del setor empresarial). (...) Y si uno sigue y va hasta España va a ver un Estado que cambió toda la política de compras públicas para favorecer a las empresas socialmente responsables, o sea, que está dispuesto como sociedad a pagar más para aquel que hace mejor las cosas”.

Sociedade Civil

O papel da sociedade civil no trato da questão social e como agente de mudança é reconhecido e ressaltado. Assim, como o fato de que historicamente é um setor amplo que cumpriu um papel chave no país. Por outro lado, destaca-se o fato de que a sociedade civil é grande em abrangência e resultados pontuais mas, ao que parece, não há um desejo desse setor de liderar o trabalho numa agenda coletiva que modifique as condições estruturais da qual provêm as situações que se busca palear. “La sociedad civil, representada por innumerables organizaciones sociales, invierte los indicadores de realidad versus potencialidad, dado que con muy poco es capaz de hacer mucho. Pero, a la vez, tiene el desafío de unirse para generar un impacto político mucho mayor. De otra

fascista. Y es un sector que sólo mira las conveniencias de corto plazo. Nosotros miramos con mucha invidia a Uruguay por ejemplo donde el Estado compró una laptop para cada alumno. Aquí el Estado no sabe si va a poder pagar a los sueldos de los empleados públicos al fin de mês. Y la pregunta es: que hace la Argentina con las riquezas, donde van? No están yendo a la educación, salud, cultura, infra-estructura (cómo fue en el caso de Brasil). Es un país fuertemente debilitado en lo energético, en lo que es la estructura general productiva, en lo educativo. Y eso no está en la agenda pública, no está en la agenda del liderazgo político y no está en la agenda de los que trabajan en el gobierno, ni siquiera en la oposición está... Tampoco está en la agenda de la sociedad civil organizada... En la agenda de los empresarios aparece muy poco, casi nada... Te diría que somente entre aquellos que empiezan a despertar de esa larga noche que fueron los 1980 para decir: que quiero que sea mi hijo, que quiero que sea mi nieto... Volver a Europa, completando un ciclo que empezó con el bisabuelo que vino a la Argentina (muchos se fueron el 2001 y eso tampoco se miró como un problema nacional, nadie pensó atajarlo, es una sociedad muy individualista).

manera, su actividad seguirá siendo, aunque valiosa, meramente superestructural y aleatoria” (Noailles, Boletín IARSE, 2009).

No entanto, hoje “el sector social está fuertemente debilitado, cooptado por el sector público en muchos casos, también es cierto que la cooperación internacional se retiró, un sector desfinanciado y que, por lo tanto, que tampoco tiene un peso para opinar y que se debate en sobrevivir, pero no es un sector que marque agenda con otros sectores, lamentablemente”.

A institucionalidade do IARSE o define como organização da sociedade civil sem fins de lucro, segundo o instituto de carácter empresarial, o que a coloca mais próxima do mercado do que do chamado terceiro setor. A ONG é vista como pertencente ao campo da demanda e a empresa ao campo da oferta e a relação entre elas sinaliza não ser a do equilíbrio. Ulla (2009a) fala de sua experiência de passar da ONG para uma fundação de empresa na qual o desafio foi tentar ajudar que a sociedade civil e o setor empresarial tivessem uma melhor relação porque entendia o que é que funcionava bem e mal, foi um amadurecimento para entender a RSE. “Es distinto ver la empresa de lejos y otra cosa es estar **proveniendo** al otro sector”.

Empresas e Empresários

O poder das empresas no cenário da globalização é tema amplamente debatido pelo instituto, seja em seus materiais de divulgação seja nos materiais de carácter académico: “de las cien más importantes economías del mundo, 51 son corporaciones. Wall Mart, la 1ª corporación del mundo, es la vigésima economía del planeta” (Ulla, 2009). Assim, “si el sector privado no contribuye, no va haber desarrollo sustentable ni para Argentina, ni para la región. El desarrollo sustentable sigue siendo el horizonte y que los tres sectores tienen que trabajar en eso” (Ulla, 2009a). Mas, por outro lado, difundem a ideia de que o aumento da influência das empresas traz como consequência o aumento de suas responsabilidades, já que as empresas não são parte apenas do mercado, mas de uma sociedade global. Essas responsabilidades e o novo cenário de atuação exigem novas lideranças **dentro** das empresas [grifo meu]. A ideia fundamental é que “desde la empresa se construye un determinado tipo de mundo” (Ulla, 2009), cuja inspiração é assumidamente proveniente do pensamento de Oded Grajew e do Ethos. “Se trata de apostar a un **cambio cultural**, en el marco del cual se rescaten los valores, la conducta ética, la transparencia y la **participación activa de los ciudadanos**, para ir encontrando las distintas respuestas que la complejidad de la situación requiere. En este

escenario, las empresas -por su importancia como generadoras de riqueza, empleo e innovación- constituyen un actor importante a la hora de pensar en estrategias que contribuyan al desarrollo sustentable”(www.iarse.org).

Ulla (2009a) destaca que a promoção da RSE na Argentina teve grande protagonismo de líderes empresariais donos de empresas PYMES. Por outro lado, explica a ausência da UIA na divulgação do tema porque na Argentina “nadie resiste a un archivo” (ou seja, se alguém levanta a voz para falar de um assunto publicamente, todos lembram a história dessa pessoa/instituição e aponta as incoerências). Então as entidades tradicionais de representação de interesses não têm legitimidade para divulgar o tema da RSE porque há muito pouco tempo essa instituição estava sendo questionada em temas de ética ou de práticas que são inversas às que propõe a RSE. Somente agora, mas de maneira muito tangencial, começam a falar no assunto.

La RSE se instalou muitas vezes nas empresas como uma resposta exigida pelas matrizes no exterior (o instituto realizou muitas capacitações para que as empresas locais entendessem o que estava sendo solicitado delas por parte das matrizes). Ulla cita especialmente o caso das matrizes brasileiras, já que nos 1990 várias empresas argentinas foram compradas por capital brasileiro (“no hay ninguna empresa estratégica ex-argentina que no sea brasilera”, dentre as quais cita na área de cimento, Loma Negra é Camargo Correa, na de fundição, a presença hoje do Grupo Gerdau, na de cerveja a Quilmes hoje é Brahma, na produção de aço, Acindar é Acelor Mital, em petróleo, a Petrobrás é a segunda empresa do país. Essas empresas chegaram à Argentina acostumadas a aplicar os Indicadores Ethos ou a GRI e tiveram influência decisiva de suas matrizes para fazer o mesmo em outros mercados (bancos, setor cimenteiro, petroleiro, hoteleiro e turismo tiveram avanços importantes na gestão com RSE).

Sobre a presença de empresas brasileiras atuando na Argentina, ressalta que muitas delas têm excelentes práticas de RSE (embora também ocorra o caso do duplo *standard* e, nesse sentido, critica a atuação da Petrobrás e da Camargo Correa como exemplos de empresas que têm melhor atuação no Brasil do que na Argentina; por outro lado, aponta o caso da Natura que, mesmo não sendo lá um agente industrial, segue os mesmos parâmetros que tem aqui no Brasil e é um excelente exemplo porque é uma empresa que nasceu pequena, seus donos ainda vivem e tem uma excelente performance econômica). Sobre a atuação das empresas brasileiras no Brasil, cita que isso é importante do ponto de vista da exemplaridade para as empresas argentinas (“si vos

citás un caso de una empresa danesa o finlandesa te dicen: pero es otra realidad, eso está muy lejos”).

Mas, por outro lado, pensando a presença de capital estrangeiro de um modo geral, vale considerar o problema do duplo *standard*: a empresa tem um jeito de agir na Alemanha e outro na Argentina, por exemplo. Isso na visão de Ulla ocorreu e ocorre porque a Argentina se deu ao luxo de não ter um empresariado nacional forte na década de 1990. No Brasil, ao contrário, nota-se que houve uma preocupação em termos de políticas públicas de resguardar a “burguesia nacional”. Há na Argentina ainda algumas empresas símbolo, mas não são majoritárias. Historicamente, os empresários se mantiveram longe das questões políticas (ou fizeram a opção política de acomodar-se ao “gobierno de turno” para seguir fazendo negócios). Não foram uma voz que opinou no período da ditadura nem na era de liberalização de Menem contra os excessos que havia (mesmo quando afetados diretamente nos seus interesses, a exemplo do desmonte do ensino técnico que era muito bom para a indústria nacional). “El empresariado no se mueve por lo que es de largo plazo, se mueve por lo que es de muy corto plazo ... Acá todo cambia de acuerdo al gobierno de turno” (Ulla, 2009a).

No mercado, nas práticas das empresas argentinas, observa-se que seguem as tendências globais em termos de RSE e, mais recentemente, do desenvolvimento sustentável (tema que paulatinamente vai englobando o da RSE). Uma pesquisa realizada pela Price Waterhouse (citada por Ulla, 2009) com uma amostra de 67 empresas que atuam na Argentina traz alguns indicadores interessantes nesse sentido: 58% das empresas entrevistadas consideram “imprescindível”, 27% como “necesário” e 15% como “recomendável” ter uma estratégia de desenvolvimento sustentável para obter sucesso nos próximos 10 anos. Os grupos de maior pressão para que esse tipo de estratégia seja levada em consideração são respectivamente acionistas, 37%, clientes, 28% e comunidades locais, 22%. E, finalmente, 90% dos entrevistados acredita que essa pressão já está instalada, ou seja, não é algo para o futuro.

Papel político dos empresários e a nação imaginada

Atitudinalmente, o IARSE reconhece o desejo de participação na construção de um outro país “nosotros tenemos una utopia” e ela tem sua razão de ser na própria existencia da entidade e no que enuncia como missão. Assim, “**promover y difundir el concepto y la práctica de la Responsabilidad Social Empresaria** en Argentina se constituye así en una manera concreta de incidir en el cambio estructural que requiere la

República” (www.iarse.org, grifos do documento). Mas considera difícil que o empresariado assuma um papel político, uma liderança na construção da nação. “La elite brasileña es política y empresarial. Esos dos mundos se mezclan. Aquí no. Hay desconfianza entre ellos. Creo que la Argentina está mirando poco para afuera. Hay mucha resistencia a la globalización. La RSE está en la agenda. Los protagonistas de la RSE son la empresa, los accionistas, la comunidad, las ONG y el Estado” (Hupperts, LN, 30/04/2006). Os empresários argentinos, confirmando uma tradição que se vê na história, não se colocam como líderes sociais que não são parte só do mercado que são parte da sociedade e, como tal, vozes importantes no debate público sobre qual nação se quer construir.

O vínculo e o dom

A presença de vínculos sociais calcados na troca-dádiva é perceptível em alguns relatos e práticas da entidade, a exemplo dos relatos que expressam o fascínio em relação à liberdade para compartilhar, a generosidade como regra, as relações de confiança entre concorrentes e a atuação em rede. O que se percebe é que tal experiência dos vínculos tem expressão apenas nas dinâmicas privadas da entidade, nos grupos de capacitação mais especificamente.

Em encontros entre as companhias ou pela via do banco de boas práticas as pessoas estão dispostas a dar informação umas às outras, a fazer circular o conhecimento, a tecnologia e a informação. “En un encuentro con 13 organizaciones de America Latina compartimos todo. La regla era: traé tu pen drive, pero traélo vacío para llevarlo lleno. Cuando todo el mundo descargó sumamos 8 giga de información. Un juego de quién dá más, pero dar al grupo”. Ulla observa um intercâmbio intenso de práticas, “no hay secreto industrial porque si alguien logró que 30 personas con el síndrome de down puedan encontrar un lugar lindo para trabajar... ¿Por qué va a guardar? Si alguien logró que la gente apague las luces o que la utilice racionalmente... ¿Por qué va a guardar?” A generosidade é a regra pelas qualidades do que se doa.

A confiança é o principal resultado desse tipo de experiência. “Entonces se crea un aire de cooperación muy grande con mucha confianza entre colegas. Aparecen preguntas como: ¿y cómo convenciste a tu jefe a hacer tal cosa? ¿Qué dicen los accionistas? Y se contesta con mucha honestidad y se comparte todo lo que se hace. Y no hay que inventar nada. Entrás [no banco de boas práticas] y ahí está la solución y te contactás con la persona responsable que por ahí es un competidor tuyo. Manpower y

Adeco, dos empresas de recursos humanos, compiten a muerte, pero en las reuniones están fantásticas. Petrobrás con YPF se sientan”.

A experiência nas redes ultrapassa o tecido institucional. O diretor do IARSE fala de uma rede de contatos informal entre as empresas na América Latina, onde todos os países têm muito boas práticas de RSE.

6.2.3 Outras entidades da sociedade civil

Foro Ecumenico Social

É uma organização sem fins de lucro que tem como objetivos promover, dentre outros temas, conceitos e práticas de RSE, ressaltando a importância das organizações da sociedade civil, dos empresários e dos religiosos de distintas confissões na transformação do país. Para tanto, coloca-se como um espaço de reflexão e de diálogo, mas não há um trabalho de desenvolvimento conceitual de autoria do Foro – como organização ou como parte de um movimento mais geral – mas sim a promoção do pensamento daquelas empresas e instituições que dele tomam parte²⁰.

Segundo Fernando Flores (2009), a origem do Foro foram os *Colóquios Desafío Empresário* realizados na casa de encontro do *Obispado de San Isidro* com o *Obispo Jorge Cazarotto*, na época a grande preocupação era o chamado “custo social do ajuste”. A partir daí os encontros começaram a acontecer periodicamente sempre tratando de temas sociais, sendo que em 1997 passaram a realizar-se também em Paris. Em 2001, acontece o primeiro *XII Colóquio* que tratou diretamente do tema da RSE, cujo objetivo principal era promover o conceito, diferenciando-o da filantropia e relacionando-o à noção de investimento social, ou seja, a doação planejada, controlada e voluntária²¹. Nesse mesmo ano, com a crise, surgiu a idéia de tornar o Foro algo

²⁰ **Instituições:** Comisión Episcopal de Ecumenismo, la Iglesia Evangélica del Río de la Plata, la Iglesia Bautista, el Consejo Nacional Cristiano Evangélico, la Federación Alianza Cristiana de Iglesias Evangélicas de la República Argentina, la Comunidad Bet El, el Seminario Rabínico Latinoamericano, la Iglesia Ortodoxa de Antioquia, la Comunidad Islámica, el Consejo Interamericano de Comercio y Producción, la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, el Consejo Publicitario Argentino, la Fundación Misionera María de la Esperanza, la Fundación Novak, la Fundación Banco Ciudad, la Fundación Foro del Sur, la Fundación Internacional Jorge Luis Borges, la Alianza Mundial Bautista, Bibliotecas Rurales Argentinas, Caritas, la Asociación Cristiana de Jóvenes y el Museo de Arte Latinoamericano Malba (Colección Costantini). **Empresas:** Banco Río, DHL, Total, Peugeot, Kimberly-Clark, BankBoston, Aguas Argentinas, Gas Natural Ban, Organización Techint, BBVA Banco Francés, American Express, Quickfood, Solanas, Philips, Arcor, Banco Galicia, Telefónica de Argentina, Pan American Energy, Shell, SPM Tim Galeno Life Amsa, Victoria Seguros, Repsol YPF, y Apache.

²¹ Disponível em <http://www.foroecumenico.com.ar> Acesso em 29/08/2004.

permanente e que tentasse lidar com o fato de um país rico ter a metade da população abaixo da linha da pobreza. Não obstante suas origens e o fato de ser composto por instituições ligadas a várias religiões, o Foro nega um caráter religioso. A presença de instituições religiosas se justifica porque elas foram tradicionalmente, na Argentina e na América Latina, importantes agentes de mudança social e de ações concretas no campo da questão social. “Los religiosos generalmente han tenido mucha desconfianza a las empresas, sobretudo los católicos, algo así como el dinero es algo muy pecaminoso, y que muchas empresas se han preocupado solamente por el tema de las ganancias. Y había mucha desconfianza de los dirigentes empresariales hacia los religiosos por que los ven como un factor que traba el progreso. Cuando empezó el Foro, se notó que sobre los problemas de fondo había muchas coincidencias” (Flores, 2009).

A principal questão de fundo é, sem dúvida, a social. Na Argentina o agravamento da questão social demonstra a incompetência da elite política que não conseguiu resolvê-la (linha da pobreza, desigualdades sociais). Nesse sentido, as empresas podem contribuir com sua RSE, com o pagamento de impostos, com a atuação no campo dos direitos humanos e com uma ação transparente. A RSE não é só uma ação social isolada, é uma maneira de agir integral que busca o progresso da sociedade. “Este país que hoy estamos sufriendo, en el que hablamos de exclusión, de marginación, de hambre, de niños desnutridos, no era así; era un país de pleno empleo. Ahora nada es igual”(Flores em Congresso da AACREA, LN, 5/11/2005).

O Foro, segundo Flores (2009), não tem objetivos políticos – pretensões de estar presente nas instâncias do Estado ou a preocupação com a formulação de políticas públicas, embora alguns políticos tenham estado e estejam presentes nas atividades realizadas. O objetivo é promover a mudança social reunindo os atores mais influentes na sociedade. Sobre o Estado, destaca que a Argentina não teve bons governos nos últimos anos. Por outro lado, as empresas aos poucos vão percebendo que precisam de um novo contrato com a sociedade porque senão seu negócio não poderá sobreviver ou crescer, além dos problemas relacionados com a ética e a desconfiança em relação aos dados econômicos. O social que antes estava à margem da empresa foi trazido ao centro, primeiro para “pagar las culpas” da empresa, mas hoje como algo que é inerente ao negócio. “En Argentina, las empresas que reciben una directiva en nivel internacional, lo aplican también acá. Pero todavía hay mucho que hacer (...). Acá en Argentina ha habido tradicionalmente mucha desconfianza a las empresas. El empresario es una persona desvalorizada, en parte porque había empresarios sin

escrupulos. En parte porque en Argentina una persona que tiene éxito genera desconfianza o envidia. Pero el tema de RSE puede contribuir a mejorar la imagen de las empresas, inclusive las extranjeras. Porque si son norteamericanas son imperialistas, si son españolas es porque es colonialismo o neocolonialismo, si son brasileras es porque quieren invadir a la Argentina, además de nos ganar el campeonato mundial de fútbol. Si son chilenas, nosotros casi tuvimos una guerra con el Chile. En Argentina es así. Hay una desconfianza generalizada. (...) Las instituciones empresarias en Argentina muchas veces no han hecho un papel muy bueno. Han defendido privilegios, intereses sectoriales y nunca se las vió ni siquiera comprometidas con un proyecto de país. La Argentina, desgraciadamente, no ha tenido una dirigencia empresaria fuerte... Para hablar en términos antiguos: una burguesía nacional (...) La dirigencia empresaria, en general, siempre trató de acomodarse al nuevo gobierno y de entender como sacar alguna ventaja” (Flores, 2009).

Dentre suas atividades de promoção da RSE estão: o prêmio *Emprendedor Solidario* entregue, desde 2002, a empresas e ONG's por seu trabalho para a comunidade e a organização e promoção de uma *Cátedra Abierta* na qual participam políticos, religiosos, empresários e pessoas do terceiro setor com vistas ao diálogo. Nessa última reunião, houve uma aproximação com o mundo acadêmico, especialmente *Centro Nacional de Responsabilidad Social Empresarial y Capital Social – CENARSECS* da *Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires*, coordenado por Bernardo Kliksberg. Além disso, Fernando Flores edita de maneira independente um livro-revista anual que atualmente está no 5ª número e serve como veículo de difusão das ideias das instituições componentes do Foro.

Foro del Sector Social

O *Foro del Sector Social* é uma entidade que agrupa a associações civis e fundações da Argentina, tendo alcançado o patamar de 3.500 organizações (dado de 2007). Contou com um dos mais importantes programas de RSE após a crise de 2001, quando o tema se instalou de fato no país. O programa, conhecido como “Decálogo de Principios de Responsabilidad Empresarial”, foi redigido coletivamente por líderes de ONG's e empresários, tendo recebido a adesão de 72 representantes do setor privado. A missão da entidade é “fortalecer a la sociedad civil mediante la articulación de las organizaciones sociales y el trabajo conjunto con la ciudadanía y los sectores empresario, gubernamental y académico” (www.forodelsectorsocial.org.br).

A principal característica da ação proposta pelo Foro era a do controle externo das empresas por parte da sociedade civil organizada (respeito às leis, cobrança de transparência na gestão de recursos e na comunicação empresarial, denunciar conflitos de interesse, resguardar autonomia para as ONG's parceiras), bem como atuar pela proteção da atuação do terceiro setor frente aos poderes públicos e a instituições privadas e pela promoção de parcerias que respeitassem a fórmula “empresa que dá, ONG que faz”. A entidade promoveu uma série de conferências com especialistas estrangeiros em RSE, foi parceira da UDESA na pesquisa sobre RSE na Argentina de 2005, apresentou, em novembro de 2007, um diagnóstico sobre novas tendências em RSE (especialmente código de ética, norma ISO 26000, relatórios de sustentabilidade, Lei de RSE). Atualmente, segundo dados das entrevistas pessoais, a entidade está praticamente desativada. O seu site institucional está inacessível (em construção) desde o final de 2008.

6.2.4 Outras entidades empresariais

Valos

De acordo com Fernando Barbera, reconhecido como líder de uma geração de jovens empreendedores mendocinos decididos a impulsionar o desenvolvimento da província mediante boas práticas empresariais: “mi experiencia de 13 años me enseñó que el proceso es gradual [de implementação de uma cultura de RSE]. Comienza con sencillas iniciativas de asistencia a los más necesitados y crece con proyectos de mayor impacto social, pero sin perder de vista el objetivo de contribuir con la transformación de la comunidad sustentada en valores como la preservación del recurso humano, la educación, la solidaridad y el cuidado del ambiente, entre otros” . Fernando Barbera tinha 30 anos e era um incipiente empresário da gastronomia quando começou a se interessar pelo trabalho da ONG Conín dedicada à prevenção da desnutrição infantil. Em seguida, trabalhou como voluntário no clube *Ciudad Oeste*, criado para atender crianças em situação de risco social. Em 2001 criou a filial Mendoza do Banco de Alimentos, uma ONG que trabalha para recuperar a mercadoria desperdiçada em supermercados e distribuidores mas em condições de consumo. A ONG organizou uma equipe de logística para conservar, transportar e distribuir alimentos a numerosos restaurantes populares da província. Atualmente, a entidade distribui 400.000 kilos de alimentos por ano. De acordo com o empresário, "siempre me preocupó el tema de la

alimentación, porque no podía creer que en Mendoza haya chicos que pasan hambre", hoje responsável por uma empresa familiar, o restaurante italiano La Marchigiana.

Com a crise de 2001 e suas nefastas consequências em termos de desemprego e pobreza, Barbera juntamente com outros empresários mendocinos se juntaram para a criação da Valos. "Veíamos que se iba deteriorando la sociedad y nos preguntábamos cuál era el rol que nos correspondía como hombres y como empresas, y el impacto que iba a tener en nuestros negocios." Barbera lembra ainda: "veíamos que el problema social tenía incidencia en nuestras empresas, porque sin alimentación y educación a la larga no hay mano de obra capacitada disponible. El chico mal alimentado no accede a la educación, se desgrana la familia y surgen los problemas de seguridad". E puderam comprovar por experiência própria que "no existen empresas exitosas en comunidades deterioradas". Essa sentença tornou-se o lema fundacional de Valos Responsabilidad Empresaria, a segunda ONG que idealizada por Barbera, juntamente com outros jovens empresários como Adolfo Brenan, Emiliano Fazio, Rolando Yanelli, Bernardo Zunino, Juan Flóramo e Osvaldo Roby. A entidade começou com 11 empresas associadas e hoje conta com 67, incluindo empresas que não atuam exclusivamente em Mendoza como McDonalds, TNT, IMPSA, Manpower, PriceWaterhouse, Minetti, Grupo Sancor Seguros.

Tem características semelhantes as do Ethos no Brasil: líderes empresariais que assumem um papel político e se organizam e trabalham como grupo da sociedade civil. Há duas distinções importantes: vêm de empresas de menor porte – a maioria comercial – e não têm um projeto de nação, mas um projeto regional (provincial) que é construir uma Mendoza sustentável.

ACDE

A ACDE é uma organização composta por dirigentes de empresas que tem como inspiração os princípios do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja. Foi fundada em 1952, sob a liderança de Enrique Shaw, reunindo 67 empresários oriundos da Ação Católica. No ano de 2004, a ACDE convocou os empresários para um fórum intitulado 'El compromiso del dirigente de empresa en la Argentina de hoy'. De acordo com o então presidente executivo da entidade, Alejandro Tonelier, "el debate se centró en el rol y la responsabilidad del dirigente, ya sea en sentido histórico, como en su dimensión actual. Quienes constituimos ACDE tratamos de acercar aportes concretos que contribuyan a despertar las inquietudes de los ciudadanos. Desde hace más de cincuenta

años, ACDE es un ámbito de análisis y reflexión de la temática empresaria a la luz de los valores cristianos, y de acción, a través de su compromiso social en una labor empresaria regida por principios éticos y al servicio del bien común” (Clarín, 03/10/2004). O tema da RSE se encontra profundamente arraigado às atividades que desenvolve por suas afinidades com a razão maior da entidade. Sua promoção e divulgação se dá principalmente através das *Comisiones de Etica y de Transformación de la Cultura Empresaria* e os principais instrumentos são publicações, fóruns, seminários e prêmios. O Prêmio ACDE Enrique Shaw é entregue pela entidade desde o ano de 1989 (atualmente está na oitava edição) às empresas que demonstram um esforço sustentado para ter coerência entre suas práticas organizacionais e seus valores, distinguindo-se por desenvolver uma gestão plenamente humana, altamente produtiva e socialmente responsável. (www.acde.org.ar e Clarín, 23/10/2004).

A entidade defende que, “además de crear empleo, los empresarios tienen la obligación de dar ejemplo de una conducta que demuestre aspiraciones elevadas, asumir un mayor compromiso y demostrar más responsabilidad y seriedad con los problemas argentinos” (Clarín, 03/10/2004). Com base nesse conceito é que a ACDE vem convocando os empresários a juntar esforços no Projeto *Visión 2010* que tem o objetivo de repensar a Argentina, para além de dois de seus grandes males: a predominância do “cortoplacismo” e da “inestabilidad”. O 1º Fórum realizado em 2001 culminou num documento com três propostas de linhas de ação nesse sentido: contar com uma estratégia de longo prazo para fortalecer o país, gerar maior consciência de RSE entre os empresários como membros privilegiados da sociedade (“seamos los coautores de nuestro futuro; un futuro sin postergados ni excluidos, sin pobreza ni desempleo”), e, finalmente, o surgimento de dirigentes competentes e idôneos, exemplos para a sociedade no caminho dos valores éticos. Além disso, discutiu em linhas gerais mudanças na política, na economia e na educação. Esse documento e os demais que compõem a série *Visión 2010* têm um tom bastante normativo e propõe o que a entidade chama de “consensos básicos”, embora não se traduzam em metas e ações mais específicas em termos de reforma do sistema político ou de política econômica. A necessidade de parcerias entre o setor público e o setor privado é reafirmada juntamente com a necessidade de que ambos não se vejam com desconfiança como quem está frente a um “competidor desleal”: “un Estado que pueda ser socio eficiente y eficaz de un sector privado responsable y creativo”. (*Visión País 2010*, p. 8). Outra expectativa em relação ao Estado é o apoio ao desenvolvimento de novos empreendimentos de alta

tecnología, já que “sin crecimiento económico sostenido no hay posibilidades de revertir el proceso de fragmentación de nuestra sociedad” (Visión 2010, p.9).

O papel da sociedade civil também é amplamente destacado. O terceiro setor deve ser “subsidiário” do setor privado e mais ainda do setor público pois demonstra historicamente uma capacidade de lidar com os problemas sociais com competência e vocação de serviço ao próximo, qualidades sem as quais o serviços prestados não chegariam a quem devem chegar. Nesse sentido, a entidade coloca um apelo à “dádiva”, ou seja, à capacidade dos dirigentes empresariais – ampliando-o a todos aos dirigentes políticos, sindicais, sociais e culturais – de adotar um atitude mais desinteressada e mais preocupada com o bem comum, saindo do círculo vicioso das atitudes corporativistas ou individuais.

Além do projeto Visión 2010, a entidade promove também a maior inserção das entidades empresariais na sociedade, tendo realizado um congresso em parceria com a Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola – AACREA. Preocupa-se ainda com a formação dos líderes empresariais, tendo criado o *Programa de Dirigencia Empresarial* – PRODIEM, um programa educativo que tem recebido muitos esforços por parte da entidade. Nessa linha de orientação dos trabalhos da entidade, o atual presidente da instituição, Adolfo Ablático, defende que os dirigentes empresariais são responsáveis por promover a cultura necessária para fomentar no local de trabalho um maior sentido de imparcialidade, humanidade e fraternidade. Assim, “la RSE es una forma de dirección basada en una ética social cristiana, que surge de una implicancia y un compromiso personal, moral, consciente y coherente, por parte de los ejecutivos y de todos los *stakeholders*” (Ablático, 2009: 24)

Sobre a questão social, “frente al abismo existente entre los ciudadanos y la clase dirigente, **impulsamos un compromiso empresario orientado a lograr una mayor representatividad social**. Hoy en día, queremos insistir en que los argentinos debemos debatir sobre el país que deseamos construir. Un debate del que surjan metas y objetivos a mediano y largo plazo. Una agenda consensuada que incluya los temas que más nos preocupan, las bases de una Argentina madura y estable” (Tonelier, El Clarín, 03/10/2004) .

Patrícia Ricarte (2009), coordenadora da área de RSE da ACDE, afirmou que os empresários não gostam de trabalhar no Estado porque ali é impossível ver o resultado do trabalho (“y a todo el mundo le encanta ver un producto de su trabajo; en el Estado argentino eso es imposible”). O Estado administra mal e a classe política está muito

mais preocupada com o próprio jogo político que em cumprir seu papel social e seus fins públicos. Há um executivo muito forte que de maneira discrecional resolve tudo, inclusive temas já votados no parlamento como orçamento. Controles externos existem (citou a *Auditoria General de la República*) mas não funcionam.

Em relação à sociedade, Tonelier afirmou que “la sociedad nos demanda creación de empleo, pero también honestidad, sacrificio, sobriedad. Nuestro deber principal es el de la ejemplaridad. En estas críticas circunstancias, nuestra obligación es dar ejemplo de una conducta que demuestre aspiraciones elevadas, asumir un mayor compromiso, demostrar más responsabilidad y más seriedad con los problemas argentinos” (El Clarín, 03/10/2004).

Ricarte (2009) afirmou que o tema da inclusão social é muito importante para ACDE. Segundo ela, “en ACDE estamos convencidos que los empresarios tenemos un rol particularmente importante para lograr ese cambio. ¿Por qué? Tal vez porque disponemos de importantes medios y de oportunidades. Porque tenemos una alta participación en la toma de decisiones que inciden directamente en la comunidad. Porque si nosotros mostramos una mayor coherencia en la defensa del bien común y de la verdad, aún por encima de nuestros intereses particulares, la sociedad entera se dará cuenta que algo en serio está pasando en Argentina”.

CEADS

O CEADS é uma instituição fundada no ano de 1992 como um capítulo local do *World Business Council for Sustainable Development* – WBCSD com sede na Suíça, uma associação global que compreende uma rede de 230 membros em 35 países dedicados à vinculação entre empresa e desenvolvimento sustentável, criada por ocasião da ECO-1992 no Rio de Janeiro²². De acordo com o site institucional do capítulo argentino, “definimos desarrollo sostenible como toda forma de progreso que satisfaga las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer las propias” (www.ceads.org.ar). A escalada da pobreza é um fenómeno mundial contra o qual a entidade apresenta o desafio de satisfazer necessidades do presente como algo urgente, mas sem comprometer os recursos. Para tanto, é preciso ter uma visão de longo prazo, ampla participação na formulação de políticas e a promoção da integração entre desenvolvimento econômico e social com proteção ambiental.

²² Essas e outras informações institucionais foram retiradas de www.ceads.org.ar

O CEADS oferece uma plataforma de informações às empresas com o objetivo de compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas bem como de criar consensos entre os empresários em questões ligadas ao desenvolvimento sustentável por meio de fóruns locais e internacionais, mas também junto ao governo e à sociedade civil. Dentre os objetivos da instituição destacam-se suas preocupações em exercer liderança empresarial em relação ao desenvolvimento sustentável, para o que se destacam a atuação na formulação de políticas públicas, a promoção dos casos empresariais como forma de comprovação de uma atuação sustentável²³, o compartilhamento de ferramentas de vanguarda das soluções sustentáveis, a contribuição para um futuro sustentável nos países em desenvolvimento e transição.

A organização tem uma comissão diretora composta por empresários e executivos de grandes empresas argentinas e multinacionais (13 membros), um diretor executivo (atualmente Sebastián Bigorito que, além disso, é um dos integrantes de representação empresarial no Comité Espejo Argentino que organiza a participação do país na criação da norma internacional ISO 26000) e um Comitê de Conselheiros (39 membros). A organização conta ainda com três grupos permanentes de trabalho nas seguintes áreas: energia e clima, RSE e o chamado grupo Enlace (trata de temas técnicos e legais ligados à questão ambiental). Há ainda uma biblioteca na qual são disponibilizados materiais bibliográficos e outros sobre RSE, mudança climática e ecoeficiência, as três temáticas básicas que orientam a instituição e em torno das quais estão organizados os seus grupos de trabalho. Em relação à RSE dispõe de material desenvolvido pelo IARSE, materiais desenvolvidos por empresas e algumas pesquisas sobre o tema na Argentina.

Para a organização, “la Responsabilidad Social Empresaria constituye el compromiso de la empresa de contribuir al desarrollo sostenible, con la participación de sus grupos de interés, a fin de mejorar la calidad de vida de la sociedad en su conjunto” (CEADS, 4/4/2003). Em oficinas que promoveram o diálogo sobre RSE entre Estados Unidos, Argentina e Brasil, o conceito resultante foi “la RSC es la habilidad de las organizaciones de responder a los retos sociales. Comienza con el desarrollo de buenas relaciones con los vecinos. Las compañías deberían hacer un compromiso fuerte con la

²³ A instituição dispõe um painel muito completo de estudos de caso em sua página web que compreende o período de 1998-2008. Ver www.ceads.org.ar, seção *Estudios de Casos*

educación, los derechos de los trabajadores, desarrollo de habilidades y seguridad en el trabajo. RSC es estimular el desarrollo económico de la comunidad”²⁴.

De acordo com o documento do WCBSD (2007) “a Argentina é um país muito complexo. Desde o colapso da economia de 2001-2002, muitas empresas tiveram que trabalhar no modo sobrevivência. O diálogo permanente e a cooperação entre ONG’s, empresas e governos é o único caminho para criar um ambiente em que os negócios possam crescer. O fato de que a sociedade civil perceba o mundo dos negócios como não apto para a visão das questões de longo prazo fazem a necessidade de diálogo ainda mais relevante” (WBCSD, 2006: 2, tradução livre). Não obstante, o caminho da atuação conjunta entre Estado, Empresários e Sociedade Civil parece ser claro frente à envergadura dos problemas a serem enfrentados. “As empresas não podem resolver os desafios do desenvolvimento sustentável que se colocam para o país sozinhas” (WBCSD, 2006: 3). “Como as empresas argentinas respondem a tais desafios? Você são primeiro cidadãos e depois acionistas ou o contrário?” (Carlos March Representante da Fundação Avina na Argentina, WBCSD, 2006: 2, tradução livre)

IDEA

O IDEA é constituído por empresas e tem como objetivo promover a troca de experiências, o aprendizado coletivo do fazer da RSE, o debate de propostas e rumos de ação para “*hombres de negocios*” comprometidos com projetos de excelência em suas empresas bem como a interação delas com a sociedade em que desenvolvem suas atividades. De acordo com o site institucional, “IDEA es una institución que, entre sus múltiples actividades, se ha abocado a la investigación y la promoción de la ‘Responsabilidad Social Empresaria’, principalmente a través de la elaboración de documentos y la organización de seminarios”.

Uma das principais ferramentas para fazer avançar os objetivos da instituição é a realização de um colóquio anual. A tentativa de criar um significado mais amplo para as ações de RSE pode ser percebida na trajetória desse evento. O *42º Coloquio Anual* (2006), por exemplo, teve uma programação que incluiu, além do debate da RSE e

²⁴ As definições resultantes dessas oficinas para os outros países foram: 1) nos Estados Unidos, “la RSC se trata de tomar personalmente la responsabilidad por las acciones e impactos que uno pueda causar a la sociedad. Las compañías y sus empleados deben transformarse, re-examinar sus papeles, sus responsabilidades y aumentar su nivel de responsabilidad”. Já no Brasil, “la RSC es un compromiso de esforzarse para lograr el mejor desarrollo económico para la comunidad, de respetar a los trabajadores y mejorar sus capacidades, de proteger el medio ambiente y de ayudar a crear marcos en los cuales los negocios éticos pueden prosperar”.

interconectado com ele, discussões sobre educação, democracia, instituições e regras do jogo político, sob o lema “Desafíos para consolidar el crecimiento”. Mas, diferentemente de outras edições que tinham como protagonistas presidentes, ministros e secretários de Estado, este não contou com a presença de membros do governo (Enrique Pescarmona, presidente da IMPSA y del Coloquio, dijo que el presidente Néstor Kirchner estaba invitado al encuentro, La Nación, 1/11/2006). Tal atitude desvela uma relação de desconfiança e afastamento entre empresários e Estado, bem como mostra que a dimensão política da RSE não se mostra um canal de diálogo entre ambos. No painel sobre “Confianza y cooperación público-privada” aprofunda essa indicação de que trabalhar conjuntamente é uma dificuldade no país. Segundo reportagem do La Nación (3/11/2006), “después de escuchar casos exitosos de Alemania y Australia, el presidente del Banco de la Provincia de Buenos Aires, Martín Lousteau, relacionó la falta de resultados en la materia con la inestabilidad de la economía argentina. ‘Para poder hablar de cooperación necesitamos un contexto estable y no lo tuvimos por años’”. O debate sobre a regulamentação da RSE também é outro indicador da rivalidade entre Estado e empresários. De acordo com Víctor Klima, então presidente da União de Empresas da União Européia e da Volkswagen Argentina: "no funcionará una ley que pretenda obligar a las empresas a tener planes de responsabilidad empresaria (...) la actividad de una empresa no puede sustituir la función del Estado, sino complementarla".

AMCHAM Argentina

A Cámara de Comercio de los Estados Unidos de América en la República Argentina – AMCHAM Argentina tem como propósito representar a comunidade empresarial norteamericana radicada na Argentina. A RSE é um aspecto impulsionado pela entidade principalmente através da entrega do *Premio Ciudadanía Empresaria*, iniciado em 1999 com o objetivo de premiar e estimular as ações das empresas privadas a favor da comunidade em que atuam. Segundo Florencia Salvi, líder de Responsabilidade Social Empresarial da AmCham, "los valores que se distinguen, principalmente, son la replicabilidad y sustentabilidad en el tiempo, así como el compromiso de sus participantes en cada una de las acciones presentadas". (LN, 23/10/2004)

6.3 Empresas, a questão social e a nação – síntese do campo na Argentina

Tomando então como referência as várias visões conceituais acerca da RSE e ainda outros discursos complementares ao quadro destas visões, como os principais atores atuantes na promoção do tema da RSE se posicionam no campo da questão social na atualidade e como constroem discursivamente o combate político entre o Estado, a Empresa e a Sociedade Civil Organizada? Disso resulta um projeto de nação?.

O breve retrato do campo da RSE na Argentina nos mostra os seguintes aspectos. Há uma grande fragmentação e nenhuma liderança. Os empresários locais e os líderes empresariais que atuam nas grandes empresas têm uma preocupação que se volta para dentro do próprio negócio, mas não assumem ou sequer cogitam tomar liderança de um movimento mais amplo de aproximação entre Estado e Sociedade (que inclui a eles mesmos e os grupos da sociedade civil organizada). A grande quantidade de entidades que atuam é diretamente proporcional à força que o tema adquire como movimento, ou seja, muito pequena. Não há uma dimensão política da RSE bem delineada.

O país encontra-se ainda em busca ainda de “consensos básicos” (expressão título do último Congresso Industrial da UIA). A ruptura permanente impediu a construção de uma institucionalidade, ainda que relativamente estável, havendo um problema crônico de desconfiança em relação aos dirigentes políticos e, conseqüentemente de tudo que diga respeito ao Estado e, porque não dizer, da própria validade da participação política.

Inicialmente, quando da eclosão do tema no país, após a crise de 2001, os grupos organizados da sociedade civil colocaram-se a postos para exercer o controle externo sobre as empresas, atores muito poderosos no cenário da globalização, e exigir delas a responsabilidade para com a gravíssima questão social do país. Tal postura, no entanto, não perseverou como tônica da institucionalização das práticas de RSE e nem mesmo como ponto de apoio para ação das entidades promotoras. Assim, nossa hipótese é a de que a dimensão política e simbólica, constitutiva do tema da RSE no Brasil, está ausente no caso argentino, não havendo vínculos fortes nem uma liderança assumida por nenhum dos atores que jogam no campo, o que o torna um campo debilmente contornado. Há um combate, mas o nível de desconfiança entre os atores é tão grande que impede que ele seja público. O combate é privado, cada ator atua em sua esfera e “desqualifica” os demais. Afóra essa dimensão, todas as demais – práticas de RSE com

diferentes finalidades e encaradas com distintos graus de profundidade, métricas, prêmios circulam pelo campo igualmente ao que assistimos no caso do Brasil.

CONCLUSÕES

Um social polissêmico: o combate, a disputa hegemônica e a qualidade dos vínculos

c.1 Retomada: continuidade e mudança

Essa tese tem no seu título uma pergunta: idéias do presente, práticas do passado? Em larga medida essa pergunta representa algo que de distintas formas perpassa a produção de conhecimento nas ciências sociais. Representa responder às perguntas: em que medida a modernidade é uma superação da tradição? Em que medida a tradição e a modernidade hibridizam-se ou separam-se? Em que medida a tradição da modernidade se rompe em si mesma para dar forma a novas maneiras de agir e pensar? Quando as ciências sociais surgem, o mundo ocidental vivia um grande paradoxo: por um lado, o entusiasmo pelo conhecimento científico, pelas “luzes” e pelas potencialidades de uma nova era de progresso. Por outro, o enfrentamento de problemas surgidos de um ordenamento social calcado na produção industrial, na vida urbana e na sociedade de classes instaura a questão das desigualdades, da pobreza, da convivência ampliada ao contexto das “massas” urbanas e da sociabilidade em meio ao anonimato. Tendências gerais e respostas totais foram imaginadas para compreender essa nova realidade e seus desdobramentos, mas aos poucos a história do século XX foi desmontando os sonhos de uma organização geral da vida em sociedade que pudesse culminar numa lei geral do equilíbrio. O advento do século XXI nos coloca frente a novas ordens de problemas e a necessidade de responder a novos desafios. Um deles é a capacidade de pensar fora dos grandes esquemas ordenadores – o que Jean Lyotard chamou de metanarrativas. Em tempos de redefinição das estruturas sociais – globalização, “amolecimento” do capitalismo, encolhimento do Estado, redesenho e porosidade de fronteiras entre político, econômico e social – tais questionamentos potencializam-se e colocam-nos a necessidade de repensar a própria noção de ordem. Assim, na análise do fenômeno que nos propusemos como objeto de pesquisa, nota-se tanto rupturas quanto continuidades em relação ao passado e impactos diferenciados do novo e do velho nas práticas. Avaliemos.

c.2 Avaliando a RSE no Brasil e na Argentina: os principais resultados

Em relação às questões que orientaram o desenho da tese, podemos dizer que encontramos respostas, em grau diferenciado de profundidade, para cada uma delas. Em linhas gerais, podemos afirmar que a hipótese central que a investigação buscou desenhar e testar (em termos de plausibilidade) tem relevância explicativa. Na comparação dos dois casos, o argentino e o brasileiro, vemos a presença de todos os elementos de institucionalização de práticas de RSE: entidades promotoras, práticas no âmbito das empresas, métricas e padrões internacionais de desempenho, uso de certo vocabulário e conceitos, reconhecimento da questão social bem como da necessidade de um agir conjunto entre empresas (ou mercado), sociedade civil e Estado para enfrentá-la. O discurso sobre a RSE é muito similar nos dois países, aparentemente pausterizado nos parâmetros da globalização dos mercados e integrado à chamada cultura de negócios. As práticas de RSE têm uma capilaridade maior no Brasil, como apontam os dados das pesquisas e dados secundários apresentados. Em ambos os casos, observa-se também relações sociais de luta pela defesa do ponto de vista de cada entidade promotora. Não obstante, há uma polissemia de sentidos para a expressão no interior do campo que nos conduz a dois fatores de distinção que são decisivos na configuração de cada um dos casos: o primeiro, a liderança, corroborando algo já delineado anteriormente nas pesquisas sobre o tema; o segundo, a qualidade dos vínculos estabelecidos no campo (a presença/ausência da variável política e o tipo de interpretação/experiência simbólica dos vínculos que configuram o próprio campo).

No caso do Brasil, a liderança é empresarial enquanto na Argentina a liderança é da sociedade civil. Essa diferença se explica a partir do processo histórico que revela uma maior aproximação do empresariado brasileiro às coisas públicas – ainda que por vias não convencionais como a político-partidária – que a do empresariado argentino, mais resignado à esfera dos negócios acomodando-se aos sucessivos governos. Já a sociedade civil argentina, muito mais articulada e ativa no espaço público que a brasileira, supõe-se “dona” da questão social, cabendo a ela liderar o processo de intervenção social das empresas até porque “*resisten a un archivo*” e, com isso, contam com a credibilidade da sociedade. Há que se ressaltar ainda que a liderança brasileira é marcada pela presença do

Ethos no campo, referência não só para o Brasil, mas para a Argentina (e outros países) que é uma entidade empresarial não de molde corporativista mas atuante como grupo organizado da sociedade civil. Como vimos isso significa o uso de instrumentos e formas de trabalho bem como de objetivos bastante diferenciados em relação aos da FIESP, colocando o Ethos como um modelo, um parâmetro de formas de organização de discursos e de práticas que, por exemplaridade e por haver logrado credibilidade, é tomado como ator de referência. É por isso que Agüero (2005) o chamou de vanguarda empresarial.

O segundo fator de distinção é a qualidade da interpretação/experiência dos vínculos no campo. Relações sociais de combate são fundamentais para a estruturação do campo da RSE e ocorrem entre as entidades promotoras, bem como entre estas e o Estado e outros grupos da sociedade civil na medida em que cada entidade promove caminhos diferentes para a sua institucionalização e compreende de forma diferente qual é a razão de uma empresa realizar investimentos em ações sociais e ambientais. Como pontuou Weber, no combate há uma orientação recíproca das condutas que é ainda mais necessária do que num acordo, pois o que está em jogo é a própria existência das propostas de cada um dos combatentes. Há uma vontade de cada um dos atores de impor-se sobre o outro e há da outra parte resistência. Vale dizer que as relações sociais de combate têm um objeto e, quando ocorrem no âmbito político, caracterizam uma disputa hegemônica. O “social” é ótimo objeto pelo qual combater além de um excelente locus de disputa hegemônica (pensada como luta pela direção intelectual e moral), pois sua legitimidade não é questionada (especialmente em contextos em que a questão social é ampla e complexa). Quase sempre envoltas em ideários altruístas, as ações voltadas para a população mais desfavorecida justificam-se por si mesmas. No presente trabalho, o objeto da disputa hegemônica não se restringe à questão social. Um dos resultados que o trabalho alcançou foi a descoberta de que a ação coletiva do empresariado brasileiro em prol da promoção da RSE não se restringe apenas ao estímulo da ação socialmente responsável por parte das empresas. Há nesse trabalho um projeto de país, consubstanciado na imaginação da nação que cada uma das entidades defende. No caso brasileiro: Brasil como economia competitiva (FIESP) x Brasil como economia verde, inclusiva e responsável (Ethos). A disputa – pela liderança política, moral e intelectual –

não contornada por mediações dialéticas ou os convencionais conflitos capital-trabalho, busca o consentimento social em torno da “causa” de cada uma das entidades. A “causa” é constituída ideologicamente, acionando um conjunto de “teorias” explicativas que norteiam a ação daqueles que as desenvolvem e que a desenham semanticamente e a oferecem ao escrutínio público. Buscar as convergências entre interesses das empresas e interesses nacionais é um ponto comum entre as entidades brasileiras analisadas. O que difere é a ordem de prioridade com que esses interesses são organizados.

Ainda em relação à qualidade dos vínculos estabelecidos, ela é também fator determinante de diferenças aplicáveis tanto ao interior do campo em cada um dos países quanto na sua comparação. Notam-se no caso do Brasil, distinções na atuação das entidades promotoras da RSE que têm conseqüências profundas na configuração do campo. No caso do Ethos, a atuação em rede, os pactos, as parcerias (com o Estado e outros grupos da sociedade civil), a auto-aplicação das métricas promovidas, a relação com as empresas associadas – que não indica uma atitude corporativista –, o conjunto de documentos para reflexão e a maneira de conceber a questão social (e ambiental) revelam posições que nos remetem ao horizonte da troca-dádiva. Com base na reciprocidade, o que implica a tripla obrigação (dar, receber e retribuir) bem como a presença do interesse e do desinteresse, os vínculos reforçam relações de confiança e combinam-se com a proposta de um mundo alternativo ao que vivemos, uma resposta ética ao jogo insustentável da racionalidade instrumental capitalista. No caso da FIESP, se há um espírito de troca-dádiva, ele se assemelha mais ao que Nicholas chamou de dom ritual, ou seja, aquele que não se expressa pela gratuidade e pelo desinteresse. O sentido da “doação” é interessado nos ganhos que dela se pode obter (principalmente competitividade, produtividade e legitimidade social). Assim, sob a experiência ritual da doação, o pragmatismo desenha um cenário de ganha-ganha, no qual, nas trocas, todos ganham. Mas, isso não implica necessariamente o seu contrário, ou seja: a socialização das perdas. Assim, o importante é assinalar que uma rede de relações calcada na troca-dádiva apresenta, potencialmente, maior tendência ao entendimento de que para haver maior distribuição da renda e ganhos reais para os pobres, os não pobres terão que abrir mão de uma parte dos seus ganhos. Essa atitude é nova no empresariado brasileiro, é aqui que reside, em nossa avaliação, a vanguarda do Ethos.

No caso argentino os atores que se apropriaram inicialmente e mais profundamente do discurso da RSE e da tarefa de sua divulgação foram as organizações da sociedade civil. Na fase inicial da pesquisa, a busca pelo discurso dos empresários e das lideranças empresariais sobre o tema conduziu a uma percepção de que o campo não estava plenamente constituído no caso escolhido para análise comparativa com o Brasil. No entanto, ao aprofundar a pesquisa histórica foi possível perceber o lugar da RSE na Argentina. Lá a RSE não estava no discurso empresarial, mas no das ONG's e não havia um campo de estudos sobre a RSE autônomo em relação ao chamado Terceiro Setor, entendido como o setor de atuação por excelência dos grupos organizados da sociedade civil (dentre os quais pareceria uma “farsa” incluir grupos de empresários que não as fundações de empresas). O impulso para a promoção de práticas de RSE pode ser enunciado da seguinte forma: dado o cenário de globalização, liberalização econômica e, conseqüentemente, de Estado mínimo, os empresários se vêem com seus poderes de intervenção no espaço público bastante ampliados, cabendo à sociedade civil o dever de zelar para que atendam de fato às necessidades da população e promovam a cidadania.

Nota-se no caso da Argentina, a presença de relações sociais de combate, afinal a luta faz parte da vida social incluindo a própria luta pela coesão, porém elas não chegam a configurar uma disputa hegemônica no espaço público. As entidades combatem-se reciprocamente assim como ao Estado (com grande veemência) e a outros grupos da sociedade civil (com menor ênfase porque a ação social deve ser de alguma maneira por eles mediada), porém não há uma liderança nem tampouco se percebe que o campo da RSE seja um caminho para algo maior, para chegar a um projeto de país (exceção para ACDE). O combate é privado, não se expressa como causa pública. Além disso, afóra no campo das ações sociais da sociedade civil – o que nem foi objeto desta investigação –, não se nota no trabalho das entidades um “cuidado” com o vínculo no sentido da troca-dávica no qual a gratuidade e utilidade se interpenetram e ensejam criar parâmetros para uma mudança mais radical – a base do vínculo utilitário característico do capitalismo – (exceção para o caso do Valos de Mendoza, mas cuja ação é regional e não nacional). A efetividade do trabalho da sociedade civil é grande porém frente à dimensão dos problemas sociais a serem enfrentados na atualidade sua capacidade de extensão é questionável sobretudo porque não aparece em combinação com políticas públicas. Ante

a falta de disputa em torno de projetos nacionais concorrentes, instalam-se sucessivos projetos de Estado que se preocupam, antes de mais nada, com a manutenção e ampliação do Poder Executivo e abre-se espaço para o eterno retorno de uma direita *agromediática* – expressão do coletivo artístico *Carta Abierta* – com direito a cortes de estrada, protestos de rua e ataques frontais ao governo com a proposta de recriar o Estado sem no entanto pensar o conjunto da Nação. Na Argentina parece que, tendencialmente, a discussão em torno da RSE tem a ver com o tema da legitimidade ou licença social das empresas. Na fase inicial de institucionalização da RSE, essa idéia foi usada como base dos discursos dos grupos organizados da sociedade civil que saíram em combate pela liderança na difusão do tema. Os negócios cresceram em poder, recursos e tamanho, e a sociedade mudou dramaticamente no século XX. O que implicou em mudanças nas expectativas sociais que pressionaram por revisar o contrato entre a sociedade e o mundo dos negócios. A legitimidade contínua depende de as empresas perceberem as mudanças nas expectativas sociais e não abusarem de seu poder, apoiando a sociedade civil para que ela intervenha no social. Mais recentemente, a questão da legitimidade ganha contornos cada vez mais pragmáticos, com forte influência de conceitos e teorias advindas do campo da administração, colocando o “investimento” como parte estratégica da gestão dos negócios. A questão mais forte que fica ainda é a da coesão e não da transformação social, ou seja, manter a sociedade aceitavelmente coesa frente à ameaça de fragmentação que o aprofundamento da questão social trouxe. A experiência de deterioração na distribuição da renda, uma crescente fragmentação da sociedade, um forte aumento da população com necessidades básicas insatisfeitas, um incremento notável da mendicância e da pobreza, além de um nível de exclusão, desigualdade de oportunidades, reforçam a visão pragmática e apontam para um quadro de ameaças à integração social que requer uma atitude colaborativa por parte de empresas e empresários, da sociedade civil e do Estado – porém tal visão da articulação dos atores não passa do nível discursivo, não se consubstanciam em práticas que se aproximem de um pacto social.

No Brasil, a partir do estudo de caso de duas entidades, percebemos que há percepções diferenciadas sobre o social, apesar de o impulso para a promoção de práticas de RSE ser comum e mais ou menos enunciado da seguinte forma: dado o cenário de globalização e liberalização econômica e, conseqüentemente, de Estado mínimo, os

empresários e as empresas, agentes poderosos nesse cenário, se vêem imbuídos da necessidade de intervenção no campo social para resolver com a competência/eficácia que lhe são peculiares as desigualdades que se aprofundam. O que empresas e empresários ganham com tal atitude? Na visão da FIESP, o retorno é um melhor relacionamento com todas as suas partes interessadas bem como uma maior otimização dos recursos naturais, respondendo melhor aos desafios de produtividade e competitividade contemporâneos. A pobreza e as desigualdades são problemas sociais reconhecidos pela entidade, cuja responsabilidade é exclusiva do Estado (“o governo”), não há admissão explícita de que haja correlação entre a solução do problema e a redistribuição da renda ou as ações de Responsabilidade Socioambiental. Muitas vezes o problema é explicado como fruto de insuficiente crescimento econômico, uma visão clássica do empresariado. Na visão do Ethos, o retorno é uma transformação social substantiva que pode apontar saídas para uma crise civilizacional e ambiental na qual todos estão condenados.

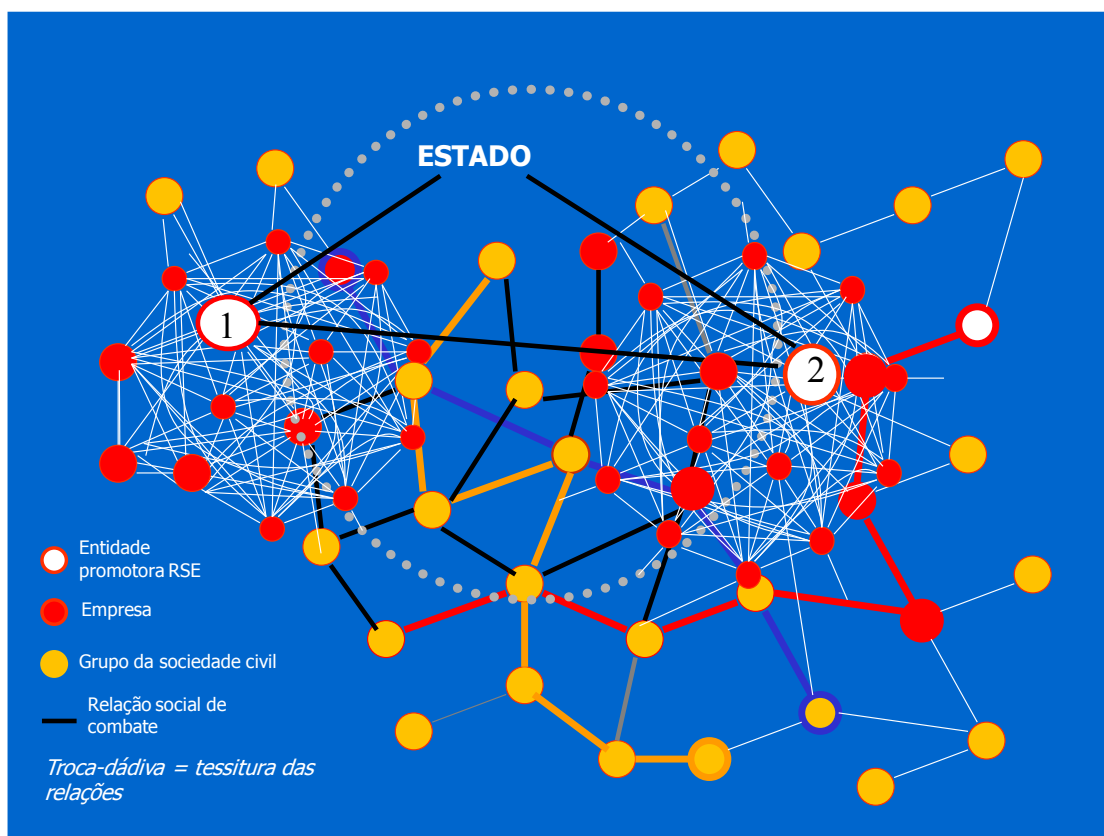
O pragmatismo nas ações de RSE é importante na medida em que coloca parâmetros claros e avaliáveis para as práticas, mas do ponto de vista político ou da mudança social é necessário enfatizar que nos motivos que levam as empresas a doarem; em seus critérios de ajuda e nas formas de acompanhamento/avaliação que elas utilizam (o que é “ensinado” pelas entidades promotoras do tema), o que está em jogo é o tipo de solidariedade que orienta as relações sociais. Como ressaltou Balián de Tagtachian, é importante verificar se se trata de uma solidariedade dinâmica em que as partes envolvidas se percebem como iguais ou ao contrário uma solidariedade paralisante com escassa capacidade de articulação para atender às necessidades da população vulnerável com o objetivo de gerar mudanças em sua situação. As idéias de dinâmica ou de paralisia se consubstanciam em duas dimensões: a percepção do grau de reciprocidade ou grau de assimetria entre as partes e o foco de atenção da empresa (as necessidades de quem recebe a doação ou as próprias necessidades).

Além da qualificação do tipo de solidariedade que nutre as relações, é preciso ressaltar que, por mais paradoxal que possa parecer, o combate tem um papel fundamental na sua consolidação. As relações sociais de combate instauram a competição entre grupos que almejam alcançar níveis mais altos de poder na sociedade, atestam uma

diversidade de projetos políticos, ampliam as possibilidades de escolha entre tais projetos e alimentam a solidariedade nas interações na medida em que cobram um “ambiente” propício (muitas vezes “regulado” com base na “auto-organização” por meio de regras valorativas mais que regras institucionais). Em nossa hipótese, quando Estado e empresários, ou Estado e sociedade civil, ou empresários e sociedade civil, ou os três atores a um só tempo, se colocam na disputa hegemônica em torno à questão social, na verdade estão definindo que nação (comunidade imaginada) “nós somos e queremos ser” e, como lideranças, definem por sua capacidade de decisão ou de influência nas decisões quem está dentro e quem está fora. A disputa interna no segmento empresarial, notada no caso do Brasil, demonstra grande força na consolidação democrática, uma vez que representa a possibilidade de circulação das elites (aspecto importante destacado Laclau e Mouffe para a construção de uma democracia radical). Mas, por outro lado, o fato dessa dimensão política da RSE ser pouco discutida, inclusive pelos próprios atores, não contribui para o aprofundamento democrático uma vez que não explicita os interesses em jogo e suas “regras”, ainda que tácitas, e a simples divergência de projetos não garante o aprofundamento democrático se não houver participação ampliada – daí a centralidade do tema da nação. A dimensão ética e o questionamento em relação ao comprometimento “verdadeiro” das empresas nas ações de RSE ainda ocupam a maior parte das discussões seja no meio empresarial, seja na opinião pública.

As distinções notadas acima foram representadas na forma de topografia, tal qual o modelo teórico que orientou a construção da hipótese central, dando-nos uma visão do que se buscou expressar. Para fins de comparação, apresentaremos novamente a topografia do modelo teórico:

Figura 1 – Topografia do modelo teórico

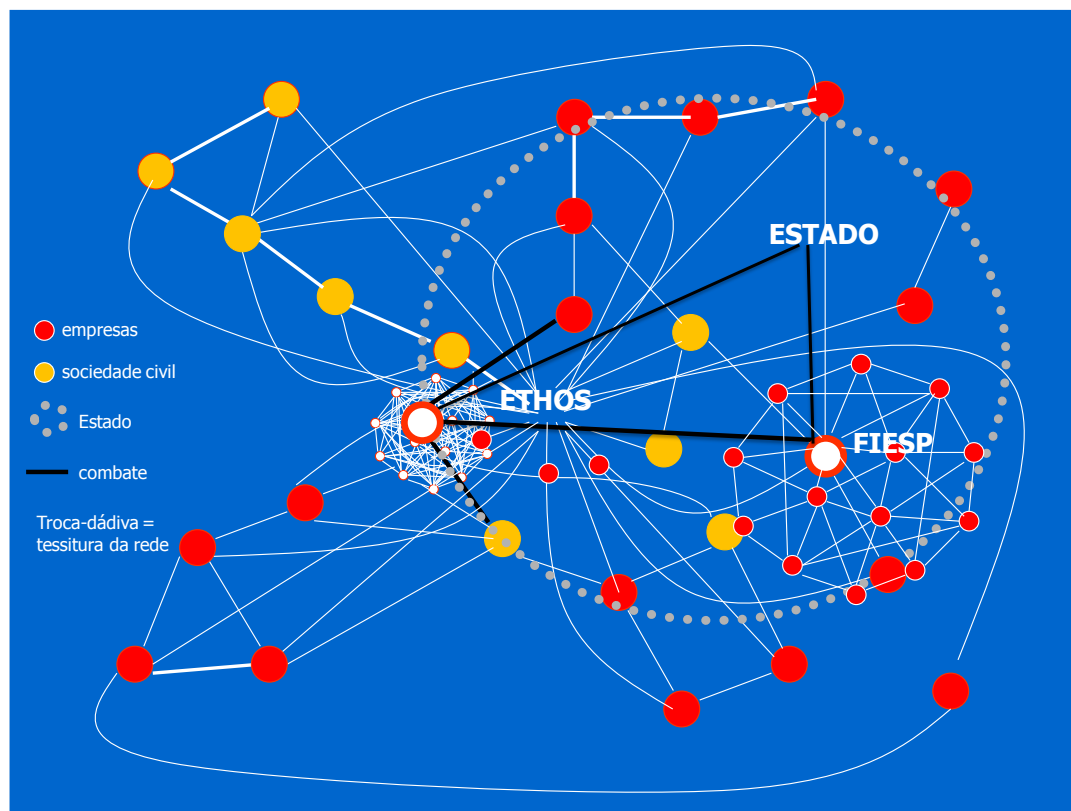


O modelo, como tipo ideal, pressupõe a presença de entidades em equilíbrio de condições, mantendo relações sociais de combate entre si, com o Estado e com os grupos da sociedade civil e estabelecendo vínculos do tipo troca-dádiva que desenham uma rede densa de relações calcadas na reciprocidade. O Estado é como uma arena na qual ambas as entidades se colocam em interface. A entidade 2 tem maior interface com a sociedade civil que a entidade 1. A representação do conjunto de relações está localizada no campo mais amplo da questão social e é preciso advertir que sua configuração é dinâmica, sendo assim, o que se tem é o “flagrante” de um momento.

Na análise dos casos, o “retrato” do campo no Brasil se aproxima mais do tipo ideal do que o da Argentina. Mas há ainda diferenças. Observando a figura 2, abaixo, que o representa, vemos que o Ethos tem uma rede mais densa de relacionamentos (baseados na troca-dádiva) porém com menor amplitude que a rede da FIESP. Além disso, o Ethos estabelece relações sociais de combate com o Estado, a sociedade civil e as próprias empresas. Isso não se nota no caso da FIESP cujo combate restringe-se ao Estado. A

configuração de sua rede, na medida em que está baseada na expectativa do ganho, é menos densa e tem um desenho mais fechado em moldes corporativistas, o que a coloca numa posição de atuação quase toda situada dentro da esfera estatal.

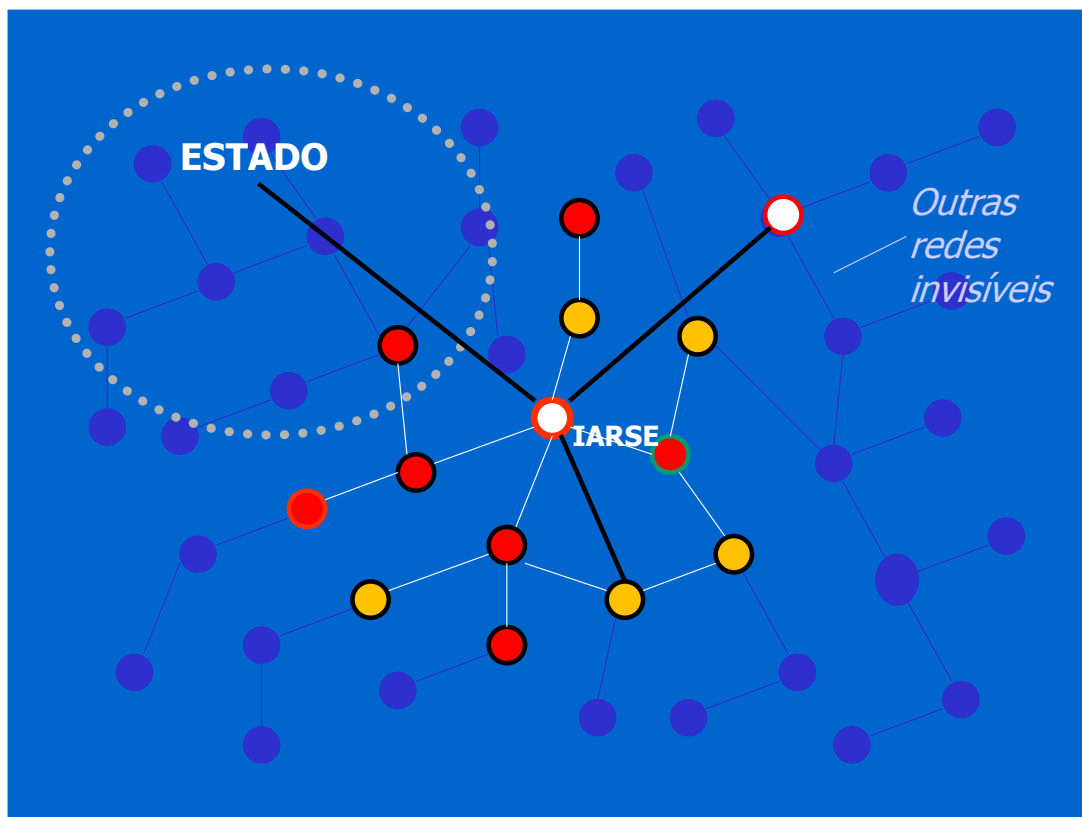
Figura 3 – Topografia do campo da RSE no Brasil



Já na Argentina, a configuração do campo da RSE também pensada no campo mais amplo da questão social é bem diferente da hipótese desenhada como modelo teórico e a confirma por negação. Observa-se, de acordo com a figura 3 abaixo, que há a presença de relações sociais de combate em relação ao Estado, às outras entidades promotoras e a outras entidades da sociedade civil, mas a capilaridade da rede das instituições promotoras é menor e a sua capacidade de articulação com outras redes inexistente, não obstante sua configuração aberta. O trabalho de cada uma das entidades encerra-se em si mesmo e não há uma disputa hegemônica, o que torna o trabalho das outras entidades praticamente invisíveis na perspectiva do combate no espaço público. Assim, o estudo comparativo dos casos pode nos fornecer dados empíricos para sustentar

a seguinte hipótese, como defendido na argumentação teórica: o combate é uma relação social que tem um caráter constitutivo do campo (e não disruptivo). As relações sociais de combate podem ou não sustentar uma disputa hegemônica (no caso da Argentina não, no caso do Brasil sim) e este é um fator que potencializa as relações de força no campo e torna a RSE um tema de expressão.

Figura 4 – Topografia do campo da RSE na Argentina



Sugere-se que tais configurações tão diferenciadas em cada um dos países têm a ver com a maneira como as relações sociais de combate se resolvem culturalmente. Se na Argentina, a ruptura é o que contorna as relações de conflito de interesses, no Brasil, impera a lógica da conciliação. O grau de confiança entre Estado, empresários e sociedade civil, embora possa ter um equilíbrio variável, é baixo tanto no Brasil quanto na Argentina. Mas parece ser ainda maior lá do que cá, valendo notar que a desconfiança é potencializada pelo operador cultural da ruptura e por um afastamento crônico do Estado, tanto por parte dos empresários quanto da sociedade civil (embora em menor

grau por parte desta que foi muitas vezes financiada pelo poder público), inviabilizando nos últimos anos a possibilidade de pactos coletivos em favor do bem-estar social. Há também nos dois países muita desconfiança da população de um modo geral em relação à RSE, muito maior na Argentina do que no Brasil, muitas vezes vista como algo mais estético que ético¹.

c.3 Contribuições, limites metodológicos e potencialidades da pesquisa

As principais contribuições metodológicas da pesquisa consistem na combinação das perspectivas diacrônica e sincrônica bem como na análise comparativa do fenômeno da RSE. A maior parte dos estudos sobre o tema recorre, no máximo, aos acontecimentos das décadas de 1980 e 1990 como parâmetro explicativo. O recuo de longa-duração mostrou-se extremamente produtivo para o entendimento de algumas questões propostas pelo estudo, conforme destacado acima. O tipo de abordagem histórica escolhida, entretanto, não nos permitiu trabalhar com uma ampla gama de casos, configurando-se assim o estudo como uma pesquisa qualitativa qualificada como estudo gerador de hipóteses. Obviamente, tal abordagem deve ser complementada com a inclusão de outros casos bem como por esforços quantitativos que possam garantir a possibilidade de generalização da hipótese. Um caminho que acena com possibilidades muito interessantes é o da aplicação do modelo de redes para o entendimento do fenômeno, quantificando as relações apenas esboçadas aqui na forma de topografias e transformando-as em topologias de rede.

A análise comparativa é um fator de destaque em relação ao entendimento do fenômeno da RSE, muitas vezes circunscrito geograficamente a uma única realidade nacional, local ou comunitária. Nesse sentido, a pesquisa na internet é um facilitador considerável, pois abre caminhos para acesso a material bibliográfico e a dados de valor inestimável. A pesquisa na Argentina foi bastante facultada pelo acesso aos jornais consultados e às matérias publicadas no jornal impresso em meio virtual (sem a exigência de assinatura ou qualquer outro tipo de cobrança). No Brasil, a abertura dos grandes jornais ainda é bastante restrita, contrariando ao próprio funcionamento da internet que é

¹ Dados de uma pesquisa Líder Barômetro realizada pela *Market Analysis* (2006), mostram que 8% dos argentinos estão de acordo com idéia de que as empresas estão fazendo um bom trabalho para construir uma melhor sociedade enquanto no Brasil 51% concorda com essa afirmação.

o da liberdade nos fluxos informacionais. Por outro lado, a divulgação de dados na internet, principalmente via *websites* institucionais é um fator que limita os contatos e a conversação face a face em entrevistas, pois não é incomum que os entrevistados remetam o pesquisador a eles para o detalhamento de certos pontos de vista.

Há questões que foram levantadas mas que precisam de mais pesquisa. O importante tema das desigualdades regionais, outro aspecto do problema da coesão nos Estados-Nação, não foi discutido, mas fica aqui apontado. Ele parece ter especial relevo pelas dificuldades históricas de integração na Argentina e pelas grandes diferenças inter-regionais existentes nos dois países. Outro ponto de comparação entre os dois países que pode gerar resultados interessantes é optar pelo foco nas práticas das empresas.

No Brasil, alguns pontos merecem maior atenção como a comparação entre Sistema S e ações de RSE contemporâneas; a observação dos desdobramentos da guinada à questão ambiental – o que pode gerar uma uniformização do empresariado sob esse grande tema guarda-chuva e reinstaurar a tônica do pragmatismo (utilitarismo). Na Argentina é preciso observar os desdobramentos da recente entrada da AMIA, a comunidade judaica, no campo da RSE bem como a atuação do CENARSECS da FCE-UBA, que atualmente está sob a liderança de Bernardo Kliksberg (ex-BID e atual PNUD). No caso da efetividade desses novos atores na constituição do campo na Argentina, estaríamos frente a um *continuum* judaico da RSE, já que no Brasil esse traço é notável? Aliás, a presença de uma variável religiosa ou espiritualidade ecumênica nos dirigentes empresariais e nos promotores da RSE também aponta um caminho de pesquisa que pode ser profícuo.

Do ponto de vista teórico, ressalta-se que na literatura sobre empresários, sobressai a idéia de ausência de hegemonia da burguesia industrial identificada com a fraqueza e passividade dos empresários industriais frente ao estado forte no contexto de um capitalismo autoritário. Boschi e Diniz combatem essa visão no caso do Brasil, mostrando que tal idéia está fundada numa fraqueza e passividade que de fato não se verificam. Do mesmo modo, Sábato, Shvarzer e Hora trabalham o tema no caso da Argentina, embora observando fatos históricos diferentes. No caso do Brasil, a capacidade dos industriais se plasmarem à burocracia do Estado e no caso da Argentina a capacidade dos industriais, através dos grandes grupos econômicos, negociarem seus

interesses diretamente com o chefe do executivo. Entretanto, concordando com os autores no que se refere a não existência de uma passividade, tentamos revisar o próprio conceito de hegemonia com vistas a expandir as possibilidades analíticas do papel do empresariado na contemporaneidade e de modo mais amplo para emoldurar as relações entre Estado e sociedade. Assim, a revisão do conceito de hegemonia, trabalhando-se com uma visão mais dinâmica e incluindo nele a diversidade de posições e não os consensos abrangentes instaurados com base na solidariedade de classe, pode abrir um campo promissor de pesquisas tanto para entender fenômenos do presente quanto para revisitar fatos e momentos históricos.

Com licença poética em relação à prática científica, este amplo exercício de análise e interpretação de teorias e dados nos inspira a imaginar um país ideal (em íntimo e recôndito desejo). Talvez um híbrido de Brasil e Argentina. Nele, mesclar-se-iam a organização, a institucionalidade e a capacidade de controle das instituições burocráticas estatais controladas, por sua vez, por uma sociedade civil ativa e criativa para a intervenção social e um empresariado polivalente no âmbito dos negócios e no âmbito político. Mas, acima de tudo, um país construído com base num pacto ético e em relações de reciprocidade que possam maximizar a visão de bem comum, consubstanciada em políticas públicas para uma nação de iguais. Não é preciso ser um gênio da ciência para elaborar tal desenho, mas é sem dúvida imprescindível ser um mestre no exercício da alteridade para admiti-lo na forma de imaginação e ação política, já que ambas são indissociáveis como vimos neste estudo.

REFERÊNCIAS

- ABAL MEDINA, Juan Manuel. **Viejos y nuevos actores en el escenario posmenemista: de Evita a Graciela, la experiencia del Frente Grande/FREPASO**. Trabajo presentado en Latin American Studies Association, XXI International Congress, Chicago, September 24-26, 1998. [internet] Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Abal.pdf> Acesso em 14/07/2009.
- ABRANCHES, Sérgio, SANTOS, Wanderley Guilherme e COIMBRA, Marcos. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.
- ACKERMAN, R. W. **The social challenge to business**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1975.
- ACUÑA, Carlos H. **La nueva matriz política argentina**, Buenos Aires, Nueva Visión, 1995.
- AGÜERO, Felipe. **Business Social Responsibility in Latin America: Argentina, Brazil, Chile, Colômbia, México and Peru**. Miami: School of Internacional Studies/University of Miami, 2002 (Report for Ford Foundation)
- _____. Business, politics and the surge of corporate social responsibility in Latin America. **Antropolítica**, n. 18, p. 57-78, 2005.
- _____. The Promotion of Corporate Social Responsibility in Latin America. In: SANBORN, Cynthia; PORTOCARRERO, Felipe (eds.) **Philanthropy and Social Changes in Latin America**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005 (David Rockefeller Center Series On Latin American).
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. “Escravos: povo marcado”. **Revista Nova História**. [online] Edição 070, Abril, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- APGAUA, Renata, OLIVEIRA, Luciana de e PEREZ, Léa Freitas. “Igreja Universal do Reino de Deus e Nova Era: nódulos de dádiva na sociedade brasileira contemporânea. **Teoria e Sociedade**, Revista do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, n. 8, dez./2001, pp. 30 a 77.
- AQUINO, Jakson Alves de. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**, [S.l.], v. 2, n. 2, 2000. [online] Disponível em: <http://br.geocities.com/alves_aq/2teorias.pdf>. Acesso em: 19 Jun 2007.
- ARENDT, Hanah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARON, Raymond. “Max Weber”. In: **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

_____. “Max Weber”. In: **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 5. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ARRIGHI, Giovanni. “Epílogo”. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BACZO, B. “Imaginação Social”. In: **Enciclopédia Einaudi**, Vol. 5, Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 296-323.

BALIAN DE TAGTACHIAN, Beatriz. El compromiso voluntario de las empresas con el tercer sector. Buenos Aires, **Universidad Católica Argentina**, s/d.

_____. “Pobreza y Filantropía Empresarial”. **Boletín de Lecturas Sociales y Económicas**. Buenos Aires, UCA-Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, n. 23, sep/1998.

_____. **Responsabilidad social empresaria : un estudio empírico de 147 empresas**. Buenos Aires, UCA-Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, 2004.

_____. Sociedad Civil: aproximación analítica y situación en la Argentina. **Revista Valores en la Sociedad Industrial**. Año XXIII, n. 62, maio/2005.

_____. El cuidado del medio ambiente: empresa y comunidad. Buenos Aires, **Universidad Católica Argentina**, 2005.

BALZAC, Honoré. “Tratado da Vida Elegante”. In: TADEU, Tomaz (org.). **Manual do Dândi: a vida com estilo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. “Integração Competitiva: uma nova estratégia para a economia brasileira”. Trabalho apresentado no Encontro Técnico sobre as Perspectivas das Políticas de Industrialização nos Países em Desenvolvimento, tendo em conta o Impacto das Inovações no Campo das Novas e Altas Tecnologias. Viena, United Nations Industrial Development Organization – UNIDO, 4 a 7 de abril de 1989. Disponível em http://docs.google.com/Doc?id=dcxtfgb_1399cmt53rfb Acesso em 21/11/2008.

BARBERO, María Ines e ROCCHI, Fernando. “La industria (1914-1945). **Nueva Historia de la Nación Argentina**. Academia Nacional de Historia, Tomo IX, Buenos Aires, Planeta, 2002a.

_____. “Empresas, empresários y asociaciones empresarias”. **Nueva Historia de la Nación Argentina**. Academia Nacional de Historia, Tomo IX, Buenos Aires, Planeta, 2002b.

BARBOSA, Livia. “Globalização e Cultura de Negócios”. In: KIRCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (org.). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

BATALHA, Cláudio. **Sociedades Operárias e Mutualismo**. Campinas, Arquivo Edgar Leuenroth, 1999, v. 6.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. "Prefácio". In: FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

BENDIX, Reinhard. "Reavaliação dos Conceitos de Tradição e Modernidade". In: **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo, EDUSP, 1993.

BERGER, Gabriel (coord.). **Estudio de la filantropia empresaria**. Informe Final, Universidad de San Andrés y Gallup Argentina, Febrero/1998.

BERGER, Gabriel, REFICCO, Ezequiel y HERMELO, Ricardo (coord.). **Encuesta de la Responsabilidad Social Empresarial en la Argentina – Año 2005**. Universidad de San Andrés, Foro del Sector Social y Gallup Argentina, Julio/2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

BIRCHAL, Sérgio. "Globalização e desnacionalização das empresas brasileiras: 1990 a 1999". In: KIRCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (org.). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

BORGER, Fernanda. **Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. São Paulo: Tese de Doutorado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Departamento de Administração, USP, 2001.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites Industriais e Democracia**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOUDON, Raymond. Ação. In: BOUDON, Raymond (Org). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

BOURDIEU. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. "The forms of capital". In J. Richardson (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York, Greenwood, 1986.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 3. ed. Campinas, São Paulo, Papirus, 1996.

_____. "Sobre o poder simbólico" e "A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo". **O Poder Simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

CAILLÉ, Alain. "Nem holismo nem individualismo metodológicos". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, v. 13, n. 38, out/1998, pp. 5-37

_____. **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, Vozes, 2002a.

_____. "Dádiva e associação". In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A Dádiva entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, Vozes, 2002b.

CAMPETELLA, Andrea y BOMBAL, Inés González. “Historia del Sector sin Fines de Lucro en Argentina”. In: ROITTER, Mario y BOMBAL, Inés Gonzalez. **Estudios sobre el Sector Sin Fines de Lucro en Argentina**. Buenos Aires, CNPJHU-CEDES, 2000a.

_____. “El desarrollo histórico del sector sin fines de lucro en Argentina: debate com algunos modelos teóricos”. In: ROITTER, Mario y BOMBAL, Inés Gonzalez. **Estudios sobre el Sector Sin Fines de Lucro en Argentina**. Buenos Aires, CNPJHU-CEDES, 2000b.

CAMPOS, Iris Walquiria e ARROYO, Mônica. “A força do empresariado no Brasil e na Argentina”. **Lua Nova**, n. 44, 1998.

CAPELLIN, Paola, GIULIANI, Mário, MOREL, Regina e PESSANHA, Elina. “As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social”. In: KIRCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (org.). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

_____. **Ideologías de la burguesia industrial en sociedades dependientes (Argentina y Brasil)**. México, Siglo XXI Editores, 1971.

_____. “Dos governos militares a Prudente-Campos Salles”. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. Tomo 3, Volume 1 (Estrutura de Poder e Economia 1889-1930). São Paulo, Difel, 1975.

_____. Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CARDOSO JR., José Celso e JACCOUD, Luciana. “Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal”. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

CARROLL, A. B. “A three-dimensional conceptual model of corporate social performance”. **Academy Management Review**, 4: 497-505, 1979.

CASTELLS, Manoel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: Relume Dumará, 1996.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo, Companhia da Letras, 1987.

CHEIBUB, Zairo e LOCKE, Richard. “Valores ou Interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas”. In: KIRCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (org.). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2ª. Ed. São Paulo, Editora SENAC, 2002.

COHEN, Jean. “Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº. 3, 2003, pp. 419-459.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, Supplement, p. S95-S120, 1988.

COHN, Gabriel. “Introdução”. In: **Weber**. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1986 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 13).

CONDE, Cortés. “Problemas del crecimiento industrial (1870-1914)”. In: DI TELLA, T., GERMANI, G. y GRACIARENA, J. **Argentina: sociedad de masas**. 2ª ed. Buenos Aires, Eudeba, 1965.

Constitución Nacional Argentina. Disponível em <http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/cuerpo1.php> Acesso em 11/03/2008.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 15/03/2008.

COSTA, Paulo Roberto Neves. “Associação Comercial de São Paulo: entidade de classe e empresa prestadora de serviços”. In: KIRCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (org.). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

CRUZ, Levy. “Democracia Racial: uma hipótese”. **Trabalhos Para Discussão**, Fundação Joaquim Nabuco, n.128/2002, agosto/2002. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/tpd/128.html>. Acesso em 01 10 2004.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. 2ª Ed. Tomo 3 (Estrutura de Poder e Economia 1889-1930), Volume 1. São Paulo, Difel, 1977.

DELGADO, Ignácio Godinho. Empresariado e Direitos Sociais na Constituição de 1988. **Locus – Revista de História**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000, v. 10, pp. 55-70

_____. Ignácio Godinho. “Indústria, elite industrial e tecnoburocracia em Minas Gerais”. Disponível em www.mestradohistoria.ufjf.br/download_artigo.php?cd_noticia=MTE0 Acesso em: 13/02/2008, pp. 1-34. Originalmente publicado em: **Nova Economia**. Belo Horizonte: Departamento de Ciências Econômicas da FACE-UFMG, 1995. V. 5, nº 1, pp 79-115.

DERRIDA, Jacques. **La escritura y la diferencia**. Barcelona, Anthropos, 1989.

DE ZAN, Julio. **Los sujetos de la política: Ciudadanía y Sociedad Civil**. *Tópicos (Sta. Fe)*, ene./dic. 2006, no.14, p.97-118.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. “O Estado Novo: estruturas de poder, relações de classe”. FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. Tomo 3, Volume 3 (Sociedade e Política). São Paulo, Difel, 1981.

_____. “Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil”. In: KIRCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (org.). **Empresa, Empresários e Globalização**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

_____. “Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945”. Texto apresentado no **Seminário Internacional “Da Vida para a História: O Legado de Getúlio Vargas”**, realizado em Porto Alegre, 18-20 de agosto de 2004.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. **Empresários, Interesses e Mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “Formación de los estados nacionales y expansión del capitalismo”. In: **El Cono Sur. una historia común**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

_____. **1964: a conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares. Perspectivas da Sociologia Brasileira: afirmação ou superação da herança ibérica. In: **I Congresso Internacional de Hispanistas**, 1995, Melilla. Actas del I Congreso Internacional de Hispanistas. Malaga : Editorial Algazara, 1995. v. I. p. 301-311.

_____. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

DUNNING, Eric e MENNEL, Stephen. “Prefácio à Edição Inglesa”. In: ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª ed. Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **Sobre el Tiempo**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1989.

_____. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, v. I.

_____. “Mudanças na balança nós-eu”. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994

_____. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jhon L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

ELKINGTON, John. "Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development". **California Management Review**, n. 36, 1994, 90-100.

_____. The triple bottom line for the 21st century business. In: STARKEY, Richard & WELFORD, Richard. **Business and Sustainable Development**. Earthscan, London, 2001, pp. 20-43.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002)**: entre a cidadania e a caridade. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2005.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano. Tomo 3, Volume 1 (Estrutura de Poder e Economia 1889-1930). São Paulo, Difel, 1975.

_____. "Comentários ao texto 'La Rama Doblada Nacionalismo: consciência inspirante y conspirante' ". In: **Brasil-Argentina: a visão do outro**. Brasília, FUNAG, 2000.

_____. **História do Brasil**. 13^a Ed, 1.reimp. São Paulo, Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo, Editora 34, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. "Pós Modernismo, Cultura de Consumo e Desordem Global". In: **Cultura de Consumo e Pós Modernismo**. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

_____. "Culturas globais e culturas locais". In: **O Desmanche da Cultura**. Studio Nobel, 1997, pp. 123-142.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Rubem. **Privado porém Público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRARI, Andrés e CUNHA, André Moreira. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 47-80, ago. 2008.

FERREIRA, Oliveiros S. The sociology of Gramsci. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.21, n.62, 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 Nov 2007.

FINELLI, Roberto. O “pós-moderno”: verdade do “moderno”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andrea de Paula (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORUM EMPRESA. Estado de la Responsabilidad Social Empresarial en América Latina bajo la mirada de ejecutivos de empresas. Chile, 2009.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. **The New York Times Magazine**, September 13, 1970. Disponível em <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html> Acesso em 02/02/2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GADIS. **Fondos Privados, Fines Públicos**. Directorio de Fundaciones Empresarias de Argentina. 2. Ed. PNUD, Buenos Aires, 1999.

GARRIDO, Xosé Jamón Quintana. Da Reorientación Histórica na Ciencia Social: os camiños da socioloxía histórica. **Revista Galega do Ensino**, n. 23, maio/1999.

GERMANI, Gino. “Hacia una democracia de masas”. In: DI TELLA, T., GERMANI, G. y GRACIARENA, J. **Argentina: sociedad de masas**. 2ª ed. Buenos Aires, Eudeba, 1965.

GERCHUNOFF, Pablo y LLACH, Juan José. “Capitalismo industrial, desarrollo asociado y distribución del ingreso entre los dos gobiernos peronistas: 1950-1972”. **Desarrollo Económico**, vol. 15, num.57, abril-junio 1975.

GIANNOTTI, Vito. **Muralhas da Linguagem**. São Paulo: Mauad, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **La constitución de la sociedad**. Bases para la teoría de la estructuración. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 2003.

GLIK, Mônica Sol. **Ordem e Progresso, Civilização e Barbárie**. Perón, Vargas e Positivismo. (Argentina-Brasil, 1930-1955). Monografia em História Contemporânea, Universidade Autónoma de Madrid, s/d.

GODBOUT, Jacques. *Homo donator versus homo oeconomicus*. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A Dádiva entre os Modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, Vozes, 2002.

GODELIER, Maurice. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Eduardo R. “Responsabilidade Social das Empresas, Segundo as Ciências Sociais”, **Antropolítica**, n. 18, p. 11-14, 2005

_____. “Além do Mercado: Origens, Trajetória e Características da Responsabilidade Social das Empresas no Brasil”, in Ângela de Castro Gomes (org.). **Direitos e Cidadania: Justiça, Poder e Mídia**, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

GOMES, Eduardo R. e SANTIAGO, Ricardo Domingues. Estratégias de Responsabilidade Socioambiental: análise comparativa dos conteúdos dos *websites* de entidades fechadas de Previdência Complementar. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Gestão, 4 (1) 16-35, Niterói, Jan-Abr/2009.

GRAEBER, David. “Introdução”. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A Dádiva entre os Modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, Vozes, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Cadernos de Cárcere** (Vol. 1 – Introdução ao Estudo da Filosofia/A filosofia de Benedetto Croce). 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

_____. **Cadernos de Cárcere** (Vol. 5 – O *Risorgimento*/Notas sobre a história da Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos de Cárcere** (Vol. 4 – Temas de Cultura/Ação Católica/Americanismo e Fordismo). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRASSI, Estela. “El asistencialismo en el estado neoliberal. La experiencia argentina de la década del 90”. **E-I@tina: Revista Eletronica de Estudios Latinoamericanos**, vol. 1, n. 4, jul-set/2003.

GRIMSON, Alejandro. “Introducción”. In: GRIMSON, Alejandro (comp.). **Pasiones Nacionales**: política y cultura en Brasil y Argentina. Buenos Aires, Edhasa, 2007.

GRYNSPAN, Mario. “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 41.

GROS, Denise. Institutos Liberais, Neoliberalismo e Políticas Públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, nº. 54, fevereiro/2004.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Direitos e Avessos da Nacionalidade”. In: **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 10ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2001.

HAESLER, Aldo. “A demonstração pela dádiva – abordagens filosóficas e sociológicas”. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A Dádiva entre os Modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, Vozes, 2002.

HASENBALG, Carlos. “Perspectivas sobre raça e classe no Brasil”. In: HASENBALG, VALLE SILVA e LIMA. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro, Contracapa Livraria, 1999.

HASENBALG, Carlos. “O negro no Rio de Janeiro: revisitando o projeto UNESCO”. In: HASENBALG, VALLE SILVA e LIMA. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro, Contracapa Livraria, 1999.

HORA, Roy. **Empresarios y política en la Argentina, 1880-1916**. Trabajo presentado en el simposio 46, Business organizations and political economy of XXth century Latin America, del XIII Congress of the Internacional Economy History Association, Buenos Aires, julio 2001.

IANNI, Octávio. “Metáforas da Globalização”. **Idéias**. Campinas, IFCH/UNICAMP, Ano I, n. 1, Jan./Jun. 1994, pp. 7-21.

IMAZ, José Luis de. **Los que mandan**. Buenos Aires, EUDEBA, 1964.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **A iniciativa privada e o espírito público**: a evolução da ação social das empresas nas regiões Sudeste e Nordeste. Brasília, Rede IPEA de Pesquisa/BID/Escritório da CEPAL no Brasil, jun./2005. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-23.pdf> Acesso em 16/01/2008

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **A iniciativa privada e o espírito público**: a evolução da ação social das empresas no Brasil. Brasília, Rede IPEA de Pesquisa/BID/Escritório da CEPAL no Brasil, jul./2006. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-28.pdf> Acesso em 16/01/2008

INSTITUTO ETHOS/INSTITUTO AKATU. **Práticas e Perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil**: sumário de pesquisa. São Paulo, Ethos/Akatu/Ibope Inteligência, Jul/2009. Disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A30Prat_perspc_RSE_pesq2008.pdf Acesso em 13/09/2009.

IZA, Rodrigo Gómez. **Investigación sobre La comunicación de la Responsabilidad Social Empresaria**: análisis de las páginas web de las compañías que se encuentran en el ranking de la encuesta Great Place to Work. [internet] Disponível em: <http://www.amartya.net.ar> Acesso em: 03/04/2006

JAMESON, Fredric. “Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 12, pp. 16-26, jun. 1985.

JÁUREGUI, Aníbal Pablo. La regulación económica y la representación corporativa en la Argentina y el Brasil1. **Revista de Sociologia e Política**, nº 14: 61-75, jun. 2000

_____. **Elites Empresarias y Políticas de Desarrollo: Brasil y Argentina - 1920-1955**. Tesis propuesta para el doctorado en Historia de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 2002.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil do século XIX. **Revista OIDLES** (Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social), Vol 1, Nº 1, setembro-2007, Grupo de Investigación Eumednet, Universidad de Málaga. [internet]. Disponível em <http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira-resum.htm> . Acesso em 13-01-2008.

_____. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Locus Revista de História**. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007. [internet] Disponível em: www.locus.ufjf.br Acesso em: 12-03-2009.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura : claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, v. 69, p. 85-112, dec/1999.

KPMG INTERNATIONAL. “International Survey of CSR Reporting”. Amsterdam, 2008.

LACERDA, David P. **Experiência associativa no Império**: sociedades mutuais de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). XIII Encontro da ANPUH, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213754555_ARQUIVO_Textocompleto.pdf Acesso em: 11-03-2009.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estratégia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. 2ª ed. en español. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2004.

LANNA, Marcos. **A dívida divina**: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro. Campinas: Unicamp, 1995.

LEVITT, T. The Dangers of Social Responsibility. **Harvard Business Review**, Sept-Oct, 1958.

LEVY, Jack S. Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference. **Conflict Management and Peace Science**, 25: 1 - 18. 2008. [internet] disponível em <http://cmp.sagepub.com/cgi/content/abstract/25/1/1> Acesso em: 26-03-2009.

LIPJHART, Arend. Comparative Politics and the comparative method. **American Political Science Review**, n. 65, 1971.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.); ANTONAZ, D., PRADO, R. e SILVA, G. (org.). **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.

LOVE, Joseph. “Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937”. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. 2ª Ed. Tomo 3 (Estrutura de Poder e Economia 1889-1930), Volume 1. São Paulo, Difel, 1975.

- LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo, Contexto, 1990.
- LUNA, Elba. **Fondos Privados, Fines Públicos. El empresariado y el financiamiento de La iniciativa social en América Latina**. Buenos Aires, GADIS/Fundación Juan Minetti/Fundación Banco Mayo/Fundación Ford/Espacio Editorial, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva-Publicações, 1985.
- MARQUES, José Luiz. **Fuckland** [filme]. Argentina, Filme Clandestino, 2000.
- MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: Contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008.
Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0429102.pdf> Acesso em 29/08/2009.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Luciano. **Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento**. São Paulo, Editora Saga, 1968.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU, 1974.
- MICELI, Sérgio. "Norbert Elias e a questão da determinação". In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo, Edusp, pp. 119-120.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. “Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de A Teoria da Classe Ociosa”. **Cadernos IHU Idéias**. São Leopoldo, Unisinos, ano 3 - nº 42 – 2005.
- MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa, Cosmos, 1975.
- MORANDÉ, Pedro. Bases Conceptuales para el estudio de la Responsabilidad Social de la Empresa. **Revista ABANTE**, Vol. 8, n. 2, pp. 3-36 (oct-2005).
- MORET, Juan Manuel. Impuesto a los Réditos. In: **Diccionario Económico de Nuestro Tiempo**. [INTERNET] Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/dic/dent/r/red.htm> Acesso em: 19/08/2009.
- NEIBURG, Federico. "Apresentação à edição brasileira: a sociologia das relações de poder de Norbert Elias ". In: ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jhon L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000
- _____. “Economistas y elites estatales en Brasil y Argentina, 1980-2000. Esbozo de una sociología comparada a propósito del ‘efecto Orloff’ ”, en **Prismas. Revista de Historia de**

la **Cultura**, v. 8, 2004. [internet] Disponível em: <http://www.cultura-economia.com/textos.htm> Acesso em: 23/05/2009.

NICOLAS, Guy. “O dom ritual, face velada da modernidade”. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A Dádiva entre os Modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, Vozes, 2002.

O’DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil”. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. Tomo 3, Volume 1 (Estrutura de Poder e Economia 1889-1930). São Paulo, Difel, 1975.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. “Corporate Citizenship in Latin America: new challenges for business”. **Journal of Corporate Citizenship**, n. 21, spring/2006. Greanleaf Publishing (<http://www.greanleaf-publishing.com>)

OLIVEIRA, Luciana de. **Nódulos de Dádiva**: religião, individualismo e comunicação – as redes da Nova Era. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFMG, 2000.

ORTIZ, Renato. “Notas sobre Gramsci e as Ciências Sociais”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Anpocs, vol. 21, n. 62, out./2006.

PALADINO, Marcelo e MOHAN, Anupama. **Tendencias de la Responsabilidad Social Empresaria en Argentina**. Buenos Aires, Escuela de Dirección y Negocios de la Universidad Austral, Jun./2002 (Documento de Investigación).

PAOLI, Maria Célia. “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

PASSANANTE, María Ines. **Pobreza y Acción Social en la Historia Argentina**: de la beneficencia a la seguridad social. Buenos Aires, Editorial Hvmanitas, 1987.

PAULA, Sérgio Goes de e ROHDEN, Fabíola. “Filantropia empresarial em discussão: números e concepções a partir do estudo do Prêmio Eco”. In: LANDIM, Leilah (org.). **Ações em Sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (coord.). **A iniciativa privada e o espírito público**. Um retrato da ação social das empresas do Sudeste brasileiro. Brasília, IPEA, 2000.

_____. **Bondade ou Interesse?** Como e porque as empresas atuam na área social. Brasília, IPEA, 2001;

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (coord.) e BEGHIN, Nathalie. **A iniciativa privada e o espírito público**. Um retrato da ação social das empresas do Nordeste brasileiro. Brasília, IPEA, 2001.

_____. **A iniciativa privada e o espírito público**. Um retrato da ação social das empresas do Sul do Brasil. Brasília, IPEA, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983**. 14a ed. atualizada. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunill. “Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal”. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunill (org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 84, jul./2009.

PERON, Eva. **História del Peronismo**. Buenos Aires, 1973, Editorial Freeland.

PERON, Juan Domingo. **Política y Estrategia**. [internet] Disponível em <http://militanciaperonistajoven.blogspot.com/2007/12/la-comunidad-organizada.html> Acesso em 19/09/2009.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PONT, Juarez Varalo. **Empresariado Industrial, Ação Política e Legislação Social no Brasil, 1930-1988**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Paraná, s/d.

PORTER, Michael E. e KRAMER, Mark R. “Estratégia e Sociedade : o elo entre vantagem competitiva e responsabilidade social empresarial”. **Harvard Business Review**, v. 84 n. 12, dez./2006, pp. 52-67.

POUSADELA, Inés M. “Las políticas públicas y las matrices nacionales de cultura política”. In: GRIMSON, Alejandro (comp.). **Pasiones Nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina**. Buenos Aires, Edhasa, 2007.

_____. “Argentinos y brasileños frente a la representación política”. In: GRIMSON, Alejandro (comp.). **Pasiones Nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina**. Buenos Aires, Edhasa, 2007.

PREBISCH, Raúl. **Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949**. 2ª ed. Santiago, CEPAL, 1973(Serie conmemorativa del XXV aniversario de la CEPAL)

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUIROGA, Ana Maria. “Assistência e Poder”. **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro [online]. N. 18, 1º sem/2008. Disponível em http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_18.pdf Acesso em 01/07/2009.

RED INTERAMERICANA DE RSE. **Situación de la RSE en Latinoamérica hacia un desarrollo sustentable**. Valparaíso-Chile, Red Interamericana de RSE/Vincular-PUC Valparaíso, Sep. /2005.

REIS, Elisa. Percepções da elite sobre a pobreza e a desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2000, v. 15, n. 42 [cited 2009-01-28], pp. 143-152. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100010&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69092000000100010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento”. In: **Novos Estudos CEBRAP**, março/2008, pp. 108-124.

ROITTER, Mário, “El mercado de la beneficencia: algunas evidencias sobre las características y dimensión de la filantropía empresaria en la Argentina”. In: THOMPSON, Andrés (comp.). **Público y privado: las organizaciones sin fines de lucro en Argentina**. Buenos Aires, Losada/Unicef, 1995.

ROJO, Raúl Enrique. “El sistema político argentino”. In: TAVARES, José Antônio Giusti e ROJO, Raúl Enrique (org.). **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMERO, José Luis. **Breve Historia de la Argentina**. 5ª Ed. Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica, 2004.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. 2ª Ed. Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica, 2001.

ROUCO, María González. **Inmigración a la Argentina: belgas**. Monografía. Buenos Aires, s/d. [internet] Disponível em <http://www.monografias.com/trabajos14/inmg-belgas/inmg-belgas.shtml> Acesso em 14/09/2009.

ROUQUIÉ, Alain. “Introdução geral: querer a democracia”. In: ROUQUIÉ, A., LAMOUNIER, B. E SHVARZER, J. (org.). **Como renascer as democracias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SÁBATO, Jorge e SHVARZER, Jorge. “Funcionamento da economia e poder político na Argentina: empecilhos para a democracia”. In: ROUQUIÉ, A., LAMOUNIER, B. E SHVARZER, J. (org.). **Como renascer as democracias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SÁBATO, Jorge. **La Clase Dominante en Argentina**. 2ª Ed. Buenos Aires, CISEA/Imago Mundi, 1991.

SAES, Décio Marques de. “Direitos Sociais e transição para o capitalismo: o caso da Primeira República brasileira”. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.11, n.20, p.23-51, 2006 [online].

SALLUM JR., Brasília. “Classes, Cultura e Ação Coletiva”. **Lua Nova**, São Paulo, 65: 11-42, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. “Os processos da globalização”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme. “A trágica condição da política social”. In: ABRANCHES, Sérgio e outros. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. **As Razões da Desordem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SANTOS JR., José Aldoril dos. **Industrialização e modelo de substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise comparada**. Monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, dez./2004.

SANTUÁRIO, Marco Emílio. Globalização e integração latino-americana na constituição do Grupo de Diários America (GDA). **UNIrevista** - Vol. número, nº 1 número 3 (julho 2006) ISSN 1809-4651

SCHWARZ, Roberto. “Nacional por Subtração”. In: **Cultura e Política**. 2ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

SEGATO, Rita Laura. “Alteridades históricas/Identidades políticas: uma crítica a lãs certezas Del pluralismo global”. **Série Antropologia**, Nº 234, Brasília, UnB, 1998.

SETHI, S. P. Dimensions of Corporate Social Performance: an analytical framework. **California Management Review**, 17, n. 3: 58-64.

SHELDON, O. **The philosophy of management**. London: Sir Isaac Pitman & Sons. 1923.

SIKKINK, Kathryn. Las capacidades y la autonomia del estado en Brasil y la Argentina: un enfoque neoinstitucionalista. **Desarrollo Económico**, vol. 32, n. 128 (enero-marzo, 1993).

SHVARZER, Jorge. **Empresários del Pasado: la Unión Industrial Argentina**. Buenos Aires, CISEA/Imago Mundi, 1991.

_____. **Bunge y Born: crecimiento y diversificación de un grupo económico**. Buenos Aires, CISEA/Imago Mundi, 1989.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6a ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1985.

SILVA JR. Adhemar L. da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas epúblicas**. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre: 2005.

SOUZA, Luís Eduardo Simões de. **A Arquitetura de uma crise: história e política econômica na Argentina, 1989-2001**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TARGI, Luciana, AUERBACH, Paula, SERRA, Alicia Rolanda de. “Reponsabilidad Social empresaria en la provincial de Córdoba”. Eudecor SRL, noviembre/1998.

TILLY, Charles. **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton, Princeton University Press, 1975.

_____. “Cambio Social y Revolución en Europa, 1492-1992”. **Historia Social**, Valencia, n. 15, 1993.

THOMPSON, Andrés. **El Tercer Sector en la historia Argentina**. Buenos Aires, CEDES, 1994.

_____. “Beneficencia, Filantropía y Justicia Social: el tercer sector en la historia argentina”. In: THOMPSON, Andrés (comp.). **Público y privado: las organizaciones sin fines de lucro en Argentina**. Buenos Aires, Losada/Unicef, 1995.

THOMPSON, Andrés (comp.). **Público y privado: las organizaciones sin fines de lucro en Argentina**. Buenos Aires, Losada/Unicef, 1995.

THOMPSON, Andrés, CAMPETELLA, Andrea, CHAROSKY, Hernán, ROITTER, Mario y RUBINICH, Lucas. **Políticas Públicas y sociedad civil en Argentina. El papel de las organizaciones sin fines de lucro**. Buenos Aires, CEDES, 1995.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracia na América**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

TORTORELLA, Aldo. “Hegemonia”. Disponível em http://www.acesa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=644
Acesso em 25/02/2008

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994.

TRINDADE, Hélio. “Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária”. In: ROUQUIÉ, A., LAMOUNIER, B. E SHVARZER, J. (org.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

VALLADARES, Lícia. Cem Anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (org.). **Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora-IUPERJ, 1991.

VEBLÉN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1965.

VELHO, Otávio. “Antropologia e a Questão da Representação”. In: VELHO, Gilberto e VELHO, Otávio. **Duas Conferências**. Rio de Janeiro, Câmara de Estudos Avançados/FCC/UFRJ, 1992.

_____. “Novas perspectivas: globalização”. **Besta-Fera: recriação do mundo – ensaios críticos de antropologia**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995, pp. 221-225.

VELOSO, Letícia Helena de Medeiros. “Responsabilidade Social e Globalização: redefinindo o papel das empresas transnacionais no Brasil”. **Revista Antropolítica**. Niterói, n. 18, pp. 15-34, 1º sem./2005.

VIANNA, Luiz J. Werneck. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2007 (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 1)

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. **Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias**. São Paulo, Tese de Doutorado do Centro de Formação e Pesquisa da EBAPE/FGV, 2005.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis. **Psicologia & Sociedade**; 14 (2): 18-47; jul./dez.2002

WEBER, Max. “A política como vocação”. In: **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Economia y Sociedad**. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14ª ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

Documentos

ABLÁTICO, Adolfo. “La rentabilidad de los valores”. In: **Revista Mercado**. Buenos Aires, Nov./2009.

BELFORT, Eliane. Entrevista concedida a Rosa Diniz. Disponível em http://www.youtube.com/results?search_query=Eliane+Belfort&search_type=&q=f Acesso em 01/10/2009.

_____, Eliane. “Mudar para permanecer como está”. Disponível em http://www.facape.br/simfacape/arg_e_doc/art_dra_eliane_mudar_para_permanecer_como_es

[ta.pdf](#) III Simpósio Social do São Francisco. Petrolina, 19 a 23 de Outubro, Faculdade de Ciências Aplicadas de Petrolina. Acesso em 02/12/2009.

_____, Eliane. Entrevista concedida a Cynthia Ribeiro. Disponível em http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_print.php?id=517 Edição: 87, Ano: 6 ISSN: 1677-4949. Acesso em 16/01/2010.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Visão Estratégica Empresarial** – Vol. 1. Rio de Janeiro, CEBEDS, Ago./2002.

ECONOTÍCIAS. “Conferência Ethos: Esquentando desafios e idéias”. Disponível em <http://www.grupoeco.com.br/htm/econews/econoticia-07-05-09-ethos.htm> Acesso em: 10/07/2009.

ETHOS. **Carta de Princípios**. São Paulo, Instituto Ethos, 2003.

_____. **Como as Empresas podem Apoiar e Participar do Combate à Fome**. São Paulo, Instituto Ethos, 2003a.

_____. **Metodologia Tear em Cadeia de Valor**. São Paulo, Instituto Ethos, 2007.

_____. **Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos 2008**. São Paulo, Instituto Ethos, 2009 [internet] Disponível em <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-324Relatorio%20de%20Sustentabilidade%20Ethos%20e%20Uniethos%202008v1.pdf> Acessos em 15/07/2009.

FIESP, Material Promocional II Mostra do Sistema FIESP de Responsabilidade Socioambiental 13 a 15 de agosto/2008 - Bial Ibirapuera - São Paulo.

_____. Material Promocional III Mostra do Sistema FIESP de Responsabilidade Socioambiental 25 a 27 de agosto/2009 - Bial Ibirapuera - São Paulo.

FIESP/OAB. Guia dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2ª Ed. São Paulo, Jun/2007.

FLORES, Fernando. Entrevista concedida a Luciana de Oliveira. Buenos Aires, Foro Ecumenico, 2009.

GRAJEW, Oded. Entrevista concedida a Luciana de Oliveira. São Paulo, Conferência Internacional do Instituto Ethos, 2009.

ITACARAMBI, Paulo. **Projeto Ethos 10 Anos**: Documento de trabalho para uso da equipe e do conselho. São Paulo, Instituto Ethos, 2009.

_____. Entrevista concedida a Dal Marcondes. São Paulo, Envolverde, 2009a.

_____. Desafios da Responsabilidade Empresarial. [slides] Disponível em <http://www.cbtu.gov.br/sociocultural/parcerias/itacarambi/Slide.pdf> Acesso em 02/12/2009

Jornal El Clarín. 12/08/2000; 07/04/2003; 16/04/2003; 29/06/2003; 23/08/2003; 26/11/2003; 26/09/2004; 01/10/2004; 03/10/2004; 21/10/2004; 03/08/2005; 03/08/2005; 21/11/2005; 08/12/2005; 12/10/2006; 22/10/2006; 28/10/2006; 04/11/2006; 05/11/2006; 15/11/2006; 26/11/2006; 02/12/2006; 23/12/2006; 20/05/2007; 28/06/2007; 03/08/2007; 03/11/2007.

Jornal Folha de São Paulo. 10/10/1995; 03/04/1996; 25/08/1996; 27/05/1997; 22/07/1998; 07/08/1998; 09/11/1998; 17/12/1998; 02/04/1999; 23/06/1999; 27/06/1999; 10/08/1999; 16/09/1999; 02/10/1999; 01/11/1999; 06/12/1999; 12/12/1999; 07/07/2000; 12/06/2000; 14/05/2000; 04/03/2001; 05/09/2001; 23/10/2001; 05/02/2002; 12/03/2002; 25/04/2002; 06/05/2002; 24/05/2002; 31/05/2002; 08/06/2002; 20/06/2002; 08/11/2002; 12/11/2002; 17/11/2002; 20/02/2003; 27/03/2003; 07/04/2003; 02/05/2003; 09/12/2003; 21/12/2003; 13/05/2003; 26/07/2003; 04/08/2003; 09/12/2005; 15/12/2003; 20/12/2003; 21/12/2003; 25/12/2003; 05/01/2004; 21/06/2004; 18/05/2004; 10/07/2004; 27/08/2004; 05/09/2004; 29/09/2004; 21/12/2004; 17/03/2005; 31/03/2005; 12/05/2005; 22/05/2005; 20/06/2005; 30/06/2005; 10/08/2005; 19/09/2005; 26/10/2005; 06/11/2005; 09/12/2005; 15/12/2005; 16/12/2005; 26/12/2005; 07/05/2006; 15/06/2006; 22/06/2006; 24/06/2006; 08/10/2006; 28/11/2006; 06/12/2006; 20/01/2007; 27/02/2007; 27/03/2007; 09/04/2007; 10/04/2007; 31/07/2007; 17/08/2007; 30/10/2007; 07/12/2007; 03/01/2008; 11/01/2008; 20/01/2008; 03/04/2008; 18/04/2008; 11/05/2008; 16/08/2008; 26/08/2008; 12/10/2008;

Jornal La Nación. 25/04/1999; 23/06/1999; 5/07/2000; 7/08/2000; 02/10/2000; 23/05/2001; 05/09/2001; 26/05/2002; 08/09/2002; 02/01/2003; 01/04/2003; 11/04/2003; 09/04/2003; 25/05/2003; 05/06/2003; 22/06/2003; 28/06/2003; 08/08/2003; 09/08/2003; 11/08/2003; 04/10/2003; 10/11/2003; 16/11/2003; 21/11/2003; 25/11/2003; 27/11/2003; 29/11/2003; 07/12/2003; 8/12/2003; 10/12/2003; 21/12/2003; 26/01/2004; 03/02/2004; 10/02/2004; 21/02/2004; 22/02/2004; 28/02/2004; 06/03/2004; 23/05/2004; 27/05/2004; 30/05/2004; 07/06/2004; 21/08/2004; 29/08/2004; 06/09/2004; 18/09/2004; 19/09/2004; 10/10/2004; 17/10/2004; 21/10/2004; 23/10/2004; 31/10/2004; 03/11/2004; 10/11/2004; 29/11/2004; 08/01/2005; 30/01/2005; 27/02/2005; 19/05/2005; 25/03/2005; 26/03/2005; 11/04/2005; 21/04/2005; 23/04/2005; 30/04/2005; 02/05/2005; 14/05/2005; 17/05/2005; 22/05/2005; 29/05/2005; 05/06/2005; 09/06/2005; 10/07/2005; 23/07/2005; 06/08/2005; 07/08/2005; 10/08/2005; 13/08/2005; 22/08/2005; 28/08/2005; 10/09/2005; 11/09/2005; 13/09/2005; 18/09/2005; 22/09/2005; 02/10/2005; 07/10/2005; 15/10/2005; 23/10/2005; 05/11/2005; 06/11/2005; 08/12/2005; 14/12/2005; 17/12/2005; 31/12/2005; 08/01/2006; 20/01/2006; 22/01/2006; 04/02/2006; 05/02/2006; 19/02/2006; 22/02/2006; 25/02/2006; 26/02/2006; 18/03/2006; 26/03/2006; 16/04/2006; 17/04/2006; 23/04/2006; 28/04/2006; 29/04/2006; 30/04/2006; 02/05/2006; 14/05/2006; 15/05/2006; 22/05/2006; 28/05/2006; 29/05/2006; 11/06/2006; 12/06/2006; 14/06/2006; 24/06/2006; 03/07/2006; 14/07/2006; 03/08/2006; 06/08/2006; 12/08/2006; 19/08/2006; 26/08/2006; 27/08/2006; 01/09/2006; 02/09/2006; 04/09/2006; 14/09/2006; 25/09/2006; 01/10/2006; 03/10/2006; 19/10/2006; 20/10/2006; 28/10/2006; 01/11/2006; 03/11/2006; 04/11/2006; 05/11/2006; 06/11/2006; 07/11/2006; 08/11/2006; 09/11/2006; 10/11/2006; 14/11/2006; 16/11/2006; 18/11/2006; 19/11/2006; 26/11/2006; 27/11/2006; 02/12/2006; 16/12/2006; 19/12/2006; 20/12/2006; 28/12/2006; 12/01/2007; 27/01/2007; 04/02/2007; 15/02/2007; 17/02/2007; 23/02/2007; 04/03/2007; 08/03/2007; 17/03/2007; 27/03/2007; 28/03/2007; 25/04/2007; 06/04/2007; 06/05/2007; 08/05/2007; 19/05/2007; 28/05/2007; 29/05/2007; 01/06/2007; 02/06/2007; 14/06/2007; 15/06/2007; 16/06/2007; 17/06/2007; 23/06/2007; 08/07/2007; 17/07/2007; 21/07/2007; 22/07/2007; 05/08/2007; 14/08/2007; 18/08/2007; 20/08/2007; 24/08/2007; 05/09/2007; 06/09/2007; 08/09/2007; 09/09/2007; 15/09/2007; 16/09/2007; 29/09/2007; 30/09/2007; 08/10/2007; 10/10/2007; 16/10/2007; 19/10/2007; 20/10/2007; 23/10/2007; 04/11/2007;

15/11/2007; 17/11/2007; 20/11/2007; 21/11/2007; 03/12/2007; 04/12/2007; 09/12/2007; 09/12/2007; 15/12/2007; 17/12/2007; 18/12/2007; 21/12/2007; 04/01/2008; 08/01/2008; 10/01/2008; 11/01/2008; 18/01/2008; 19/01/2008; 22/01/2008.

Jornal O Globo. 31/08/2007; 06/09/2007; 20/09/2007; 04/10/2007; 05/10/2007; 13/10/2007; 17/10/2007; 25/10/2007; 30/10/2007; 11/11/2007; 17/11/2007; 21/11/2007; 27/11/2007; 29/11/2007; 03/12/2007; 12/12/2007; 18/12/2007; 22/12/2007; 29/01/2008; 11/03/2008; 13/03/2008; 14/04/2008; 29/04/2008; 15/05/2008; 28/05/2008; 29/05/2008; 03/06/2008; 19/06/2008; 21/06/2008; 25/06/2008; 07/07/2008; 17/07/2008; 24/07/2008; 04/08/2008; 26/09/2008; 31/11/2008; 12/12/2008; 16/12/2008; 21/12/2008.

Jornal Relatório Social. Rio de Janeiro, CEBEDS, n. I, ano 2, jun. 2004, p. 11.

LÓPEZ, Cristina. Entrevista concedida a Luciana de Oliveira. Buenos Aires, Fundación El Otro, 2009.

MARCONDES, Dal. O aquecimento global e a reinvenção do mundo. **Envolverde Revista Digital.** Disponível em <http://envolverde.ig.com.br/> 08/10/2009. Acesso em: 10/10/2009.

MENDEZ, Héctor Augusto. Discurso de encerramento da 15ª Conferência Industrial Argentina. [vídeo] Disponível em www.uia.org.ar

NOAILLES, Enrique Valiente. “El riesgo de aceptar la pobreza”. **Boletín IARSE.** N. 162 – 13/10/2009.

RED PUENTES. *Visión y Propuestas de Red Puentes sobre la Tarea de la Responsabilidad Social Empresarial en América Latina.* 2004.

Revista da Indústria. São Paulo, FIESP, várias edições.

RICARTE, Patrícia. Entrevista concedida a Luciana de Oliveira. Buenos Aires, ACDE, 2009.

ROLANDO, Alicia. Entrevista concedida a Marcelo Mendieta – 2006. Disponível em <http://elinformatorio.blogspot.com/2006/09/entrevista-con-alicia-rolando-iarse-la.html> Acesso em 21/09/2009.

SKAF, Paulo. “Entrevista concedida ao Blog Ética nos Negócios em 21/09/2006”. Disponível em <http://entrevistaceo.blogspot.com/2006/11/paulo-skaf-presidente-da-fiesp.html> Acesso em 26/12/2009.

_____. “Discurso de Abertura da III Mostra de Responsabilidade Socioambiental da FIESP”. [internet] Disponível em: <http://www.youtube.com/fiesponline> Acesso em: 17/12/2009

STEINBERG, Herbert. “Atitudes transparentes nas organizações”. Palestra proferida no 3º **Seminário Aberto de Responsabilidade Social Empresarial,** FIEMG, Ouro Preto-MG, 12 a 15/09/2004.

ULLA, Luis. “El Tercer Sector y el mundo empresario argentino”. Colección Número Especial. Disponível em <http://www.uca.edu.ar/uca/common/grupo21/files/08ulla.pdf> Acesso em 13/07/2006.

_____. ”Introducción a la RSE”. [cd room]. IARSE, Córdoba, 2009. (Material Didactico).

_____. “Entrevista concedida a Luciana de Oliveira”. Córdoba, IARSE, 2009a.

UNIAPAC. La rentabilidad de los valores: una visión Cristiana de la RSE. Bruselas, Feb./2008. Disponível em <http://www.acde.org.ar> Acesso em 17/04/2008.

Young, Ricardo e Grajew, Oded. **Manifesto pela Sustentabilidade**. Internethos, 2006. Disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1462/o_instituto_ethos/o_internethos/o_que_fazemos/politicas_publicas/sustentabilidade/manifesto_pela_sustentabilidade.aspx Acesso em 17/12/2006.

Young, Ricardo. Entrevista concedida ao programa Balanço Social da TV Cultura de São Paulo, exibido em 21/03/2007 [vídeo].

_____. Entrevista concedida a Cristina Carvalho Pinto. TV Mercado Ético, Abril Canais, Maio/2008. Disponível em <http://mercadoetico.terra.com.br/tv-mercado-etico/> Acesso em: 10/10/2008.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *The role of business in tomorrow's society – a regional perspective*. The business role focus area: Buenos Aires Dialogue. Buenos Aires, CEADS/WBCSD, 31/05/2007.

Eventos

Encontro de Reflexão ADCE-MG. Belo Horizonte, 2003

Encontro de Reflexão ADCE-MG. Belo Horizonte, 2005

2º Seminário Aberto de Responsabilidade Social Empresarial em Minas Gerais. Encontro Internacional. BID/FIEMG/Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

3º Seminário Aberto de Responsabilidade Social Empresarial em Minas Gerais. FIEMG. Ouro Preto, 2004.

4º Seminário Aberto de Responsabilidade Social Empresarial em Minas Gerais. 2º Encontro Internacional. Ethos/BID/FIEMG/Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

Conferência Internacional Ethos. São Paulo, 2009

Mostra de Responsabilidade Socioambiental FIESP. São Paulo, 2009

Cátedra Abierta de Responsabilidad Social Empresaria. Buenos Aires, Foro Ecumenico, 2005.

Cátedra Abierta de Responsabilidad Social Empresaria. Buenos Aires, Foro Ecumenico, 2009.

Sites

Asociación Cristiana de Dirigentes Empresariales: <http://www.acde.com.ar>

Asociación de los Consorcios Regionales de Experimentación Agraria: <http://www.aacrea.org.ar>

Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas: <http://www.adce.com.br>

Blog do Ethos: <http://institutoethos.blogspot.com/2009/04/banco-mundial-afirma-politicas-sociais.html>

Blog Militancia Peronista: <http://militanciaperonistajoven.blogspot.com/2007/12/la-comunidad-organizada.html>

Câmara de Comércio Americana Argentina: <http://www.amcham.org.ar>

Câmara de Comércio Americana de São Paulo: <http://www.amcham.org.br>

Camara Argentina de Comercio: <http://www.cac.com.ar>

Consejo Empresario Argentino para el Desarrollo Sostenible: www.ceads.org.ar

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável: <http://www.cebds.com>

El Hogar Obrero: <http://www.eho.org.ar>

El Hogar Obrero: <http://www.elhogarobrero1905.org.ar>

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais: <http://www.fiemg.com.br>

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: <http://www.fiesp.com.br>

Foro del Sector Social: <http://www.forodelsectorsocial.org.ar>

Foro Ecuménico: <http://www.foroecumenico.com.ar>

Fundação Abrinq: <http://www.fundabrinq.org.br>

Fundação Perseu Abramo: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=404>

Fundación El Otro: <http://www.elotro.org.ar>

Grupo de Fundações e Empresas: <http://www.gife.org.br>

Grupo de Fundaciones de Empresa: <http://www.gdfe.org.ar>

<http://www.aeana.org.ar/index.php?pageid=38&letra=T>

http://www.eft.com.ar/doctrina/comentarios_normas/125250/comentarios_n-ley_25250_4.htm

<http://www.fides.org.br>

Instituto Argentino de Responsabilidad Social Empresaria: <http://www.iarse.org.ar>

Instituto para el Desarrollo Empresario Argentino: <http://www.idea.org.ar>

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas: <http://www.ibase.org.br>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Pesquisa Ação Social das Empresas: <http://www.ipea.gov.br/asocial/>

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: <http://www.ethos.org.br>

Jornal Clarín: <http://www.clarin.com.ar>

Jornal La Nación: <http://www.lanacion.com.ar>

Jornal Página 12: <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-73042-2006-09-15.html>

Jornal Folha de São Paulo: <http://www.uol.com.br>

Jornal Estado de São Paulo: <HTTP://www.estadao.com.br>

Jornal O Globo: <HTTP://www.oglobo.com.br>

Mapeo de Promotores de Responsabilidad Social Empresaria: www.mapeo-rse.info

Ministério da Educação Argentino: <http://www.me.gov.ar/efeme/evaperon/fundacion.html>

Ministério da Educação da Argentina, Fundação Eva Perón: <http://www.educacion.gov.ar/efeme/evaperon/fundacion.html>

Movimiento de Integración y Desarrollo – MID: <http://www.mid.org.ar/>

Pensamento Nacional das Bases Empresariais: <http://www.pnbe.org.br>

Red Puentes: <http://www.redpuentes.org/>

Reportagem “Da Monocultura ao agronegócio”:
http://www.sna.agr.br/PanRural127_Historia.pdf

Revista Panorama Rural: <http://www.panoramarural.com.br/>

Sociedade Nacional de Agricultura: <http://www.sna.agr.br>

Transparência Brasil: <http://www.transparenciabrasil.org.br>

Unión Industrial Argentina: <http://www.uia.com.ar>

Valos: www.valos.org.ar

Wikipedia: <http://www.wikipedia.org>

World Business Council for Sustainable Development: www.wbcsd.org